Deutsche Bank

Relatório Anual de 2019

150 YEARS

A ligar o mundo há 150 anos.
"Em casa, na Europa, com uma rede internacional".
#PositiveImpact
Christian Sewing
Diretor Geral, Deutsche Bank AG

Há 150 anos que ligamos as empresas alemãs e europeias ao mundo, ajudando-as nos seus investimentos e financiando os seus fluxos comerciais. A nossa estratégia, que anunciámos no Verão de 2019, é construída com este conceito. Continuamos a ser um "Hausbank" global. A nossa missão é ligar mundos e proporcionar um impacto positivo - para os nossos clientes, colaboradores, investidores, e para a economia e sociedade como um todo.

Deutsche Bank

O Grupo num relance

Objetivos financeiros do Grupo	2019	2018
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	(10.9) %	(0.1) %
Custos ajustados, p. ex. custos de transformação, em mil milhões de euros.[2]	21,6	22,8
Rácio custo/rendimento[3]	108,2%	92,7%
Rácio de capital *Common Equity Tier 1*	13,6%	13,6%
Rácio de alavancagem (fully loaded)	4,2%	4,1%

Demonstração de resultados		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	23,2	25,3
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	0,7	0,5
Despesas totais (excluindo juros), em mil milhões de euros.	25,1	23,5
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros.	(2.6)	1,3
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros.	(5.7)	(0.1)

Balanço	31.12.2019	31.12.2018
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.298	1.348
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros.	946	1.010
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros.	434	405
Depósitos, em mil milhões de euros.	572	564
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.	4	4
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	56	62

Recursos		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	324	350
Dos quais: RWA para Risco Operacional, em mil milhões de euros.	73	92
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros.	1.168	1.273
Capital próprio tangível dos acionistas (Valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros.	50	54
Reservas de liquidez em mil milhões de euros.	222	259
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	87.597	91.737
Agências	1.931	2.064

Rácios		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(9.5) %	(0.1) %
Provisão para perdas de crédito em % do crédito, em pontos base	17	13
Rácio empréstimos/depósito	75,8%	71,7%
Rácio de alavancagem (introdução progressiva)	4,3%	4,3%
Rácio de cobertura de liquidez	141%	140%

Informação por Ação		
Resultados por ação básicos	(2.71) €	(0.01) €
Resultados por ação diluídos	(2.71) €	(0.01) €
Valor contabilístico por ação em circulação	26,37 €	29,69 €
Valor contabilístico tangível por ação em circulação	23,41 €	25,71 €

[1] Com base no lucro (prejuízo) atribuível a acionistas do Deutsche Bank após acumulações assumidas de cupões AT1. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.
[2] A reconciliação dos custos ajustados é fornecida na secção "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP: Custos ajustados" deste documento.
[3]Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

Grupo Deutsche Bank

III Mensagem do presidente do Conselho de Administração
V Conselho de Administração
VII Relatório do Conselho de Fiscalização
XV Conselho de Fiscalização
XVIII Estratégia

1 — Relatório da Gestão Combinado

2 Análise operacional e financeira
35 Perspetiva
42 Riscos e oportunidades
49 Relatório de risco
162 Relatório de remuneração
205 Responsabilidade corporativa
206 Funcionários
210 Controlo interno sobre o relato financeiro
Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
216 Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
217 Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

2 — Demonstrações financeiras consolidadas

224 Demonstração consolidada dos resultados
225 Demonstração consolidada do rendimento integral
226 Balanço consolidado
227 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
233 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
235 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
274 Notas à demonstração consolidada dos resultados
281 Notas ao balanço consolidado
337 Notas complementares
396 Confirmações

3 — Declaração de governo da sociedade/relatório de governo da sociedade

406 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
421 Relato e transparência
421 Operações com partes relacionadas
422 Auditoria e controlo
425 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

4 — Informações Adicionais

431 Medidas financeiras não-GAAP
440 Declaração de aval
441 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
442 Impressão/publicações

Grupo Deutsche Bank

III Mensagem do presidente do Conselho de Administração
V Conselho de Administração
VII Relatório do Conselho de Fiscalização
XV Conselho de Fiscalização
XVIII Estratégia

Mensagem do presidente do Conselho de Administração

Caros Acionistas,

2019 foi o ano das decisões mais marcantes para nós. No dia 7 de julho anunciámos a transformação mais fundamental do nosso banco ao longo de 20 anos, com o objetivo de nos concentrarmos totalmente nos nossos pontos fortes. Trata-se do que tem distinguido o nosso banco desde que foi fundado há 150 anos, centrando-se no acompanhamento aos nossos clientes em todo o mundo. Tomámos decisões claras e implementámo-las rigorosamente. Reestruturámos os nossos negócios e suspendemos atividades onde não nos situávamos entre os líderes. Isto inclui suspender a negociação de ações de clientes institucionais, uma mudança que também reduz a nossa exposição a mercados voláteis. Esta situação, em combinação com o nosso balanço gerido de forma conservadora, incluindo uma posição sólida de capital e liquidez, deixa-nos ainda mais preparados para resistir a uma conjuntura difícil.

Isso é particularmente importante neste momento. No momento em que escrevo, é ainda muito cedo para avaliar a forma como a pandemia da COVID-19 afetará a economia, e por quanto tempo. As prioridades do Deutsche Bank são claras. Com base na nossa solidez financeira, pretendemos continuar a apoiar os nossos clientes; cuidar do nosso pessoal; gerir o nosso banco de acordo com os interesses dos nossos acionistas; e desempenhar o nosso papel na limitação do impacto deste vírus nas nossas comunidades. Estamos determinados em ajudar todas as partes interessadas com quem mantemos contactos a enfrentar este desafio.

Progressos substanciais feitos ao nível da transformação

Atualmente, estamos a beneficiar do facto de termos tido um começo bom e disciplinado com a nossa transformação. Os custos iniciais de uma reorganização tão profunda são significativos, o que se torna doloroso para todos nós. Dito isto, porém, a nossa perda líquida anual de 5,3 mil milhões de euros mostra a rapidez com que progredimos: já absorvemos 70% do total dos efeitos de transformação esperados para o período até 2022. Estamos a executar as nossas ações em linha ou ligeiramente à frente dos nossos objetivos:

- Reduzimos os custos ajustados[1] para 21,5 mil milhões de euros, em linha com o nosso objetivo. Excluindo as taxas bancárias, reduzimos os custos ajustados em termos homólogos para oito trimestres consecutivos. Naturalmente, a redução dos funcionários contribuiu para isso.
- O nosso rácio Common Equity Tier 1 (CET1) foi de 13,6% no final do ano de 2019, confortavelmente dentro do nosso objetivo de um rácio CET1 de pelo menos 12,5% durante o período de transformação. Estamos também muito acima do nível exigido pelas nossas autoridades reguladoras - e ainda mais depois de o Banco Central Europeu ter reduzido o nosso requisito de capital mínimo para 2020, refletindo os progressos que fizemos no que respeita ao risco. Ao mesmo tempo, melhorámos o nosso rácio de alavancagem para 4,2 por cento. Este ponto de partida posiciona-nos favoravelmente para financiar o resto da transformação com os nossos próprios recursos, compensar potenciais obstáculos regulamentares e macroeconómicos e fazer crescer os nossos negócios.
- Um fator-chave para isso tem sido a nossa Capital Release Unit, que compreende os negócios que foram descontinuados no nosso Core Bank. Até agora, a Capital Release Unit tem tido resultados acima dos objetivos. Em comparação com o início de 2019, reduziu os ativos ponderados pelo risco (RWA) em 36% - mais rápido do que o esperado originalmente e com um custo inferior, compensando assim o impacto de capital dos nossos custos iniciais de transformação.

No geral, os nossos alicerces raramente foram mais estáveis. Temos uma forte posição de capital e liquidez, e as nossas provisões para perdas de crédito permanecem a um nível muito baixo, o que realça a elevada qualidade da nossa carteira de crédito. Ao mesmo tempo, estamos mais bem equipados para crises potenciais porque estamos menos expostos ao risco do mercado e podemos concentrar-nos nas coisas que fazemos melhor.

Dinâmica positiva no Core Bank

O impacto imediato da transformação é mais visível na Capital Release Unit, que registou uma perda anual de 3,2 mil milhões de euros antes de impostos, em linha com as expectativas. Em contrapartida, o nosso Core Bank - os negócios que retivemos - aumentou o lucro[2] ajustado antes de impostos em 7%, para 2,8 mil milhões de euros em 2019. Aumentámos ligeiramente as receitas na mesma base, apesar do programa de transformação e de uma conjuntura de taxas de juro ainda mais difícil. Também reduzimos os nossos custos de uma forma disciplinada.

A tendência positiva das receitas nos nossos principais negócios foi especialmente clara no segundo semestre do ano, após termos apresentado a nossa nova estratégia no início de julho:

No nosso recém-criado Corporate Bank, podemos tirar partido da nossa forte posição no mercado. Só na Alemanha, temos 900.000 clientes comerciais e estamos fortemente posicionados com uma quota de 20% no mercado alemão de financiamento de transações. Somos a maior câmara de compensação de pagamentos em euros do mundo e a maior câmara de compensação de dólares fora dos Estados Unidos[3]. Apesar dos obstáculos nas taxas de juros, mantivemos as nossas receitas estáveis no segundo semestre do ano.

[1] Excluindo os encargos e despesas de transformação associados à transferência da plataforma de financiamento especial (Prime Finance) do banco para o BNP Paribas
[2] Lucro antes de impostos, excluindo rubricas específicas de receitas, custos de transformação, imparidades de goodwill e despesas de reestruturação e indemnizações; lucro do Core Bank antes de impostos (registado) em 2019: 0,5 mil milhões de euros
[3] Fonte: Relatório de referência SWIFT H1 2019

No Investment Bank estamos a beneficiar da clareza estratégica que proporcionámos em 2019. Somos líderes globais em financiamento, rendimentos fixos e divisas - tanto em atividades de negociação como de criação. Após a nossa reestruturação, quase 80% das receitas dos nossos bancos de investimento encontram-se em áreas de negócio onde nos situamos entre os cinco melhores do mercado[4]. No segundo semestre de 2019, conseguimos estabilizar o nosso Investment Bank mais rapidamente do que muitos esperavam. As nossas receitas ajustadas a rubricas específicas aumentaram 7% em relação ao ano anterior - graças a uma forte recuperação no quarto trimestre, com um aumento de 22% das receitas em relação a um trimestre relativamente fraco no ano anterior. Isto significa que, no último trimestre de 2019, apresentámos pela primeira vez um crescimento face ao ano anterior em quase três anos - principalmente graças ao segmento de Fixed Income and Currencies (FIC) da área de Sales & Trading, onde as receitas aumentaram em mais de 30%.

O nosso Private Bank é um banco líder na Alemanha com duas marcas, Deutsche Bank e Postbank, e um foco em vários países europeus e em todo o mundo no negócio de Wealth Management. Em 2019, os negócios tiveram um bom desempenho, embora a conjuntura negativa das taxas de juro tenha colocado as receitas sob pressão. Conseguimos compensar a maior parte aumentando a nossa carteira de empréstimos em 4% ao longo de todo o ano e aumentando o nosso negócio com produtos de investimento. Além disso, já estamos a beneficiar do facto de termos contratado uma série de novos consultores de clientes em todo o mundo no nosso negócio de Wealth Management.

O nosso negócio de Asset Management voltou a crescer. No segundo semestre de 2019, registou um aumento de 12% nas receitas em relação ao mesmo período do ano anterior. Determinantes para isto foram as entrada líquidas nos quatro trimestres de 2019 no nosso gestor de ativos cotado DWS - um total de 25 mil milhões de euros para o ano. Podem ser encontrados mais detalhes no Relatório Anual do DWS.

Em todas as nossas divisões de negócios, prestamos cada vez mais atenção à sustentabilidade. Em 2019 estivemos envolvidos na emissão de dívida da ESG (Environmental, Social & Governance) que ascendeu a mais de 22 mil milhões de euros, duas vezes e meia mais do que em 2018. O nosso objetivo é também aumentar gradualmente a parte do financiamento sustentável na nossa carteira de empréstimos. Podem ser encontrados detalhes sobre a nossa estratégia de sustentabilidade e outras questões sociais no nosso Relatório Não-Financeiro, que foi publicado juntamente com este Relatório Anual.

Perspetivas para 2020: transformação e crescimento

Ao todo, demos um bom início à nossa transformação e estamos satisfeitos com os nossos progressos até agora. O feedback dos nossos clientes e de outros grupos de interesse tem sido amplamente favorável. Isto também foi demonstrado pelas melhorias nos preços do mercado de capitais no início deste ano, tanto para as nossas ações como para os nossos títulos, antes de os efeitos da pandemia da COVID-19 atingirem os mercados.

Naturalmente, temos ainda algum caminho a percorrer. Em 2018, lançámos as bases para a transformação do Deutsche Bank. 2019 foi o ano em que estabelecemos o nosso rumo estratégico e começámos rapidamente com a implementação. Em 2020, pretendemos aumentar as receitas do Core Bank - ao mesmo tempo que reduzimos ainda mais os custos e continuamos a reduzir o balanço através da Capital Release Unit.

No início do ano, o impulso positivo do quarto trimestre de 2019 continuou. Contudo, neste momento não é possível prever as repercussões específicas da pandemia da COVID-19 na economia global e no nosso banco. Temos alicerces sólidos, com uma forte base de capital e liquidez e uma alta qualidade de crédito na nossa carteira de empréstimos. Estamos convencidos de que estamos no caminho certo, e estamos determinados em continuar as nossas ações de forma disciplinada.

A nossa nova estratégia é construída sobre o nosso património. Continuamos a ser o "Hausbank" global. Foi para isso que o nosso banco foi fundado 150 anos atrás. A nossa missão é conectar mundos e proporcionar um impacto positivo - para os nossos clientes, colaboradores, investidores, a economia e a sociedade como um todo.

Com os melhores cumprimentos,

Christian Sewing
Diretor-Geral
Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2020

[4] Fonte: 1S 2019 Dados da Coligação

Conselho de Administração

Christian Sewing, * 1970
desde 1 de janeiro de 2015
Presidente do Conselho de Administração

Karl von Rohr, * 1965
desde 1 de novembro de 2015
Presidente
Diretor Administrativo (até 7 de julho de 2019)

Fabrizio Campelli, *1973
desde 1 de novembro de 2019
Diretor de Transformação

Frank Kuhnke * 1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de operações

Bernd Leukert, *1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Stuart Lewis, * 1965
desde 1 de junho de 2012
Diretor de Risco

James von Moltke * 1969
desde 1 de julho de 2017
Diretor financeiro

Christiana Riley, *1978
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor-Geral da América

Werner Steinmüller, * 1954
desde 1 de agosto de 2016
Diretor-geral regional para a Ásia

Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing
Presidente do Conselho de Administração

Garth Ritchie
(até 31 de julho de 2019)
Presidente (até 7 de julho de 2019)

Karl von Rohr
Presidente

Fabrizio Campelli
(desde 1 de novembro de 2019)

Frank Kuhnke

Stuart Lewis

Sylvie Matherat
(até 31 de julho de 2019)

James von Moltke

Werner Steinmüller

Frank Strauß
(até 31 de julho de 2019)

Caros Acionistas,

2019 foi um ano muito importante na história do banco, que agora se estende por 150 anos. Executámos planos estratégicos de longo alcance para a transformação do banco.

No início do ano, o banco realizou uma análise minuciosamente detalhada de uma potencial fusão com o Commerzbank. Todas as partes envolvidas trabalharam de forma intensiva, construtiva e aberta. É uma das principais tarefas de cada negócio empresarial e, como tal, também do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank, examinar as possibilidades estratégicas baseadas em factos. Porém, ambos os órgãos de administração concordaram que uma transação com o Commerzbank era menos no interesse dos acionistas, clientes e colaboradores do Deutsche Bank do que a alternativa que estava a ser planeada em paralelo para um realinhamento estratégico interno.

O banco aprovou e anunciou este realinhamento em julho. Por um lado, a ideia é racionalizar as divisões de negócios e reduzir custos e, por outro, focar o crescimento do banco e alinhar rigorosamente o banco com os seus clientes. Os pré-requisitos cruciais para permitir a implementação bem sucedida desta estratégia são um balanço saudável e uma sólida base de capital.

A estratégia abre caminho para que o banco impulsione um crescimento novo e, em particular, sustentável - e é precisamente isso que os mercados de capitais esperam de nós. A importância de, neste contexto, manter um foco inabalável numa gestão de risco dinâmica também se manifesta atualmente nas flutuações pronunciadas nos mercados de capitais no momento de divulgação deste relatório.. A questão sobre as consequências que a pandemia causada pelo coronavírus terá no mundo inteiro está a dominar os eventos no mercado de ações e na economia real. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank estão, assim, a acompanhar de perto os desenvolvimentos em curso.

Estamos conscientes de que as medidas de transformação anunciadas pelo Conselho de Administração exigem cortes dolorosos para os nossos colaboradores e o cancelamento temporário de um dividendo para os nossos acionistas. No entanto, estamos convencidos de que esta é a melhor forma de o seu Deutsche Bank voltar a ser rentável de forma sustentável.

Para ter sucesso no setor bancário a longo prazo, é necessário não só uma disciplina de custos, um crescimento de receitas e uma solidez do capital, mas também uma relação construtiva baseada na confiança com as diversas autoridades reguladoras com as quais trabalhamos em conjunto. Independentemente dos progressos que fizemos neste contexto no último exercício, continua a ser vital remediar as deficiências antigas e melhorar ainda mais os nossos processos e controlos. Por este motivo, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização continuarão a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para desenvolver e otimizar as funções relevantes no banco no futuro.

As questões sobre qual a contribuição do banco na luta para enfrentar as mudanças climáticas e a perceção que temos da nossa responsabilidade para com a sociedade têm sido parte integrante do trabalho do nosso comité há muitos anos. Já em 2013, o Comité de Integridade do Conselho de Fiscalização criou um fórum relevante para estes assuntos. Muitos dos tópicos hoje agrupados sob a abreviatura ESG - ou seja, questões Ambientais (E), Sociais (S) e de Governação (G) - foram já integrados nas metas / objetivos definidos para o Conselho de Administração durante vários anos.

Isto leva-nos ao tema da remuneração do Conselho de Administração. Nas páginas 164 e seguintes do presente relatório encontram-se todos os detalhes sobre a remuneração coletiva e individual dos membros do Conselho de Administração. Como pode ver-se, o sistema de remuneração aprovado em 2017 funciona bem. No ano em análise, o resultado final para o nível de cumprimento da meta é de 60% para a remuneração variável a curto prazo e perto de 40% para o longo prazo.

O Conselho de Administração atingiu ou excedeu todas as metas operacionais que foram anunciadas em julho. De forma correspondente, isto também resultou no seu direito à parte individual da remuneração pelo seu desempenho. Contudo, os membros do Conselho de Administração informaram o Conselho de Fiscalização de que, considerando o radical programa de transformação do banco e as consequências para os colaboradores e acionistas, renunciariam a essas reivindicações de uma só vez. O Conselho de Fiscalização aceitou esta renúncia com respeito. Ao contrário da nossa intenção original, não submeteremos à votação da Assembleia Geral até ao próximo ano o nosso sistema de remuneração, que foi elaborado de acordo com a transposição da Diretiva dos Direitos dos Acionistas para a legislação nacional. Estamos a usar o ano em curso para rever o sistema de remuneração.

Os nossos colaboradores são cruciais para garantir que o banco tenha sucesso no seu caminho para a rentabilidade sustentável. Com a liderança certa e um entendimento comum de como desejamos trabalhar com os nossos clientes e também uns com os outros, o banco será capaz de demonstrar a sua disciplina operacional e demonstrar sucesso nas suas ambições estratégicas. Isto aplica-se, em particular, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

Neste contexto, não só introduzimos uma nova estrutura de gestão, mas também fizemos alterações relacionadas com o pessoal no Conselho de Administração ao longo do curso da transformação estratégica. A nova estrutura de gestão visa dar aos responsáveis mais flexibilidade para agir e acelerar os processos de tomada de decisão. A equipa experiente do Diretor-Geral Christian Sewing ficou ainda mais reforçada com o acréscimo de Fabrizio Campelli, Bernd Leukert, Christiana Riley e Stefan Simon. Como resultado, reduzimos a idade média dos membros do Conselho de Administração, mas ainda não atingimos os objetivos que estabelecemos para a diversidade de género.

No Conselho de Fiscalização, pelo contrário, já conseguimos uma grande diversificação em termos de género, idade, nacionalidade, experiência e especialização. Com o nosso processo sistemático de planeamento sucessório criámos os pré-requisitos que nos permitem garantir a diversidade também no futuro. Embora levando em consideração os requisitos estatutários e regulamentares dos bancos, este processo rege a forma como preenchemos as posições vagas no Conselho de Fiscalização, incluindo a do seu presidente.

Na Assembleia Geral deste ano, nomearemos Dagmar Valcárcel, Sigmar Gabriel e Theodor Weimer para serem eleitos para o Conselho de Fiscalização. Os detalhes sobre estes candidatos podem ser encontrados na Agenda, que será publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) no início de abril. Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos três candidatos pela sua disponibilidade para aceitar este trabalho desafiante e assumir o compromisso de tempo necessário – o Conselho de Fiscalização e os seus comités reuniram-se nada menos do que 56 vezes durante o ano em análise. Podem ser encontrados detalhes das nossas reuniões nas páginas IX e seguintes.

Uma palavra particular de agradecimento é devida neste momento também aos membros que se retiraram do Conselho de Fiscalização: Richard Meddings presidiu com sucesso e profissionalismo o Comité de Auditoria a partir de 2015; Stefan Simon pode agora contribuir para as operações do banco com a competência que demonstrou ao presidir o Comité de Integridade; e Katherine Garrett-Cox tem prestado monitorização e aconselhamento ao banco em tempos difíceis desde 2011.

Pode ser encontrada uma visão abrangente do nosso trabalho durante o ano financeiro no seguinte Relatório detalhado do Conselho de Fiscalização.

Relatório do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização desempenhou as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação, requisitos regulamentares, estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com outros temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo, ao controlo e coordenação, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, o risco, a liquidez e gestão de capital do banco, os recursos organizacionais e técnicos adequados, bem como eventos que foram de importância significativa para o banco. Estivemos envolvidos em decisões de fundamental importância, por exemplo na consideração de uma fusão com o Commerzbank AG. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu, como requisitámos, informação detalhada sobre áreas temáticas específicas. O Presidente do Conselho de Fiscalização e os outros cinco presidentes de comissões mantiveram contactos regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Consultaram-se também sobre as agendas das várias reuniões dos comités a que presidem e discutiram temas de importância estratégica fundamental para o banco. O Presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração debateram regularmente futuras decisões.

Tiveram lugar 56 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Sempre que necessário, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário

O Conselho de Fiscalização realizou sete reuniões em plenário no exercício de 2019, onde abordou todos os tópicos com especial relevância para o banco.

Em particular, atribuímos uma importância especial à implementação eficaz da estratégia do banco em 2019 e, mais uma vez, tivemos tempo suficiente em todas as nossas reuniões para deliberar sobre questões estratégicas com o Conselho de Administração. Nas nossas reuniões, abordámos regularmente o desenvolvimento do negócio do banco, que é influenciado por um ambiente regulador e competitivo dinâmico, juntamente com as prioridades centrais relacionadas. O Conselho de Administração também nos informou regularmente sobre as iniciativas do banco relacionadas a questões ambientais, sociais e de governação (ESG), os seus preparativos para a saída pendente do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e os desenvolvimentos nos casos de litígio e processos regulatórios de importância significativa para o banco.

Na nossa reunião de 31 de janeiro, analisámos as diferenças nos valores alvo/reais em relação ao planeamento para 2018, juntamente com as suas razões subjacentes. Além disso, deliberámos sobre a proposta preliminar do Conselho de Administração para o dividendo, tendo em consideração os requisitos regulamentares para o financiamento de capital. Abordámos o plano estratégico financeiro e de capital a nível do Grupo para os anos 2019-2023. O Conselho de Administração informou-nos sobre as prioridades dos principais reguladores para 2019. Discutimos um relatório de progresso com o Conselho de Administração sobre a revisão prevista dos nossos clientes (Conheça o seu cliente (Know-Your-Customer - KYC)) e sobre as possibilidades oferecidas pela automação na prevenção de crimes financeiros (Combate ao crime financeiro (Anti-Financial Crime - AFC)) e Conformidade. Discutimos e aprovámos o relatório, elaborado pelo Comité de Nomeações, sobre a avaliação a ser realizada anualmente pelo Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, de acordo com o artigo 25d da lei bancária alemã (KWG) para o ano de 2018. Além disso, abordámos a versão preliminar de Declaração de Governação da Sociedade (Relatório de Governação da Sociedade), analisámos a independência dos membros individuais do Conselho de Fiscalização, determinámos que o Conselho de Fiscalização dispõe de um número adequado de membros independentes e adotámos o conceito de diversidade para a composição do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Após uma revisão da adequação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – e levando em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como em consulta com o Diretor de Remunerações do banco e peritos externos independentes em remuneração – determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2018. Também discutimos os possíveis tópicos das medidas de formação do Conselho de Fiscalização para 2019.

Na nossa reunião em 21 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2018 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Em conjunto com representantes da Equipa de Supervisão Conjunta (Joint Supervisory Team - JST) do Banco Central Europeu (BCE), da Autoridade Federal de Supervisão Financeira (BaFin) e do Deutsche Bundesbank, discutimos o plano de análise das autoridades de supervisão para 2019. O Conselho de Administração apresentou-nos as iniciativas do banco para a otimização do balanço e liquidez, a estruturação dos sistemas de remuneração, o Relatório de Recursos Humanos de 2018, a estratégia de comunicação do banco e outros tópicos regulatórios. Abordámos os tópicos para a Assembleia-Geral e as propostas aprovadas para a agenda.

Na nossa reunião de 22 de maio, na noite antes da Assembleia-Geral, discutimos os todos os tópicos da Assembleia-Geral pendente com o Conselho de Administração. No contexto da proposta de eleição do auditor na Assembleia Geral, determinámos, após um extenso exame, que a Ernst & Young apresentou plausivelmente a sua independência de acordo com os padrões dos requisitos legais. Além disso, tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação.

Em reunião extraordinária de 7 de julho, tomámos nota da nova estratégia aprovada pelo Conselho de Administração e discutimos em detalhe a transformação estratégica, bem como o realinhamento da estrutura de gestão. Nomeámos o Sr. Leukert, a Sra. Riley e o Professor Dr. Simon como membros do Conselho de Administração. As suas nomeações foram sujeitas à condição prévia de que as autoridades reguladoras responsáveis notificassem por escrito o Deutsche Bank AG de que não seriam alvo de objeção.

Em 25 de julho, o Conselho de Administração informou-nos sobre as reações do mercado de capitais ao anúncio da transformação estratégica do banco e sobre os resultados dos primeiros seis meses de 2019. À luz da transformação anunciada pelo Conselho de Administração em 7 de julho, ajustámos em conformidade os objetivos do Conselho de Administração para a segunda metade do ano de 2019. Devido às renúncias de dois membros do Conselho de Fiscalização, elegemos novos membros para os comités. Também abordámos a implementação de requisitos de regulamentação de bancos.

Nos dias 1 e 2 de novembro, o Conselho de Administração informou-nos sobre a opinião dos investidores sobre o banco, os progressos feitos nas questões de Conheça o seu Cliente (KYC) e Combate ao Branqueamento de Capitais (AML), bem como outros tópicos regulamentares. Abordámos intensivamente as metas e prioridades estratégicas, também com base nas divisões de negócios individuais do banco, bem como a respetiva implementação. Juntamente com o Presidente do Conselho de Administração e o membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos, discutimos o planeamento da sucessão do Conselho de Administração. Além disso, nomeámos o Sr. Campelli como membro do Conselho de Administração com efeito imediato.

Na última reunião do ano, em 12 de dezembro, discutimos as investigações em curso sobre a Auditoria do Grupo e os progressos alcançados na remediação de conclusões críticas na área de combate ao crime financeiro. O Conselho de Administração informou-nos sobre as prioridades dos principais reguladores e os resultados do inquérito anual aos colaboradores, e discutiu connosco os marcos significativos do processo de planeamento de 2020-2024. Além disso, os membros da equipa de liderança da nova auditora Ernst & Young apresentaram-se em plenário e informaram-nos sobre a composição da equipa de auditoria e o calendário para a próxima auditoria.

Comités do Conselho de Fiscalização

O Comité do Presidente realizou oito reuniões em 2019. Efetuou regularmente os preparativos para as nossas reuniões do Conselho de Fiscalização e tratou das questões em curso entre as reuniões. O Comité do Presidente emitiu a aprovação da aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros antigos e atuais do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank. O Comité tomou igualmente nota dos mandatos dos membros do Conselho de Fiscalização, bem como dos seus compromissos temporais. O Comité do Presidente preparou as decisões do Conselho de Fiscalização relativas ao governo da sociedade, tendo também abordado, nomeadamente, ações judiciais interpostas para contestar ou anular deliberações da Assembleia Geral, bem como uma ação judicial do acionista para substituição do auditor eleito pela Assembleia Geral para a auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2018.

Nas suas seis reuniões, o Comité de Risco lidou com a apetência presente e futura para o risco global e estratégia do banco, especialmente no que diz respeito aos riscos de crédito, liquidez, refinanciamento, taxas de juros, país, mercado e operacionais. Abordou os riscos financeiros e não financeiros do banco, a sua identificação e gestão, assim como as medidas para os reduzir.

Em particular, o Comité de Risco abordou os riscos de terceirização e os riscos de pessoal. Adicionalmente, o Comité de Risco recebeu relatórios regulares do Conselho de Administração acerca da adequação do risco, capital e liquidez, assim como alterações correspondentes nos ativos ponderados pelo risco. O Comité de Risco recebeu também relatórios regulares sobre questões e iniciativas essenciais da função de gestão de risco, cenários de tensão estratégicos, planos de recuperação e resolução ("living wills") e riscos na carteira não estratégica do Corporate & Investment Bank. Além disso, o Comité de Risco abordou as conclusões e recomendações dos reguladores sobre tópicos relacionados com o risco, a governação de produtos e a Comprehensive Capital Analysis and Review (CCAR).

O Comité de Risco monitorizou se as condições do negócio baseado no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Tomou decisões sobre as exposições ao crédito do banco que exigem aprovação ao abrigo da legislação alemã, dos estatutos e dos termos de referência.

Além disso, o Comité de Risco apoiou o Comité de Controlo de Remunerações na avaliação dos efeitos dos sistemas de remuneração no risco, capital e situação de liquidez do banco. Examinou também se os sistemas de remuneração estão em linha com o desenvolvimento sustentável do banco. Neste contexto, o Comité de Risco monitorizou se as estratégias de risco derivado e a estratégia de remuneração estão também em linha com isso ao nível da instituição e do Grupo. Em novembro, os membros do Comité de Risco participaram na reunião do Comité de Controlo de Remunerações como convidados e contribuíram para a discussão mais aprofundada dos tópicos relativos à remuneração variável para o exercício de 2019.

O Comité de Auditoria realizou oito reuniões em 2019. O Comité de Auditoria apoiou-nos na monitorização do processo de relato financeiro e abordou intensamente as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas, os relatórios intercalares e de lucros e o Relatório Anual no Formulário 20 F enviado à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. No contexto do processo de relato financeiro, apoiou-nos em particular na abordagem aos impactos da nova estratégia, na implementação em curso da Norma Internacional de Relato Financeiro 9, assim como no reconhecimento das provisões. O Comité de Auditoria lidou também com a avaliação dos vários instrumentos financeiros e com as obrigações com pensões do banco, assim como com tópicos fiscais. O Comité de Auditoria solicitou ao Conselho de Administração o relato regular sobre os "itens distribuíveis disponíveis" e a capacidade de serviço de cupões nos instrumentos de capital Tier 1 adicional.

O Comité de Auditoria monitorizou a eficácia do sistema de gestão do risco, principalmente no que diz respeito ao sistema de controlo interno e à Auditoria do Grupo, ao mesmo tempo que teve em conta os impactos da nova estratégia. Isto também cobriu, entre outras coisas, o relato sobre o desenvolvimento em curso de controlos para combater a lavagem de dinheiro e evitar o crime financeiro, a vigilância das transações, as três linhas do modelo de defesa e iniciativas-chave para um fortalecimento reforçado do sistema de controlo interno e o sistema de gestão de risco. O Comité de Auditoria foi mantido atualizado sobre o trabalho da auditoria do Grupo, do seu plano de auditoria e respetivos recursos. Abordou as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para remediar as deficiências identificadas pelo auditor, autoridades reguladoras e de auditoria do Grupo e recebeu regularmente atualizações sobre o estatuto e o progresso neste contexto e na remediação das conclusões.

Emitimos um mandato à KPMG na qualidade de auditor independente e, com o apoio do Comité de Auditoria, definimos o montante da remuneração do auditor. A KPMG reviu também o relato não financeiro legalmente exigido. O Comité de Auditoria lidou com as medidas para se preparar para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2019, tendo especificado as suas próprias áreas prioritárias de auditoria e aprovado uma lista de serviços permissíveis não relacionados com auditoria. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade, incluindo o auditor, para a prestação de serviços que não de auditoria. O Comité também abordou os principais assuntos de auditoria apresentados no relatório do auditor, o relatório não financeiro separado, bem como a demonstração não financeira. Além disso, mandatámos a Ernst & Young para a revisão limitada do Relatório de lucros a 31 de março de 2020. Relativamente ao processo de seleção do novo auditor, remetemos para o Relatório do Conselho de Fiscalização do ano passado.

O diretor/a da Auditoria do Grupo participou em todas as reuniões do Comité de Auditoria. Os representantes do auditor também participaram em todas estas reuniões; contudo, com a exceção das rubricas específicas da agenda relacionadas com a rotação do auditor.

O Comité de Nomeações reuniu oito vezes. Abordou, em particular, questões relacionadas com a sucessão e nomeações, ao mesmo que tem em conta os requisitos legais e regulamentares, e nomeou candidatos específicos adequados para o Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. Reviu o plano de formação do Conselho de Administração para o ano de 2019 e discutiu neste contexto, em particular, as medidas de formação futura na área das questões ambientais, sociais e de governação (ESG). Além disso, o Comité de Nomeações apoiou-nos na implementação dos requisitos das Orientações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) sobre Governação Interna.

O Comité também nos apoiou na implementação de potenciais melhorias identificadas através da avaliação realizada em 2018 e preparou intensivamente a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2019 em várias reuniões e discussões com os membros do Conselho de Administração.

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se seis vezes em 2019. Monitorizou a estruturação adequada dos sistemas de remuneração para o Conselho de Administração e colaboradores, juntamente com a remuneração para os diretores das funções de controlo e colaboradores que correm riscos materiais. Além disso, abordou o Relatório de Remunerações do exercício de 2018, o Relatório de Controlo de Remunerações do Diretor de Remunerações e o Relatório de acordo com a secção12 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) sobre a adequação do sistema de remunerações dos membros do Conselho de Administração, que concluiu que os sistemas de remunerações estão devidamente estruturados e de acordo com os requisitos da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). O Comité concordou com esta avaliação.

O Comité de Controlo de Remunerações de Controlo de Remunerações apresentou-nos propostas relativas à remuneração do Conselho de Administração, tendo em consideração as metas e objetivos acordados para o exercício de 2019, bem como propostas relativas às metas e objetivos do Conselho de Administração para o exercício de 2020. O Comité apoiou-nos na monitorização do envolvimento da área interna de controlo, bem como de outras áreas materiais na estruturação dos sistemas de remuneração e avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração sobre a situação de risco, capital e liquidez. O Conselho de Administração informou o Comité de Controlo de Remunerações sobre os procedimentos para identificar os colaboradores que correm riscos materiais e os colaboradores que correm riscos materiais a nível do Grupo, bem como para determinar e alocar o montante total da remuneração variável para os colaboradores do banco, tendo em conta, em particular, a acessibilidade.

Nas suas reuniões, o Comité de Controlo de Remunerações recebeu relatórios sobre as comunicações do Conselho de Administração com as autoridades reguladoras sobre tópicos de remuneração e alterações no quadro regulamentar relativo a remunerações. Abordou a estruturação dos componentes individuais da remuneração variável dos colaboradores para o exercício de 2019, bem como as regras do plano. Além disso, o Conselho de Administração informou sobre medidas relacionadas com o ajustamento ex-post ao risco das decisões relativas a remuneração e sobre o procedimento para determinar a ocorrência de condições de desembolso. O Comité de Controlo de Remunerações também analisou a ocorrência das condições de desembolso para os atuais e antigos membros do Conselho de Administração.

O Comité de Integridade reuniu-se seis vezes em 2019. Em cada reunião, o Conselho de Administração informou sobre as ações judiciais com maior risco para o banco e outros casos de litígio material, incluindo assuntos relacionados com o Danske Bank, Regula e Cum-Ex, e sobre os desenvolvimentos regulatórios e políticos nos EUA. Por recomendação do Comité de Integridade, aspetos comuns de diferentes tópicos legais e regulatórios foram agrupados independentemente das respetivas jurisdições. Como resultado, foi estabelecida uma perspetiva horizontal independente do local e do caso para apoiar o Conselho de Administração no trabalho através das áreas temáticas individuais. Além disso, o Comité de Integridade recebeu regularmente relatórios sobre as interações do banco com os seus monitores, bem como sobre os desafios e progressos realizados no âmbito da gestão da remediação. Também abordou os relatórios do Conselho de Administração sobre os impactos do orçamento nas áreas de Compliance e Combate aos crimes financeiros, tendo como pano de fundo os requisitos e expectativas regulamentares.

As questões ambientais, sociais e de governação (ESG) também formaram um ponto central do trabalho do Comité de Integridade e foram abordadas pelo Comité nas suas reuniões em maio, julho, outubro e dezembro. Isto envolveu principalmente o posicionamento estratégico do banco perante os acionistas, clientes, investidores e colaboradores, tendo em consideração os desenvolvimentos regulamentares.

Além disso, o Comité de Integridade apoiou o Conselho de Administração, aconselhando sobre o desenvolvimento e a implementação de processos internos para o tratamento de fugas de informação e a gestão de consequências do banco. No exercício de 2020, o Comité de Integridade examinará em profundidade as políticas e os procedimentos de gestão de consequências do banco, bem como o cumprimento das mesmas, e discutirá estas questões com o Conselho de Administração.

Além disso, o Comité de Integridade abordou o alinhamento da cultura nas divisões de negócios individuais com a cultura corporativa holística e com a estrutura de governança nos EUA. No presente exercício, o Comité abordará a estrutura de governação do banco nas várias regiões, bem como as comunicações e interações com os reguladores.

O Comité de Estratégia reuniu-se três vezes. O Comité de Estratégia teve em todas as suas reuniões um relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre a implementação da estratégia a nível do Grupo e nas divisões de negócio. No âmbito da abordagem de segmentos de negócio individuais, o Comité analisou em profundidade a divisão Global Transaction Bank, a estratégia digital da divisão Private Bank e o segmento Fixed Income & Currencies (FIC) Sales & Trading da divisão Investment Bank. Além disso, o Comité de Estratégia concentrou-se nas conclusões abertas relacionadas com a estratégia e nos requisitos regulamentares.

O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se quatro vezes. O Comité abordou a estratégia e a arquitetura em matéria de tecnologias de informação a nível do Grupo, e também dentro das unidades individuais do banco. Nas reuniões, o Conselho de Administração reportou sobre a estratégia global de gestão de dados do banco, juntamente com as metas e objetivos definidos, o estado da sua implementação e a interação com as partes internas interessadas. Neste contexto, o Comité deliberou com o Conselho de Administração sobre o orçamento e o planeamento de implementação dos principais projetos de tecnologias de informação para o exercício de 2020, bem como o acompanhamento dos benefícios realizados através de projetos de tecnologias de informação anteriores. Além disso, lidou com o espetro de aplicação em todo o banco, a monitorização de indicadores informáticos importantes, tópicos de segurança informática e cibersegurança, e a mitigação e gestão dos riscos informáticos. O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação também abordou as iniciativas do banco relativas a inovação.

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comités dos quais eram membros, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comités)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comités)	Participação (comités)	Participação em % (todas as reuniões)
Achleitner	56	7	7	49	46	95
Blomeyer-Bartenstein	19	7	7	12	12	100
Bsirske	32	7	7	25	24	97
Clark	16	7	7	9	9	100
Duscheck	17	7	7	10	7	82
Eschelbeck	11	7	7	4	4	100
Garrett-Cox	21	7	5	14	10	71
Heider	16	7	7	9	9	100
Klee	11	7	6	4	3	82
Mark	18	7	7	11	11	100
Meddings	8	5	5	3	3	100
Platscher	21	7	7	14	12	90
Polaschek	40	7	7	33	33	100
Rose	19	7	6	12	9	79
Schütz	15	7	7	8	8	100
Simon	27	5	5	22	22	100
Szukalski	13	7	7	6	6	100
Thain	10	7	6	3	2	80
Trogni	17	7	7	10	10	100
Valcárcel	7	2	2	5	5	100
Winkeljohann	21	7	7	14	14	100
Zeltner	2	2	0	0	0	0

Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités está em conformidade com os requisitos da lei bancária alemã (KWG), assim como com as normas de governação regulamentares. A adequação de cada membro individual foi avaliada não só internamente pelo Comité de Nomeações, como externamente, em geral pelo Banco Central Europeu, e foi determinada e monitorizada continuamente pela Equipa Comum de Supervisão (JST). A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva).

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes de todos os comités são independentes em conformidade com os termos de referência aplicáveis periodicamente. Eles coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos e matérias do caso relevantes no desempenho das suas funções. A cooperação nos comités foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités houve debates regulares nas “Sessões Executivas” sem a participação do Conselho de Administração.

Com base nas recomendações individuais dos comités responsáveis pelas mesmas, determinámos que a Sra. Garrett-Cox, o Dr. Valcárcel, o Dr. Achleitner e o Professor Dr. Winkeljohann são os especialistas financeiros em conformidade com a definição das regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission) emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, bem como do artigo 100.º, n.º 5 e do artigo 107.º, n.º 4, da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e do artigo 25.º-D, n.º 9, da lei bancária alemã (KWG). O Dr. Achleitner foi nomeado como especialista de remuneração, em conformidade com as disposições do artigo 25.º-D, n.º12 da lei bancária alemã (KWG). Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes.

O Dr. Achleitner e os presidentes dos comités reuniram regularmente com representantes dos reguladores-chave e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Durante o exercício financeiro de 2019, o Dr. Achleitner, na sua capacidade como presidente do Conselho de Fiscalização, levou a cabo discussões, juntamente com o Departamento de Relações com os Investidores do banco, com investidores e consultores de representação sobre temas de governação e estratégia na perspetiva do Conselho de Fiscalização, bem como sobre a remuneração do Conselho de Administração.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em plenário abordámos a avaliação prevista por lei do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização para o exercício de 2019. O debate final dos resultados ocorreu a 29 de janeiro de 2020 e os resultados foram apresentados num relatório final. Implementámos os melhoramentos potenciais que foram identificados no exercício de 2018. Continuamos a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e tempo disponível dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. As medidas de melhoramento discutidas com os membros do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização para aumentar a eficiência do trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivas oito comissões especializadas permanentes que se reúnem regularmente são implementadas prontamente.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração a 25 de outubro de 2018, foi reemitida por procedimento de votação circular em 30 de outubro de 2019. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 406 do Relatório Anual de 2019 e no nosso sítio Web em https://www.db.com/ir/en/documents.htm. As nossas declarações de conformidade desde 2007 estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas. Além disso, várias medidas destinadas à educação foram realizadas para o trabalho do Conselho de Fiscalização em plenário e comités para manter e alargar o conhecimento especializado necessário. Os tópicos eram compostos, entre outros, pelos produtos e serviços de um banco de investimento, a supervisão e regulação bancária, as tarefas de um departamento de tesouraria, a evolução macroeconómica e as comunicações internas e relações com os investidores.

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados individualmente para facilitar a sua adaptação ao cargo.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

O Professor Dr. Simon não participou nas partes das reuniões, deliberações e resoluções relativas à sua nomeação como membro do Conselho de Administração. Além disso, não participou na discussão e votação das recomendações da proposta de resolução do Comité de Nomeações relativas às três nomeações do Conselho de Administração em 7 de julho.

O Dr. Achleitner não participou na votação do Conselho de Fiscalização sobre as deliberações da Assembleia Geral que lhe diziam respeito.

Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório Não-Financeiro Separado Combinado

A KPMG auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2019 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 13 de março de 2020. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Pukropski e Sr. Böth. O Sr. Pukropski assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez para o exercício financeiro de 2013 e o Sr. Böth pela primeira vez para o exercício financeiro de 2017.

Além disso, a KPMG realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro combinado separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais para 2019 e demonstrações financeiras consolidadas para 2019, bem como o relato não financeiro para 2019 na respetiva reunião em 18 de março de 2020. Os representantes da KPMG apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro – na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor – tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais.

Questões pessoais

O Professor Dr. Simon e o Sr. Meddings deixaram o Conselho de Fiscalização com efeito a partir de 31 de julho de 2019. O Dr. Valcárcel foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 1 de agosto de 2019, até à conclusão da Assembleia Geral Ordinária em 2020. O Sr. Zeltner foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 20 de agosto de 2019. Renunciou ao seu mandato no Conselho de Fiscalização com efeito a partir de 15 de dezembro de 2019. O Sr. Gabriel foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 11 de março de 2020, até à conclusão da Assembleia Geral Ordinária em 2020.

Em 7 de julho de 2019, nomeámos a Sra. Riley, o Sr. Leukert e o Professor Dr. Simon membros do Conselho de Administração. As suas nomeações foram sujeitas à condição prévia de que as autoridades reguladoras responsáveis notificassem por escrito o Deutsche Bank AG de que não seriam alvo de objeção. Quado as notificações foram recebidas pela Sra. Riley e pelo Sr. Leukert, estes tornaram-se membros do Conselho de Administração com efeito a partir de 1 de janeiro de 2020. O Professor Dr. Simon tornar-se-á membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. Até esse momento, continuará a realizar seu trabalho como Gestor Geral (Generalbevollmächtigter). Em 1 de novembro de 2019, nomeámos o Sr. Campelli membro do Conselho de Administração com efeito imediato. Em janeiro de 2019, resolvemos alargar a nomeação do Sr. Steinmüller por um ano, até 31 de julho de 2020. Em janeiro de 2020, decidimos prorrogar as nomeações do Conselho de Administração do Sr. Lewis por três anos, até 31 de maio de 2023, e do Sr. von Moltke por três anos, até 30 de junho de 2023.

A Sra. Matherat, o Sr. Ritchie e o Sr. Strauß deixaram o Conselho de Administração com efeito a partir de 31 de julho de 2019.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros que abandonaram o Conselho de Fiscalização no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Também gostaríamos de agradecer aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 19 de março de 2020
O Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
Presidente

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Munique
Alemanha

Detlef Polaschek*
- Vice-presidente
Essen
Alemanha

Ludwig Blomeyer-Bartenstein*
Bremen
Alemanha

Frank Bsirske*
Berlim
Alemanha

Mayree Carroll Clark
Nova Canaan
EUA

Jan Duscheck*
Berlim
Alemanha

Dr. Gerhard Eschelbeck
Cupertino
EUA

Sigmar Gabriel
desde 11 de março de 2020
Goslar
Alemanha

Katherine Garrett-Cox
Brechin, Angus
Reino Unido

Timo Heider*
Emmerthal
Alemanha

Martina Klee*
Frankfurt am Main
Alemanha

Henriette Mark*
Munique
Alemanha

Richard Meddings
até 31 de julho de 2019
Cranbrook
Reino Unido

Gabriele Platscher*
Braunschweig
Alemanha

Bernd Rose*
Menden
Alemanha

Gerd Alexander Schutz
Viena
Áustria

Prof. Dr. Stefan Simon
até 31 de julho de 2019
Zurique
Suíça

Stephan Szukalski*
Ober-Morlen
Alemanha

John Alexander Thain
Rye
EUA

Michele Trogni
Riverside
EUA

Dr. Dagmar Valcarcel
desde 1 de agosto de 2019
Madrid
Espanha

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann
Osnabruck
Alemanha

Jurg Zeltner
de 20 de agosto a 15 de dezembro de 2019
Uetikon am See
Suíça

* Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Detlef Polaschek*, Prof. Dr. Stefan Simon (até 31 de julho de 2019), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (desde 1 de agosto de 2019)

Comité de Nomeações
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Mayree Carroll Clark (desde 1 de agosto de 2019), Detlef Polaschek*, Gerd Alexander Schütz, Prof. Dr. Stefan Simon (até 31 de julho de 2019)

Comité de Auditoria
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark*, Gabriele Platscher*, Detlef Polaschek*, Bernd Rose*, Prof. Dr. Stefan Simon (até 31 de julho de 2019), Dr. Dagmar Valcárcel (desde 1 de agosto de 2019)

Comité de Risco
Mayree Carroll Clark, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein*, Jan Duscheck*, Stephan Szukalski*, Michele Trogni, Prof. Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Integridade
Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente (desde 1 de agosto de 2019), Prof. Dr. Stefan Simon, Presidente (até 31 de julho de 2019)
Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein*, Sigmar Gabriel (desde 11 de março de 2020), Katherine Garrett-Cox (até 11 de março de 2020), Timo Heider*, Gabriele Platscher*

Comité de Controlo de Remunerações
Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Detlef Polaschek*, Prof. Dr. Stefan Simon (até 31 de julho de 2019)

Comité de Estratégia

John Alexander Thain, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske*, Mayree Carroll Clark, Timo Heider* Henriette Mark*, Richard Meddings (até 31 de julho de 2019), Detlef Polaschek*, Michele Trogni (desde 1 de agosto de 2019)

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente
Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck*, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee*, Bernd Rose*

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner, Presidente
Frank Bsirske*, Detlef Polaschek*, Prof. Dr. Stefan Simon (até 31 de julho de 2019), Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (desde 1 de agosto de 2019)

*Representantes dos colaboradores

Estratégia

Em julho de 2019, anunciámos uma estratégia de transformação radical para o Deutsche Bank. O nosso objetivo é mudar o Deutsche Bank fundamentalmente, de forma que melhore significativamente a rentabilidade dos acionistas. Esta estratégia é sustentada por quatro objetivos específicos. Primeiro, redirecionar o Deutsche Bank em torno de quatro negócios principais, com enfoque em áreas-chave de força e em fontes de receitas mais previsíveis e, ao mesmo tempo, abandonar áreas de negócio com poucas probabilidades de produzir receitas adequadas. Segundo, reduzir os nossos custos ajustados e melhorar a eficiência e eficácia da nossa infraestrutura. Terceiro, revigorar a liderança e o espírito do banco, permitindo uma tomada de decisão mais rápida e aumentando a disciplina ao executar e libertar a cultura empreendedora do Deutsche Bank. Finalmente, libertar capital para receitas aos acionistas, reduzindo os nossos ativos através de uma Capital Release Unit recém-criada.

Para 2019, relatámos que o nosso desempenho estava em linha ou ligeiramente à frente dos nossos objetivos e metas financeiras a curto prazo: reduções de custos, bem como rácios de capital e alavancagem.

Como parte da profunda transformação e reestruturação do nosso negócio, queremos incorporar a sustentabilidade em todos os nossos negócios e tornar-nos um parceiro estratégico de escolha para os nossos clientes, para apoiarmos a sua transição e a transformação geral rumo ao crescimento económico sustentável. Para mais detalhes, consulte o nosso Relatório Não Financeiro de 2019.

Estabilizar e criar dinâmica no Core Bank

Como parte da nossa transformação estratégica, criámos um Core Bank e uma Capital Release Unit separada.

O Core Bank, que representa a nossa visão estratégica, compreende quatro divisões operacionais: Corporate Bank; Investment Bank; Private Bank e Asset Management, em conjunto com Corporate & Other. O nosso principal objetivo no Core Bank era estabilizar as receitas e posicioná-las para o crescimento. Em 2019, cumprimos este objetivo. As receitas do Core Bank, ajustadas por rubricas específicas, mantiveram-se essencialmente estáveis em relação a 2018. No segundo semestre de 2019, os primeiros seis meses da nossa estratégia de transformação, as receitas do Core Bank, excluindo rubricas específicas, aumentaram ligeiramente em relação ao mesmo período de 2018, apesar dos obstáculos, que incluíram uma conjuntura de taxas de juro ainda mais difícil, uma economia global em abrandamento e esforços substanciais de reestruturação.

Apesar dos desafios que enfrentámos em 2019, a rentabilidade a nível operacional no Core Bank foi encorajadora. Os lucros antes de impostos reportados foram de 543 milhões de euros em 2019, um valor significativamente inferior ao do ano anterior, impulsionado por efeitos relacionados com a transformação. No entanto, ajustado a rubricas específicas de receitas, encargos de transformação, imparidade do goodwill e outros ativos intangíveis, bem como despesas de reestruturação e indemnizações, o Core Bank teria reportado um lucro antes de impostos de 2,8 mil milhões de euros, um aumento de 7% em relação a 2018, numa base equivalente. O nosso progresso em 2019 deverá proporcionar uma base sólida para o crescimento futuro, uma vez que o impacto da execução da estratégia se reflete cada vez mais nos nossos resultados financeiros.

A Capital Release Unit inclui áreas de negócio que já não constituem uma parte central da nossa estratégia ou produtos com receitas insuficientes. Estes incluíam a negociação de ações, posições de rendimento fixo de retorno mais baixo, particularmente em Taxas, a nossa antiga carteira não estratégica da CIB, e as nossas operações de retalho em Portugal e na Polónia. O nosso objetivo é sair dos ativos e áreas de negócios da Capital Release Unit da forma mais eficiente possível.

Continuar a cumprir as metas de redução de custos

A redução de custos é um elemento essencial da nossa estratégia de transformação. O nosso objetivo é reduzir os nossos custos ajustados para 17 mil milhões de euros em 2022, enquanto continuamos a investir em tecnologia e controlos fortes.

Em 2019, os nossos esforços de redução de custos permaneceram no caminho certo. Reduzimos os custos ajustados para 21,5 mil milhões de euros, em linha com a nossa meta publicada, excluindo os custos de transformação e os gastos do quarto trimestre associados à transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Estes progressos refletem oito trimestres sucessivos de reduções ano após ano dos custos ajustados, excluindo os efeitos relacionados com a transformação e as taxas bancárias. Os nossos gastos operacionais (excl. juros) para o ano de 2019 foram de 25,1 mil milhões de euros. Numa base de equivalência a tempo inteiro (FTE), reduzimos o número de colaboradores internos para menos de 88.000 no fim do exercício de 2019, atingindo a nossa meta de menos de 90.000 e uma descida de mais de 4.100 FTE durante o ano.

A disciplina rigorosa de custos continuará a ser fundamental para alcançarmos os nossos objetivos a curto prazo e estamos empenhados em manter a dinâmica dos nossos esforços de redução de custos em 2020 e nos anos seguintes. Em 2020, pretendemos reduzir para 19,5 mil milhões de euros os custos ajustados, excluindo os custos de transformação e as despesas reembolsáveis associadas à transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas, com uma contribuição substancial das medidas já implementadas em 2019.

Gestão conservadora do balanço: um elemento essencial da nossa estratégia

Continuamos empenhados em gerir o nosso balanço de forma conservadora enquanto executamos a transformação estratégica, tendo cumprido este compromisso em 2019. Um forte rácio de capital é fundamental para este objetivo. No final de 2019, o nosso rácio CET 1 era de 13,6%, estável em relação ao final de 2018. Conseguimos compensar o impacto negativo dos efeitos relacionados com a transformação no capital através de reduções nos ativos ponderados pelo risco, em grande medida graças à entrega pela Capital Release Unit. Estes esforços também contribuíram para um rácio de alavancagem fully-loaded de 4,2% no final do ano, face a uma meta de 4%.

O rácio empréstimos/depósitos do Grupo foi de 76% no final de 2019, refletindo uma base de financiamento forte e estável que suporta a nossa crescente carteira de crédito. A nossa base de financiamento beneficiou de melhorias estruturais no nosso balanço, e 83% do financiamento total provém agora das fontes mais estáveis. As provisões para perdas de crédito, embora superiores às de 2018, permaneceram relativamente baixas em 17 pontos base de crédito, refletindo os nossos padrões conservadores de subscrição, uma forte gestão do risco e carteiras de baixo risco. Mantivemos um rácio de cobertura de liquidez de 141% no final de 2019, confortavelmente acima dos requisitos regulamentares e amplamente em linha com o final do ano de 2018.

O nosso objetivo é manter um rácio CET 1 de pelo menos 12,5% em 2020 e em todos os momentos durante a execução da nossa estratégia de transformação, reduzindo ainda mais os RWA das alienações de ativos na Capital Release Unit, enquanto alocamos capital adicional para o crescimento dos nossos principais negócios. Pretendemos ainda aumentar o nosso rácio de alavancagem para 4,5% numa base fully-loaded até ao final de 2020, e para cerca de 5% em 2022.

A redução do balanço na Capital Release Unit está no caminho certo

Ao estabelecer a nossa Capital Release Unit, o nosso objetivo é libertar o capital atualmente consumido por ativos de baixo retorno, negócios com retorno insuficiente ou atividades que já não são essenciais para a nossa estratégia. As reduções de ativos apoiam o nosso objetivo do rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) e permitem-nos financiar o custo da transformação a partir dos recursos de capital existentes.

A Capital Release Unit cumpriu ou antecipou-se aos seus objetivos durante 2019. A CRU reduziu a exposição de alavancagem para 127 mil milhões de euros até ao final de 2019, valor que excede o objetivo de 140 mil milhões de euros e representa uma redução significativa em relação ao valor de 281 mil milhões de euros no final de 2018. Os ativos ponderados pelo risco foram reduzidos para 46 mil milhões de euros, face a um objetivo de 52 mil milhões de euros, e face a 72 mil milhões de euros no final do ano anterior. Os custos ajustados na Unidade, em cerca de 2,6 mil milhões de euros, excluindo os efeitos relacionados com a transformação, estiveram em linha com as expectativas.

O nosso progresso incluiu a assinatura de um acordo-quadro de transação com o BNP Paribas para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo deste acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas, o que se espera que ocorra até ao final de 2021.

A Capital Release Unit continuará a executar o seu programa de redução de ativos em 2020, alienando ativos enquanto procura reduzir os custos associados às posições abandonadas. Outras iniciativas de gestão de despesas estarão centradas na redução dos gastos em infraestruturas em consonância com o negócio, em 2020 e nos anos futuros.

Os nossos objetivos financeiros

Os nossos principais objetivos financeiros são:

Objetivos a curto prazo para 2020

- Custos ajustados, excluindo os efeitos relacionados com a transformação e despesas reembolsáveis associadas à transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas, no valor de 19,5 mil milhões de euros
- Rácio de capital Common Equity Tier 1 de pelo menos 12,5%
- Rácio de alavancagem (fully loaded) de 4,5%, excluindo os saldos associados à nossa plataforma Prime Finance que mantemos para o BNP Paribas

Metas Financeiras para 2022

- Custos ajustados de 17 mil milhões de euros
- Rácio de capital Common Equity Tier 1 de pelo menos 12,5%
- Rácio de alavancagem (fully loaded) de ~5%
- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos de 8% para o Grupo
- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 9% para o Core Bank
- Rácio custo-rendimento de 70%

A atual pandemia da COVID 19 e seu potencial impacto na economia global podem afetar a nossa capacidade de atingir as nossas metas financeiras. Embora seja demasiado cedo para prevermos os impactos que a pandemia em expansão e as respostas governamentais à mesma podem ter sobre o nosso negócio ou sobre as nossas metas financeiras, podemos ser afetados de forma adversa por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais.

Os Custos ajustados, Custos ajustados excluindo os custos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e o impacto da transferência da Global Prime Finance para o BNP Paribas, bem como a Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos, são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Os nossos negócios

Esta secção deve ser lida em conjunto com a secção Deutsche Bank: A nossa Organização na Análise operacional e financeira neste relatório.

Corporate Bank

Após o anúncio da nossa transformação estratégica em julho de 2019, o Corporate Bank (CB) integrou com sucesso as diversas unidades de cobertura e serviços que lidam com o cliente numa única divisão de negócio consistente e global. Demos passos decisivos para a integração da divisão e posicionámo-nos no sentido de um crescimento futuro. Definimos uma estratégia global de cobertura de clientes corporativos, incluindo medidas para nos centrarmos no crescimento dos nossos negócios de clientes multinacionais na APAC, EMEA e nos EUA, e aumentarmos a utilização dos produtos dos nossos clientes. Na Alemanha, definimos três segmentos-alvo de clientes com estratégias distintas por segmento, para assegurar a cobertura das necessidades dos nossos clientes, alinhando ao mesmo tempo os nossos esforços de cobertura. Na APAC, ao longo do último ano investimos em pessoas e tecnologia para impulsionar o crescimento.

O Corporate Bank opera em mercados atrativos com elevadas barreiras a oportunidades de entrada e de crescimento contínuo, especialmente na Ásia. Ao mesmo tempo, algumas partes da banca de empresas, especialmente os pagamentos, estão a experimentar um elevado grau de inovação e perturbação, impulsionado por desenvolvimentos tecnológicos de elevado ritmo e pela emergência de novos concorrentes. No entanto, acreditamos que as nossas principais competências nos colocam numa boa posição para beneficiarmos desta conjuntura em 2020 e nos anos seguintes.

Em primeiro lugar, as nossas capacidades em Cash Management, Trade Finance e Foreign Exchange, esta última em estreita colaboração com o Investment Bank, permitem-nos servir as principais necessidades dos nossos clientes empresariais. Em segundo lugar, agimos como um prestador de serviços altamente especializado para Instituições Financeiras, salvaguardando ativos e oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente. Em terceiro lugar, tendo os pagamentos como o nosso produto âncora, o nosso franchise de Cash Management fornece soluções holísticas de fluxo de trabalho para clientes em segmentos de alto crescimento, tais como a tecnologia e a plataforma, à escala global. Em quarto lugar, somos o banco líder no atendimento a empresas alemãs no país e no exterior, pois atendemos cerca de 900.000 clientes comerciais na Alemanha - desde grandes multinacionais até ao Mittelstand, passando por pequenos clientes comerciais.

Definimos uma série de iniciativas específicas para capitalizar as nossas competências centrais e aumentar as nossas receitas nestas áreas. Estas medidas incluem a reavaliação dos depósitos para compensar o impacto das taxas de juro negativas e o crescimento do nosso negócio com plataformas, FinTechs e soluções de pagamento eCommerce.

Pretendemos capitalizar a nossa capacidade de oferecer a gama completa de soluções de risco, assessoria financeira, soluções de investimento e financiamento para a tesouraria empresarial. Em particular, pretendemos tirar partido da nossa plataforma líder de Fixed Income and Currencies e aumentar as taxas e receitas de FX junto dos nossos clientes empresariais.

Um outro fator de crescimento é a expansão dos nossos negócios na Ásia. Nos serviços de valores mobiliários, planeamos impulsionar o crescimento em determinadas áreas geográficas chave; em Trade Finance, o nosso foco está nos corredores comerciais intra-asiáticos, por um lado, mas também, por outro lado, na alavancagem da atividade existente de clientes na Ásia, por exemplo da Alemanha e dos EUA. Em Cash Management, esperamos impulsionar o crescimento em toda a região, em particular no nosso envolvimento com o sistema de pagamentos em tempo real na Índia. Finalmente, mesmo com o crescimento dos nossos negócios com clientes a nível global, pretendemos continuar a aplicar princípios sólidos de gestão de risco, de modo a manter a elevada qualidade da nossa carteira de crédito e padrões rigorosos de crédito.

Investment Bank

Durante o segundo semestre de 2019, o foco do Investment Bank (IB) foi a estabilização do franchise, através da tomada de medidas para reestruturar negócios de fluxo específico dentro da FIC e do início de ações para reduzir materialmente a base de custos. Com a instalação operacional em grande parte concluída no final do terceiro trimestre, houve sinais de um impacto positivo no quarto trimestre de 2019.

Em 2020 e nos anos seguintes, o BI está focado em melhorar a rendibilidade do capital próprio tangível através de uma combinação de crescimento controlado das receitas, da otimização do financiamento e da redução contínua dos custos. Pretendemos atingir este objetivo, concentrando-nos nos pontos fortes e reformulando os negócios que atualmente operam abaixo dos nossos objetivos de rendibilidade do capital próprio tangível.

Dentro da FIC, temos como meta manter uma posição nos cinco principais a nível global e uma posição nos três principais na EMEA, de acordo com a Industry Monitor Coalition. Pretendemos manter um franchise líder em Financiamento de Crédito e Trading, com um investimento contínuo em Financiamento Baseado em Ativos e Imobiliário Comercial. A Flow Credit pretende operar em estreita parceria com a Origination para fornecer liquidez de mercado secundário às emissões lideradas pelo banco, enquanto planeamos expandir a nossa gama de produtos oferecidos aos clientes a nível global e aumentar as receitas da nossa base de clientes institucionais através do aumento da intensidade de cobertura nas contas em destaque. Na área de Rates, pretendemos melhorar a automatização do negócio de fluxos e aumentar a nossa base de clientes corporativos em parceria com o Corporate Bank, e esperamos alcançar mais reduções de custos através da tecnologia e da simplificação de processos. Na área Foreign Exchange, planeamos continuar a desenvolver tecnologia para manter a nossa vantagem competitiva e construir a nossa parceria de FX com o Banco Corporativo. Finalmente, planeamos completar a criação de um novo negócio de Global Emerging Markets, combinando as nossas atuais plataformas de EM Debt e mercados locais da Ásia. Isto deverá proporcionar aos nossos clientes uma oferta melhorada. Procuraremos alavancar o sucesso da passagem a um suporte eletrónico na Ásia para as regiões CEEMEA e da América Latina em parceria com o Corporate Bank.

Na área Origination & Advisory pretendemos aumentar a quota de mercado na Geração de dívida em 2020, intensificando o nosso foco nas emissões de grau de investimento e desenvolvendo a nossa distribuição de risco e otimização de recursos para apoiar o crescimento. Na área de Advisory, estamos focados em indústrias com potencial de crescimento e onde o banco tem uma vantagem competitiva e visando contratações selecionadas em setores chave. Na área de Equity Origination, planeamos continuar a oferecer a emissão e distribuição primária competitiva de subscrição para os clientes em todos os produtos, e tentaremos alavancar a nossa experiência em segmentos específicos da indústria.

A nível regional, planeamos manter uma presença global em linha com o atendimento às necessidades dos clientes do Investment Bank. Pretendemos enfatizar o crescimento com clientes corporativos através da parceria com o Corporate Bank em vários negócios, ao mesmo tempo que nos concentramos em aprofundar as relações existentes com clientes institucionais e corporativos. Esperamos continuar a reduzir custos, aumentando ainda mais a disciplina de gestão de despesas nas áreas que lidam com o cliente e concentrando-nos na eficiência tecnológica e de infraestruturas.

Continuamos a assistir a uma clara oportunidade para a divisão IB ocupar uma posição atrativa como um dos poucos participantes europeus de relevância global no mercado global da IB.

Private Bank

O Private Bank (PB) foi formado após o anúncio da nossa transformação estratégica em julho de 2019. O Private Bank Alemanha é o banco de retalho líder na Alemanha, com duas marcas altamente complementares, o Deutsche Bank e o Postbank, servindo aproximadamente 19 milhões de clientes. Abordamos clientes que buscam soluções de consultoria com as ofertas do Deutsche Bank e aqueles que procuram conveniência através das ofertas do Postbank. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências do Postbank.

Acreditamos que, com 19 milhões de clientes, o Private Bank Alemanha beneficia de vantagens competitivas únicas. A divisão continua a investir em tecnologia a fim de desenvolver uma poderosa oferta digital. Isto permite que os clientes interajam online ou offline. Além disso, com a nossa marca "Deutsche Bank" estamos focados no serviço a clientes abastados, que possuem consultores altamente qualificados, e pretendemos complementar as nossas ofertas através de uma estreita colaboração com especialistas no Investment Bank e na área de Asset Management para oferecer soluções à medida dos nossos clientes, especialmente relevantes na atual conjuntura de taxas de juro.

Dentro do Private Bank Alemanha, a integração do Postbank está bem encaminhada. Em 2019, finalizámos o balanço das negociações de juros com a comissão de trabalhadores, tanto para uma única sede como para a unidade operacional para as marcas Deutsche Bank e Postbank, o que nos permite implementar as medidas de eficiência específicas. Continuámos a otimizar o nosso ramo de retalho e a nossa presença na área de vendas e executámos iniciativas de crescimento, bem como de fixação de preços. Na sequência do anúncio da estratégia em julho de 2019, operacionalizámos a separação dos negócios dos clientes comerciais na Alemanha no recém-formado Corporate Bank para permitir um maior foco no Private Bank na nossa base de clientes de retalho. No último trimestre de 2019, começámos a fundir os antigos sistemas informáticos do Postbank com a plataforma informática do Deutsche Bank, como um primeiro passo para a construção de uma plataforma informática de retalho moderna e flexível. Além disso, estamos a fazer progressos nos preparativos para a fusão da entidade jurídica Deutsche Bank PFK AG com o Deutsche Bank AG. Espera-se que esta fusão de entidades jurídicas crie mais economia de custos.

Na nossa Private and Commercial Business International, prestamos serviços bancários de aconselhamento a clientes privados predominantemente abastados e a pequenas e médias empresas orientadas para a exportação nos principais mercados da Zona Euro, incluindo Itália, Espanha e Bélgica, bem como na Índia. O nosso franchise é complementado por um negócio de retalho de financiamento ao consumidor em Itália. Em 2019, concluímos com sucesso a venda do nosso negócio de retalho local em Portugal. No nosso negócio contínuo, fizemos progressos significativos no aperfeiçoamento dos modelos de negócio do nosso país, incluindo a simplificação das nossas redes de agências e funções centrais. Lançámos também uma iniciativa transversal, em conjunto com a Wealth Management, Corporate Bank e Investment Bank, para crescer na nossa proposta a PME e Empresários, melhorando o nosso modelo de cobertura e oferta de produtos, a começar em Itália e Espanha. Além disso, introduzimos novas ferramentas de consultoria digital e modelos de consultoria remota e temos investido nas nossas principais plataformas bancárias em Itália e na Índia para criar um ambiente tecnológico robusto para o crescimento futuro.

Futuramente, espera-se que os investimentos em Itália se normalizem, já que pretendemos implementar uma nova plataforma bancária central no segundo trimestre de 2020. Outras reduções de custos devem resultar da otimização contínua da nossa rede de agências e das estruturas das sedes nacionais, à medida que melhoramos as nossas capacidades digitais, e do uso crescente de soluções de automatização e de soluções informáticas ágeis. Apoiados pela nossa combinação de entrega local e força global, bem como pelos nossos investimentos digitais, pretendemos aumentar as nossas receitas, especialmente com produtos de investimento, produtos bancários de negócios e financiamento ao consumidor.

Na área de Wealth Management, onde combinamos património local e alcance global, também oferecemos aconselhamento especializado em conjunto com uma vasta gama de serviços, desde soluções padronizadas a soluções altamente personalizadas. O nosso foco está em servir indivíduos com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW) e as suas famílias e empresas, bem como clientes profissionais, como escritórios familiares, fornecendo-lhes acesso a uma gama completa de produtos e associando-os às capacidades mais amplas do banco. Pretendemos monetizar os investimentos que fizemos na contratação de pessoal de front-office e continuar a melhorar digitalmente a experiência dos nossos clientes. Para além da nossa estratégia de crescimento, procuramos constantemente tornar o nosso negócio global de Wealth Management mais focado e eficiente.

Em 2019, fizemos mais progressos na nossa agenda estratégica para proteger, transformar e fazer crescer o franchise. Investimos ainda mais no nosso quadro de controlo, procurámos investimentos contínuos na nossa plataforma e em soluções para lidarmos com os nossos clientes, e obtivemos poupanças através de medidas de otimização e simplificação. Em 2019, fizemos progressos significativos na contratação de diretores altamente experientes de investimento e de relacionamento com clientes a taxas de mercado competitivas, e agora procuramos focar-nos na monetização desses investimentos enquanto continuamos a investir em mercados estratégicos.

Asset Management

O setor da gestão de ativos está a evoluir, com maior concorrência, pressão contínua sobre as margens e rutura tecnológica. Em resposta, a área de Asset Management (AM) implementou uma série de iniciativas estratégicas para apoiar as nossas metas a médio prazo até 2021 e continuar a gerar valor para os acionistas através de fluxos líquidos, disciplina de custos e distribuição de dividendos. Acreditamos que a nossa gama diversificada de produtos e soluções de investimento com bom desempenho nos dá uma base sólida para o crescimento dos nossos ativos e rentabilidade, independentemente do mercado em que operamos.

Procuramos fazer das áreas das questões sociais, ambientais e de governação (ESG) e da sustentabilidade um foco estratégico essencial, tanto das nossas atividades fiduciárias como corporativas. Esperamos que, nos próximos anos, a sustentabilidade e os investimentos sustentáveis se tornem a força motriz por trás de uma gestão de ativos bem sucedida. Como a procura por produtos de investimento ESG aumentou significativamente, respondemos a essa procura lançando novos produtos inovadores e oferecendo versões ESG dos fundos existentes. O nosso objetivo é tornarmo-nos um gestor de ativos líder integrado em ESG, o que requer que a ESG esteja integrada em tudo o que fazemos.

O controlo de custos continua a ser fundamental para executar a nossa estratégia de negócio e para assegurar a criação de elevado valor para os acionistas. Nos próximos dois anos, o nosso objetivo é conseguir uma poupança adicional de 150 milhões de euros de custos brutos através do aumento da eficiência dos nossos funcionários, da redução do nosso panorama de fornecedores e da racionalização da nossa presença imobiliária. O nosso plano para o futuro é mudar da nossa complexa plataforma de infraestrutura informática antiga para uma infraestrutura informática de última geração que seja eficiente e adequada para as necessidades de gestão de ativos.

Um foco estratégico fundamental é procurar oferecer um investimento consistente e com melhor desempenho através de estratégias que estejam alinhadas com as necessidades dos nossos clientes cada vez mais sofisticados. Estamos a desenvolver o nosso processo de inovação para adequar as nossas soluções à procura do cliente. Pretendemos continuar a melhorar as nossas capacidades, combinando e alavancando as nossas plataformas de gestão de carteiras, incluindo o alinhamento dos segmentos Systematic & Quantitative Investments (SQI) com Passive, e combinando os segmentos Multi-Asset e Solutions, para ajudar a reforçar as nossas capacidades de consultoria. Através da plataforma de investimento planeamos alinhar a nossa oferta de produtos às necessidades estratégicas do cliente, o que resulta numa estrutura de produtos menos complexa e mais inovadora. Além disso, consolidámos as nossas capacidades internas de pesquisa na nossa "Research House" para melhorar o desempenho e reduzir custos de pesquisa externa.

A nossa estratégia visa o crescimento em linhas de produtos e regiões específicas, especialmente na Ásia. Como parte da nossa otimização estratégica regional, estamos focados no desenvolvimento e fomento de alianças estratégicas. Na Ásia, continuamos a trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros Nippon Life e Harvest Fund Management para explorar novas oportunidades de negócio na região. Pretendemos continuar a investir em capacidades digitais para acelerar a nossa prontidão em competir numa indústria em rápida evolução. O nosso compromisso de crescimento em digitalização e tecnologia é ainda mais realçado pelas nossas alianças estratégicas em curso.

1-

Relatório da Gestão Combinado

2	**Análise Operacional e Financeira**
2	**Sumário executivo**
5	**Grupo Deutsche Bank**
11	**Resultado operacional**
31	**Posição Financeira**
33	**Liquidez e Recursos de Capital**
35	**Perspetivas**
42	**Riscos e oportunidades**
49	**Relatório de Risco**
51	**Visão geral do risco e do capital**
55	**Quadro de risco e de capital**
66	**Gestão do risco e de capital**
98	**Desempenho de capital e risco**
168	**Relatório de Remunerações**
170	**Remuneração do Conselho de Administração**
197	**Relatório de Remuneração dos colaboradores**
209	**Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização**
213	**Responsabilidade corporativa**
214	**Funcionários**
218	**Controlo interno sobre o relato financeiro**
220	**Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo**
224	**Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão**
225	**Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)**

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas. São divulgadas declarações relativas ao futuro na nossa secção do Outlook.

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2019[2]	2018	Principal fator responsável
Economia global	**3,1**	3,8	Devido à incerteza comercial e geopolítica, o comércio internacional e a produção industrial global enfraqueceram visivelmente. Embora a política comercial e as questões do Brexit tenham avançado para uma resolução até ao final do ano, no decorrer do ano a política comercial, em particular, abrandou sem dúvida o crescimento económico, tanto nos países industrializados como nos mercados emergentes
Of which:			
Países industrializados	1,6	2,2	O abrandamento da dinâmica do comércio global afetou negativamente os países industrializados. O realinhamento das cadeias de valor globais pesou sobre a atividade económica, enquanto a procura interna permaneceu um pilar sólido de crescimento
Mercados emergentes	4,0	4,9	Os mercados emergentes foram também negativamente afetados pelas tensões comerciais e pelo consequente abrandamento do comércio mundial. Como resultado, o crescimento económico desacelerou acentuadamente nas principais regiões de mercados emergentes
Economia da área do euro	**1,2**	1,9	As tensões comerciais e o persistente Brexit, bem como as incertezas políticas regionais, pesaram sobre a atividade económica da Zona Euro. A procura interna foi o motor do crescimento. No entanto, houve sinais iniciais de repercussões negativas da fragilidade externa sentida no setor industrial. O Banco Central Europeu (BCE) reiniciou as compras de ativos líquidos e baixou a taxa de depósito, aliviando ainda mais as condições monetárias
Of which: Economia alemã	0,6	1,5	A indústria transformadora alemã caiu em recessão. O abrandamento do comércio mundial e os fatores idiossincráticos, por exemplo o setor automóvel, levaram a um abrandamento da produção e da entrada de encomendas. Em contraste, a construção e as indústrias de serviços mais orientados para o mercado interno continuaram a expandir-se. O consumo privado foi apoiado por um forte mercado de trabalho
Economia dos Estados Unidos	**2,3**	2,9	A economia dos EUA foi apoiada por um consumo privado robusto e condições financeiras fáceis. No entanto, a incerteza comercial pesou sobre a produção industrial e, como tal, reduziu os investimentos em capex. O mercado de trabalho permaneceu forte, com a taxa de desemprego a atingir o nível mais baixo em cinquenta anos. O Banco da Reserva Federal apoiou a atividade económica ao baixar a sua taxa diretora por três vezes em 2019
Economia do Japão	**0,7**	0,3	A atividade económica no setor da indústria transformadora enfraqueceu devido à desaceleração das economias ultramarinas. Os setores das indústrias não-transformadoras permaneceram estáveis. O consumo tem sido firme, apesar do aumento da taxa do imposto sobre o consumo em 2 pontos percentuais em outubro de 2019
Economia asiática[3]	**5,2**	6,2	O crescimento na região foi claramente atingido pelo conflito comercial, especialmente as economias menores e mais abertas, onde o crescimento dos investimentos também diminuiu
Of which: Economia chinesa	6,1	6,7	Na China, o crescimento abrandou devido aos impactos adversos das tarifas norte-americanas e de um comércio mundial em geral mais fraco, mas os cortes fiscais e os gastos com infraestruturas apoiaram a atividade económica. O crescimento da procura interna atingiu o seu ponto mais baixo durante o ano

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário.
[2] Fontes: Deutsche Bank Research.
[3] Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e Taiwan, ex Japão.

O

setor bancário

31.12.2019

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a Empresas	Empréstimos a Retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a Retalho	Principal fator responsável
Zona Euro	1,5	3,3	6,0	5,4	Crescimento estável dos empréstimos; o crescimento dos depósitos acelerou e é agora o mais alto desde a crise financeira.
Of which: Alemanha	5,7	4,5	4,2	4,8	Devido a taxas de juro com o registo mais baixo e parcialmente negativas, a expansão mais forte dos empréstimos desde a crise financeira. No entanto, o crescimento dos depósitos é semelhante.
US	3,4	4,2	5,9[1]	5,9[1]	Significativa desaceleração nos empréstimos a empresas, mas com recuperação do lado do retalho. Forte dinâmica de depósitos.
China	9,4	15,5	5,4	13,4	Ligeiro arrefecimento nos empréstimos às famílias. Os empréstimos do setor privado são agora essencialmente iguais aos depósitos do setor privado.

[1] O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

O volume de emissões de dívida atingiu o registo mais alto em 2019, embora a emissão de ações tenha sido fraca. A atividade de fusões e aquisições mostrou uma forte dinâmica, apesar de o volume de transações anunciadas ter sido ligeiramente inferior ao do ano anterior. As receitas das finanças corporativas no seu conjunto foram sólidas, embora modestamente inferiores às de 2018. As taxas da emissão de dívida atingiram um recorde histórico, mas caíram em todos os outros segmentos de produtos. As receitas diminuíram em todas as regiões, exceto na Ásia-Pacífico. De modo idêntico à dinâmica de emissão, a negociação de rendimento fixo teve um bom desempenho, em contraste com a diminuição dos volumes de negociação de ações, enquanto a negociação de derivados em relação ao ano anterior foi estável.

Desempenho do Deutsche Bank

Em 7 de julho de 2019, o Deutsche Bank anunciou uma transformação estratégica significativa para melhorar a rentabilidade e as receitas aos acionistas a longo prazo. De acordo com a estratégia, as nossas operações de negócios foram reorganizadas no terceiro trimestre de 2019 sob a estrutura divisional que compreende Corporate Bank (CB), Investment Bank (IB), Private Bank (PB), Asset Management (AM), Capital Release Unit (CRU) e Corporate & Other (C&O). As principais alterações em relação às informações por segmentos anteriormente relatadas pelo Deutsche Bank são descritas na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Como parte das nossas metas estratégicas a longo prazo, também estabelecemos novos objetivos a curto prazo para 2019 sobre custos ajustados, excluindo os custos de transformação, o rácio de capital CET1 e o rácio de alavancagem, que substituem os objetivos anteriores e são discutidos abaixo.
Os resultados estavam em linha ou à frente de todos os objetivos a curto prazo de 2019. O Deutsche Bank relatou uma perda líquida de 5,3 mil milhões de euros em 2019, inteiramente motivada por efeitos relacionados com a transformação. As perdas antes dos impostos foram de 2,6 mil milhões de euros em 2019, após a absorção de custos de transformação de 1,1 mil milhões de euros, prejuízos de goodwill de 1,0 mil milhões de euros e despesas de reestruturação e indemnizações de 805 milhões de euros. O Core Bank, que exclui a Capital Release Unit, relatou um lucro antes de impostos de 543 milhões de euros em 2019. Ajustado a custos de transformação de 635 milhões de euros, prejuízos de goodwill de 1,0 mil milhões de euros, despesas de reestruturação e indemnizações de 649 milhões de euros e rubricas de receitas específicas de 108 milhões de euros negativos, o lucro antes de impostos do Core Bank teria sido de 2,8 mil milhões de euros, um aumento de 7% em relação a 2018 numa base comparável.
As receitas excluindo rubricas específicas, Custos ajustados, Custos ajustados excluindo custos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e o impacto da transferência da Global Prime Finance para o BNP Paribas, Resultados ajustados antes de impostos e Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Desempenho operacional a curto prazo	Situação no final de 2019	Situação no final de 2018
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) [1]	(10.9) %	(0.1) %
Custos ajustados excluindo os custos de transformação[2]	21,6 mil milhões de euros	22,8 mil milhões de euros
Colaboradores[3]	87.597	91.737
Desempenho de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1[4]	13,6%	13,6%
Taxa de alavancagem (fully loaded)[4]	4,2%	4,1%

[1] Com base no lucro (prejuízo) atribuível a acionistas do Deutsche Bank após acumulações assumidas de cupões AT1. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.
[2] Excluindo as despesas de transformação mas incluindo as despesas de 102 milhões de euros incorridas no quarto trimestre de 2019 associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas e que são consistentes com as despesas elegíveis para reembolso nos termos do acordo de transferência. O reembolso é efetivo a partir de 1 de dezembro de 2019 e, como resultado, aproximadamente um terço do custo mencionado no quarto trimestre foi registado como reembolsável em receitas para o mês de dezembro. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual.
[3] Internos equivalentes a tempo inteiro.
[4] O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2019 foram de 23,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 2,2 mil milhões de euros ou 8 % face a 2018. Os principais fatores responsáveis pela diminuição foram a não recorrência de receitas associadas a atividades de negócio descontinuadas, impactos negativos no preço de mercado, bem como custos de cobertura e de redução de risco na Capital Release Unit (CRU). As receitas líquidas do Core Bank diminuíram 2%, para 23,0 mil milhões de euros, em termos reportados. Excluindo o impacto de rubricas específicas de receitas, as receitas do Core Bank mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior. As receitas

líquidas
do

Corporate Bank (CB), no valor de 5,3 mil milhões de euros, mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior, apesar dos obstáculos nas taxas de juro, impulsionados principalmente pelo crescimento dos empréstimos, pela melhoria dos fluxos de negócios e pelas medidas de fixação de novos preços. As receitas líquidas do Investment Bank (IB) diminuíram 7% para 7,0 mil milhões de euros em 2019, afetadas por menores receitas na área de Equity Origination e Advisory, bem como por Debt Valuation Adjustments (DVA) negativos em certos passivos derivados, enquanto as receitas na Debt Origination e FIC Sales & Trading se mantiveram essencialmente estáveis. As receitas líquidas do Private Bank (PB) foram de 8,2 mil milhões de euros, uma redução de 5% em relação ao ano anterior, refletindo principalmente a ausência de um ganho com a venda de um imóvel em 2018 e um menor impacto positivo das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim Excluindo estas rubricas, as receitas líquidas do Private Bank mantiveram-se essencialmente estáveis, uma vez que o crescimento do volume de empréstimos e das comissões compensou parcialmente os obstáculos das taxas de juro. As receitas líquidas na área de Asset Management (AM) de 2,3 mil milhões de euros aumentaram 7% em comparação com o ano anterior, impulsionadas por taxas de desempenho significativamente mais elevadas em Multi-Asset e Alternativas. As receitas em Corporate and Other (C&O) foram de 155 milhões de euros, em comparação com 120 milhões de euros negativos no ano anterior, refletindo um impacto favorável de diferenças de avaliação e calendarização impulsionado pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de risco relacionadas com os acordos de financiamento do banco, e parcialmente compensado por maiores encargos de financiamento e liquidez.

A provisão para perdas de crédito foi de 723 milhões de euros em 2019, um aumento de 199 milhões de euros, ou 38%, em comparação com um nível excecionalmente baixo de provisões em 2018. O aumento em relação ao ano anterior foi principalmente resultado de um pequeno número de eventos específicos em todos os segmentos e de lançamentos e recuperações menores em comparação com o ano anterior. Em 17 pontos base de empréstimos, o nível de provisionamento permanece baixo, refletindo os fortes padrões de subscrição do banco e o baixo perfil de risco da carteira de crédito subjacente.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 25,1 mil milhões de euros em 2019, um aumento de 1,6 mil milhões de euros ou 7% em relação a 2018, impulsionados principalmente por custos de transformação no valor de 1,1 mil milhões de euros, prejuízos de goodwill de 1,0 mil milhões de euros e despesas de reestruturação e indemnizações de 805 milhões de euros. Os custos ajustados, excluindo os custos de transformação, foram de 21,6 mil milhões de euros, menos 5% do que no ano anterior e em linha com o nosso objetivo de 21,5 mil milhões de euros para 2019, se ajustados para despesas de 102 milhões de euros incorridas no quarto trimestre de 2019 associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas e que são consistentes com as elegíveis para reembolso nos termos do acordo de transferência (o reembolso é efetivo a partir de 1 de dezembro de 2019, pelo que cerca de um terço do referido custo do quarto trimestre foi registado como reembolsável em receitas para o mês de dezembro). Os gastos com remunerações e benefícios diminuíram em relação ao ano anterior, refletindo reduções dos funcionários de mais de 4.100 equivalentes a tempo integral durante 2019. As reduções nos custos não remuneratórios impulsionadas pela gestão disciplinada dos custos foram conseguidas em todas as principais categorias, com exceção das despesas informáticas, que se mantiveram essencialmente estáveis durante 2019, refletindo o compromisso do Deutsche Bank em continuar a gastar em tecnologia e controlos, de acordo com a sua estratégia de transformação.

As perdas antes de impostos foram de 2,6 mil milhões de euros em 2019, em comparação com um lucro de 1,3 mil milhões de euros em 2018, impulsionadas principalmente por menores receitas na Capital Release Unit e pelos mencionados custos de transformação, prejuízos de goodwill e despesas de reestruturação e indemnizações.

A despesa com imposto sobre o rendimento foi de 2,6 mil milhões de euros em 2019, em comparação com 989 milhões de euros no ano anterior, uma vez que 2019 incluía ajustamentos de valorização de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação no valor de 2,8 mil milhões de euros.

O banco relatou um prejuízo líquido de 5,3 mil milhões de euros em 2019, inteiramente motivado pelos efeitos relacionados com a transformação acima mencionados, em comparação com um lucro de 341 milhões de euros em 2018.

O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) foi de 13,6% no final de 2019, sem alterações em comparação com 2018. O rácio de alavancagem melhorou de 4,1% em 2018 para 4,2% no final de 2019, numa base fully-loaded. O rácio de alavancagem numa base de integração progressiva foi de 4,3% em 2019, sem alterações em comparação com o ano anterior.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1.298 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Nessa data empregávamos 87.597 colaboradores internos equivalentes a tempo inteiro e operávamos em 59 países, com um total de 1.931 agências no mundo, das quais 69% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2019, estávamos organizados nos seguintes segmentos:

– Corporate Bank (CB)
– Investment Bank (IB)
– Private Bank (PB)
– Asset Management (AM)
– Capital Release Unit (CRU)
– Corporate & Other (C&O)

Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

Temos operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

– subsidiárias e agências em muitos países;
– escritórios de representação em muitos outros países; e
– um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações significativas desde 1 de janeiro de 2017, que não estão atribuídas às despesas de investimento ou alienações de divisões corporativas abaixo:

Em agosto de 2016, o Deutsche Bank Group celebrou um acordo para vender a Deutsche Bank S.A., a sua subsidiária bancária na Argentina, à Banco Comafi S.A. A transação faz parte do plano do Grupo para racionalizar a sua presença global. Em junho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui Divisões Corporativas e Funções de Infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais aos membros individuais do Conselho de Administração está descrita no plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comités. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração reconhece a importância de ter informações abrangentes e sólidas em todos os negócios, a fim de tomar decisões bem fundamentadas, e estabeleceu, para além dos Comités de Infraestrutura, Comités Executivos de Negócios e Comités Regionais, o "Comité de Gestão do Grupo", que visa melhorar o fluxo de informações entre as divisões corporativas e entre as Divisões Corporativas e o Conselho de Administração. O Comité de Gestão do Grupo enquanto plataforma sénior, o que não é exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações, é composto por todos os membros do Conselho de Administração, bem como pela maioria dos representantes comerciais seniores para trocar informações e discutir negócios, crescimento e rentabilidade.

Corporate Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank (CB) compreende o Global Transaction Banking, bem como o Commercial Banking na Alemanha. A divisão está focada principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais de maior e menor porte na Alemanha e empresas multinacionais. É também um parceiro das instituições financeiras no que diz respeito a determinados serviços de Transaction Banking. O Global Transaction Banking consiste nos quatro negócios: Cash Management, Trade Finance & Lending, Trust & Agency Services e Securities Services. A Banca Comercial fornece conhecimentos especializados integrados e uma oferta holística de produtos através das marcas Deutsche Bank e Postbank na Alemanha.

No CB efetuámos as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2017:

No início de outubro de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um contrato vinculativo para vender o seu negócio Alternative Fund Services, uma unidade da divisão Global Transaction Banking, à Apex Group Limited. A transação foi concluída no segundo trimestre de 2018.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2017.

Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os nossos conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem-nos oferecer soluções integradas.

Para além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de Cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura global no Corporate Bank reúne a unidade de Corporate Banking Coverage, centrada em grandes clientes corporativos internacionais, a Global Subsidiary Coverage, que cobre subsidiárias de clientes multinacionais, e o Finance Solutions Group, que fornece soluções de tesouraria. A unidade é gerida regionalmente na APAC, Américas e EMEA, para assegurar uma cobertura próxima dos nossos clientes. A cobertura da Banca Comercial fornece produtos e serviços às empresas alemãs de pequena e média capitalização.

Investment Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank (IB) combina as áreas de Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading e Origination & Advisory do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O seu foco está nos seus tradicionais pontos fortes em financiamento, assessoria, rendimento fixo e divisas, reunindo os seus conhecimentos especializados em banca grossista, cobertura, gestão do risco,

vendas e negociação, banca de investimento e infraestrutura. Isto permite ao IB alinhar os recursos e capital ao longo do nosso perímetro de clientes e produtos para servir eficazmente os clientes do banco.

No IB, efetuámos as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2017:

Em abril de 2019, a Tradeweb fechou a sua oferta pública inicial. A Tradeweb é uma empresa de serviços financeiros que cria e opera no mercado de balcão (OTC) para negociar produtos de rendimento fixo e derivados. O Grupo Deutsche Bank tem um interesse económico na Tradeweb desde 2007 e participou na oferta pública inicial, juntamente com outros grandes acionistas do banco, vendendo uma parte das suas participações.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2017.

Produtos e serviços

A área de FIC Sales & Trading reúne uma força de vendas e pesquisa institucional com experiência em negociação e estruturação em Foreign Exchange, Rates, Credit e Emerging Markets. Os negócios de FIC Sales & Trading estão estrategicamente posicionados para responder à crescente automatização, expectativas regulatórias e procura dos clientes por uma padronização e transparência na execução dos produtos de crédito, rendimento fixo e divisas em países industrializados e mercados emergentes.

A área Origination and Advisory é responsável pelo nosso negócio de geração de dívida, fusões e aquisições (M&A), e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composta por equipas de cobertura regionais e focadas no setor, colideradas a partir dos polos do banco na Europa, EUA e Ásia-Pacífico, que facilitam a entrega de uma gama de produtos e serviços financeiros aos clientes corporativos do banco.

Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do IB é assegurada pelo grupo de clientes institucionais, que aloja a nossa equipa de vendas de dívida e trabalha em conjunto com o nosso Finance Solutions Group no Corporate Bank, abrangendo o mercado de capitais e soluções de tesouraria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos nossos clientes. Ambos os grupos trabalham em estreita colaboração com a equipa de Investment Banking Coverage dentro da Origination & Advisory.

Private Bank

Visão geral da divisão corporativa

No Private Bank (PB), servimos clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Nos nossos negócios internacionais, concentramo-nos também em clientes empresariais e comerciais. Estamos organizados em três divisões essenciais: Private Bank Alemanha, Private & Commercial Business International e Wealth Management. A nossa gama de produtos inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento e ofertas digitais selecionadas. Com estes produtos, oferecemos aos nossos clientes tanto a cobertura de todas as necessidades financeiras básicas, como de soluções individuais, feitas à medida.

A PB efetuou as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2017:

Em março de 2017, o Deutsche Bank Group assinou um acordo definitivo para vender a sua participação na Concardis GmbH, um prestador de serviços de pagamento alemão líder no mercado, estabelecido sob a forma de uma joint venture do setor bancário alemão, para um consórcio da Advent International e Bain Capital Private Equity. Em julho de 2017, a transação foi concluída com êxito.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2017.

Produtos e serviços

Na nossa divisão Private Bank Alemanha, seguimos uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas fortes e complementares - "Deutsche Bank" e "Postbank". Com a nossa marca “Deutsche Bank”, focamo-nos em fornecer aos nossos clientes individuais produtos e serviços bancários e financeiros que incluam soluções de consultoria individual e sofisticada. O foco da nossa marca “Postbank” permanece no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos nossos clientes de retalho. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, oferecemos também serviços postais e de encomendas nas nossas agências da marca Postbank.

A nossa divisão Private and Commercial Business Internacional fornece serviços bancários e outros serviços financeiros para clientes individuais e corporativos em Itália, Espanha, Bélgica e Índia, com algumas variações na oferta de produtos entre os países que são impulsionados pelo mercado nacional e pelas exigências regulatórias e de clientes.

A nossa divisão de Wealth Management serve indivíduos e famílias abastados, bem como empresários e fundações. Apoiamos os nossos clientes no planeamento, gestão e investimento do seu património, no financiamento dos seus interesses pessoais e empresariais e na assistência das suas necessidades institucionais e corporativas. Também prestamos serviços de tipo institucional para clientes sofisticados e complementamos a nossa oferta colaborando estreitamente com o Investment Bank, o Corporate Bank e o Asset Management.

Criámos também a unidade Digital Ventures para dirigir de forma global a agenda digital do PB através dos negócios e marcas, tendo por foco os novos modelos de negócio digital baseados na plataforma, investimentos de capital de risco, assim como digitalização dos processos completos e arquitetura de dados adequada como uma base para a análise de dados estruturais e a aplicação de inteligência artificial.

Canais de Distribuição e Marketing

Dedicamo-nos a uma abordagem omnicanal e os nossos clientes podem escolher de forma flexível entre as diferentes possibilidades de acesso aos nossos serviços e produtos, tais como agências, centros de consultoria, redes móveis de consultores independentes e banca online/móvel. A expansão de capacidades digitais continua a ser um foco importante em todos os nossos negócios. Continuaremos a otimizar o nosso mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos nossos clientes o acesso mais conveniente aos nossos produtos e serviços.

No nosso Private Bank Alemanha e no nosso Private & Commercial Business International temos canais de distribuição semelhantes. Estas incluem a nossa rede de agências, apoiada por call centers de apoio ao cliente e terminais de autosserviço; centros de consultoria da marca do Deutsche Bank na Alemanha, Itália e Espanha, que ligam a nossa rede da marca com as nossas ofertas digitais; a banca móvel e online, incluindo a nossa plataforma digital através da qual fornecemos uma plataforma de transações para os serviços de banca, corretagem e autosserviço, combinados com uma oferta universal para smartphones e tablets; e por fim, os consultores financeiros, como um canal de serviços adicional em colaboração com consultores financeiros em nome individual, assim como parceiros de vendas e cooperação.

A nossa divisão de negócios de Wealth Management tem uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por Executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

Asset Management

Visão geral da divisão corporativa

Com 768 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2019, a Asset Management (AM) é uma das principais organizações de gestão de ativos do mundo. A AM atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no nosso mercado doméstico na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições, governos, corporações e fundações, assim como investidores individuais.

Em março de 2018, o Deutsche Bank concluiu a oferta pública inicial (IPO) parcial da DWS Group GmbH & Co. KGaA ("DWS"), a holding da AM. Desde 23 de março de 2018, as ações da DWS estão cotadas na Bolsa de Valores de Frankfurt. Retemos 79,49% de participações de capital na DWS e a AM mantém-se como um negócio essencial para o Deutsche Bank.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2017.

Produtos e serviços

As ofertas de investimento da AM abrangem todas as principais classes de ativos, incluindo ações, rendimento fixo, dinheiro e multiativos, bem como investimentos alternativos. Os nossos investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, capitais privados, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Também oferecemos uma gama de investimentos passivos. Além disso, as estratégias de solução da AM são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras, assessoria na alocação de ativos, estruturação e sobreposição.

Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos da AM estão distribuídas pela EMEA (Europa, Médio Oriente e África), Américas e Ásia-Pacífico através de uma rede de distribuição global composta por profissionais de investimento e profissionais de vendas em 15 países. A AM também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo o Grupo Deutsche Bank.

Capital Release Unit

Ao estabelecer a nossa nova Capital Release Unit (CRU), planeamos libertar o capital atualmente consumido por ativos de baixo retorno, negócios com baixa rentabilidade e negócios que já não são considerados estratégicos. Isto inclui substancialmente todos os nossos negócios de Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, particularmente em Rates, a nossa antiga carteira não estratégica do CIB, bem como os negócios abandonados do nosso Private & Commercial Bank que incluem as nossas operações de retalho em Portugal e na Polónia.

A CRU efetuou as seguintes alienações significativas de capital desde 1 de janeiro de 2017:

Em 28 de dezembro de 2015, tínhamos acordado a venda de toda a nossa quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited à PICC Property and Casualty Company Limited. A transferência de ações foi concluída no quarto trimestre de 2016 e todas as restantes formalidades foram concluídas no primeiro trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, o Grupo celebrou um acordo para vender o seu negócio de Private & Commercial Banking polaco, excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, em conjunto com a DB Securities S.A., ao Santander Bank Polska. A transação foi concluída com sucesso no quarto trimestre de 2018.

Em março de 2018, o Grupo Deutsche Bank celebrou um acordo para vender o negócio de banca de retalho em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A.. As partes concluíram a transação no primeiro semestre de 2019.

O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas, o que se espera que ocorra até ao final de 2021.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade da nossa direção:

- Finanças, Impostos, Tesouraria, Relações com Investidores
- Risco, Compliance, Combate aos Crimes Financeiros
- Assuntos Jurídicos, Governação do Grupo, Privacidade, Governo e Assuntos Regulamentares
- Tecnologia, Dados e Inovação
- Serviços Corporativos, Operações (excluindo as Operações de Liquidação)
- Transformação, RH

Cada uma dessas funções é atribuída a um membro do Conselho de Administração que não tem a responsabilidade principal por uma divisão de negócios. A área de Infraestrutura também inclui Comunicação & Responsabilidade Social Corporativa, Pesquisa, Auditoria do Grupo que reporta ao Diretor Geral.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2019, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição da nossa própria conta relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, que substituiu a IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição”. A adoção resultou em mudanças relativas à imparidade, assim como em classificação e mensuração, conduzindo a alterações ao nível da apresentação das demonstrações financeiras. Estas alterações incluíram a introdução de rubricas específicas no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, para os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e a descontinuação de rubricas específicas para ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade para os anos financeiros a iniciar em 1 de janeiro de 2018.

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018		Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017	
(exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.749	13.192	12.378	557	4	814	7
Provisão para perdas de crédito	723	525	525	199	38	(0)	(0)
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**13.026**	12.667	11.853	359	3	815	7
Rendimentos de serviços e comissões[1]	9.520	10.039	11.002	(519)	(5)	(963)	(9)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[1]	193	1.332	2.926	(1.139)	(85)	(1.593)	(54)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	260	317	N/A	(57)	(18)	317	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	0	2	N/A	(2)	(78)	2	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	479	N/S	N/S	(479)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	110	219	137	(109)	(50)	82	60
Outro resultado	(669)	215	(475)	(883)	N/S	689	N/S
Rendimento total excluindo juros	**9.416**	12.124	14.070	(2.709)	(22)	(1.945)	(14)
Total de receitas líquidas[2]	**22.441**	24.791	25.922	(2.350)	(9)	(1.131)	(4)
Remunerações e benefícios	11.142	11.814	12.253	(672)	(6)	(439)	(4)
Despesas gerais e administrativas	12.253	11.286	11.973	966	9	(687)	(6)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	1.037	0	21	1.037	N/S	(21)	N/S
Atividades de reestruturação	644	360	447	283	79	(86)	(19)
Despesas totais (excluindo juros)	**25.076**	23.461	24.695	1.615	7	(1.234)	(5)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(2.634)**	1.330	1.228	(3.965)	N/S	103	8
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	2.630	989	1.963	1.641	166	(974)	(50)
Lucros (prejuízos)	**(5.265)**	341	(735)	(5.606)	N/S	1.077	N/S
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	125	75	15	50	68	59	N/S
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(5.390)	267	(751)	(5.657)	N/S	1.017	N/S
Lucros (prejuízos) atribuíveis a componentes de capital adicionais	328	319	325	9	3	(6)	(2)
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	(5.718)	(52)	(1.076)	(5.666)	N/S	1.024	(95)

N/S – Não significativo
[1] Para mais pormenores, consulte a Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” deste relatório anual.
[2] Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Total de juros e rendimentos similares	25.149	24.793	23.542	356	1	1.251	5
Total de gasto de juros	11.400	11.601	11.164	(201)	(2)	437	4
Rendimento de juros líquido	**13.749**	13.192	12.378	557	4	814	7
Ativos remunerados médios[1]	951.287	990.670	1.021.697	(39.383)	(4)	(31.028)	(3)
Passivos remunerados médios[1]	711.574	745.904	790.488	(34.330)	(5)	(44.584)	(6)
Rendimento de juros bruto[2]	2,54%	2,39%	2,18%	0,15 p.p.	6	0,21 p.p.	10
Taxa de juros bruta paga[3]	1,47%	1,41%	1,25%	0,06 p.p.	4	0,16 p.p.	13
Diferencial da taxa de juro líquida[4]	1,08%	0,98%	0,93%	0,09 p.p.	9	0,05 p.p.	6
Margem da taxa de juro líquida[5]	1,45%	1,33%	1,21%	0,11 p.p.	9	0,12 p.p.	10

pp – pontos percentuais
[1] Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.
[2] O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.
[3] A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.
[4] O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.
[5] A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2019

O rendimento de juros líquido foi de 13,7 mil milhões de euros em 2019, face a 13,2 mil milhões de euros em 2018, um aumento de 557 milhões de euros, ou 4%. O aumento foi impulsionado principalmente por um crescimento de 24 mil milhões de euros, ou 6%, no volume médio de empréstimos, volumes mais baixos de depósitos de rendimento negativo em bancos e bancos centrais, principalmente na Alemanha e uma evolução favorável das taxas de juro nos EUA no primeiro semestre de 2019. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados por menores receitas de juros associados a atividades de negócio descontinuadas, na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019. O rendimento de juros incluiu 93 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II), que se manteve inalterado em comparação com 2018. De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco melhorou em 11 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,45% em 2019.

2018

O rendimento de juros líquido foi de 13,2 mil milhões de euros em 2018, face a 12,4 mil milhões de euros em 2017, um aumento de 814 milhões de euros ou 7%. O aumento no rendimento de juros líquido foi principalmente motivado por taxas médias mais altas, resultando num diferencial da taxa de juro líquida melhorado, em comparação com 2017. O rendimento de juros aumentou principalmente devido a taxas médias mais altas sobre empréstimos e depósitos com os bancos, essencialmente nos Estados Unidos e Ásia, ao passo que o total de gasto de juros também aumentou, mas em menor grau. O que também contribuiu para o aumento no rendimento de juros líquido foi uma redução mais pronunciada dos passivos remunerados médios do que dos ativos remunerados médios. O decréscimo no volume do balanço ocorreu principalmente na IB, refletindo o reposicionamento estratégico da divisão. O rendimento de juros incluiu 93 milhões de euros relativos aos subsídios governamentais da União Europeia ao abrigo do programa TLTRO II, comparativamente aos 116 milhões de euros em 2017. De um modo geral, a margem da taxa de juro líquida do banco melhorou em 12 pontos base, em comparação com o ano anterior para 1,33% em 2018.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Rendimentos de negociação	197	52	3.374	145	N/S	(3.322)	(98)
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	377	212	N/A	165	78	212	N/S
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(381)	1.069	(448)	(1.449)	N/S	1.517	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	193	1.332	2.926	(1.139)	(85)	(1.593)	(54)

N/S – Não significativo

2019

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 193 milhões de euros em 2019, face a 1,3 mil milhões de euros em 2018. A diminuição de 1,1 mil milhões de euros, ou 85%, foi impulsionada principalmente pela não recorrência de receitas associadas a atividades de negócios descontinuadas, na sequência da execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019, impactos negativos no preço de mercado e custos de redução de risco na Capital Release Unit (CRU).

2018

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 1,3 mil milhões de euros em 2018, face aos 2,9 mil milhões de euros de 2017. Uma diminuição de 1,6 mil milhões de euros, ou 54%, foi principalmente motivada por perdas ao preço de mercado devido a taxas de juro dos Estados Unidos mais altas. Estas perdas foram parcialmente compensadas pelos efeitos positivos relacionados no rendimento de juros líquido. Os ganhos líquidos sobre os ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em 2018 sofreram também o impacto de volumes mais baixos de transações, consequência de condições de mercado desafiantes.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018		Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017	
(exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.749	13.192	12.378	557	4	814	7
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	193	1.332	2.926	(1.139)	(85)	(1.593)	(54)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**13.943**	14.524	15.304	(582)	(4)	(779)	(5)
Repartição por divisão corporativa:[1]							
Corporate Bank	2.660	2.480	2.498	180	7	(18)	(1)
Investment Bank	5.421	5.202	5.886	219	4	(684)	(12)
Private Bank	4.094	4.859	5.422	(765)	(16)	(562)	(10)
Asset Management	87	(88)	31	175	N/S	(119)	N/S
Capital Release Unit	146	1.409	1.405	(1.263)	(90)	4	0
Corporate & Other	1.535	662	63	873	132	599	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**13.943**	14.524	15.304	(582)	(4)	(779)	(5)

N/S – Não significativo

[1] Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

2019

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 13,9 mil milhões de euros em 2019, face aos 14,5 mil milhões de euros de 2018, o que representa um decréscimo de 582 milhões de euros ou 4%. A diminuição foi impulsionada principalmente pela CRU, refletindo a não recorrência de receitas associadas a atividades de negócios descontinuadas, impactos negativos no preço de mercado e custos de redução de risco. No PB, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu em relação ao ano anterior, principalmente devido à continuação do impacto negativo do ambiente de taxas de juro baixas nas margens dos depósitos e ao impacto negativo do preço de mercado das atividades de cobertura de taxas de juro. Isto é compensado pelos impactos positivos do preço de mercado em C&O e pelo crescimento do volume de empréstimos no IB, CB e PB. O rendimento líquido de juros e os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na AM também aumentaram em comparação com o ano anterior, refletindo um impacto favorável da valorização dos fundos de investimento garantidos consolidados, que tem uma compensação correspondente em Outros resultados.

2018

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 14,5 mil milhões de euros em 2018, face aos 15,3 mil milhões de euros de 2017, o que representa um decréscimo de 779 milhões de euros ou 5%. A diminuição foi primeiramente motivada pelo IB, refletindo essencialmente o reposicionamento estratégico, a atividade contida de clientes e a incerteza geopolítica através de várias regiões. Para além disso, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no PB diminuiu em relação ao ano anterior, devido ao impacto negativo de uma conjuntura de baixas taxas de juro sobre depósitos e um rendimento mais baixo. Estes foram provenientes de coberturas de risco de taxa de juro, compensadas em parte pelo crescimento em receitas de empréstimos, efeitos de avaliação positiva do passivo para poupança e crédito habitação e um impacto positivo em termos homólogos dos empréstimos hipotecários anteriormente medidos ao justo valor e medidos numa base de custo amortizado desde a adoção da IFRS 9. Além disso, as diminuições na AM foram impulsionadas principalmente pela valorização dos fundos de investimento garantidos consolidados que tem uma compensação relacionada em Outros resultados.

Provisão para perdas de crédito

2019

A provisão para perdas de crédito foi de 723 milhões de euros em 2019, um aumento de 199 milhões de euros, ou 38%, comparativamente a 2018. O retorno a um nível mais normalizado foi resultado de uma conjuntura macroeconómica globalmente enfraquecida, com uma série de eventos específicos em todos os segmentos, bem como lançamentos e recuperações mais baixas em comparação com o ano anterior. A provisão para perdas de crédito em 2019 incluiu um efeito positivo líquido de 18 milhões de euros, decorrente de alterações nas estimativas de 183 milhões de euros, resultantes de aperfeiçoamentos do modelo e da recalibração anual da informação relativa ao futuro no nosso modelo IFRS 9, que compensou um impacto negativo de 165 milhões de euros, decorrente da atualização das variáveis macroeconómicas. A provisão para perdas de crédito foi de 17 pontos base de crédito, refletindo os fortes padrões de subscrição e gestão de risco do banco, bem como a natureza de baixo risco das nossas carteiras. Consulte as secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" para obter mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

2018

A provisão para perdas de crédito foi de 525 milhões de euros em 2018, o mesmo nível do ano anterior. A provisão para perdas de crédito no CB aumentou em 104 milhões de euros, refletindo a não recorrência do desembolso de provisões relativo a uma única exposição ao crédito na carteira de Clientes Comerciais em 2017 e um ajuste da metodologia de cálculo para determinados empréstimos sobre os quais possuímos proteção de seguros. A provisão para perdas de crédito no PB aumentou ligeiramente em 22 milhões de euros, refletindo o crescimento de empréstimos e o aumento dos desembolsos no ano anterior. A CRU relatou um desembolso de 36 milhões de euros em 2018, em comparação com um encargo de 110 milhões de euros no ano anterior, principalmente devido a atividades de redução de risco na carteira de transporte marítimo. O baixo nível de provisões para perdas de crédito em 13 pontos base de empréstimos refletiu os nossos fortes padrões de subscrição, a natureza de risco baixo das nossas carteiras e a conjuntura operacional benigna.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Rendimentos de serviços e comissões[1]	9.520	10.039	11.002	(519)	(5)	(963)	(9)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	260	317	N/A	(57)	(18)	317	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	0	2	N/A	(2)	(78)	2	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	479	N/S	N/S	(479)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	110	219	137	(109)	(50)	82	60
Outro resultado	(669)	215	(475)	(883)	N/S	689	N/S
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	**9.222**	10.792	11.144	(1.570)	(15)	(352)	(3)
[1] inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	327	303	338	24	8	(35)	(10)
Comissões de ativos geridos	3.298	3.130	3.603	168	5	(473)	(13)
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	317	290	379	27	9	(88)	(23)
Total	**3.943**	3.724	4.320	219	6	(596)	(14)
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1.501	1.629	1.825	(128)	(8)	(196)	(11)
Comissões de corretagem	637	936	1.160	(299)	(32)	(224)	(19)
Total	**2.137**	2.565	2.985	(427)	(17)	(420)	(14)
Comissões por outros serviços ao cliente	3.440	3.751	3.698	(311)	(8)	53	1
Rendimento total de serviços e comissões	**9.520**	10.039	11.002	(519)	(5)	(963)	(9)

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2019

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,5 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 519 milhões de euros, ou 5%, em comparação com o ano anterior. O decréscimo incluiu 427 milhões de euros de comissões de subscrição e consultoria, bem como comissões de corretagem, principalmente na CRU, associadas a atividades de negócio descontinuadas após a execução da estratégia de transformação do banco anunciada em julho de 2019. As comissões por outros serviços ao cliente diminuíram 311 milhões de euros, principalmente devido a uma redução do volume global de comissões e emissões, à redução das comissões de empréstimos alavancados e às comissões do mercado de capitais. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por comissões mais elevadas de ativos sob gestão na AM, impulsionadas principalmente por uma alternativa não recorrente e por uma comissão de desempenho multiativos reconhecida em 2019.

2018
O rendimento de serviços e comissões foi de 10,0 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 963 milhões de euros, ou 9%, em comparação com o ano anterior. O decréscimo incluiu 473 milhões de euros de comissões mais baixas de ativos sob gestão, principalmente na AM devido a comissões mais baixas provenientes de fundos geridos ativamente na sequência de saídas líquidas e compressão de margens da comissão de gestão, bem como a ausência de comissões para um fundo específico de produtos alternativos recebido em 2017, parcialmente compensadas por comissões mais elevadas de fundos geridos passivamente devido a ativos sob gestão mais elevados. As comissões de subscrição e consultoria, bem como as comissões de corretagem, diminuíram 420 milhões de euros, motivadas essencialmente por volumes de mercado mais baixos e um nível mais baixo de atividades de clientes na IB, assim como receitas mais baixas provenientes de produtos de investimento na PB, após a implementação das disposições da MiFID II.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

2019
Os ganhos líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 260 milhões de euros em 2019, um decréscimo de 57 milhões de euros, ou 18%, em comparação com 2018, devido principalmente a ganhos mais baixos com a venda de obrigações municipais nos EUA, títulos e obrigações governamentais da nossa reserva de liquidez estratégica.

2018
O total de resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, introduzidos como nova categoria de rendimento em 2018, após a adoção da IFRS 9, foi de 317 milhões de euros, principalmente relacionado com um ganho realizado sobre as vendas de títulos municipais nos EUA, títulos e obrigações governamentais da nossa reserva de liquidez estratégica.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2019
Os ganhos (perdas) líquidos em ativos financeiros ao custo amortizado foram nulos em 2019 e de 2 milhões de euros em 2018, o que incluiu principalmente um impacto do resgate antecipado de determinadas obrigações.

2018
Os ganhos (perdas) líquidos em ativos financeiros ao custo amortizado, introduzidos como nova categoria de rendimento em 2018, após a adoção da IFRS 9, foram de 2 milhões de euros em 2018, refletindo essencialmente o impacto do resgate antecipado de determinadas obrigações.

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2019
Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda deixaram de existir em 2018, após a adoção da IFRS 9.

2018
Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda deixaram de existir em 2018, após a adoção da IFRS 9. Os ganhos (perdas) líquidos em ativos financeiros disponíveis para venda em 2017 foram de 479 milhões de euros.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2019
Os ganhos líquidos dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 110 milhões de euros em 2019 em comparação com 219 milhões de euros em 2018, um decréscimo de 109 milhões de euros, ou 50%, que se deveu essencialmente à ausência de um ganho no ano anterior com a avaliação de um investimento e a uma menor recuperação patrimonial da Huarong Rongde Asset Management Company Limited.

2018
Os ganhos líquidos dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 219 milhões de euros em 2018 em comparação com os 137 milhões de euros em 2017, um aumento de 82 milhões de euros, ou 60%, que se deveu essencialmente à avaliação de um investimento.

Outro resultado

2019
Outro resultado foi de (669) milhões de euros em 2019 em comparação com 215 milhões de euros em 2018. O decréscimo foi impulsionado pelo impacto da ineficácia da cobertura, juntamente com as vendas de obrigações e ajustes na contabilidade de cobertura, no seguimento do valor justo após a atenuação da carteira de títulos municipais nos EUA em 2018. A diminuição também foi afetada pela ausência de um ganho no ano anterior com a venda de ativos imobiliários em 2018 e por um menor impacto positivo das atividades de reestruturação relacionadas às posições antigas na Sal. Oppenheim em 2019. Além disso, outros resultados incluem um impacto negativo de um ajuste de valorização nos passivos de fundos de investimento garantidos na AM, que compensa o impacto positivo da valorização dos fundos de investimento garantidos consolidados nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

2018

Outro resultado foi de 215 milhões de euros em 2018, em comparação com uma perda de 475 milhões de euros em 2017. O aumento deveu-se essencialmente à revogação da designação na contabilidade de cobertura ao justo valor, ganhos das vendas da propriedade na PB, coberturas das taxas de juro e cessação de determinadas swaps. Adicionalmente, outros rendimentos incluíram um impacto positivo de um ajuste de valorização nos passivos de fundos de investimento garantidos na AM, que compensou o efeito negativo da valorização dos fundos de investimento garantidos consolidados nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Outros resultados também beneficiaram da ausência dos efeitos negativos do exercício anterior relativos à cessação de um título fiduciário preferencial antigo e a realização de um ajustamento negativo de conversão cambial associado à venda da nossa subsidiária não estratégica na Argentina, assim como a impactos negativos menores provenientes das transações de vendas na Polónia e Portugal em comparação com o exercício anterior. Estes efeitos foram parcialmente atenuados por um rendimento inferior das atividades de reestruturação relativas às posições antigas na Sal. Oppenheim em 2018.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Remunerações e benefícios	11.142	11.814	12.253	(672)	(6)	(439)	(4)
Despesas gerais e administrativas[1]	12.253	11.286	11.973	966	9	(687)	(6)
Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis	1.037	0	21	1.037	N/S	(21)	N/S
Atividades de reestruturação	644	360	447	283	79	(86)	(19)
Despesas totais (excluindo juros)	**25.076**	23.461	24.695	1.615	7	(1.234)	(5)
N/S – Não significativo							
1 inclui:							
Despesas de TI	4.814	3.822	3.816	992	26	6	0
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.720	1.723	1.849	(4)	(0)	(126)	(7)
Regulamentares, impostos e seguros[2]	1.413	1.545	1.489	(132)	(9)	57	4
Taxas de serviços profissionais	1.324	1.530	1.750	(207)	(14)	(220)	(13)
Encargos bancários e de transações	786	753	744	32	4	9	1
Comunicações e serviços de dados	619	636	686	(17)	(3)	(50)	(7)
Despesas de deslocação[3]	256	288	334	(32)	(11)	(46)	(14)
Despesas de marketing[3]	251	299	329	(48)	(16)	(30)	(9)
Outras despesas[3,4]	1.071	690	975	381	55	(285)	(29)
Despesas totais gerais e administrativas	**12.253**	11.286	11.973	966	9	(687)	(6)

[2] Inclui taxas bancárias de 622 milhões de euros em 2019, 690 milhões de euros em 2018 e 596 milhões de euros em 2017.
[3] Os números do exercício anterior foram reajustados para refletir um desvio das despesas de representação de despesas de viagem para despesas de marketing e outras despesas.
[4] Inclui despesas relacionadas com litígios de 473 milhões de euros em 2019, 88 milhões de euros em 2018 e 213 milhões de euros em 2017.

Remunerações e benefícios

2019

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 672 milhões de euros, ou 6%, para 11,1 mil milhões de euros em 2019, em comparação com 11,8 mil milhões de euros em 2018. O decréscimo deveu-se essencialmente a gastos mais baixos com remuneração fixa e variável, o que reflete a acessibilidade e o desempenho geral do Grupo e a redução do número de colaboradores.

2018

As remunerações e benefícios registaram uma diminuição de 439 milhões de euros, ou 4%, para 11,8 mil milhões de euros em 2018 em comparação com 12,3 mil milhões de euros em 2017. O decréscimo deveu-se essencialmente à redução do número de colaboradores e a despesas de remuneração relacionadas.

Despesas gerais e administrativas

2019

As despesas gerais e administrativas aumentaram 966 milhões de euros, ou 9%, para 12,3 mil milhões de euros em 2019, face aos 11,3 mil milhões de euros verificados em 2018. O aumento foi impulsionado por custos de transformação de 1,1 mil milhões de euros, principalmente relacionados com a imparidade de software e ativos imobiliários, bem como por maiores despesas de litígios. Excluindo estes efeitos, as despesas gerais e administrativas diminuíram em comparação com o ano anterior, após uma gestão disciplinada dos custos com reduções em todas as principais categorias, com exceção das despesas informáticas, que se mantiveram essencialmente estáveis durante 2019. Tal reflete o compromisso do Deutsche Bank em continuar a gastar em tecnologia e controlos, de acordo com a sua estratégia de transformação.

2018

As despesas gerais e administrativas diminuíram 687 milhões de euros, ou 6%, para 11,3 mil milhões de euros em 2018, face aos 12,0 mil milhões de euros verificados em 2017. A diminuição verificou-se através da maioria das categorias de despesas, refletindo principalmente as ações de gestão para otimizar os gastos.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2019

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 1,0 mil milhões de euros em 2019. O anúncio da transformação estratégica em julho de 2019 desencadeou a revisão da imparidade do goodwill do Deutsche Bank. O agravamento das perspetivas macroeconómicas, incluindo curvas de taxas de juro e correções de crescimento do mercado específicas da indústria, bem como o impacto relacionado com a implementação da estratégia de transformação, resultou na imparidade total do goodwill da Wealth Management de 545 milhões de euros no PB e do goodwill da GTB & CF de 492 milhões de euros no CB no segundo trimestre de 2019.

2018

Não foram reportados encargos com imparidades em 2018. Foram relatadas imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis no valor de 21 milhões de euros para 2017.

Reestruturação

2019

As despesas com atividades de reestruturação foram de 644 milhões de euros em 2019 em comparação com 360 milhões de euros em 2018. O aumento esteve principalmente relacionado com a execução da estratégia de transformação do banco, que levou a novas provisões em todos os segmentos em 2019.

2018

As despesas com atividades de reestruturação foram de 360 milhões de euros em 2018, em comparação com 447 milhões de euros em 2017. A diminuição deveu-se essencialmente a menores gastos de reestruturação no PB relacionados com a execução da estratégia, incluindo as medidas de reorganização e integração na Alemanha em 2017, parcialmente compensadas por despesas mais elevadas no IB, o que refletiu o maior gasto com o reposicionamento estratégico.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2019

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2019 foi de 2,6 mil milhões de euros, comparativamente aos 989 milhões de euros em 2018. A taxa efetiva de imposto de (100)% (2018: 74%) resultou principalmente de 2,8 mil milhões de euros de ajustes de valorização de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação e imparidades não dedutíveis do goodwill.

2018

A despesa de imposto sobre o rendimento em 2018 foi de 989 milhões de euros, comparativamente aos 2,0 mil milhões de euros em 2017. A taxa efetiva de imposto de 74 % (2017: 160%) sofreu principalmente o impacto das alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos e dos efeitos tributários relacionados com o pagamento baseado em ações.

Resultado líquido

2019

O prejuízo líquido foi de 5,3 mil milhões de euros em 2019, face a um resultado líquido de 341 milhões de euros no ano anterior, impulsionado principalmente pelos já referidos 2,8 mil milhões de euros de ajustes de valorização de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação, 1,0 mil milhões de euros de imparidade de goodwill, 1,1 mil milhões de euros de custos de transformação, essencialmente imparidades de software e ativos imobiliários, bem como despesas de reestruturação e indemnizações no valor de 805 milhões de euros. A perda atribuível aos acionistas do Deutsche Bank foi de 5,7 mil milhões de euros, em comparação com uma perda de 52 milhões de euros em 2018.

2018

O resultado líquido foi de 341 milhões de euros em 2018, em comparação com uma perda líquida de 735 milhões de euros em 2017, impulsionada principalmente pela não recorrência do encargo tributário único resultante da reforma fiscal americana em 2017 e por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos. A perda atribuível aos acionistas do Deutsche Bank foi de 52 milhões de euros em 2018, em comparação com uma perda de 1,1 mil milhões de euros em 2017.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas”” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

– alterações no formato de divulgação por segmento e
– a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão.

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2019. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados devido às alterações na estrutura divisional.

							2019
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	5.264	6.961	8.245	2.332	208	155	23.165
Provisão para perdas de crédito	286	109	342	1	(14)	0	723
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.044	2.468	3.519	832	443	2.836	11.142
Despesas gerais e administrativas	3.169	3.763	3.978	851	2.811	(2.320)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	126	29	143	40	644
Despesas totais (excluindo juros)	4.842	6.401	8.168	1.711	3.397	556	25.076
Participações minoritárias	0	20	(0)	152	1	(173)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	137	433	(265)	468	(3.177)	(229)	(2.634)
Rácio custo/rendimento	92%	92%	99%	73%	N/S	N/S	108%
Ativos[2]	227.703	502.821	282.773	9.936	259.224	15.217	1.297.674
Adições a ativos não correntes	9	497	405	27	2	381	1.322
Ativos ponderados pelo risco	56.522	118.622	75.442	9.527	45.874	18.029	324.015
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	262.505	439.354	292.028	4.643	126.905	42.605	1.168.040
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.280	23.639	12.241	4.836	10.174	0	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[3]	0%	1%	(2) %	7%	(23)%	N/S	(10) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[3]	0%	1%	(2) %	18%	(23)%	N/S	(11) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.579	2.685	5.133	(39)	76	3.315	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

[3] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	5.263	7.467	8.641	2.187	1.878	(120)	25.316
Provisão para perdas de crédito	145	70	347	(1)	(36)	1	525
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.035	2.666	3.613	787	635	3.079	11.814
Despesas gerais e administrativas	2.780	3.650	3.932	929	2.652	(2.656)	11.286
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	31	200	49	19	62	(1)	360
Despesas totais (excluindo juros)	3.846	6.517	7.593	1.735	3.349	421	23.461
Participações minoritárias	0	24	(0)	85	1	(109)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.273	856	701	368	(1.435)	(433)	1.330
Rácio custo/rendimento	73%	87%	88%	79%	N/S	N/S	93%
Ativos[2]	215.177	458.191	288.513	10.030	370.363	5.864	1.348.137
Adições a ativos não correntes	13	500	584	43	1	506	1.647
Ativos ponderados pelo risco	58.162	124.410	69.308	10.365	72.144	16.045	350.432
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	247.137	419.313	299.577	5.044	281.109	20.746	1.272.926
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.987	23.155	12.231	4.659	12.577	0	62.610
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[3]	9%	2%	4%	6%	(9)%	N/S	(0) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[3]	9%	2%	4%	17%	(9)%	N/S	(0) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.327	2.138	5.217	(51)	259	3.302	13.192
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	157	2	41	10	6	219
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	63	406	78	240	87	5	879

N/S – Não significativo

[3] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2017

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	5.376	8.303	8.732	2.532	2.044	(539)	26.447
Provisão para perdas de crédito	41	51	325	(1)	110	(0)	525
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.104	2.866	3.635	812	758	3.078	12.253
Despesas gerais e administrativas	2.746	3.821	4.138	978	2.788	(2.497)	11.973
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	0	12	3	0	0	21
Atividades de reestruturação	20	40	358	6	21	1	447
Despesas totais (excluindo juros)	3.876	6.727	8.143	1.799	3.567	582	24.695
Participações minoritárias	0	26	(12)	1	0	(16)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.459	1.498	275	732	(1.633)	(1.105)	1.228
Rácio custo/rendimento	72%	81%	93%	71 %	N/S	N/S	93%
Ativos[2]	248.335	471.539	278.014	8.050	462.212	6.582	1.474.732
Adições a ativos não correntes	2	124	655	60	3	960	1.803
Ativos ponderados pelo risco[3]	57.760	120.316	70.138	8.432	72.243	15.322	344.212
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	275.580	426.311	289.314	2.870	384.435	16.378	1.394.886
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.143	22.553	11.886	4.505	14.087	752	63.926
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4]	9%	4%	1%	11%	(8)%	N/S	(2) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4]	10%	4%	1%	59%	(9)%	N/S	(2) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.433	2.122	5.120	(19)	667	2.055	12.378
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	6	70	3	44	5	9	137
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	62	409	91	211	82	10	866

N/S – Não significativo

[3] Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully-loaded.

[4] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 160% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Global Transaction Banking	3.842	3.901	4.030	(59)	(2)	(129)	(3)
Commercial Banking	1.422	1.362	1.346	60	4	16	1
Total de receitas líquidas	**5.264**	5.263	5.376	1	0	(113)	(2)
Provisão para perdas de crédito	**286**	145	41	141	97	104	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.044	1.035	1.104	9	1	(69)	(6)
Despesas gerais e administrativas	3.169	2.780	2.746	389	14	34	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	6	492	N/S	(6)	N/S
Atividades de reestruturação	137	31	20	106	N/S	11	53
Despesas totais (excluindo juros)	**4.842**	3.846	3.876	996	26	(30)	(1)
Participações minoritárias	**0**	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**137**	1.273	1.459	(1.136)	(89)	(186)	(13)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	228	215	248	13	6	(33)	(13)
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	118	113	112	5	5	1	1
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.428	7.353	7.649	75	1	(296)	(4)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

2019

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 137 milhões de euros no exercício de 2019, um decréscimo de 89% face aos 1,3 mil milhões de euros do ano anterior. A diminuição face ao ano anterior foi impulsionada por despesas gerais e administrativas mais elevadas, incluindo encargos de transformação, uma imparidade de goodwill, assim como custos de reestruturação mais elevados. Ajustado a encargos de transformação, despesas de reestruturação e indemnizações, imparidade de goodwill e rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos foi de 939 milhões de euros em 2019, face a 1,3 mil milhões de euros em 2018.

As receitas líquidas do exercício de 2019 foram de 5,3 mil milhões de euros, estáveis em comparação com o ano anterior.

O Global Transaction Banking relatou receitas líquidas de 3,8 mil milhões de euros em 2019, uma diminuição de 59 milhões de euros, ou 2%, face a 3,9 mil milhões de euros no ano anterior. As receitas de gestão de tesouraria mantiveram-se essencialmente estáveis, uma vez que o impacto negativo de uma conjuntura de taxas de juro mais baixas foi largamente compensado pelos efeitos positivos de uma mudança no mix de moedas dos depósitos em euros para depósitos em dólares dos EUA de maior rendimento, bem como pela implementação do escalonamento do BCE no quarto trimestre de 2019. As receitas do financiamento de transações aumentaram ligeiramente à medida que o crescimento no negócio de fluxos, após um bom desempenho especificamente na Ásia e na Alemanha, compensou um abrandamento nos produtos estruturados. As receitas da área de Trust & Agency Services aumentaram ligeiramente, devido ao aumento das receitas de juros líquidos e comissões e taxas. As receitas de valores mobiliários foram significativamente menores em resultado de uma mudança no perímetro de negócios após a alienação do negócio de Serviços de Fundos Alternativos, incluindo um ganho na alienação em 2018, outras rubricas não recorrentes em 2018 e a saída do negócio de ações em 2019.

As receitas líquidas na Banca Comercial foram de 1,4 mil milhões de euros, um aumento de 60 milhões de euros, ou 4%, em relação ao ano anterior, impulsionado por um rendimento líquido de juros ligeiramente superior, na sequência do crescimento do volume de empréstimos e do aumento dos rendimentos de serviços e comissões, principalmente em resultado de medidas de fixação de novos preços. Estes efeitos mais do que compensam o impacto negativo da conjuntura de baixas taxas de juro.

A provisão para perdas de crédito foi de 286 milhões de euros, um aumento de 145 milhões de euros em 2018, um ano com um nível excecionalmente baixo de provisões em termos de padrões históricos. O aumento reflete a conjuntura macroeconómica enfraquecida e as incertezas geopolíticas com um pequeno número de eventos específicos e lançamentos e recuperações mais baixos. O nível global de provisionamento permanece baixo em 24 pontos base de empréstimos, refletindo os fortes padrões de subscrição do banco e o baixo perfil de risco da carteira.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2019 foram de 4,8 mil milhões de euros, um aumento de 996 milhões de euros, ou 26%, comparativamente aos 3,8 mil milhões de euros do ano anterior, impulsionado pela execução da estratégia de transformação, que desencadeou uma imparidade do goodwill, custos de reestruturação mais elevados e encargos de transformação de 160 milhões de euros relacionados principalmente com imparidades informáticas no ano em curso. Além disso, os custos foram negativamente afetados por mudanças nas alocações de custos internos após a ressegmentação em 2019.

Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação foram de 4 mil milhões de euros, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O aumento reflete um gasto maior em controlos e tecnologia, assim como as mudanças já mencionadas na alocação de custos de serviços internos.

2018

O lucro antes de impostos para o exercício de 2018 foi de 1,3 mil milhões de euros, ou seja, 13% menos do que os 1,5 mil milhões de euros do ano anterior. A diminuição foi motivada principalmente por menores receitas e um aumento da provisão para perdas de crédito. Os custos de reestruturação mais elevados e as despesas gerais e administrativas foram compensados por remunerações e benefícios mais baixos.

As receitas líquidas no exercício de 2018 foram de 5,3 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 113 milhões de euros, ou 2%, em comparação com os 5,4 mil milhões de euros no exercício de 2017.

As receitas líquidas no Global Transaction Banking foram de 3,9 mil milhões de euros, um decréscimo de 129 milhões de euros, ou 3%, em comparação com os 4,0 mil milhões de euros em 2017. As receitas da gestão de tesouraria foram ligeiramente inferiores, como resultado das reduções do perímetro de clientes em 2017 e as taxas de juro negativas na Europa. Contudo, o negócio assistiu a um crescimento sequencial de receitas em termos trimestrais ao longo de 2018. As receitas do Trade Finance foram essencialmente estáveis, com diminuições especificamente em produtos estruturados devido à compressão de margens em curso, ao passo que o negócio do fluxo subjacente mostrou um desenvolvimento positivo. As receitas de serviços fiduciários, de agente e de valores mobiliários foram mais altas, motivadas por um ganho da venda do negócio de Serviços de Fundos Alternativos no segundo trimestre de 2018, e beneficiaram de taxas de juros mais altas nos Estados Unidos.

As receitas líquidas da Banca Comercial foram de 1,4 mil milhões de euros, um ligeiro aumento de 16 milhões de euros, ou 1%, face aos 1,3 mil milhões de euros do ano anterior, principalmente devido a um ligeiro aumento do rendimento líquido de juros face a 2017, impulsionado pelo crescimento das receitas de empréstimos.

A provisão para perdas de crédito foi de 145 milhões de euros face a 41 milhões de euros em 2017, refletindo a não recorrência do desembolso de provisões do ano anterior relacionadas com uma única exposição de crédito e um ajuste pontual da metodologia de cálculo para determinados empréstimos sobre os quais possuímos proteção de seguros em 2018.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 foram de 3,8 mil milhões de euros, uma diminuição de 30 milhões de euros, ou 1%, em comparação com os 3,9 mil milhões de euros do exercício anterior. A diminuição foi motivada por custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração variável como fixa, refletindo uma redução estratégica dos colaboradores. As despesas gerais e administrativas foram quase estáveis em comparação com 2017, uma vez que os menores custos não remuneratórios resultantes de uma disciplina contínua de custos foram compensados por maiores despesas de litígios após o desembolso de provisões em 2017.

Os custos ajustados foram de 3,8 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 213 milhões de euros, ou 5%, em comparação com 4,0 mil milhões de euros em 2017. A diminuição resultou principalmente de menores custos remuneratórios e não remuneratórios, na sequência da redução estratégica do número de colaboradores e de uma disciplina contínua de custos.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	5.534	5.646	6.679	(111)	(2)	(1.033)	(15)
Geração de ações	123	184	178	(61)	(33)	6	3
Geração de dívida	1.117	1.145	1.407	(27)	(2)	(262)	(19)
Consultoria	366	456	477	(90)	(20)	(21)	(4)
Geração e consultoria	1.606	1.784	2.061	(178)	(10)	(277)	(13)
Outros	(179)	37	(438)	(217)	N/S	475	N/S
Total de receitas líquidas	**6.961**	7.467	8.303	(506)	(7)	(836)	(10)
Provisão para perdas de crédito	**109**	70	51	38	54	19	37
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.468	2.666	2.866	(199)	(7)	(200)	(7)
Despesas gerais e administrativas	3.763	3.650	3.821	113	3	(171)	(4)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	169	200	40	(31)	(15)	160	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**6.401**	6.517	6.727	(116)	(2)	(210)	(3)
Participações minoritárias	**20**	24	26	(4)	(18)	(2)	(8)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**433**	856	1.498	(423)	(49)	(642)	(43)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	503	458	472	45	10	(13)	(3)
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	75	65	53	10	16	12	23
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	10.095	9.960	10.674	135	1	(714)	(7)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

2019

O lucro antes de impostos foi de 433 milhões de euros em 2019, um decréscimo de 423 milhões de euros, ou 49%, em comparação com os 856 milhões de euros do exercício anterior. O decréscimo foi impulsionado principalmente por menores receitas, uma maior provisão para perdas de crédito e despesas gerais e administrativas mais elevadas, parcialmente compensadas por remunerações e benefícios mais baixos. A configuração da divisão durante o segundo semestre de 2019, na sequência do anúncio estratégico de transformação do Deutsche Bank, criou um impacto negativo nas receitas a curto prazo e conduziu a encargos de transformação que afetaram a rentabilidade do exercício. Ajustado para despesas de transformação, reestruturação e indemnizações, bem como para rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos em 2019 foi de 863 milhões de euros, face a 823 milhões de euros em 2018.

As receitas líquidas foram de 7,0 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 506 milhões de euros ou, 7%, em relação a 2018.

As receitas da área de FIC Sales & Trading foram de 5,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 111 milhões de euros, ou 2%. As receitas de taxas foram ligeiramente inferiores, tendo o negócio sido afetado a curto prazo pela instalação operacional da divisão. As receitas cambiais foram mais baixas, em grande parte devido à persistente baixa volatilidade do mercado. As receitas de crédito foram mais elevadas, motivadas pelo forte desempenho na negociação de fluxos e o aumento do rendimento líquido de juros devido a saldos de empréstimos mais elevados, parcialmente compensados por menores receitas de dívidas em incumprimento. As receitas nos Mercados Emergentes foram superiores, como resultado da melhoria significativa do desempenho na negociação de fluxos.

As receitas líquidas da área de geração e consultoria (Origination & Advisory) foram de 1,9 mil milhões de euros, uma diminuição de 296 milhões de euros, ou 10%, em comparação com o exercício anterior. As receitas da área de geração de dívida foram de 1,1 mil milhões de euros, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que as receitas mais elevadas das obrigações de High Yield e Investment Grade foram compensadas por uma diminuição dos créditos alavancados. As receitas de consultoria no valor de 366 milhões de euros foram inferiores numa conjuntura de volume de comissões reduzidas. As receitas de geração de ações de 123 milhões de euros foram significativamente inferiores, refletindo o nosso reposicionamento do franchise.

As receitas provenientes de Outros foram uns negativos 179 milhões de euros, face a um ganho de 37 milhões de euros em 2018. O decréscimo face ao ano anterior foi impulsionado por uma perda de 140 milhões de euros (2018: um ganho de 126 milhões de euros) relacionada com o impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados.

A provisão para perdas de crédito foi de 109 milhões de euros, um aumento de 38 milhões de euros face ao exercício anterior; no entanto, as provisões mantiveram-se em 14 pontos base de empréstimos, ou níveis relativamente baixos, refletindo os fortes padrões de subscrição e gestão de risco do banco.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2019 foram de 6,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 116 milhões de euros, ou 2%, em relação ao exercício anterior, apesar dos 214 milhões de euros de encargos de transformação. Os custos ajustados, excluindo os custos de transformação, diminuíram em 6%, impulsionados pela redução dos colaboradores de front office e respetivas remunerações, a alocação de custos de serviço mais baixos e a gestão disciplinada dos custos não remuneratórios.

2018

O lucro antes de impostos para o exercício de 2018 foi de 856 milhões de euros, uma diminuição de 642 milhões de euros, ou 43%, em comparação com os 1,5 mil milhões de euros do exercício anterior. O decréscimo deveu-se essencialmente a proveitos mais baixos e a custos de reestruturação mais altos, compensados em parte por remunerações e benefícios, bem como pela redução das despesas gerais e administrativas.

As receitas líquidas no exercício de 2018 foram de 7,5 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 836 milhões de euros, ou 10%, em comparação com os 8,3 mil milhões de euros em 2017.

As receitas líquidas da FIC Sales & Trading foram de 5,6 mil milhões de euros, uma diminuição de mil milhões de euros ou, 15%. As receitas de taxas foram significativamente mais baixas comparativamente ao exercício anterior, principalmente na Europa com níveis mais baixos de atividade de clientes e o impacto da reformulação estratégica nos Estados Unidos. As receitas de crédito foram mais baixas comparativamente a um forte exercício anterior. As receitas cambiais foram ligeiramente inferiores. As receitas de mercados emergentes foram mais baixas devido a um desempenho inferior na América Latina, especialmente no negócio de fluxos, para além das receitas mais baixas no Japão e na Austrália. Estas foram parcialmente compensadas pela melhoria das receitas na Ásia, Europa Oriental, Médio Oriente e África.

As receitas líquidas na área de geração e consultoria foram de 1,8 mil milhões de euros, uma diminuição de 277 milhões de euros, ou 13%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de dívida (Debt Origination) foram 247 milhões de euros ou 19% mais baixas numa conjuntura de volume de comissões significativamente reduzido, apesar dos ganhos significativos da quota de mercado em créditos alavancados. As receitas de geração de ações foram essencialmente estáveis, ao passo que as receitas de consultoria foram ligeiramente inferiores em comparação com 2017.

As outras receitas foram de 37 milhões de euros, face a 438 milhões de euros negativos em 2017. O melhoramento ano a ano deveu-se a um ganho de 126 milhões de euros (2017: uma perda de 348 milhões de euros) relativo ao impacto dos ajustamentos da avaliação de dívida em determinados passivos derivados.

A provisão para perdas de crédito foi de 70 milhões de euros, em comparação com os 51 milhões de euros no exercício anterior.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2018 foram de 6,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 210 milhões de euros, ou 3%, em comparação com os 6,7 mil milhões de euros do exercício anterior. A diminuição foi motivada por custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração variável como fixa, refletindo um menor número de colaboradores. As despesas gerais e administrativas também foram inferiores devido à contínua disciplina de custos. Estas reduções de custos foram parcialmente atenuadas pelos custos de reestruturação aumentados.

Os custos ajustados foram de 6,2 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 279 milhões de euros, ou 4%, em comparação com os 6,5 mil milhões de euros em 2017, refletindo menores custos remuneratórios e não remuneratórios, na sequência da redução do número de colaboradores e de uma disciplina contínua de custos.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	5.116	5.453	5.253	(337)	(6)	200	4
Private & Commercial Business International[1]	1.442	1.441	1.457	1	0	(16)	(1)
Wealth Management	1.687	1.748	2.022	(61)	(3)	(274)	(14)
Total de receitas líquidas	**8.245**	8.641	8.732	(396)	(5)	(91)	(1)
Of which:							
Rendimento de juros líquido	5.133	5.217	5.120	(84)	(2)	97	2
Rendimentos de serviços e comissões	2.925	2.826	2.994	99	4	(169)	(6)
Rendimentos restantes	187	598	617	(411)	(69)	(19)	(3)
Provisão para perdas de crédito	**342**	347	325	(5)	(1)	22	7
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	3.519	3.613	3.635	(93)	(3)	(23)	(1)
Despesas gerais e administrativas	3.978	3.932	4.138	46	1	(206)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	545	0	12	545	N/S	(12)	N/S
Atividades de reestruturação	126	49	358	77	155	(309)	(86)
Despesas totais (excluindo juros)	**8.168**	7.593	8.143	575	8	(550)	(7)
Participações minoritárias	**(0)**	(0)	(12)	(0)	N/S	12	(100)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(265)**	701	275	(966)	N/S	426	155
Total de ativos (em mil milhões de euros)[2]	283	289	278	(6)	(2)	10	4
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	230	221	215	9	4	6	3
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros)[3]	487	451	480	36	8	(29)	(6)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	4	(2)	3	7	N/S	(5)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	37.266	38.415	39.272	(1.149)	(3)	(857)	(2)

N/S – Não significativo

[1] Cobre operações na Itália, Espanha, Bélgica e Índia.

[2] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós.. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. Nas nossas áreas de negócio Private Bank (Alemanha) e Private and Commercial Business (Internacional), isso inclui todos os depósitos a prazo e depósitos de poupança. Na Wealth Management, assumimos que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

2019

Em 2019, o Private Bank apresentou um prejuízo antes de impostos de 265 milhões de euros, em comparação com um lucro antes de impostos de 701 milhões de euros no exercício anterior. A diminuição foi atribuível a menores ganhos com a venda de ativos, bem como a um impacto agregado de aproximadamente 900 milhões de euros relacionado com a execução da estratégia de transformação em 2019. Isto incluiu uma imparidade de 545 milhões de euros para a redução total do goodwill da Wealth Management, encargos de transformação no valor de 191 milhões de euros, que inclui principalmente imparidades de software e imobiliárias, bem como custos de reestruturação e indemnizações. Ajustado a estes encargos, bem como a rubricas específicas de receitas, o lucro antes de impostos melhorou, apesar dos obstáculos contínuos da conjuntura de baixas taxas de juro, de 445 milhões de euros em 2018 para 524 milhões de euros em 2019, apoiado pelo crescimento do volume dos empréstimos e dos ativos sob gestão, bem como por sinergias incrementais de custos decorrentes da integração dos nossos negócios na Alemanha.

As receitas líquidas foram de 8,2 mil milhões de euros em 2019, um decréscimo de 396 milhões de euros, ou 5%, em comparação com o exercício anterior, devido à ausência de um ganho de 156 milhões de euros com a venda de um imóvel em 2018 e a um menor impacto positivo das atividades de reestruturação na Sal. Oppenheim Excluindo estas rubricas, as receitas mantiveram-se essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que o crescimento dos volumes e das comissões compensou parcialmente os obstáculos da conjuntura de taxas de juro baixas.

As receitas líquidas no Private Bank Alemanha de 5,1 mil milhões de euros diminuíram 337 milhões de euros, ou 6%, em comparação com o exercício anterior, principalmente na sequência de menores ganhos com a venda de ativos, incluindo um ganho de 156 milhões de euros com a venda de um imóvel em 2018. Os obstáculos contínuos da conjuntura de baixas taxas de juro foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de empréstimos, resultando num rendimento líquido de juros essencialmente estável em comparação com 2018. As menores receitas dos serviços postais após um alinhamento contratual foram mais do que compensadas por maiores receitas de produtos de investimento, bem como maiores receitas de taxas das contas correntes, refletindo medidas de fixação de novos preços. Assim, os rendimentos de serviços e comissões aumentaram ligeiramente em termos homólogos.

Na Private & Commercial Business International, as receitas líquidas de 1,4 mil milhões de euros permaneceram essencialmente estáveis em comparação com o período do exercício anterior. O rendimento líquido de juros foi essencialmente estável, com receitas de empréstimos mais elevadas a compensar o impacto negativo da conjuntura atual de baixas taxas de juro. Os rendimentos de serviços e comissões também se mantiveram essencialmente estáveis em termos homólogos, tendo o crescimento das receitas em produtos de investimento e medidas de fixação de novos preços relacionadas com as contas correntes compensado em grande medida o impacto negativo de uma alteração no tratamento das comissões de empréstimos em Itália. O rendimento restante diminuiu, uma vez que as receitas em 2018 beneficiaram de menores vendas de ativos.

As receitas líquidas na Wealth Management (WM) foram de 1,7 mil milhões de euros, um decréscimo de 61 milhões de euros, ou 3%, motivado por um impacto inferior de 107 milhões de euros resultante de atividades de reestruturação relacionadas com posições antigas na Sal. Oppenheim Excluindo este efeito, as receitas líquidas permaneceram essencialmente estáveis face ao período do exercício anterior. O rendimento líquido de juros permaneceu essencialmente estável, uma vez que as receitas de empréstimos mais elevadas, principalmente na WM Américas e WM Europa, compensaram o impacto negativo da conjuntura atual de baixas taxas de juro sobre os depósitos. Os rendimentos de serviços e comissões aumentaram ligeiramente em termos homólogos, na sequência do aumento dos ativos sob gestão.

A provisão para perdas de crédito de 342 milhões de euros, ou 15 pontos base de empréstimos, manteve-se essencialmente estável face ao período do exercício anterior, refletindo a natureza conservadora das nossas carteiras, fortes padrões de subscrição e também um impacto positivo das vendas de carteiras e dos aperfeiçoamento dos modelos. Estes impactos positivos compensam o aumento da provisão para perdas de crédito, em linha com o crescimento dos nossos negócios de empréstimos.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 8,2 mil milhões de euros, um aumento de 575 milhões de euros, ou 8%, face a 2018. O aumento incluiu o referido impacto agregado de aproximadamente 900 milhões de euros relacionado com a imparidade do goodwill, encargos relacionados com a transformação e despesas com reestruturação e indemnizações.

Os custos ajustados excluindo os custos de transformação foram de 7,3 mil milhões de euros, um decréscimo de 4% face ao exercício anterior, refletindo uma rigorosa disciplina de custos, bem como as medidas de reorganização executadas, incluindo sinergias incrementais de custos relacionadas com a fusão das empresas alemãs concluída em 2018.

Os ativos sob gestão no valor de 487 mil milhões de euros aumentaram 36 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2018. O aumento foi principalmente atribuível a 31 mil milhões de euros de valorização do mercado, 4 mil milhões de euros de entradas líquidas e 2 mil milhões de euros de variações cambiais. As entradas líquidas de 4 mil milhões de euros durante 2019 consistiram sobretudo em produtos de investimento, principalmente no Private Bank Alemanha e nos negócios de Wealth Management.

2018

Em 2018, o Private Bank tinha concluído com sucesso a fusão jurídica da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank, a integração da Sal. Oppenheim e otimizou mais a sua rede de agências. O Private Bank gerou um lucro antes de impostos de 701 milhões de euros em 2018, um aumento de 426 milhões de euros, ou 155%, em comparação com um lucro antes de impostos de 275 milhões de euros no exercício anterior, o que foi alcançado mantendo o investimento contínuo nas nossas iniciativas estratégicas e apesar dos obstáculos contínuos da conjuntura de baixas taxas de juro. O aumento foi impulsionado principalmente por um declínio nos gastos operacionais (excl. juros), bem como pelo crescimento dos empréstimos em 2018.

As receitas líquidas de 8,6 mil milhões de euros mantiveram-se essencialmente inalteradas face ao período do exercício anterior.

As receitas líquidas no Private Bank Alemanha de 5,5 mil milhões de euros aumentaram em 200 milhões de euros, ou 4%, em comparação com o período do exercício anterior. O rendimento líquido de juros manteve-se essencialmente estável em comparação com 2017, motivado pelo crescimento nas receitas de empréstimos, efeitos de avaliação positiva do passivo para poupança e crédito habitação e um impacto positivo, em termos homólogos, dos empréstimos hipotecários anteriormente medidos ao justo valor e medidos numa base de custo amortizado desde a adoção da norma de relato IFRS 9. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto de uma conjuntura de taxas de juro baixas em margens de depósitos. As receitas de depósitos também incluíram um impacto positivo a partir do crescimento em volumes. Os rendimentos restantes aumentaram significativamente, refletindo essencialmente as vendas de ativos mais altas incluindo um ganho de 156 milhões de euros a partir de uma venda de propriedade, parcialmente afetado por um rendimento mais baixo proveniente de coberturas de risco de taxa de juro. O período do exercício anterior incluiu um impacto negativo de 118 milhões de euros resultante da cessação de um título fiduciário preferencial antigo, que compensou largamente um impacto positivo de 108 milhões de euros, proveniente da venda de ações na Concardis GmbH. Os rendimentos de serviços e comissões diminuíram ligeiramente em termos homólogos. As receitas mais baixas dos serviços postais subsequentes a um alinhamento de contratos, assim como as receitas mais baixas provenientes dos produtos de investimento, que sofreram, em parte, o impacto da implementação da MiFID II, foram parcialmente compensadas por rendimentos de comissões mais altos provenientes de contas correntes, refletindo as ações de fixação de novos preços.

As receitas líquidas da Private and Commercial Business (Internacional) diminuíram 16 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o período do exercício anterior. A diminuição foi essencialmente motivada pelos efeitos positivos relativos a uma transação de venda de ativos em 2017, reportada na área de rendimentos restantes. O rendimento líquido de juros manteve-se essencialmente inalterado em comparação com o período do exercício anterior, com impactos negativos provenientes da atual conjuntura de taxas de juro baixas sobre as receitas de depósitos, compensadas por receitas de empréstimos mais altas. Os rendimentos de serviços e comissões mantiveram-se essencialmente inalterados em comparação com o exercício anterior, dado que o crescimento nas receitas de produtos comerciais compensou a diminuição nas receitas de produtos de investimento devido a uma conjuntura difícil de mercado.

As receitas líquidas na Wealth Management foram de 1,7 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 274 milhões de euros, ou 14%, em comparação com o exercício anterior, impulsionado por um impacto inferior de 197 milhões de euros resultante de atividades de reestruturação relacionadas com posições antigas na Sal. Oppenheim As receitas líquidas também sofreram o impacto de movimentos de taxas de câmbio desfavoráveis. Excluindo este efeito, as receitas líquidas permaneceram essencialmente inalteradas face ao período do exercício anterior. O crescimento das receitas nos mercados emergentes foi atenuado por receitas de clientes mais baixas na Europa, que sofreram parcialmente o impacto da implementação da MiFID II e decisões de negócio estratégicas, assim como nos mercados de capitais voláteis e atividade menor de clientes.

A provisão para perdas de crédito foi de 347 milhões de euros, um aumento de 22 milhões de euros, ou 7%, face ao período do exercício anterior. Este aumento refletiu maiores desembolsos no período do exercício anterior, bem como o crescimento dos empréstimos. Ambos os períodos incluíram os impactos positivos das vendas de carteiras.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 7,6 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 550 milhões de euros, ou 7%, face a 2017. O decréscimo foi impulsionado principalmente pela redução de 309 milhões de euros em despesas de reestruturação relacionadas com a execução da estratégias, incluindo as medidas de reorganização e integração na Alemanha, bem como a redução dos custos de litígio.

Os custos ajustados foram de 7,6 mil milhões de euros em 2018, uma diminuição de 124 milhões de euros, ou 2%, em relação aos 7,7 mil milhões de euros em 2017. A redução foi impulsionada principalmente por poupanças, no seguimento de uma rigorosa disciplina de custos, bem como por medidas de reorganização executadas, parcialmente compensadas por gastos incrementais de investimento relacionados com a fusão da Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e do Postbank, bem como por investimentos nos nossos negócios em Itália e em Espanha.

Os ativos sob gestão no valor de 451 mil milhões de euros diminuíram 29 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2017. O decréscimo foi principalmente atribuível à depreciação do mercado de 29 mil milhões de euros e às saídas líquidas de 2 mil milhões de euros, compensadas em parte pelos movimentos positivos da taxa de câmbio de 4 mil milhões de euros. As entradas líquidas no Private Bank Alemanha, principalmente em depósitos, foram compensadas por saídas líquidas em Wealth Management, principalmente na Europa e Américas, ao passo que a Wealth Management nos Mercados Emergentes relatou entradas líquidas.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.141	2.115	2.247	26	1	(132)	(6)
Comissões de desempenho e transação	201	91	199	111	122	(109)	(55)
Outros	(10)	(19)	86	9	(48)	(104)	N/S
Total de receitas líquidas	**2.332**	2.187	2.532	146	7	(346)	(14)
Provisão para perdas de crédito	**1**	(1)	(1)	2	N/S	(0)	67
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	832	787	812	45	6	(25)	(3)
Despesas gerais e administrativas	851	929	978	(78)	(8)	(49)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	3	0	N/S	(3)	N/S
Atividades de reestruturação	29	19	6	10	51	13	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**1.711**	1.735	1.799	(23)	(1)	(64)	(4)
Participações minoritárias	**152**	85	1	68	80	83	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**468**	368	732	99	27	(364)	(50)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	10	10	8	(0)	(1)	2	25
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	768	664	702	103	16	(37)	(5)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	25	(23)	16	48	N/S	(38)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	3.924	4.013	4.002	(88)	(2)	11	0

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

2019

Em 2019, as condições de mercado eram menos voláteis em comparação com 2018, ajudando a melhorar a apetência dos investidores pelo risco. Todos os principais índices de ações foram negociados em níveis mais elevados em 2019, tendo ocorrido a valorização do dólar americano em relação ao euro. As condições gerais de mercado foram mais favoráveis em comparação com 2018, com efeitos positivos nas entradas líquidas e o crescimento significativo dos Ativos sob gestão.

Em 2019, os ativos sob gestão relataram um lucro antes de impostos de 468 milhões de euros, um aumento de 99 milhões de euros, ou 27%, em relação aos 368 milhões de euros do exercício anterior, impulsionado principalmente por taxas de desempenho significativamente mais elevadas. Ajustado a despesas de transformação, bem como a despesas de reestruturação e indemnizações, o lucro antes de impostos foi de 539 milhões de euros em 2019, face a 413 milhões de euros em 2018.

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 564 milhões de euros, ou 7%, em comparação com o exercício anterior.

As comissões de gestão foram de 2,1 mil milhões de euros em 2019, essencialmente estáveis em comparação com o exercício anterior, uma vez que os efeitos do desempenho positivo do mercado e do crescimento da área de “Passive and Alternatives” foram parcialmente compensados pela diminuição das margens das comissões de gestão.

As comissões de desempenho e transação de 201 milhões de euros em 2019 aumentaram significativamente em 111 milhões de euros, ou 122%, em comparação com o exercício de 2018, impulsionadas principalmente por uma comissão de desempenho não recorrente “Alternatives” e “Multi Asset” reconhecida em 2019.

Outras receitas foram de 10 milhões de euros negativos em comparação com os 19 milhões de euros negativos em 2018, com ambos os anos afetados pelo justo valor das garantias para os produtos garantidos.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,7 mil milhões de euros, um decréscimo de 23 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o exercício anterior. As despesas gerais e administrativas foram mais baixas devido a uma redução significativa das taxas de serviços profissionais, do custo de marketing e da ausência de despesas de litígio relativas a um negócio antigo vendido, parcialmente compensadas por despesas de transformação relativas a uma imparidade imobiliária. As remunerações e os benefícios foram mais elevados, principalmente devido às remunerações relacionadas com o desempenho.

Os custos ajustados excluindo os custos de transformação foram de 1,6 mil milhões de euros em 2019, uma ligeira diminuição de 13 milhões de euros, ou 1%, em comparação com 1,7 mil milhões de euros em 2018, uma vez que as despesas de remuneração mais elevadas foram compensadas pela poupança nas taxas de serviços profissionais e despesas de marketing.

Os ativos sob gestão foram de 664 mil milhões de euros, uma diminuição de 37 mil milhões de euros, ou 16%, face a 31 de dezembro de 2017. O aumento foi impulsionado por 74 mil milhões de euros relacionados com o desenvolvimento favorável do mercado, 25 mil milhões de euros de entradas líquidas e 7 mil milhões de euros resultantes de efeitos cambiais positivos. As entradas líquidas ocorreram principalmente nas áreas de crescimento direcionado de produtos Passive, Alternatives e Multi Asset. O desenvolvimento dos ativos sob gestão também foi afetado pelo desempenho superior dos fundos emblemáticos e estratégias direcionadas, um aumento do número de fundos classificados com 4 ou 5 estrelas pela Morningstar e pelas inovações de produtos.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2019, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2018	77	227	46	63	58	112	81	664
Fluxos de entrada	15	58	16	20	447	65	20	642
Fluxos de saída	(17)	(66)	(9)	(18)	(449)	(46)	(11)	(617)
Fluxos líquidos	(2)	(8)	7	2	(2)	19	9	25
Impacto cambial	0	3	0	0	1	1	1	7
Desempenho	20	13	5	8	1	23	4	74
Outros	(1)	(1)	(0)	(2)	(0)	1	1	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96	234	58	71	57	156	96	768
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	12	35	27	4	21	54	30

2018

A oferta pública inicial da DWS foi concluída com êxito durante o primeiro trimestre de 2018. As condições de mercado foram desafiantes em 2018, e o impacto da reforma tributária nos Estados Unidos e a procura mais baixa para os fundos europeus de retalho coloca desafios à AM e ao setor de Asset Management em geral. Em 2018, a AM relatou um lucro antes de impostos de 368 milhões de euros, um decréscimo de 364 milhões de euros, ou 50%, em comparação com os 732 milhões de euros em 2017. O decréscimo foi principalmente motivado por receitas mais baixas, que sofreram o impacto negativo de fluxos líquidos desfavoráveis e comissões de desempenho mais baixas. As participações minoritárias mais altas atribuíveis a acionistas minoritários para nove meses em 2018, no seguimento da oferta pública inicial da DWS, que não ocorreu no exercício anterior, foram parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais baixos.

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 564 milhões de euros, ou 14%, em comparação com o exercício anterior.

As taxas de gestão foram inferiores em 132 milhões de euros, ou 6%, face às do exercício anterior, impulsionadas pelas saídas líquidas e pela compressão de margens da comissão de gestão em produtos geridos ativamente, pela diminuição das taxas em “Alternatives”, na sequência da redução dos Ativos sob gestão e da ausência de receitas de negócios vendidos e descontinuados. O decréscimo foi parcialmente compensado pelo forte desempenho do negócio passivo dos ativos sob gestão mais altos.

As comissões de desempenho e transação de 91 milhões de euros foram significativamente inferiores em 109 milhões de euros, ou 55%, em comparação com 2017, devido à ausência de comissões para um fundo específico de produtos alternativos recebido em 2017 e às comissões de desempenho mais baixas dos produtos ativos.

As outras receitas registaram um valor negativo de 19 milhões de euros, em comparação com 86 milhões de euros no exercício anterior. A diminuição deveu-se principalmente ao impacto de negócios descontinuados e vendidos em 2017 e 2018 e a ausência de uma recuperação não recorrente relativa a uma matéria jurídica de fundos imobiliários registada e, 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 1,7 mil milhões de euros foram inferiores em 64 milhões de euros, ou 4%, em relação ao exercício anterior. As remunerações e benefícios mantiveram-se essencialmente inalterados com os custos de remuneração variável mais baixos atenuados pelos pagamentos por cessação de funções mais altos. As despesas gerais e administrativas foram ligeiramente mais baixas, motivadas por uma diminuição significativa em custos de serviços fornecidos pelo Grupo Deutsche Bank à DWS, parcialmente atenuadas por despesas de litígio relativas a um negócio antigo vendido, custos de pesquisa externa mais altos em conformidade com a MiFID II e custos mais altos para a DWS a funcionar como uma empresa autónoma.

Os custos ajustados foram de 1,7 mil milhões de euros em 2018, um decréscimo de 117 milhões de euros, ou 7%, em comparação com os 1,8 mil milhões de euros em 2017. O decréscimo foi motivado principalmente pela redução dos custos de remuneração variável e por uma diminuição significativa do custo dos serviços prestados pelo Grupo Deutsche Bank à DWS. Esta situação foi parcialmente compensada pelos custos de pesquisa externa em conformidade com a MiFID II e por custos mais elevados para a DWS, a funcionar como uma empresa autónoma.

Os ativos sob gestão foram de 664 mil milhões de euros, uma diminuição de 37 mil milhões de euros, ou 5%, face a 31 de dezembro de 2017. A diminuição foi motivada por um desenvolvimento de mercado desfavorável de 28 mil milhões de euros e por saídas líquidas de 23 mil milhões de euros, parcialmente compensada por efeitos cambiais positivos de 13 mil milhões de euros. As saídas foram principalmente motivadas por ativos de seguros de subcontratação e pelo impacto de ativos de repatriação de empresas dos Estados Unidos, no seguimento da reforma tributária dos Estados Unidos. O desenvolvimento de ativos sob gestão sofreu também o impacto de mercados voláteis e de um sentimento de investidores mais débil, aliado ao desempenho inferior em alguns fundos emblemáticos. O negócio passivo obteve fortes entradas, principalmente nos mandatos e produtos europeus negociados em bolsa.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2018, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94	239	54	67	59	112	76	702
Fluxos de entrada	14	59	8	18	490	55	11	655
Fluxos de saída	(21)	(75)	(12)	(18)	(493)	(47)	(11)	(678)
Fluxos líquidos	(7)	(17)	(4)	0	(3)	8	0	(23)
Impacto cambial	1	6	0	0	1	3	1	13
Desempenho	(10)	(2)	(3)	(3)	0	(10)	0	(28)
Outros	(0)	0	(1)	(1)	(0)	0	3	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018	77	227	46	63	58	112	81	664
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	76	13	36	30	6	23	54	31

Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas	208	1.878	2.044	(1.670)	(89)	(166)	(8)
Provisão para perdas de crédito	**(14)**	(36)	110	22	(61)	(146)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	443	635	758	(192)	(30)	(123)	(16)
Despesas gerais e administrativas	2.811	2.652	2.788	159	6	(135)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	143	62	21	81	132	40	189
Despesas totais (excluindo juros)	**3.397**	3.349	3.567	49	1	(218)	(6)
Participações minoritárias	**1**	1	0	1	136	0	58
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(3.177)**	(1.435)	(1.633)	(1.742)	121	198	(12)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	259	370	462	(111)	(30)	(92)	(20)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	1.205	2.534	4.348	(1.329)	(52)	(1.814)	(42)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

2019

Ao estabelecer a nossa nova Capital Release Unit (CRU), planeamos libertar o capital atualmente consumido por ativos de baixo retorno, negócios com baixa rentabilidade e negócios que já não são considerados estratégicos. Isto inclui substancialmente todos os nossos negócios de Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, particularmente em Rates, a nossa antiga carteira não estratégica do CIB, bem como os negócios abandonados do nosso Private & Commercial Bank que incluem as nossas operações de retalho em Portugal e na Polónia. A CRU sofreu um prejuízo antes de impostos de 3,2 mil milhões de euros em 2019, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros no exercício anterior. Contudo, as ações de gestão permitiram à divisão reduzir significativamente os ativos ponderados pelo risco e alavancar a exposição de acordo com a intenção estratégica em 2019. O aumento das perdas em relação ao exercício anterior foi impulsionado principalmente por menores receitas, custos de reestruturação mais elevados e despesas gerais e administrativas mais elevadas, parcialmente compensados por remunerações e benefícios mais baixos e provisões para perdas de crédito.

As receitas líquidas foram de 208 milhões de euros, um decréscimo de 1,7 mil milhões de euros, ou 89%, em relação a 2018. As receitas foram afetadas pela decisão no terceiro trimestre de sair do negócio de ações, fechar a transação no primeiro semestre de 2019 para vender o negócio da banca de retalho em Portugal e pelos custos associados à redução do risco de ativos. As receitas de financiamento especial foram significativamente inferiores às do exercício anterior, refletindo saldos médios mais baixos durante o exercício e margens reduzidas. As receitas incluíram uma perda de 116 milhões de euros de rubricas específicas relacionadas com as atualizações dos parâmetros do modelo e os ajustamentos da avaliação de dívida.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso de 14 milhões de euros em 2019 face a 36 milhões de euros no exercício anterior. Enquanto o desembolso líquido em 2018 foi impulsionado principalmente por atividades de vendas no nosso negócio de retalho e transporte marítimo, 2019 foi dominado por um pequeno número de eventos específicos em várias carteiras.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 3,4 mil milhões de euros, um aumento de 49 milhões de euros, ou 1%, em comparação com o exercício anterior. 2019 incluiu despesas de reestruturação de 143 milhões de euros, um aumento de 81 milhões de euros em relação ao exercício anterior, e despesas de transformação de 510 milhões de euros, principalmente relacionadas com imparidades de software.

Os custos ajustados excluindo os custos de transformação foram de 2,6 mil milhões de euros, um decréscimo de 725 milhões de euros, ou 22%, em comparação com o exercício anterior, na sequência de custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração fixa como na variável, e custos não remuneratórios reduzidos, principalmente devido a honorários profissionais mais baixos, bem como a serviços de comunicação e dados.

A exposição de alavancagem no final de 2019 era de 127 mil milhões de euros, 13 mil milhões de euros acima da meta de 2019. Isto representa uma redução de 55% face a 281 mil milhões de euros no final de 2018.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram de 46 mil milhões de euros no final de 2019, 6 mil milhões de euros abaixo do objetivo de 52 mil milhões de euros no final do exercício, e desceram 36% face aos 72 mil milhões de euros no final de 2018.

2018

O prejuízo antes de impostos em 2018 foi de 1,4 mil milhões de euros, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 1,6 mil milhões de euros no exercício anterior. A redução das receitas foi parcialmente compensada pela redução dos gastos operacionais (excl. juros) e por uma menor provisão para perdas de crédito.

As receitas líquidas foram de 1,9 mil milhões de euros, uma diminuição de 166 milhões de euros, ou 8%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram ligeiramente inferiores. As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram ligeiramente inferiores devido ao fluxo de clientes reduzido tanto na Europa como na Ásia e Pacífico, parcialmente compensadas por um desempenho sólido nos Estados Unidos, que beneficiou de volatilidade aumentada no primeiro trimestre de 2018. As receitas de fluxo de ações negociadas a pronto (Cash Equity) foram mais baixas devido a perdas de facilitação nos Estados Unidos e a não recorrência de ganhos nas vendas de ativos no exercício anterior. As receitas na área de Antigas FIC foram superiores às do exercício anterior, devido à ausência de perdas de valorização.

A provisão para perdas de crédito foi um desembolso líquido de 36 milhões de euros em 2018, face a um encargo de 110 milhões de euros em 2017. O nível mais baixo das provisões para perdas de crédito beneficiou principalmente das atividades bem sucedidas de redução de risco na carteira de transporte marítimo.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 3,3 mil milhões de euros, uma diminuição de 218 milhões de euros, ou 6%, em comparação com os 3,6 mil milhões de euros do exercício anterior. A diminuição foi motivada por custos de remunerações e benefícios mais baixos, tanto na remuneração variável como fixa, refletindo uma redução dos colaboradores. As despesas gerais e administrativas também foram reduzidas, principalmente devido a honorários profissionais, serviços de comunicação e dados e custos de viagem mais baixos, devido a uma disciplina contínua de custos. As reduções de custos foram parcialmente compensadas por despesas de reestruturação mais elevadas.

Os custos ajustados foram de 3,3 mil milhões de euros, um decréscimo de 190 milhões de euros, ou 5%, em comparação com os 3,5 mil milhões de euros do exercício anterior, principalmente devido a custos de remuneração e benefícios mais baixos, na sequência da redução do número de colaboradores, honorários de serviços profissionais e custos de comunicação e serviços de dados mais baixos, bem como menores custos de viagem devido a uma contínua disciplina de custos.

A exposição de alavancagem foi de 281 mil milhões de euros no final de 2018, uma redução de 103 mil milhões de euros, ou 27%, em comparação com os 384 mil milhões de euros no final de 2017.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) foram de 72 mil milhões de euros no final de 2018, estáveis em relação a 2017.

Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas	**155**	(120)	(539)	274	N/S	420	(78)
Provisão para perdas de crédito	**0**	1	(0)	(0)	(84)	1	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.836	3.079	3.078	(242)	(8)	1	0
Despesas gerais e administrativas	(2.320)	(2.656)	(2.497)	336	(13)	(159)	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	40	(1)	1	41	N/S	(2)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**556**	421	582	135	32	(161)	(28)
Participações minoritárias	**(173)**	(109)	(16)	(64)	58	(93)	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(229)**	(433)	(1.105)	204	(47)	672	(61)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	27.679	29.463	31.590	(1.784)	(6)	(2.127)	(7)

N/S – Não significativo

2019

A C&O reportou uma perda antes de impostos de 229 milhões de euros em 2019, face a uma perda antes de impostos de 433 milhões de euros no exercício anterior, um decréscimo de 47%, essencialmente motivado por maiores efeitos positivos das diferenças de avaliação e calendarização e por reversões mais altas de participações minoritárias, principalmente relacionadas com a DWS, deduzidas dos lucros antes de impostos das divisões em 2019.

As receitas líquidas foram de 155 milhões de euros em 2019, em comparação com os negativos 120 milhões de euros em 2018. As receitas relacionadas com as diferenças de avaliação e calendarização foram de 573 milhões de euros em 2019, face a 107 milhões de euros em 2018, impulsionadas pelo impacto positivo no preço de mercado das atividades de cobertura de risco relacionadas com os acordos de financiamento do banco. As receitas líquidas relativas a financiamento e liquidez foram de 186 milhões de euros negativos em 2019 face a 59 milhões de euros negativos no exercício anterior, principalmente devido à implementação de um novo quadro interno de Preços de Transferência de Fundos no terceiro trimestre de 2019. Os custos relacionados com a introdução do novo quadro foram realizados na área de C&O enquanto a nova estrutura é introduzida gradualmente. Estes custos serão amortizados ao longo do tempo, refletindo a natureza de longo prazo do nosso passivo.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 556 milhões de euros em 2019, um aumento de 135 milhões de euros, ou 32%, em comparação com o exercício anterior, impulsionados principalmente por despesas de litígio de 238 milhões de euros em 2019, em comparação com 51 milhões de euros em 2018. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, aumentaram de 422 milhões de euros em 2018 para 476 milhões de euros em 2019. Os efeitos positivos da libertação de saldos antigos também foram reconhecidos no terceiro trimestre de 2019.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. O aumento de 109 milhões de euros em 2018 para 173 milhões de euros em 2019 esteve principalmente relacionado com lucros mais elevados na DWS.

2018

A C&O reportou uma perda antes de impostos de 433 milhões de euros em 2018, em comparação com uma perda antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros no exercício anterior, um decréscimo de 61%, impulsionado principalmente pela realização de um ajustamento cambial negativo em 2017, gastos operacionais (excl. juros) mais baixos, assim como reversões mais altas de participações minoritárias em 2018, resultando essencialmente da oferta pública inicial da DWS.

As receitas líquidas foram uns negativos 120 milhões de euros em 2018, em comparação com os negativos 539 milhões de euros em 2017. As receitas líquidas em 2017 sofreram o impacto da realização de um ajustamento de conversão cambial negativo de 164 milhões de euros associado à alienação de uma subsidiária não estratégica na Argentina. As receitas relativas à manutenção em excesso de suportes adicionais de liquidez e financiamento dos requisitos de liquidez baseados no mercado resultaram num valor negativo de 59 milhões de euros em 2018, face ao valor negativo de 119 milhões de euros no exercício anterior. As receitas provenientes das diferenças de avaliação e calendarização foram de 107 milhões de euros em 2018, em comparação com 51 milhões de euros em 2017.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 431 milhões de euros em 2018, uma diminuição de 161 milhões de euros, ou 28%, face ao exercício anterior, motivada por despesas de infraestrutura mais baixas do que o esperado em 2018. A partir de 2018, as despesas de infraestrutura foram afetadas às divisões corporativas com base em afetações planeadas. Qualquer diferença entre as afetações planeadas e efetivas é captada na C&O. Isto foi parcialmente atenuado por despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de 422 milhões de euros em 2018 face aos 371 milhões de euros do exercício anterior.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos na C&O. O aumento de 16 milhões de euros em 2017 para 109 milhões de euros em 2018 foi essencialmente um resultado da IPO supramencionada da DWS.

Posição Financeira

Ativos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	147.228	197.613	(50.385)	(25)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	14.229	11.618	2.611	22
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	530.713	573.344	(42.630)	(7)
Of which: Ativos detidos para negociação	110.875	152.738	(41.863)	(27)
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	320.058	12.873	4
Of which: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	86.901	100.444	(13.543)	(13)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	45.503	51.182	(5.678)	(11)
Empréstimos pelo custo amortizado	429.841	400.297	29.544	7
Restantes ativos	130.161	114.085	16.076	14
Of which: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	63.401	66.675	(3.273)	(5)
Total do ativo	**1.297.674**	1.348.137	(50.463)	(4)

Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	572.208	564.405	7.803	1
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	3.374	8.226	(4.852)	(59)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	404.448	415.680	(11.232)	(3)
Of which: Passivos detidos para negociação	37.065	59.924	(22.858)	(38)
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	316.506	301.487	15.019	5
Of which: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	50.332	53.757	(3.425)	(6)
Outros empréstimos a curto prazo	5.218	14.158	(8.940)	(63)
Dívida a longo prazo	136.473	152.083	(15.611)	(10)
Restantes passivos	113.795	124.848	(11.054)	(9)
Of which: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	71.287	90.708	(19.421)	(21)
Total do passivo	**1.235.515**	1.279.400	(43.885)	(3)
Total do capital próprio	**62.160**	68.737	(6.578)	(10)
Total do passivo e do capital próprio	**1.297.674**	1.348.137	(50.463)	(4)

Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, o balanço total diminuiu 50,5 mil milhões de euros (ou 4%) em relação ao final do ano de 2018. Várias decisões estratégicas tiveram repercussões consideráveis no nosso balanço patrimonial.

Como resultado da contínua otimização do financiamento do banco, as disponibilidades e os saldos do banco central diminuíram em 50,4 mil milhões de euros, refletindo os nossos planos anteriormente anunciados de reduzir a liquidez excedentária e de transferir as reservas de liquidez de numerário para obrigações. A dívida a longo prazo diminuiu 15,6 mil milhões de euros, em grande parte impulsionada por uma amortização parcial dos fundos recebidos como parte do programa TLTRO e por maturidades líquidas no nosso livro de emissões consistentes com a nossa desalavancagem e a intenção anunciada de reduzir a liquidez excedentária.

A nossa decisão estratégica de abandonar o negócio de Ações representou o principal fator de diminuição dos ativos e passivos de negociação de 41,9 mil milhões e 22,9 mil milhões de euros, respetivamente, bem como as diminuições dos valores a pagar relacionados com corretagem e títulos de 19,4 mil milhões e 3,3 mil milhões de euros, respetivamente.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados diminuíram em 13,5 mil milhões de euros, impulsionados principalmente pelas posições vendidas durante o exercício.

Na sequência da decisão de venda do nosso negócio da Global Prime Finance, outros empréstimos de curto prazo diminuíram em 8,9 mil milhões de euros, predominantemente devido à anulação de posições, enquanto os restantes passivos, excluindo valores a pagar relacionados com corretagem e títulos, aumentaram em 8,4 mil milhões de euros, principalmente devido à reclassificação de determinadas rubricas como detido para venda (associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas).

Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento dos empréstimos a custo amortizado em 29,5 mil milhões de euros, principalmente devido a novos negócios, e ao aumento dos levantamentos nos nossos principais negócios, e dos depósitos, em 7,8 mil milhões de euros. O movimento de depósitos foi impulsionado principalmente pelo crescimento do nosso Private Bank, parcialmente compensado por reduções no final do ano, na sequência da introdução de juros negativos cobrados em depósitos de clientes selecionados no Corporate Bank e no Private Bank.

Os restantes ativos, excluindo os valores a receber relacionados com corretagem e títulos, aumentaram 19,3 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento dos títulos detidos para cobrança utilizados para efeitos de gestão do risco de taxa de juro.

Para além do acima referido, o valor de mercado positivo dos instrumentos financeiros derivados aumentou em 12,9 mil milhões de euros, com um aumento correspondente de 15,0 mil milhões de euros no valor de mercado negativo dos instrumentos financeiros derivados devido a movimentos de mercado, principalmente nas taxas de juro.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 18,0 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela valorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 222 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (face a 259 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2019 (no cenário combinado).

Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2019 diminuiu 6,6 mil milhões de euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2018. A diminuição dos fundos próprios foi impulsionada por uma perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e por componentes adicionais dos fundos próprios no valor de 5,4 mil milhões de euros, relativos principalmente a efeitos relacionados com a transformação. O total do capital próprio foi também afetado por perdas de reavaliação relacionadas com planos de benefícios definidos de 987 milhões de euros, líquidos de impostos, cupões pagos sobre componentes adicionais de capital próprio de 330 milhões de euros, bem como por dividendos pagos aos acionistas do Deutsche Bank no valor de 227 milhões de euros e um impacto negativo devido à adoção da IFRS 16 de 137 milhões de euros, líquidos de impostos. As diminuições nos capitais próprios foram parcialmente compensadas por uma variação líquida positiva nos prémios em ações de 118 milhões de euros em capital adicional realizado e ganhos de conversão cambial de 108 milhões de euros, líquidos de impostos, resultantes principalmente do fortalecimento do dólar americano face ao euro, bem como ganhos líquidos não realizados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 79 milhões de euros, líquidos de impostos.

Fundos Próprios

O nosso capital Common Equity Tier 1 (CET 1) e os ativos ponderados pelo risco (RWA) conforme o CRR/CRD, que foram alterados pela última vez em junho de 2019, não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD e o CRR/CRD fully loaded. O nosso capital CET 1 em 31 de dezembro de 2019 diminuiu 3,3 mil milhões de euros para 44,1 bilhões de euros, face a 47,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Os RWA diminuíram 26,4 mil milhões de euros, para 324,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, face a 350,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Devido à diminuição do capital CET 1 e dos RWA, o rácio de capital CET 1 em 31 de dezembro de 2019 permanece inalterado em 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2018.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Deutschland GmbH ("Moody's"), a S&P Global Ratings Europe Limited ("S&P"), a Fitch Deutschland GmbH ("Fitch") e a DBRS Rating GmbH. ("DBRS Morningstar", juntamente com Moody's, S&P e Fitch, as "Agências de notação").

Todas as agências estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC").

Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação monitorizaram de perto o desempenho do banco em 2019.

Refletindo os desafios do banco de melhorar a sua rentabilidade e estabilizar o seu modelo de negócio de acordo com a sua estratégia anterior, em junho de 2019 a Fitch reduziu as notações do Deutsche Bank em um nível (as notações de avaliação de contraparte e de depósito para BBB+, a dívida "não preferencial" para BBB) com as perspetivas definidas em "evolução".

Após a nossa atualização estratégica em julho de 2019, todas as agências confirmaram as suas notações. As agências consideram que a revisão estratégica é favorável aos credores a longo prazo, mas vêem um risco de execução significativo, juntamente com custos elevados a curto prazo.

Com base no evento "Investor Deep Dive" realizado em dezembro de 2019 e nos resultados do banco do exercício de 2019, as agências de notação reconhecem o progresso do banco. Isto está relacionado com a redução da CRU, as reduções de custos, mas também a solidez do capital e do balanço. À medida que continuarem a ver desafios de execução a curto prazo, especialmente no contexto de uma conjuntura macroeconómica desafiante, continuarão a acompanhar de perto o progresso.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody’s, Standard & Poor’s e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody’s, Standard & Poor’s e Fitch totaliza aproximadamente 0,4 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,7 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody’s, Standard & Poor’s e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos[1]	Sénior não preferencial[2]	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A3	A3	Baa3	P-2
Standard & Poor's, Nova Iorque	–	BBB+	BBB-	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque	BBB+ (notação de contraparte de derivados)	BBB+	BBB	F2
DBRS, Toronto	A (elevada)	A (baixa)	BBB (elevado)	R-1 (baixa)

[1] Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida não garantida sénior na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.
[2] Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na DBRS.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2019.

Obrigações contratuais em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Pagamento devido por período Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo[1]	148.052	40.706	45.686	26.033	35.626
Títulos fiduciários preferenciais[1,2]	2.085	2.085	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados[3]	4.916	976	484	643	2.813
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações[4]	5.662	17	291	525	4.830
Passivos de locações[1]	3.609	730	961	961	957
Obrigações de aquisição	3.106	502	1.670	331	603
Depósitos de longo prazo[1]	26.708	0	11.059	5.199	10.450
Outros passivos de longo prazo	1.431	532	181	374	343
Total	**195.568**	45.548	60.332	34.065	55.623

[1] Inclui pagamentos de juros.
[2] Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.
[3] Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.
[4] Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

As declarações nas nossas Perspetivas, incluindo o potencial impacto relacionado à COVID 19, refletem o estado em 11 de março de 2020.

A economia global

Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2020[2]	2019	Principal fator responsável
Economia global			No primeiro semestre de 2020, espera-se que o crescimento económico global seja
PIB	**2,4**	3,1	negativamente afetado pela propagação da COVID 19 e pela consequente perturbação da
Inflação	**3,1**	3,0	atividade económica. Se for possível controlar rapidamente o surto, a atividade económica global deverá recuperar no segundo semestre de 2020, devido a uma moderação das tensões comerciais globais, um maior estímulo monetário e um abrandamento das condições financeiras. As negociações comerciais importantes devem permanecer fundamentais em 2020, com as negociações comerciais EUA-China a avançar para a Fase Dois
Of which:			
Países industrializados			Espera-se que os países industrializados sejam afetados negativamente pela propagação
PIB	0,5	1,7	global da COVID 19 e pela incerteza associada. Em particular, o colapso iminente da cadeia de
Inflação	1,1	1,4	valor global está a pesar sobre as perspetivas económicas. Enquanto se espera que os EUA ainda mostrem um crescimento positivo, a zona Euro deverá alcançar apenas uma ligeira expansão positiva em 2020, em comparação com o ano passado. As debilidades económicas estruturais na Zona Euro continuam a prevalecer devido à fadiga no que respeita às reformas. Espera-se que a economia japonesa sofra uma contração em 2020
Mercados emergentes			A expansão da COVID 19 começou a ter um impacto direto no consumo e na atividade
PIB	3,6	4,0	produtiva em determinados mercados emergentes. Se a contenção for bem sucedida, a
Inflação	4,4	4,0	recuperação da dinâmica de crescimento global no segundo semestre de 2020 e a retoma das negociações comerciais entre os EUA e a China deverão proporcionar um contexto relativamente favorável para uma recuperação do crescimento dos mercados emergentes
Economia da área do euro			Na zona Euro, em 2020 o PIB deverá enfraquecer devido a um crescimento moderadamente
PIB	**(0.1)**	1,2	negativo no primeiro semestre de 2020. Com o surto da COVID 19, a incerteza económica que
Inflação	**0,4**	1,2	afetou 2019 persistirá em 2020. O Banco Central Europeu (BCE) deverá implementar outras medidas específicas de estímulo à economia
Of which: Economia alemã			A economia alemã orientada para a exportação será afetada negativamente pelas
PIB	(0.2)	0,6	consequências globais da disseminação da COVID 19. O crescimento do PIB deverá diminuir
Inflação	0,6	1,3	em termos anuais, especialmente devido à contração da atividade económica no primeiro semestre de 2020. O consumo privado e a construção devem continuar a ser fontes de um impulso positivo em 2020. As exportações e os investimentos devem ganhar força gradualmente no segundo semestre de 2020, se for possível evitar novas tensões comerciais
Economia dos Estados Unidos			Espera-se que o crescimento da economia dos EUA enfraqueça devido a um acentuado
PIB	**1,4**	2,3	abrandamento no primeiro semestre de 2020 associado ao surto da COVID 19. Apoiada pelo
Inflação	**1,6**	1,8	sólido consumo privado e pelos estímulos monetários da Reserva Federal, a economia deverá recuperar o seu dinamismo no segundo semestre do ano. Os investimentos de capital podem ser afetados por uma maior disseminação da COVID 19, restrições comerciais e incertezas decorrentes das próximas eleições
Economia do Japão			A economia japonesa deverá sofrer uma contração em 2020 devido a um crescimento
PIB	**(1.5)**	0,7	moderadamente negativo no primeiro semestre de 2020. Para além do choque associado à
Inflação	**0,4**	0,5	COVID 19, o crescimento também deve ser negativamente afetado pelo aumento dos impostos sobre o consumo introduzidos em outubro de 2019, bem como pelos efeitos adversos do declínio da mão de obra e outros obstáculos externos no primeiro semestre de 2020
Economia asiática[3]			As economias asiáticas, principalmente a China e as economias orientadas para a exportação,
PIB	**4,2**	5,3	como Singapura, deverão perder acentuadamente a dinâmica de crescimento no primeiro
Inflação	**3,6**	2,8	semestre de 2020, mas deverão continuar a ser os motores do crescimento do comércio mundial no segundo semestre do ano, se for possível conter a propagação global da COVID 19. Embora um acordo comercial EUA-China melhore as suas perspetivas de crescimento, a súbita imposição de tarifas automóveis pelos EUA contradiria os efeitos positivos. Esperamos que a Índia continue o seu progresso económico positivo
Of which: Economia chinesa			Nos primeiros meses de 2020, a atividade económica na China é fortemente impactada pelo
PIB	4,6	6,1	surto da COVID 19. A política económica será de apoio, especialmente para neutralizar estes
Inflação	3,6	2,9	efeitos económicos negativos. O abrandamento das disputas comerciais após a "Fase Um" do acordo comercial e, possivelmente, a continuação de negociações construtivas deverá conduzir a uma recuperação da produção industrial e do comércio global em geral, eliminando a incerteza

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário
[2] Fontes: Deutsche Bank Research
[3] Incluindo China, Índia, Indonésia, República da Coreia e ex Japão

Há uma série de riscos para as nossas perspetivas económicas globais. Os desafios para conter a COVID 19 ou uma propagação global mais severa poderiam amortecer ainda mais a dinâmica económica. Apesar da assinatura da "Fase Um" do acordo comercial entre os EUA e a China em janeiro de 2020, novos conflitos comerciais, incluindo as próximas negociações comerciais entre os EUA e a União Europeia (UE), podem ter um impacto negativo nas perspetivas económicas a nível global. A introdução de impostos automóveis nas exportações da UE para os EUA teria um impacto negativo sobre a produção industrial da UE, especialmente na Alemanha. Depois do Brexit, o Reino Unido entrou num período de transição em relação à UE que deverá expirar no final de 2020. Ao longo de 2020, o foco será a futura relação comercial do Reino Unido com a UE, havendo o risco de ambas as partes não conseguirem chegar a um acordo comercial antes do final do período de transição. Um ressurgimento da crise dos refugiados poderia levar a um aumento das tensões políticas entre os Estados-membros da UE. Na zona Euro, o peso da dívida pública em alguns países, especialmente na Itália, é um risco devido à frágil situação política. Esperamos propostas de estímulo fiscal das próximas eleições nos EUA, cuja extensão, no entanto, dependerá da composição do Congresso. Além disso, o aumento das tensões geopolíticas, particularmente no Médio Oriente, poderia criar mais incerteza.

O setor bancário

A indústria bancária global deverá enfrentar um ambiente operacional desafiante e uma rentabilidade mais baixa em 2020. As principais economias provavelmente entrarão em recessão no primeiro semestre do ano devido ao impacto da COVID 19, antes de recuperarem no segundo semestre do ano. Nos Estados Unidos, bem como na Europa, isto pode levar a um aumento substancial das provisões para perdas com empréstimos e a um abrandamento do crescimento dos ativos, à medida que a procura de empréstimos diminui e os bancos restringem os critérios aplicados à concessão de crédito. Isto pode reduzir o rendimento líquido de juros, juntamente com a retoma de uma política monetária expansionista que coloca pressão adicional sobre as margens de juros. No negócio de pagamentos, os volumes das transações podem sofrer. Na gestão de ativos, ativos sob gestão mais baixos, taxas de desempenho mais baixas, uma mudança no sentido de classes de ativos de menor risco e volumes de transações mais baixos, tudo isto poderia potencialmente reduzir as receitas.

Na Europa, as negociações entre a UE e o Reino Unido sobre o acordo de retirada concluído em 2019 entrarão agora numa nova fase em que serão determinados os futuros acordos comerciais finais. Neste contexto, a incerteza quanto à regulação de negócios transfronteiriços é suscetível de continuar ao longo de 2020. Além disso, os reguladores na Europa estão a trabalhar para finalizar os seus projetos de propostas sobre a implementação do pacote final de Basileia, que deverá ser publicado até meados de 2020. O novo Colégio de Comissários irá trabalhar no sentido de proporcionar iniciativas regulamentares em torno de seis prioridades, nomeadamente um Acordo Verde Europeu, uma economia que funcione para as pessoas, uma Europa apta para a era digital, promovendo o nosso modo de vida europeu, uma Europa mais forte no mundo e um novo impulso para a democracia europeia. Estas prioridades e princípios terão impacto no setor financeiro de múltiplas formas, quer através de legislação direta, quer indiretamente, e os bancos europeus terão de avaliar a reação subsequente dos investidores a estes desenvolvimentos.

Os reguladores e os bancos centrais a nível mundial estabeleceram o objetivo de melhorar a robustez dos referenciais financeiros, especialmente os referenciais de taxas de juro. Convocaram comités e grupos de trabalho do setor para reunir participantes do mercado privado no sentido de identificar e promover o uso de taxas de referência robustas baseadas em transações ou taxas sem risco (RFR) como alternativas às taxas interbancárias (IBOR). A substituição da IBOR representa uma mudança significativa no setor financeiro e afeta toda a cadeia de valor dos bancos. Os bancos são obrigados a avaliar e gerir o risco da transição para os seus produtos, sistemas e relações com os clientes e a assegurar uma transição suave para as novas RFR.

Para além das repercussões da COVID 19 que, neste momento, são difíceis de prever e quantificar, os riscos para os bancos a nível global resultam da incerteza geopolítica, incluindo as tensões no Médio Oriente, os conflitos comerciais e a ameaça iminente de as empresas tecnológicas ganharem uma maior quota de mercado numa série de segmentos de negócio, desde os pagamentos à banca de retalho e à gestão de ativos.

O Grupo Deutsche Bank

O nosso desempenho em 2019 estava em linha ou à frente de todas as metas e objetivos principais que definimos como parte da nossa transformação estratégica em julho de 2019. Em 2020, pretendemos continuar a executar a nossa estratégia de forma disciplinada, reduzindo ainda mais os nossos custos e reduzindo o tamanho do nosso balanço através da contínua alienação de ativos na Capital Release Unit. Ao mesmo tempo, estamos focados em estabilizar e aumentar as receitas no nosso Banco Central. Estamos empenhados nos nossos objetivos a curto prazo em 2020 e com as nossas metas financeiras até 2022.

A atual pandemia da COVID 19 e seu potencial impacto na economia global podem afetar a nossa capacidade de atingir as nossas metas financeiras. Embora seja demasiado cedo para prevermos os impactos que a pandemia em expansão e as respostas governamentais à mesma podem ter sobre o nosso negócio ou sobre as nossas metas financeiras, podemos ser afetados de forma adversa por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais. Dada a incerteza em torno da extensão, a duração e as repercussões no mercado da COVID 19, as nossas suposições relativas ao futuro não consideram atualmente nenhum dos seus potenciais impactos. Embora a COVID 19 possa afetar os motores dos nossos indicadores-chave de desempenho e métricas-chave de risco (ver "Relatório de Risco: Visão geral do risco e do capital"), o seu impacto ainda não pode ser quantificado, nem por tendência nem por intensidade, devido às incertezas acima mencionadas. As seguintes declarações de perspetiva devem ser lidas em conjunto com as secções Economia Global e Indústria Bancária.

Os nossos indicadores-chave de desempenho são mostrados na tabela que se segue:

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho	31.12.2019	Objetivos a curto prazo 2020	KPI alvo 2022
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Grupo[1]	(10.9) %	-	8,0%
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) do Core Bank[2]	(7.9) %	-	acima de 9%
Custos ajustados[3]	21,5 mil milhões de euros[4]	19,5 mil milhões de euros[4]	17 mil milhões de euros
Rácio de capital Common Equity Tier 1[5]	13,6%	Pelo menos 12,5%	Pelo menos 12,5%
Taxa de alavancagem (fully loaded)[6]	4,2%	4,5%[7]	~5%
Rácio custo/rendimento[8]	108,2%	-	70,0%

1 Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.
2 Com base no lucro líquido do Core Bank atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório.
3 Custos ajustados definidos como gastos operacionais, excluindo imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, encargos líquidos de litígio e reestruturação e indemnizações.
4 Custos ajustados excluindo encargos e despesas de transformação associados à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas.
5 O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
6 O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
7 Excluindo os saldos detidos pelo BNP Paribas na Prime Finance.
8 Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

Para o Grupo, esperamos que a nossa Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos em 2020 seja afetado pelos custos de execução da nossa estratégia. Para 2022, continuamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de rendibilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos de 8% para o Grupo e acima de 9% para o nosso Core Bank.

Espera-se que as receitas do Grupo sejam ligeiramente inferiores em 2020, principalmente devido à diminuição de risco na Capital Release Unit. As receitas do Core Bank deverão permanecer essencialmente estáveis em 2020, em comparação com o exercício anterior. O nosso objetivo é compensar os impactos negativos da conjuntura de baixas taxas de juro, principalmente através de investimentos em áreas de crescimento direcionadas, bem como através da otimização do balanço. As nossas perspetivas refletem a nossa expectativa de crescimento macroeconómico global contínuo em 2020 e de ausência de distorções significativas nas taxas de câmbio, especialmente de USD e GBP.

A provisão para perdas de crédito deverá aumentar em 2020, refletindo a continuação da normalização dos níveis de provisionamento e a diminuição das recuperações.

Os custos ajustados, excluindo os custos de transformação e as despesas associadas à transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas deverão diminuir em 2 mil milhões de euros em 2020, para 19,5 mil milhões de euros. O decréscimo deve resultar do impacto das medidas executadas em 2019, bem como do impacto incremental da integração do retalho alemão, das saídas de negócios, conforme destacado no nosso anúncio estratégico, e de uma maior otimização da nossa força de trabalho. Esperamos efeitos relacionados com a transformação de aproximadamente 1,4 mil milhões de euros para o exercício de 2020.

Esperamos que o nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 seja negativamente afetado pelas avaliações de supervisão pendentes e por um decréscimo de aproximadamente 30 pontos base devido à implementação do novo quadro de titularização em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, mas que permaneçamos acima dos 12,5% ao longo de 2020. Esperamos que o nosso rácio de alavancagem (fully loaded), excluindo os saldos que mantemos para o BNP Paribas na Prime Finance, seja de 4,5% até ao final de 2020. Prevemos que os ativos ponderados pelo risco (RWA) no final de 2020 sejam ligeiramente mais elevados devido a ajustes de supervisão e que o crescimento no nosso Core Bank seja parcialmente compensado por reduções nas alienações de ativos na Capital Release Unit. A exposição de alavancagem (fully loaded) deve ser ligeiramente inferior em comparação com o final de 2019.

Os nossos pagamentos de dividendos estão sujeitos à nossa capacidade de relatar níveis suficientes de lucros distribuíveis ao abrigo das nossas demonstrações financeiras autónomas em conformidade com as regras contabilísticas alemãs (HGB) para o respetivo exercício. Após uma perda líquida nas nossas demonstrações financeiras autónomas do HGB para o exercício anterior à utilização das reservas de capital, de acordo com o n.º 4 do artigo 150.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e a correspondente restrição ao pagamento de dividendos, anunciámos que nenhum pagamento de dividendos será proposto para o exercício de 2019. Para o exercício de 2020 esperamos também um dividendo nulo e pretendemos libertar capital para distribuição a partir de 2022, visando uma relação competitiva de pagamento de dividendos.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades a curto prazo neste contexto de contencioso e execução. Para 2020, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, esperamos despesas de litígio, líquidas, em níveis semelhantes aos observados em 2019.

Os Custos ajustados, Custos ajustados excluindo os custos de transformação, Custos ajustados excluindo os custos de transformação e o impacto da transferência da Global Prime Finance para o BNP Paribas, bem como a Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos, são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Os nossos segmentos de negócio

A partir do terceiro trimestre de 2019, alinhámos a nossa estrutura de relato à nossa nova direção estratégica. Assim, o Deutsche Bank consiste em quatro negócios principais, Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management, juntamente com Corporate & Other, bem como uma Capital Release Unit (CRU) separada.

Corporate Bank

Para o Corporate Bank (CB), esperamos que o contexto macroeconómico permaneça desafiante a curto prazo, como resultado de as taxas de juros permanecerem baixas, especialmente na Europa. As tensões geopolíticas globais persistem, mas isso deve também dar ao CB oportunidades para apoiar os seus clientes através da sua rede global, por exemplo fornecendo soluções de redução de riscos e oferecendo conhecimentos especializados na gestão de riscos de mercados emergentes. Espera-se um crescimento contínuo dos volumes de comissões das transações bancárias, especialmente na Ásia. A evolução contínua do setor de pagamentos oferece um potencial significativo para o crescimento futuro das receitas.

Em 2020, esperamos que as receitas do Corporate Bank sejam essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior, uma vez que as nossas iniciativas de crescimento estratégico e o benefício da decisão do BCE, em setembro de 2019, de introduzir o escalonamento dos depósitos, compensam os obstáculos macroeconómicos. Para o Global Transaction Banking, esperamos que as receitas em 2020 sejam essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. As receitas na gestão de tesouraria deverão manter-se essencialmente estáveis, uma vez que os benefícios iniciais de suportar as taxas de juro negativas aos clientes e os projetos relacionados com pagamentos se compensam mutuamente. As receitas comerciais deverão manter-se estáveis, uma vez que os encargos de financiamento mais elevados compensam as iniciativas de crescimento dos negócios, tanto nos produtos de fluxo como nos estruturados. As receitas de valores mobiliários foram menores em 2020, devido à ausência de rubricas esporádicas registradas no ano anterior. As receitas dos serviços fiduciários e de agente devem ser mais elevadas em comparação com o ano anterior, refletindo o crescimento tanto dos certificados de depósito como da custódia.. As receitas da Banca Comercial deverão permanecer essencialmente estáveis, uma vez que as nossas ações de fixação de novos preços, iniciativas de crédito e alargamento da oferta não-bancária deverão compensar os efeitos de uma conjuntura de taxas de juro negativas.

Os gastos operacionais (excl. juros) para 2020 deverão ser menores, refletindo principalmente a ausência da imparidade de goodwill, encargos de reestruturação mais baixos do que em 2019 e a continuação da disciplina de custos. Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação deverão permanecer essencialmente estáveis, uma vez que os custos não remuneratórios mais baixos serão provavelmente compensados por custos mais elevados relacionados com a infraestrutura. Continuamos concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema e no controlo e conduta.

Para 2020, esperamos que os ativos ponderados pelo risco no Corporate Bank sejam mais elevados devido à introdução do quadro revisto de titularização e aos aperfeiçoamentos metodológicos relacionados com os exames regulamentares em curso dos modelos internos dos RWA do Risco de Crédito.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem impactos potenciais no nosso modelo de negócio decorrentes da incerteza geopolítica macroeconómica e global, incluindo a COVID 19 e uma potencial deterioração das relações comerciais internacionais. Além disso, a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais, os desenvolvimentos regulamentares em curso (por exemplo, a transição para a IBOR e a finalização do quadro de Basileia III), os riscos de eventos e os níveis de atividade dos clientes poderão também ter um impacto adverso.

Investment Bank

Espera-se que as condições macroeconómicas e de mercado para o Investment Bank (IB) permaneçam incertas em 2020, especificamente na Europa, que é o nosso maior mercado. A volatilidade cambial atingiu o mínimo de cinco anos no início do ano. Contudo, a configuração da divisão durante o segundo semestre de 2019 criou um impacto a curto prazo nas receitas e conduziu a custos de transformação pontuais, que não devem voltar a ocorrer significativamente em 2020. Esperamos, portanto, que as receitas do IB sejam ligeiramente mais elevadas em 2020, em comparação com o ano anterior.

As receitas em Sales & Trading (FIC) deverão ser ligeiramente superiores em 2020, em comparação com 2019. Certos negócios de negociação de fluxos deverão começar a beneficiar das ações de gestão destacadas no terceiro trimestre de 2019, para além do aumento da estabilidade após a nova configuração organizacional da divisão em 2019. No entanto, estes benefícios poderão ser parcialmente atenuados pelas condições incertas de mercado acima destacadas. As receitas da área de geração e consultoria deverão ser ligeiramente superiores em 2020, em comparação com o ano anterior. Esperamos que as receitas da área de geração de dívida sejam ligeiramente superiores, aproveitando a dinâmica de certos ganhos de quota de mercado no segundo semestre de 2019, em combinação com a intensificação do foco na emissão de grau de investimento. Na área de geração de ações, esperamos que o negócio beneficie de uma plataforma mais estável em 2020. Na área de consultoria acreditamos que as receitas serão ligeiramente inferiores devido aos volumes reduzidos e ao volume global de comissões observado durante o ano até à data.

Os gastos operacionais (excl. juros) no Investment Bank em 2020 deverão ser inferiores aos do ano anterior, devido a uma série de fatores, incluindo custos de transformação mais baixos e despesas de indemnização e reestruturação reduzidas. Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação deverão ser mais baixos, impulsionados pelo impacto de execução em todo o ano das reduções no número de funcionários em 2019, pela redução dos custos não remuneratórios, incluindo a taxa bancária, e pela redução das alocações de custos de serviços de infraestrutura. Continuamos concentrados na conformidade regulamentar, na melhoria do processo Conheça o seu cliente (KYC) e do processo de integração de clientes, na estabilidade do sistema, no controlo e na conduta.

Para 2020, esperamos que os ativos ponderados pelo risco no IB sejam mais elevados, impulsionados pela inflação dos RWA de risco de crédito do novo quadro de titularização regulamentar, parcialmente compensada por reduções relacionadas ao modelo dos RWA de risco de mercado, sendo o crescimento do negócio subjacente estável.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem potenciais impactos da COVID 19 no nosso modelo de negócio, negociações comerciais relacionadas com o Brexit e outras incertezas macroeconómicas e geopolíticas globais. Os riscos relacionados com uma potencial deterioração das relações comerciais internacionais causam preocupações adicionais. A incerteza em torno das políticas dos bancos centrais e os desenvolvimentos regulamentares em curso também representam riscos, enquanto desafios como os riscos de eventos e os níveis de atividade dos clientes também podem ter um impacto adverso.

Private Bank

As receitas líquidas do Private Bank (PB) em 2020 deverão permanecer essencialmente estáveis em relação a 2019, com duas tendências opostas. Esperamos que os obstáculos da conjuntura de baixas taxas de juro continuem em combinação com menores contribuições de rubricas de receitas específicas. Contudo, pretendemos ser capazes de compensar estes fatores negativos com iniciativas de crescimento focalizadas e tirando partido de oportunidades de fixação de preços em todas as nossas divisões de negócio.

Para o Private Bank Alemanha, esperamos que as receitas sejam essencialmente estáveis em comparação com 2019, uma vez que planeamos compensar em grande parte os impactos negativos da conjuntura de baixas taxas de juro com o crescimento das receitas de investimentos e de empréstimos. Nos negócios de investimento, esperamos ver maiores entradas líquidas apoiadas por iniciativas de vendas focalizadas. Nos negócios de empréstimos, esperamos beneficiar do crescimento alcançado em 2019 e temos como meta continuar o crescimento seletivo em 2020. Além disso, planeamos aproveitar as oportunidades de fixação de preços.

No Private & Commercial Business International, também esperamos que as receitas se mantenham essencialmente estáveis em relação ao ano anterior, com um crescimento das receitas de empréstimos e investimentos em combinação com medidas de fixação de preços que deverão compensar o impacto das taxas de juro mais baixas.

Nos nossos negócios de Wealth Management espera-se que as receitas líquidas sejam essencialmente estáveis em relação ao ano anterior. Assumimos menores contribuições positivas da reestruturação de cargos antigos na Sal. Oppenheim, bem como obstáculos decorrentes da conjuntura de baixas taxas de juro na Europa. Espera-se que estes obstáculos sejam compensados pelo crescimento dos ativos sob gestão (AuM) e dos empréstimos, graças às contínuas contratações de gestores de relações, bem como à alavancagem das oportunidades de fixação de preços. A provisão para perdas de crédito no Private Bank deverá ser significativamente mais elevada em 2020, refletindo impactos positivos das vendas de carteiras e dos aperfeiçoamentos dos modelos mais baixos do que no ano anterior. Espera-se também que as provisões para perdas de crédito aumentem, refletindo um crescimento selecionado nas nossas carteiras de crédito, bem como a continuação da normalização dos níveis de provisionamento.

Os gastos operacionais (excl. juros) no Private Bank deverão ser inferiores em 2020 do que em 2019, refletindo a ausência de imparidade do goodwill registada no ano anterior. Em 2020, esperamos que as despesas de reestruturação aumentem significativamente à medida que executamos os nossos objetivos de transformação para apoiar os nossos planos de redução de custos a médio prazo. Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação deverão ser ligeiramente inferiores em 2020, impulsionados por poupanças incrementais decorrentes de medidas de reorganização, em parte compensadas por efeitos inflacionistas e pela continuação dos investimentos em iniciativas de crescimento selecionadas.

Espera-se que os RWA sejam ligeiramente superiores em 2020 como resultado do crescimento acima mencionado e da implementação de mudanças regulamentares para melhorar a consistência dos modelos de risco internos no setor.

Os ativos sob gestão deverão ser ligeiramente superiores em 2020, continuando a nossa trajetória de crescimento e assumindo um ambiente de mercado normalizador.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem uma pressão crescente sobre as taxas de juro na zona Euro, um crescimento económico mais lento nos nossos principais países de operação e uma menor atividade dos clientes no negócio de investimento. A atividade dos clientes pode ser afetada por desenvolvimentos adversos ou incertezas do mercado, incluindo uma volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito, devido à COVID 19. A implementação de requisitos regulamentares, incluindo medidas de proteção e atrasos na implementação dos nossos projetos estratégicos podem também ter um impacto negativo nos nossos proveitos e custos.

Asset Management

Devido à sua gama diversificada de investimentos e soluções, a área de Asset Management (AM) está bem posicionada para aumentar a quota de mercado no seio das tendências de crescimento do setor, apoiada ainda mais pelo nosso amplo alcance de distribuição, presença global e desempenho competitivo de investimento. No entanto, deverão manter-se desafios mais amplos do setor, como a compressão das margens, o aumento dos custos de regulação e a dinâmica competitiva. Perante este desafio, tencionamos focar-nos em produtos e serviços inovadores e sustentáveis onde possamos diferenciar e servir da melhor forma os clientes num ambiente de mercado de ciclo tardio, mantendo ao mesmo tempo uma base de custos disciplinada.

Dado o atual clima económico e as tendências que temos observado nos últimos trimestres, esperamos que a conjuntura de receitas permaneça desafiante em 2020, entre a pressão contínua das margens e a conjuntura de baixas taxas de juro.

Como resultado, espera-se que as receitas totais de 2020 na área de AM sejam essencialmente estáveis em comparação com 2019. Presume-se que as taxas de administração aumentem ligeiramente em relação ao ano anterior, uma vez que esperamos que os efeitos positivos resultantes tanto da entrada líquida como do desenvolvimento favorável do mercado durante 2019 sejam parcialmente compensados pela compressão contínua da margem. As taxas de desempenho e de transação deverão ser significativamente mais baixas em comparação com 2019, pois esperamos que atinjam 3-5% das receitas totais.

Para assegurar que o nosso negócio esteja bem protegido contra potenciais obstáculos, continuamos empenhados em reduzir ainda mais os nossos custos em 2020. Identificámos medidas adicionais de eficiência, que esperamos que resultem em gastos operacionais (excl. juros) ligeiramente inferiores e custos ajustados, excluindo os encargos de transformação.

Esperamos que os ativos sob gestão no final de 2020 sejam ligeiramente superiores em comparação com o final de 2019, com entradas líquidas parcialmente compensadas pelas expectativas atuais do mercado. Em 2020, esperamos um fluxo líquido sustentado para áreas de crescimento direcionadas de investimentos passivos e alternativos e ativos multiativos, reforçado ainda mais por alianças estratégicas e inovações de produtos.

Os riscos para a nossa perspetiva incluem impactos potenciais da COVID 19 no nosso modelo de negócio, a continuação de taxas de juro baixas nos mercados dos países industrializados, o ritmo de crescimento nas economias emergentes e o aumento da riqueza, bem como a crescente procura de produtos de reforma pelas populações envelhecidas dos países industrializados. A continuação dos elevados níveis de incerteza política a nível mundial, o protecionismo e as políticas anticomerciais, podem ter consequências imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a declínios nos negócios e pode afetar os nossos proveitos, bem como a execução dos nossos planos estratégicos. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das nossas medidas de eficiência devido às restrições jurisdicionais, o que pode ter um impacto adverso na nossa base de custos.

Capital Release Unit

Em 2020, a Capital Release Unit (CRU) pretende continuar a executar os nossos programas de redução de ativos definidos e a transição dos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank para o BNP Paribas, ao mesmo tempo que continua a alinhar as reduções de custos com as alienações de ativos.

Esperamos que a CRU em 2020 tenha receitas negativas significativas em comparação com uma pequena receita positiva em 2019, que beneficiou de receitas operacionais positivas no primeiro semestre do ano.

Em 2020, esperamos receitas relacionadas com o reembolso dos custos operacionais da Prime Finance do BNP Paribas, enquanto as receitas operacionais serão transferidas para o BNP Paribas, e os pequenos rendimentos das carteiras de crédito mais do que compensados por custos de financiamento, custos de cobertura, impactos no preço de mercado e impactos de redução do risco.

Espera-se que os gastos operacionais (excl. juros) para 2020 sejam significativamente inferiores aos de 2019. Os custos ajustados excluindo os encargos de transformação deverão ser significativamente inferiores, impulsionados por custos de remunerações mais baixos, custos não remuneratórios mais baixos e uma redução nos custos relacionados com a infraestrutura. Em 2020, esperamos que a CRU beneficie do impacto de execução em todo o ano das reduções no número de colaboradores em 2019. As iniciativas adicionais de gestão da despesa em 2019 centram-se na redução dos gastos em infraestruturas em consonância com o negócio, resultantes de saídas de negócios e localizações, da redução do número de colaboradores e da redução dos gastos não remuneratórios.

Para 2020, esperamos que os RWA sejam inferiores e que a exposição à alavancagem seja significativamente mais baixa à medida que executamos os nossos programas de redução de ativos.

Os riscos para as nossas perspetivas incluem o facto de a velocidade e o custo das nossas reduções de ativos poderem ser afetados por desenvolvimentos adversos ou incertezas do mercado, inclusive da COVID 19, uma volatilidade maior do que a esperada nos mercados acionista e de crédito e a falta de apetência das contrapartes. Os atrasos na implementação das nossas iniciativas de gestão de despesas poderão ter um impacto adverso na nossa base de custos.

Corporate & Other

Em 2020, a área Corporate & Other continuará a ser afetada pelas diferenças de avaliação e calendarização dos diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS, acrescidas de rubricas únicas não atribuídas que não são específicas do negócio, despesas de infraestrutura associadas às atividades dos acionistas, tal como definidas nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, e custos detidos a nível central como parte do nosso novo quadro de preços de transferência de fundos - esperamos que cerca de 200 milhões de euros relacionados com estes custos de financiamento sejam retidos na área Corporate & Other.

Adicionalmente, a Corporate & Other continuará a ser afetada por qualquer diferença entre as alocações planeadas e reais, uma vez que as despesas de infraestrutura são afetadas às divisões corporativas com base nas afetações planeadas, bem como a reversão de participações minoritárias, principalmente relacionadas com a DWS, que são deduzidas dos resultados antes dos impostos das divisões.

Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas "perspetivas".

As nossas aspirações estão sujeitas a vários fatores externos e internos. Em particular, a consecução oportuna e total das nossas aspirações estratégicas pode ser afetada de forma adversa pelas capacidades reduzidas de geração de receitas de alguns dos nossos negócios essenciais na conjuntura atual macroeconómica e de mercado difícil, os obstáculos contínuos colocados pelas reformas regulamentares e/ou os efeitos sobre nós das nossas ações judiciais e processos regulamentares. A materialização dos riscos pode (entre outros) levar a rentabilidade reduzida, afetando negativamente o crescimento de capital e a capacidade de dividendos, sendo que o contrário seria, muito provavelmente, verdade para a materialização de oportunidades.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com as nossas perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

As disputas comerciais globais continuarão a ser um grande risco ao longo de 2020. O reagravamento das tensões comerciais entre os principais parceiros comerciais (Estados Unidos (EUA), China e União Europeia (UE)) pode perturbar o crescimento global. O aumento do protecionismo por parte dos principais países pode levar a um aumento das tarifas globais e a barreiras não tarifárias, afetando o comércio e os investimentos globais. As interrupções na cadeia de abastecimento levariam a um abrandamento da produção global, com a Alemanha e os mercados emergentes (em particular a China) a serem especialmente atingidos, levando potencialmente a declínios nos níveis de negócio e a perdas em todos os nossos negócios. O risco das tarifas sobre os automóveis europeus tem sido iminente ao longo de 2019 e continua presente, uma vez que os EUA têm exigido acordos maiores e mais rápidos sobre uma série de questões comerciais complicadas, desde automóveis a um acesso mais amplo ao mercado para várias indústrias americanas.

A economia da zona euro e, tanto a Alemanha como a Itália, experimentaram um abrandamento económico cíclico, principalmente devido à deterioração do ambiente externo em 2019. As perspetivas de crescimento podem piorar novamente caso se materializem os riscos de crise, como uma grave escalada de guerra comercial, um conflito geopolítico ou a falta de acordo sobre a futura relação Reino Unido-UE pós Brexit.

Os níveis continuamente elevados de incerteza política, por exemplo, devido a movimentos populistas nos principais Estados-Membros da União Europeia, podem ter consequências imprevisíveis para o sistema financeiro e para a economia em geral e podem contribuir para um desenrolar de aspetos relacionados com a integração europeia, conduzindo, potencialmente, a declínios nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas nos nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Além disso, a perturbação económica causada pela rápida disseminação da COVID 19 deverá resultar num abrandamento acentuado do crescimento do PIB global, pelo menos temporariamente. Se o surto for prolongado, tal poderá amplificar a atual procura negativa e os efeitos da cadeia de abastecimento, bem como o impacto negativo no crescimento global e nos mercados financeiros mundiais. Apesar da continuidade do negócio e das políticas de gestão de crises atualmente em vigor, as restrições de viagens ou potenciais impactos sobre o pessoal podem perturbar o nosso negócio. Além disso, o abrandamento económico relacionado pode afetar a nossa capacidade de gerar receitas e afetar negativamente carteiras específicas através de movimentos de notação negativa, perdas de crédito superiores ao esperado e potencial imparidade de ativos. Uma parte substancial dos nossos ativos e passivos compreende instrumentos financeiros que escrituramos pelo valor justo, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. O declínio e a volatilidade do mercado podem ter um impacto negativo no valor desses instrumentos financeiros e causar-nos perdas.

Um período prolongado de taxas de juro baixas na zona Euro poderia afetar significativamente a nossa rentabilidade e a implementação do balanço. Embora as nossas receitas sejam particularmente sensíveis às taxas de juro, dada a dimensão dos nossos livros de empréstimos e depósitos denominados em euros, a conjuntura de taxas de juro baixas também pode afetar outras posições do balanço que são contabilizadas pelo seu justo valor. As taxas de juro continuam negativas para certos instrumentos sem riscos, especialmente as obrigações do governo alemão. Embora a introdução do escalonamento dos depósitos pelo BCE em outubro de 2019 deva resultar em benefícios para o nosso rendimento líquido de juros, qualquer nova flexibilização das condições monetárias poderá ter um impacto significativo nas receitas em relação às nossas expectativas atuais. As ações para compensar este impacto das taxas, tais como alterações de fixação de preços ou a introdução de taxas adicionais, podem não ser suficientes para compensar este impacto.

Um aumento contínuo dos níveis da dívida corporativa em mercados-chave, em particular nos EUA, alimentado pela conjuntura contínua de taxas de juro baixas, mas também pela flexibilização dos padrões globais de subscrição, aumenta a nossa vulnerabilidade a riscos descendentes, resultando potencialmente em perdas significativas.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os swaps de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não compensar totalmente estas imparidades.

Um parte substancial dos ativos e passivos no nosso balanço incluem instrumentos financeiros que escrituramos pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, incorremos em perdas no passado e podemos incorrer em mais perdas no futuro. Estamos expostos a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, incluindo oscilações significativa nas taxas de câmbio /e os efeitos de conversão resultantes), bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa os nossos proveitos e lucros, bem como a consecução oportuna e total das nossas aspirações e metas estratégicas.

Estamos expostos a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das nossas obrigações com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os nossos ganhos.

Se vários riscos descendentes se materializarem e/ou ocorrerem simultaneamente em combinação com uma desaceleração económica mais pronunciada, o impacto negativo no nosso ambiente de negócios poderá ser mais grave do que o atualmente esperado.

Riscos políticos

Atualmente, vemos vários riscos e eventos políticos e geopolíticos que podem afetar negativamente o nosso ambiente de negócios, incluindo uma atividade económica mais fraca, correções nos mercados financeiros ou um nível de taxas de juro mais baixo. Para além das eleições presidenciais americanas, dos movimentos populistas em Itália e das tensões geopolíticas no Médio Oriente, o risco político mais tangível continua a ser a falta de acordo sobre a futura relação Reino Unido-UE pós Brexit.

Dada a incerteza em curso sobre os termos finais da retirada do Reino Unido da União Europeia e a negociação em curso durante o período de transição, é difícil determinar de que forma seremos afetados a longo prazo. No entanto, a economia do Reino Unido e a dos países da zona Euro estão muito estreitamente ligadas, como resultado de outros projetos de integração na UE que não o euro, e a escala das nossas empresas no Reino Unido - especialmente as que dependem dos níveis de atividade na cidade de Londres, às quais estamos fortemente expostos e que podem deteriorar-se em resultado do Brexit - significa que mesmo efeitos modestos em termos percentuais podem ter um efeito adverso muito substancial nos nossos negócios. O Brexit poderá, em particular, levar a uma interrupção na prestação de serviços financeiros transfronteiriços. Sem um Tratado de Livre Comércio (TLC) abrangente para serviços ou equivalência entre os regimes da UE e do Reino Unido para Serviços Financeiros, estaremos restringidos na nossa capacidade de fornecer serviços financeiros de e para o Reino Unido. A futura relação atualmente indefinida entre a UE e o Reino Unido poderá também conduzir a mais incertezas em relação à regulamentação das atividades comerciais transfronteiriças. Além disso, o Brexit afetou a estrutura e o modelo de negócio das nossas operações no Reino Unido e solicitamos a autorização dos nossos reguladores britânicos (PRA e FCA) para continuar a realizar atividades reguladas no Reino Unido (anteriormente realizadas de acordo com as disposições do Passaporte Europeu). Apesar dos preparativos do Brexit, a não obtenção de Autorização enquanto agência de país terceiro em 2020 pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos.

A escalada das tensões no Oriente Médio é outro risco político importante, que veio à tona à luz de uma breve escalada militar entre os EUA e o Irão em janeiro de 2020. Um conflito total poderia afetar gravemente os preços do petróleo, bem como as indústrias dependentes do petróleo (como a indústria automóvel, química e aeronáutica) e, subsequentemente, afetar a nossa capacidade de gerar receitas e a rentabilidade em carteiras específicas, resultando em perdas de empréstimos mais elevadas do que o esperado. Apesar das políticas de continuidade empresarial e gestão de crises atualmente em vigor, um conflito regional pode colocar desafios relacionados com uma potencial evacuação de pessoal, bem como com a perda de continuidade empresarial, o que pode perturbar os nossos negócios e conduzir a perdas significativas.

Estratégia

Preservar um rácio CET 1 acima de 12,5% é um elemento chave da nossa estratégia e dos nossos compromissos com os reguladores. O nosso desenvolvimento de capital reflete, entre outras coisas: o desempenho operacional dos nossos principais negócios; a extensão dos nossos custos de reestruturação e transformação; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de execução regulamentar; o progresso que fazemos na desalavancagem da Capital Release Unit; o crescimento na utilização do balanço dos principais negócios; as alterações nas nossas contas de impostos e pensões; os impactos em Outro Rendimento Integral; e as alterações no regulamento e nas normas regulamentares.

A conjuntura operacional pode piorar significativamente ou as nossas suposições e os controlos sobre qualquer uma das rubricas acima mencionadas podem variar significativamente em relação às nossas expectativas atuais. A atual pandemia da COVID 19 e seu potencial impacto na economia global podem afetar a nossa capacidade de atingir as nossas metas financeiras. Embora seja demasiado cedo para prevermos os impactos que a pandemia em expansão e as respostas governamentais à mesma podem ter sobre o nosso negócio ou sobre as nossas metas financeiras, podemos ser afetados de forma adversa por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais. Nessa situação, teríamos de tomar medidas para garantir o cumprimento dos nossos objetivos de capital mínimo. Essas ações ou medidas podem resultar em efeitos adversos nos nossos negócios, resultados de operações ou planos e metas estratégicas.

Podemos também ter dificuldades em vender negócios ou ativos a preços favoráveis, ou em vendê-los de todo, e podemos registar perdas significativas devido a estes ativos e outros investimentos, independentemente da evolução do mercado.

Com o anúncio de uma série de medidas para reestruturar as nossas operações em 7 de julho de 2019, incluindo a criação da nova Capital Release Unit, enfrentamos riscos de transformação associados à alienação e dissolução de ativos, bem como à entrega do programa de redução de custos com o objetivo de melhorar a rentabilidade e o retorno a longo prazo. Após o anúncio, foram estabelecidos controlos e processos adicionais, e uma estrutura de governação dedicada - incluindo a nomeação de um Diretor de Transformação para o Conselho de Administração - está agora em vigor para captar e acompanhar os riscos decorrentes do processo de transformação. Podemos, no entanto, enfrentar impactos significativos e adversos nas nossas atividades comerciais, incluindo perdas substanciais, se não conseguirmos identificar adequadamente os riscos ou implementar controlos adicionais, conforme necessário.

Além disso, se falharmos as nossas metas comunicadas publicamente, incorrermos em perdas, incluindo mais imparidades e provisões, tivermos uma baixa rentabilidade ou uma erosão da nossa base de capital e da nossa condição financeira mais ampla, os nossos resultados operacionais e o preço das ações podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Riscos de liquidez e financiamento

A nossa liquidez, as nossas atividades de negócio e a nossa rentabilidade podem ser afetadas de forma adversa por uma incapacidade para aceder aos mercados de financiamento por grosso ou fundos das nossas subsidiárias ou para vender ativos durante períodos de restrições de liquidez globais do mercado ou específicas de algumas empresas. Questões como estas podem surgir devido a circunstâncias não relacionadas com os nossos negócios e, portanto, fora do nosso controlo, tais como perturbações nos mercados financeiros. Alternativamente, circunstâncias específicas para nós poderiam afetar negativamente os nossos negócios, tais como a relutância das nossas contrapartes ou do mercado em financiar as nossas operações devido a perceções sobre potenciais saídas resultantes de processos litigiosos ou regulamentares ou dificuldades reais ou percecionadas nos nossos negócios, modelos ou estratégias de negócios ou resiliência para combater condições económicas e de mercado negativas.

A posição de liquidez pode ser afetada pela cobertura negativa da imprensa relativamente ao Deutsche Bank e aumentar o risco do franchise enfrentado pela organização. A deterioração da nossa marca pode levar à redução das contribuições de financiamento, à medida que os clientes procuram transferir os seus depósitos para outro local. Esta situação pode ser exacerbada quando temos uma exposição não mitigada ao risco de concentração devido à falta de diversificação do financiamento - particularmente quando as fontes de financiamento são um risco de fuga durante períodos de esforço.

Questões mais amplas do mercado financeiro podem levar a que os clientes necessitem de liquidez quando a oferta é limitada. Os clientes podem ser forçados a recorrer aos instrumentos para satisfazer as necessidades de fundo de maneio. Tal pode ocorrer numa situação de esforço financeiro ou num evento de recessão económica em que haja uma escassez aguda de liquidez.

As reduções de notação de crédito contribuíram para um aumento nos nossos custos de financiamento. Os nossos níveis de spread de crédito são sensíveis a evoluções adversas e qualquer redução futura poderia trazer a nossa notação de crédito não preferencial para a categoria de não investimento. Isto poderia afetar de forma material e adversa os nossos custos de financiamento, a disponibilidade dos clientes para continuarem a fazer negócios connosco e outros aspetos do nosso modelo de negócios. Adicionalmente, ao abrigo de alguns contratos de que somos parte, uma redução da notação poderá obrigar-nos a depositar garantias adicionais, conduzir a cessações de contratos, com obrigações de pagamento associadas para nós, ou implicar compensações adicionais às contrapartes, o que conduziria a saídas de liquidez.

A nossa capacidade de transacionar negociações FX pode ser reduzida quando existem questões no mercado FX ou quando as contrapartes estão preocupadas com a nossa capacidade de cumprir os termos de transação acordados e, portanto, procuram limitar a sua exposição a nós. Além disso, o aumento do desfasamento cambial pode levar a um aumento das saídas de garantias onde o euro (a nossa moeda local) desvaloriza substancialmente em relação a outras moedas importantes.

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) tornar-se-á um requisito regulatório a partir de junho de 2021 e aplicar-se-á tanto ao Grupo Deutsche Bank como um todo, como às entidades reguladas individualmente pela SSM, incluindo a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG. Após a introdução do rácio como requisito mínimo vinculativo, tanto o Grupo como as filiais às quais ele se aplica deverão situar-se acima do mínimo regulamentar. Para conseguir esta situação para o Deutsche Bank AG, a empresa está a trabalhar ativamente numa série de iniciativas estruturais para melhorar a posição autónoma do NSFR. Caso estas iniciativas não sejam concluídas com sucesso até junho de 2021, o Deutsche Bank AG poderá incorrer em custos adicionais.

Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor-nos custos materiais, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os nossos planos de negócios, assim como a capacidade de executarmos os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial em geral. Duas mudanças futuras que terão impacto nos nossos negócios são a implementação das reformas de Basileia III e o Brexit. No entanto, a implementação de ambas as mudanças ainda é fortemente debatida pelos decisores políticos em todas as jurisdições principais. Atualmente, esperamos que os nossos requisitos de capital aumentem em 2024 a partir da implementação de Basileia III na Europa, em particular de ativos com maior ponderação de risco, na sequência da implementação da estrutura da revisão fundamental da carteira de negociação (FRTB) para o risco de mercado. Esperamos um novo aumento dos ativos ponderados pelo risco a partir de 2028/2029, com a introdução do novo limite de produtos incluído em Basileia III. As reformas regulamentares, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar significativamente as nossas operações comerciais. Além disso, as alterações regulamentares podem ter impacto na forma como as principais entidades são financiadas, o que pode afetar o modo de operação das empresas e ter um impacto negativo nos resultados.

Os reguladores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustamentos regulamentares, por exemplo, como resultado do Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP), para refletir os riscos adicionais colocados pelas deficiências na nossa conjuntura de controlo ou como resultado de inspeções regulamentares relativas ao tratamento de transações ou produtos específicos. O BCE já fez uso destes poderes nas suas decisões do SREP e poderá continuar a fazê-lo para responder a conclusões de inspeções locais. Em casos extremos, podem até suspender a nossa permissão para operar nas respetivas jurisdições. Para além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos de conformidade regulamentar que pode atenuar ou exceder os ganhos de eficiência. Os órgãos reguladores podem discordar da nossa interpretação de requisitos regulamentares específicos quando as matérias interpretativas são discutidas como parte do nosso diálogo regulamentar contínuo ou no contexto de exames de supervisão. As alterações nas interpretações das regras podem ter um impacto material no tratamento de posições dos objetivos regulamentares do Pilar 1. De forma semelhante, as interpretações em evolução da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) pode ter um impacto negativo nos nossos rácios de capital regulamentar, alavancagem e liquidez.

Os reguladores e os bancos centrais estabeleceram o objetivo de melhorar a robustez dos referenciais financeiros, especialmente os referenciais de taxas de juro. Como resultado, a disponibilidade contínua, entre outros referenciais, da taxa interbancária de Londres ("LIBOR") e do índice overnight médio do euro ("EONIA" e, em conjunto, "IBORs") e o momento exato da descontinuação permanecem incertos. Algumas reformas estão já em vigor, enquanto outras ainda estão para ser implementadas ou estão em estudo. Estas reformas podem fazer com que as IBORs tenham um desempenho diferente do passado ou desapareçam completamente, ou causar outras consequências, que não podem ser totalmente antecipadas.

Uma parte significativa dos nossos ativos e passivos, incluindo instrumentos financeiros que negociamos e outras transações e serviços em que estamos envolvidos, têm taxas de juro associadas a IBORs que podem estar sujeitas a uma potencial reforma ou descontinuação. Tal exige-nos que nos preparemos para essa mudança e para uma potencial transição para "taxas sem risco" ("RFRs"), sempre que relevante. A descontinuação destas IBORs e a transição para RFRs representam para nós uma variedade de riscos, incluindo riscos de perturbação do mercado com riscos associados de mercado e liquidez, risco de litígio, riscos contabilísticos e fiscais e riscos operacionais. Dependendo de como se desenvolvem estes assuntos e os riscos relacionados, e da adequação da resposta do setor, do mercado, dos reguladores e de nós em relação a eles, a reforma e descontinuação das IBORs e a transição para RFR poderiam ter efeitos negativos nos nossos negócios, resultados de operações, requisitos de capital e rentabilidade.

Embora continuemos a desenvolver e implementar a nossa abordagem de avaliação e gestão de riscos climáticos e promovamos a integração de fatores relacionados ao clima em toda a nossa plataforma, tanto as exigências regulatórias como as das partes interessadas podem afetar substancialmente os nossos negócios, resultados de operações ou planos estratégicos se não adotarmos ou implementarmos as nossas medidas de transição para uma economia de baixo carbono.

Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

Estamos sujeitos a uma série de processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de estimar e pode afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que o expectável, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, poderemos não conseguir alcançar os nossos objetivos estratégicos ou poderemos ter de os alterar.

Riscos de conformidade e combate aos crimes financeiros

Temos iniciativas em curso para melhorar a eficácia do nosso ambiente de controlo interno, a fim de assegurar que conduzimos os nossos negócios em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis. Se não conseguirmos melhorar o nosso ambiente de controlo interno, os nossos resultados de operações, a nossa condição financeira e a nossa reputação poderão ser afetados materialmente e de forma adversa. Além disso, a implementação de controlos melhorados pode resultar em custos mais elevados do que o esperado.

Os nossos processos e controlos de combate ao branqueamento de capitais e Conheça o seu cliente (KYC), bem como outros processos internos que visam evitar o uso indevido dos nossos produtos e serviços com o propósito de cometer ou ocultar crimes financeiros, bem como os nossos colaboradores responsáveis pelos nossos esforços nessas áreas, continuam sujeitos a revisões regulamentares, investigações e ações de execução em diversas jurisdições. O resultado é difícil de estimar e podem afetar substancial e adversamente os nossos resultados planeados das operações, a nossa condição financeira e a nossa reputação. Por exemplo, a Autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, "BaFin") emitiu uma ordem em 21 de setembro de 2018 e alargou o âmbito em 15 de fevereiro de 2019, que nos obrigou a analisar e, sempre que necessário, melhorar os nossos controlos e a conformidade relativamente ao branqueamento de capitais e, em particular, aos processos KYC no antigo CIB e atividade bancária correspondente. Se não conseguirmos melhorar a nossa infraestrutura e o nosso ambiente de controlo de acordo com as expectativas regulatórias, poderemos estar sujeitos a mais procedimentos administrativos e multas, e a nossa operação de negócios, a condição financeira e a reputação poderão ser afetadas materialmente e de forma adversa.

Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco, incluindo em relação ao risco do modelo de mercado, crédito, liquidez, operacional e reputacional e estes poderão não ser totalmente eficazes na mitigação das nossas exposições ao risco, em todos os contextos económicos de mercados ou face a todos os tipos de risco, incluindo riscos que não tenhamos identificado ou previsto.

Poderemos enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no nosso ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos nossos processos, como por exemplo no processamento de transações, bem como a perda de continuidade do negócio, o que poderá perturbar o nosso negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, podemos também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os fornecedores de serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as nossas normas internas.

Adicionalmente, estamos também expostos a risco de conduta, que inclui riscos relativos a práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. A conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na nossa rentabilidade e nos resultados de operações.

Ativos por impostos diferidos

Reconhecemos os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficiente rendimento tributável disponível para permitir a utilização de parte ou da totalidade dos nossos ativos por impostos diferidos, teremos de reduzir os valores escriturados. Esta estimativa contabilística relacionada com os ativos por impostos diferidos depende de pressupostos subjacentes, tais como pressupostos sobre a capacidade fiscal histórica e informação de rentabilidade, assim como de resultados operacionais previstos com base em planos de negócio aprovados, que podem mudar de período para período e requerem um julgamento significativo por parte da gestão. Em cada trimestre, reavaliamos a nossa estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os nossos pressupostos sobre a futura rentabilidade. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na nossa rentabilidade, no nosso capital e na nossa condição financeira.

Digitalização

A digitalização oferece aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de alta tecnologia ou empresas de tecnologia financeira, oportunidades de entrada no mercado. Desta forma, prevemos que os nossos negócios tenham uma necessidade aumentada de investimento nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado. Adicionalmente, com níveis de digitalização em crescimento, o acesso ubíquo a serviços bancários através de redes sociais, dispositivos móveis e o advento de novas técnicas informáticas, os ciberataques levam a falhas de tecnologia, falhas de segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade dos serviços. Qualquer um destes eventos pode envolver-nos em situações de litígio ou causar perdas financeiras, perturbação das nossas atividades de negócio, responsabilidades para com os nossos clientes ou danos reputacionais, sendo que o custo de gestão destes riscos de segurança da informação permanece elevado. Adicionalmente, enfrentamos o desafio de adotar e incorporar novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como o crescimento do PIB, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os lucros antes de impostos e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, podemos ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

Estratégia

A nossa estratégia passa pela melhoria da rentabilidade material para os acionistas ao longo do tempo e pela implementação do nosso balanço e outros recursos para as atividades de rentabilidade mais alta em linha com a franquia dos nossos clientes e a apetência pelo risco. A implementação da nossa estratégia poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Com o nosso anúncio de 7 de julho de 2019, estamos a colocar um maior foco nas áreas dos pontos fortes que são fundamentais para os nossos clientes. O foco permanece no crescimento dos nossos quatro principais negócios e em aproveitar as oportunidades no mercado para continuar a dispor de ativos que já não são fundamentais para a nossa estratégia através da nossa nova Capital Release Unit.

Ao investir nas áreas que são os nossos pontos fortes, esperamos alcançar a nossa estratégia de crescimento direcionado. No Corporate Bank procuramos continuar a aumentar as receitas no Global Transaction Banking e com clientes corporativos para reforçar o nosso franchise central (incluindo negócios com o Mittelstand). O Investment Bank continua a ser líder mundial em produtos de rendimentos fixos e de financiamento, e estamos focados na estabilização do franchise, reduzindo custos e melhorando a alavancagem operacional. Para o Banco Privado, o nosso foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, e a procura do crescimento dentro dos principais mercados de Wealth Management. A Asset Management, incluindo as entidades jurídicas da DWS, definiu a estratégia a seguir com crescimento direcionado nas Américas e na Ásia e antecipa o lançamento de novos produtos de investimento ativo, alternativo e responsável.

Além de libertar recursos financeiros, RWA e a exposição à alavancagem, a Capital Release Unit ajuda também a diminuir a procura de liquidez do banco. Como tal, isto pode ter um impacto sobre os resultados, diminuindo os custos de liquidez para o Grupo.

Digitalização

A digitalização oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da nossa carteira de produtos e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. As tendências de mercado, como a economia de plataformas, a correspondência de produtos internos e externos à procura dos clientes e a realização de transações através de uma plataforma central, bem como o open banking, representam uma clara oportunidade para nos posicionarmos como um interveniente dominante nestes ecossistemas. O objetivo passa por desenvolver um ecossistema de serviços abrangentes, com diferentes componentes desenvolvidos por diferentes firmas para áreas como o mercado de depósitos do segmento de retalho, os serviços de planeamento financeiro automatizados (consultoria automática) ou serviços de recomendação de seguros, alavancando a plataforma bancária do DB. Adicionalmente, temos uma oportunidade para expandir as nossas capacidades de dados, para melhorar os serviços personalizados e proporcionar uma melhor experiência ao cliente, e para adotar tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial, para expandir a nossa oferta de serviços. O nosso alcance global permite-nos escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas.

Para impulsionar a mudança, acelerar a adoção de tecnologias no banco e rentabilizar as oportunidades de mercado acima mencionadas, o Banco criou a divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI). Embora as atividades gerais de Digitalização e Inovação aconteçam dentro das linhas de negócios, esta nova abordagem centralizada permite-nos enfrentar os principais desafios estratégicos numa configuração focada, impulsionar uma cultura de engenharia e inovação e investir em serviços digitais e novos modelos de negócios de médio a longo prazo.

Em termos de custos, a digitalização oferece às nossas divisões uma oportunidade para ganhos de eficiência significativos. Ao investir nas aplicações digitais, tais como autointegração digital de clientes, os processos em toda a linha podem ser automatizados e a produtividade pode ser aumentada. O desenvolvimento de fortes capacidades de dados deverá melhorar a nossa capacidade de fazer previsões mais precisas acerca do comportamento de clientes e do mercado, reduzindo a fraude e definindo preços de produtos de uma forma mais eficiente, ao mesmo tempo que cumprimos as obrigações regulamentares tirando partido das tecnologias mais recentes. Mais uma vez, a nova organização TDI pretende servir como um ponto central para acelerar iniciativas estratégicas selecionadas e reduzir o custo total.

Relatório de Risco

Introdução – 50
51 Visão geral do risco e do capital
Indicadores de risco fundamentais – 51
Avaliação global de risco – 52
Perfil de risco – 53
55 Quadro de risco e de capital
Princípios de gestão do risco – 55
Governação do risco – 56
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 59
Plano de risco e de capital – 59
Testes de esforço – 61
Sistemas de medição e relatório do risco – 63
Planeamento de recuperação e resolução – 64
66 Gestão do risco e de capital
Gestão de capital – 66
Definição de limites para recursos – 66
Identificação e avaliação do risco – 67
Gestão do risco de crédito – 67
Gestão do risco de mercado – 80
Gestão do risco operacional – 86
Gestão do risco de liquidez – 91
Gestão do risco (estratégico) do negócio – 95
Gestão do risco do modelo – 95
Gestão do risco de reputação – 96
Concentração de risco e diversificação do risco – 97
98 Desempenho de capital e risco
Capital, rácio de alavancagem e MREL – 98
Exposição ao risco de crédito – 112
Qualidade dos ativos – 137
Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 148
Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 152
Exposição ao risco operacional – 154
Exposição ao risco de liquidez – 155

Introdução

Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações. Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão e Modelo de Risco de Crédito", na secção "Redução do risco de crédito", na secção "Qualidade dos ativos" e na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia III

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA ou a orientação da "Relatório final sobre as orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" ("Orientação da EBA", EBA/GL/2016/11, versão 2*) e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no nosso relatório adicional do Pilar 3, que pode ser encontrado no nosso site. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira ("FSB"), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no nosso Relatório Pilar 3 adicional.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), rácio de adequação de capital económico (ECA), rácio de alavancagem (LR), capacidade total de absorção de perdas (TLAC), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço (exceto LCR, TLAC e MREL) e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. O CET 1, LR, rácio de alavancagem, TLAC, MREL e LCR e rácios e indicadores de ativos ponderados pelo risco, que são definidos na regulamentação, têm por base o Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (Regulamento relativo a requisitos de capital ou "CRR") e a Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento (diretiva relativa a requisitos de fundos próprios ou "CRD"), incluindo emendas recentes. O MREL baseia-se no regulamento do mecanismo único de resolução (MUR), bem como na respetiva comunicação do Regulamento do mecanismo único de resolução (CUR). O ECA, o capital económico e a SNLP são métricas de risco internas específicas do Deutsche Bank, complementares às métricas regulamentares acima descritas.

Rácio *Common Equity Tier 1*	
31/12/2019	13,6%
31/12/2018	13,6%
Rácio de Adequação de Capital Económico	
31/12/2019	163%
31/12/2018	196%
Rácio de alavancagem fully loaded	
31/12/2019	4,2%
31/12/2018	4,1%
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	
31/12/2019 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	34,67%
31/12/2019 (baseado na exposição à alavancagem)	9,62%
Rácio de cobertura de liquidez	
31/12/2019	141%
31/12/2018	140%

Total dos ativos ponderados pelo risco	
31/12/2019	324,0 mil milhões de euros
31/12/2018	350,4 mil milhões de euros
Total de capital económico	
31/12/2019	29,2 mil milhões de euros
31.12.2018	26,1 mil milhões de euros
Exposição à alavancagem	
31/12/2019	1.168 mil milhões de euros
31/12/2018	1273 mil milhões de euros
Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	
31/12/2019	11,57%
31/12/2018	11,14%
Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)	
31/12/2019	24,3 mil milhões de euros
31/12/2018	48,1 mil milhões de euros

[1] Anteriormente reportado como "Rácio de adequação de capital interno". A definição de oferta de capital para o propósito de calcular o rácio de adequação de capital económico tem por objetivo manter a continuidade do Deutsche Bank numa base contínua. São fornecidas mais informações na secção "Adequação de capital económico".

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" (para valores de integração progressiva e fully loaded), "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Avaliação global de risco

Os principais tipos de risco refletidos na taxonomia do tipo de risco do Deutsche Bank incluem o risco de crédito (incluindo incumprimento, migração, transação, exposição, país, riscos de migração e concentração), risco de mercado (incluindo taxa de juro, risco cambial, capital, spread de crédito, matérias-primas e outros riscos de ativos cruzados), risco de liquidez (incluindo risco de liquidez e financiamento de curto prazo), risco de negócio (incluindo risco estratégico e fiscal), risco transversal, risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação e tecnologia, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco, complementada por uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar os fatores de risco que têm impacto nas nossas carteiras de risco e divisões de negócio, como também outros riscos que são relevantes para carteiras específicas.

A atividade económica global abrandou significativamente em 2019, principalmente devido ao arrastamento do aumento do protecionismo no comércio internacional, da atividade industrial e do sentimento empresarial, e apesar da política monetária altamente acomodatícia e das condições monetárias fáceis no geral. O crescimento real do PIB mundial diminuiu de 3,8% em 2018 para 3,1% em 2019. Na viragem do ano, as preocupações do mercado com uma potencial recessão nos EUA ou na Europa diminuíram e as perspetivas macroeconómicas globais melhoraram, uma vez que os principais riscos descendentes não se materializaram. Sobretudo, a "Fase Um" do acordo comercial entre os EUA e a China reduziu o risco de uma nova escalada da guerra comercial por agora, e os desenvolvimentos políticos no Reino Unido eliminaram parcialmente a incerteza relacionada com o Brexit. Contudo, a perturbação económica causada pela rápida propagação do novo coronavírus (COVID 19) deverá pesar, pelo menos temporariamente, no crescimento do PIB global.

Os principais riscos descendentes macroeconómicos ainda são dominados pela potencial escalada do conflito comercial global, já que importantes negociações comerciais continuarão provavelmente a ocupar o centro dos acontecimentos em 2020. O fracasso em iniciar a ("Fase Dois") das negociações comerciais entre os EUA e a China, a dissolução do acordo existente ou um conflito comercial crescente com a Europa, incluindo tarifas de importação mais elevadas dos EUA sobre automóveis, aumentariam os danos já causados ao comércio global e ao crescimento.

A incerteza em relação ao Brexit diminuiu quando o Reino Unido deixou a UE no final de janeiro de 2020, iniciando um curto período de transição que o novo governo britânico descartou para prolongar até depois do prazo final de 2020. Sem tempo suficiente para negociar um acordo comercial abrangente, a futura relação Reino Unido-UE ainda pode reverter para um Brexit "sem acordo", penalizando as perspetivas económicas e comerciais para a Europa em geral.

A incerteza política é elevada em vários outros países, por exemplo, no período que antecede as eleições presidenciais nos EUA, ou na Itália, onde o governo de coligação em exercício enfrenta pressões crescentes dos partidos da oposição. O risco geopolítico também permanece elevado, como recentemente demonstrado pela escalada militar entre os EUA e o Irão ou pelos protestos em Hong Kong. Além disso, o surto da COVID 19 resultará provavelmente numa forte desaceleração do crescimento do PIB global no primeiro semestre de 2020. Se o surto for prolongado, tal poderá levar a efeitos negativos na procura e na cadeia de abastecimento e a um impacto mais pronunciado no crescimento global.

Acontecimentos (geo)políticos negativos podem desencadear correções rápidas no mercado. Particularmente nos mercados de ações de mercados desenvolvidos que estão a negociar perto de máximos históricos, ou em outros mercados de ativos de risco altamente valorizados, que são continuamente suportados pela conjuntura de taxas de juro muito baixas. As principais taxas de política dos bancos centrais encontram-se em espera e os rendimentos de referência de longo prazo recuperaram apenas ligeiramente dos mínimos cíclicos ou mesmo históricos observados no terceiro trimestre de 2019, aumentando e/ou acelerando mais do que o esperado o risco de um choque ascendente nas taxas de juro, por exemplo se a pressão inflacionista aumentar.

Para além do ambiente de taxas de juro "baixas por mais tempo", que pode ter impacto nas nossas receitas líquidas de juros e outras atividades comerciais sensíveis às taxas, bem como outros riscos macro descritos acima, estamos expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo mas não se limitando a riscos de incumprimento de contraparte ou choques súbitos de mercado com impacto nos nossos perfis de risco de crédito e de mercado e riscos não financeiros, incluindo mas não se limitando a riscos operacionais e de infraestrutura de TI, processamento de transações e riscos de fornecedores terceiros.

Os impactos potenciais destes riscos no nosso balanço e na rentabilidade são avaliados através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, nos permitiriam absorver o impacto destes riscos se estes se materializassem como previsto. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco económico global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela procura de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	em %
Risco de crédito	10.757	10.610	147	1
Risco de mercado	11.767	10.341	1.426	14
Risco de mercado relacionado com a negociação	3.592	4.046	(454)	(11)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	8.175	6.295	1.880	30
Risco operacional	5.813	7.359	(1.546)	(21)
Risco de negócio	6.374	4.758	1.616	34
Vantagem de diversificação[1]	(5.535)	(6.960)	1.425	(20)
Total de procura de capital económico	**29.176**	26.108	3.068	12

[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2019, a nossa utilização de capital económico ascendia a 26,1 mil milhões de euros, um valor mil milhões (12%) inferior aos 27,1 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2018.

A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 era de 0,1 mil milhões de euros, ou seja, 1% superior ao valor registado no final de 2018, principalmente devido a componentes de risco de transferência e liquidação superiores com efeitos de compensação de uma componente de risco de contraparte inferior.

A procura de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação diminuiu para 3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, comparativamente com os 4,0 mil milhões de euros no final do exercício de 2018. O decréscimo foi impulsionado principalmente pela redução de carteiras que foram transferidas para a Capital Release Unit, sobretudo dos negócios de ações e também de Dívida de Mercados Emergentes. A procura de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou em 1,9 mil milhões de euros, ou 30%, em comparação com 31 de dezembro de 2018. O aumento na procura de capital económico foi impulsionado principalmente pelo aumento do valor económico da exposição ao risco de taxa de juro acumulado para reduzir a exposição ao risco dos lucros.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, sendo superior em 30 milhões de euros, ou 21%, relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2018, no total de 7,3 mil milhões de euros. Em linha com a evolução do nosso RWA pelo risco operacional, a diminuição foi impulsionada principalmente por um perfil de perda mais leve que alimentou o nosso modelo de capital, bem como por uma série de melhorias no modelo impulsionadas por novas regulamentações, tais como as Normas Técnicas Regulamentares da Estratégia de Medição Avançada, a redução do risco antes e durante a transformação do Grupo, e uma melhor captação do nosso perfil de risco. Para obter uma descrição detalhada, consulte a secção “Gestão do risco operacional”.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento, um componente de risco fiscal e um montante de capital para os ativos por impostos diferidos da IFRS relativo às diferenças temporárias. O risco de negócio diminuiu para 4,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, um valor 0,9 mil milhões de euros (34%) inferior aos 5,7 mil milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2017. O aumento deveu-se a uma maior procura de capital económico para a componente de risco estratégico de 1,5 mil milhões de euros, principalmente devido aos impactos da transformação do Deutsche Bank e à revisão das perspetivas de lucros para o banco. Em comparação com o final do ano anterior, a procura de capital económico dos ativos por impostos diferidos da norma IFRS sobre diferenças temporárias foi 0,1 mil milhões de euros superior à de 31 de dezembro de 2018.

O benefício da diversificação inter-riscos da procura de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico diminuiu 1,4 mil milhões de euros, principalmente devido à recalibração do modelo e às mudanças no perfil de risco estratégico relacionadas com a transformação do nosso banco.

O nosso mix de atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos também os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

Perfil de risco das nossas divisões medido pelo capital económico

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
							31.12.2019	
Risco de crédito	2.417	4.064	2.190	71	859	1.155	10.757	37
Risco de mercado	539	3.563	1.863	456	464	4.883	11.767	40
Risco operacional	585	2.122	666	366	2.074	0	5.813	20
Risco de negócio	195	4.914	71	0	20	1.174	6.374	22
Vantagem de diversificação[1]	(510)	(2.460)	(654)	(224)	(1.075)	(612)	(5.535)	(19)
Total de CE	3.226	12.203	4.137	668	2.343	6.599	29.176	100
Total de CE em %	11	42	14	2	8	23	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total	Total (em %)
							31 de dezembro de 2018[1]	
Risco de crédito	1.861	3.804	3.214	52	1.007	672	10.610	41
Risco de mercado	269	3.605	1.132	370	930	4.035	10.341	40
Risco operacional	771	2.386	711	401	3.090	0	7.359	28
Risco de negócio	141	2.315	29	0	1.065	1.208	4.758	18
Vantagem de diversificação[2]	(577)	(3.021)	(833)	(231)	(1.882)	(416)	(6.960)	(27)
Total de CE	2.465	9.089	4.253	592	4.211	5.499	26.108	100
Total de CE em %	9	35	16	2	16	21	100	N/S

N/S – Não significativo
[1] Os montantes dos riscos afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2019.
[2] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

O perfil de risco do Corporate Bank é dominado pelos produtos e serviços oferecidos de Financiamento ao Comércio, Banca Comercial e Gestão de Tesouraria. O risco de crédito no Corporate Bank é predominantemente impulsionado pelos negócios de Financiamento ao Comércio e Clientes Comerciais. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 era de 0,6 mil milhões de euros, ou 30%, superior ao valor registado no final do ano de 2018, uma vez que houve uma transferência de carteira de pequenas e médias empresas alemãs do Private Bank para o Corporate Bank. O aumento da procura de capital económico de risco de mercado para o Corporate Bank, em termos homólogos, foi impulsionado por menores efeitos de diversificação com outras divisões de negócio. A diminuição na procura de capital económico de risco operacional deveu-se principalmente a melhorias no modelo e a um perfil de perdas mais leve integrado no nosso modelo de capital. A procura de capital económico para risco estratégico no Corporate Bank é, de um modo geral, estável em comparação com o final de 2018.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Global Credit Trading, Rates e Leveraged Debt Capital Markets. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 era de 0,2 mil milhões de euros, ou seja, 7% superior em relação ao final do ano de 2018, principalmente devido à forte atividade de negociação de rendimento fixo no segundo semestre do ano, resultando numa maior procura de capital económico para o risco de contraparte e o risco de liquidação. A procura de capital económico de risco operacional diminuiu em 0,3 mil milhões de euros, ou 11%, em comparação com o final do ano de 2018, impulsionada por um perfil de perdas mais leve integrado no nosso modelo de capital e um aperfeiçoamento do modelo impulsionado por uma melhor captação do nosso perfil de risco. O risco de mercado decorre principalmente das suas atividades de negociação e de criação de mercado, e manteve-se materialmente inalterado em termos homólogos. O remanescente do perfil de risco do Investment Bank deriva do risco de negócio que reflete o risco de volatilidade dos ganhos. A procura de capital económico de risco empresarial aumentou em 2,6 mil milhões de euros em termos homólogos, principalmente devido a um plano estratégico atualizado, que foi impulsionado pela transformação do banco e pela revisão das perspetivas de lucros.

O perfil de risco do Private Bank inclui negócios com clientes alemães de retalho, de retalho internacional e de negócios, bem como clientes de gestão de património que geram riscos de crédito, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes do risco de investimento, da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito. A procura de capital económico para o risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 diminuiu em comparação com o final de 2018, uma vez que houve uma transferência de carteira de pequenas e médias empresas alemãs do Private Bank para o Corporate Bank. As alterações adicionais deveram-se ao crescimento da carteira e à reparametrização do modelo para refletir a granularidade da carteira de crédito do segmento de retalho. O risco de mercado aumentou em 0,7 mil milhões de euros em comparação com 2018, devido a menores efeitos de diversificação com outras divisões. Não houve mudanças significativas na procura de capital económico para o risco operacional e estratégico em comparação com o final do ano anterior.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os riscos são geralmente de natureza fiduciária e, consequentemente, motivados por questões operacionais. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente pela componente de risco de mercado não relacionado com a negociação, que surge em produtos de garantia e coinvestimentos nos nossos fundos. Em 2019, destacou-se a volatilidade das taxas de juro de longo prazo do euro, onde a redução teve um impacto negativo sobre os produtos de garantia. Globalmente, a procura de capital económico manteve-se relativamente estável ao longo de 2019.

O perfil de risco da Capital Release Unit é impulsionado pela sua atividade de negociação para gerir o risco e, em última análise, reduzir os ativos e negócios não estratégicos transferidos para a unidade no terceiro trimestre de 2019. Em linha com a redução do risco alcançada ao longo do ano, a procura de capital económico diminuiu significativamente em comparação com o contributo dos ativos e negócios subsequentemente transferidos para esta unidade no final do ano de 2018.

O segmento Corporate & Other inclui principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de compensação de ações. A procura de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou em comparação com o final de 2018, principalmente devido ao aumento do valor económico das exposições ao risco de taxa de juro e aos ativos por impostos diferidos da norma IFRS provenientes de diferenças temporárias.

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, capital, liquidez e reputação. Temos em consideração os riscos ativamente em relação ao nosso negócio.

Os riscos são ativamente monitorizados e geridos para equilibrar o risco e a recompensa e permanecer dentro da apetência pelo risco. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

- As responsabilidades essenciais de gestão do risco são da responsabilidade do Conselho de Administração e delegadas aos gestores de risco e aos comités de gestão de risco seniores com funções de execução e supervisão.
- Operamos um modelo de gestão do risco que tem por base três linhas de defesa ("3LoD"), no qual são definidas as responsabilidades de risco, controlo e relato.
  - A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis pela propriedade dos riscos gerados nas respetivas organizações. A 1.ª linha de defesa gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida pela granularidade apropriada, e assegura que a organização, a governação e as estruturas estão devidamente implementadas para identificar, monitorizar, avaliar e aceitar ou mitigar os riscos que geram ou aos quais estão expostas.
  - A 2ª linha de defesa ("2nd LoD") refere-se às funções no Banco que facilitam a implementação de um sólido quadro de gestão do risco em toda a organização, como controladores de tipo de risco ou, para tópicos específicos, como especialistas na matéria. A 2.ª linha de defesa define a apetência pelo risco e as normas de controlo e gestão do risco para o respetivo tipo de risco ou carteira, e supervisiona e desafia de forma independente as atividades de gestão do risco e de tomada de risco da 1.ª linha de defesa.
  - A 3ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Auditoria do Grupo, que é responsável por fornecer uma garantia independente e objetiva sobre a eficácia da interação da 1ª e da 2ª linhas de defesa, gestão do risco, controlos internos e processos de governação.
- É conduzido anualmente um processo integrado de planeamento estratégico, que estabelece a direção estratégica futura e fornece uma perspetiva holística sobre o capital, o financiamento e o risco em contrapartidas de retorno de risco e com base na nossa apetência pelo risco definida.
- O Grupo procede a análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
- Todos os tipos significativos de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco de reputação, são geridos através de processos de gestão do risco. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos significativos de risco. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" nos processos de gestão dos nossos riscos materiais.
- Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
- Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
- No contexto do planeamento de recuperação e contingência, é definido o processo de envio para efeitos de gestão de crise e a direção recebe um conjunto de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
- Aplicamos uma abordagem de gestão do risco integrada que tem por objetivo uma coerência para todo o grupo quanto às normas de gestão do risco, permitindo no entanto uma adaptação aos requisitos específicos da entidade jurídica ou local.

Promovemos uma forte cultura de risco onde os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento de riscos e são capacitados e encorajados a atuar como gestores do risco. Prevemos que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o nosso Código de Conduta. Para promover isso, as nossas políticas exigem que o comportamento relacionado com o risco seja tido em conta durante a nossa avaliação comportamental e nos processos de remuneração. Esta expetativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

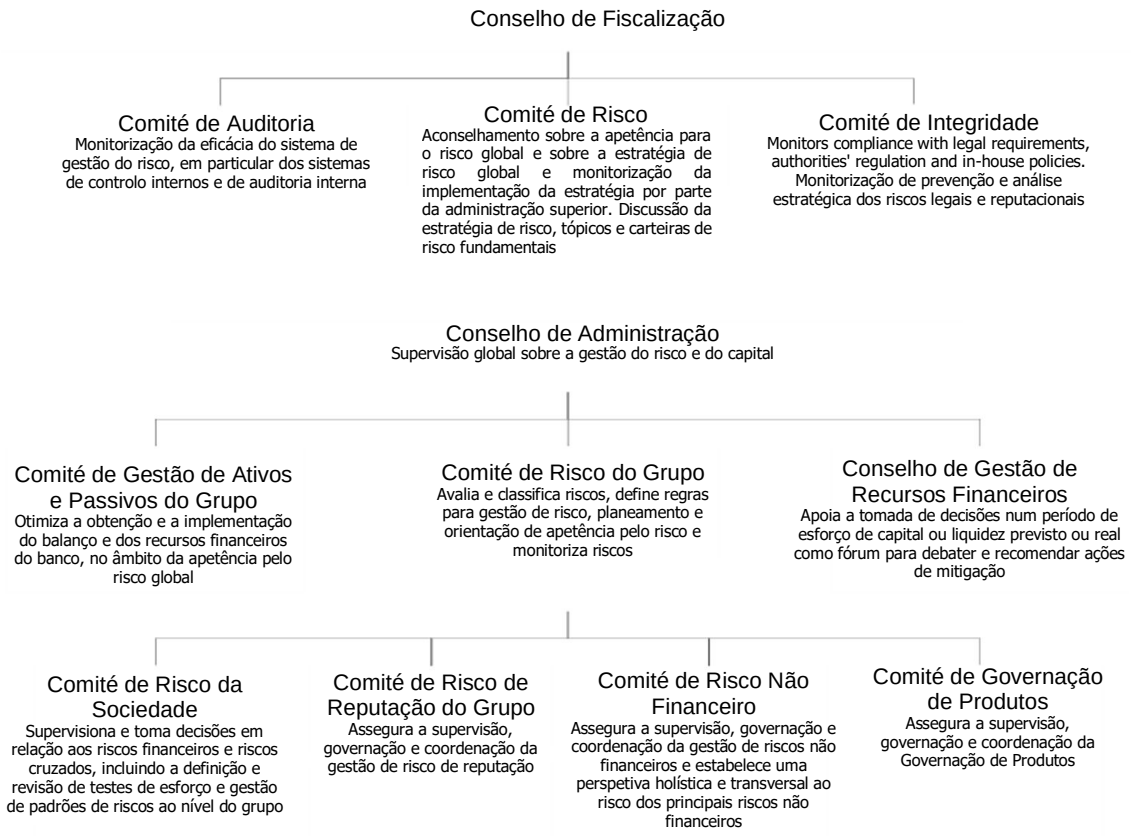
Governação do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que exercemos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (o "BCE") e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as nossas principais entidades de supervisão, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governação do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização é informado regularmente sobre a nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Formou várias comissões para tratar das tarefas específicas (para uma descrição pormenorizada destas comissões, consulte o Relatório de Governo da Sociedade em "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização", "Comissões especializadas permanentes").
  - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de carteiras de risco fundamentais, estratégia de risco e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam. Também presta contas em matéria de empréstimos que exijam uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a apetência pelo risco geral, com a posição de risco agregado e a estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da implementação desta estratégia.
  - O Comité de Integridade, entre outras responsabilidades, aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que respeita ao compromisso da administração com um desenvolvimento economicamente sólido e sustentável da empresa e monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa, incluindo as políticas de risco. É também responsável por rever o Código de Conduta e de Ética do Banco e, mediante pedido, presta apoio ao Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do Banco.
  - O Comité de Auditoria, entre outros aspetos, monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas. O Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Risco do Grupo (“GRC”) como o fórum central para a análise e decisão em assuntos relacionados com riscos materiais e capital. O GRC reúne geralmente uma vez por semana. Delegou alguns dos seus deveres a pessoas e subcomités. O GRC e os seus subcomités são descritos em maior detalhe abaixo.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comité de Risco do Grupo (GRC) tem vários deveres e autoridade dedicada, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou substancialmente alterados e a análise do inventário de riscos, carteiras de risco de alto nível, desenvolvimentos de exposição ao risco e resultados dos testes de esforço internos e regulamentares ao nível do Grupo. Além disso, o GRC analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, tais como princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e escalada. O GRC também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e capital ao nível do Grupo.
  - O Comité de Risco Não Financeiro (NFRC) supervisiona, governa e coordena a gestão de riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco dos principais riscos não-financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de crimes financeiros. Está incumbido de definir um quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, monitorizar e controlar a eficácia do modelo operacional de risco não financeiro (incluindo as interdependências entre divisões, funções de controlo e diferentes funções de controlo), bem como monitorizar a evolução de riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo.
  - O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e garante um processo de retrospetiva e ensinamentos retirados. Analisa e decide todas as questões de risco de reputação transmitidas pelos Comités Regionais de Risco de Reputação (RRRC) e as decisões dos RRRC que tenham sido objeto de recurso pelas divisões de negócio, funções de infraestrutura ou gestão regional. Fornece orientação sobre as questões de risco de reputação ao nível do Grupo, incluindo a comunicação de temas sensíveis, aos níveis apropriados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.
  - O Comité de Risco da Sociedade (ERC) foi criado com o intuito de se centrar nas tendências de risco, eventos e carteiras de risco transversal em toda a sociedade, reunindo especialistas em matéria de risco de várias áreas de risco. Como parte do seu mandato, o ERC aprova o inventário de risco, determinados aumentos do limiar do país e da indústria e diretrizes de conceção de cenários para testes de esforço mais rigorosos em todo o grupo, bem como testes de esforço inversos. Analisa os resultados dos testes de esforço em conformidade com a apetência pelo risco, analisa a perspetiva de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações em toda a empresa.

  - O Comité de Governação de Produtos está incumbido de assegurar que haja supervisão, governação e coordenação adequadas da Governação de Produtos no Grupo, estabelecendo uma perspetiva transversal ao risco e holística dos principais riscos financeiros e não financeiros associados a produtos e transações ao longo do ciclo de vida.
- O Conselho de Gestão de Recursos Financeiros (FRMC) é um organismo de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor financeiro e pelo Gestor de risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco. O FRMC fornece um único fórum para supervisionar a execução do Plano de financiamento de contingência e do Plano de recuperação do grupo. O conselho recomenda a implementação de ações de redução em momentos de esforço de liquidez ou de capital antecipado ou real. Especificamente, o FRMC tem a tarefa de analisar a posição de capital e liquidez do banco, em antecipação de um cenário de esforço, recomendar propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e garantir a execução das decisões tomadas.
- O Comité de gestão de ativos e passivos do grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração. O seu mandato passa por otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração.

O nosso Gestor do Risco (CRO), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de liquidez e riscos operacionais, bem como pelo desenvolvimento contínuo e pela melhoria de métodos de medição do risco. Além disso, o CRO é responsável por monitorizar, analisar e reportar o risco numa base global.

O Diretor de Risco (CRO) tem responsabilidade direta pela gestão do Departamento de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco no Departamento de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco definida pelo GRC no quadro estabelecido pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões;
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
- Estabelecer e aprovar limites de risco;
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Os Diretores de Risco de cada divisão corporativa, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

A função de Gestão do Risco da Sociedade (ERM) define um quadro de gestão do risco ao nível do banco, procurando garantir que todos os riscos ao nível do Grupo e das Divisões são identificados, assumidos e avaliados quanto ao impacto material. A ERM é também responsável por agregar e analisar informações e concentrações de risco ao nível da empresa, incluindo a revisão dos perfis de risco/rentabilidade de carteiras para apoiar a tomada de decisões informada relativamente à aplicação eficaz dos recursos do Banco. A ERM está incumbida de:

- Gerir a apetência pelo risco empresarial ao nível do Grupo, incluindo o quadro e a metodologia quanto à forma como a apetência pelo risco é aplicada a diferentes tipos de risco, negócios e entidades jurídicas;
- Integrar e agregar riscos para proporcionar maior transparência do risco empresarial para apoiar a tomada de decisões;
- Encomendar testes de esforço relativos ao futuro e gerir planos de recuperação do Grupo; e
- Gerir e melhorar a eficácia do quadro de gestão do risco.

O departamento de Conformidade protege as licenças de funcionamento do Banco, estabelecendo um quadro para promover e impor o cumprimento das regras e dos regulamentos. Eles fornecem uma garantia independente e objetiva ao Conselho de Administração sobre a adequação da conceção e eficácia do quadro de controlo do Risco de Conformidade para as áreas para as quais lhes foi atribuída responsabilidade.

O departamento de Combate aos Crimes Financeiros (AFC) estabelece o quadro para prevenir o branqueamento de capitais, combater o financiamento do terrorismo e outras atividades criminosas (incluindo mas não se limitando a fraude, suborno e atividades de corrupção) e assegurar o cumprimento das sanções financeiras e comerciais.

As funções descritas acima têm uma linha de comunicação com o CRO.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as nossas funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que assumimos.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado de risco que estamos dispostos a assumir para alcançar os nossos objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a nossa apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

Realizamos anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico para nós enquanto Grupo e para as nossas áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a nossa visão de sermos um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- Estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- Avaliar a nossa adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- Aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

O Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2020, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de pelo menos 11,58 % numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,50 %, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (sujeito a alterações ao longo do ano) de 0,08% e o amortecedor G-SII de capital inicial de 2,00 %. O novo requisito de capital CET 1 de 11,58 % para 2020 é inferior ao requisito de capital CET 1 de 11,83 %, aplicável ao Deutsche Bank em 2019, refletindo o requisito de Pilar 2 reduzido. Do mesmo modo, os requisitos de 2020 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,08 % e para o seu rácio de capital total em 15,08 %. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de “Pilar 2”, correntemente designado por orientação de “Pilar 2”. O complemento de capital previsto para a orientação de "Pilar 2" é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de “Pilar 2”, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de “Pilar 2” não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital. Além disso, o BCE definiu um nível no âmbito das orientações de Pilar 2 em que o banco deve apresentar um plano de reconstituição do capital e executar medidas para reconstituir o capital CET 1.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação do risco constitui a base do ICAAP e resulta num inventário de riscos para o Grupo. Todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade. Pode encontrar mais detalhes na secção “Identificação e avaliação do risco”.
- Procura de capital/medição do risco: As metodologias e modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Perfil de risco” e “Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL”.
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição de recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas. Podem ser encontrados mais detalhes nas secções "Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL" e "Adequação do Capital Económico".
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que expressam o nível de risco que estamos dispostos a assumir para atingir os nossos objetivos estratégicos. As violações do limiar estão sujeitas a um quadro de governação dedicado que aciona medidas de gestão que visam proteger a adequação de capital. Pode encontrar mais detalhes nas secções “Apetência pelo risco e capacidade de risco” e “Indicadores de risco fundamentais”.
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano estratégico para proteger a adequação de capital numa base prospetiva. Pode encontrar mais detalhes na secção “Plano estratégico e de capital”.
- Testes de esforço: Os números do plano de capital são também considerados sob vários cenários de teste de esforço para provar a resiliência e a viabilidade global do banco. Os indicadores de adequação de capital regulatório e económico são também sujeitos

a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários de esforço hipotéticos e para detetar vulnerabilidades sob esforço. Pode encontrar mais detalhes na secção “Testes de esforço”.
– Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação de capital seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma avaliação da adequação de capital anual dedicada (CAS). A avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação de capital do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação de capital numa base prospetiva.

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão numa base contínua sob um cenário de base e um cenário adverso. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno que visa a adequação de capital utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da continuidade do Deutsche Bank.

Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte integrante do nosso quadro de gestão do risco, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de teste de esforço do risco abrangente, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), atende vários processos de gestão bancária, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a atribuição de capital. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os nossos testes de esforço internos são realizados regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave, bem como de eventos adversos específicos do banco, no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. O nosso quadro de testes de esforço compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações. Incluímos nas nossas atividades de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As nossas metodologias são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço.

A fase inicial do nosso testes de esforço do risco transversal (GWST) consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e nas reservas de liquidez. No exercício de relato, introduzimos uma avaliação dos impactos em relação ao rácio de MREL. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. Em 2019, reforçámos ainda mais o nosso quadro para calcular os impactos do esforço de um horizonte de esforço plurianual. O Comité de Risco da Sociedade (ERC) analisa os resultados finais do esforço. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do Banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2019 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, permitem alcançar o nível de saída de esforço definido internamente. O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio ao determinar cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário hipotético que resultaria na não viabilidade do banco, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse

cenário de esforço hipotético é extremamente baixa. Desta forma, não acreditamos que a continuidade do nosso negócio esteja em risco.

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas para os casos de utilização indicados acima, temos programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Para os programas de teste de esforço relevantes devem consultar-se as secções que descrevem os métodos individuais de gestão do risco.

O Deutsche Bank também participou em dois importantes testes de esforço regulamentares realizados em 2019, nomeadamente o exercício de teste de esforço de liquidez do BCE, bem como o teste de esforço CCAR baseado nos EUA. O Teste de Liquidez do BCE de 2019 (LiST) é uma análise de sensibilidade do perfil de liquidez do Banco com base em dois cenários de liquidez idiossincráticos num horizonte de 6 meses definidos pelo BCE, tendo sido concluído com êxito. Nos EUA, a Reserva Federal (FRB) indicou publicamente que não se opunha aos planos de capital apresentados pela DB USA Corporation e pela DWS USA Corporation.

Quadro GWST do Grupo Deutsche Bank

Sistemas de medição e relatório do risco

Os nossos sistemas medição do risco servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, transversal, de negócio, operacional e de reputação. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e da função de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da abordagem de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "monitorização e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido.
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade (ERC) e o Comité de Risco do Grupo (GRC), e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário).
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma proativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão proativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal).

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal do perfil de risco e capital (RCP) consiste num relatório de risco transversal e fornece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank, bem como é utilizado para informar o ERC, o GRC e o Conselho de Administração e, em seguida, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O RCP inclui o tipo de risco específico, visões gerais em consonância com o negócio e assuntos relacionados com o risco ao nível da empresa. Também inclui atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do grupo e outros indicadores importantes de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações à evolução dos principais riscos, destacando áreas de especial importância com atualizações sobre as estratégias de gestão do risco correspondentes.
- O Relatório Semanal de Risco (WRR) é uma informação semanal que cobre questões atuais de alto nível nas principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos Membros do ERC, do GRC e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos Membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O WRR é caracterizado pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e está centrado em indicadores de risco mais voláteis.
- Os testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo são, em geral, realizados duas vezes por trimestre (ou mais frequentemente se necessário). Aqueles são apresentados e analisados no ERC e transmitidos ao GRC, se tal for considerado necessário. Os principais indicadores de desempenho em esforço são avaliados em relação aos limiares de apetência pelo risco do Grupo.

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma global, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares que as funções de Gestão do risco em consonância com o negócio ou o tipo de risco utilizam para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Planeamento de recuperação e resolução

A Diretiva sobre recuperação e resolução de bancos (BRRD) foi introduzida em 2014 para reduzir a probabilidade de uma crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em linha com a BRRD e a respetiva legislação alemã MaSan (circular BaFin sobre requisitos mínimos para o conteúdo dos planos de recuperação), desenvolvemos e mantemos um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para antecipar, identificar, mitigar e gerir de forma atempada e coordenada o impacto dos eventos adversos no Grupo e a sua capacidade de continuar como uma preocupação contínua.

O plano de recuperação do Grupo estabelece um conjunto de ferramentas e ações disponíveis para restaurar a nossa força e viabilidade financeira durante uma situação de esforço extremo. Baseia-se em quatro pilares fundamentais:

- Indicadores de recuperação e respetivos limites com o objetivo de permitir uma rápida tomada de decisão quando ocorre uma violação;
- Governação de recuperação, definir um claro caminho de ascensão para agilizar a tomada de decisões;
- Quadro de teste de esforço para testar ex-ante a capacidade de suportar um esforço pronunciado e avaliar a capacidade de recuperação; e
- Contramedidas concebidas para mitigar diferentes tipos de eventos de esforço, através, por exemplo, de reduções de despesas, reduções de negócios, alienação de negócios, ações de angariação de liquidez/capital.

O plano de recuperação de 2019 é a oitava iteração anual e baseia-se num quadro bem estabelecido, com melhorias específicas no sentido de: refletir a nova estratégia anunciada em Julho de 2019, fornecer uma atualização sobre a capacidade das contramedidas e abordar o feedback e os desenvolvimentos regulamentares. Os principais resultados desta iteração incluem o seguinte:

– A governança de recuperação reflete as mudanças nas funções de infraestrutura e nas novas divisões de negócios, para facilitar uma rápida comunicação e transição entre os órgãos de governança "business-as-usual" e "crise";
– Todos os indicadores de recuperação foram alinhados com o novo plano e os mínimos regulamentares, e novos indicadores de alerta precoce foram adicionados para melhorar ainda mais a nossa capacidade de antecipar crises graves, por exemplo, novos indicadores centrados na rentabilidade, cobertura de entidades legais e avaliação mais granular do risco de liquidez;
– A capacidade das contramedidas foi atualizada e é considerada suficiente para suportar cenários de esforço de capital e liquidez graves, de acordo com o requisito da BRRD.

Tal como nos anos anteriores, o Plano de Recuperação de 2019 foi preparado com o esforço conjunto das equipas de Risco, Finanças e Divisões de Negócio, com a supervisão do Conselho de Administração, que é responsável pela sua aprovação e submissão à autoridade.

O plano de resolução do Grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. Trabalhamos em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução (CUR) e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada (SPE) como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de recapitalização SPE, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa estabeleça um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o DB toma medidas adicionais ex ante, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC), que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como “não preferencial”, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (“preferenciais”) tais como depósitos, derivados, instrumentos de dívida "estruturada" e obrigações “plain vanilla” preferenciais sénior.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor ("Lei Dodd-Frank"), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation ("FDIC") um plano para a resolução ordenada das suas subsidiárias e das operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuro ("Plano de resolução dos EUA"). Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos.

O Deutsche Bank AG apresentou o seu mais recente Plano de Resolução nos EUA em julho de 2018. O Plano de Resolução dos EUA descreve a estratégia de ponto de entrada único para as nossas operações nos EUA e prescreve que a DB USA Corporation, a nossa única IHC nos EUA em 31 de dezembro de 2017, forneceria um suporte de liquidez e de capital para as suas subsidiárias de Entidades Importantes dos EUA e asseguraria a sua dissolução solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis. Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank recebeu feedback regulatório da Reserva Federal e do FDIC, que concluíram que o Plano de Resolução do Deutsche Bank nos EUA não apresentava quaisquer deficiências, mas identificaram uma debilidade no plano, associada aos mecanismos de governação e aos fatores de ativação de agravamento relacionados. Em 1 de abril de 2019, o Deutsche Bank apresentou uma resposta à sua carta de feedback em dezembro de 2018, na qual discutia a sua proposta de remediação da deficiência, bem como melhoramentos das suas capacidades de resolução. O Deutsche Bank é obrigado a fazer uma apresentação ao Conselho da Reserva Federal e ao FDIC até 1 de julho de 2020, explicando como corrigiu a deficiência e fornecendo uma atualização sobre o melhoramento das suas capacidades de resolução. Após esta apresentação, o próximo Plano de Resolução do Deutsche Bank nos Estados Unidos deverá ser apresentado até 1 de julho de 2021.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, o qual foi estabelecido em 2018, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier* 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos, o renminbi chinês e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo, o qual, na medida em que substituiu o Comité de risco do grupo enquanto órgão de decisão, aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno. Na nossa medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

Identificação e avaliação do risco

As nossas atividades de negócio geram riscos de crédito, riscos de mercado, riscos de negócio, riscos de liquidez, riscos cruzados, riscos operacionais e riscos reputacionais. Identificamos regularmente os riscos das nossas operações de negócio e da infraestrutura, também sob condições de esforço, e avaliamos a materialidade dos riscos identificados relativamente à sua gravidade e probabilidade de ocorrência. O processo incorpora entradas tanto da primeira como da segunda linha de defesa. A avaliação dos riscos atuais é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspetiva prospetiva. O processo de identificação e avaliação do risco resulta no nosso inventário de risco, que captura o risco material em vários negócios e entidades. As atualizações regulares ao inventário de risco são comunicadas direção juntamente com o perfil de risco e são determinantes para os nossos processos de gestão do risco.

Este quadro fornece a base, através da qual conseguimos agregar os riscos do Grupo nas suas várias empresas e entidades. O inventário de risco resultante, após revisão e avaliação por parte da direção, tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank, a calibração da apetência pelo risco e a monitorização e comunicação do perfil de risco.

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, em geral, fazem parte das nossas atividades de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes) e da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC). Além disso, incluem obrigações negociadas e títulos de dívida. Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e na avaliação da importância, o risco de crédito está agrupado em cinco categorias, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de país, risco de operação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação (falha) e risco de concentração.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento.
- Risco de país é o risco de as contrapartes solventes e capazes não conseguirem cumprir as suas obrigações devido a políticas ou uma intervenção soberana direta.
- Risco de operação/liquidação (risco de exposição) é o risco resultante de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial.
- Risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado.
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto.

0Gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
- Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
- Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
- Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito indevido a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
- Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
- Gerimos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor em todo o nosso Grupo consolidado com base no "princípio do devedor único" (conforme exigido ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, ponto 39, do CRR), ao abrigo do qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
- Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. Dentro do nosso pilar de aprovação de transações existem equipas estruturadas de gestão do risco de crédito, em sintonia com negócios de crédito específicos.
- Sempre que necessário, estabelecemos processos para comunicar exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e pelos indicadores-chave de crédito mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação do nível de uma contraparte ou carteira, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação do capital regulatório de risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela ERM Risk Research.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de CRM, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, é necessária uma aprovação do Diretor da Gestão do Risco do Modelo. Quando apropriado, alterações menos significativas podem ser aprovadas por um delegado de qualquer uma das funções sob uma autoridade delegada. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao Fórum de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMF) e ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação para as metodologias de notação é apresentado ao RCRMC no início do exercício.

Para o DB Privat- und Firmenkundenbank AG (PFK AG), a responsabilidade pela implementação e monitorização da eficácia dos sistemas de notação interna cabe à função de Controlo do risco do DB PFK AG, com validação pela função de Risco Não-Financeiro e Validação. O Comité do Modelo e de Validação, presidido pelo Diretor do Risco Não-Financeiro e Validação do DB PFK AG, monitoriza este processo. Além disso, todos os principais sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de Risco Bancário do DB PFK AG, presidido pelo Diretor de Risco. Além disso, a Governação do método IRB do Grupo DB será alargada a todos os modelos do DB PFK AG como parte da fusão e da renúncia de capital concedida. A eficácia dos sistemas e resultados de notação é comunicada regularmente ao Conselho de Administração do DB PFK AG. A governação conjunta é assegurada pela participação em comités mútuos no âmbito da gestão do risco integrada.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notação de crédito internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), recorremos ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR e o SolvV para calcular a EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico permanece em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank; no decurso dos programas de integração em curso está planeado reduzir ainda mais o número destas exposições de crédito elegíveis no âmbito do método IRB básico e transferi-las para o método IRB avançado.

Aplicamos o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Para além da procura de capital regulamentar supramencionada, determinamos a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9 % perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, que é o principal indicador de risco de crédito aplicado na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, estabelecemos limites internos e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos nossos acordos jurídicos com a contraparte. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. Os indicadores de retorno de risco explicam a evolução dos proveitos de clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito, também analisamos os proveitos do cliente relativamente ao consumo no balanço.

Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9

Determinamos as provisões para perdas de crédito em conformidade com a norma IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os instrumentos financeiros, em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significa após o seu reconhecimento inicial.
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- A Fase 3 consiste nos ativos financeiros dos clientes em incumprimento, em conformidade com o Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) de acordo com o Art. 178. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade.
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas.
- Os POCI são ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na Fase 3, para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral da gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de perdas de crédito esperadas (ECL), a qual serve de base para as provisões de perda de crédito do Grupo, é realizada através do motor de ECL do Grupo ou por colaboradores de crédito caso a caso. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. O motor de ECL do Grupo é utilizado para calcular as provisões de perda de crédito para todos os ativos financeiros na carteira homogénea, bem como para todos os ativos financeiros nas carteiras não homogéneas, nas Fases 1 e 2. As provisões de perda de crédito para os nossos ativos financeiros na nossa carteira não homogénea na Fase 3 são determinadas pelos colaboradores de crédito caso a caso.

Para obter uma descrição mais detalhada destas expressões e da abordagem, consulte a Nota 1 - Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas e as secções que se seguem.

Determinação da fase

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros que não sejam POCI são refletidos na Fase 1. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. Em contraste, a atribuição de um instrumento financeiro à Fase 3 baseia-se no estado do devedor em incumprimento.

Indicadores relacionados com a notação: Com base numa alteração dinâmica nos PD de contrapartes, a qual está associada a todas as transações com a contraparte, o Grupo compara o histórico dos PD na data de comunicação com as expetativas na data de reconhecimento inicial. Com base no comportamento de migração historicamente observado e nas informações prospetivas disponíveis, é obtida uma distribuição de notação prospetiva prevista. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar. Se a duração restante dos PD de uma transação, de acordo com as expetativas atuais, exceder os PD da notação de limiar relevante, o ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito. Os limiares utilizados para determinar os indicadores da Fase 2 são determinados utilizando pareceres de especialistas e são validados anualmente.

Indicadores relacionados com os processos: Os indicadores relacionados com os processos são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes, os quais permitem que o Grupo identifique se o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou de forma significativa. Estes incluem a adição obrigatória dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Numa base contínua, desde que a condição para um ou mais dos indicadores seja cumprida e ativo financeiro não seja reconhecido como estando em incumprimento, o ativo irá permanecer na Fase 2. Se nenhuma das condições dos indicadores for cumprida e se o ativo financeiro não se encontrar em incumprimento, o ativo é transferido novamente para a Fase 1. Em caso de incumprimento, o ativo financeiro é atribuído à Fase 3. Caso um ativo financeiro anteriormente em incumprimento deixe de ser classificado como estando em incumprimento, é transferido novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

Duração esperada

A duração esperada de um ativo financeiro é um fator essencial na determinação das perdas de crédito esperadas para a duração (LTECL). As perdas de crédito esperadas na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as perdas de crédito esperadas tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as perdas de crédito esperadas é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o Deutsche Bank aplica uma duração para calcular as perdas de crédito esperadas de 24 meses.

Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação obtidas sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Deutsche Bank, o Grupo utiliza dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visão consensual sobre o PIB e as taxas de desemprego) complementadas por projeções de taxas de juro e cambiais implícitas no mercado. Além disso, o nosso modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por consenso externo ou por fontes de mercado. Assume-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis, normalmente ao longo de um período de dois anos, com atualizações trimestrais.
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar o cenário base numa análise de múltiplos cenários. Os cenários especificam desvios das previsões de base e são utilizados para derivar curvas de PD ao longo de vários anos para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das perdas de crédito esperadas e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima.

A utilização geral de informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconómicos, bem como ajustamentos tendo em conta fatores extraordinários, é monitorizada pelo Fórum de provisão para perdas de crédito de risco e financeiro do Grupo. Em algumas situações, os colaboradores de risco de crédito e a direção podem ter informações adicionais relativas a carteiras específicas para indicar que a distribuição utilizada no cálculo de ECL não é adequada. Nestas situações, o Grupo aplicaria uma camada adicional de pressupostos.

A tabela que se segue fornece uma visão geral das informações relativas ao futuro utilizadas para determinar a provisão do Deutsche Bank para perdas de crédito no quarto trimestre de 2019.

IFRS 9 - Informações relativas ao futuro aplicadas para o final de 2019

	Corrente	Ano 1 (média)	Ano 2 (média)
Crédito - ITX Europa 125	65,34	56,85	–
FX - EUR/USD	1,13	1,11	–
PIB - Zona Euro	1,17%	0,93%	1,19%
GDP - Alemanha	0,58%	0,48%	1,19%
PIB - Itália	0,01%	0,39%	0,63%
PIB - EUA	2,35%	1,70%	1,70%
Taxa - Tesouro EUA 2anos	2,28%	1,55%	–
Desemprego - Zona Euro	7,71%	7,53%	7,45%
Desemprego - Alemanha	3,15%	2,92%	2,75%
Desemprego - Itália	10,15%	10,06%	10,06%
Desemprego - Espanha	14,20%	13,33%	12,72%
Desemprego - EUA	3,75%	3,74%	3,93%

A sensibilidade do nosso modelo com respeito a mudanças futuras nas variáveis macroeconómicas (MEV) é ilustrada na tabela seguinte, que fornece o impacto de ECL para os estágios 1 e 2 numa mudança descendente e ascendente em todos os cenários utilizados no cálculo de ECL. Ambas as mudanças são aplicadas para além da ECL de base a partir de 31 de dezembro de 2019, especificando valores de MEV descendentes e ascendentes que são todos um desvio padrão acima ou abaixo das previsões de base, por exemplo, reduzindo as taxas do PIB previstas em 2 pontos percentuais, em média.

IFRS 9 - Sensibilidades das Informações relativas ao futuro aplicadas para o final de 2019

em milhões de euros	Mudança descendente	ECL em 31 dez 2019	Mudança ascendente
Corporate Bank	374	241	170
Investment Bank	438	288	198
Private Bank	890	697	572
Asset Management	4	3	2
Capital Release Unit	13	10	7
Corporate & Other	29	12	6
Total	1.747	1.250	955

Base dos dados e pressupostos e técnicas de estimativa

O Grupo calcula as perdas de crédito esperadas para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: os PD, as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavancou os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de elementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de condições económicas futuras na medição das perdas de crédito esperadas também influencia a provisão para perdas de crédito em cada uma das fases. Para calcular as perdas de crédito esperadas na duração, o cálculo do Grupo inclui a obtenção de probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

O cálculo das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, e transações em imparidade de crédito aquando da compra ou origem. Para transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, é adotada uma abordagem semelhante à das transações nas Fases 1 e 2. Uma vez que uma transação na Fase 3 se encontra em incumprimento, a probabilidade de incumprimento é igual a 100%. Para incorporar as informações disponíveis atualmente, os parâmetros de LGD são modelados para serem dependentes do tempo, assim capturando a dependência do tempo da expetativa de recuperação após o incumprimento.

As técnicas de estimativa para os fatores analisados são descritas em detalhe abaixo.

A probabilidade de incumprimento para contrapartes ao longo de um ano é derivada dos nossos sistemas de notação interna. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito de contraparte relevante com base na escala principal de notação de crédito com 21 níveis para a totalidade da nossa exposição.

As notações de crédito atribuídas às contrapartes são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a contrapartes nas classes de exposição “Governos centrais e Bancos centrais”, “Instituições” e “Corporativos”, com exceção dos segmentos “Corporativos”, para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas (TTC) e previsões macroeconómicas. Com base nestas previsões, as matrizes TTC são transformadas em matrizes de migração de notação referentes a pontos temporais (PIT), geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes PIT é realizado especificando uma ligação direta entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento de incumprimento e notação das contrapartes. As previsões macroeconómicas ajustam a distribuição dos respetivos fatores macroeconómicos e, consequentemente, das matrizes de migração de notação que definem as probabilidades de migração e incumprimento. O cálculo atual é baseado numa simulação de Monte-Carlo de vários cenários ou em técnicas analíticas equivalentes. As matrizes de PD e de migração da notação ao longo de vários anos são, assim, derivadas e aplicadas a carteiras no âmbito da norma IFRS 9, as quais são categorizadas de acordo com as seguintes classes de contrapartes: Alemanha - Retalho, Espanha - Retalho, Itália - Retalho, Instituições financeiras, Média capitalização, Corporativos e Governos soberanos.

O LGD é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento de uma contraparte. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento dos clientes. Os modelos LGD garantem que os principais elementos responsáveis por perdas (isto é, os diferentes níveis e qualidades de garantias colaterais e de tipos de clientes ou produtos, ou a antiguidade do instrumento) são traduzidos em fatores LGD específicos. Nos nossos modelos LGD, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts).

O EAD ao longo da duração de um ativo financeiro é modelada com base nos perfis de reembolso esperados. Aplicamos fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de uma contraparte, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de uma contraparte. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior à atual utilização ao abrigo da norma IAS 39. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se na experiência estatística, bem como em dados históricos internos e tomam em consideração as características específicas dos tipos de contraparte e produtos.

Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O motor LTECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Para a data de comunicação, o motor utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado ao modelo de capital económico do DB. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada exposição.

Para garantias colaterais pessoais, o motor LTECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição absoluta e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias colaterais impessoais, o motor LTECL assume que o valor colateral absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e, consequentemente, é provável que a exposição tenha mais garantias num determinado ponto do tempo.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Para obter detalhes adicionais sobre a forma como determinamos o valor de liquidez das nossas garantias, consulte a secção “Gestão e mitigação de risco de crédito”.

Sensibilidade do modelo

Existem duas principais origens de volatilidade de ECL para ativos das Fases 1 e 2. Similarmente às medidas de risco tradicionais, como os Ativos ponderados pelo risco ou o Capital económico, o nosso ECL é sensível a alterações na carteira relevantes ao abrigo da norma IFRS 9. As alterações à composição da carteira, ao perfil de exposição e às notações de contrapartes, as quais são especialmente importantes devido às potenciais implicações na determinação da fase, influenciam o nível de ECL e, assim, o nível das nossas provisões de perda de crédito.

Além das alterações à carteira, a ECL também foi afetada por previsões macroeconómicas. O processo de seleção para as variáveis macroeconómicas combina a análise de peritos e testes estatísticos, e reflete as características das carteiras individuais. Consequentemente, as sensibilidades da ECL face às previsões macroeconómicas são específicas de cada carteira, com as taxas de crescimento do PIB e as taxas de desemprego na área do euro e nos EUA como os principais fatores.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipos de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e minimizar potenciais perdas. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do Risco de Crédito, tendo em consideração a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações, experiência e formação profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevado ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.
- Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
- Transferências de risco, que transferem as perdas resultantes da probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra).
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da nossa sala de Gestão da carteira de contraparte.

Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento da contraparte ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

- Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários. Todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito. O valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos.
- Garantias colaterais que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco. As garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de "correlação desfavorável" (*wrong-way*), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidez é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor nocional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respetivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs nas nossas divisões do CB e IB.

Atuando como uma referência de preços central, o CPSG fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

– reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
– gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Além disso, a CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada que terminou em outubro de 2018. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na compensação na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O Banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A.. A partir de 31 de dezembro de 2019, o Banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo obtidas da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 68 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 68 relações intragrupo, 17 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 51 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Tais pedidos repetidos foram apresentados para 39 das relações de países terceiros, tendo uma destas entidades sido liquidada entretanto. Devido ao "Brexit", o estado de algumas entidades do grupo sofrerá alterações, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro. Existem duas entidades do grupo afetadas no Reino Unido, mas não foi realizado qualquer pedido de isenção de compensação do regulamento EMIR para essas entidades.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CPP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. - ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (por exemplo, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Requisitos de documentação semelhantes podem ser encontrados nas regulamentações relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao destas regras, é-nos exigido que declaremos e recolhamos a margem inicial e a margem de variação das nossas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as nossas contrapartes que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor nocional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que declaremos e recolhamos a margem de variação para os nossos derivados com outras contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial e um limiar de zero para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressiva e anualmente de setembro de 2017 a setembro de 2020.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial serão sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.^{os} 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O Banco planeia recorrer a esta isenção. O Banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2019, o Banco obteve isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para 14 relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas emhttps://www.db.com/company/en/intra-group-exemptions--margining.htm. Para as filiais de países terceiros, a isenção intragrupo está atualmente limitada até 21 de dezembro de 2020, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. Esse pedido de acompanhamento foi apresentado para a Deutsche Securities Inc. (a nossa subsidiária japonesa) e encontra-se atualmente pendente de aprovação regulamentar. Para 10 relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Devido ao “Brexit”, o estado de duas entidades intragrupo irá mudar para uma entidade de um país terceiro. Isto levará à necessidade de um novo pedido, conforme acordado com a autoridade nacional competente.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No nosso quadro de limite industrial, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. São preparados resumos regulares para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco setorial inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os Mercados Emergentes estão divididos em regiões. Tal como acontece para o risco setorial, as carteiras são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar de acordo com a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração transversais e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo.

No nosso quadro de limites de risco do país, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

Além do risco de crédito, o nosso quadro de risco de país inclui os limites para posições negociais nos mercados emergentes que medem o impacto do resultado de potenciais eventos de mercado em posições de negociação dentro de um país específico face a uma estrutura de limites. Temos ainda em consideração o risco de tesouraria, que inclui limites para posições de capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são monitorizados de perto.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. Estes incluem:

- Notação soberana (definida e gerido pela ERM): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
- Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
- Notação de risco de evento (definida e gerida pela MRM): Utilizados para calibrar choques para testes de esforço, os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, conforme descrito na secção "Medição do Risco de Mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e definimos limites, limiares ou indicadores seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou de outros fatores. Centramo-nos especificamente nas concentrações de transações com riscos de subscrição em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o DB está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da nossa divisão de Mercados de capital de dívida alavancada (LDCM). O modelo de negócio consiste numa abordagem baseada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos supra referidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da nossa divisão LDCM inclui uma abordagem restritiva às exposições ao crédito relacionadas e retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta em níveis de retenção baixos para clientes individuais e leva a uma carteira global diversificada em quaisquer riscos de concentração materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito e a um quadro de cobertura.

Além do risco de subscrição, centramo-nos também na concentração de transações com dinâmicas de risco específicas (incluindo risco para imóveis comerciais e risco de posições de titularização).

Adicionalmente, nos nossos negócios do PB e alguns negócios do CB, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Aqui, as análises de risco individuais têm uma importância secundária. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Gestão do risco de mercado

Quadro do risco de mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da nossa função de risco independente e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das nossas unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes das Divisões do Investment Bank e do Corporate Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às nossas divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T, skew-T, Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. Para o risco cambial existe uma componente adicional que utiliza uma abordagem de reavaliação para exposições não lineares. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os impactos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação.

O VaR permite-nos aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o VaR subestime potenciais perdas futuras (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
- As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

O nosso processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no nosso modo do VaR foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro Risco não incluído no VaR (RNIV).

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Estamos atualmente em transição do processo para passar a um cálculo através de uma abordagem de simulação histórica, predominantemente baseada numa reavaliação completa.

Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVarR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando

um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade nos contribuintes de topo para o valor em risco. A moldura temporal identificada é, em seguida, validada através da comparação de resultados de SVaR com molduras contíguas, utilizando a carteira completa do Grupo.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito ao longo de um horizonte de capital de um ano de 99,9 % de nível de confiança, utilizando uma abordagem de posição constante. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as notações de maturidade com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSA") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro regulamentar SVaR, enquanto os BSST estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum.

Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR EC capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através de MRM, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,7 mil milhões de euros. O montante de 31 de dezembro de 2018 era de 1,5 mil milhões de euros. O aumento foi impulsionado predominantemente por mudanças de exposição e melhorias metodológicas ao longo do ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 128 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os fatores de risco de mercado significativos a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

- O risco de taxa de juro (incluindo o risco da opcionalidade integrada e as alterações dos padrões comportamentais para certos tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
- Os riscos de mercados de rubricas extrapatrimoniais, tais como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo está incumbida de gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão do risco de mercado a agir como função de supervisão independente.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital (ΔEVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o ΔNII como a redução máxima no NII no âmbito dos seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. O risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerido pela área Treasury Markets & Investments, com a importante exceção do DB Privat- und Firmenkundenbank AG, em que o risco da taxa de juro é gerido por uma função de gestão do risco dedicada. As posições de risco de taxa de juro residuais são cobertas pelas carteiras de negociação do Deutsche Bank na divisão IB. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As posições nas nossas carteiras bancárias e as coberturas descritas no parágrafo suprarreferido cumprem os princípios contabilísticos conforme detalhados na secção "Notas para as demonstrações financeiras consolidadas" do presente documento.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório. Tal aplica-se quer à metodologia quer aos pressupostos de modelação utilizados no cálculo dos indicadores.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições na nossa divisão PB e a partes da nossa divisão do CB. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento (NMD) através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de NMD é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,0 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria e no DB Privat- und Firmenkundenbank AG. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos *spreads* relativos às taxas de juro subjacentes.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da divisão do IB, sendo consequentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Grupo e de investimentos contabilizados como capital. As alterações nas taxas cambiais das divisas funcionais subjacentes são registadas como ajustes de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura ou com cobertura parcial relativamente a uma série de divisas com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação que decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As nossas participações de investimento de capital não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

Risco de pensões

Estamos expostos a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de *spread* de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Globalmente, o Grupo procura minimizar o impacto dos movimentos de marcado adversos em métricas financeiras chave, com o principal objetivo de proteger o estado dos fundos constituídos do IFRS. No entanto, em mercados selecionados, o objetivo consiste em equilibrar as métricas financeiras chave de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento. Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes.

Para obter detalhes sobre a nossa obrigação com benefícios definidos, consulte a Nota 35 “Benefícios de colaboradores” na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do nosso negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários" O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco (NFR).

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que estamos dispostos a aceitar em consequência da nossa atividade. Assumimos riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da nossa apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O quadro de gestão do risco operacional (ORMF) é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e remediar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva mas com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do ORMF incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, os padrões mínimos para processos de gestão do risco operacional, incluindo ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e cargos da infraestrutura, enquanto proprietários do risco, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do ORMF em todo o banco. O NFRM faz parte da função de risco do Grupo, dirigida pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, implementação e manutenção de um ORMF do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do ORMF, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco.

O Comité de Risco Não Financeiro ("NFRC"), presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva transversal ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das nossas divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e da 2.ª LoD apoiam o NFRC para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao NFRC ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de governação da 1.ª LoD para a supervisão e gestão do risco operacional nos vários níveis da organização.

A governação dos nossos riscos operacionais segue a abordagem de três linhas de defesa (3LoD) do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O ORMF estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.ª e 2.ª LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Padrão de governação do risco operacional para a primeira linha de defesa (1.ª LoD): Os proprietários do risco, como 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco específica definida.

Os proprietários do risco são as funções no banco cujas atividades (de negócio) geram riscos. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional das suas organizações, implementar padrões de controlo e gestão do risco na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.ª linha de defesa.

Padrão de governação do risco operacional para a segunda linha de defesa (2.ª LoD): Os Controladores do Tipo de Risco (RTC) atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal "risco operacional".

Os RTC estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os RTC definem os padrões fundamentais de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os RTC estabelecem governação do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Os RTC monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e exercem um veto nas decisões de risco que levam a violações previsíveis da apetência pelo risco. Como especialistas em tipos de risco, os RTC definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de RTC estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

O padrão de governação do risco operacional para a NFRM como o RTC para o tipo de risco principal “risco operacional”: Como função de RTC / controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o ORMF abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Enquanto função de controlo de riscos da 2.ª linha de deefsa, o NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza o seu cumprimento, eventuais violações e as respetivas consequências. O NFRM é responsável pela análise e a contestação independente das avaliações de risco e controlo e das atividades de gestão do risco da 1.ª linha de defesa. O NFRM fornece a supervisão de planos de mitigação de risco e controlo para garantir o regresso do risco operacional do banco à respetiva apetência pelo risco, quando necessário. Também estabelece e reporta regularmente o perfil do risco operacional e os principais riscos operacionais do banco, ou seja, os principais riscos operacionais do banco que estão fora da apetência pelo risco.
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.ª linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco.
- O NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a atribuição da procura de capital de risco operacional e das perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada (AMA).

Gestão do nosso risco operacional

A fim de gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o ORMF fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem-nos determinar o nosso perfil de risco operacional em relação à nossa apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2019, melhorámos ainda mais a gestão dos riscos operacionais, simplificando os nossos processos de gestão do risco, promovendo um diálogo ativo e contínuo entre a 1.ª e a 2.ª LoD sobre riscos operacionais, reforçando os nossos controlos e tornando a gestão dos riscos operacionais mais transparente, relevante e integrada nas decisões do dia-a-dia do negócio:

Recolha de dados de perdas: Recolhemos, categorizamos e analisamos, em tempo útil, dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados ≥ 10.000 €). Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Em 2019, simplificámos ainda mais os processos de gestão de eventos para melhorar a qualidade dos dados, e iniciámos o desenvolvimento de uma nova plataforma de gestão de eventos, de fácil utilização.

Complementamos o nosso perfil de risco operacional usando um conjunto de cenários, incluindo cenários internos e eventos relevantes de risco operacional externo fornecidos por uma base de dados do setor. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para reduzir a probabilidade de incidentes similares ocorrerem connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de revisões do perfil de risco. No final de 2019, revimos a nossa abordagem nesta área para usar a análise de cenários de forma mais eficaz para fins de gestão do risco.

O processo de avaliação e controlo do risco (RCA) é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas unidades de negócio e cargos da infraestrutura (1.ª linha de defesa), pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos fora da apetência pelo risco de volta na apetência pelo risco. Tal permite que a 1.ª e a 2.ª LoD tenham uma visão clara dos riscos operacionais importantes do banco. Em 2019, lançámos uma avaliação integrada do risco e do controlo, que combinou as avaliações do risco lideradas pelo Combate ao crime financeiro (AFC), Conformidade e NFRM de forma coordenada. A abordagem coordenada visa melhorar a visibilidade em vários tipos de risco e simplificar os processos de avaliação do risco, ferramentas e relatórios nas três funções de controlo de risco, criando eficiências e melhorando o compromisso. Paralelamente à integração das avaliações do risco, melhorámos ainda mais o inventário central de controlo do banco e iniciámos o desenvolvimento de um novo quadro de garantia de controlo para aumentar a transparência das atividades de garantia de controlo em vários níveis do banco.

Reportamos e realizamos regularmente análises sobre os nossos principais riscos para verificar que são devidamente mitigados. Como todos os riscos, os principais riscos são classificados em termos de probabilidade de ocorrência e do respetivo impacto no banco, e através desta avaliação identifica-se que são particularmente importantes para o banco. A comunicação fornece uma perspetiva prospetiva do impacto de melhorias de controlo e correção planeadas. Além disso, inclui os riscos emergentes e os assuntos que podem evoluir como principal risco no futuro. Os programas de redução do principal risco incluem as atividades de redução de risco mais importantes, que são fundamentais para restabelecer as nossas questões do principal risco operacional na apetência pelo risco. Em 2019, lançámos uma nova plataforma de relatórios, que proporciona aos gestores de risco uma maior visibilidade sobre os dados de gestão do risco operacional de várias componentes da estrutura, melhorando assim a capacidade de supervisão e de tomada de decisões.

Para identificar e gerir adequadamente os riscos das principais iniciativas de mudança dentro do banco, está em curso um processo de Avaliação do Risco de Transformação (TRA) para avaliar o impacto da transformação no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. Este processo considera impactos para tipos de risco financeiro e não financeiro e é aplicável a iniciativas que incluem mudanças estratégicas, grandes programas tecnológicos e projetos regulatórios dentro do banco. Por exemplo, através do processo de TRA, o banco preparou-se previamente para os riscos antecipados decorrentes do anúncio da estratégia publicado em julho de 2019. Isto incluiu a consideração detalhada dos riscos e mitigantes em todo o banco e a respetiva documentação e monitorização, para gerir proativamente esses riscos.

A apetência pelo NFR é o montante do risco não financeiro que o banco está disposto a aceitar em consequência da atividade. A estrutura de apetência pelo NFR fornece uma abordagem comum para medir e monitorizar o nível de apetência pelo risco em toda a empresa. As métricas de apetência pelo risco de NFR são utilizadas para monitorizar o perfil de risco operacional em relação à apetência pelo risco definida do banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Em 2019, foi desenvolvido trabalho para incorporar ainda mais a apetência pelo risco, padronizando as declarações de apetência pelo risco e melhorando os indicadores a nível de grupo, divisão e unidade de negócio. Estão em curso trabalhos adicionais para abranger indicadores adequados até ao nível apropriado da organização.

Os resultados e o processo de gestão de emissões permitem ao banco mitigar os riscos associados a fragilidades e deficiências de controlo conhecidas, e permite à administração tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de remediação adicional ou aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco.

Quadros do tipo de risco operacional

O ORMF fornece o conjunto abrangente de normas, ferramentas e processos aplicáveis à gestão de todos os tipos de subriscos operacionais. É complementado pelos quadros do tipo de risco operacional, pelas normas e pelas ferramentas de controlo e gestão do risco criadas pelos respetivos controladores de tipo de risco para os tipos de subrisco operacional que controlam. Estes tipos de subriscos operacionais são controlados por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- O departamento de conformidade realiza uma função independente de segundo nível que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei, além de conduzir a uma cultura de conformidade e conduta ética no banco. O departamento de conformidade assiste as unidades de negócio e trabalha com outros cargos da infraestrutura e com os reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco à gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com a apetência pelo risco do banco, e com o objetivo de ajudar o banco a detetar, mitigar e impedir violações da legislação e dos regulamentos. O departamento de conformidade realiza as principais atividades que se seguem: participação e gestão de questões regulamentares, em colaboração com Government & Regulatory Affairs; atuação como um consultor fidedigno; e identificação, avaliação, mitigação, monitorização e comunicação do risco de conformidade. Os resultados dessas avaliações são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de crime financeiro são geridos pela nossa função de Combate ao crime financeiro (Anti-Financial Crime – AFC) através da manutenção e do desenvolvimento de um programa dedicado. O programa AFC tem por base os requisitos regulamentares e de supervisão. O AFC definiu funções e responsabilidades e estabeleceu funções dedicadas para a identificação e gestão de riscos de crime financeiro resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, não cumprimento de sanções e embargos, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, suborno e corrupção e outros crimes. O AFC atualiza a sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de processos e controlos de políticas internas, análises de risco específicas de instituições e formação dos colaboradores.
- O Departamento Jurídico (incluindo a governação do grupo) é uma função de infraestrutura que está mandatada para prestar aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, ao Conselho de Fiscalização (na medida em que não dê origem a conflitos de interesses), divisões de negócios e funções de infraestrutura, e para apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de governação e controlo do Grupo no que respeita aos riscos jurídicos e de governação do banco. Insto inclui principalmente, mas sem limitação:
  - –Aconselhar o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização sobre aspetos jurídicos relacionados com as respetivas atividades
  - –Prestar assessoria jurídica a todas as unidades do Deutsche Bank para facilitar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares relacionados com as respetivas atividades
  - –Apoiar outras unidades do Deutsche Bank na gestão das interações do Grupo Deutsche Bank com autoridades reguladoras
  - –Contratar e gerir os advogados utilizados pelo Grupo Deutsche Bank
  - –Gerir todas as questões regulamentares relacionadas com litígio e outras questões controversas do Grupo Deutsche Bank (incluindo questões controversas de RH) e gerir a resposta do Grupo Deutsche Bank a investigações de execução regulamentar externas
  - –Fornecer aconselhamento relativamente aos aspetos legais das investigações internas
  - –Definir o quadro de governação global para o Grupo Deutsche Bank, facilitar a sua aplicação nas diversas unidades e avaliar a respetiva implementação
  - –Desenvolver e garantir as estruturas de governação corporativa eficientes adequadas para apoiar na tomada de decisões eficientes, para alinhar o risco e a responsabilidade com base em cargos e responsabilidades coerentes e bem definidos
  - –Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank para políticas e procedimentos e atuar como guardião para as políticas e procedimentos do Grupo
  - –Garantir a qualidade adequada para todas as atividades supra referidas
- A Governação de Produtos da NFRM supervisiona o quadro que gere o novo produto do banco e os riscos relacionados ao ciclo de vida do produto. O quadro estabelece um processo de risco abrangente a nível de todo o banco que inclui uma avaliação dos riscos financeiros e não financeiros. Em 2019, a NFRM estabeleceu a avaliação sistemática de produtos (SPR) para o Investment Bank, incluindo a antiga atividade de negócios de ações. As SPR estão agora em vigor em todas as Divisões do Grupo DB e constituem uma avaliação holística do risco, que valida se um produto permanece operacionalmente pronto e adequado e avalia se o Banco quer continuar, parar ou rever o âmbito do produto aprovado. Além disso, em 2019, uma joint venture entre a NFRM e o Investment Bank levou à implementação de um controlo diário de violação da aprovação de novos produtos que fornece alertas à NFRM e contactos comerciais em que a atividade comercial não é suportada por uma Aprovação de Novos Produtos (NPA). Os resultados deste controlo são analisados pelo Conselho de Supervisão do Mandato do Operador de Mercado, que é copresidido pelo Gestor do Risco e pelo Diretor de Controlo de Divisão no Investment Bank. Este trabalho levou a uma redução no risco do produto.
- A NFRM é o RTC para uma série de riscos de resiliência operacional. O respetivo mandato inclui controlos sobre atividades de processamento de transações, bem como riscos de infraestrutura para impedir perturbações tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, registos e segurança da informação e assegurar que as unidades de negócio e as funções da infraestrutura dispõem de planos robustos em vigor para recuperar processos e funções essenciais do negócio em caso de avaria técnica ou do edifício ou dos efeitos de um ciberataque ou desastre natural, bem como qualquer risco físico de segurança. O RTC do NFRM também gere os riscos resultantes do envolvimento de fornecedores internos e externos do banco através da disponibilização de um quadro de gestão do risco de terceiro abrangente.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Desde o quarto trimestre de 2017, o capital económico está também definido no percentil 99,9%; consulte a secção "Adequação do Capital Económico" para mais detalhes. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação da procura de capital, o NFRM visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

Em 2019, as nossas perdas totais de risco operacional aumentaram 35% em comparação com 2018, embora tenham permanecido muito abaixo dos níveis dos anos anteriores e continuem a ser predominantemente motivadas por perdas e provisões resultantes de processos civis e de execução regulamentar. Estas perdas contabilizam ainda até 84 % das nossas perdas de risco operacional e correspondem à maioria da procura de capital regulamentar e económico de risco operacional, mais dependente do nosso histórico de perdas a longo prazo. Para obter uma descrição dos nossos atuais processos legais e regulamentares, consulte a secção "Processos individuais atuais" na Nota 29 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas. As perdas de risco operacional resultantes de processos civis e de execução regulamentar aumentaram 131 milhões de euros, ou 73%, enquanto as nossas perdas de risco operacional não jurídico diminuíram 34 milhões de euros, ou 35%, em comparação com 2018.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no nosso perfil de risco operacional, dedicamos especial atenção à gestão e medição dos nossos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceptualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas máximas que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas máximas inclui um componente que, devido aos critérios de IFRS, se reflete nas nossas demonstrações financeiras e um componente que é expresso como procura de capital regulamentar ou económico que é superior ao montante refletido como provisões nas nossas demonstrações financeiras.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37. O desenvolvimento das nossas provisões legais para processos civis e execução regulamentar é destacado em pormenor na Nota 29 "Provisões" das demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas nossas demonstrações financeiras como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são expressas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas resultantes de questões jurídicas que não são consideradas prováveis, mas que são razoavelmente possíveis. As perdas razoavelmente possíveis podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

Incluímos as previsões jurídicas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no nosso modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (ILAAP) anual, que é analisado pelo menos anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação e avaliação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto; descrição de como estes riscos são identificados, monitorizados e medidos; e descrição das técnicas e dos recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Banco, bem como a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (GRC). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco que é aplicada ao Grupo para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do Banco, atuando a gestão do risco de liquidez (LRM) como função de controlo independente. A LRM é responsável pela análise do enquadramento de risco de liquidez, pela proposta de cenários de apetência pelo risco, limites e testes de esforço ao GRC e pela validação dos modelos de risco de liquidez que são desenvolvidos pela Tesouraria, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Além disso, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a LRM e as divisões de negócios, para identificar, analisar e compreender as características de risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição do Banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados os objetivos de negócio e as principais metas da entidade jurídica dedicados para garantir que o Grupo opera no âmbito da liquidez global e da apetência pelo risco para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho face às principais métricas de liquidez para os indicadores internos e de mercado para os quais os limites são aprovados pelo GRC ou pelo Conselho de Administração, através de um Painel de Liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar americano, com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pelo Montante dos Mercados de Tesouraria, bem como passivos garantidos, gerados principalmente pela nossa Divisão do Investment Bank. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites aprovados pelo GRC para restringir a exposição do Banco a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço a curto prazo.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez de longo prazo baseada em fluxo de caixa contratual ou modelado em termos comportamentais é representada pela Matriz de financiamento.

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A gestão do risco de liquidez é responsável pela definição dos cenários de esforço e pela validação independente de modelos de risco de liquidez. O relato e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) é responsável pela implementação destas metodologias em conjunto com a Tesouraria, LRM e o departamento de TI, bem como pelo cálculo de testes de esforço.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço (”sNLP”) do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na nossa notação de crédito. Em cada um dos cenários consideramos o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as nossas áreas de negócio e de produtos e o balanço.

Além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Posteriormente, temos em consideração as ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez e a geração de liquidez de ativos transacionáveis desonerados.

Os testes de esforço são conduzidos a nível global e para entidades jurídicas importantes definidas, cobrindo um horizonte de esforço de oito semanas. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço para divisas importantes (EUR, USD e GBP). Nos Estados Unidos, também realizamos testes de esforço por um período de até 12 meses. Revemos os nossos cenários e pressupostos dos testes de esforço regularmente e efetuámos melhorias à metodologia e gravidade de determinados parâmetros no decorrer do ano de 2019. Isto inclui um cenário do teste de esforço inverso para avaliar os fatores que, em eventos extremos, poderiam precipitar uma falha.

Efetuamos diariamente os testes de esforço de liquidez ao longo de oito semanas, que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez, e aplicamos os pressupostos de esforço relevantes aos fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas, analisamos o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Esta análise de testes de esforço é também realizada diariamente.

As tabelas da secção "Exposição do risco de liquidez: Testes de esforço e análise de cenários" mostram os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez global nos vários cenários diferentes.

Rácio de cobertura de liquidez

Além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração para o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas.

Este requisito foi transposto para a legislação europeia através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na UE a partir de 1 de outubro de 2015.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos explicitamente do LCR.

Gestão do risco de financiamento

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento a longo prazo é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) são excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

O processo de planeamento estratégico de liquidez, que incorpora o desenvolvimento da oferta e da procura de financiamento das unidades de negócio, juntamente com as principais métricas de liquidez e financiamento visadas pelo banco, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume, divisa e instrumento.

Emissão nos mercados de capitais

A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria envia um Plano de financiamento a longo prazo anual para o GRC para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de emissão nos mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) foi proposto, como parte das regras de Basileia 3, como métrica regulamentar (em vigor a partir de junho de 2021) para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Em outubro de 2019, a EBA publicou um projeto das normas técnicas de execução (ITS) no que diz respeito aos relatórios de supervisão, e lançou uma consulta sobre os modelos. O processo de consulta decorrerá até 16 de janeiro de 2020 e inclui também os modelos do NSFR. O Deutsche Bank está atualmente a preparar-se para determinados esclarecimentos e propostas a serem levantados como parte do processo de consulta que será apresentado através de organismos do setor. A métrica será incorporada no nosso quadro geral de gestão de risco de liquidez assim que o cumprimento do NSFR entrar em vigor, em 28 de junho de 2021.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões e produtos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis para as quais o banco introduziu uma apetência mínima pelo risco provêm de emissões do mercado de capitais e de ações, bem como de clientes de retalho e de transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos líquidos detidos para negociação.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe). Além disso, continuamos a executar um programa para efeitos de emissão de Obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas) e participamos no programa TLTRO II.

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósitos (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e overnight, com prazos sobretudo até um ano.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo e para promover um perfil de financiamento sólido, o que está em conformidade com a apetência pelo risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise diária de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico "Exposição do risco de liquidez: diversificação do financiamento" apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios/regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez apropriadas.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço.

No terceiro trimestre de 2019, o quadro interno de preços de transferência de fundos (“FTP”) foi alterado a fim de aumentar a sua eficácia como instrumento de gestão, bem como para melhor apoiar a otimização dos custos de financiamento. Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e seus equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui obrigações governamentais e de agências e garantias governamentais), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez incluem apenas ativos livremente transferíveis ou que podem ser utilizados após serem tidos em conta pedidos de liquidez locais dentro do Grupo, incluindo limites locais relativos à transferibilidade livre dentro do Grupo, ou podem ser aplicados em relação a saídas em esforço de entidades locais. Como resultado, as nossas reservas de liquidez excluem um excedente de liquidez detido na Deutsche Bank Trust Company Americas devido aos requisitos nos termos da Secção 23A da Lei da Reserva Federal dos EUA e excluem igualmente o excedente de liquidez detido em outras entidades não fungíveis. Alguns requisitos intradiários são diretamente deduzidos no cálculo das Reservas de liquidez, enquanto outros são representados como saídas de caixa no nosso modelo de liquidez interno. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente nas principais divisas, nas contas em bancos centrais na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Para assegurar uma composição prudente das reservas de liquidez entre as classes de ativos, mantemos níveis mínimos de caixa para as moedas principais.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular da nossa divisão Investment Bank. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos como onerados os ativos penhorados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, tal como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Gestão do risco (estratégico) do negócio

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos (por pressupostos errados), a execução ineficaz do plano ou a falta de capacidade de resposta a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

Um plano estratégico e de capital é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, em seguida, submetido ao Conselho de Fiscalização. Durante o exercício, a execução de estratégias de negócio é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho de acordo com objetivos estratégicos e procurar garantir que permanecemos no caminho certo para alcançar os objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

Gestão do risco do modelo

Quadro de gestão do risco do modelo

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em resultados de modelos incorretos ou mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a nossa reputação. O Deutsche Bank utiliza modelos para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "modelo" refere-se a um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. A utilização de modelos expõe o banco ao risco do modelo, que deve ser identificado, mensurado e gerido ao longo do ciclo de vida do modelo.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por uma estrutura concebida e monitorizada pela 2ª Linha de Defesa, incluindo componentes ao longo do ciclo de vida de um modelo. O quadro da gestão do risco do modelo é formalizada dentro das políticas e dos procedimentos, e supervisionada por uma estrutura de governança robusta.

A gestão do risco de modelo inclui:

- Políticas e procedimentos relacionados com o risco do modelo em todo o banco, em sintonia com os requisitos regulamentares, tendo funções e responsabilidades claras para as partes interessadas em todo o ciclo de vida do modelo;
- Um enquadramento de governação do risco do modelo Um modelo de estrutura de governança de risco, incluindo fóruns de seniores para monitorização e comunicação dos tópicos relacionados com o risco de modelo;
- Um inventário de todos os modelos, apoiando avaliações contínuas do risco do modelo;
- Comunicação ao Conselho de Administração dos últimos indicadores da apetência pelo risco através do relatório mensal do perfil de risco e capital; e
- Validação independente do modelo que confere um desafio eficaz, identificando as limitações e fraquezas dos modelos e resultando em descobertas e condições de utilização, tais como ajustes ou sobreposições.

Desenvolvimentos durante o período de relato:

Em 2019, foram feitas melhorias significativas no quadro de gestão do risco do modelo, incluindo:

- Identificação, inclusão e enriquecimento do inventário de modelos, apoiado por um processo de certificação de modelos aperfeiçoado;
- Alinhamento e aperfeiçoamento da declaração da apetência pelo risco do modelo, indicadores e limiares do Deutsche Bank;
- Progressos contínuos na melhoria do ambiente de controlo; refletidos na avaliação anual do risco e controlo; e
- Estabelecimento da função de Análise Estratégica do Grupo, que concentra as funções quantitativas e de modelagem do Banco dentro de uma única unidade, para fornecer uma análise quantitativa completa e uma função de entrega de modelos para o Deutsche Bank.

Além disso, o esforço de aprimoramento continua a melhorar a estrutura de gestão de risco do modelo, a fim de incutir uma estrutura robusta e consistente que identifica, avalia, monitoriza e mede o risco do modelo de forma efetiva. O foco do esforço abrangeu a identificação e criação de um inventário de modelos, um quadro único e coerente de política e governação, práticas de desenvolvimento de modelos e uma validação efetiva do modelo, a fim de alcançar a conformidade dos requisitos regulatórios ou para atender às expectativas regulatórias.

Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do Banco.

O Deutsche Bank procura assegurar que o risco de reputação seja tão baixo quanto razoavelmente possível. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das nossas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores). O Deutsche Bank esforça-se por promover padrões sustentáveis que aumentem a rentabilidade e minimizem o risco de reputação.

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Governança e Estrutura Organizacional

O quadro é aplicável a todas as Divisões de Negócio e Regiões. As questões que dizem especificamente respeito à DWS são revistas por um comité de risco de reputação dedicado à DWS, e encaminhados para o Conselho Executivo da DWS, sempre que necessário.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a nossa reputação, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões considerados como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade (RRAP da unidade).

A RRAP da unidade é obrigada a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação (RRRC). O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os RRRC. Os RRRC, que são os Comités da 2.ª LoD, são responsáveis por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação na respetiva região do Deutsche Bank. Os RRRC reúnem-se, no mínimo, trimestralmente, com reuniões ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação no Deutsche Bank, em nome do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração. Adicionalmente, o GRRC analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

Concentração de risco e diversificação do risco

Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de negócio), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações interriscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos, A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e do risco estratégico). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com cada tipo de risco, servem de base a essa atividade.
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2019 foi o Comité de Risco da Sociedade (ERC), que é um subcomité do Comité de Risco do Grupo (GRC).

Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

Desempenho de capital e risco

Capital, rácio de alavancagem e MREL

Fundos Próprios

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de capital ou "CRD"), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2019, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito. Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018, 30% em 2019 sendo que este limite desce 10% em cada exercício.

Apresentamos alguns números neste relatório com base na nossa definição de fundos próprios numa base "fully loaded". Isto está relacionado com o nosso capital Tier 1 adicional e capital Tier 2 e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1 e o rácio de alavancagem. O termo "fully loaded" é definido como excluindo as disposições transitórias para fundos próprios introduzidas pela CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019. Reflete, no entanto, as últimas disposições transitórias introduzidas pelas alterações à CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019. Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2018 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2023. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2018 e a Assembleia-Geral Anual de 2019 (23 de maio de 2019), foram adquiridas 24,3 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,7 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2019.

A Assembleia-Geral Anual de 2019 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2024. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2019 e 31 de dezembro de 2019, foram adquiridos 8,3 milhões de ações. As ações compradas serão utilizadas no próximo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 0,7 milhões a 31 de dezembro de 2098.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2019, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2019, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são reconhecidos como capital Tier 1 adicional nas provisões transitórias do CRR/CRD, podendo ainda ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD fully loaded. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10 % ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2019, tal resultou em 6,4 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 1,8 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). 1,8 mil milhões de euros dos instrumentos híbridos Tier 1 já existentes ainda podem ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD fully loaded. Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD fully loaded ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, o banco resgatou um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nocional de 1,4 mil milhões de USD e um valor equivalente elegível de 1,2 mil milhões de USD.

A 31 de dezembro de 2019, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 6,0 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor nocional bruto dos instrumentos de capital Tier 2 foi de 7,4 mil milhões de euros. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD ascendiam a 7,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 1,8 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição).

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de ativos ponderados pelo risco (RWA). O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2019.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital estão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2,00% de capital CET 1 de RWA em 2019. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2018. De acordo com a recente avaliação do Conselho de Estabilidade Financeira baseada nos indicadores publicados em 2019, o requisito de amortecedor G-SII para o Deutsche Bank é reduzido para 1,50%, o que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2019 e em diante.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2020. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50 %. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2019, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,08 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2019, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

Além disso, o Deutsche Bank AG foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como outra instituição de importância sistémica global (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% que não foi cumprido a nível consolidado. Para o Deutsche Bank, o amortecedor O-SII ascende a 2,00% em 2019. A menos que se apliquem determinadas exceções, apenas terá de ser aplicado o mais elevado do amortecedor de risco sistémico (não aplicável em 31 de dezembro de 2019), o amortecedor G-SII e o amortecedor O-SII.

Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP) do Pilar 2, o Banco Central Europeu (BCE) pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2). Em 8 de fevereiro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2019, na sequência dos resultados do SREP de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2018, a decisão requer que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET 1 de integração progressiva, o qual é, em 31 de dezembro de 2018, de pelo menos 11,83% numa base consolidada. Este requisito de capital CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 2,75%, o requisito combinado do amortecedor de capital que compreende o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,08% (em 31 de dezembro de 2019) e o amortecedor G-SII de capital de 2,00%. Correspondentemente, os requisitos do Deutsche Bank para rácio de capital Tier 1 eram de 13,33% e para total de rácio de capital eram de 15,33% em 31 de dezembro de 2019.

Em 9 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimo para 2020, na sequência dos resultados do SREP de 2019. A decisão reconhece os progressos realizados pelo Deutsche Bank desde a primeira avaliação do SREP em 2016 e impõe que o Deutsche Bank mantenha um rácio CET1 de pelo menos 11,58% numa base consolidada, com início em 1 de janeiro de 2020. A diminuição é atribuível à redução do requisito de Pilar 2 do BCE (complemento SREP) de 2,75% para 2,50%, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. O requisito de capital CET 1 compreende o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito reduzido de Pilar 2 de 2,50%, o requisito combinado do amortecedor de capital que compreende o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico (0,08% esperado para o início de 2020) e o amortecedor G-SII de 2,00%. Do mesmo modo, os requisitos de 2020 para o rácio de capital Tier 1 do Deutsche Bank estão em 13,08 % e para o seu rácio de capital total em 15,08 %. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2019, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação de Pilar 2), bem como os requisitos de amortecedor de capital aplicáveis ao Deutsche Bank nos anos 2019 e 2020:

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2019	2020
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	4,58%	4,58%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Amortecedor contracíclico	0,08%	0,08%[1]
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	2,00%	2,00%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Amortecedor de risco sistémico	0,00%	0,00%
Pilar 2		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,75%	2,50%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2[3]	**11,83%**	11,58%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	**13,33%**	13,08%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	**15,33%**	15,08%

[1] O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato. Presume-se que a taxa do amortecedor contracíclico para 2020 seja de 0,08% no início do ano de 2020. O buffer contracíclico está sujeito a alterações ao longo do ano, dependendo dos seus constituintes.
[2] Presume-se que o amortecedor de risco sistémico se mantenha em 0% para o exercício projetado de 2020, sujeito a alterações com base em novas diretivas.
[3] O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP. do requisito de amortecedor mais elevado entre o amortecedor G-SII, O-SII e de risco sistémico, bem como do requisito do amortecedor contracíclico.

Além disso, assumindo uma estrutura de carteira regional inalterada dos ativos ponderados pelo risco do Deutsche Bank, os já conhecidos requisitos de amortecedor anticíclico, tal como anunciado para a Alemanha (0,25% a partir de 1 de julho de 2020) e para o Reino Unido (aumentando de 1,0% para 2,0% a partir de 16 de dezembro de 2020), irão aumentar os nossos requisitos de amortecedor anticíclico ponderados para aproximadamente 0,23% até ao final do ano de 2020. Constatamos que o anunciado requisito de amortecedor contracíclico está sujeito a alterações ao longo do ano.

Desenvolvimento de fundos próprios

A 31 de dezembro de 2019, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 50,5 mil milhões de euros, sendo composto por capital CET 1 de 44,1 mil milhões de euros e capital AT1 de 6,4 mil milhões de euros. O capital Tier 1 era 4,5 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2018, principalmente motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 3,3 mil milhões de euros e por um decréscimo no capital AT1 de 1,2 mil milhões de euros no mesmo período.

A 31 de dezembro de 2019, a redução de capital CET 1, no valor de 3,3 mil milhões de euros, foi principalmente motivada por uma perda líquida de 5,4 mil milhões de euros atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e por componentes adicionais de capital próprio. O prejuízo líquido de 5,4 mil milhões de euros foi em grande parte atribuível a ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação e a imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, os quais resultaram num contraefeito positivo compensado de 3,4 mil milhões de euros em termos de capital como as respetivas deduções de goodwill e outros ativos intangíveis, numa redução de 2,1 mil milhões de euros, e de 1,6 mil milhões de euros em ativos por impostos diferidos, parcialmente compensados com o efeito negativo de uma dedução de 0,3 mil milhões de euros relacionada com o limiar de 10%. Uma redução adicional no nosso capital CET1 resultou de perdas de reavaliação relacionadas com o plano de pensões de prestação definida de 0,7 mil milhões de euros e de deduções de capital relacionadas com a revisão regular do BCE, que a 31 de Dezembro de 2019 era de 0,4 mil milhões de euros. No segundo trimestre de 2019, o nosso capital CET 1 foi reduzido em 0,6 mil milhões de euros devido ao pagamento dos dividendos das nossas ações ordinárias relativas ao exercício de 2018 (0,11 euros por ação na sequência da Assembleia Geral Anual) e ao pagamento anual do cupão AT1, que foi parcialmente compensado até ao final do exercício de 2018, com dividendos e acréscimos de AT1 no valor de 0,3 mil milhões de euros, na sequência do n.º 2 do artigo 26 do Regulamento (EU) N.º 575/2013 e de acordo com a decisão do BCE (UE) 2015/4. Uma vez que não incluímos um lucro intercalar no nosso capital CET 1 em consequência do resultado líquido negativo no exercício de 2019, não foram apurados cupões AT1 no capital CET 1 em conformidade com o art. 26.º, n.º 2, do CRR.

A diminuição de 1,2 mil milhões de euros no capital AT1 foi principalmente o resultado da chamada e resgate de um instrumento híbrido Legacy Tier 1, reconhecível como capital AT1 durante o período de transição, com um valor nocional de 1,2 mil milhões de euros no quarto trimestre de 2019.

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* em 31 de dezembro de 2019 era de 48,7 mil milhões de euros, comparado com 52,1 mil milhões de euros no final de 2018. O nosso capital Tier 1 adicional *fully loaded* totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2019, quase inalterado, quando comparado com o final de 2018. O nosso capital CET 1 totalizava 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (face a 47,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018).

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	CRR/CRD fully-loaded	CRR/CRD	CRR/CRD fully loaded	CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.780	45.780	45.515	45.515
Lucros não distribuídos	14.814	14.814	16.297	16.297
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	537	537	382	382
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[1]	(5.390)	(5.390)	0	0
Outros	837	837	846	846
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**56.579**	**56.579**	63.041	63.041
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.738)	(1.738)	(1.504)	(1.504)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(150)	(150)	(329)	(329)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(6.515)	(6.515)	(8.566)	(8.566)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.126)	(1.126)	(2.758)	(2.758)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(259)	(259)	(367)	(367)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(892)	(892)	(1.111)	(1.111)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(15)	(15)	(25)	(25)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	(319)	(319)	0	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.417)	(1.417)	(895)	(895)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**(12.430)**	**(12.430)**	(15.555)	(15.555)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**44.148**	**44.148**	47.486	47.486
Capital *Tier 1* adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4.676	4.676	4.676	4.676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	1.813	N/S	3.009
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**4.676**	**6.489**	4.676	7.685
Capital *Tier 1* adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(91)	(91)	(80)	(80)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Tier 1* adicional (AT1)	**(91)**	**(91)**	(80)	(80)
Capital *Tier 1* adicional (AT1)	**4.584**	**6.397**	4.595	7.604
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**48.733**	**50.546**	52.082	55.091
Capital *Tier 2* (T2)	**7.770[3]**	**5.957**	9.211	6.202
Total do capital (TC = T1 + T2)	**56.503[3]**	**56.503**	61.292	61.292
Total dos ativos ponderados pelo risco	**324.015**	**324.015**	350.432	350.432
Rácios de capital				
Rácio de capital *Common Equity Tier* 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6	13,6	13,6
Rácio de capital *Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,0	15,6	14,9	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,4[3]	17,4	17,5	17,5

N/S – Não significativo

[1] Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

[2] Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de Outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, e 0,8 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE relativas aos compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, com efeitos a partir de janeiro de 2018.

[3] O termo "fully loaded" é definido como excluindo os regimes transitórios para fundos próprios introduzidos pela CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019. Os instrumentos de anterioridade são reconhecidos sob a regra de transição AT1 até ao final de 2021. No entanto, a partir de 2022, estes instrumentos deixarão de ser reconhecidos no capital regulamentar com base nos regulamentos CRR/CRD, em vigor a partir de 27 de junho de 2019 e que reduzirão o capital de Tier 2 "fully loaded" em 2,1 mil milhões de euros.

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD 31.12.2019	CRR/CRD 31.12.2018
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**55.857**	62.495
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(116)	(33)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	(12)	(12)
Lucros não distribuídos	(220)	(150)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	116	130
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**55.741**	62.462
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	837	846
Acumulação para cupões de dividendos e AT1[1]	0	(267)
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	0
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**56.579**	63.041
Ajustamentos de valor adicionais	(1.738)	(1.504)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(150)	(329)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	0
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(6.515)	(8.566)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.445)	(2.758)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(892)	(1.111)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.692)	(1.287)
Fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*)	**44.148**	47.486

[1] Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).
[2] Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,8 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018, 0,3 mil milhões de euros de montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas e 15 milhões de euros de participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição de instrumentos próprios da CET1.

Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD doze meses terminados 31.12.2019	CRR/CRD doze meses terminados 31.12.2018
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) – montante de abertura	**47.486**	50.808
Ações ordinárias, efeito líquido	0	0
Capital realizado adicional	253	327
Lucros não distribuídos	(6.873)	(662)
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	11	(6)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	155	(134)
Acumulação para cupões de dividendos e Tier 1 adicional (AT1) [1]	0	(267)
Ajustamentos de valor adicionais	(234)	(299)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	2.051	(1.850)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	1.632	(355)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	108	41
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	219	(211)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	(319)	0
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(341)	95
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) – montante de fecho	**44.148**	47.486
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	**7.604**	6.823
Novas emissões de capital *Tier 1* adicional elegíveis	0	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(1.210)	(1.008)
Regimes transitórios	0	1.730
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	0	1.679
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	3	59
Capital *Tier 1* adicional (AT1) – montante de fecho	**6.397**	7.604
Capital *Tier 1*	**50.546**	55.091
Capital *Tier 2* (T2) – montante de fecho	**5.957**	6.202
Total do capital regulamentar	**56.503**	61.292

[1] Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafectação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafectações entre segmentos.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão

							31.12.2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	48.633	69.507	66.925	4.873	13.155	17.967	221.060
Risco de liquidação	0	192	0	0	6	44	242
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	48	2.009	103	56	2.450	17	4.683
Risco de mercado	530	20.390	89	28	4.331	0	25.368
Risco operacional	7.312	26.525	8.325	4.570	25.931	0	72.662
Total	56.522	118.622	75.442	9.527	45.874	18.029	324.015

							31.12.2018
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	48.059	63.981	59.564	5.236	20.028	15.958	212.827
Risco de liquidação	0	2	0	0	37	47	86
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	33	3.363	195	111	4.254	40	7.997
Risco de mercado	438	24.923	89	0	12.085	0	37.535
Risco operacional	9.632	32.141	9.460	5.017	35.739	0	91.989
Total	58.162	124.410	69.308	10.365	72.144	16.045	350.432

Os nossos RWA foram de 324,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, face a 350,4 mil milhões de euros no final do exercício de 2018. A diminuição de 26,4 mil milhões de euros foi principalmente motivada pela redução dos RWA para risco operacional e de mercado, parcialmente compensada pelo aumento dos RWA para risco de crédito. A redução dos RWA para risco operacional em 19,3 mil milhões de euros foi principalmente motivada por aperfeiçoamento dos modelos, bem como melhores perfis de perdas internas e externas. A redução dos RWA para risco de mercado de 12,2 mil milhões de euros resultou principalmente da diminuição das exposições ao risco dentro das diferentes componentes decorrentes das atividades de redução do risco ao longo do ano. Além disso, os RWA de CVA diminuíram em 3,3 mil milhões de euros como resultado de alterações relacionadas com a metodologia e da diminuição da exposição ao risco. Os RWA para risco de crédito aumentaram em 8,2 mil milhões de euros com o crescimento dos negócios nos nossos negócios essenciais, bem como a introdução do IFRS 16 e movimentos relacionados com FX de 2,1 mil milhões de euros. Além disso, o aumento dos RWA para risco de crédito reflete atualizações metodológicas e regulamentares, juntamente com recalibrações de parâmetros.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e risco operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um rácio de capital de 8%.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	**212.827**	**17.026**	214.142	17.131
Dimensão da carteira	3.192	255	4.086	327
Qualidade da carteira	(4.700)	(376)	(3.314)	(265)
Atualizações do modelo	4.867	389	(1.357)	(109)
Metodologia e política	2.693	215	(976)	(78)
Aquisições e alienações	(300)	(24)	(1.653)	(132)
Variações cambiais	2.069	166	2.536	203
Outros	413	33	(637)	(51)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	**221.060**	**17.685**	212.827	17.026

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	**25.282**	**2.023**	33.924	2.714
Dimensão da carteira	(1.708)	(137)	(8.235)	(659)
Qualidade da carteira	(12)	(1)	104	8
Atualizações do modelo	318	25	(850)	(68)
Metodologia e política	(507)	(41)	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	326	26	339	27
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	**23.698**	**1.896**	25.282	2.023

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria “Dimensão da carteira”. A categoria “Qualidade da carteira” representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As “atualizações do modelo” incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção “Metodologia e política”. "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A aumento em RWA para risco de crédito de 3,9% ou 8,2 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2018 foi predominantemente motivado por alterações de metodologia e política, bem como alterações do modelo relacionado e a dimensão da carteira. A categoria "Metodologia e política" reflete principalmente o impacto da introdução de IFRS 16. A categoria "Atualizações do modelo" reflete o resultado da Revisão da Qualidade dos Ativos e aperfeiçoamentos dos nossos métodos de modelos de risco com base em atualizações regulamentares. O aumento na categoria “Dimensão da carteira” reflete o crescimento dos negócios nos nossos segmentos Core, em adição a um aumento resultante de variações cambiais. Estes aumentos foram parcialmente compensados pela categoria "Qualidade da carteira", que inclui reduções resultantes de recalibrações de parâmetros e melhorias de dados. Adicionalmente, a categoria "Aquisições e alienações" fornece a redução nos RWA de risco de crédito, os quais estão relacionados com a venda parcial do nosso negócio de venda a retalho em Portugal.

A diminuição do risco de crédito da contraparte é principalmente motivada pela cessação de negociações bem como por melhorias nos dados e garantias em vários negócios. Adicionalmente, a categoria "Metodologia e política" contribuiu para a diminuição global, a qual inclui o impacto de melhorias no tratamento contabilístico de derivados.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	**7.997**	**640**	6.451	516
Variações dos níveis de risco	(1.423)	(114)	(770)	(62)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	0	0	0	0
Atualizações do modelo	0	0	0	0
Metodologia e política	(1.891)	(151)	2.028	162
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	288	23
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	**4.683**	**374**	7.997	640

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: "Variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "Calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "Atualizações do modelo", que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; "Metodologia e política", que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria com essa designação.

Em 31 de dezembro de 2019, os RWA para CVA ascendiam a 4,7 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 3,3 mil milhões de euros (41%) face ao valor de 8,0 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2018. O decréscimo global foi impulsionado principalmente por mudanças de metodologia/política e pela redução do risco da carteira.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

							31.12.2019
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	5.368	16.426	10.068	0	5.673	37.535	3.003
Variações dos níveis de risco	(1.021)	(1.879)	(5.222)	0	(2.973)	(11.095)	(888)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(81)	0	0	0	(315)	(396)	(32)
Atualizações/alterações do modelo	7	(813)	22	0	0	(784)	(63)
Metodologia e política	0	0	0	0	120	120	10
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0	(11)	(11)	(1)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	4.273	13.734	4.868	0	2.493	25.368	2.029

							31.12.2018
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	CRM	Outros	Total de RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	4.380	10.896	9.871	56	5.763	30.966	2.477
Variações dos níveis de risco	799	4.562	1.174	(3)	903	7.435	595
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(51)	0	0	0	(165)	(215)	(17)
Atualizações/alterações do modelo	108	431	80	0	(200)	420	34
Metodologia e política	131	537	(1.057)	(53)	(500)	(941)	(75)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	(223)	(223)	(18)
Variações cambiais	0	0	0	0	94	94	8
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	5.368	16.426	10.068	0	5.673	37.535	3.003

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço (SVaR), requisitos de capital para riscos adicionais (IRC) e medida de risco global (CRM), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão, que estão incluídos na tabela sob a categoria "Outros". O cálculo do risco de mercado pelo método padrão, abrange titularizações de negociação e derivados de incumprimento n-ésimo, exposições a longevidade, Organismos de investimento coletivo e RWA para risco de mercado do Postbank.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria “Alterações e recalibrações dos dados de mercado”. As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria “Atualizações do modelo”. Na categoria “Metodologia e política” refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica “Aquisições e alienações”. Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2019, o RWA para o risco de mercado era de 25,4 mil milhões de euros, o qual diminuiu 12,2 mil milhões de euros (-32%) desde 31 de dezembro de 2018. A redução foi impulsionada pela categoria "Variações dos níveis de risco". A atividade de redução do risco, particularmente após a mudança de estratégia na segunda metade do ano, levou a níveis mais baixos de exposição que podem ser vistos em todas as componentes de Risco de Mercado. Os requisitos de capital para riscos adicionais apresentam a maior redução, parcialmente afetados por um nível elevado no final de dezembro de 2018, devido às exposições soberanas asiáticas que rapidamente foram abandonadas. Também foram observadas grandes reduções no valor em risco em situação de esforço e no componente padrão de risco de mercado para posições de titularização.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	**91.989**	**7.359**	91.610	7.329
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(8.185)	(655)	(2.847)	(228)
Evolução da perda esperada	1.747	140	5.407	433
Componente prospetiva de risco	1.879	150	484	39
Atualizações do modelo	(14.768)	(1.181)	(2.666)	(213)
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	**72.662**	**5.813**	91.989	7.359

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através das métricas de apetência de NFR e da classificação de RCA, focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição dos RWA globais em 19,3 mil milhões de euros foi motivada por vários efeitos de compensação. Uma redução na intensidade dos litígios por toda a indústria, bem como os níveis da provisão e das previsões jurídicas para o Deutsche Bank, inferiores a anos anteriores, levaram a um perfil de perdas mais ligeiro integrado no nosso modelo de capital. Estas alterações do perfil de perda (internas e externas) reduziram os nossos RWA para risco operacional em 8,2 mil milhões de euros.

Além disso, três fatores principais exigiram atualizações do modelo: novas regulamentações, como as Normas Técnicas de Regulamentação (RTS) da AMA, a redução do risco antes e durante a transformação do Grupo, bem como uma melhor captura do perfil de risco (incluindo a melhoria dos dados do modelo relacionados com o planeamento financeiro, o enquadramento da apetência pelo risco e as avaliações de risco e controlo). Estes resultaram numa diminuição global dos RWA de 14,8 mil milhões de euros. Especificamente, as atualizações do modelo alinharam as nossas perdas esperadas dedutíveis com AMA RTS e o planeamento financeiro mais granular, ajustaram nossa seleção de dados de perdas externas à reduzida pegada de negócios do Grupo e alinharam a aplicação do ajuste da inflação com o AMA RTS.

As diminuições descritas acima conduzem a uma redução relacionada das componentes de redução de capital, em particular a dedução das perdas esperadas e o componente prospetivo. A redução das perdas esperadas dedutíveis foi adicionalmente impulsionada por uma perspetiva positiva de desenvolvimento de perdas de risco operacional, levando a um aumento dos RWA de 1,7 mil milhões de euros. A componente prospetiva foi adicionalmente afetada negativamente por métricas de apetência pelo risco e pontuações de avaliação de risco ligeiramente mais fracas, resultando num aumento de 1,9 mil milhões de euros de RWA.

Capital económico

Adequação de capital económico

O nosso processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) visa manter a viabilidade do Deutsche Bank continuamente. Avaliamos a nossa adequação de capital interno de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela nossa procura de capital económico interno conforme indicado na tabela abaixo.

Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018
Componentes da oferta de capital económico		
Capital próprio dos acionistas	55.857	62.495
Participações minoritárias[1]	953	900
Acumulações de cupões AT1	(222)	(218)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(23)	(26)
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(127)	(304)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.738)	(1.504)
Ativos intangíveis	(7.029)	(9.141)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(1.254)	(3.090)
Défice para perda esperada	(259)	(367)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida[2]	(892)	(1.111)
Participações de instrumentos de capital Common Equity Tier 1	(0)	(11)
Outros ajustamentos[3]	(1.417)	(1.122)
Instrumentos de capital Tier 1 adicional[4]	3.732	4.675
Oferta de capital económico	**47.581**	51.176
Componentes da procura de capital económico		
Risco de crédito	10.757	10.610
Risco de mercado	11.767	10.341
Risco operacional	5.813	7.359
Risco de negócio	6.374	4.758
Vantagem de diversificação	(5.535)	(6.960)
Total de procura de capital económico	**29.176**	26.108
Rácio de adequação de capital económico	**163%**	196%

[1] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.
[2] Relatado como ativos líquidos (ativos menos passivos) de um fundo de pensões sobrefinanciadas.
[3] Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de Outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, e 0,8 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE relativas aos compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, com efeitos a partir de janeiro de 2018.
[4] A diminuição dos instrumentos de capital Tier 1 refletem a mudança de metodologia para eliminar gradualmente o seu reconhecimento na oferta de capital económico.

O rácio de adequação de capital económico era de 163% em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 196% em 31 de dezembro de 2018. A alteração no rácio deveu-se sobretudo a um aumento na procura de capital parcialmente compensada por uma diminuição na oferta de capital. Em 31 de dezembro de 2019, a oferta de capital económico diminuiu 3,6 mil milhões de euros, principalmente motivada por uma perda líquida de 5,4 mil milhões de euros atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e por componentes adicionais de capital próprio. O prejuízo líquido de 5,4 mil milhões de euros foi em grande parte atribuível a ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos relacionados com a transformação e a imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, os quais resultaram num contraefeito positivo compensado de 3,9 mil milhões de euros em termos de capital como os respetivos itens de dedução de goodwill e outros ativos intangíveis, numa redução de 2,1 mil milhões de euros, e de 1,8 mil milhões de euros em ativos por impostos diferidos. Uma diminuição adicional na nossa oferta de capital económico resultou de uma alteração metodológica no quarto trimestre de 2019 para eliminar gradualmente o reconhecimento de instrumentos de capital Tier 1 adicional no valor de 0,9 mil milhões de euros, de perdas de reavaliação relacionadas com planos de pensões de benefícios definidos no valor de 0,8 mil milhões de euros e de uma dedução de capital adicional de 0,4 mil milhões de euros relacionada com a revisão regular do BCE. No segundo trimestre de 2019, foram pagos os dividendos dos acionistas para o exercício de 2018 (0,11 euros por ação após a Assembleia Geral Anual) e o pagamento anual do cupão AT1, compensados pelos acréscimos correspondentes. O aumento na procura de capital deveu-se a uma procura de capital económico superior, conforme explicado na secção "Perfil de risco".

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo Deutsche Bank consolidado e são parte integrante da nossa estrutura de gestão de risco e capital.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Risco do Grupo (GRC).

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de 3% de rácio de alavancagem, com efeito a partir de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2022, será aplicado um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SIB aplicável. Espera-se atualmente que este requisito adicional seja igual a 0,75%.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem inclui derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição extrapatrimonial e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. As deduções de valores a receber pela margem de variação em numerário fornecida nas transações de derivados são apresentadas na exposição a derivados na tabela "Divulgação comum de rácio de alavancagem" abaixo. O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

A componente de transações de financiamento de títulos (SFT) inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. A tabela comum de divulgação do Rácio de alavancagem fornece o rácio de alavancagem numa base fully loaded e de fase com o Capital Tier 1 fully loaded e de fase, respetivamente, no numerador. Para obter mais detalhes sobre o Capital Tier 1, consulte também a secção "Composição do capital regulamentar, filtros prudenciais e itens de dedução" no capítulo "Fundos próprios" deste relatório.

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	**1.298**	1.348
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	(1)	0
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(188)	(140)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	6	14
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	103	99
Outros ajustamentos	(50)	(49)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	**1.168**	1.273

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018
Total de exposições a derivados	113	159
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	93	103
Total de exposições extrapatrimoniais	103	99
Outros ativos	869	925
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(10)	(13)
Rácio de capital *Tier 1 (fully loaded)*	48,7	52,1
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.168	1.273
Rácio de alavancagem (*fully loaded*, em %)	4,2	4,1
Capital *Tier 1* (inicial)	50,5	55,1
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.168	1.273
Rácio de alavancagem (inicial, em %)	4,3	4,3

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2019

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso rácio de alavancagem fully loaded era de 4,2%, em comparação com 4,1% em 31 de dezembro de 2018, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2019, um capital Tier 1 fully loaded de 48,7 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1168 mil milhões de euros (52,1 mil milhões de euros e 1273 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente).

O nosso rácio de alavancagem em conformidade com provisões transitórias era de 4,3% em 31 de dezembro de 2019 (4,3% em 31 de dezembro de 2018), calculado como capital Tier 1 em conformidade com regras transitórias de 50,5 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1168 mil milhões de euros (55,1 mil milhões de euros e 1273 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente).

Durante o ano de 2019, a nossa exposição de alavancagem diminuiu 105 mil milhões de euros, para 1168 mil milhões de euros. As exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT, mas incluindo os montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1) diminuíram 52 mil milhões de euros, refletindo a evolução do nosso balanço: os saldos de caixa e do banco central/interbancários diminuíram 50 mil milhões de euros, os ativos detidos para negociação não derivados diminuíram 44 mil milhões de euros e as liquidações pendentes foram inferiores em 8 mil milhões de euros. Esta situação foi parcialmente compensada por empréstimos que cresceram 29 mil milhões de euros e por restantes ativos que aumentaram 20 mil milhões de euros (relacionados, em grande medida, com uma transferência de reservas de liquidez de numerário para títulos, como parte da contínua otimização do financiamento do banco). Além disso, a exposição de alavancagem relacionada com derivados diminuiu em 46 mil milhões de euros (35 mil milhões de euros excluindo deduções de ativos a receber pela margem de variação em numerário fornecida em transações de derivados), principalmente devido a acréscimos inferiores de potenciais exposições futuras e valores nocionais efetivos de derivados de crédito vendidos, bem como maiores deduções de ativos a receber pela margem de variação em numerário fornecida em transações de derivados. Os itens relacionados com o SFT (títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e valores a receber de corretagem prime) diminuíram em 10 mil milhões de euros. As exposições extrapatrimoniais aumentaram em 3 mil milhões de euros.

A diminuição da exposição de alavancagem em 2019 incluiu um impacto cambial positivo de 17 mil milhões de euros, sobretudo devido à desvalorização do euro em relação ao dólar americano. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Fundos próprios" deste relatório.

Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL") e Capacidade total de absorção de perdas ("TLAC")

Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (“MREL”) foi introduzido através da regulamentação da União Europeia, a qual estabeleceu regras homogéneas e um procedimento homogéneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou "Regulamento MUR") e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou “BRRD”), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado caso a caso, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução (“CUR”). Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, regulamentação SRM, BRRD e uma regulamentação delegada definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

No segundo trimestre de 2018, o requisito de rácio de MREL vinculativo do Deutsche Bank AG numa base consolidada foi definido como 9,14% do total do passivo e fundos próprios (“TLOF”), aplicável imediatamente. O TLOF consiste principalmente no passivo total após a compensação de derivativos, mais os fundos próprios, ou seja, o capital regulamentar.

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR reviu o requisito obrigatório do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no último trimestre de 2019, aplicável imediatamente. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada foi reduzido para 8,58% do TLOF, dos quais 6,11% do TLOF têm agora de ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados como um requisito adicional.

Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (“TLAC”). O requisito de TLAC foi implementado com o pacote de reforma bancária através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 16% dos ativos ponderados pelo risco, mais os requisitos de amortecedor combinados e 6,00% da exposição de alavancagem para um período de transição até 31 de dezembro de 2021. A partir daí, o maior de 18% dos ativos ponderados pelo risco mais os requisitos de amortecedor combinados e 6,75% da exposição de alavancagem devem ser cumpridos.

Desenvolvimento do rácio de MREL

A 31 de dezembro de 2019, o TLOF era de 996 mil milhões de euros e o MREL disponível era de 115 mil milhões de euros, correspondendo a um rácio de 11,57%. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de MREL de 30 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL de 85 mil milhões de euros (ou seja, 8,58% do TLOF). 112 mil milhões de euros do nosso MREL disponível eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação de MREL de 11,28%, um amortecedor de 51 mil milhões de euros acima do nosso requisito de subordinação de 61 mil milhões de euros (ou seja, 6,11% do TLOF).

Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2019, o TLAC era de 112 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 34,7% (com base nos RWA) e 9,6% (com base na exposição de alavancagem). Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de TLAC de 42 mil milhões de euros acima da sua capacidade total de absorção de perdas, com o requisito mínimo de 70 mil milhões de euros (6,00% de exposição baseada na alavancagem).

Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019	31.12.2018
Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	44.148	47.486
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	6.397	7.604
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	5.957	6.202
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	16	745
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	5.973	6.947
Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL	**56.519**	62.037
Outros elementos do TLAC/MREL		
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	55.803	54.852
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	–
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	**112.322**	116.890
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)	**112.322**	116.890
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	2.856	1.020
Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	**115.178**	117.910
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	324.015	350.432
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.168.040	1.272.930
Total do passivo e fundos próprios após compensação prudencial (TLOF)	995.513	1.058.484
Rácio de TLAC[1]		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	34,67	N/S
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	20,58	N/S
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,62	N/S
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,00	N/S
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	45.639	N/S
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	42.239	N/S
Subordinação de MREL[1]		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do TLOF)	11,28	N/S
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do TLOF)	6,11	N/S
Excedente acima do requisito de subordinação de MREL	51.496	N/S
Rácio de MREL		
Rácio de MREL (como percentagem do TLOF)	11,57	11,14
Requisitos MREL (como percentagem dos TLOF)	8,58	9,14
Excedente de MREL acima do requisito	29.763	21.164

[1] Não existiam requisitos de divulgação em 31 de dezembro de 2018.

Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de uma quantidade suficiente de instrumentos elegíveis. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares (“fundos próprios”) e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado “passivo elegível”.

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital T2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos, os passivos de derivados e os instrumentos de dívida com derivados embutidos (por exemplo, as notas estruturadas) são geralmente excluídos. Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos novos requisitos de subordinação MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como “não preferenciais sénior” abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida “sénior não preferencial” emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das novas regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como “sénior não preferencial” ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões "sénior não preferencial" cumprem os novos critérios de subordinação TLAC e MREL.

Exposição ao risco de crédito

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no "Quadro do risco de crédito".

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2019					
			Aumentos de crédito			
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito[1]	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[2]	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado[3]						
Caixa e saldos do banco central	137.596	137.596	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.642	9.642	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	13.800	13.800	–	13.650	–	13.650
Títulos obtidos por empréstimo	428	428	–	303	–	303
Empréstimos	433.834	433.834	–	228.620	27.984	256.605
Outros ativos sujeitos a risco de crédito[4,5]	96.779	85.028	37.267	1.524	42	38.833
Total de ativos financeiros ao custo amortizado[3]	**692.079**	**680.328**	**37.267**	**244.098**	**28.026**	**309.392**
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados[6]						
Ativos detidos para negociação	93.369	–	–	1.480	861	2.340
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	–	262.326	48.608	134	311.068
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	84.359	–	853	69.645	259	70.757
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	53.366	–	853	51.659	0	52.512
Títulos obtidos por empréstimo	17.918	–	–	17.599	0	17.599
Empréstimos	3.174	–	–	290	259	550
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	7	–	–	0	0	0
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	**510.665**	**–**	**263.180**	**119.732**	**1.254**	**384.166**
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	45.503	45.503	0	1.622	1.267	2.889
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.415	1.415	–	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	4.874	4.874	–	1.622	1.267	2.889
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	**45.503**	**45.503**	**–**	**1.622**	**1.267**	**2.889**
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[7]	49.232	49.232	–	2.994	6.138	9.132
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[7]	211.440	209.986	–	15.217	4.984	20.202
Total de extrapatrimoniais	**260.672**	**259.218**	**–**	**18.211**	**11.122**	**29.333**
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.508.920**	**985.049**	**300.447**	**383.663**	**41.670**	**725.780**

[1] Não inclui crédito derivado nocional vendido (356.362 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.
[2] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[3] Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.
[4] Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos pelo justo valor através dos resultados.
[5] Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.
[6] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[7] Os números são refletidos nos valores nocionais.

			31.12.2018			
			Aumentos de crédito			
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito[1]	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[2]	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado[3]						
Caixa e saldos do banco central	188.736	188.736	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8.885	8.885	–	4	0	4
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.222	8.222	–	7.734	–	7.734
Títulos obtidos por empréstimo	3.396	3.396	–	0	–	0
Empréstimos	404.537	404.537	–	224.353	16.582	240.934
Outros ativos sujeitos a risco de crédito[4,5]	71.899	65.010	29.073	3.199	79	32.352
Total de ativos financeiros ao custo amortizado[3]	685.676	678.787	29.073	235.290	16.661	281.024
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados[6]						
Ativos detidos para negociação	96.966	–	–	677	155	831
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320.058	–	250.231	48.548	82	298.861
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	97.771	–	245	67.385	0	67.630
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	44.543	–	245	43.258	0	43.503
Títulos obtidos por empréstimo	24.210	–	–	24.003	0	24.003
Empréstimos	12.741	–	–	125	0	125
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	104	–	–	0	0	0
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	514.899	–	250.476	116.610	237	367.323
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	51.182	51.182	0	1.488	520	2.008
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.097	1.097	–	621	0	621
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	5.092	5.092	–	450	104	554
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	51.182	51.182	–	1.488	520	2.008
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[7]	51.605	51.605	–	3.375	5.291	8.666
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[7]	212.049	211.055	–	16.418	4.734	21.152
Total de extrapatrimoniais	263.654	262.659	–	19.793	10.025	29.818
Exposição máxima ao risco de crédito	1.515.410	992.628	279.550	373.181	27.443	680.173

[1] Não inclui crédito derivado nocional vendido (415.967 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido.
[2] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[3] Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito.
[4] Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos pelo justo valor através dos resultados.
[5] Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade.
[6] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[7] Os números são refletidos nos valores nocionais.

A diminuição global da exposição máxima ao risco de crédito para 31 de dezembro de 2019 é de 6,5 mil milhões de euros, principalmente motivada por uma diminuição de 51,1 mil milhões de euros em caixa e saldos do banco central e empréstimos obrigatórios pelo justo valor através de resultados de 9,6 mil milhões de euros, compensada por um aumento dos empréstimos pelo custo amortizado de 29,3 mil milhões de euros, títulos de dívida detidos para cobrança, parte de outros ativos de 19,1 mil milhões de euros, valor de mercado positivo de derivativos de 12,9 mil milhões de euros e recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos cedidos por empréstimo em todas as categorias de medição aplicáveis em 5,5 mil milhões de euros.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía, em 31 de dezembro de 2019, obrigações negociadas no valor de 80,7 mil milhões de euros (85,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), mais de 81% das quais com notação investment-grade (mais de 79% em 31 de dezembro de 2018).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito. Isto inclui os “empréstimos negociados” comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis.
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
- Os “derivados OTC” são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros pelo justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
- Os “títulos de dívida” incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados. Isto inclui as “obrigações negociadas”, que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais. Consequentemente, a exposição bruta de derivados OTC (antes da compensação e garantia em numerário) de 1,77 mil milhões de euros, a qual faz parte da classificação de "ativos detidos para venda", não está incluída na nossa principal exposição de crédito. Esta exposição está associada à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

31.12.2019

	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
em milhões de euros	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Corporate Bank	118.311	427	480	4.549	120.073	44.917	216
Investment Bank	75.145	10.091	1.597	174	51.701	2.005	13.506
Private Bank	229.746	(0)	7	0	35.550	1.996	262
Asset Management	57	0	0	0	121	10	2
Capital Release Unit	3.555	1.827	1.096	150	2.901	51	13.904
Corporate & Other	7.020	0	0	0	1.094	253	148
Total	433.834	12.346	3.181	4.874	211.440	49.232	28.039

31.12.2019

	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Corporate Bank	859	14	0	583	0	0	290.429
Investment Bank	2.242	83.039	543	7.842	68.199	0	316.085
Private Bank	4.019	18	2.951	4.082	0	0	278.632
Asset Management	0	556	0	0	0	0	746
Unidade de Libertação de Capital	61	1.440	9	521	3.085	0	28.601
Corporate & Other	17.119	4.767	35.712	1.201	0	1.415	68.728
Total	24.300	89.835	39.214	14.228	71.284	1.415	983.222

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 22,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.

31.12.2018

	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
em milhões de euros	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Corporate & Investment Bank	135.078	11.462	12.532	5.092	168.332	48.871	27.028
Private & Commercial Bank	269.175	0	209	0	43.331	2.638	353
Asset Management	68	0	0	0	117	14	0
Corporate & Other	216	0	0	0	269	81	37
Total	404.537	11.462	12.741	5.092	212.049	51.605	27.417

31.12.2018

	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Corporate & Investment Bank	579	88.451	1.032	11.348	64.684	0	574.488
Private & Commercial Bank	4.569	19	7.799	260	0	0	328.353
Asset Management	0	419	0	0	0	0	618
Corporate & Other	51	3.776	36.162	11	4.068	1.097	45.768
Total	5.199	92.664	44.993	11.618	68.752	1.097	949.227

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018.
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

Como parte da nossa ressegmentação em 2019, temos seis segmentos de negócio para 2019, quando comparados com os quatro segmentos em 2018. As exposições não são totalmente comparáveis nas linhas de divisões, devido à fragmentação dos segmentos de negócio dos anos anteriores e ao agrupamento de acordo com os novos requisitos estratégicos. A nossa exposição total do ano corrente em comparação com o ano anterior aumentou em 33,4 mil milhões de euros. De acordo com os novos segmentos, a comparação excluindo os derivados OTC indica um aumento de 3,5 mil milhões de euros no Private Bank, de 9,8 mil milhões de euros no Corporate Bank, de 35,6 mil milhões de euros no Investment Bank e de 22,3 mil milhões de euros em Corporate & Other, parcialmente compensado por uma diminuição de 37,9 mil milhões de euros na Unidade de Libertação de Capital.

– Numa perspetiva de divisão, os aumentos na exposição observam-se em todas as divisões. A categoria “Corporate & Other” consiste principalmente em exposições de tesouraria.
– Do ponto de vista do produto, foram observados fortes aumentos da exposição a empréstimos, títulos de dívida, acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, ao mesmo tempo que foi observada uma diminuição nos produtos extrapatrimoniais.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

31.12.2019

	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
em milhões de euros	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Agricultura, exploração florestal e pesca	676	0	0	0	874	39	1
Indústria mineira e de extração de minérios	2.537	274	135	80	4.606	1.223	22
Indústria	28.412	418	84	1.285	51.627	12.180	1.169
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.115	401	60	0	5.774	1.630	589
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	833	10	0	0	486	136	68
Construção	3.810	259	27	14	2.876	2.174	364
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20.990	624	97	858	12.669	5.087	306
Transporte e armazenamento	4.872	534	54	150	5.066	996	1.213
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.565	40	0	29	1.935	191	49
Informação e comunicação	5.783	434	1	358	14.460	2.640	919
Atividades financeiras e de seguros	90.962	4.015	2.521	936	57.295	19.036	17.286
Atividades imobiliárias	41.670	3.236	49	198	5.600	306	1.516
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.307	91	0	32	4.429	1.890	48
Atividades de serviços administrativos e de apoio	6.833	102	106	22	4.070	373	502
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.437	1.071	15	489	2.650	109	2.586
Educação	327	0	0	0	95	18	397
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.503	63	2	63	2.476	124	352
Artes, entretenimento e atividades de lazer	843	24	0	0	1.309	44	23
Outras atividades de serviços	4.677	707	24	358	3.428	733	130
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	196.680	45	5	2	29.713	301	324
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	3	0	0	0	3	4	176
Total	433.834	12.346	3.181	4.874	211.440	49.232	28.039

31.12.2019

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	4	0	0	0	0	1.593
Indústria mineira e de extração de minérios	115	369	7	0	0	0	9.369
Indústria	371	1.029	51	0	0	0	96.626
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	420	668	1	0	0	0	13.659
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	5	27	0	0	0	0	1.565
Construção	26	263	68	0	0	0	9.880
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	68	226	15	0	0	0	40.938
Transporte e armazenamento	194	431	47	0	0	0	13.557
Atividades de serviços de alojamento e restauração	21	33	0	0	0	0	4.863
Informação e comunicação	126	478	36	0	9	0	25.244
Atividades financeiras e de seguros	7.915	18.296	11.118	14.228	70.224	1.415	315.247
Atividades imobiliárias	387	2.327	81	0	0	0	55.371
Atividades profissionais, científicas e técnicas	10	194	10	0	0	0	14.009
Atividades de serviços administrativos e de apoio	59	133	3	0	0	0	12.203
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	12.492	59.381	24.814	0	948	0	110.992
Educação	0	194	0	0	0	0	1.032
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	461	0	0	0	0	7.044
Artes, entretenimento e atividades de lazer	55	125	0	0	0	0	2.423
Outras atividades de serviços	143	3.421	246	0	5	0	13.871
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	227.071
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1.893	1.772	2.718	0	96	0	6.665
Total	24.300	89.835	39.214	14.228	71.284	1.415	983.222

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 22 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.

31.12.2018

em milhões de euros	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Agricultura, exploração florestal e pesca	640	15	0	0	541	40	5
Indústria mineira e de extração de minérios	2.995	563	0	141	6.094	1.505	210
Indústria	28.342	786	7	1.831	45.296	11.985	1.378
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.210	284	57	3	4.908	1.563	452
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	867	28	0	0	399	155	181
Construção	3.902	495	0	25	3.638	2.089	338
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	20.293	488	215	875	14.380	5.058	317
Transporte e armazenamento	5.774	647	48	79	5.059	920	1.017
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.026	40	0	28	1.761	195	158
Informação e comunicação	4.372	505	29	374	17.277	2.061	793
Atividades financeiras e de seguros	77.628	3.530	11.845	882	62.739	22.191	17.415
Atividades imobiliárias	33.432	1.538	88	95	5.375	221	1.084
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.590	239	0	190	4.172	1.708	47
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.381	338	169	34	4.835	451	628
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8.917	1.160	203	472	978	48	2.088
Educação	698	1	0	0	76	18	362
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.483	104	0	31	1.862	124	239
Artes, entretenimento e atividades de lazer	859	71	0	21	873	38	13
Outras atividades de serviços	4.720	520	77	10	2.406	708	157
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	188.407	85	2	0	29.372	522	347
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	25	0	0	7	6	188
Total	404.537	11.462	12.741	5.092	212.049	51.605	27.417

31.12.2018

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	9	0	0	0	0	1.251
Indústria mineira e de extração de minérios	119	481	5	0	0	0	12.113
Indústria	472	1.245	47	0	0	0	91.389
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	374	631	45	0	0	0	11.527
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	5	36	0	0	0	0	1.670
Construção	35	585	59	0	0	0	11.165
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	87	224	1	0	0	0	41.938
Transporte e armazenamento	100	608	55	0	0	0	14.308
Atividades de serviços de alojamento e restauração	21	25	0	0	0	0	4.254
Informação e comunicação	168	724	505	0	0	0	26.810
Atividades financeiras e de seguros	2.771	18.102	16.219	10.668	66.949	1.097	312.035
Atividades imobiliárias	84	1.928	23	6	28	0	43.903
Atividades profissionais, científicas e técnicas	23	306	0	0	0	0	13.275
Atividades de serviços administrativos e de apoio	38	160	0	434	131	0	14.599
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	797	63.468	27.892	510	1.631	0	108.165
Educação	0	121	0	0	0	0	1.275
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	0	474	63	0	0	0	6.381
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	398	0	0	0	0	2.273
Outras atividades de serviços	43	2.691	26	0	13	0	11.371
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	218.735
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	62	448	54	0	0	0	790
Total	5.199	92.664	44.993	11.618	68.752	1.097	949.227

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018.
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

As tabelas acima fornecem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicação, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição de empréstimos familiares está principalmente associada às nossas carteiras do Private Bank.

Os nossos créditos imobiliários comerciais, sobretudo nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que serão mantidos os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, mas vende integralmente posições titularizadas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 8% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 8% em 31 de dezembro de 2018. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição ao crédito global no setor das Atividades financeiras e de seguros é composta principalmente por exposições “investment-grade”. Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 98,4 mil milhões de euros, os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra em todas as categorias de medição aplicáveis com um valor de 85,9 mil milhões de euros e as atividades de créditos com um valor de 57,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 estão integrados nas atividades financeiras e de seguros e principalmente associados às carteiras do Investment Bank e do Private Bank e são detidos na sua maioria nas regiões da Europa e América do Norte.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

31.12.2019

	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
em milhões de euros	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Europa	307.871	4.469	2.435	1.778	114.586	29.836	18.964
Dos quais:							
Alemanha	214.155	316	5	245	65.468	12.078	1.572
Reino Unido	7.927	607	373	230	7.960	2.587	6.337
França	3.106	70	0	209	5.905	1.322	1.264
Luxemburgo	8.320	1.193	1.084	46	4.374	652	859
Itália	22.347	298	109	0	3.127	3.721	1.389
Países Baixos	9.679	83	162	457	9.015	1.805	2.123
Espanha	17.265	257	54	59	2.262	3.246	916
Irlanda	4.783	157	280	124	2.241	172	545
Suíça	6.818	30	85	262	5.880	2.213	194
Polónia	2.771	0	5	0	316	130	60
Bélgica	1.347	0	0	67	1.773	421	285
Outros países da Europa	9.352	1.458	279	78	6.267	1.489	3.420
América do Norte	79.522	4.543	483	2.155	88.260	8.332	6.628
Dos quais:							
EUA	66.991	3.891	389	2.016	83.894	7.842	4.943
Ilhas Caimão	3.560	318	30	0	764	20	481
Canadá	1.155	23	0	116	2.230	81	1.007
Outros países da América do Norte	7.816	310	64	22	1.371	389	197
Ásia e Pacífico	39.584	1.780	248	820	6.962	9.652	1.946
Dos quais:							
Japão	1.752	16	0	112	599	333	405
Austrália	1.577	320	63	0	1.587	104	357
Índia	7.717	126	149	0	646	2.392	128
China	4.816	38	0	45	725	1.503	308
Singapura	5.722	185	37	30	761	833	210
Hong Kong	4.315	380	0	18	1.182	628	146
Outros países da Ásia e Pacífico	13.685	714	0	614	1.461	3.860	392
Outras áreas geográficas	6.857	1.554	14	122	1.632	1.412	501
Total	433.834	12.346	3.181	4.874	211.440	49.232	28.039

31.12.2019

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Europa	11.267	37.936	24.791	7.884	15.046	390	577.251
Dos quais:							
Alemanha	3.986	5.353	6.864	4.488	661	28	315.219
Reino Unido	2.647	9.712	2.273	604	6.522	0	47.778
França	705	4.714	6.302	319	2.748	0	26.664
Luxemburgo	969	3.094	3.099	121	861	0	24.673
Itália	288	5.388	916	144	679	0	38.406
Países Baixos	726	2.051	584	297	100	0	27.082
Espanha	139	2.010	513	1.082	501	0	28.303
Irlanda	636	1.321	19	0	1.140	0	11.418
Suíça	51	679	101	0	69	0	16.382
Polónia	0	30	1.988	0	0	0	5.301
Bélgica	204	854	577	0	0	0	5.528
Outros países da Europa	917	2.730	1.554	829	1.765	362	30.499
América do Norte	9.985	31.654	8.325	3.140	42.038	0	285.065
Dos quais:							
EUA	9.574	30.600	7.718	1.750	19.661	0	239.267
Ilhas Caimão	393	509	9	1.293	22.132	0	29.510
Canadá	0	277	599	0	240	0	5.730
Outros países da América do Norte	18	268	0	97	5	0	10.558
Ásia e Pacífico	3.048	18.130	5.471	3.114	13.980	659	105.394
Dos quais:							
Japão	69	2.582	9	173	9.451	0	15.500
Austrália	1.906	3.867	653	155	331	94	11.014
Índia	656	1.862	1.998	0	202	306	16.182
China	0	1.345	0	0	983	0	9.763
Singapura	11	1.305	874	0	290	0	10.260
Hong Kong	224	517	287	0	1	0	7.699
Outros países da Ásia e Pacífico	182	6.653	1.649	2.786	2.721	258	34.977
Outras áreas geográficas	0	2.115	627	90	220	367	15.512
Total	24.300	89.835	39.214	14.228	71.284	1.415	983.222

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 22 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2019.

31.12.2018

em milhões de euros	Empréstimos				Extrapatrimoniais		Derivados OTC
	ao custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Europa	293.979	3.829	9.905	1.785	111.675	31.174	16.390
Dos quais:							
Alemanha	207.429	497	304	390	61.587	12.193	1.403
Reino Unido	5.553	671	1.331	278	7.304	3.127	5.766
França	2.415	123	212	81	5.025	2.460	826
Luxemburgo	7.543	533	6.920	41	6.682	875	933
Itália	21.363	373	99	0	3.417	3.416	1.174
Países Baixos	7.968	125	41	384	9.384	1.470	1.984
Espanha	16.729	320	57	67	2.507	3.167	931
Irlanda	5.792	230	324	166	3.430	153	772
Suíça	5.960	31	127	208	3.996	2.419	251
Polónia	3.135	0	5	0	301	132	53
Bélgica	988	2	53	84	1.986	395	264
Outros países da Europa	9.104	924	431	85	6.057	1.366	2.033
América do Norte	65.716	4.383	2.365	2.311	91.672	9.274	8.011
Dos quais:							
EUA	53.195	4.036	2.358	2.209	85.445	8.797	6.196
Ilhas Caimão	2.562	55	7	0	2.151	17	756
Canadá	2.181	48	0	102	2.649	76	828
Outros países da América do Norte	7.778	244	0	0	1.427	384	232
Ásia e Pacífico	38.176	1.794	471	863	7.052	9.591	2.391
Dos quais:							
Japão	1.682	37	0	123	334	236	362
Austrália	1.224	177	417	11	2.016	135	358
Índia	7.355	188	18	3	782	2.061	115
China	4.530	60	0	18	346	1.101	399
Singapura	6.136	238	0	109	1.063	992	192
Hong Kong	4.026	203	0	17	1.023	586	138
Outros países da Ásia e Pacífico	13.223	893	37	582	1.489	4.480	827
Outras áreas geográficas	6.667	1.456	0	132	1.651	1.566	625
Total	404.537	11.462	12.741	5.092	212.049	51.605	27.417

31.12.2018

em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
	ao custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado[8]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[9]	
Europa	4.467	36.459	24.922	4.394	14.342	316	553.638
Dos quais:							
Alemanha	1.443	6.685	9.597	925	899	2	303.352
Reino Unido	182	14.552	2.499	966	4.379	0	46.608
França	714	3.061	1.559	0	3.681	0	20.157
Luxemburgo	167	1.332	3.474	89	1.206	0	29.796
Itália	249	2.707	1.146	578	1.040	0	35.563
Países Baixos	592	1.785	1.219	0	179	0	25.130
Espanha	168	2.146	504	379	529	0	27.504
Irlanda	91	920	215	0	1.277	0	13.370
Suíça	40	560	119	112	316	0	14.139
Polónia	0	130	2.387	0	0	0	6.144
Bélgica	139	542	481	0	0	0	4.935
Outros países da Europa	682	2.038	1.724	1.344	836	315	26.938
América do Norte	237	34.356	14.491	1.942	45.548	0	280.306
Dos quais:							
EUA	220	33.112	13.915	1.275	30.428	0	241.186
Ilhas Caimão	0	631	9	655	14.094	0	20.937
Canadá	0	419	556	0	847	0	7.707
Outros países da América do Norte	17	194	10	12	178	0	10.476
Ásia e Pacífico	495	19.343	5.037	4.567	8.625	226	98.632
Dos quais:							
Japão	63	3.142	8	2.752	5.808	0	14.545
Austrália	0	3.977	510	19	523	0	9.366
Índia	267	2.172	1.849	0	79	61	14.948
China	0	2.124	0	0	614	0	9.192
Singapura	114	1.403	671	0	325	0	11.242
Hong Kong	0	520	222	0	11	0	6.746
Outros países da Ásia e Pacífico	51	6.006	1.777	1.797	1.266	165	32.594
Outras áreas geográficas	0	2.506	543	714	237	555	16.651
Total	5.199	92.664	44.993	11.618	68.752	1.097	949.227

[1] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[2] Inclui empréstimos da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018.
[3] Inclui um montante de exposição de extrapatrimoniais na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de 599 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 ao custo amortizado no montante de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[6] Inclui títulos de dívida da fase 3 e POCI na fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos comprados com acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[8] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 ao custo amortizado no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.
[9] Inclui acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra na Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de 0 euros em 31 de dezembro de 2018.

As tabelas supra conferem uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consulte também a secção “Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro” deste relatório para uma discussão detalhada da “perspetiva por país de domicílio”.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Na tabela seguinte apresenta-se determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano.

Na nossa "perspetiva por país de domicílio", agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de *swaps* de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

A tabela seguinte, que se baseia na perspetiva por país de domicílio, apresenta a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada/contingente e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda as provisões para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total	
em milhões de euros	31 de dezembro, 2019	31 de dezembro, 2018	31 de dezembro, 2019	31 de dezembro, 2018	31 de dezembro, 2019	31 de dezembro, 2018	31 de dezembro, 2019	31 de dezembro, 2018	31 de dezembro, 2019	31 de dezembro, 2018	31 de dezembro, 2019[1]	31 de dezembro, 2018
Grécia												
Bruto	437	53	1.342	821	464	406	4	5	0	1	2.248	1.286
Não utilizado/contingente	0	0	42	35	7	4	1	1	0	0	51	41
Líquido	437	35	323	277	14	(5)	2	2	0	1	776	311
Irlanda												
Bruto	302	418	1.280	662	7.256	9.016	26	26	3.501	3.875[2]	12.364	13.998
Não utilizado/contingente	0	0	16	23	2.439	3.279	2	1	531	802[2]	2.988	4.105
Líquido	270	339	649	198	4.156	6.186	6	6	3.397	3.777[2]	8.478	10.506
Itália												
Bruto	6.260	3.628	3.805	3.188	13.331	11.893	18.451	18.449	95	264	41.941	37.422
Não utilizado/contingente	0	1	38	34	5.384	5.211	1.733	1.790	0	0	7.154	7.035
Líquido	5.341	2.538	487	634	8.209	7.864	10.715	9.997	95	264	24.848	21.296
Portugal												
Bruto	228	(204)	84	64	860	888	11	14	208	27	1.390	789
Não utilizado/contingente	0	0	26	32	342	382	2	5	0	0	370	419
Líquido	281	(122)	85	61	638	832	4	7	208	27	1.217	805
Espanha												
Bruto	1.226	1.779	1.513	1.575	12.942	12.597	9.948	9.990	258	167	25.888	26.108
Não utilizado/contingente	0	0	112	184	4.611	4.890	523	533	3	18	5.249	5.625
Líquido	1.191	1.766	467	910	8.514	10.257	2.536	2.668	310	256	13.019	15.857
Total bruta	**8.452**	5.674	**8.023**	6.310	**34.853**	34.800	**28.440**	28.484	**4.063**	4.335	**83.832**	79.603
Total não utilizado/contingente	**1**	1	**233**	307	**12.783**	13.767	**2.260**	2.331	**534**	819	**15.811**	17.225
Total líquido[3]	**7.521**	4.555	**2.011**	2.080	**21.532**	25.134	**13.264**	12.680	**4.010**	4.325	**48.338**	48.775

[1] Cerca de 72% da exposição total em 31 de dezembro de 2019 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.
[2] Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.
[3] A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 49,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 86,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

A exposição líquida aos países da área do euro acima selecionados registou uma diminuição de 437 milhões de euros em 2019, devido, em larga medida, a uma diminuição na exposição na Espanha e Irlanda, parcialmente compensada por uma diminuição em Itália.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

	31.12.2019				31.12.2018			
em milhões de euros	Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria: Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS[2]	Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria: Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS[2]
Grécia	437	0	437	0	53	(18)	35	0
Irlanda	265	4	270	2	334	5	339	(0)
Itália	6.170	(828)	5.341	334	3.627	(1.089)	2.538	58
Portugal	228	54	281	6	(204)	82	(122)	5
Espanha	1.222	(31)	1.191	112	1.773	(8)	1.766	27
Total	**8.322**	**(801)**	**7.521**	**454**	5.583	(1.028)	4.555	90

[1] Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados e empréstimos ao custo amortizado. A exposição soberana direta é líquida de garantias recebidas e de garantias.
[2] Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos swaps de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito de contraparte.

O aumento de 3,0 mil milhões de euros na exposição soberana líquida face ao final do exercício de 2018 reflete em grande parte aumentos nos títulos de dívida em Itália associados à carteira do Investment Bank.

Classificação da exposição ao crédito

Na secção abaixo, apresentamos a exposição de crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. A classificação é apresentada nos principais produtos, como empréstimos, extrapatrimoniais, derivativos, títulos de dívida e operações de recompra inversa.

Após a ressegmentação do negócio em 2019, ocorreu uma cisão nas divisões da antiga divisão do grupo Corporate e Investment Bank, e tais negócios foram agrupados separadamente nas novas divisões do Corporate Bank e do grupo Investment Bank. Desta forma, os saldos entre o ano em curso para o Corporate Bank e o Investment Bank e o ano anterior para o Corporate e Investment Bank não são totalmente comparáveis. Para obter mais informações, consulte as "Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio" fornecidas anteriormente nesta secção.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								31.12.2019 Derivados OTC
		Empréstimos				Extrapatrimoniais		
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[2]
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	18.508	184	20	237	23.850	3.364	3.234
iA	> 0,04 ≤ 0,11	31.859	868	599	754	45.040	11.706	4.144
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	58.139	1.380	234	2.447	55.361	22.441	3.199
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	47.505	4.595	643	1.002	26.160	4.642	2.261
iB	> 2,27 ≤ 10,22	25.967	2.525	275	283	17.913	3.207	844
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	11.477	967	305	2	3.450	1.563	40
Total		193.456	10.519	2.077	4.724	171.774	46.922	13.722

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								31.12.2019
		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.422	48.992	0	847	30.382	–	131.040
iA	> 0,04 ≤ 0,11	392	5.864	8	1.522	8.745	–	111.501
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	366	11.414	76	408	7.320	–	162.785
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	373	14.525	233	3.265	20.498	–	125.701
iB	> 2,27 ≤ 10,22	449	1.700	225	1.344	1.101	–	55.833
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	99	558	0	1.039	153	–	19.654
Total		3.102	83.053	543	8.425	68.199	–	606.514

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.
[2] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)								31 de dez. de 2019[1] Derivados OTC
		Empréstimos				Extrapatrimoniais		
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12.575	184	20	237	22.566	2.535	2.840
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25.249	318	190	754	43.953	9.814	3.098
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	33.115	751	234	1.489	52.334	19.470	3.005
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	21.734	2.305	408	600	23.497	4.071	2.089
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.610	287	52	175	16.348	2.104	821
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.053	543	204	2	3.066	1.115	40
Total		103.336	4.388	1.109	3.257	161.764	39.108	11.893

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31 de dez. de 2019[1]						
		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.422	48.992	0	2	1.169	–	92.540
iA	> 0,04 ≤ 0,11	392	5.864	8	0	13	–	89.653
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	366	11.414	76	6	100	–	122.362
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	220	14.152	225	90	12	–	69.402
iB	> 2,27 ≤ 10,22	443	1.672	229	0	0	–	28.742
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	96	523	0	439	0	–	10.081
Total		2.939	82.618	538	537	1.293	–	412.781

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS.
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2018, por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31.12.2018						
					Empréstimos	Extrapatrimoniais		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[2]
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12.632	25	7.879	164	20.043	4.398	9.926
iA	> 0,04 ≤ 0,11	29.455	266	518	775	44.927	10.104	7.113
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	29.761	1.061	519	2.734	54.477	23.743	5.789
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	31.393	5.384	1.587	1.333	27.754	5.888	3.006
iB	> 2,27 ≤ 10,22	19.828	3.522	1.665	84	16.263	3.504	996
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	12.009	1.204	364	1	4.868	1.234	197
Total		135.078	11.462	12.532	5.092	168.332	48.871	27.028

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31.12.2018						
		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	87	54.365	8	2.929	33.339	–	145.795
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38	6.885	122	1.279	9.967	–	111.448
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	112	8.686	114	275	6.190	–	133.459
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	189	16.657	639	3.775	14.236	–	111.841
iB	> 2,27 ≤ 10,22	105	1.365	149	2.704	891	–	51.078
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	49	492	0	387	61	–	20.867
Total		579	88.451	1.032	11.348	64.684	–	574.488

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.
[2] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31 de dezembro de 2018[1]						
					Empréstimos	Extrapatrimoniais		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	10.064	25	7.755	164	18.804	3.872	3.890
iA	> 0,04 ≤ 0,11	25.535	266	518	775	43.491	8.444	3.292
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	22.151	729	518	2.641	52.159	21.321	3.637
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	18.076	4.066	1.018	1.302	26.568	4.630	2.351
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.434	2.880	655	9	15.083	2.262	776
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	3.571	1.049	364	1	4.172	701	69
Total		85.831	9.014	10.828	4.892	160.277	41.229	14.015

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		31 de dezembro de 2018[1]						
		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	87	54.365	8	1.863	359	–	101.256
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38	6.885	122	51	269	–	89.686
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	112	8.686	114	115	112	–	112.294
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	132	16.519	640	1.331	602	–	77.236
iB	> 2,27 ≤ 10,22	105	1.365	150	0	25	–	29.742
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	49	492	0	367	0	–	10.837
Total		523	88.313	1.033	3.728	1.367	–	421.050

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

Redução do risco pelo SCL relativamente à exposição ao crédito

A nossa Estratégia de Empréstimos a Empresas (Strategic Corporate Lending – SCL) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 31,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, para 31,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

No fim do exercício de 2019, o SCL reduziu o risco de crédito de 30,3 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 30,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor nocional subjacente de mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. A posição totalizava 0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados pelo justo valor.

Exposição ao crédito do Private Bank

Devido à ressegmentação em 2019, os saldos entre o ano corrente para o Private Bank (PB) e o ano anterior para o Private and Commercial Bank (PCB) não são totalmente comparáveis. Para obter mais informações, consulte as "Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio" fornecidas anteriormente nesta secção.

Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito da Fase 3 e custos de crédito líquidos

	31.12.2019			
	Exposição total em milhões de euros	dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros	Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros	Custos de crédito líquidos em % da exposição total[1]
PB Germany (excl. WM)[2]	190.038	153.954	2.289	0,08%
Financiamento ao consumo	31.130	15.913	914	0,53%
Hipotecas	144.455	135.164	1.343	(0,01%)
Finanças empresariais	1.576	926	17	0,08%
Mercados financeiros	12.984	2.121	14	(0,02%)
Outros[3]	(107)	(170)	2	(0,19%)
PCB International	36.660	32.467	1.586	0,48%
Financiamento ao consumo	11.693	9.020	243	0,67%
Hipotecas	14.413	14.334	682	(0,17%)
Finanças empresariais	9.821	9.059	660	1,24%
Outros	734	54	1	(0,03%)
Wealth Management	51.934	43.333	1.038	0,02%
Total	**278.632**	**229.754**	**4.913**	**0,12%**

[1] Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.
[2] incluindo a Digital Ventures.
[3] O total tem pequenas pausas de reconciliação, principalmente motivadas por algumas posições menores como a contabilidade de cobertura, etc.

Exposição ao crédito do Private and Commercial Bank (PCB), exposição ao crédito da Fase 3 e custos de crédito líquidos

	31.12.2018			
	Exposição total em milhões de euros	dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros	Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros	Custos de crédito líquidos em % da exposição total[1]
PCB Germany (excl. WM)	242.277	195.435	2.737	0,09%
Financiamento ao consumo	33.392	16.029	905	0,66%
Hipotecas	153.040	143.985	1.397	(0,01%)
Finanças empresariais	28.039	20.582	357	0,14%
Hipotecas comerciais	10.102	9.660	67	(0,09%)
Mercados financeiros	17.099	4.574	10	(0,01%)
Outros	605	605	0	0%
PCC International	38.598	34.119	1.825	0,44%
Financiamento ao consumo	11.056	8.342	381	0,86%
Hipotecas	17.419	17.333	835	0%
Finanças empresariais	9.119	8.400	608	0,82%
Outros	1.005	44	2	0%
Wealth Management	47.479	39.830	853	0,02%
Exposição total de crédito do PCB	328.353	269.384	5.415	0,12%

[1] Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante clientes máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio, mas também propriedades adquiridas para arrendamento e propriedades comerciais) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de médio risco.

As finanças empresariais representam produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes de menor dimensão, com um volume de negócios inferior a 2,5 milhões de euros, estão limitados a contas correntes e a empréstimos. Os clientes encontram-se principalmente na Alemanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa. Os devedores de clientes de factoring podem estar localizados um pouco por todo o mundo. A respetiva exposição ao crédito é geralmente segurada através de garantias Hermes ou seguros para trocas comerciais.

O negócio das hipotecas comerciais consiste no financiamento de propriedades comerciais, principalmente propriedades de escritórios, lojas de retalho, hotéis e propriedades residenciais. O financiamento é realizado através de SPV, através de fundos de investimento ou diretamente. O foco principal são as localizações com propriedades de excelência, principalmente na Europa Ocidental, sendo que o mercado principal se encontra na Alemanha.

Os mercados financeiros representam investimentos de tesouraria em instituições corporativas, bancos e instituições financeiras, bem como governos soberanos. Os produtos são, na sua maioria, obrigações cobertas e não cobertas, e na exposição de empréstimos a maioria representa o Bundesbank, bem como empréstimos a governos regionais da Alemanha e instituições públicas.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas

na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do PB[1]

	31.12.2019
≤ 50%	67%
> 50 ≤ 70%	16%
> 70 ≤ 90%	9%
> 90 ≤ 100%	3%
> 100 ≤ 110%	2%
> 110 ≤ 130%	2%
> 130%	1%

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

A tabela abaixo apresenta a exposição ao financiamento hipotecário ao Private and Commercial Bank (PCB), agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV) para 2018.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do PCB[1]

	31.12.2018
≤ 50%	67%
> 50 ≤ 70%	16%
> 70 ≤ 90%	9%
> 90 ≤ 100%	3%
> 100 ≤ 110%	2%
> 110 ≤ 130%	2%
> 130%	1%

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2019, 67% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, inalterado face ao exercício anterior.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo dos mesmos, normas de conduta comercial e margem e capital para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps ou principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC introduziram, em 2013, uma compensação obrigatória de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados. Todas as outras entidades abrangidas seguiram os requisitos de margem de variação a partir de 1 de março de 2017. O Deutsche Bank implementou adicionalmente a troca de margem inicial pelas segunda e terceira categorias de contrapartes a partir de setembro de 2017, setembro de 2018 e setembro de 2019, respetivamente. Os requisitos de margem inicial estão sujeitos a um calendário de implementação faseada, que será aplicado na íntegra até setembro de 2020.

A CFTC adotou regulamentações finais em 2016 que exigem que swaps de taxa de juro adicionais sejam compensados num calendário de implementação faseada até outubro de 2018. O Deutsche Bank implementou os requisitos de compensação ampliados da CFTC para os swaps de taxa de juro relevantes sujeitos ao calendário de cumprimento faseado, que abrange os instrumentos identificados denominados em AUD, CAD, CHF, HKD, MXN, NOK, PLN, SEK e SGD. Em janeiro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC voltou a propor regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes. Em dezembro de 2019, o CFTC emitiu uma proposta sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, com base na orientação transfronteiriça do CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Estas regras ainda não foram finalizadas. A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte, capital, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta comercial e requisitos de reconhecimento e verificação do mercado para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A SEC adotou em dezembro de 2019 orientações complementares e alterações de regras que incidem na aplicação transfronteiriça de determinadas regras que regulamentam os swaps baseados em valores mobiliários, as quais também estabelecem um prazo fixo para o registo de corretores de swaps baseados em valores mobiliários (SBS). A data de cumprimento para o Deutsche Bank se registar na SEC como um corretor de swaps baseados em valores mobiliários será 6 de outubro de 2021.

Por fim, os reguladores prudenciais dos Estados Unidos (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps e swaps baseados em valores mobiliários não compensados entre corretores de swaps sem regulação prudencial e determinadas contrapartes, bem como a CFTC adotou regulamentações finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados entre corretores de swaps sem regulação prudencial e determinadas contrapartes. As regulamentações finais relativas a margens não compensadas seguem um calendário de implementação faseada, com determinados requisitos de margem inicial e de variação em vigor desde setembro de 2016 e requisitos de variação de margem adicionais em vigor desde 1 de março de 2017 para todas as contrapartes abrangidas. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivados não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores são implementados de forma faseada, anualmente, de setembro de 2017 a setembro de 2020, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas. As agências reguladoras dos EUA propuseram o adiamento da data inicial de cumprimento da margem até setembro de 2021 para alguns corretores de swaps com níveis mais baixos de volume transacional. A SEC também estabeleceu requisitos de margem para swaps baseados em valores mobiliários não compensados.

A tabela a seguir mostra uma discriminação dos valores nocionais e valor de mercado bruto de transações de derivados juntamente com uma discriminação dos valores nocionais de ativos e passivos com derivados OTC tendo por base o canal de aprovação.

Valores nocionais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31.12.2019

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nocional				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	11.116.114	8.622.042	5.377.422	25.115.579	244.738	226.854	17.884
Bilateral (Amt)	2.453.120	2.496.053	1.757.652	6.706.825	200.701	184.611	16.090
CCP (Amt)	8.662.994	6.125.989	3.619.770	18.408.754	44.037	42.243	1.794
Produtos negociados em bolsa	4.050.938	1.142.410	372	5.193.720	631	590	42
Total relacionadas com taxas de juro	15.167.052	9.764.453	5.377.794	30.309.299	245.369	227.444	17.925
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.345.697	913.352	431.769	5.690.818	70.947	67.033	3.914
Bilateral (Amt)	4.250.460	912.881	431.769	5.595.110	70.524	66.543	3.981
CCP (Amt)	95.237	471	0	95.708	423	490	(67)
Produtos negociados em bolsa	17.169	0	0	17.169	3	22	(19)
Total relacionadas com câmbios	4.362.866	913.352	431.769	5.707.987	70.949	67.055	3.894
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	98.330	56.328	7.985	162.642	6.478	8.607	(2.129)
Bilateral (Amt)	98.330	56.328	7.985	162.642	6.478	8.607	(2.129)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	183.700	37.390	5.884	226.974	1.883	2.252	(368)
Total relacionadas com ações/índices	282.030	93.718	13.869	389.617	8.362	10.859	(2.497)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	102.131	558.757	82.345	743.233	10.245	11.229	(984)
Bilateral (Amt)	38.651	157.306	35.102	231.058	2.062	2.667	(605)
CCP (Amt)	63.480	401.452	47.243	512.175	8.183	8.562	(379)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	102.131	558.757	82.345	743.233	10.245	11.229	(984)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	2.743	5.640	1.194	9.577	20	501	(481)
Bilateral (Amt)	2.743	5.640	1.194	9.577	18	495	(477)
CCP (Amt)	0	0	0	0	2	6	(4)
Produtos negociados em bolsa	18.502	570	7	19.080	30	36	(5)
Total relacionadas com matérias-primas	21.246	6.210	1.201	28.657	51	537	(486)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	45.811	2.530	109	48.449	666	706	(40)
Bilateral (Amt)	45.811	2.530	109	48.449	666	706	(40)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	31.868	153	0	32.020	70	107	(37)
Total Outras	77.678	2.682	109	80.470	736	813	(77)
Total negócio mercado de balcão	15.710.826	10.158.649	5.900.824	31.770.299	333.094	314.930	18.164
Negócio bilateral total	6.889.114	3.630.737	2.233.811	12.753.662	280.449	263.628	16.820
Negócio CCP total	8.821.711	6.527.912	3.667.013	19.016.636	52.645	51.302	1.343
Total negócio em bolsa	4.302.177	1.180.523	6.263	5.488.963	2.617	3.006	(389)
Total	20.013.003	11.339.172	5.907.087	37.259.262	335.711	317.936	17.775
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	–	–	–	–	28.615	–	–

A exposição bruta de derivados OTC antes da compensação e garantia em numerário de 1,77 mil milhões de euros, a qual faz parte da classificação de "ativos detidos para venda", não está incluída na nossa divulgação da exposição de crédito de derivados. Esta exposição está associada à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Para mais informações, consulte a Nota 22, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

31.12.2018

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nocional: Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	12.741.035	9.791.856	5.605.269	28.138.160	202.480	181.453	21.028
Bilateral (Amt)	2.511.405	2.706.991	1.871.607	7.090.004	176.248	156.339	19.909
CCP (Amt)	10.229.630	7.084.865	3.733.661	21.048.156	26.233	25.114	1.119
Produtos negociados em bolsa	5.643.533	1.813.582	367	7.457.483	560	357	203
Total relacionadas com taxas de juro	18.384.569	11.605.439	5.605.636	35.595.643	203.040	181.809	21.231
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.277.488	1.063.548	440.037	5.781.073	85.221	81.555	3.666
Bilateral (Amt)	4.217.941	1.063.386	440.037	5.721.364	84.592	80.765	3.827
CCP (Amt)	59.547	162	0	59.709	629	790	(161)
Produtos negociados em bolsa	23.137	0	0	23.137	5	7	(2)
Total relacionadas com câmbios	4.300.625	1.063.548	440.037	5.804.211	85.226	81.562	3.664
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	265.587	145.152	16.391	427.130	15.645	19.925	(4.280)
Bilateral (Amt)	265.587	145.152	16.391	427.130	15.645	19.925	(4.280)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	605.254	110.450	10.974	726.678	10.407	9.969	438
Total relacionadas com ações/índices	870.841	255.602	27.365	1.153.808	26.052	29.894	(3.843)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	115.256	615.668	123.651	854.575	8.197	8.382	(184)
Bilateral (Amt)	71.996	175.015	49.365	296.375	3.138	3.142	(3)
CCP (Amt)	43.260	440.653	74.287	558.200	5.059	5.240	(181)
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	115.256	615.668	123.651	854.575	8.197	8.382	(184)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	5.028	1.015	1.432	7.476	99	1.090	(991)
Bilateral (Amt)	5.028	1.015	1.432	7.476	99	1.090	(991)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	22.727	1.333	0	24.060	246	289	(43)
Total relacionadas com matérias-primas	27.755	2.348	1.432	31.535	345	1.379	(1.034)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	11.854	2.555	86	14.494	213	337	(124)
Bilateral (Amt)	11.853	2.555	86	14.493	213	336	(124)
CCP (Amt)	1	0	0	1	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5.244	3	0	5.247	13	46	(33)
Total Outras	17.098	2.558	86	19.741	226	383	(157)
Total negócio mercado de balcão	17.416.248	11.619.795	6.186.866	35.222.909	311.855	292.741	19.115
Negócio bilateral total	7.083.810	4.094.114	2.378.919	13.556.843	279.935	261.597	18.338
Negócio CCP total	10.332.438	7.525.680	3.807.948	21.666.066	31.921	31.144	777
Total negócio em bolsa	6.299.896	1.925.368	11.341	8.236.605	11.231	10.668	563
Total	23.716.144	13.545.163	6.198.208	43.459.514	323.086	303.409	19.678
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	–	–	–	–	29.393	–	–

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em participações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Ações de negociação	18.640	56.673
Ações não relacionadas[1]	2.660	2.835
Exposição toal do capital próprio	**21.300**	59.507

[1] Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 586 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 605 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a nossa exposição a ações de negociação era principalmente composta por 11,8 mil milhões de euros de atividades de Unidade de Libertação de Capital e 4,2 mil milhões de euros do Investment Bank. Em termos globais, as ações de negociação diminuíram 38 mil milhões de euros em relação ao ano anterior, devido principalmente à anulação das transações no negócio de Ações, juntamente com posições mais baixas dos clientes.

Qualidade dos ativos

A secção "Qualidade dos ativos" ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente "Ativos financeiros").

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

	31.12.2019					31.12.2018				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Custo amortizado[1]										
Valor contabilístico bruto	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787
Provisão para perdas de crédito[2]	549	492	3.015	36	4.093	509	501	3.247	3	4.259
Justo valor através de OCI										
Justo valor	45.083	397	23	0	45.503	50.932	247	2	1	51.182
Provisão para perdas de crédito	16	9	10	0	35	11	1	0	(0)	13
Extrapatrimoniais										
Valor nocional	251.930	5.864	1.424	0	259.218	252.039	10.021	599	0	262.659
Provisão para perdas de crédito[3]	128	48	166	0	342	132	73	84	0	289

[1] Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos.
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do valor contabilístico bruto e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Evolução das exposições e da provisão para perdas de crédito no período de relato

	31.12.2019				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	86.882	(6.503)	1.022	418	81.819
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(1.652)	327	1.325	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	(4)	(0)	(40)	0	(45)
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(81.545)	(1.691)	(2.343)	(272)	(85.852)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	70	0	70
Taxas de câmbio e outras alterações	5.249	213	45	41	5.548
Saldo, fim do período de relato	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328

Os ativos financeiros a custo amortizado sujeitos a imparidade mantiveram-se praticamente estáveis, com um ligeiro aumento de 2 mil milhões de euros em 2019 em todas as fases:

As exposições da Fase 1 aumentaram 9 mil milhões de euros, ou 1%.

As exposições da Fase 2 diminuíram em 8 mil milhões de euros ou 24%, impulsionadas pelos valores a receber de caixa/margens no Investment Bank, bem como pelos Empréstimos a Custo Amortizado no Corporate Bank.

As exposições da Fase 3 aumentaram em 266 milhões de euros, ou 3%, em 2019, impulsionadas por novos incumprimentos em todas as divisões, parcialmente compensadas por abatimentos na expedição.

	31.12.2018				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	663.707	30.305	7.726	2.019	703.756
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	29.175	5.743	1.058	(61)	35.914
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	1.240	(2.344)	1.104	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	(11)	(8)	(208)	0	(227)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(65.682)	(1.766)	(2.411)	(4)	(69.863)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	146	0	146
Taxas de câmbio e outras alterações	8.608	405	37	10	9.060
Saldo, fim do período de relato	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram 25 mil milhões de euros ou 4%, em 2018, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 diminuíram 27 mil milhões de euros ou 4% motivadas pela caixa e saldos do banco central devido às reduções dos depósitos e dos empréstimos a curto prazo.

As exposições da Fase 2 aumentaram 2 mil milhões de euros ou 7% motivadas por empréstimos pelo custo amortizado na antiga CIB.

As exposições da Fase 3 diminuíram 274 milhões de euros ou 4%, em 2018, motivadas pela antiga CIB, refletindo principalmente as atividades de redução de risco na nossa carteira de transporte marítimo. Esta redução foi parcialmente compensada por um aumento na antiga PCB motivada pelos negócios do antigo Postbank, parcialmente como resultado de efeitos não recorrentes.

					31.12.2019
					Provisão para perdas de crédito[3]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	509	501	3.247	3	4.259
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(57)	102	550	40	636
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	120	(106)	(14)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[2]	0	0	(872)	(26)	(898)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	96	0	96
Taxas de câmbio e outras alterações	(22)	(4)	8	18	0
Saldo, fim do período de relato	549	492	3.015	36	4.093
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	62	(4)	536	40	636

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.
[2] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuiu 166 milhões de euros ou 4%, em 2019, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 aumentaram em 40 milhões de euros ou 8%, impulsionadas por um aumento dos Empréstimos a Custo Amortizado no Investment Bank e no Private Bank.

As provisões da Fase 2 permaneceram aproximadamente estáveis, com uma ligeira diminuição de 8 milhões de euros, ou 2%.

As provisões da Fase 3 diminuíram em 198 milhões de euros ou 6%, impulsionadas pelas vendas de NPL no Private Bank, bem como os abatimentos na expedição na Unidade de Libertação de Capital, que foram parcialmente compensados por novos incumprimentos no Corporate Bank e no Investment Bank.

O nosso índice de cobertura da Fase 3 (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) dividido por ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 40% no ano fiscal corrente, comparado com 44% no ano anterior.

					31.12.2018
					Provisão para perdas de crédito[3]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	462	494	3.638	3	4.596
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(132)	215	440	(17)	507
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	199	(137)	(62)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[2]	(6)	(17)	(972)	0	(995)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	172	0	172
Taxas de câmbio e outras alterações	(14)	(54)	30	17	(21)
Saldo, fim do período de relato	509	501	3.247	3	4.259
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	66	78	379	(17)	507

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.
[2] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

A provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuiu 338 milhões de euros ou 7%, em 2018, motivada principalmente pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 aumentaram 47 milhões de euros ou 10%, motivadas por provisões adicionais na antiga CIB para refletir uma perspetiva macroeconómica enfraquecida, bem como um ajuste pontual da metodologia de cálculo em determinados empréstimos sobre os quais temos proteção de seguros.

As provisões da Fase 2 permaneceram praticamente estáveis.

As provisões da Fase 3 diminuíram 391 milhões de euros ou 11% motivadas pela antiga CIB, em que o reconhecimento de perdas relacionado parcialmente com as atividades de redução de risco na nossa carteira de transportes marítimos sobrecompensou as provisões adicionais.

Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

31.12.2019

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	174.685	4.769	1.921	0	181.375	82	63	843	0	988
Investment Bank	159.301	4.894	575	1.830	166.600	146	60	117	36	358
Private Bank	251.699	14.376	4.520	321	270.915	313	360	1.834	0	2.508
Asset Management	1.965	101	0	0	2.066	1	1	0	0	2
Capital Release Unit	16.051	378	502	0	16.930	1	7	221	0	230
Corporate & Other	42.266	163	13	0	42.442	5	2	1	0	8
Total	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328	549	492	3.015	36	4.093

31.12.2018

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	178.822	6.120	1.544	0	186.487	77	66	793	0	935
Investment Bank	154.309	9.880	461	1.613	166.263	124	56	41	(3)	218
Private Bank	253.548	14.376	4.413	271	272.608	298	366	2.049	0	2.712
Asset Management	1.998	304	2	0	2.303	0	0	0	0	1
Unidade de Libertação de Capital	39.311	1.096	1.031	79	41.517	6	12	364	6	388
Corporate & Other	9.050	559	1	0	9.609	3	1	1	0	5
Total	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787	509	501	3.247	3	4.259

Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

31.12.2019

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	613	43	42	1	699	1	2	10	0	12
Indústria mineira e de extração de minérios	2.647	4	141	1	2.793	4	0	15	0	19
Indústria	26.784	1.498	923	122	29.327	32	33	481	0	546
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.609	160	70	0	4.839	4	5	4	0	13
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	708	11	64	0	783	1	0	10	0	11
Construção	2.987	208	307	144	3.646	4	4	227	1	235
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.404	978	653	11	21.046	19	18	389	(0)	426
Transporte e armazenamento	4.259	488	249	0	4.995	6	6	64	0	76
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.240	93	31	74	2.437	5	2	15	0	22
Informação e comunicação	5.633	472	32	0	6.138	10	17	16	0	43
Atividades financeiras e de seguros	299.108	3.756	431	824	304.119	95	30	189	2	317
Atividades imobiliárias	42.868	1.831	311	399	45.410	43	13	80	15	152
Atividades profissionais, científicas e técnicas	9.253	512	195	232	10.193	8	8	98	4	117
Atividades de serviços administrativos e de apoio	5.909	400	189	25	6.523	6	6	52	(5)	59
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	20.972	794	43	0	21.809	3	5	5	0	13
Educação	354	18	2	0	373	0	0	1	0	2
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.264	187	15	2	3.469	5	6	7	0	18
Artes, entretenimento e atividades de lazer	837	24	10	0	872	3	0	4	0	7
Outras atividades de serviços	8.707	387	74	210	9.378	10	8	39	19	75
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	182.912	12.817	3.748	106	199.583	290	330	1.310	(0)	1.930
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1.895	0	1	0	1.896	0	0	1	0	1
Total	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328	549	492	3.015	36	4.093

	31.12.2018									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	533	38	60	0	631	1	2	21	0	24
Indústria mineira e de extração de minérios	2.970	273	147	0	3.390	8	1	5	0	15
Indústria	26.695	1.291	783	66	28.836	25	24	449	1	498
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.476	286	77	0	3.839	3	16	5	0	24
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	777	10	10	0	796	0	0	7	0	7
Construção	3.108	289	338	88	3.823	4	4	244	1	254
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	19.119	859	593	0	20.572	19	18	403	(0)	440
Transporte e armazenamento	4.314	875	539	0	5.728	7	6	201	0	214
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.692	166	35	121	2.014	3	2	17	0	23
Informação e comunicação	4.443	286	46	0	4.774	8	13	27	0	48
Atividades financeiras e de seguros	318.867	10.526	373	633	330.400	81	33	153	7	274
Atividades imobiliárias	33.166	2.801	380	401	36.748	35	17	84	(9)	128
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8.169	498	151	190	9.008	7	8	83	0	98
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.091	189	62	32	7.374	8	3	19	(4)	25
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	12.054	1.089	81	1	13.224	4	7	5	0	16
Educação	612	19	8	0	638	1	0	7	0	9
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.246	209	12	2	3.468	7	5	5	0	18
Artes, entretenimento e atividades de lazer	818	24	14	0	856	2	0	5	0	7
Outras atividades de serviços	7.788	486	104	239	8.617	9	4	34	4	51
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	177.927	12.121	3.639	191	193.878	276	336	1.473	4	2.088
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	173	0	1	0	173	0	0	0	0	0
Total	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787	509	501	3.247	3	4.259

Ativos financeiros ao custo amortizado por região

	31.12.2019									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	262.104	12.872	3.259	321	278.556	266	279	1.311	(0)	1.857
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	131.432	5.516	2.979	1.631	141.558	152	150	1.418	39	1.760
Europa Oriental	5.929	230	75	0	6.234	2	5	39	0	45
América do Norte	166.357	3.467	612	71	170.507	83	39	32	3	156
América Central e América do Sul	3.952	532	103	9	4.595	2	7	29	(1)	38
Ásia e Pacífico	65.128	1.862	489	119	67.597	34	10	186	(5)	225
África	2.637	172	13	0	2.823	7	2	1	0	10
Outros	8.429	30	0	0	8.458	2	0	0	0	2
Total	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328	549	492	3.015	36	4.093

31.12.2018

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	291.850	12.247	3.088	303	307.488	247	275	1.303	0	1.825
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	119.622	7.499	3.072	1.543	131.736	122	175	1.604	5	1.907
Europa Oriental	6.309	401	88	0	6.798	5	4	38	0	47
América do Norte	147.300	7.572	554	20	155.446	66	32	48	1	147
América Central e América do Sul	4.717	558	155	0	5.430	7	2	22	0	31
Ásia e Pacífico	55.490	3.353	374	98	59.315	32	9	200	(4)	237
África	1.996	470	78	0	2.544	7	4	31	0	42
Outros	9.753	234	43	0	10.031	22	0	1	0	24
Total	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787	509	501	3.247	3	4.259

Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

31.12.2019

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	209.611	380	0	0	209.992	2	0	0	0	2
iA	93.098	259	0	0	93.357	7	0	0	0	7
iBBB	150.213	1.922	0	0	152.135	39	7	0	0	46
iBB	146.655	6.695	1	0	153.351	191	58	0	0	249
iB	40.495	10.625	1	1	51.122	263	192	0	0	455
iCCC e inferior	5.894	4.799	7.529	2.149	20.371	49	236	3.015	36	3.335
Total	645.967	24.680	7.531	2.150	680.328	549	492	3.015	36	4.093

31.12.2018

	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA–iAA	235.913	2.315	0	0	238.229	2	0	0	0	3
iA	81.579	3.027	0	0	84.606	6	1	0	0	7
iBBB	138.596	2.508	0	0	141.104	36	8	0	0	43
iBB	137.768	8.318	0	232	146.318	177	61	0	0	238
iB	35.725	10.378	0	11	46.114	239	187	0	0	426
iCCC e inferior	7.456	5.788	7.452	1.720	22.416	49	243	3.247	3	3.542
Total	637.037	32.335	7.452	1.963	678.787	509	501	3.247	3	4.259

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a 279 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e a 117 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

	31.12.2019			31.12.2018		
em milhões de euros	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)	**7.531**	**2.855**	**243**	7.452	2.714	221

[1] A Fase 3 consiste aqui apenas em ativos não POCI

Em 2019, as garantias detidas sobre ativos financeiros como custo amortizado na fase 3 aumentaram em 163 milhões de euros, ou 6%, impulsionadas pelo Private Bank.

Não reconhecemos uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de 832 milhões de euros em 2019 e 642 milhões de euros em 2018, devido à garantia total destes ativos.

Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

– Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
– A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

Ativos modificados ao custo amortizado

	31.12.2019					31.12.2018				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	4	1	42	0	47	11	8	222	0	241
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	**(4)**	**(0)**	**(40)**	**0**	**(45)**	(11)	(8)	(208)	0	(227)

Em 2019 observámos a diminuição de 194 milhões de euros, ou 80%, nos ativos modificados a custo amortizado devido a uma grande alienação na carteira de transporte marítimo e à conclusão dos respetivos contratos de financiamento sem renúncia à dívida.

Observámos valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

Em 2018, o primeiro ano após a implementação dos requisitos da IFRS 9, observámos montantes imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a fase 1. Não observámos qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas fases 2 e 3.

Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades foi de 46 mil milhões em 31 de dezembro de 2019, comparativamente a 51 mil milhões em 31 de dezembro de 2018. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (35 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 13 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não será fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da nossa classe de ativos financeiros extrapatrimoniais, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Evolução do montante nominal e da provisão para perdas de crédito

					31.12.2019
					Montante nominal
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	252.039	10.021	599	0	262.659
Movimentos incluindo novos negócios	(507)	(3.256)	(213)	0	(3.976)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(99)	(933)	1.032	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	496	33	6	0	535
Saldo, fim do período de relato	251.930	5.864	1.424	0	259.218

					31.12.2018
					Montante nominal
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício[1]	243.566	7.114	1.448	0	252.129
Movimentos incluindo novos negócios	6.765	3.923	(1.191)	0	9.496
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	752	(1.089)	338	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	957	73	4	0	1.035
Saldo, fim do período de relato	252.039	10.021	599	0	262.659

[1] Os compromissos revogáveis foram incluídos nas exposições relevantes para a imparidade no quarto trimestre de 2018. Consequentemente, o Saldo, início do exercício foi reajustado em comparação com os nossos relatórios intercalares de 2018.

					31.12.2019
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	132	73	84	0	289
Movimentos incluindo novos negócios	(13)	(5)	88	0	70
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	9	(12)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(1)	(7)	(9)	0	(17)
Saldo, fim do período de relato	128	48	166	0	342
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(4)	(17)	90	0	70

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

					31.12.2018
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	117	36	119	0	272
Movimentos incluindo novos negócios	(0)	31	(13)	0	18
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	2	(0)	(2)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	14	6	(20)	0	(0)
Saldo, fim do período de relato	132	73	84	0	289
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	1	31	(15)	0	18

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a 152 milhões para o exercício de 2019, principalmente relacionados com o CB e o PB. Em 2018, as ações judiciais ascenderam a 224 milhões de euros, principalmente relacionadas com o antigo CIB.

Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, seguimos a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, relatamos o empréstimo como tendo um período de carência; removemos o ativo do nosso relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

	31.12.2019				31.12.2018			
	Em cumprimento	Em incumprimento		Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento	Em incumprimento		Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado
em milhões de euros	Fase 2	Fase 2	Fase 3		Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade	
Alemães	985	31	1.227	2.243	1.046	49	1.200	2.295
Não alemães	780	59	1.714	2.552	741	55	1.750	2.546
Total	**1.765**	**90**	**2.940**	**4.796**	1.787	104	2.950	4.841

Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Saldo no início do período	**4.841**	5.089
Classificados como de carência durante o exercício	1.702	1.679
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(1.408)	(1.574)
Reconhecimento de perdas	(342)	(386)
Taxa de câmbio e outros movimentos	1	33
Saldo no fim do exercício	**4.796**	4.841

Os ativos com período de carência a custo amortizado diminuíram ligeiramente em 45 milhões de euros, ou 1%, em 2019.

Em 2018, a redução dos ativos com período de carência ao custo amortizado de 248 milhões, ou 5%, foi motivada principalmente por exposições em incumprimento no antigo CIB, refletindo principalmente a redução do risco em curso da nossa carteira de transportes marítimos, bem como no antigo PCB, entre outros causados por alienações.

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2019 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2019	2018
Imóveis comerciais	8	7
Imóveis residenciais[1]	46	57
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	**55**	64

[1] A quantia escriturada de imóveis residenciais excluídos ascendeu a 51 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 62 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2019, assim como em 2018, o Grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados para transações de derivados OTC com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão normalizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas ao sistema financeiro, que podem ser causadas por uma falha desordenada de uma CCP, o Conselho de Estabilidade Financeira (“FSB”) recomendou sujeitar as CCP a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e provisões que se aplicam a bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, nós, excluindo a DB PFK AG, criámos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Nós, excluindo a DB PFK AG, utilizámos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados da DB PFK AG é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

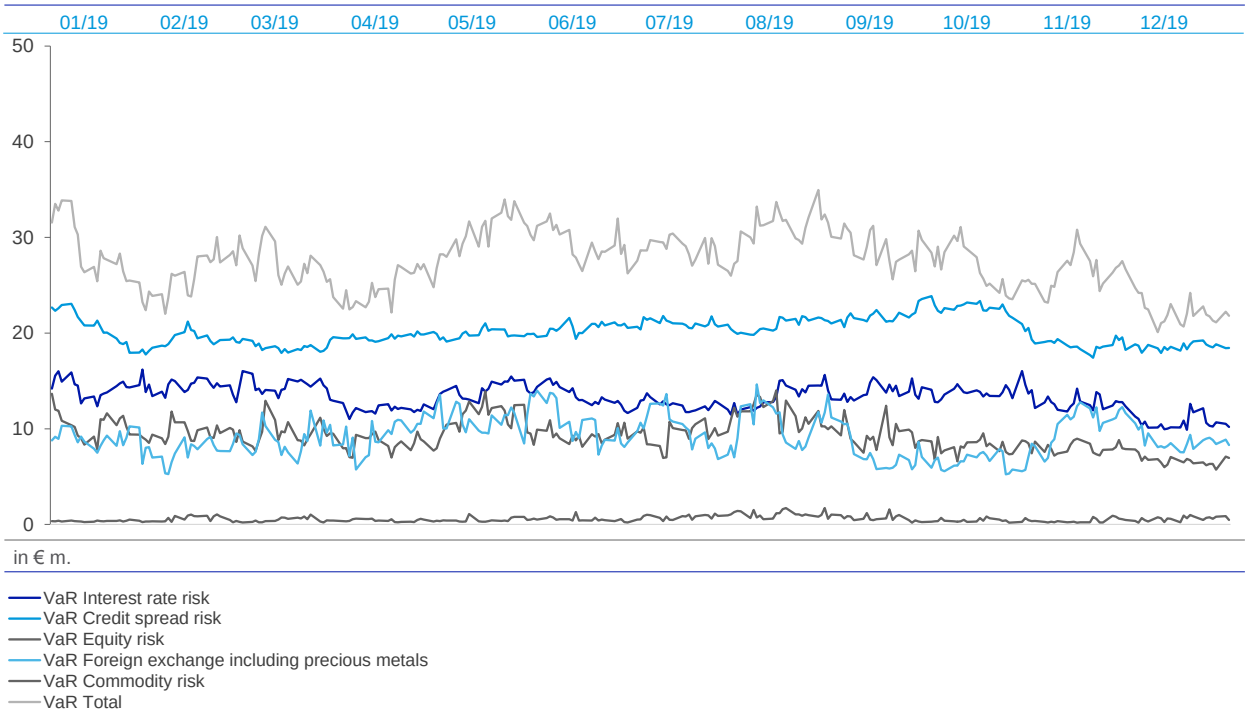
As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Médio	27,5	27,5	(25,0)	(25,5)	13,3	17,6	20,2	16,4	9,3	10,0	9,2	8,3	0,6	0,6
Máximo	34,9	40,9	(29,4)	(35,0)	16,2	32,6	23,9	24,0	14,0	14,5	14,6	13,0	1,7	1,3
Mínimo	20,1	19,8	(20,9)	(20,2)	9,9	12,4	17,4	13,0	5,7	6,9	5,2	3,8	0,2	0,2
Final do período	21,8	32,1	(22,5)	(26,9)	10,2	14,1	18,4	22,3	6,9	13,0	8,3	9,2	0,5	0,3

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.
[2] Valores para 2019 em 31 de dezembro de 2019. Valores para 2018 em 31 de dezembro de 2018.

Evolução do valor em risco por tipos de risco em 2019



O valor médio em risco ao longo de 2019 foi de 27,5 milhões de euros, inalterado em relação ao ano completo de 2018, em que, em média, o risco de spread de crédito aumentou, compensado pela redução do risco de taxa de juro.

A diminuição do valor em risco no final do período foi impulsionada por reduções vindas de todas as classes de risco, devido a atividades de diminuição do risco.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Médio	82,6	84,1	(74,0)	(81,9)	48,0	58,3	72,3	69,3	15,4	16,1	19,5	20,0	1,4	2,4
Máximo	103,8	124,7	(115,4)	(106,7)	65,3	89,9	87,8	79,7	32,7	78,1	50,1	38,2	5,9	7,7
Mínimo	52,7	61,2	(57,9)	(66,1)	33,9	35,2	56,7	59,0	5,3	2,4	10,2	7,7	0,2	0,5
Final do período	78,8	96,2	(67,1)	(75,3)	43,8	57,6	67,7	70,1	13,3	21,3	20,1	21,7	1,1	0,7

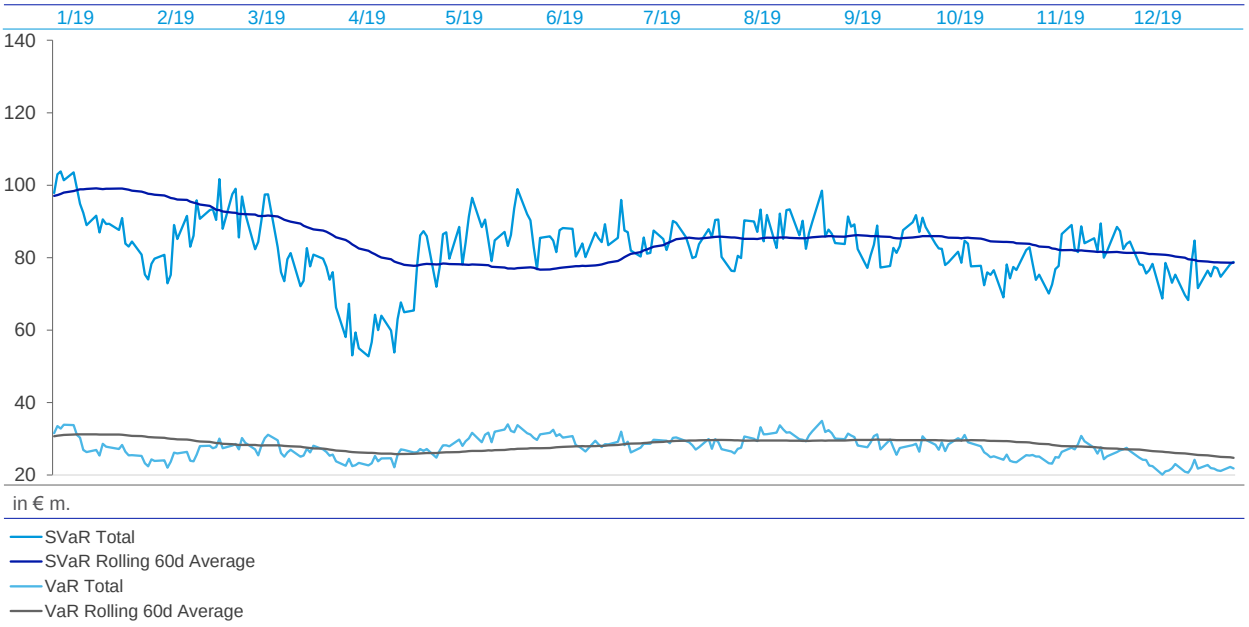
[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.
[2] Valores para 2019 em 31 de dezembro de 2019. Valores para 2018 em 31 de dezembro de 2018

O valor em risco médio em 2019 foi de 82,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 1,5 milhões de euros face ao ano completo de 2018, motivado por uma redução do risco de taxa de juro.

A redução do valor em risco no final do período foi impulsionada por diminuições oriundas da taxa de juro e de todas as classes de risco, devido a atividades de diminuição do risco.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2019



Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)[1,2,3]

	Total		Global Credit Trading		Core Rates		Mercados Locais da APAC		Mercados Emergentes - Dívida		Outros[4]	
em milhões de euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Médio	480,4	680,6	178,5	335,8	168,6	271,1	174,1	224,8	37,3	(11,9)	(78,2)	(139,2)
Máximo	609,0	847,6	213,6	403,4	193,4	481,9	211,2	451,9	49,2	17,3	(58,5)	(111,3)
Mínimo	324,2	550,8	139,0	274,6	134,7	159,1	127,3	72,1	25,5	(29,2)	(102,4)	(177,1)
Final do período	389,4	805,4	139,0	383,6	134,7	388,6	127,3	188,0	47,0	5,8	(58,5)	(160,5)

[1] Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, respetivamente.
[2] As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2019, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório.
[3] Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.
[4] Outros incluem a Unidade de Libertação de Capital, componentes de cobertura centralizada e outras linhas de negócio com baixa materialidade de IRC.
[5] O IRC é atribuído numa base contributiva a posições individuais.
[6] As linhas de negócio podem ter valores negativos devido a exposições curtas, mas isto é também afetado pelo processo de atribuição.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2019 eram de 389 milhões de euros, um decréscimo de 416 milhões de euros (-52%) face ao exercício de 2018. A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2019 era de 480 milhões de euros e, por conseguinte, menos 200 milhões de euros (29%) comparativamente à média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2018. O decréscimo dos requisitos de capital para riscos adicionais é motivado por uma diminuição nas exposições a crédito nas áreas de negócio Global Credit Trading, Core Rates e Mercados Locais da APAC, comparativamente ao exercício de 2018. Isto é parcialmente afetado por um nível particularmente elevado no final de dezembro de 2018, devido às exposições soberanas asiáticas que rapidamente foram abandonadas, mas também devido à diminuição do risco após a mudança de estratégia na segunda metade de 2019.

Método padrão do risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2019, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 148 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 1,9 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2018, estas posições geraram requisitos de capital de 418 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 5,2 mil milhões de euros. A redução ao longo de 2019 foi impulsionada pela redução do risco das carteiras de titularização.

Das posições de titularização, o requisito de capital para os swaps de risco de n-ésimo incumprimento era de 1,2 milhões de euros, correspondentes a ativos ponderados pelo risco de 14,7 milhões de euros, face a 2,6 milhões e 33 milhões de euros, respetivamente, em 31 de Dezembro de 2018.

Os requisitos de capital para organismos de investimento coletivo pelo método padrão de risco de mercado eram de 21 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 269 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 14 milhões de euros e 180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Os requisitos de capital para risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado eram de 13 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 163 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 14 milhões de euros e 180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

O valor em risco é testado face a duas medidas de variação no valor da carteira num período de carência de um dia.

O rendimento do tipo "comprar e manter" é a variação hipotética no valor da carteira com base numa comparação entre o valor de fim de dia da carteira e, assumindo posições inalteradas, o seu valor no final do dia seguinte.

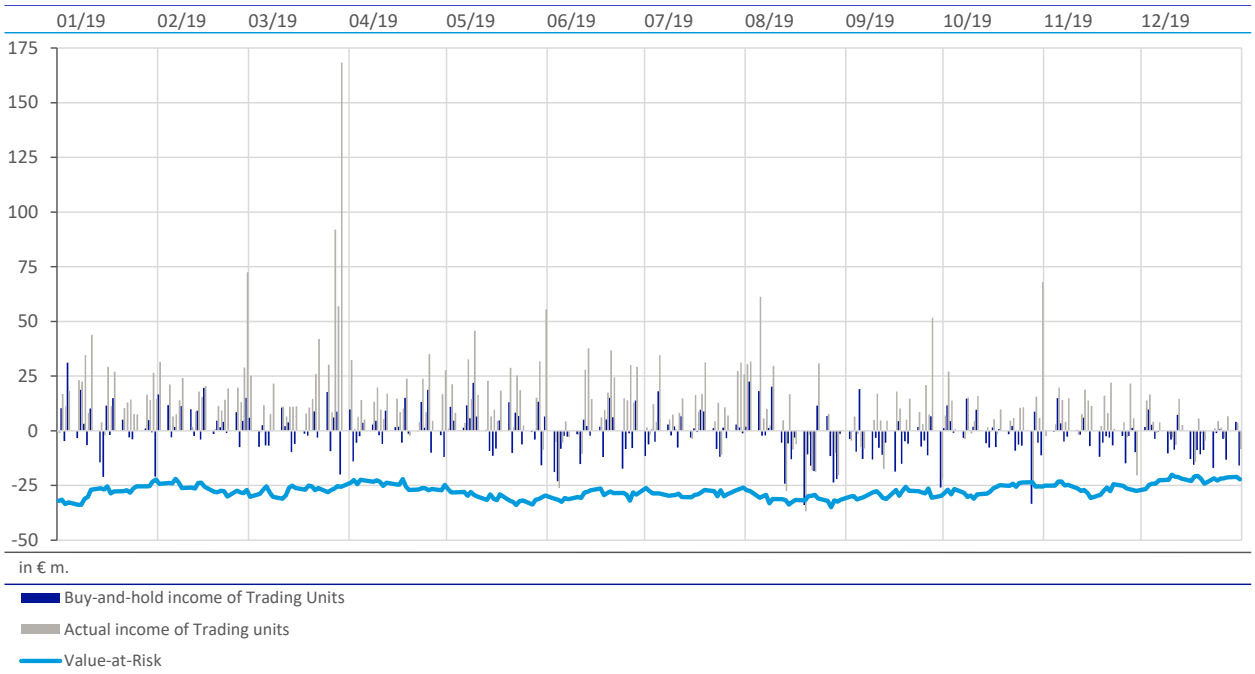
O rendimento real é a variação no valor das carteiras com base numa comparação entre o valor de fim de dia da carteira e o seu valor real no final do dia seguinte, excluindo comissões, margem financeira e ajustamentos de avaliação de crédito e dívida (CVA e DVA). Desde Dezembro de 2019, isto exclui adicionalmente os rendimentos de coberturas no cálculo do CVA, bem como quaisquer resultados resultantes do incumprimento de uma contraparte.

Em 2019, registámos dois valores discrepantes globais, nos quais a nossa perda de tipo “comprar e manter” excedeu o valor em risco das nossas carteiras de negociação, em comparação com um valor discrepante em 2018. O primeiro valor discrepante ocorreu em agosto, impulsionado por perdas provenientes de todas as linhas de negócios predominantemente devido a movimentos no spread de crédito e em fatores de risco de taxa de juro. O segundo valor discrepante ocorreu em outubro, resultante do negócio Global Credit Trading, após uma venda em uma exposição de um único titular. Ambos também foram valores discrepantes de testes reais.

Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado. O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo “comprar e manter” positivas para 44% dos dias de negociação em 2019 (versus 52% em 2018), apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2019.

Os requisitos de capital para o modelo de valor em risco, para o qual os resultados dos testes *a posteriori* são apresentados aqui, correspondem a 1,3% do total dos requisitos de capital para o Grupo.

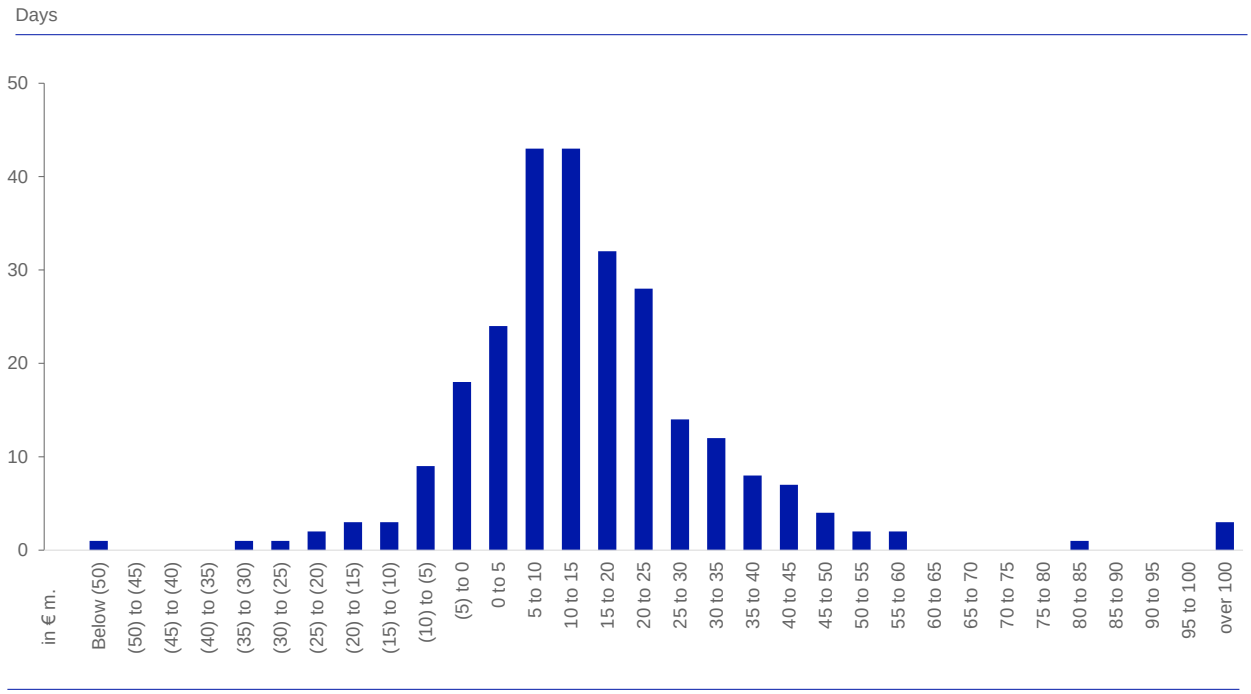
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo "comprar e manter", reservas, *carry* e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2019



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 85% dos dias de negociação em 2019, em comparação com 86% em 2018.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco.

	Utilização de capital económico	
em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Risco de taxa de juro	3.409	1.416
Risco de *spread* de crédito	56	271
Risco de capital e de investimento	1.566	1.239
Risco cambial	1.782	1.713
Risco de pensões	1.259	1.588
Risco de fundos garantidos	103	68
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	**8.175**	6.295

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, 1,9 mil milhões de euros superior à nossa utilização de capital económico no final do exercício de 2018.

- Risco de taxa de juro. O encargo do capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento. No total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2019 foi de 3409 milhões de euros, face a 1416 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018. O aumento da contribuição de capital económico foi impulsionado principalmente pelo aumento do valor económico da exposição ao risco de taxa de juro acumulado para reduzir a exposição ao risco dos lucros.
- Risco de *spread* de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 56 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, face aos 271 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. A diminuição da contribuição de capital económico foi impulsionada por um efeito combinado de uma redução da exposição ao risco de spread de crédito e de maiores benefícios de diversificação com outros tipos de risco.
- Risco de capital e de investimento. O encargo do capital económico para o risco de capital das nossas participações de investimento não consolidadas, tais como os nossos investimentos estratégicos e ativos alternativos, e de uma posição curta estrutural na cotação das nossas ações resultante dos nossos planos de remuneração em capital. A utilização de capital económico era de 1566 milhões em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 1239 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, motivada sobretudo por um valor de mercado superior da nossa posição curta de remuneração de capital.
- Risco cambial. O risco cambial decorre sobretudo da nossa posição estrutural no capital não coberto e nos lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico era de 1782 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, face aos 1713 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018, principalmente impulsionada por uma nova estratégia de cobertura cambial.
- Risco de pensões. Este risco decorre das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de 1259 milhões de euros e de 1588 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, respetivamente. A utilização de capital económico diminuiu como consequência de uma melhor cobertura do risco de spread de juros e de crédito e de melhorias na metodologia no que respeita aos planos de pensões sobrefinanciados.
- Risco de fundos garantidos. A utilização de capital económico era de 103 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, face aos 68 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. O aumento na contribuição de capital económico foi sobretudo motivado por efeitos de diversificação reduzidos.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS):

Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário

	Delta de EVE		Delta NII[1]	
em mil milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Curva paralela ascendente	(4,2)	0,8	3,0	2,9
Curva paralela descendente	0,5	(3,2)	(0,8)	(0,8)
Critério para acentuação da curva	(1,2)	0,9	(0,5)	(0,5)
Critério para nivelamento da curva	(0,4)	(1,6)	2,7	2,7
Curva da taxa de curto prazo ascendente	(1,2)	(0,7)	3,6	3,6
Curva da taxa de curto prazo descendente	0,4	(0,1)	(0,8)	(1,0)
Máximo	**(4,2)**	(3,2)	**(0,8)**	(1,0)

em mil milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Capital Tier 1	**50,6**	55,1

N/A – Não aplicável
[1] O delta da margem financeira (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark to Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura.

Um aumento paralelo repentino na curva de rendimento afetaria positivamente os ganhos do Grupo (margem financeira) das posições de carteira bancária. O Deutsche Bank prevê que a alteração na margem financeira total a um ano resultante dos desvios paralelos da curva de rendimentos de +200 e (200) pontos base (com o limite inferior de zero ou no nível da taxa negativa atual) seria de 3,0 mil milhões de euros e (0,8) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2019.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) foi de (4,2) mil milhões de euros em dezembro de 2019, em comparação com (3,2) mil milhões de euros em dezembro de 2018. O aumento da perda máxima do EVE foi impulsionado principalmente pelo aumento do valor económico da exposição ao risco de taxa de juro acumulado para reduzir a exposição ao risco da margem financeira (NII). Isto levou a uma mudança direcional da nossa posição de risco estrutural e, como resultado, o cenário de perda máxima negativa do EVE mudou de uma curva paralela descendente para uma curva paralela ascendente. O nosso risco de NII permaneceu

praticamente inalterado, uma vez que o impacto de um aumento das responsabilidades sensíveis ao risco de NII foi compensado pelas medidas adicionais tomadas para reduzir a exposição ao risco de NII. Em dezembro de 2019, a perda máxima do EVE representa 8,3% do capital Tier 1.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

	31.12.2019	
em mil milhões de euros	-200 pontos base[1]	+200 pontos base
EUR	0,1	(2,9)
GBP	(0,0)	0,0
USD	0,3	(1,1)
JPY	0,0	(0,0)
Outros	0,2	(0,2)
Total	0,5	(4,2)

[1] Com limite inferior de zero

A alteração prevista no valor económico resultante do impacto dos desvios paralelos da curva de rendimentos do BCBS de -200 pontos base (com o limite inferior de zero) e +200 pontos base seria de 0,5 mil milhões de euros e (4,2) mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2019.

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

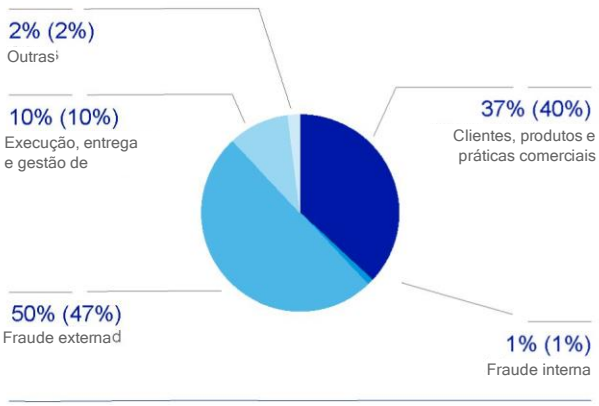
em milhões de euros	2019	2018[1]
Clientes, produtos e práticas comerciais	271	127
Fraude interna	27	49
Fraude externa	21	50
Execução, entrega e gestão de processos	50	31
Outras	5	20
Grupo	**374**	277

[1] Números de 2018 relativos à perda, revistos em relação à apresentação do ano anterior devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

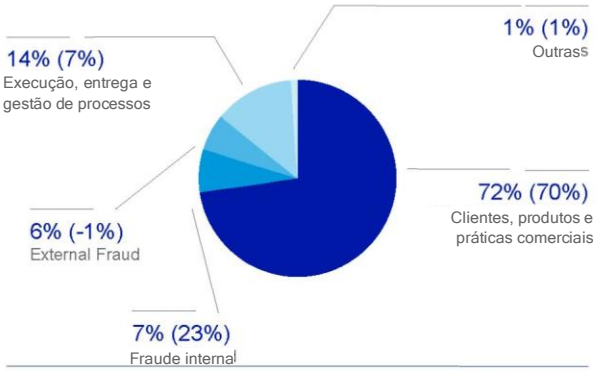
Em 31 de dezembro de 2019, as com base nos resultados aumentado 97 mil milhões de euros, ou 35%, face ao exercício de 2018. O aumento foi motivado predominantemente pelos tipos de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” e “execução, entrega e gestão de processos” devido a acordos alcançados e a reservas de litígio acrescidas para casos ainda a decorrer em 2018.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2019 (2014-2018)[1]

Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



[1] As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2014-2018. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico acima à esquerda “Frequência de perdas operacionais” resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2019 comparativamente ao período de cinco anos de 2014 a 2018, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2010 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2019, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas (acima, à direita) incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento “fraude externa” com uma frequência de 50% e pelo tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” com 37% de todos os eventos de perda registados. A "execução, entrega e gestão de processos" contribui com 10%. Os outros mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento “Fraude Interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de 1% dos eventos de perda no período de 2019.

O gráfico acima à direita “Distribuição de perdas operacionais” resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2019 em comparação com o período de cinco anos de 2014 a 2018. O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 72%, sendo determinado por saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. A "Execução, entrega e gestão de processos" tem a segunda maior quota (14%). Por fim, os tipos de eventos "Fraude interna" (7%), "Fraude externa" (6%) e "Outros" (1%) são menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Embora procuremos garantir a captação abrangente dos eventos de perda de risco operacional com um impacto na demonstração de resultados de 10 000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

2019 foi um ano positivo para os mercados de crédito. Através do crescimento económico continuado, após evitar um Brexit sem acordo de saída e apesar das tensões comerciais globais, os spreads de crédito registaram contração ao longo do ano.

O nosso contrato de swaps de risco de incumprimento (CDS) preferenciais sénior de 5 anos, introduzidos em maio de 2019, foram negociados no intervalo de 122 a 62 pontos base. O pico foi observado no final de maio; desde aí, o spread diminuiu e, no final do ano, estava a ser negociado a 63 pontos base. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram um comportamento semelhante. Por exemplo, o nosso parâmetro de referência em euros sénior não preferencial de 1,125%, com vencimento em janeiro de 2025, foi negociado num intervalo de 126 a 231 pontos base, fechando em 127 pontos base no final do exercício de 2019.

O nosso plano de emissões revisto para 2019, num montante entre 10 e 12 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi concluído e fechámos 2019 com 14 mil milhões de euros de financiamento a prazo, incluindo já um pré-financiamento de parte do nosso plano de emissão de 2020. Este financiamento disseminou-se, grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: A emissão de instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior (7,6 mil milhões de euros), emissão de instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior (1,8 mil milhões de euros), emissão de obrigações cobertas (2,1 mil milhões de euros) e outras emissões estruturadas preferenciais sénior (2,4 mil milhões de euros). O total (14 mil milhões de euros) está dividido em euros (6,3 mil milhões de euros), dólares americanos (6,4 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,6 mil milhões de euros) e outras divisas agregadas (0,7 mil milhões de euros). Além das emissões diretas, utilizamos swaps cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores para emissões em 2019 foi composta por gestores de ativos e fundos de pensões (47%), clientes de retalho (18%), bancos (12%), governos e agências (16%), companhias de seguros (3%) e outros investidores institucionais (4%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (21%), resto da Europa (35%), EUA (16%), Ásia e Pacífico (9%) e Outros (19%).

O spread médio da nossa emissão a 3 meses da Euribor/Libor foi de 150 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 5,1 anos. As nossas atividades de emissão foram superiores no primeiro semestre do ano. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 7,8 mil milhões de euros; T2: 1,0 mil milhões de euros; T3: 0,9 mil milhões e T4: 4,2 mil milhões, respetivamente.

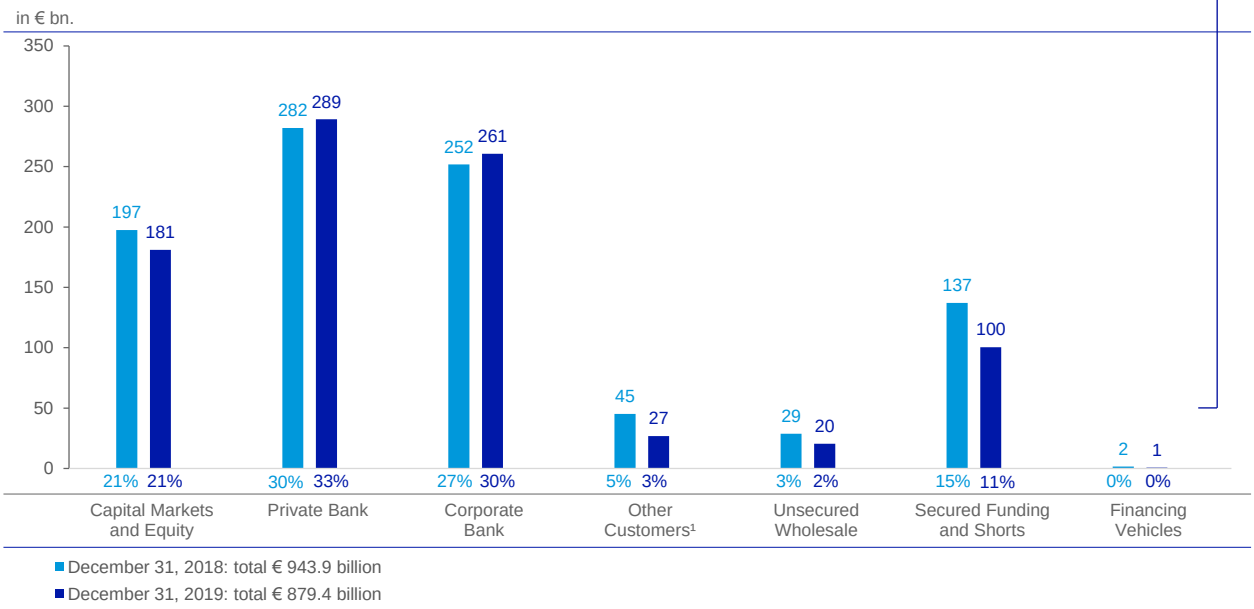
Em 2020, o nosso plano de emissões é de 15 a 20 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das fontes referidas, incluindo mil milhões de euros de instrumentos de capital, assegurando a manutenção da diversificação de financiamento. Também planeamento angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos vencimentos totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 17 mil milhões de euros em 2020.

Diversificação de financiamento

Em 2019, o valor total de financiamento externo diminuiu 64,4 mil milhões de euros, de 943,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 para 879,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. A redução global foi principalmente motivada por uma diminuição dos saldos de Financiamento garantido e posições curtas em 36,6 mil milhões de euros, em resultado de reduções direcionadas na Unidade de Libertação de Capital, bem como de pagamentos antecipados de financiamento TLTRO II. Além disso, o financiamento não garantido por grosso diminuiu em 8,4 mil milhões de euros e o financiamento de outros clientes em 18,4 mil milhões de euros, este último principalmente motivado pela diminuição dos valores a pagar de corretagem Prime devido à dissolução do negócio de ações. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um aumento de 9,0 mil milhões de euros no nosso Corporate Bank e de 7,3 mil milhões de euros no nosso negócio do Private Bank. A diminuição do volume de Mercados de capitais e ações em 16,5 mil milhões de euros diz respeito à diminuição de ações, bem como à diminuição da dívida de longo prazo, principalmente devido a vencimentos superiores às novas emissões.

A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo Mercados de capitais e ações, Retalho, Private Bank e Corporate Bank) subiu de 77,5% em 2018 para 83,1% em 2019.

Composição das fontes de financiamento externas



[1] "Outros clientes" incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets) e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida). Referência: Reconciliação para o balanço total de 1297,7 mil milhões de euros (1348,1 mil milhões de euros): Derivados e saldos de liquidação de 335,7 mil milhões de euros (325,0 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 52,4 mil milhões de euros (51,0 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 30,1 mil milhões de euros (28,3 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.
Os passivos detidos para venda da transferência do negócio para o BNP Paribas foram alocados de volta às suas rubricas originais antes da reclassificação, de modo a refletir o seu impacto económico no financiamento: 2,5 mil milhões de euros para derivados e saldos de liquidação (não relevantes para financiamento) e 6,9 mil milhões de euros para valores a pagar de corretagem Prime, com um impacto líquido de 3,7 mil milhões de euros adicionais no financiamento de outros clientes (relevantes para financiamento) e 3,2 mil milhões de euros adicionais para efeitos de compensação dos saldos de caixa de margens/corretagem Prime (rubrica de reconciliação).
Em linha com o nosso anúncio estratégico de 7 de Julho de 2019, os agregados de financiamento foram reclassificados de retalho e transações bancárias para o Private Bank e Corporate Bank; os valores comparativos em 31 de Dezembro de 2018 fora reajustados.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais[1]

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
								31.12.2019
Depósitos de bancos	1.275	2.179	3.602	339	7.396	92	211	7.699
Depósitos de outros clientes grossistas	682	4.466	754	1.819	7.720	605	1.064	9.389
CD e PC	260	569	857	983	2.670	1	0	2.671
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	136	2.503	1.584	7.677	11.899	19.175	33.007	64.081
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	0	0	0	5	5	1.800	1.039	2.844
Estruturados sénior	220	692	659	2.692	4.262	2.926	14.301	21.490
Obrigações/ABS cobertos	173	1.166	244	2.214	3.797	4.068	13.617	21.482
Passivos subordinados	3	722	2.742	493	3.959	23	9.622	13.605
Outros	107	0	0	0	107	0	776	883
Total	2.855	12.297	10.440	16.223	41.816	28.690	73.637	144.143
Dos quais:								
Garantidos	173	1.166	244	2.214	3.797	4.068	13.617	21.482
Sem garantia	2.682	11.131	10.197	14.009	38.019	24.622	60.021	122.661

[1] Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 42 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 222 mil milhões de euros.

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
								31.12.2018
Depósitos de bancos	1.119	1.542	4.064	1.181	7.906	151	271	8.328
Depósitos de outros clientes grossistas	1.820	1.868	5.413	5.044	14.145	1.017	1.459	16.621
CD e PC	823	946	1.313	889	3.972	7	0	3.979
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	600	5.276	7.463	5.812	19.150	8.954	44.256	72.360
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	0	0	0	0	0	5	1.012	1.017
Estruturados sénior	626	951	1.186	1.655	4.418	3.490	15.630	23.538
Obrigações/ABS cobertos	213	972	553	407	2.145	3.848	15.666	21.659
Passivos subordinados	9	731	2.226	32	2.998	2.217	9.605	14.820
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5.209	12.285	22.219	15.022	54.734	19.690	87.898	162.322
Dos quais:								
Garantidos	213	972	553	407	2.145	3.848	15.666	21.659
Sem garantia	4.997	11.313	21.666	14.615	52.590	15.842	72.232	140.663

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

	31 dez 2019					31 dez 2018				
em milhões de euros	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	1.330	5.558	13	798	7.699	2.400	5.241	22	665	8.328
Depósitos de outros clientes grossistas	8.968	162	204	56	9.389	15.482	678	269	192	16.621
CD e PC	884	678	196	913	2.671	2.279	769	94	838	3.979
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	29.365	27.696	1.822	5.198	64.081	33.736	31.549	1.163	5.913	72.360
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	1.064	1.780	0	0	2.844	1.017	0	0	0	1.017
Estruturados sénior	8.181	10.856	28	2.425	21.490	8.858	11.564	22	3.094	23.538
Obrigações cobertas/ ABS	21.482	0	0	0	21.482	21.659	0	0	0	21.659
Passivos subordinados	3.509	4.213	0	5.884	13.605	6.338	7.498	801	183	14.820
Outros	883	0	0	0	883	0	0	0	0	0
Total	**75.666**	**50.943**	**2.261**	**15.274**	**144.143**	91.768	57.298	2.372	10.884	162.322
Dos quais:										
Garantidos	21.482	0	0	0	21.482	21.659	0	0	0	21.659
Sem garantia	54.184	50.943	2.261	15.274	122.661	70.110	57.298	2.372	10.884	140.663

Reservas de liquidez

Composição das nossas reservas de liquidez por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31.12.2019		31.12.2018	
em mil milhões de euros	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	134	134	184	184
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	91	91	148	148
Subsidiárias	43	43	36	36
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	67	64	60[1]	58
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	45	42	31	28
Subsidiárias	23	22	30	30
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais				
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	21	15	15	11
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	17	13	11	8
Subsidiárias	4	2	3	2
Total de reservas de liquidez	**222**	**213**	259	252
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	153	146	191	184
Subsidiárias	69	67	69	68

[1] Como resultado de mudanças na metodologia de cálculo e efeitos de arredondamento, isto difere do número de 61 mil milhões de euros apresentado no relatório anual de 2018

Em 31 de dezembro de 2019, as nossas reservas de liquidez totalizavam 222 mil milhões de euros, por oposição a 259 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. A diminuição de 37 mil milhões de euros incluía aproximadamente uma diminuição de 49 mil milhões de euros em caixa e seus equivalentes, compensada por um aumento de 7 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez e um aumento de 6 mil milhões de euros noutros títulos desonerados. A evolução foi amplamente motivada por medidas da administração para reduzir ativamente o excesso de liquidez e investir em ativos com maior rendibilidade como parte da nossa estratégia. A média do trimestre das nossas reservas de liquidez médias para este exercício foi de 243 mil milhões de euros, por oposição a 271 mil milhões de euros durante 2018. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Rácio de cobertura de liquidez

O nosso LCR médio ponderado de 142% (média de doze meses) foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

O LCR no final do exercício em 31 de dezembro de 2019 mantém-se em 141,2% face a 140,4% em 31 de dezembro de 2018.

Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019 Total do valor ponderado ajustado (média)	31.12.2018 Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	**12**	12
Ativos líquidos de alta qualidade	**219**	250
Total de saídas de caixa líquidas	**154**	172
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	142%	145%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com a respetiva apetência pelo risco no final do exercício de 2019 e 2018.

Testes de esforço e análise de cenários

Em 2019, a nossa posição de liquidez líquida em esforço permaneceu muito acima da apetência pelo risco e terminou 2019 com um excedente de 24 mil milhões de euros.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

	31.12.2019			31.12.2018		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	115	190	75	93	209	116
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	103	192	90	63	193	131
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	223	260	37	222	278	57
Combinado[3]	236	260	24	231	279	48

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

	31.12.2019			31.12.2018		
em euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	135	144	8	117	144	28

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

	31.12.2019			31.12.2018		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	75	84	9	83	96	13

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

	31.12.2019			31.12.2018		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	7	9	2	6	9	3

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio.
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais

em milhões de euros	31.12.2019 Redução de notação de crédito em 1 nível	31.12.2019 Redução de notação de crédito em 2 níveis	31.12.2018 Redução de notação de crédito em 1 nível	31.12.2018 Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	415	749	688	994
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, “Ativos penhorados e recebidos como garantia” das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, “Informações sobre subsidiárias” das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico de patrimoniais e extrapatrimoniais pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte “Reservas de liquidez” para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019 Valor contabilístico Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados Prontamente disponíveis	Ativos desonerados Outros
Títulos de dívida	153	46	108	0
Instrumentos de capital	18	8	10	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	147	12	135	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	14	0	0	14
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	13	0	13	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	333	0	0	333
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	71	0	0	71
Outros ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	3	0	3	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral[2]	6	0	5	1
Empréstimos	458	70	10	378
Outros ativos	80	48	0	32
Total	1.297	184	282	831

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019 Justo valor das garantias recebidas Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	252	200	47	4
Títulos de dívida	215	171	43	0
Instrumentos de capital	33	29	4	0
Outras garantias recebidas	4	0	0	4

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018 Valor contabilístico Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	143	56	87	0
Instrumentos de capital	56	42	15	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	197	12	185	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	12	0	0	12
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	12	0	12	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320	0	0	320
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	69	0	0	69
Outros ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	21	0	21	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral[2]	6	0	5	1
Empréstimos	441	75	5	360
Outros ativos	71	41	0	31
Total	1.348	225	330	793

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2018 Justo valor das garantias recebidas Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	292	240	47	5
Títulos de dívida	185	149	37	0
Instrumentos de capital	102	92	10	0
Outras garantias recebidas	5	0	0	5

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2019

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central	130.338	4.152	205	54	20	2.601	222	0	0	137.592
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5.639	3.338	172	98	135	231	0	0	22	9.636
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	16	5.668	2.158	1.142	163	445	881	3.329	0	13.801
Com bancos	11	5.011	781	474	20	104	610	2.709	0	9.720
Com clientes	5	657	1.377	668	143	341	271	620	0	4.081
Títulos obtidos por empréstimo	328	100	0	0	0	0	0	0	0	428
Com bancos	38	0	0	0	0	0	0	0	0	38
Com clientes	290	100	0	0	0	0	0	0	0	390
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	461.076	43.798	8.883	1.783	226	1.371	452	5.927	7.196	530.713
Ativos detidos para negociação	110.559	0	0	0	0	0	0	0	315	110.875
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	93.000	0	0	0	0	0	0	0	12	93.012
Ações e outros títulos de rendimento variável	17.017	0	0	0	0	0	0	0	303	17.320
Outros ativos detidos para negociação	543	0	0	0	0	0	0	0	0	543
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	0	0	0	0	0	0	0	0	332.931
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	17.586	43.798	8.883	1.783	226	1.371	452	5.921	6.881	86.901
Títulos comprados com acordos de revenda	4.791	38.563	6.796	743	91	121	156	2.105	0	53.366
Títulos obtidos por empréstimo	12.623	4.355	930	0	0	0	10	0	0	17.918
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	493	1.079	865	135	388	285	3.780	5.344	12.369
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	172	387	78	176	0	862	0	35	1.537	3.247
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	6	0	7
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	121	272	129	38	15	180	578	1.446	2.780
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	12	3.315	2.395	2.989	1.417	2.055	4.603	15.570	13.148	45.503
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.408	0	0	0	0	7	0	0	1.415
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.618	1.848	2.561	1.065	1.851	4.187	13.016	13.068	39.214
Empréstimos	12	289	546	428	352	204	409	2.554	80	4.874
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	16.410	45.045	20.166	15.716	9.554	8.778	29.985	80.631	203.556	429.841
A bancos	85	1.859	1.064	670	238	468	234	1.213	370	6.201
A clientes	16.325	43.186	19.102	15.046	9.316	8.310	29.751	79.418	203.186	423.640
Retalho	2.264	8.699	3.419	2.361	1.531	1.044	4.295	15.325	156.824	195.762

31.12.2019

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Grandes empresas e outros clientes	14.061	34.487	15.683	12.685	7.785	7.266	25.456	64.094	46.362	227.878
Outros ativos financeiros	62.134	7.807	1.455	557	249	2.767	2.252	12.277	7.697	97.196
Total de ativos financeiros	675.954	113.345	35.706	22.468	11.801	18.263	38.574	118.314	233.065	1.267.490
Outros ativos	10.921	264	3.220	103	109	197	347	1.632	13.392	30.185
Total do ativo	686.875	113.609	38.926	22.571	11.910	18.459	38.921	119.946	246.458	1.297.674

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
					31 de dezembro de 2018[1]					
Caixa e saldos do banco central	182.778	2.596	224	0	22	3.070	40	0	0	188.731
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4.234	3.182	202	110	131	422	0	0	599	8.881
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	40	2.537	1.415	887	461	521	1.067	1.294	0	8.222
Com bancos	1	2.015	173	588	447	266	0	1.136	0	4.626
Com clientes	39	522	1.242	299	14	255	1.067	158	0	3.595
Títulos obtidos por empréstimo	2.880	517	0	0	0	0	0	0	0	3.396
Com bancos	49	60	0	0	0	0	0	0	0	110
Com clientes	2.830	456	0	0	0	0	0	0	0	3.287
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	497.441	37.864	14.877	2.174	2.830	5.872	2.274	4.617	5.395	573.344
Ativos detidos para negociação	152.456	0	0	0	0	0	0	0	281	152.738
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	96.650	0	0	0	0	0	0	0	18	96.668
Ações e outros títulos de rendimento variável	55.250	0	0	0	0	0	0	0	264	55.514
Outros ativos detidos para negociação	556	0	0	0	0	0	0	0	0	556
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	320.058	0	0	0	0	0	0	0	0	320.058
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	24.927	37.855	14.782	2.174	2.830	5.872	2.274	4.617	5.112	100.444
Títulos comprados com acordos de revenda	5.478	32.550	3.231	616	372	78	110	2.098	9	44.543
Títulos obtidos por empréstimo	19.213	4.331	625	2	0	0	39	0	0	24.210
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	1	739	10.855	1.556	2.458	4.590	1.777	2.501	3.763	28.239
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	235	235	72	0	0	1.204	348	18	1.340	3.453
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	9	95	0	0	0	0	0	1	104
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	143	179	220	21	23	322	641	1.480	3.028
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	3.101	2.290	2.945	3.982	4.403	6.858	16.371	11.228	51.182
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.097	0	0	0	0	0	0	0	1.097
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.692	1.717	2.519	3.811	4.307	6.252	13.494	11.203	44.993
Empréstimos	3	312	574	426	171	96	606	2.877	25	5.092
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	15.812	39.559	23.116	14.432	9.585	8.324	23.928	67.648	197.892	400.297
A bancos	170	1.644	1.394	1.017	120	131	544	406	1.179	6.605
A clientes	15.642	37.915	21.722	13.415	9.465	8.194	23.383	67.242	196.713	393.691
Retalho	2.238	7.109	3.702	1.735	857	887	4.794	15.099	151.001	187.422

	31 de dezembro de 2018[1]									
em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Grandes empresas e outros clientes	13.404	30.806	18.020	11.680	8.609	7.307	18.589	52.143	45.712	206.269
Outros ativos financeiros	65.390	7.813	446	418	108	2.917	835	2.416	1.844	82.187
Total de ativos financeiros	768.578	97.311	42.750	21.187	17.142	25.551	35.324	92.987	218.438	1.319.269
Outros ativos	13.198	91	91	124	158	197	34	984	13.991	28.868
Total do ativo	781.777	97.402	42.841	21.311	17.300	25.749	35.358	93.972	232.430	1.348.137

[1] Os números relativos a 2018 foram reajustados.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2019

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	364.007	20.305	92.964	35.712	17.979	15.110	7.205	8.675	10.251	572.208
A pagar a bancos	43.745	1.631	8.834	5.338	1.065	665	2.153	5.453	7.972	76.856
A pagar a clientes	320.262	18.674	84.130	30.374	16.914	14.445	5.052	3.222	2.279	495.352
Retalho	135.727	4.746	57.398	16.271	8.895	5.854	579	654	171	230.296
Grandes empresas e outros clientes	184.534	13.929	26.732	14.102	8.018	8.591	4.473	2.569	2.108	265.056
Passivos detidos para negociação	353.571	0	0	0	0	0	0	0	0	353.571
Títulos para negociação	36.692	0	0	0	0	0	0	0	0	36.692
Outros passivos detidos para negociação	373	0	0	0	0	0	0	0	0	373
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	316.506	0	0	0	0	0	0	0	0	316.506
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	9.860	15.487	10.201	5.066	4.802	954	162	983	2.816	50.332
Títulos vendidos com acordos de recompra	7.617	14.965	10.016	4.795	4.555	754	2	16	2	42.723
Dívida a longo prazo	89	160	112	256	223	137	159	951	2.675	4.761
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	2.154	362	74	14	25	63	1	16	139	2.847
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	544	0	0	0	544
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	140	147	42	105	97	64	491	343	1.431
Recursos de bancos centrais adquiridos	218	0	0	0	0	0	0	0	0	218
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.493	960	158	22	0	205	13	37	7	2.897
A pagar a bancos	1.248	750	32	22	0	205	0	0	0	2.257
A pagar a clientes	246	210	127	0	0	0	13	37	7	640
Títulos cedidos por empréstimo	258	0	0	0	0	0	0	0	0	259
A pagar a bancos	15	0	0	0	0	0	0	0	0	16
A pagar a clientes	243	0	0	0	0	0	0	0	0	243
Outros empréstimos a curto prazo	1.861	518	1.477	604	229	529	0	0	0	5.218
Dívida a longo prazo	0	630	14.841	11.320	7.194	4.104	28.724	37.228	32.433	136.473
Títulos de dívida – sénior	0	572	3.139	4.811	6.992	3.232	27.178	32.215	23.047	101.187
Títulos de dívida subordinados	0	0	15	2.023	0	13	0	1.295	3.588	6.934
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	54	11.687	4.480	198	855	1.522	3.529	5.695	28.019
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	3	0	7	4	3	24	190	101	333
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	1.257	0	756	0	0	0	2.013
Outros passivos financeiros	78.597	1.088	1.653	280	254	253	875	1.493	867	85.361
Total de passivos financeiros	809.867	39.129	121.442	54.304	30.564	22.553	37.043	48.908	46.716	1.210.524
Outros passivos	24.990	0	0	0	0	0	0	0	0	24.990
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	62.160	62.160
Total do passivo e do capital próprio	834.857	39.129	121.442	54.304	30.564	22.553	37.043	48.908	108.876	1.297.674
Compromissos assumidos fora do balanço	39.558	7.525	12.808	14.979	8.110	18.609	33.148	90.696	35.238	260.672
Bancos	594	1.025	1.145	1.365	1.265	2.158	1.609	2.147	2.481	13.791
Retalho	17.028	769	701	364	82	1.086	301	227	9.468	30.025
Grandes empresas e outros clientes	21.936	5.731	10.962	13.249	6.763	15.365	31.237	88.322	23.290	216.856

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2018

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	348.026	26.750	109.965	26.422	10.517	10.021	11.563	9.662	11.479	564.405
A pagar a bancos	46.399	2.487	8.699	6.059	913	1.624	2.284	5.470	8.045	81.980
A pagar a clientes	301.627	24.263	101.266	20.363	9.604	8.397	9.279	4.193	3.434	482.425
Retalho	125.292	9.731	74.012	3.878	1.736	1.176	917	970	603	218.314
Grandes empresas e outros clientes	176.335	14.532	27.254	16.486	7.868	7.221	8.362	3.223	2.831	264.111
Passivos detidos para negociação	361.411	0	0	0	0	0	0	0	0	361.411
Títulos para negociação	59.629	0	0	0	0	0	0	0	0	59.629
Outros passivos detidos para negociação	295	0	0	0	0	0	0	0	0	295
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	301.487	0	0	0	0	0	0	0	0	301.487
Passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados (sem compromissos de crédito e garantias financeiras)	11.282	28.466	3.640	4.699	540	370	639	1.041	3.079	53.757
Títulos vendidos com acordos de recompra	10.822	27.909	3.031	4.259	0	2	208	17	6	46.254
Dívida a longo prazo	255	33	238	234	416	155	391	936	2.949	5.607
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	205	524	372	206	124	212	40	89	124	1.895
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	512	0	0	0	512
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	178	431	383	93	25	264	241	306	1.922
Recursos de bancos centrais adquiridos	252	0	0	0	0	0	0	0	0	252
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.151	611	349	3	265	234	0	1	0	4.615
A pagar a bancos	2.205	513	264	3	265	205	0	1	0	3.456
A pagar a clientes	945	99	85	0	0	29	0	0	0	1.158
Títulos cedidos por empréstimo	3.357	1	1	0	0	0	0	0	0	3.359
A pagar a bancos	1.320	1	0	0	0	0	0	0	0	1.322
A pagar a clientes	2.036	0	1	0	0	0	0	0	0	2.037
Outros empréstimos a curto prazo	11.067	899	584	1.136	266	205	0	0	0	14.158
Dívida a longo prazo	0	1.735	28.579	9.505	5.017	2.480	22.627	47.762	34.377	152.083
Títulos de dívida – sénior	0	1.678	7.444	8.977	4.388	1.790	15.050	43.552	25.510	108.389
Títulos de dívida subordinados	0	28	1.943	109	1	0	1.314	1.232	2.089	6.717
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	26	19.193	376	592	673	6.250	2.838	6.602	36.550
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	3	0	42	36	17	13	141	175	427
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	3.168	0	0	0	0	0	3.168
Outros passivos financeiros	96.571	976	1.785	134	44	1.024	268	101	59	100.962
Total de passivos financeiros	835.117	59.617	145.335	45.450	16.743	14.872	35.361	58.809	49.300	1.260.603
Outros passivos	18.797	0	0	0	0	0	0	0	0	18.797
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	68.737	68.737
Total do passivo e do capital próprio	853.913	59.617	145.335	45.450	16.743	14.872	35.361	58.809	118.037	1.348.137
Compromissos assumidos fora do balanço	39.720	9.767	13.480	19.872	9.390	15.678	27.793	91.753	36.200	263.654
Bancos	20.274	5.010	7.445	10.854	5.178	8.539	14.394	46.720	19.178	137.593
Retalho	8.192	1.246	388	86	115	577	343	79	4.360	15.386
Grandes empresas e outros clientes	11.253	3.511	5.647	8.932	4.097	6.563	13.055	44.954	12.662	110.674

Relatório de Remunerações

Introdução – 169
Remuneração do Conselho de Administração - 170
Governo da Remuneração do Conselho de Administração – 170
Princípios de Remuneração – 171
Estrutura de remuneração – 172
Incentivo de longo prazo e sustentabilidade – 178

Condições de perda de direitos/recuperação (clawback) – 180
Limitações no caso de acontecimentos excecionais – 180
Diretrizes de participações – 180
Outros benefícios aquando de cessação antecipada – 181
Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2019 – 181
Prémios em ações – 185
Participação acionista do Conselho de Administração, Diretrizes de participações
– 185
Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC) – 188
Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17) – 194
Relatório de Remuneração dos colaboradores - 197
Contexto regulamentar – 197
Governo das remunerações – 198
Estratégia de remuneração – 199
Quadro de remuneração do Grupo – 200
Determinação da remuneração variável baseada no desempenho – 201
Estrutura de remuneração variável – 202
Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 203
Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas – 204
Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais – 207
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização - 209
Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2019 – 211

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2019 fornece informação detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global.

O relatório de remuneração inclui as seguintes três secções:

Remuneração do Conselho de Administração

A primeira secção do Relatório determina a estrutura e a conceção do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. A segunda secção é composta pelo relatório de remuneração sobre a remuneração e outros benefícios concedidos pelo Conselho de Fiscalização aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Também nos referimos aqui à mensagem do Conselho de Fiscalização.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

A segunda secção do Relatório de remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank (incluindo o Grupo DWS). O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2019. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung* – InstVV).

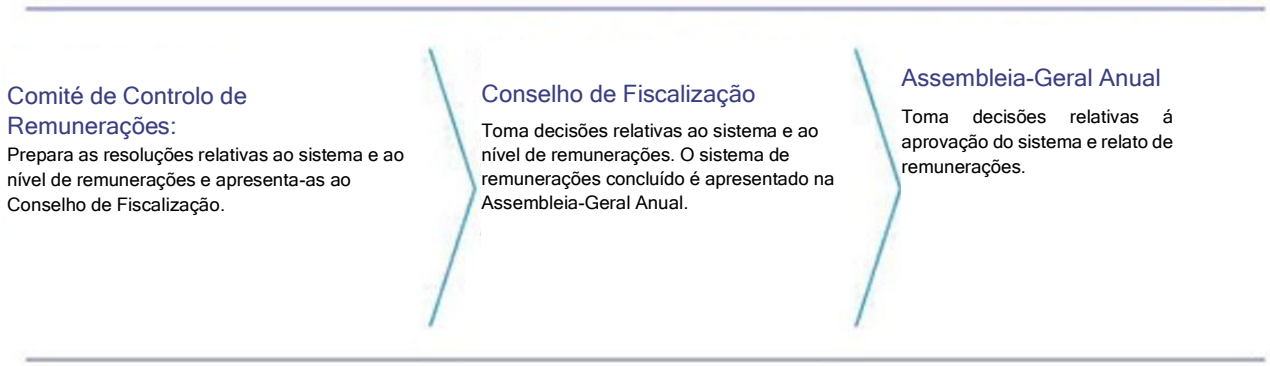
Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

A terceira secção fornece informações sobre a estrutura e o nível de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch– “HGB”), da norma de contabilidade alemã n.º 17 “Relato da remuneração dos órgãos executivos”, do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Remuneração do Conselho de Administração

Governo da Remuneração do Conselho de Administração



O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação e conceção do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comité de Controlo de Remunerações. O Comité de Controlo de Remunerações controla e apoia a estruturação adequada das políticas de remuneração e prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Controlo de Remunerações e/ou o Conselho de Fiscalização consultará consultores externos independentes sempre que seja considerado necessário.

O Comité de Controlo de Remunerações é constituído geralmente por quatro membros. Em conformidade com os requisitos regulamentares, pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. No passado, o Conselho de Fiscalização recorreu à possibilidade prevista em § 120 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz – AktG) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. O sistema atual foi aprovado pela Assembleia-Geral Anual em 2017. Após a promulgação da lei alemã que implementa a Segunda Diretiva dos Direitos dos Acionistas no final de 2019, o Conselho de Fiscalização irá rever as estruturas de remuneração em 2020 de acordo com o novo quadro legal e apresentará as mesmas à Assembleia-Geral Anual em 2021 para aprovação.

Sistema de Remuneração

Princípios de Remuneração

O sistema de remuneração e a determinação da remuneração individual baseiam-se nos seis princípios de remuneração a seguir descritos. O sistema de remuneração foi desenvolvido a partir destes princípios, os quais fornecem orientações caso surjam questões de interpretação. Desta forma, este princípios são sempre tidos em conta pelo Conselho de Fiscalização ao aprovar uma resolução sobre o sistema de remuneração e a avaliação da remuneração individual.

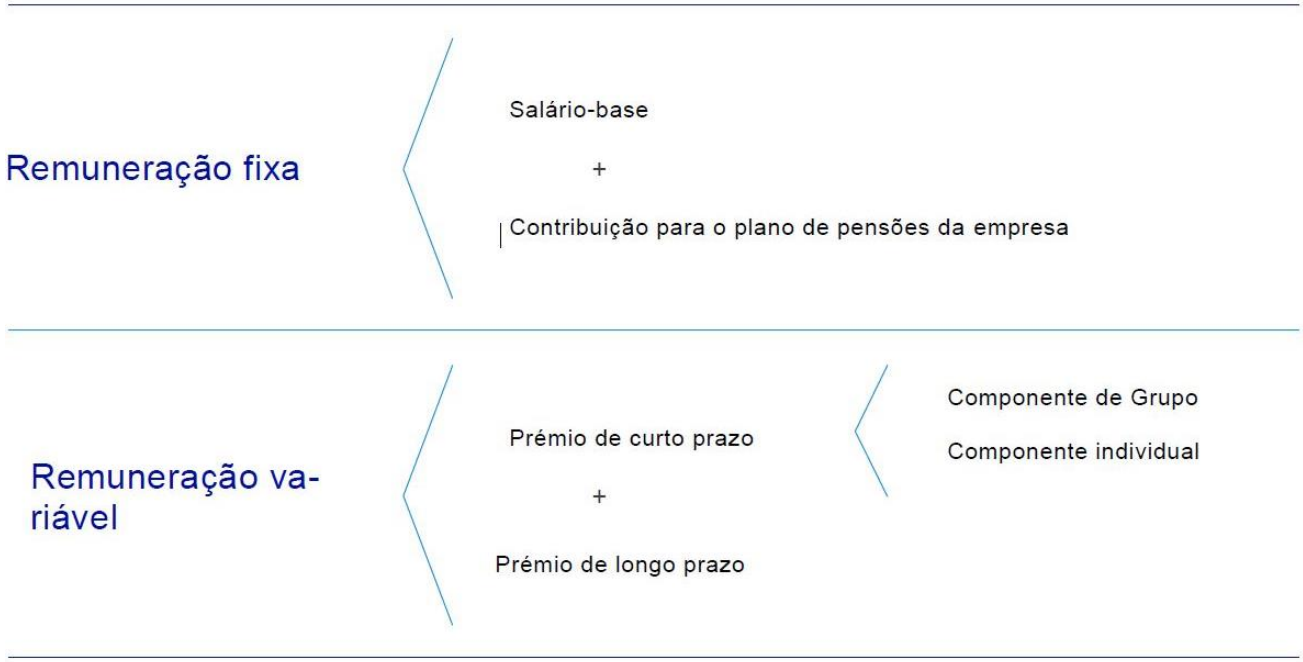
Governo	A estruturação do sistema de remuneração e determinação de remunerações individuais é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. O objetivo do Conselho de Fiscalização é oferecer, no âmbito dos requisitos regulamentares, um pacote de remuneração que esteja em consonância com as práticas de mercado habituais e, assim, que seja competitivo com funções comparáveis.
Group Strategy (estratégia do Grupo)	Através da estrutura das políticas de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.
Desempenho coletivo e individual dos Membros do Conselho de Administração	A remuneração variável relacionada com o desempenho é determinada com base no nível de consecução dos objetivos previamente acordados. Para este efeito, são definidos objetivos coletivos e relacionados com o Grupo Deutsche Bank aplicáveis de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização define objetivos individuais para cada membro do Conselho de Administração separadamente, que têm em conta particularmente o desenvolvimento do negócio, das infraestruturas ou áreas regionais de responsabilidade, conforme o caso. Estes objetivos podem ser de natureza financeira ou não financeira.
Limites de remuneração regulamentares ou outros	De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a definição supramencionada para 1:2 com maioria de 91%. O sistema de remuneração deliberado pelo Conselho de Fiscalização também prevê limites fixos para os componentes de remuneração variável individuais. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização pode definir um limite adicional para a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração. No exercício de 2019, o limite adicional foi de 9,85 milhões de euros.
Sustentabilidade	A remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração será concedida apenas numa base diferida. O prémio de longo prazo e, consequentemente, cerca de 60% da remuneração variável diferida, será concedido sob a forma de componentes de remuneração com base em ações, que são obtidos nunca menos de cinco anos após ser concedida uma tranche (aquisição imediata de direitos (cliff vesting)) e estão sujeitos a um período de retenção adicional de um ano. A parcela remanescente é geralmente concedida como uma componente de remuneração não baseada em ações e a ser obtida em tranches idênticas durante um período de sete anos. Durante o período de diferimento e de retenção, a remuneração diferida está sujeita a disposições específicas de perda de direitos. A remuneração variável total poderá ser reclamada pelo banco num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração (clawback).
Interesses dos acionistas	Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a aplicação e distribuição da remuneração, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank.

O sistema de remunerações e as estruturas de remuneração que estas abrangem encontram-se refletidas nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração

– Estruturas de remuneração transparentes
– Ligações claras entre a remuneração e os objetivos previamente acordados
– Forte ênfase nos interesses dos acionistas

Estrutura e elementos de remunerações das políticas de remunerações



O sistema de remuneração aplicável a partir de janeiro de 2017 consiste em componentes não relacionadas com o desempenho (fixo) e componentes relacionadas com o desempenho (variável).

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e consiste no salário-base, em subsídios, em contribuições para o plano de pensões corporativo e "benefícios marginais".

O salário-base anual ascende a 3,4 milhões de euros para o Presidente e o Conselho de Administração. O Presidente recebe um salário-base anual de 3 milhões de euros. Em princípio, o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração é de 2,4 milhões de euros; para o membro do Conselho com responsabilidade pelo CIB, foi de 3 milhões de euros. Quando o Sr. Ritchie, que era o responsável pela CIB, deixou o Conselho de Administração no final de julho de 2019, a CIB foi dividida nas divisões CB e IB. Estas duas novas divisões não foram representadas de forma independente no Conselho de Administração, mas foram assumidas pelo Presidente do Conselho de Administração. O salário-base de um membro do Conselho de Administração que seria responsável independente pelo CB ou IB ainda não foi determinado.

Vários fatores foram tidos em conta ao determinar o nível adequado do salário-base. Primeiro, o salário-base recompensa o pressuposto geral do mandato do membro do Conselho de Administração e a responsabilidade global relacionada dos membros individuais do Conselho de Administração. Adicionalmente, a remuneração paga no mercado comparável é tida em consideração ao determinar o montante do salário-base. No entanto, uma comparação do mercado tem de ter em consideração que os requisitos regulamentares em conformidade com a portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV) em conjunto com a Secção 25a (5) da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) definiram um limite para a remuneração variável de 200% da remuneração fixa. Por conseguinte, a remuneração fixa tem de ser determinada de forma a assegurar uma remuneração total competitiva em consonância com as práticas de mercado, tendo simultaneamente em consideração os requisitos supramencionados. Este limite regulamentar obrigatório foi implementado em 2014.

Em 2017, o Conselho de Fiscalização apresentou uma provisão funcional opcional que poderá ser atribuída aos membros do Conselho de Administração a quem são atribuídas tarefas adicionais e uma responsabilidade específica além da área de responsabilidade normal atribuída no âmbito do Conselho de Administração. Desde agosto de 2019, nenhum dos membros do Conselho de Administração recebeu uma provisão funcional opcional.

Além disso, os membros do Conselho de Administração recebem contribuições para o plano de pensões da empresa que fazem parte da remuneração fixa, de acordo com as disposições regulamentares, e que, portanto, devem ser consideradas na determinação da relação entre as componentes de remuneração fixa e variável. A contribuição anual para o plano de pensões da empresa foi de 1 milhão de euros para os membros do Conselho de Administração responsáveis pela AM e CIB. Desde janeiro de 2019 ou agosto de 2019, respetivamente, nenhuma das áreas de responsabilidade está representada de forma independente no Conselho de Administração. A contribuição anual para todos os outros membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente, é de 650.000 euros.

As componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "benefícios marginais". Os "benefícios marginais" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

O sistema de remuneração atual estabelece que a remuneração tem de estar associada a critérios de desempenho transparentes predefinidos. A estrutura permite que sejam acordados objetivos individuais e de divisão juntamente com objetivos coletivos e possibilita a obtenção de níveis de pagamento competitivos em consonância com as práticas de mercado tendo como base a área de responsabilidade do membro respetivo e, simultaneamente, também cumpre os requisitos regulamentares a este respeito.

Toda a remuneração variável está relacionada com o desempenho. Consiste numa componente de curto prazo, o chamado Prémio de Curto Prazo e uma componente de longo prazo, o chamado Prémio de Longo Prazo.

Desde 2017, o InstVV geralmente estipula um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. O banco tem em conta este requisito ao avaliar cada um dos três objetivos da componente de longo prazo ao longo de um período de três anos. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante, por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o nível de consecução dos objetivos será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro do Conselho de Administração. Se o período de avaliação mínimo for inferior a três anos, o período de diferimento para a remuneração variável a ser concedida é prolongado pelo número de anos em falta, até alcançar o período de avaliação mínimo.

Prémio de curto prazo (STA)

O STA está associado à consecução de objetivos de curto e médio prazo. Os objetivos incluem objetivos coletivos a ser alcançados pelo Conselho de Administração como um todo e objetivos individuais cujo nível de consecução é determinado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

A fim de distinguir os objetivos coletivos dos objetivos individuais, o STA é dividido em dois componentes:

– a Componente de Grupo e
– a Componente individual.

Componente de grupo

Os objetivos a ser alcançados constituem a base para o cálculo do componente de grupo como parte do STA. O objetivo fundamental da componente do grupo é associar a remuneração variável ao desempenho do Banco.

Em 2016, o Conselho de Administração decidiu alinhar mais estreitamente parte da remuneração variável para colaboradores não pautais do Banco com o desempenho do Grupo. Isto procura recompensar o contributo de todos os colaboradores para os resultados financeiros do Banco e os êxitos na implementação da sua estratégia. A remuneração do Conselho de Administração está também estreitamente ligada ao desempenho do Banco, utilizando valores financeiros fundamentais selecionados. O Conselho de Fiscalização decidiu alinhar mais estreitamente as políticas de remuneração para os membros do Conselho de Administração com as políticas de remuneração para colaboradores. Isto é alcançado através da utilização de métricas de desempenho anuais subjacentes à componente de grupo no sistema de remuneração para colaboradores como o valor de referência para a componente de grupo do STA a partir de 2017.

Em conformidade com a estratégia, quatro métricas de desempenho que constituem indicadores importantes do perfil de capital, risco, custo e rentabilidade do Banco formam o valor de referência para o componente de grupo do STA:

Rácio Common Equity Tier 1 (CET1) (fully loaded)	O rácio Common Equity Tier 1 do Banco em relação aos ativos ponderados pelo risco.
Rácio de alavancagem	O capital Tier 1 do Banco como uma percentagem da sua exposição total a alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV.
Custos ajustados	Despesas totais (excluindo juros), excluindo reestruturação e indemnizações, litígios, imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	Resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas. Esta última é o capital próprio dos acionistas no balanço do Banco, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a seleção das métricas de desempenho. Os quatro objetivos supra são igualmente ponderados até 25% na determinação do componente de grupo do STA, dependendo do nível de consecução. Se, de um modo geral, os objetivos baseados em métricas de desempenho não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente de grupo não será atribuído.

Componente individual

A componente individual do STA recompensa a consecução de objetivos a curto e médio prazo individuais. Estes objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação do desempenho do exercício financeiro respetivo. Os objetivos principais são concebidos para contribuir para a política comercial aplicável e objetivos estratégicos do Banco, em consonância com a área de responsabilidade de cada membro do Conselho de Administração. No processo, tanto o sucesso financeiro como o sucesso não financeiro são tidos em conta. Os objetivos para o componente individual podem incluir, por exemplo, desenvolvimentos de proveitos durante o ano, metas relacionadas com projetos, objetivos de diversidade ou outros desenvolvimentos na satisfação dos colaboradores ou dos clientes.

Como parte do acordo de definição de objetivos anual, são estabelecidos os critérios de medição e/ou valores financeiros fundamentais correspondentes, que são utilizados para determinar o nível de consecução dos objetivos. São estabelecidos pelo menos três objetivos por ano fiscal para cada membro do Conselho de Administração.

Desde o exercício de 2018, as Pontuações equilibradas estão integradas nas políticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização determina agora o nível de consecução de objetivos para uma parte específica da componente individual do Prémio de curto prazo, tendo em conta os resultados da Pontuação equilibrada. A pontuação equilibrada permite tornar operacionais os objetivos estratégicos transformando-os em medidas concretas, criando simultaneamente uma visão geral das prioridades do Grupo. A pontuação equilibrada dos membros do Conselho de Administração abrange dois componentes: (i) os indicadores-chave de desempenho (KPI) e (ii) as entregas-chave, cujo nível de consecução é determinado no final do exercício. A pontuação equilibrada contém números financeiros-chave, bem como indicadores-chave de desempenho (não financeiros) relativos a negócio de clientes, pessoal, ambiente de controlo e inovação. De forma a associar a pontuação equilibrada com a remuneração dos membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu que serão contabilizados 30% da componente individual do STA (ou seja, 6-9% da remuneração variável total) reservados para os KPI decorrentes da pontuação equilibrada. A componente de pontuação equilibrada que inclui os principais resultados está intimamente ligada aos objetivos individuais.

A soma de todos os objetivos individuais e divisionais determina 90% da componente individual do STA. O Conselho de Fiscalização decide sobre a parcela remanescente de 10% do componente individual para premiar contributos extraordinários ao longo do exercício, como parte da sua autoridade discricionária. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um componente individual não será atribuído.

Valores mínimo, alvo e máximo

A soma dos objetivos acordados individualmente e ao nível do Grupo ascende a um máximo de 40% da remuneração variável total, dependendo do nível de consecução dos objetivos supramencionados. Se, de um modo geral, os objetivos não forem alcançados durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar que um STA não será atribuído.

			2019
em euros	Mínimo	Alvo	Máximo
Presidente			
Componente de grupo	0	500.000	1.000.000
Componente individual	0	1.400.000	2.800.000
STA total[1]	0	1.900.000	3.800.000
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente de grupo	0	500.000	1.000.000
Componente individual (desde - até)	0	800.000	1.600.000
	0	até 1 400 000	até 2 800 000
Total STA (desde - até)	**0**	1.300.000	2.600.000
	0	até 1 900 000	até 3 800 000

[1] STA: Prémio de curto prazo.

Prémio de longo prazo (LTA)

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco claro na consecução dos objetivos de longo prazo. Por conseguinte, o valor alvo do LTA constitui uma parte nunca inferior a 60% da remuneração alvo variável total. À semelhança do componente a curto prazo, o Conselho de Fiscalização determina os objetivos de longo prazo coletivos para os membros do Conselho de Administração. O nível de consecução é determinado com base na definição de fatores e/ou métricas de desempenho claras, que serão acordados para estes objetivos no início de um exercício financeiro.

60% da remuneração variável, no mínimo, está relacionada com a componente de longo prazo

O Conselho de Fiscalização determinou um total de três objetivos para cada membro do Conselho de Administração. Cada objetivo é igualmente ponderado a 1/3 na avaliação do LTA. Para 2019, o Conselho de Fiscalização determinou os três objetivos comuns seguintes para todos os membros do Conselho de Administração.

O **desempenho relativo da ação do Deutsche Bank** em comparação com instituições pares selecionadas é um objetivo no enquadramento do LTA. Este objetivo visa promover o desempenho sustentável da ação do Deutsche Bank. A natureza de longo prazo deste objetivo é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas (RTSR) com base numa avaliação de três anos. O RTSR do Deutsche Bank deriva da rentabilidade total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo de pares selecionado (cálculo em euros). Esta parcela do LTA é calculada a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores). Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas é selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente.

Em 2019, o grupo de pares para o RTSR incluiu os seguintes bancos:

Peer Group of Deutsche Bank				
BNP Paribas	Société Générale	Barclays	Credit Suisse	UBS
Bank of America	Citigroup	JP Morgan Chase	HSBC	

O Conselho de Fiscalização define um objetivo concebido para promover o crescimento e o fortalecimento do Banco, com base na noção de crescimento orgânico do capital real. O Crescimento orgânico do capital é definido como o saldo das seguintes alterações (igualmente reportadas na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio) que ocorrem durante o exercício, divididas pela ações dos Acionistas do Deutsche Bank atribuíveis até 31 de dezembro do exercício anterior.

- Total do rendimento integral, após impostos
- Cupões sobre componentes de capital adicionais, após impostos
- Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
- Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias
- Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas

Consequentemente, as alterações "não orgânicas" às ações, em particular o pagamento de dividendos ou aumento de capital, não são relevantes para a consecução do objetivo.

Tal como no ano transato, o terceiro objetivo consiste no fator "Cultura e Clientes". Neste contexto, o Conselho de Fiscalização define um objetivo que está associado à cultura empresarial, à satisfação do cliente e às relações com os clientes. Este objetivo está associado ao desenvolvimento sustentável do ambiente intrabancário ou é concebido para promover o desenvolvimento das relações com os clientes para o exercício de 2019. Um objetivo definido pelo Conselho de Fiscalização para todos os membros do Conselho de Administração é – novamente este ano – a avaliação do ambiente de controlo dentro do Grupo Deutsche Bank.

O prémio de longo prazo pode ser um máximo de 150% dos valores alvo correspondentes.

Objetivos

Os objetivos são determinados pelo Conselho de Fiscalização como parte de um acordo de definição de objetivos no início do exercício financeiro respetivo para fins de avaliação do desempenho. Para todos os objetivos são definidas métricas financeiras para medir o nível de consecução dos objetivos de forma transparente. A decisão discricionária está estritamente limitada de 3 a 6% em relação à remuneração variável total.

A atribuição dos objetivos aos componentes de remuneração individuais é apresentada a seguir.

	Indicadores relevantes	Ponderação relativa
Prémio de curto prazo (STA)TA)	**Componente de grupo** [1]	
	Rácio CET1	25 %
	Rácio de alavancagem	25 %
	Gastos operacionais (excluindo juros) ajustados	25 %
	Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE)	25 %
	Componente individual [2]	
	Objetivos individuais	60 %
	Pontuação equilibrada	30 %
	Discrição	10 %
Prémio de longo prazo (LTA) [3]	Retorno total relativo dos acionistas	33,34 %
	Crescimento orgânico do capital	33,33 %
	Fator de cultura e cliente/Grupo de classificação do ambiente de	33,33 %

(1) Principais objetivos estratégicos conjuntos, que também formam a base da avaliação do componente de grupo como parte do sistema de remunerações para os funcionários do Grupo DB
(2) Objetivos individuais e de divisão a curto prazo quantitativos e qualitativos
(3) Objeções ao nível do grupo a longo prazo.

Remuneração máxima

Remuneração total/Valores alvo e máximo

					2019	2018
	Salário-base		STA[1]	LTA[2]	Remuneração total	Remuneração total
em euros		Componente de grupo	Componente individual			
Presidente						
Alvo	3.400.000	500.000	1.400.000	3.400.000	8.700.000	8.700.000
Máximo	3.400.000	1.000.000	2.800.000	5.100.000	12.300.000	12.300.000
Membro ordinário do Conselho de Administração (CIB)[3]						
Alvo	3.000.000	500.000	1.400.000	2.800.000	7.700.000	7.700.000
Máximo	3.000.000	1.000.000	2.800.000	4.200.000	11.000.000	11.000.000
Membro ordinário do Conselho de Administração (AM)[4]						
Alvo	0	0	0	0	0	7.000.000
Máximo	0	0	0	0	0	10.200.000
Membro ordinário do Conselho de Administração (PB)[5]						
Alvo	2.400.000	500.000	1.100.000	2.800.000	6.800.000	6.800.000
Máximo	2.400.000	1.000.000	2.200.000	4.200.000	9.800.000	9.800.000
Membro ordinário do Conselho de Administração (Infraestrutura/Região)						
Alvo	2.400.000	500.000	800.000	2.800.000	6.500.000	6.500.000
Máximo	2.400.000	1.000.000	1.600.000	4.200.000	9.200.000	9.200.000

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.
[3] Valores anuais até 31 de julho de 2019. A partir de agosto de 2019, o CEO foi responsável pela divisão CB e IB, em que a CIB foi dividida.
[4] No exercício de 2019, a AM não foi representada de forma independente no Conselho de Administração.
[5] Desde agosto de 2019, o Presidente é responsável pela divisão PB. O seu pagamento fixo foi de 3.000.000 euros.

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a limites adicionais. Devido a requisitos regulamentares, a remuneração variável está limitada a 200% da remuneração fixa. Além disso, o Conselho de Fiscalização estabeleceu nos últimos anos um limite máximo para a remuneração total global, que se tornará obrigatória no futuro devido à lei alemã que implementa a Diretiva dos Direitos dos Acionistas. Para o exercício de 2019, o Conselho de Fiscalização voltou a limitar a remuneração a um máximo de 9,85 milhões de euros, de modo que mesmo nos casos em que o nível de consecução dos objetivos resultasse numa remuneração mais elevada, esta será limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros.

Incentivo de longo prazo e sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida terá de incluir componentes de remuneração baseadas em ações, enquanto a parcela restante é atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão caducar. Pelo menos metade do máximo de 40% da remuneração variável atribuída numa base não diferida tem de consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante valor poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% é pago ou entregue numa data posterior.

Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas é concedida numa base diferida.

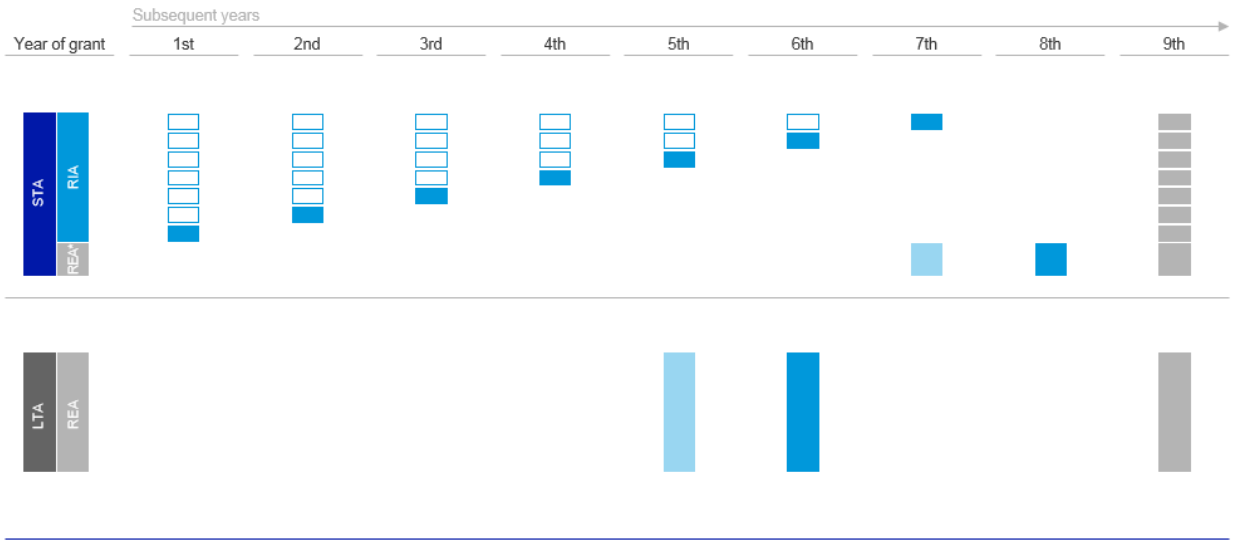
Pelo menos **50%** da remuneração variável é concedida com base em ações

A fim de vincular ainda mais os membros do Conselho de Administração ao desempenho do Banco e à cotação da ação do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização decidiu que a partir do exercício de 2019 a componente de longo prazo (LTA) continuará a ser concedido apenas sob a forma de prémios restritos de ações. A componente de curto prazo (STA) é geralmente concedida sob a forma de uma remuneração em numerário (Prémios restritos de incentivo). No entanto, se o montante de STA for superior a 50% do total da remuneração variável, o valor que exceder 50% também será concedido sob a forma de Prémios restritos em ações. Isto é concebido para assegurar que pelo menos 50% do total da remuneração variável seja concedido sob a forma de remuneração baseada em ações, de acordo com os requisitos regulamentares.

O InstVV exige, em princípio, que o (i) período combinado de avaliação do objetivo e o (ii) período de aquisição de direitos sejam de, pelo menos, oito anos. No que diz respeito ao calendário de aquisição de direitos, o InstVV permite que ambos sejam adquiridos em uma parcela (aquisição imediata de direitos) ou em parcelas consecutivas (aquisição de tranches). O LTA é baseado num período de avaliação de três anos, os Prémios restritos em ações concedidos para o LTA são obtidos após cinco anos em uma tranche. O período de avaliação para o STA é de apenas um ano. Assim, os Prémios restritos de incentivo concedidos para o STA são obtidos em sete parcelas idênticas ao longo de um período de sete anos. Quaisquer outros Prémios restritos em ações concedidos para o STA são também obtidos após sete anos, mas em uma parcela. Todos os Prémios restritos em ações têm um período de retenção adicional de um ano que se segue ao período de aquisição de direitos. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem alienar as suas ações depois de seis ou oito anos, respetivamente. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos sete anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição, bem como o período de uma possível recuperação.

Timeframe for payment or delivery, non-forfeiture and possibility of clawback for the Management Board



* Only if required to achieve a portion of 50 % shares.
Vesting and/or non fortfeiture, aligned with payment or delivery.
Vesting followed by a retention period until delivery; subject to individual fortfeiture conditions during the retention period.
End of possibility to demand the return ('Clawback') of already paid/delivered compensation components.

Condições de perda de direitos/recuperação (clawback)

Para criar incentivos a longo prazo, as componentes de remuneração de prémios restritos em ações e prémios restritos de incentivo são diferidas ou faseadas ao longo de vários anos. Os prémios podem ser total ou parcialmente caducados, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, os prémios poderão ser totalmente perdidos se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

A revisão do InstVV adotada em agosto de 2017 obriga a que as “disposições de recuperação” (clawback) deverão ser acordadas com os membros do órgão de gestão (Geschäftsleiter) das instituições relevantes. Contrariamente às condições de perda de direitos, esta cláusula permite ao Conselho de Fiscalização reclamar componentes de remuneração já pagos ou entregues devido a contributos negativos individuais específicos para os resultados efetuados pelo membro do Conselho de Administração num prazo de até dois anos após o termo do último período de diferimento.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos contratos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa se deteriorar, após a determinação da remuneração, de tal modo que a continuidade da atribuição da remuneração se tornasse impraticável para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pelo órgão regulador competente, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

– Compromisso de longo prazo dos membros do Conselho de Administração para com o Banco
– Identificação com o Deutsche Bank e respetivos acionistas
– Ligação ao desempenho do Banco através de remuneração diferida

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a deter um valor especificado de ações do Deutsche Bank. Este requisito promove a identificação dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e respetivos acionistas e visa assegurar uma ligação sustentável ao desempenho do Banco.

Para o Presidente, o número de ações a deter representa duas vezes o salário-base anual, ou seja, o equivalente a 6 800 000 euros. Para os outros membros do Conselho de Administração, o número de ações a deter corresponde a um salário-base anual, ou seja, o equivalente a 2 400 000 ou 3 000 000 euros, respetivamente.

As obrigações de retenção de ações têm de ser cumpridas com base na data em que o membro do Conselho de Administração recebeu uma remuneração variável baseada em ações global correspondente a 1 ⅓ das obrigações de retenção desde a sua nomeação para o Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Benefícios de pensão

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões com contribuições predefinidas. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional no montante de 4% por ano do montante atingido a 31 de dezembro do ano anterior. O Conselho de Fiscalização decidiu que os juros dos novos membros do Conselho de Administração com contratos de trabalho negociados após 1 de janeiro de 2020 serão reduzidos para 2% ao ano.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão em caso de um evento de pensão (limite de idade, incapacidade ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. As circunstâncias da cessação antecipada da nomeação e a duração do serviço no Conselho de Administração devem ser tidas em conta ao determinar o montante da indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções, em regra, é constituída por dois valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso, se aplicável. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições do InstVV.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. O montante exato da indemnização por cessação de funções é determinado pelo Conselho de Fiscalização, a exclusivo critério do mesmo. Nos termos do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções não excederá três valores de remuneração anuais e está limitada aos pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Remuneração do Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2019

Remuneração fixa

No exercício de 2019, o salário-base anual foi de 3.400.000 € para o Presidente do Conselho de Administração e de 3.000.000 ou 2.400.000 €, respetivamente, para os restantes membros do Conselho de Administração. Relativamente ao período de janeiro a julho de 2019, foi concedida ao membro do Conselho de Administração, Garth Ritchie, uma provisão funcional de 250 000 euros por mês. O Conselho de Fiscalização confiou-lhe uma responsabilidade adicional relacionada com as implicações do Brexit, além das suas áreas de responsabilidade segundo o plano de afetação de negócios.

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, atuando com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2019. O Conselho de Fiscalização calculou e determinou o montante do LTA e da componente de grupo do STA com base no nível de consecução dos respetivos objetivos e/ou números dos indicadores-chave.

Tendo como pano de fundo as perdas declaradas do Banco no exercício de 2019, o Conselho de Administração tomou em conjunto e em unanimidade a decisão de renunciar irrevogavelmente a qualquer direito de determinação e concessão da componente individual do STA para o exercício financeiro de 2019. O Conselho de Administração declarou a sua renúncia ao Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização absteve-se de determinar e atribuir qualquer remuneração variável com base na componente individual do STA para os membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2019.

Nível de consecução de objetivos

No exercício de 2019, o desenvolvimento das quatro métricas de desempenho para a **Componente de grupo do STA** foi o seguinte: Os níveis-alvo de 2019 para o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1), o Rácio de alavancagem (consulte a secção "Rácio de Alavancagem" no Relatório de Risco, para obter mais detalhes) e os KPI de Custo ajustado foram alcançados. O RoTE do Grupo foi significativamente afetado pelas perdas líquidas do Banco de 5,3 mil milhões de euros em 2019.

Apesar do muito bom desempenho do rácio CET1, do Rácio de alavancagem e dos KPI de Custos ajustados, o Conselho de Fiscalização determinou que era adequado equilibrar cuidadosamente a taxa de pagamentos calculada com o desempenho global do banco. Como resultado, o Conselho de Fiscalização decidiu – em alinhamento com o Conselho de Administração para os colaboradores – estabelecer um nível de consecução de 60% para a componente do Grupo.

60% foi o nível de consecução para a componente de grupo do STA

O **componente individual do STA** está associado à consecução dos objetivos individuais e da divisão de curto e médio prazo determinados pelos membros do Conselho de Administração em 2019, incluindo os da pontuação. No ano em análise, os objetivos foram ajustados à nova estratégia pelo Conselho de Fiscalização, com efeitos a partir de 1 de julho. Todos os membros do Conselho de Administração partilharam o mesmo objetivo de criar uma cultura de foco no cliente, espírito empreendedor, mentalidade tecnológica e sustentável e trabalho em equipa. Adicionalmente, os objetivos dos atuais membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2019 eram os seguintes:

Christian Sewing

O objetivo mais importante do Sr. Sewing em 2019 foi o desenvolvimento e a implementação de uma nova estratégia, incluindo, mas não se limitando a elementos fundamentais, como o cumprimento dos objetivos de custos e capital do Deutsche Bank, a formação do Corporate Bank, bem como a melhoria do compromisso das partes interessadas e a promoção da transformação cultural do Deutsche Bank.

Karl von Rohr

O objetivo inicial do Sr. von Rohr era reduzir ainda mais o número de litígios jurídicos pendentes, com foco nos processos de maior risco. Como membro do Conselho de Administração responsável pelos Recursos Humanos (até outubro), um dos objetivos passava por introduzir métodos de trabalho mais ágeis. Com a assunção de responsabilidade pelo Private Bank, o foco foi a implementação da estratégia para esta área. O Sr. von Rohr também assumiu a responsabilidade pelo Conselho de Administração da DWS, onde continuou a presidir ao Conselho de Fiscalização da DWS Group GmbH & Co. KGaA. Como Vice-Presidente do Conselho de Administração e responsável pela região da Alemanha, o seu objetivo era o de reforçar o diálogo com os clientes e representantes das partes interessadas.

Fabrizio Campelli

Devido ao curto período de dois meses como membro do Conselho de Administração no exercício de 2019, não foram acordados objetivos individuais em conformidade com os requisitos regulamentares.

Frank Kuhnke

Além do seu objetivo central de Diretor de Operações, o de conduzir a estabilidade, eficiência e inovação nas áreas de TI, Operações, Aquisições, Gestão de fornecedores e Imobiliário, o Sr. Kuhnke foi responsável por uma série de iniciativas chave de transformação e remediação, em particular nas áreas de Dados do Grupo e remediação de CIB KYC, e definiu a Estratégia de Dados, Nuvem e TI ao fazer a transição da responsabilidade de TI, Tecnologia e Inovação para uma organização TDI separada. O Sr. Kuhnke também assumiu a responsabilidade pela criação e desempenho comercial da Unidade de Libertação de Capital (CRU), a partir de julho de 2019.

Stuart Lewis

Na qualidade de Diretor de Risco, foi atribuído ao Sr. Lewis o objetivo de reforçar o quadro da apetência pelo risco do Banco como um elemento fundamental da estratégia de negócio. Além disso, a cooperação e o alinhamento com as divisões de Finanças e Tecnologia devem ser ainda mais reforçados. Um dos objetivos do Sr. Lewis era o de melhorar o ambiente de controlo no que diz respeito aos principais indicadores relevantes para a função de risco. Com a assunção da responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Combate aos crimes financeiros, estas áreas e a Gestão do risco não financeiro deveriam ser mais desenvolvidas para aumentar ainda mais a eficiência e eficácia do controlo através da criação de sinergias.

James von Moltke

Um dos principais objetivos para o Sr. von Moltke em 2019 foi a transformação dos relatos e da gestão da liquidez. Outro objetivo foi o da revisão dos preços de transferência de fundos. Além disso, o programa estratégico "Catalisador de Custos" continuou em 2019, visando identificar e eliminar ineficiências estruturais de custos, melhorar a nossa cultura de custos e contribuir para o cumprimento das metas de desempenho operacional do Deutsche Bank a curto e a longo prazo. Com o ajuste da estratégia, um foco adicional no segundo semestre foi o cumprimento dos compromissos de planeamento financeiro identificados, os marcos de transformação e a implementação de medidas de custo centralizadas.

Werner Steinmüller

Foi acordado com o Sr. Steinmüller aumentar a rentabilidade na região da Ásia-Pacífico e continuar o crescimento. Um outro objetivo era intensificar a interação e aprofundar a relação comercial com os clientes. A implementação da estratégia global ajustada do Banco na região da Ásia-Pacífico foi um dos objetivos no segundo semestre do ano.

Devido à renúncia do Conselho de Administração à componente individual, o Conselho de Fiscalização não determinou o nível de consecução de objetivos do desempenho individual do Conselho de Administração.

No exercício de 2019, o desenvolvimento das três métricas de desempenho para o Componente de grupo **do LTA** foi o seguinte: Embora o RTSR tenha melhorado em termos homólogos, o desempenho médio no triénio relevante (2017 a 2019) foi de 78% e, por conseguinte, situou-se abaixo do desempenho do grupo de pares; isto resultou num nível de consecução de 54%. O crescimento orgânico do capital, conforme definido, teve uma evolução negativa de 2017 a 2019; o nível de consecução resultante foi de 0%. O reforço do ambiente de controlo durante um período de três anos foi avaliado com base no feedback das autoridades de auditoria interna e de supervisão; o nível de consecução durante o período de três anos foi de 64%. Devido a estes fatores, o nível de consecução global deliberado pelo Conselho de Fiscalização foi de 39%.

39% foi a consecução do objetivo do LTA

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2019 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 35 994 279 euros (2018: 55.716.289 euros). 22 700 000 euros deste montante destinaram-se à remuneração fixa (2018: 29.911.111 euros). 13.294.279 euros (2018: 25.805.178 euros) foram recebidos para componentes relacionadas com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2019 e 2018, como se segue:

						2019	2018
	Salário--base	Provisão funcional		STA[1]	LTA[2]	Remuneração total	Remuneração total
em euros			Componente de grupo	Componente individual			
Christian Sewing	3.400.000	0	300.000	0	1.331.717	5.031.717	7.004.079
Karl von Rohr	3.000.000	0	300.000	0	1.096.708	4.396.708	5.534.670
Fabrizio Campelli[3]	400.000	0	50.000	0	182.785	632.785	0
Frank Kuhnke[4]	2.400.000	0	300.000	0	1.096.708	3.796.708	0
Stuart Lewis	2.400.000	0	300.000	0	1.096.708	3.796.708	6.098.003
James von Moltke	2.400.000	0	300.000	0	1.096.708	3.796.708	5.098.003
Werner Steinmüller	2.400.000	0	300.000	0	1.096.708	3.796.708	4.778.003
Sylvie Matherat[5]	1.400.000	0	175.000	373.333	639.746	2.588.079	4.538.003
Garth Ritchie[5]	1.750.000	1.750.000	175.000	653.333	639.746	4.968.079	8.618.003
Frank Strauß[5]	1.400.000	0	175.000	975.333	639.746	3.190.079	5.567.603
John Cryan[6]	0	0	0	0	0	0	1.889.668
Kimberly Hammonds[7]	0	0	0	0	0	0	1.824.168
Nicolas Moreau[8]	0	0	0	0	0	0	2.469.001
Dr. Marcus Schenck[7]	0	0	0	0	0	0	2.297.085
Total	**20.950.000**	**1.750.000**	**2.375.000**	**2.001.999**	**8.917.280**	**35.994.279**	55.716.289

[1] STA: Prémio de curto prazo.
[2] LTA: Prémio de longo prazo.
[3] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[4] Membro desde 1 de janeiro de 2019.
[5] Membro até 31 de julho de 2019.
[6] Membro até 8 de abril de 2018.
[7] Membro até 24 de maio de 2018.
[8] Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total de 2 916 667 euros relativa a 2018.

Os contratos de trabalho dos membros do Conselho de Administração contêm uma obrigação dos membros de assegurar que qualquer remuneração que possam exigir na sua qualidade de membro de qualquer órgão, em particular um conselho de fiscalização, conselho consultivo ou órgão similar de qualquer entidade do grupo do Banco (§ 18 da Lei Alemã relativa às sociedades por ações (Aktiengesetz - AktG)) não reverterá a seu favor. Assim, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank.

Prémios em ações

O número de prémios em ações atribuídos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de prémios restritos em ações (REA), em 2020 relativamente ao exercício de 2019, foi calculado dividindo os respetivos montantes em euros pelo mais alto dos dois, a cotação de fecho Xetra média das ações do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação, em fevereiro de 2020, ou a cotação de fecho Xetra no dia 28 de fevereiro de 2020 (9,2229 euros).

Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
Christian Sewing	2019	144.392
	2018	340.722
Karl von Rohr	2019	118.911
	2018	247.583
Fabrizio Campelli[1]	2019	19.819
Frank Kuhnke[2]	2019	118.911
Stuart Lewis	2019	118.911
	2018	229.230
James von Moltke	2019	118.911
	2018	247.583
Werner Steinmüller	2019	118.911
	2018	218.218
Sylvie Matherat[3]	2019	69.365
	2018	196.195
Garth Ritchie[3]	2019	79.589[4]
	2018	240.242
Frank Strauß[3]	2019	97.045[5]
	2018	290.676
John Cryan[6]	2018	69.405
Kimberly Hammonds[7]	2018	75.630
Nicolas Moreau[8]	2018	116.450
Dr. Marcus Schenck[7]	2018	96.086

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2019.
[3] Membro até 31 de julho de 2019.
[4] Destas, 10.224 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.
[5] Destas, 27.680 ações são imputáveis ao STA, as quais são obtidas após 7 anos.
[6] Membro até 8 de abril de 2018.
[7] Membro até 24 de maio de 2018.
[8] Membro até 31 de dezembro de 2018.

Participação acionista do Conselho de Administração, Diretrizes de participações

Em 31 de janeiro de 2020 e em 15 de fevereiro de 2019, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
Christian Sewing	2020	114.892
	2019	73.237
Karl von Rohr	2020	9.803
	2019	5.601
Fabrizio Campelli[1]	2020	50.417
Frank Kuhnke	2020	15.407
	2019	7.094
Bernd Leukert[2]	2020	1.500
Stuart Lewis	2020	145.743
	2019	103.561
James von Moltke	2020	55.959
	2019	24.967
Christiana Riley[2]	2020	43.907
Werner Steinmüller	2020	174.035
	2019	146.905
Total	**2020**	**611.663**
	2019	361.365

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2020.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 611 663 ações do Deutsche Bank em 31 de janeiro de 2020, correspondente a aproximadamente 0,03% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 15 de fevereiro de 2019 e 31 de janeiro de 2020, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 15 de fevereiro de 2019	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 31 de janeiro de 2020
Christian Sewing	61.681	341.146	37.411	–	365.416
Karl von Rohr	49.757	248.300	8.685	–	289.373
Fabrizio Campelli[1]	–	–	–	–	296.795
Frank Kuhnke	104.507	107.720	15.828	–	196.399
Bernd Leukert[2]	–	–	–	–	–
Stuart Lewis	133.056	230.161	79.747	–	283.470
James von Moltke	146.607	247.584	58.822	–	335.369
Christiana Riley[2]	–	–	–	–	255.057
Werner Steinmüller	170.878	220.299	51.663	–	339.514

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2020.

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de retenção para ações em 2019 ou encontram-se atualmente no período de espera.

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Sewing, comprometeu-se voluntariamente a investir 15% do seu salário líquido em ações do Deutsche Bank desde Setembro de 2019 até ao final de Dezembro de 2022. Em cada caso, as compras foram realizadas no 22º dia de cada mês ou no dia de negociação seguinte. Todas as ações adquiridas até 31 de janeiro de 2020 estão incluídas na tabela acima.

Benefícios de pensão

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2019 e 2018, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2019 a partir de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Christian Sewing	975.000	1.007.500	0	0	4.806.500	3.831.500	939.695	879.750	4.701.381	3.366.182
Karl von Rohr	812.500	845.000	0	0	3.180.501	2.368.001	819.511	796.009	3.261.910	2.249.165
Fabrizio Campelli[1]	180.918	0	0	0	180.918	0	174.626	0	178.170	0
Frank Kuhnke[2]	871.000	0	0	0	871.000	0	849.657	0	868.111	0
Stuart Lewis	812.500	845.000	0	0	4.871.438	4.058.938	819.511	796.009	5.536.127	4.236.867
James von Moltke	936.000	975.000	0	0	2.414.750	1.478.750	907.600	864.990	2.382.139	1.334.670
Werner Steinmüller	650.000	650.000	60.251	32.934	2.216.519	1.506.268	667.193	688.942	2.259.433	1.542.860
Sylvie Matherat[3]	0	754.000	0	0	0	2.127.168	0	755.261	0	2.125.681
Garth Ritchie[4]	0	1.440.000	0	0	0	4.490.000	0	1.274.429	0	4.026.939
Frank Strauß[5]	568.751	1.007.500	0	0	1.925.085	1.356.334	545.325	876.266	0	1.202.739

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2019.
[3] Membro até 31 de julho de 2019. O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 2 473 951 euros.
[4] Membro até 31 de julho de 2019. O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 4 803 789 euros.
[5] Membro até 31 de julho de 2019.

Outros benefícios aquando de cessação antecipada

Em 2019, os membros do Conselho de Administração Sylvie Matherat, Garth Ritchie e Frank Strauß deixaram o Conselho de Administração. Os pagamentos de rescisão a que tinham direito com base no respetivo contrato de trabalho foram acordados com estes membros da seguinte forma:

Sylvie Matherat deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de julho de 2019. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência já acordada no contrato de trabalho no valor de 1 560 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 7 516 006 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 1.503 201 euros, foi desembolsada em numerário em agosto de 2019. A segunda prestação, no montante de 1.503 201 euros, foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 1 de setembro de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 2 254 802 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 2 254 802 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2025. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes. O valor presente contratual, mas não legalmente realizado da conta de pensões no plano de pensões corporativo no momento da rescisão das funções da Sra. Matherat no Conselho de Administração foi-lhe desembolsado.

Garth Ritchie deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de julho de 2019. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência acordada e prolongada pelo contrato de indemnização até um período de dois anos, no montante de 5.618 016 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 5.618 004 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 1.123 601 euros, foi desembolsada em numerário em agosto de 2019. A segunda prestação, no montante de 1.123 601 euros, foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 1 de setembro de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 1 685 401 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 1 685 401 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2025. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes. O valor presente contratual, mas não legalmente realizado da conta de pensões no plano de pensões corporativo no momento da rescisão das funções do Sr. Ritchie no Conselho de Administração foi-lhe desembolsado.

Frank Strauß deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de julho de 2019. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência acordada e reduzida pelo contrato de indemnização até um período de cinco meses, no montante de 650 000 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 6.085 736 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 1.217 147 euros, foi desembolsada em numerário em agosto de 2019. A segunda prestação, no montante de 1.217 147 euros, foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 1 de setembro de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 1 825 721 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 1 825 721 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2025. Todas as disposições contratualmente acordadas no que respeita a componentes de remuneração variável são aplicáveis de acordo com o pagamento da indemnização por cessação de funções, incluindo a opção de reclamar qualquer remuneração variável (clawback), e o pagamento da indemnização por cessação de funções está sujeito a um regulamento para a compensação de rendimento recebido de outras fontes. Além disso, foi acordada a cessação da relação laboral entre o DB Privat- und Firmenkundenbank AG, para o qual o Sr. Strauß foi Presidente do Conselho de Administração, e o Sr. Strauß. Na base neste contrato de indemnização, foi acordado uma indemnização por cessação de funções no montante de 2.381.410 euros. Da indemnização por cessação de funções, a primeira prestação, no valor de 476 282 euros, foi desembolsada em numerário em agosto de 2019. Uma segunda prestação, do mesmo valor, foi concedida sob a forma de ações e deverá ser desembolsada em 1 de setembro de 2020. Foi concedida outra prestação no montante de 714 423 euros sob a forma de remuneração em numerário diferida com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2024. Foi concedida uma prestação final no montante de 714 423 euros sob a forma de remuneração com base em ações diferidas com um período de liquidação que termina a 1 de setembro de 2025.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	Componentes de remuneração baseados em ações		Componentes de remuneração baseados em numerário	
em euros	2019	2018	2019	2018
Christian Sewing	226.040	0	380.022	0
Karl von Rohr	163.938	0	275.911	0
Stuart Lewis	472.969	(393.743)[3]	255.458	57.414
James von Moltke	156.957	225.845	275.911	630.407
Werner Steinmüller	144.494	0	243.186	0
Sylvie Matherat[1]	975.892[2]	0	535.536[2]	0
Garth Ritchie[1]	1.188.000[2]	0	655.768[2]	0
Frank Strauß[1]	1.437.398[2]	0	793.435[2]	0

1 Membro até 31 de julho de 2019.
2 Incluindo a aceleração da amortização futura devido à descontinuação do período de aquisição de direitos para prémios.
3 A remuneração com base em ações dos membros do Conselho de Administração é geralmente avaliada com base na cotação da ação em cada data de relato respetiva e conduz a um resultado negativo neste caso.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa e da remuneração variável (repartidos por prémios restritos de incentivo e prémios restritos de ações) em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece a remuneração concedida para os exercícios de 2019 e 2018 de acordo com o GCGC:

	Christian Sewing					
	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.291.111	3.291.111
Benefícios marginais (remuneração fixa)	69.338	69.338	69.338	69.338	91.805	91.805
Total	**3.469.338**	**3.469.338**	**3.469.338**	**3.469.338**	3.382.916	3.382.916
Remuneração variável	1.631.717	5.300.000	0	8.900.000	3.712.968	5.055.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.900.000	0	3.800.000	928.242	1.818.333
Prémios restritos em ações	1.331.717	3.400.000	0	5.100.000	2.784.726	3.236.667
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.631.717**	**5.300.000**	**0**	**8.900.000**	3.712.968	5.055.000
Custos do serviço de pensões	939.695	939.695	939.695	939.695	879.750	879.750
Remuneração total (GCGC)	**6.040.750**	**9.709.033**	**4.409.033**	**13.309.033**	7.975.634	9.317.666
Remuneração total[1]	**5.031.717**	**8.700.000**	**3.400.000**	**12.300.000**	7.004.079	8.346.111

1 Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Karl von Rohr					
	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.836.667	2.836.667
Benefícios marginais (remuneração fixa)	43.642	43.642	43.642	43.642	49.853	49.853
Total	**3.043.642**	**3.043.642**	**3.043.642**	**3.043.642**	2.886.520	2.886.520
Remuneração variável	1.396.708	4.225.000	0	7.050.000	2.698.003	4.100.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.425.000	0	2.850.000	674.500	1.300.000
Prémios restritos em ações	1.096.708	2.800.000	0	4.200.000	2.023.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.396.708**	**4.225.000**	**0**	**7.050.000**	2.698.003	4.100.000
Custos do serviço de pensões	819.511	819.511	819.511	819.511	796.009	796.009
Remuneração total (GCGC)	**5.259.861**	**8.088.153**	**3.863.153**	**10.913.153**	6.380.532	7.782.529
Remuneração total[1]	**4.396.708**	**7.225.000**	**3.000.000**	**10.050.000**	5.534.670	6.936.667

1 Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Fabrizio Campelli[1]					
				2019		2018
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	400.000	400.000	400.000	400.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	8.182	8.182	8.182	8.182	–	–
Total	**408.182**	**408.182**	**408.182**	**408.182**	**–**	**–**
Remuneração variável	232.785	683.333	0	1.133.333	–	–
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	50.000	216.667	0	433.333	–	–
Prémios restritos em ações	182.785	466.667	0	700.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	–	–
Total	**232.785**	**683.333**	**0**	**1.133.333**	**–**	**–**
Custos do serviço de pensões	174.626	174.626	174.626	174.626	–	–
Remuneração total (GCGC)	**815.593**	**1.266.141**	**582.808**	**1.716.141**	**–**	**–**
Remuneração total[2]	**632.785**	**1.083.333**	**400.000**	**1.533.333**	**–**	**–**

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Frank Kuhnke[1]					
				2019		2018
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	29.580	29.580	29.580	29.580	–	–
Total	**2.429.580**	**2.429.580**	**2.429.580**	**2.429.580**	**–**	**–**
Remuneração variável	1.396.708	4.100.000	0	6.800.000	–	–
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.300.000	0	2.600.000	–	–
Prémios restritos em ações	1.096.708	2.800.000	0	4.200.000	–	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	–	–
Total	**1.396.708**	**4.100.000**	**0**	**6.800.000**	**–**	**–**
Custos do serviço de pensões	849.657	849.657	849.657	849.657	–	–
Remuneração total (GCGC)	**4.675.945**	**7.379.237**	**3.279.237**	**10.079.237**	**–**	**–**
Remuneração total[2]	**3.796.708**	**6.500.000**	**2.400.000**	**9.200.000**	**–**	**–**

[1] Membro desde 1 de janeiro de 2019.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Stuart Lewis

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000
Provisão funcional	0	0	0	0	1.200.000	1.200.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	312.607	312.607	312.607	312.607	184.423	184.423
Total	**2.712.607**	**2.712.607**	**2.712.607**	**2.712.607**	3.784.423	3.784.423
Remuneração variável	1.396.708	4.100.000	0	6.800.000	2.498.003	4.100.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.300.000	0	2.600.000	624.500	1.300.000
Prémios restritos em ações	1.096.708	2.800.000	0	4.200.000	1.873.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.396.708**	**4.100.000**	**0**	**6.800.000**	2.498.003	4.100.000
Custos do serviço de pensões	819.511	819.511	819.511	819.511	796.009	796.009
Remuneração total (GCGC)	**4.928.826**	**7.632.118**	**3.532.118**	**10.332.118**	7.078.435	8.680.432
Remuneração total[1]	**3.796.708**	**6.500.000**	**2.400.000**	**9.200.000**	6.098.003	7.700.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

James von Moltke

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	310.510	310.510	310.510	310.510	86.975	86.975
Total	**2.710.510**	**2.710.510**	**2.710.510**	**2.710.510**	2.486.975	2.486.975
Remuneração variável	1.396.708	4.100.000	0	6.800.000	2.698.003	4.100.000
dos quais:						
Numerário	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.300.000	0	2.600.000	674.500	1.300.000
Prémios restritos em ações	1.096.708	2.800.000	0	4.200.000	2.023.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	615.516	615.516	615.516	615.516	615.516	615.516
Total	**2.012.224**	**4.715.516**	**615.516**	**7.415.516**	3.313.519	4.715.516
Custos do serviço de pensões	907.600	907.600	907.600	907.600	864.990	864.990
Remuneração total (GCGC)	**5.630.334**	**8.333.626**	**4.233.626**	**11.033.626**	6.665.484	8.067.481
Remuneração total[1]	**3.796.708**	**6.500.000**	**2.400.000**	**9.200.000**	5.098.003	6.500.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Werner Steinmüller

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	68.463	68.463	68.463	68.463	76.993	76.993
Total	**2.468.463**	**2.468.463**	**2.468.463**	**2.468.463**	2.476.993	2.476.993
Remuneração variável	1.396.708	4.100.000	0	6.800.000	2.378.003	4.100.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	300.000	1.300.000	0	2.600.000	594.500	1.300.000
Prémios restritos em ações	1.096.708	2.800.000	0	4.200.000	1.783.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	510.033	510.033	510.033	510.033	387.196	387.196
Total	**1.906.741**	**4.610.033**	**510.033**	**7.310.033**	2.765.199	4.487.196
Custos do serviço de pensões	667.193	667.193	667.193	667.193	688.942	688.942
Remuneração total (GCGC)	**5.042.397**	**7.745.689**	**3.645.689**	**10.445.689**	5.931.134	7.653.131
Remuneração total[1]	**3.796.708**	**6.500.000**	**2.400.000**	**9.200.000**	4.778.003	6.500.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Sylvie Matherat[1]

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	2.400.000	2.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	4.636	4.636	4.636	4.636	6.392	6.392
Total	**1.404.636**	**1.404.636**	**1.404.636**	**1.404.636**	2.406.392	2.406.392
Remuneração variável	1.188.079	2.391.667	0	3.966.667	2.138.003	4.100.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	548.333	758.333	0	1.516.667	534.500	1.300.000
Prémios restritos em ações	639.746	1.633.333	0	2.450.000	1.603.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.188.079**	**2.391.667**	**0**	**3.966.667**	2.138.003	4.100.000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	755.261	755.261
Remuneração total (GCGC)	**2.592.715**	**3.796.303**	**1.404.636**	**5.371.303**	5.299.656	7.261.653
Remuneração total[2]	**2.588.079**	**3.791.667**	**1.400.000**	**5.366.667**	4.538.003	6.500.000

[1] Membro até 31 de julho de 2019.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Garth Ritchie[1]

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	3.000.000	3.000.000
Provisão funcional	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	3.000.000	3.000.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	267.834	267.834	267.834	267.834	189.609	189.609
Total	**3.767.834**	**3.767.834**	**3.767.834**	**3.767.834**	6.189.609	6.189.609
Remuneração variável	1.468.079	2.741.667	0	4.666.667	2.618.003	4.700.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	734.039	1.108.333	0	2.216.667	654.500	1.900.000
Prémios restritos em ações[2]	734.040	1.633.333	0	2.450.000	1.963.503	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.468.079**	**2.741.667**	**0**	**4.666.667**	2.618.003	4.700.000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	1.274.429	1.274.429
Remuneração total (GCGC)	**5.235.913**	**6.509.501**	**3.767.834**	**8.434.501**	10.082.041	12.164.038
Remuneração total[3]	**3.218.079**	**4.491.667**	**1.750.000**	**6.416.667**	8.618.003	10.700.000

[1] Membro até 31 de julho de 2019.
[2] Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 94.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.
[3] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Frank Strauß[1]

	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	2.400.000	2.400.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	35.253	35.253	35.253	35.253	71.892	71.892
Total	**1.435.253**	**1.435.253**	**1.435.253**	**1.435.253**	2.471.892	2.471.892
Remuneração variável	1.790.079	2.566.667	0	4.316.667	3.167.603	4.400.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	895.039	933.333	0	1.866.667	791.900	1.600.000
Prémios restritos em ações[2]	895.040	1.633.333	0	2.450.000	2.375.703	2.800.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**1.790.079**	**2.566.667**	**0**	**4.316.667**	3.167.603	4.400.000
Custos do serviço de pensões	545.325	545.325	545.325	545.325	876.266	876.266
Remuneração total (GCGC)	**3.770.657**	**4.547.245**	**1.980.578**	**6.297.245**	6.515.761	7.748.158
Remuneração total[3]	**3.190.079**	**3.966.667**	**1.400.000**	**5.716.667**	5.567.603	6.800.000

[1] Membro até 31 de julho de 2019.
[2] Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 255.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.
[3] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	John Cryan[1]					
	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.133.333	1.133.333
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	10.125	10.125
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.143.458	1.143.458
Remuneração variável	0	0	0	0	756.335	1.766.666
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	189.083	633.333
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	567.252	1.133.333
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	756.335	1.766.666
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	733.807	733.807
Remuneração total (GCGC)	**0**	**0**	**0**	**0**	2.633.600	3.643.931
Remuneração total[2]	**0**	**0**	**0**	**0**	1.889.668	2.899.999

[1] Membro até 8 de abril de 2018.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Kimberly Hammonds[1]					
	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	209.799	209.799
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.209.799	1.209.799
Remuneração variável	0	0	0	0	824.168	1.708.334
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	206.042	541.667
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	618.126	1.166.667
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	824.168	1.708.334
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	825.100	825.100
Remuneração total (GCGC)	**0**	**0**	**0**	**0**	2.859.067	3.743.233
Remuneração total[2]	**0**	**0**	**0**	**0**	1.824.168	2.708.334

[1] Membro até 24 de maio de 2018.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Nicolas Moreau[1]					
	2019				2018	
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.200.000	1.200.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	129.407	129.407
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.329.407	1.329.407
Remuneração variável	0	0	0	0	1.269.001	2.300.000
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	317.250	900.000
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	951.751	1.400.000
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.269.001	2.300.000
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	607.093	607.093
Remuneração total (GCGC)	**0**	**0**	**0**	**0**	3.205.501	4.236.500
Remuneração total[2]	**0**	**0**	**0**	**0**	2.469.001	3.500.000

[1] Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi determinada uma remuneração total (GCGC) de 3 523 792 euros relativa a 2018.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

	Dr. Marcus Schenck[1]					
				2019		2018
em euros	Definido	Alvo	Mín.	Máx.	Definido	Alvo
Remuneração fixa (salário-base)	0	0	0	0	1.250.000	1.250.000
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	0	0	0	13.117	13.117
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.263.117	1.263.117
Remuneração variável	0	0	0	0	1.047.085	1.958.334
dos quais:						
Prémios restritos de incentivo	0	0	0	0	261.771	791.667
Prémios restritos em ações	0	0	0	0	785.314	1.166.667
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**	1.047.085	1.958.334
Custos do serviço de pensões	0	0	0	0	504.568	504.568
Remuneração total (GCGC)	**0**	**0**	**0**	**0**	2.814.770	3.726.019
Remuneração total[2]	**0**	**0**	**0**	**0**	2.297.085	3.208.334

[1] Membro até 24 de maio de 2018.
[2] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos de remuneração em/para os exercícios de 2019 e 2018 de acordo com o GCGC:

	Christian Sewing		Karl von Rohr		Fabrizio Campelli[1]		Frank Kuhnke[2]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	3.400.000	3.291.111	3.000.000	2.836.667	400.000	–	2.400.000	–
Provisão funcional	0	0	0	0	0	–	0	–
Benefícios marginais (remuneração fixa)	69.338	91.805	43.642	49.853	8.182	–	29.580	–
Total	**3.469.338**	3.382.916	**3.043.642**	2.886.520	**408.182**	–	**2.429.580**	–
Remuneração variável	0	0	0	0	0	–	0	–
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	–	0	–
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordados	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	–	0	–
dos quais prémios em ações:								
Prémios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	0	0	0	0	–	0	–
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	–	0	–
2014 Prémio restrito em ações para 2013	0	0	0	0	0	–	0	–
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	–	0	–
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	–	0	–
Total	**0**	0	**0**	0	**0**	–	**0**	–
Custos do serviço de pensões	939.695	879.750	819.511	796.009	174.626	–	849.657	–
Remuneração total (GCGC)	**4.409.033**	4.262.666	**3.863.153**	3.682.529	**582.808**	–	**3.279.237**	–

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2019.

	Stuart Lewis		James von Moltke		Werner Steinmüller		Sylvie Matherat[1]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.400.000	2.400.000
Provisão funcional	0	1.200.000	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	312.607	184.423	310.510	86.975	68.463	76.993	4.636	6.392
Total	**2.712.607**	3.784.423	**2.710.510**	2.486.975	**2.468.463**	2.476.993	**1.404.636**	2.406.392
Remuneração variável	704.736	431.973	951.953	1.166.703	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	126.935	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	105.340	105.340	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0	66.638	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	420.568	560.758	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
Prémios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	0	183.170	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	199.698	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito em ações para 2013	599.396	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	281.577	605.945	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	615.516	615.516	510.033	387.196	0	0
Total	**704.736**	431.973	**1.567.469**	1.782.219	**510.033**	387.196	**0**	0
Custos do serviço de pensões	819.511	796.009	907.600	864.990	667.193	688.942	0	755.261
Remuneração total (GCGC)	**4.236.854**	5.012.405	**5.185.579**	5.134.184	**3.645.689**	3.553.131	**1.404.636**	3.161.653

[1] Membro até 31 de julho de 2019.

	Garth Ritchie[1]		Frank Strauß[1]		John Cryan[2]		Kimberly Hammonds[3]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	1.750.000	3.000.000	1.400.000	2.400.000	0	1.133.333	0	1.000.000
Provisão funcional	1.750.000	3.000.000	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	267.834	189.609	35.253	71.892	0	10.125	0	209.799
Total	**3.767.834**	6.189.609	**1.435.253**	2.471.892	**0**	1.143.458	**0**	1.209.799
Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:								
Prémios iniciais em ações de 2017:								
Acordados	0	0	0	0	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0	0	0	0	0
2014 Prémio restrito em ações para 2013	0	0	0	0	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	0	1.274.429	545.325	876.266	0	733.807	0	825.100
Remuneração total (GCGC)	**3.767.834**	7.464.038	**1.980.578**	3.348.158	**0**	1.877.265	**0**	2.034.899

[1] Membro até 31 de julho de 2019.
[2] Membro até 8 de abril de 2018.
[3] Membro até 24 de maio de 2018.

	Nicolas Moreau[1]		Dr. Marcus Schenck[2]	
em euros	2019	2018	2019	2018
Remuneração fixa	0	1.200.000	0	1.250.000
Provisão funcional	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa)	0	129.407	0	13.117
Total	**0**	1.329.407	**0**	1.263.117
Remuneração variável	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:				
2014 Prémio restrito de incentivo para 2013	0	0	0	0
2015 Prémio restrito de incentivo para 2014	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0	0	0
2017 Prémio restrito de incentivo: Buyout	0	0	0	0
dos quais prémios em ações:				
Prémios iniciais em ações de 2017: Acordados	0	0	0	0
2013 Prémio restrito em ações para 2012	0	0	0	0
2014 Prémio restrito em ações para 2013	0	0	0	0
2017 Prémio restrito em ações: Buyout	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração variável)	0	0	0	0
Total	**0**	0	**0**	0
Custos do serviço de pensões	0	607.093	0	504.568
Remuneração total (GCGC)	**0**	1.936.500	**0**	1.767.685

[1] Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH, foi paga uma remuneração total (GCGC) de 2 323 792 euros, em 2018.
[2] Membro até 24 de maio de 2018.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2020, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2019 foram cumpridas.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2019, uma remuneração no total de 34 835 009 euros (2018: 52.181.136 euros). Dos quais, 20 950 000 euros (2018: 25 711 111 euros) se destinavam à remuneração fixa, 1 750 000 euros (2018: 4.200.000 euros) para provisões funcionais, 2.275.594 euros (2018: 2.123.102 euros) para benefícios marginais e 9.859.415 euros (2018: 20.146.923 €) para componentes relacionados com o desempenho.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2019 e 2018, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

	Christian Sewing		Karl von Rohr		Fabrizio Campelli[1]		Frank Kuhnke[2]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios restritos em ações	1.331.717	2.784.726	1.096.708	2.023.503	182.785	0	1.096.708	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3.400.000	3.291.111	3.000.000	2.836.667	400.000	0	2.400.000	0
Provisão funcional	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (fixos e variáveis)	69.338	91.805	43.642	49.853	8.182	0	29.580	0
Total	**4.801.055**	6.167.642	**4.140.350**	4.910.023	**590.967**	0	**3.526.288**	0

[1] Membro desde 1 de novembro de 2019.
[2] Membro desde 1 de janeiro de 2019.

	Stuart Lewis		James von Moltke		Werner Steinmüller		Sylvie Matherat[1]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	105.340	232.275	487.207	560.758	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios restritos em ações	1.096.708	1.873.503	1.096.708	2.023.503	1.096.708	1.783.503	639.746	1.603.503
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.400.000	2.400.000
Provisão funcional	0	1.200.000	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	312.607	184.423	926.026	702.491	578.496	464.189	4.636	6.392
Total	**3.914.655**	5.890.201	**4.909.941**	5.686.752	**4.075.204**	4.647.692	**2.044.382**	4.009.895

[1] Membro até 31 de julho de 2019.

	Garth Ritchie[1]		Frank Strauß[1]		John Cryan[2]		Kimberly Hammonds[3]	
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração								
Componentes relacionados com o desempenho								
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios restritos em ações	734.040[4]	1.963.503	895.040[5]	2.375.703	0	567.252	0	618.126
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	1.750.000	3.000.000	1.400.000	2.400.000	0	1.133.333	0	1.000.000
Provisão funcional	1.750.000	3.000.000	0	0	0	0	0	0
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	267.834	189.609	35.253	71.892	0	10.125	0	209.799
Total	**4.501.874**	8.153.112	**2.330.293**	4.847.595	**0**	1.710.710	**0**	1.827.925

[1] Membro até 31 de julho de 2019.
[2] Membro até 8 de abril de 2018.
[3] Membro até 24 de maio de 2018.
[4] Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 94.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.
[5] Dos quais, Prémios restritos em ações no valor de 255.294 euros, que são atribuíveis ao STA e são obtidos após 7 anos.

	Nicolas Moreau[1]		Dr. Marcus Schenck[2]			Total
em euros	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Remuneração						
Componentes relacionados com o desempenho						
Com incentivos de longo prazo						
Baseados em numerário						
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	592.547	793.033
Com base em ações						
Prémios restritos em ações	0	951.751	0	785.314	9.266.868	19.353.890
Componentes não relacionados com o desempenho						
Salário-base	0	1.200.000	0	1.250.000	20.950.000	25.711.111
Provisão funcional	0	0	0	0	1.750.000	4.200.000
Benefícios marginais (remuneração fixa e variável)	0	129.407	0	13.117	2.275.594	2.123.102
Total	**0**	2.281.158	**0**	2.048.431	**34.835.009**	52.181.136

[1] Membro até 31 de dezembro de 2018. Pelas suas funções como diretor executivo da DWS Management GmbH recebeu um total de 2 466 699 euros.
[2] Membro até 24 de maio de 2018.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2020, o Conselho de Fiscalização confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo para o exercício de 2019 foram cumpridas.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2019 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (i) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung* – "InstVV").

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2019, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: Deutsche Bank Privat- und Firmenkundenbank AG, Alemanha; BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; e Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do nosso Grupo. Tentamos estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuaremos a trabalhar estreitamente com o nosso supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (BCE), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito globalmente ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Adotámos as regras na sua versão atual para todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com critérios estipulados ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 604/2014. Os colaboradores que assumem riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e ao nível das instituições relevantes.

Tendo em conta legislação sectorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas transposições locais da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD) ou da diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS). Também identificamos os colaboradores que correm riscos materiais nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às provisões de remuneração descritas nas Orientações sobre políticas de remuneração sãs ao abrigo das diretivas AIFMD/UCITS publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM).

O Deutsche Bank também tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Estas provisões resultaram na implementação de uma política de remuneração específica, uma revisão dos planos de remuneração e a identificação de colaboradores considerados Pessoas relevantes para garantir que estes atuam no melhor interesse dos clientes.

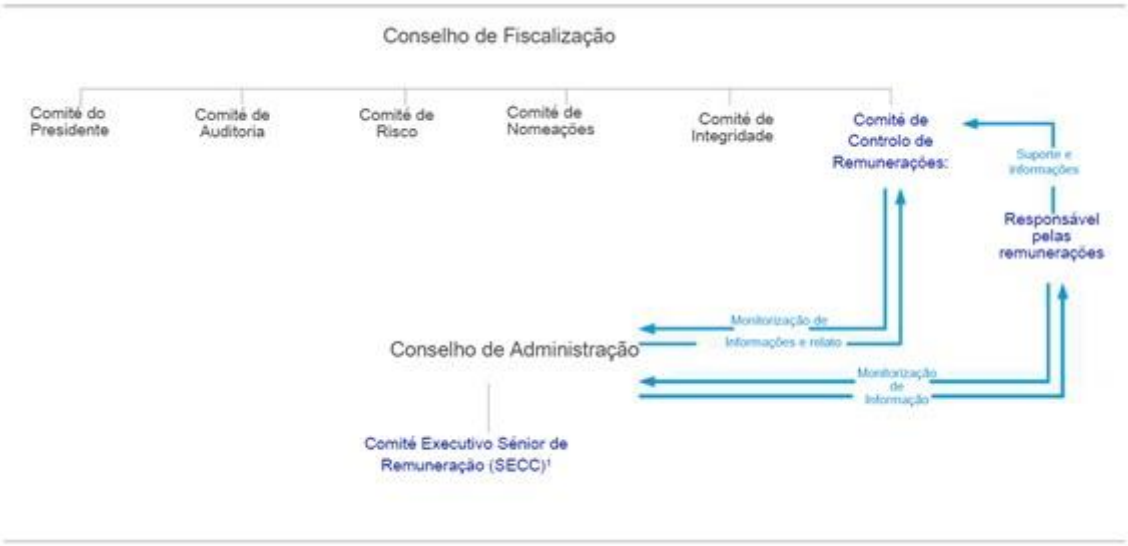
Sempre aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram-nos cumprir a regulamentação local e simultaneamente assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do quadro de remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, por exemplo, a identificação de Colaboradores cobertos nos Estados Unidos nos termos dos requisitos do Conselho da Reserva federal norte-americana. Em todo o caso, aplicamos globalmente os requisitos do InstVV como normas mínimas.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da estratégia e políticas de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC) e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC), respetivamente.

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

Estrutura de governo dos prémios



[1] Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para o apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Além disso, o CCC monitoriza a adequação do sistema de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC verifica regularmente se o montante total de remuneração variável é comportável e se está em conformidade com o InstVV. O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar o processo de identificação de MRT e se as funções de controlo interno e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração.

O CCC é constituído pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três membros adicionais do Conselho de Fiscalização, dois dos quais são representantes dos colaboradores. O comité realizou seis reuniões no ano civil de 2019. Em novembro, os membros do Comité de Risco participaram na reunião do Comité de Controlo de Remunerações como convidados.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores. O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores, pelo menos, anualmente. Ele apoia e aconselha regularmente o CCC.

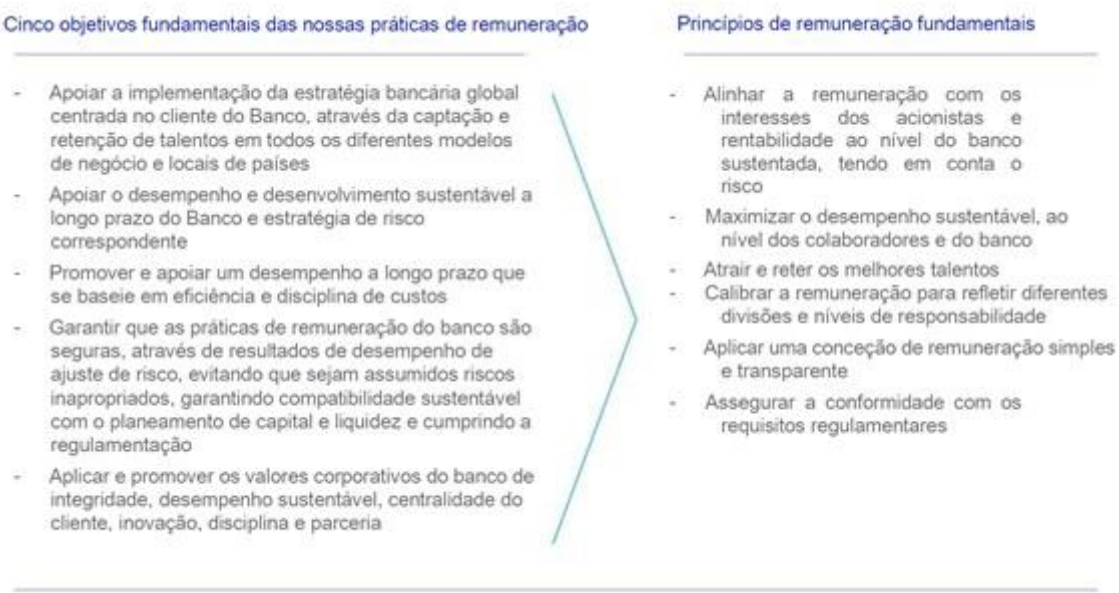
Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a estratégia de remuneração e a política de remuneração do Grupo. O SECC também utiliza fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2019, o SECC é composto pelo Diretor Administrativo (desde novembro de 2019, o Diretor de Transformação) e Diretor Financeiro, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (todos os membros do Conselho de Administração), pelo diretor global dos recursos humanos e por um representante financeiro e do departamento de risco adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e um dos codiretores globais de recompensas de desempenho de RH eram membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 16 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2019.

Estratégia de remuneração

O Deutsche Bank reconhece que o seu sistema de remunerações desempenha um papel vital no apoio dos objetivos estratégicos. Permite-nos atrair e fidelizar os indivíduos necessários para atingir os objetivos do banco. A estratégia de remuneração do Grupo está em sintonia com a estratégia empresarial, a estratégia de risco do Deutsche Bank e com os seus valores e convicções corporativos. À luz do anúncio da estratégia do banco, em julho de 2019, reconfirmámos os principais objetivos e princípios fundamentais do nosso sistema de remuneração, descritos a seguir.



A política de remuneração do Grupo informa os colaboradores quanto à implementação da estratégia de remuneração, processos de governo, bem como quanto às estruturas e práticas remuneratórias. Todos os documentos relevantes estão disponíveis para os colaboradores através do nosso site de intranet.

Quadro de remuneração do Grupo

O nosso quadro de remuneração enfatiza um equilíbrio adequado entre pagamentos fixos (PF) e remuneração variável (RV) – juntamente com a remuneração total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do nosso quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo ou sexo.

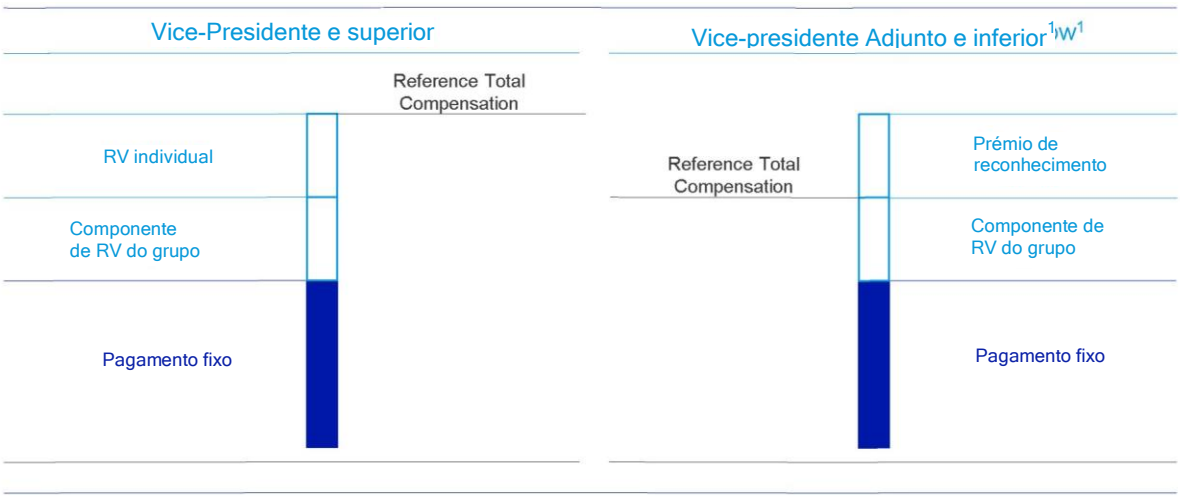
Nos termos do CRD IV e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas devem continuar a estar sujeitos a um rácio de pelo menos 1:1, enquanto que as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio de 2:1.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os nossos colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A TC individual real pode estar em, acima ou abaixo da Remuneração Total de Referência, dependendo das decisões de RV que são baseadas na acessibilidade de Grupo, e dependendo de as expetativas de desempenho terem sido satisfeitas aos níveis do Grupo, da divisão e individual.

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para nos permitir o cumprimento dos seus objetivos estratégicos ao atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos nossos colaboradores, a remuneração fixa é o principal componente de compensação com uma quota superior a 50% da remuneração total.

A remuneração variável reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. A remuneração variável (RV), de um modo geral, consiste agora em dois elementos – o Componente de RV do grupo e o Componente de RV individual. A Componente de RV individual é obtida na forma de RV individual (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente (VP) e superior) ou como Prémio de reconhecimento (geralmente aplicável a colaboradores ao nível de Vice-presidente Adjunto (AVP) e superior). Nos casos de contributos de desempenho negativos ou conduta imprópria, a RV de um colaborador pode ser reduzida em conformidade e descer até zero. A RV é concedida e paga sujeita à acessibilidade do Grupo. Ao abrigo do nosso enquadramento de remuneração, continua a não existir qualquer garantia de remuneração variável num vínculo laboral existente. Estes acordos são utilizados apenas numa base muito limitada para novas contratações no primeiro ano de trabalho e estão sujeitos aos requisitos de diferimento padrão do banco.

Componentes chave do quadro de remuneração



[1] Alguns Vice-Presidentes Adjuntos e quadros inferiores nas entidades e divisões selecionadas são elegíveis para o componente de RV individual em vez do Prémio de reconhecimento.

A componente de RV do grupo baseia-se num dos principais objetivos do novo enquadramento de remuneração – garantir uma associação explícita entre a remuneração variável e o desempenho do Grupo. Para avaliar o desempenho anual na consecução dos

nossos objetivos estratégicos, os quatro indicadores-chave de desempenho (KPI) utilizados como base para a determinação do componente de RV do grupo de 2019 foram: Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1), Rácio de alavancagem, Custos ajustados e Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE). Estes quatro KPI representam métricas importantes do perfil de capital, de risco, de custo e de receita do nosso banco e fornecem uma indicação do desempenho sustentável do Deutsche Bank.

O RV individual tem em conta vários fatores financeiros e não financeiros, incluindo o desempenho da divisão aplicável, o desempenho e a conduta individual do colaborador e a adesão aos valores e convicções, bem como fatores adicionais como a comparação dos níveis de pagamento com o grupo de pares do colaborador e considerações sobre a retenção.

Os Prémios de reconhecimento constituem uma oportunidade de reconhecer e premiar os contributos excecionais dos colaboradores em níveis de senioridade inferiores de uma forma atempada e transparente. Geralmente, a dimensão geral do orçamento do Programa de prémios de reconhecimento está diretamente ligada a uma percentagem definida de pagamentos fixos para a população elegível e estes prémios são atualmente atribuídos duas vezes por ano, com base numa revisão das nomeações e dos contributos num processo gerido ao nível de cada divisão.

Os Benefícios dos colaboradores complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

No contexto do InstVV, os pagamentos por cessação de funções são considerados RV. O quadro de indemnizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Limitado a circunstâncias extraordinárias, o banco reserva-se o direito de conceder Prémios de fidelidade para ajudar a incentivar determinados colaboradores, que estão em risco de sair e que são críticos para o futuro do banco, a permanecerem no banco. Os Prémios de fidelidade estão geralmente ligados a determinados eventos críticos nos quais o banco tem um interesse legítimo na retenção do colaborador por um período de tempo definido. Estes prémios destinam-se a minimizar o risco operacional, financeiro ou de reputação. Estes prémios são considerados RV no sentido regulamentar e estão sujeitos aos mesmos requisitos que outros elementos de RV.

Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O Deutsche Bank aplica uma metodologia ao determinar a RV que reflete o desempenho ajustado ao risco e é principalmente orientada por: (i) acessibilidade do grupo, ou seja, aquilo que o Deutsche Bank pode atribuir em termos do alinhamento com os requisitos regulamentares, e (ii) desempenho, ou seja, aquilo que deve ser atribuído para constituir uma remuneração adequada ao desempenho, ao mesmo tempo protegendo a sustentabilidade do franchising.

Acima de tudo, a avaliação da acessibilidade económica do Grupo é um requisito regulatório, de acordo com a Secção 7 do InstVV. A análise de sustentabilidade é conduzida para determinar quais os parâmetros relevantes que cumprem os objetivos regulamentares e estratégicos atuais e projetados para o futuro. Os parâmetros de acessibilidade utilizados estão totalmente alinhados com o nosso Quadro de apetência pelo risco e garantem que o capital do banco, bem como a sua posição de liquidez e planeamento, a sua capacidade de assunção de risco, os requisitos combinados de amortecedor de capital e os resultados são adequadamente tidos em conta.

Ao avaliar o desempenho do Grupo e das divisões, referenciamos um conjunto de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e – com base nas pontuações equilibradas – não financeiras da divisão. As metas financeiras estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestruturas, a avaliação de desempenho é baseada principalmente na consecução de metas de custos e nas pontuações equilibradas. Embora a atribuição de remuneração variável a funções da infraestrutura dependa do desempenho global do Deutsche Bank, não está dependente do desempenho das divisões destas funções, especialmente no caso de funções de controlo independentes, como a supervisão.

Ao nível do colaborador individual, estabelecemos alguns Princípios de orientação da remuneração variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os nossos gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado. Os fatores e as métricas a ter em conta incluem, sem limitação, o desempenho individual com base em aspetos quantitativos e qualitativos, a cultura e considerações comportamentais e sanções disciplinares. Os gestores de MRT têm de documentar especificamente os fatores e as métricas de risco tidos em conta ao tomar decisões sobre a RV individual, bem como demonstrar de que forma esses fatores influenciaram a sua decisão. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

Estrutura de remuneração variável

As nossas estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e suporta o desempenho a longo prazo de todos os nosso colaboradores e do nosso banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo.

Ao mesmo tempo, acreditamos que a utilização de ações ou instrumentos baseados em ações para efeitos de remuneração variável diferida é um modo eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas. Ao utilizar ações do Deutsche Bank, o valor da RV individual é associado ao preço das ações do Deutsche Bank ao longo do período de diferimento e carência.

Continuamos a ir para além de alguns requisitos regulamentares no que diz respeito ao montante de RV que é diferido e aos períodos de diferimento mínimos do Deutsche Bank. Ao garantir que os colaboradores com remunerações mais baixas não são sujeitos a diferimentos, asseguramos um montante adequado de RV diferida para os colaboradores com remunerações mais altas. Iniciamos o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50 000 euros. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros. Além disso, os Diretores e Diretores Executivos do Corporate Bank (CB), Investment Bank (IB) ou da Unidade de Libertação de Capital (CRU) com pagamento fixo superior a 500.000 euros estão sujeitos a um diferimento de RV de 100%. Os colaboradores que assumem riscos materiais estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a direção), tal como requerido pelo InstVV.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

Visão geral sobre os tipos de prémio em 2019 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Proporção
Inicial: RV em numerário	Parcela inicial em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	MRT InstVV: 50% de RV inicial Não MRT: 100% de RV inicial
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	Todos os MRT InstVV com RV >= 50.000 €	N/A	Doze meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Parcela em numerário diferida	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CB/IB/CRU: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos[1]	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (ligada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de tranches iguais na CB/IB/CRU: quatro anos Direção: cinco anos Outros: três anos[1]	Doze meses para MRT InstVV	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável
[1] Direção, para efeitos dos prémios anuais no exercício de 2019, é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas ou de gestão).

Os nossos colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou atribuir um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As nossas funções de Recursos humanos e Conformidade, apoiadas pelo responsável de remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os nossos colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

Acreditamos que a conduta e o desempenho futuros dos nossos colaboradores são elementos-chave da RV diferida. Como resultado, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e provisões de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho e da perda de direitos da remuneração variável do Grupo Deutsche Bank

Provisão	Descrição	Perda
Rácio de capital Common Equity Tier 1 e Rácio de cobertura de liquidez do Grupo DB	Se, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos e libertação, o Rácio de capital CET 1 e o Rácio de cobertura de liquidez do Grupo forem inferiores a um determinado limiar	A próxima tranche do prémio diferido a entregar (100% de todos os prémios iniciais em ações não entregues)[1]
PBT do Grupo	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da aquisição de direitos, o PBT do Grupo é negativo	Próxima tranche do prémio diferido para aquisição de direitos
PBT de divisão	Se o Conselho de Administração determinar que, antes da aquisição de direitos, o PBT da divisão é	Próxima tranche do prémio diferido para aquisição de direitos (aplica-se apenas a MRT em Divisões, excluindo CRU)
Perda de direitos[3]	Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo um prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão do ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

[1] Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (cliff-vesting), o prémio total caducará caso, no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou à libertação, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez seja inferior ao limiar. Para Prémios iniciais em ações, o rácio de capital CET 1 do Grupo ou o rácio de cobertura de liquidez apenas serão avaliados no trimestre anterior à libertação.
[2] Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens significativos de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis).
[3] As provisões de renúncia aqui descritas não constituem uma lista exaustiva. São aplicadas outras provisões, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do quadro de remuneração do Grupo anteriormente descrito.

Unidades do Postbank

Com efeitos a partir de 25 de maio de 2018, o Deutsche Postbank AG fundiu-se com o Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG para formar o DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

De acordo com a prática do Grupo Deutsche Bank, as unidades do Postbank utilizam um componente de RV do Grupo e um individual. Desde o Ano de Desempenho 2019, a RV do Grupo para executivos é baseada apenas nos resultados do Grupo Deutsche Bank, mas ainda dentro da estrutura de remuneração do antigo Postbank.

A remuneração do pessoal não executivo das unidades do Postbank baseia-se em quadros acordados com os sindicatos ou com as respetivas comissões de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo das unidades do Postbank recebem RV, mas a estrutura e a parcela de RV difere entre entidades jurídicas.

DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS enquadram-se na AIFMD ou na UCITS, enquanto que um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas adaptados ao negócio de Asset Management.

A DWS implementou um rácio fixo e variável autoimposto de 1:2 para os colaboradores de funções de controlo AIFMD/UCITS e de 1:5 para outros colaboradores de forma a alinhar a remuneração com as normas da indústria. Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

Funções de controlo

De acordo com o InstVV, o banco definiu funções de controlo que estão sujeitas a requisitos regulamentares específicos. Estas funções de controlo incluem Risco, Conformidade, Combate aos crimes financeiros, Auditoria do Grupo, partes dos Recursos humanos e o Responsável de remuneração e o seu adjunto. Para evitar conflitos de interesses, os parâmetros utilizados para determinar o componente de RV individual destas funções de controlo não seguem os mesmos parâmetros utilizados para o negócio que supervisionam. Com base no seu perfil de risco, estas funções estão sujeitas a um rácio de pagamento fixo e variável de 2:1.

Além disso, para algumas funções corporativas adicionais que desempenham funções de controlo (incluindo Departamento jurídico, Finanças do Grupo, Fiscalidade ao nível do Grupo, Regulamentação e outras partes dos Recursos humanos), o banco determinou uma aplicação voluntária de um rácio de pagamento fixo e variável de 1:1.

Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem mais de 19 500 colaboradores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro). Estes colaboradores pautais são empregados principalmente pela Deutsche Bank AG, pelo DB Privat- und Firmenkundenbank AG e subsidiárias da unidade do Postbank. Estes estão sujeitos a um acordo coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), conforme negociado entre os sindicatos e as associações patronais. Além disso, as unidades do Postbank estão sujeitas a acordos conforme negociados diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste relatório.

Decisões de remuneração para 2019

Considerações de final de ano e decisões para 2019

Todas as decisões de compensação só podem ser tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o princípio geral e limitador da determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, o banco tem de assegurar que as decisões de remuneração não sejam prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de recursos de liquidez.

Dentro deste quadro regulamentar, para a determinação do montante total de RV para 2019, o Conselho de Administração considerou a capacidade de suporte de risco do banco, o desempenho do Grupo e das divisões e a sua estabilidade global. Estes fatores foram complementados por outros aspetos importantes, incluindo o foco contínuo na consecução dos objetivos de transformação do banco, a consecução das metas de custos, o impacto do posicionamento competitivo na retenção e motivação dos colaboradores e no equilíbrio sustentável entre os interesses dos acionistas e dos colaboradores.

A SECC monitorizou estes fatores ao longo de 2019 e confirmou que o banco cumpriu confortavelmente os requisitos de capital regulamentares e liquidez ao longo do ano. Como tal, o Conselho de Administração confirmou que o banco está em posição de conceder o montante total de RV para o ano de desempenho de 2019 e, ao fazê-lo, não colocará em risco a sua capacidade de permanecer sustentável em relação aos fatores acima referidos.

No contexto das considerações descritas acima, o Conselho de Administração determinou um montante total de RV baseado no desempenho no final do ano de 2019 de 1,5 mil milhões de euros. A determinação da RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG não fez parte desta decisão, pois foi efetuada pelo nosso Conselho de Fiscalização num processo separado (consulte o Relatório de remuneração do Conselho de Administração). No entanto, a RV do Conselho de Administração está incluída como parte da RV baseada no desempenho para 2019 nas tabelas e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2019 atribuídos em março de 2020, a componente de RV do Grupo foi atribuída a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação dos quatro KPI definidos e tal como descrito no capítulo Quadro de remuneração do Grupo. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 60% para 2019.

Divulgação da remuneração total para 2019

Comparativamente a 2018, a Remuneração Fixa de acordo com § 2 do InstVV para 2019 diminuiu aproximadamente 4%, de 8,4 mil milhões de euros para 8,0 mil milhões de euros, em linha com a redução do efetivo do grupo. Tal como estabelecido pelo nosso quadro de remuneração, os pagamentos fixos continuam a permanecer o principal componente de remuneração para a maioria dos colaboradores.

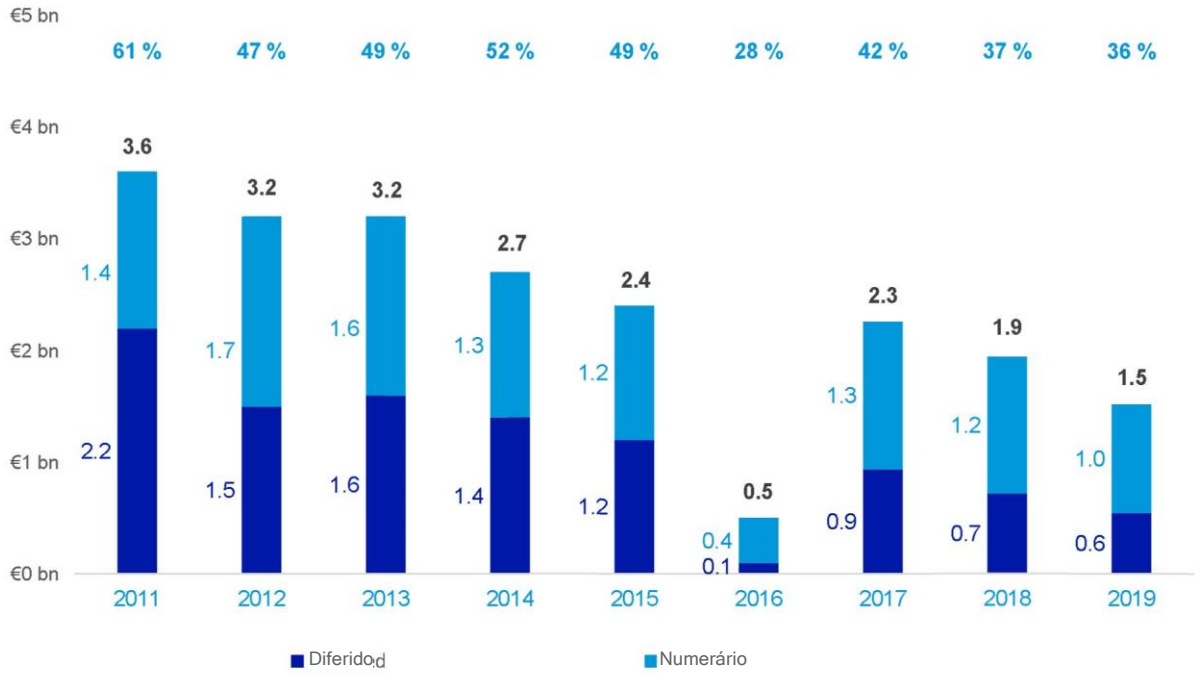
O montante total de RV baseada no desempenho de fim de ano para 2019 – o montante de RV que o Grupo Deutsche Bank paga aos seus colaboradores pelo seu desempenho em 2019 – diminuiu comparativamente a 2018 em aproximadamente 22%, de 1,9 mil milhões de euros para 1,5 mil milhões.

Prémios de compensação para 2019 – todos os colaboradores

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	IB[3]	CB[3]	PB[3]	DWS[3]	CRU[3]	Funções de Controlo[3]	Funções Corporativas[3]	2019 Total Grupo	2018 Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	7	10.095	7.428	37.266	3.924	1.205	5.680	21.992	87.597	91.737
Remuneração total	6	42	2.327	906	3.069	731	393	706	1.787	9.961	10.662
Salário-base e subsídios	6	23	1.474	703	2.446	429	281	576	1.417	7.350	7.684
Despesas com pensões[4]	0	6	96	66	288	41	21	53	120	691	686
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV[5]	6	28	1.570	769	2.734	471	302	630	1.537	8.041	8.370
RV baseada no desempenho de fim de ano[6]	**0**	**13**	**602**	**119**	**303**	**197**	**27**	**65**	**190**	**1.516**	1.945
Outra RV[7]	0	0	117	9	5	51	53	1	6	242	143
Pagamentos por cessação de funções[8]	0	0	38	9	27	13	10	11	53	162	203
Pagamento variável segundo a Secção 2 do InstVV[9]	0	13	757	137	335	260	90	76	250	1.920	2.292

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2019.
[2] O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. Não são contabilizados para o número de colaboradores Total - Grupo. Os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna da divisão relevante). A remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização da Deutsche Bank AG não está refletida no Total - Grupo.
[3] O Conselho de Administração inclui os membros do Conselho da Deutsche Bank AG. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank (inclui o banco comercial Postbank); PB = Private Bank (inclui RV para todas as antigas unidades do Postbank). DWS = DWS Group; CRU = Unidade de Libertação de Capital. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão.
[4] As despesas com pensões foram ajustadas para refletir componentes adicionais relacionadas com as pensões, no que diz respeito aos alinhamento do benefícios mandatados pelo Estado com a Nota de Benefícios. Isto também foi ajustado para refletir os dados do ano anterior.
[5] O pagamento fixo, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui o salário-base, subsídios e despesas com pensões.
[6] A RV baseada no desempenho de fim de ano inclui componentes de RV individuais/do Grupo, Prémio de reconhecimento, RV para o Conselho de Administração da Deutsche Bank AG.
[7] Outra RV inclui outros compromissos contratuais de remuneração variável no período relevante, como por exemplo prémios acordados e prémios de contratação.
[8] Incluindo indemnizações, bem como a aceleração dos prémios de compensação diferidos ainda não amortizados devido à descontinuação do emprego. Para obter informações sobre despesas de reestruturação, consulte a Nota 10 "Reestruturação". Os detalhes sobre os respetivos pagamentos para os membros do Conselho de Administração do Grupo que deixaram o Deutsche Bank em 2019 são divulgados no Relatório de Remuneração do Conselho de Administração.
[9] O pagamento variável, de acordo com a Secção 2 do InstVV, inclui os prémios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2019 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os 45 milhões de euros em “buyouts” para novas contratações (prémios de substituição para direitos perdidos de entidades patronais anteriores) não estão incluídos.

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano)



Devido ao arredondamento, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais fornecidos.

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 2553 colaboradores foram identificados como colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2019, comparativamente a 1913 colaboradores em 2018. Este aumento é motivado principalmente pelas alterações regulamentares aplicáveis às componentes de remuneração a serem consideradas para a identificação de Colaboradores que correm riscos materiais. Os elementos de remuneração para todos os colaboradores que assumem riscos materiais são detalhados na tabela abaixo, em conformidade com a Secção 16 do InstVV e o artigo 450 CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que assumem riscos materiais, de acordo com o InstVV

										2019	2018
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	IB[3]	CB[3]	PB[3]	DWS[3]	CRU[3]	Funções de Controlo[3]	Funções Corporativas[3]	Total Grupo	Total Grupo
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (total)	42	39	1.163	195	399	46	225	174	270	2.553	1.913
Número de colaboradores que assumem riscos materiais (equivalentes a tempo inteiro)	37	34	973	171	359	36	95	159	237	2.101	1.781
Dos quais: Direção[4]	0	34	23	34	95	8	4	17	38	253	252
Pagamento total	**7**	**103**	**1.103**	**119**	**215**	**49**	**162**	**106**	**208**	**2.070**	1.807
Remuneração fixa total	**7**	**45**	**664**	**77**	**139**	**24**	**112**	**86**	**144**	**1.297**	1.049
Dos quais:											
Em numerário (incl. despesas com pensões)[5]	5	45	664	77	139	24	112	86	144	1.295	1.048
Em ações ou outros instrumentos[6]	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Remuneração variável total para o período[7]	**0**	**58**	**439**	**42**	**76**	**25**	**50**	**20**	**63**	**773**	758
Dos quais:											
Em numerário	0	30	226	22	44	13	30	12	34	411	398
Em ações ou instrumentos baseados em ações	0	27	213	20	32	11	21	7	29	361	360
Noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Remuneração variável total para o período, diferida	**0**	**36**	**343**	**28**	**34**	**13**	**35**	**7**	**31**	**526**	569
Dos quais:											
Em numerário	0	15	172	14	17	6	18	3	15	260	278
Em ações ou instrumentos baseados em ações	0	20	171	14	17	7	17	3	15	265	291
Noutros tipos de instrumentos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Montante total da remuneração variável ainda pendente no início do exercício que foi diferido nos anos anteriores	**0**	**54**	**1.300**	**100**	**133**	**53**	**145**	**45**	**142**	**1.971**	1.678
Dos quais:											
Adquiridos	0	15	43	8	15	5	6	7	16	115	95
Realizado e pago/entregue	0	15	43	8	14	5	6	7	16	114	90
Não adquiridos	0	39	1.258	92	118	48	139	38	126	1.856	1.583

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	IB[3]	CB[3]	PB[3]	DWS[3]	CRU[3]	Funções de Controlo[3]	Funções Corporativas[3]	2019 Total Grupo	2018 Total Grupo
Remuneração variável diferida atribuída, paga ou reduzida durante o período											
Atribuída durante o período	0	55	526	43	59	19	64	12	52	831	842
Paga durante o período	0	19	256	26	56	10	34	17	44	461	447
Reduzida através de ajustes explícitos ao risco[8]	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	7
Número de beneficiários de remuneração variável garantida (incl. pagamentos acordados)	0	0	4	0	1	0	0	1	3	9	4
Montante total de pagamento variável garantido (incl. pagamentos acordados)	0	0	5	0	1	0	0	0	3	9	2
Montante total de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período[9]	0	33	10	2	9	2	8	4	2	70	58
Número de beneficiários de pagamentos por cessação de funções atribuídos durante o período	0	4	86	10	14	8	79	2	10	213	108
Indemnização por cessação de funções mais elevada atribuída a um indivíduo durante o período	0	11	1	1	2	1	2	4	1	11	11

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais. Os colaboradores são atribuídos a colunas com base na sua função principal. FTE em 31 de dezembro de 2019.
[2] O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank. Os representantes dos colaboradores identificados exclusivamente devido às suas funções no Conselho de Fiscalização são considerados apenas com a sua remuneração para a função no Conselho de Fiscalização.
[3] O Conselho de Administração inclui os respetivos membros do Conselho de todas as instituições relevantes no Grupo Deutsche Bank. IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank (inclui o banco comercial Postbank); PB = Private Bank. A RV para alguns colaboradores que assumem riscos materiais em unidades Postbank é baseada em dados preliminares. Os valores finais serão divulgados nos relatórios de remuneração do DB Privat- und Firmenkundenbank AG, bem como do BHW Bausparkasse AG. DWS = DWS Group. CRU = Unidade de Libertação de Capital. As Funções de Controlo incluem o Diretor de Risco, a Auditoria do Grupo, a Conformidade e o Combate aos Crimes Financeiros. As funções corporativas incluem qualquer função de infraestrutura não contemplada nas funções de controlo nem integrada em qualquer divisão.
[4] Direção é definida como o Quadro de Liderança Sénior do Deutsche Bank, mais os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes e os seus colaboradores diretos (excl. funções não estratégicas ou de gestão). Todos os colaboradores da Direção são também considerados MRT InstVV. Os membros do Conselho de Administração das instituições relevantes são incluídos na coluna Conselho de Administração.
[5] O pagamento fixo em numerário inclui o salário-base, os subsídios e os benefícios materiais (despesas com pensões).
[6] O pagamento fixo em ações é apenas atribuído a membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, conforme descrito no capítulo Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização.
[7] O pagamento variável total para o período inclui os prémios de remuneração variável baseada no desempenho de fim de ano do Deutsche Bank para 2019 e outros compromissos de remuneração variável no período relevante, bem como pagamentos por cessação de funções. Os “buyouts” não estão incluídos.
[8] Inclui penalizações (malus) e clawback.
[9] Os pagamentos por cessação de funções não são geralmente diferidos.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2019 Número de pessoas	2018 Número de pessoas
Pagamento total[1]		
1 000 000 a 1 499 999	305	356
1 500 000 a 1 999 999	122	125
2 000 000 a 2 499 999	50	61
2 500 000 a 2 999 999	37	31
3 000 000 a 3 499 999	21	15
3 500 000 a 3 999 999	20	22
4.000,000 a 4 499 999	9	5
4 500 000 a 4 999 999	8	3
5 000 000 a 5 999 999	6	14
6 000 000 a 6 999 999	4	8
7 000 000 a 7 999 999	0	1
8 000 000 a 8 999 999	0	0
9 000 000 to 9 999 999	0	2
10 000 000 to 10 999 999	0	0
11 000 000 to 11 999 999	0	0
12 000 000 a 12 999 999	0	0
13 000 000 a 13 999 999	1	0
Total	**583**	643

[1] Os "buyouts" não estão incluídos.

No total, 583 colaboradores receberam uma remuneração total igual ou superior a 1 milhão de euros para 2019, em comparação com 643 colaboradores em 2018 (-9%) e 705 colaboradores em 2017(-17%).

A tabela acima não inclui os três membros do Conselho de Administração do Grupo que saíram do Deutsche Bank em 2019. Todos os detalhes sobre os elementos de remuneração relevantes são divulgados no Relatório de Remuneração do Conselho de Administração.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 18 de maio de 2017 e entraram em vigor a 5 de outubro de 2017. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	31.12.2019 Presidente	 Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	100.000	50.000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de

negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2019

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2019 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

	Remuneração no exercício de 2019		Remuneração no exercício de 2018	
Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Fixa	Da qual a pagar no 1.º trimestre de 2020	Fixa	Da qual pago no 1.º trimestre de 2019
Dr. Paul Achleitner	900.000	675.000	858.333	643.750
Detlef Polaschek[1]	450.000	337.500	262.500	196.875
Stefan Rudschäfski[2]	0	0	125.000	125.000
Ludwig Blomeyer-Bartenstein[1]	300.000	225.000	175.000	131.250
Wolfgang Böhr[2]	0	0	83.333	83.333
Frank Bsirske	300.000	225.000	279.167	235.417
Mayree Carroll Clark[1]	370.833	278.125	204.167	153.125
Dina Dublon[3]	0	0	175.000	175.000
Jan Duscheck	250.000	187.500	187.500	151.042
Dr. Gerhard Eschelbeck	150.000	112.500	129.167	96.875
Katherine Garrett-Cox	300.000	225.000	241.667	181.250
Timo Heider	250.000	187.500	229.167	192.708
Sabine Irrgang[2]	0	0	83.333	83.333
Prof. Dr. Henning Kagermann[2]	0	0	104.167	104.167
Martina Klee	150.000	112.500	170.833	148.958
Henriette Mark	250.000	187.500	229.167	192.708
Richard Meddings[4]	87.500	87.500	429.167	321.875
Louise Parent[2]	0	0	125.000	125.000
Gabriele Platscher	300.000	225.000	258.333	214.583
Bernd Rose	250.000	187.500	229.167	192.708
Gerd Alexander Schütz	150.000	112.500	129.167	107.292
Prof. Dr. Stefan Simon[4]	320.833	320.833	487.500	365.625
Stephan Szukalski[1]	200.000	150.000	116.667	87.500
Dr. Johannes Teyssen[2]	0	0	104.167	104.167
John Alexander Thain[1]	200.000	150.000	116.667	87.500
Michele Trogni[1]	320.833	240.625	175.000	131.250
Dr. Dagmar Valcárcel[5]	166.667	125.000	0	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann[6]	420.833	315.625	58.333	43.750
Jürg Zeltner[7]	25.000	25.000	0	0
Total	**6.112.499**	**4.692.708**	5.766.669	4.676.041

[1] Membro desde 24 de maio de 2018.
[2] Membro até 24 de maio de 2018.
[3] Membro até 31 de julho de 2018.
[4] Membro até 31 de julho de 2019.
[5] Membro desde 1 de agosto de 2019.
[6] Membro desde 1 de agosto de 2018.
[7] Membro desde 20 de agosto até 15 de dezembro de 2019.

Após o envio das faturas, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2018 foi convertida em ações nocionais da empresa com base numa cotação da ação de 7,8195 euros (cotação de fecho média na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2020). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2019 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela a seguir mostra o número de ações nocionais dos membros do Conselho de Fiscalização, com três dígitos após o símbolo decimal, que foram atribuídas nos primeiros três meses de 2020 como parte da respetiva remuneração de 2019, bem como o número de ações nocionais acumuladas dos anos anteriores como parte da remuneração acumulada durante a participação no Conselho de Fiscalização, bem como os montantes totais pagos em fevereiro de 2020 para os membros que saíram do Conselho de Fiscalização.

	Número de ações nocionais			
Membros do Conselho de Fiscalização	Convertidas em fevereiro de 2020 como parte da remuneração de 2019	Número total acumulado durante o mandato atual	Total (acumulado)	A pagar em fevereiro de 2020 em euros[1]
Dr. Paul Achleitner[2]	28.774,218	34.455,248	63.229,466	0
Detlef Polaschek[3]	14.387,109	8.229,150	22.616,259	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein[3]	9.591,406	5.486,100	15.077,506	0
Frank Bsirske[4]	9.591,406	5.486,100	15.077,506	0
Mayree Carroll Clark[3]	11.856,044	6.400,450	18.256,494	0
Jan Duscheck[4]	7.992,838	4.571,750	12.564,588	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	4.795,703	4.992,668	9.788,371	0
Katherine Garrett-Cox	9.591,406	11.939,444	21.530,850	0
Timo Heider[4]	7.992,838	4.571,750	12.564,588	0
Martina Klee[4]	4.795,703	2.743,050	7.538,753	0
Henriette Mark[4]	7.992,838	4.571,750	12.564,588	0
Richard Meddings[5]	0	26.784,652	26.784,652	209.443
Gabriele Platscher[4]	9.591,406	5.486,100	15.077,506	0
Bernd Rose[4]	7.992,838	4.571,750	12.564,588	0
Gerd Alexander Schütz[6]	4.795,703	2.743,050	7.538,753	0
Prof. Dr. Stefan Simon[5]	0	19.238,329	19.238,329	150.434
Stephan Szukalski[3]	6.394,271	3.657,400	10.051,671	0
John Alexander Thain[3]	6.394,271	3.657,400	10.051,671	0
Michele Trogni[3]	10.257,476	5.486,100	15.743,576	0
Dr. Dagmar Valcárcel[7]	5.328,559	0	5.328,559	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann[8]	13.454,611	1.828,700	15.283,311	0
Jürg Zeltner[9]	0	0	0	0
Total	**181.570,644**	166.900,941	**348.471,585**	**359.877**

[1] A um valor de 7,8195 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2020.
[2] Membro reeleito a 18 de maio de 2017.
[3] Membro desde 24 de maio de 2018.
[4] Como representantes dos colaboradores a 26 de abril de 2018 reeleitos.
[5] Membro até 31 de julho de 2019.
[6] Membro a 24 de maio de 2018 reeleito.
[7] Membro desde 1 de agosto de 2019.
[8] Membro desde 1 de agosto de 2018.
[9] Membro desde 20 de agosto até 15 de dezembro de 2019.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske, Jan Duscheck e Stephan Szukalski e Jan Duscheck, são nossos colaboradores. No exercício de 2019, pagámos a esses membros um montante total de 1 milhão de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2019, reservámos 0,13 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se previsto nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício destas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 208 000 euros (2018: 225 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 277 010 euros (2018: 218 672 euros) foram pagos durante o exercício de 2019.

Responsabilidade corporativa

Temos como objetivo promover o crescimento económico e o progresso social, através da criação de impacto positivo para os nossos clientes, a população, os investidores e as comunidades. Este objetivo serve de orientação para as nossas ações. Reflete também o compromisso do Deutsche Bank de equilibrar o sucesso económico com a responsabilidade ambiental e social, que é um dos princípios de sustentabilidade inserido no Código de Conduta do banco.

O Código de Conduta estabelece as normas de comportamento e conduta que esperamos que o banco e todos os colaboradores do Deutsche Bank respeitem. Os princípios estabelecidos no nosso Código de Conduta refletem-se nas estruturas de gestão, políticas, processos e sistemas de controlo do banco.

Em 2019, a sustentabilidade foi definida como um dos quatro eixos para atingir os objetivos de negócio do Deutsche Bank. Esta evolução reflete a importância crescente no diálogo público e nos debates com políticos e reguladores.

A Comissão para a Sustentabilidade ao nível do grupo do Deutsche Bank é responsável por aconselhar o Conselho de Administração sobre temas de sustentabilidade e ajudar a promover a integração da sustentabilidade na prática comercial corrente. A Comissão é composta por executivos de todas as nossas divisões e funções de infraestrutura. Apoiando a relevância da sustentabilidade, o nosso Diretor Geral assumiu o cargo de presidente do Conselho em 2019. Uma equipa de sustentabilidade organizada centralmente na nossa área de Comunicações e CSR atua como uma interface entre as partes interessadas internas e externas.

A nossa abordagem à sustentabilidade baseia-se em acordos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável *ODS) das Nações Unidas (ONU) e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Participamos voluntariamente em princípios de melhores práticas, incluindo os Dez Princípios da Global Compact da ONU e as Orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos. Em 2019, o Deutsche Bank contribuiu para estes compromissos, assinando os Princípios de Banca Responsável da ONU como signatário fundador. Reforçamos o nosso compromisso com questões específicas, tais como as alterações climáticas e os direitos humanos, comunicando publicamente o nosso apoio, por exemplo, ao Plano de ação sobre finanças sustentáveis da União Europeia (UE) ou publicando declarações dedicadas, tal como a nossa Declaração sobre Direitos Humanos.

Para mais informações sobre sustentabilidade, consultar o nosso Relatório não financeiro de 2019 (NFRep 2019). O NFRep 2019 inclui o relatório não financeiro separado combinado legalmente exigido em conformidade com o § 315b do Código Comercial Alemão. O PDF do NFRep 2019 é publicado no nosso sítio Web db.com/annual-reports em Relações com os investidores.

Funcionários

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um total de 87.597 colaboradores, em comparação com 91 737 em 31 de dezembro de 2018. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017.

Colaboradores[1]	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Alemanha	40.491	41.669	42.526
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	19.672	20.871	23.543
Ásia e Pacífico	18.874	19.732	20.861
América do Norte[2]	8.399	9.275	10.358
América Latina	162	189	247
Total de colaboradores	**87.597**	91.737	97.535

[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro; em 2019, a companhia de seguros de saúde do Deutsche Bank alinhou a sua definição de FTE, o que diminuiu o número do Grupo, a 31 de dezembro de 2019, em 81 (períodos anteriores não reajustados); em 2018, a BHW KSG alinhou a sua definição de FTE com o Deutsche Bank, o que aumentou o número do Grupo, a 31 de dezembro de 2018, em 95 (períodos anteriores não reajustados).
[2] Principalmente Estados Unidos.

Em 2019, o número de colaboradores diminuiu 4.140 ou 4,5%, motivado pela implementação das nossas metas anunciadas em julho de 2019:

- Alemanha (-1.178; -2,8%) devido à implementação de medidas de restruturação, sobretudo na divisão Private Bank relativamente a funções globais da divisão Private Bank e das funções de infraestrutura;
- América do Norte (-876; -9,4%), sobretudo devido às reduções na Capital Release Unit e nos diretores de operações;
- América Latina (-27; -14,3%), devido às reduções principalmente no Brasil e no México como resultado da implementação da nossa estratégia de presença;
- EMEA ex Alemanha (-1.200;-5,7%), principalmente como resultado de reduções no Reino Unido relacionadas com a Capital Release Unit e com as funções da Infraestrutura; além disso, a cisão do negócio de banca privada e comercial em Portugal;
- Ásia e Pacífico (-859; -4,4%), principalmente devido às reduções de diretores de operações e na Capital Release Unit.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017.

Funcionários	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Corporate Bank (CB)	8,5%	8,0%	7,8%
Investment Bank (IB)	11,5%	10,8%	10,9%
Private Bank (PB)	42,5%	41,9%	40,3%
Asset Management (AM)	4,5%	4,4%	4,1%
Capital Release Unit (CRU)	1,4%	2,8%	4,5%
Infraestrutura	31,6%	32,1%	32,4%

- Corporate Bank (CB, +75; + 1,0%), principalmente como resultado de aumentos nas funções centrais do CB;
- Investment Bank (IB, +135; + 1,4%), principalmente como resultado de aumentos em Tecnologia no CIB;
- Private Bank (PB,-1.149;-3,0%), principalmente como resultado das reduções nas funções globais que integram as funções de back office e de apoio;
- Asset Management (AM,-88;-2,2%), principalmente como resultado de reduções nos EUA e no Reino Unido;
- Capital Release Unit (CRU,-1.329;-52,4%), principalmente como resultado da reestruturação do negócio de Ações, incluindo a Pesquisa de Ações sobretudo nos EUA, na APAC e no Reino Unido, e da cisão do negócio de banca privada e comercial em Portugal;
- Funções de Infraestruturas (-1.784; -6,1%), principalmente devido às reduções de diretores de operações (-889) e na divisão de Finanças (-494), que foram parcialmente compensadas pela internalização de funções externas essenciais e pelo fortalecimento reforçado da divisão de Combate aos crimes financeiros.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Reestruturação

A reestruturação é um tema que abrange todo o setor bancário, nomeadamente devido ao ritmo da digitalização. O Deutsche Bank não é exceção à regra. Em 29 de maio de 2018, o Conselho de Administração anunciou que o número de colaboradores a tempo inteiro seria reduzido para menos de 90.000 até ao final de 2019. Em 7 de julho de 2019, o Conselho de Administração anunciou medidas para melhorar a eficiência e a infraestrutura, que incluem a redução da força de trabalho para cerca de 74.000 até 2022.

Em 31 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank reduziu o seu número de colaboradores em aproximadamente 4.100 (-4,5%) para 87.600. Reduções em todas as regiões e principalmente impulsionadas pelas divisões de Capital Release Unit (-1.329), Private Bank (-1.149), Diretores de Operações (-889) e Diretores Financeiros (-494). Em 2019, as funções externas essenciais, especialmente em TI, foram novamente internalizadas.

Aquisição de talentos

A taxa de rotação de voluntários foi de 8,0 % em 2019 (2018: 8,4 %). A ligeira diminuição de 0,4 pontos percentuais deve-se principalmente a uma rotação de pessoal inferior na região da Ásia e Pacífico (2019: 17,0 %, 2018: 18,0%) e na EMEA, excluindo a Alemanha (2019: 7,7 %, 2018: 9,2 %). A taxa de rotação de voluntários na Alemanha aumentou 0,5 pontos percentuais (2019: 2,5 %, 2018: 2,0%) principalmente devido ao aumento da rotação de pessoal na divisão Private Bank. No entanto, esta rotação de pessoal permanece num nível normal.

Mesmo no contexto da aplicação das medidas de reestruturação supramencionadas, o recrutamento de talentos continua a ser uma prioridade fundamental para o Deutsche Bank. Por conseguinte, o preenchimento de vagas em front office e centros de operações foi novamente uma prioridade em 2019, tal como a contratação de talentos para satisfazer a procura crescente em funções regulamentares (por exemplo, Combate ao Crime Financeiro, Auditoria e Conformidade). Além disso, a aquisição de talentos centrou-se na internalização de 881 funções externas (2018: 1.207), principalmente em TI, bem como na contratação de 1.622 licenciados e estagiários profissionais (2018: 1.517).

Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital na retenção de colaboradores qualificados e talentosos e em manter a sua competência e experiência dentro do banco. Em 2019, o Deutsche Bank continuou a desenvolver e a integrar a estratégia de mobilidade interna e a manter o compromisso de preencher as vagas com candidatos internos adequados. Refletindo a alteração dos requisitos de competências (ver acima), o objetivo é ainda substituir um terço de todas as posições vagas com candidatos internos.

Todas as vagas são anunciadas primeiro aos colaboradores internos durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela restruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco. A mobilidade entre divisões também foi promovida para permitir aos colaboradores expandir as suas competências e experiência e estabelecer carreiras bem desenvolvidas em todos os aspetos. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

Em 2019, 37,6% (2018: 37,2%) de todas as vagas foram preenchidas internamente (excluindo o Postbank). Em particular, nos níveis de Diretor Executivo e Diretor, a taxa de preenchimento interno situou-se acima da média, em 40,2% (2018: 40,5 %). O mesmo se aplica ao nível de Vice-Presidente com experiência, com 47,5% das vagas preenchidas internamente (2018: 47,8 %). Na Alemanha, o número foi de 67,7% (2018: 65,4%) devido a despedimentos causados por medidas de reestruturação, bem como por alterações resultantes da digitalização e das funções de controlo. O preenchimento interno de vagas através de esforços de reafetação proativos resultou em poupanças de 32 milhões de euros em 2019 (2018: 39 milhões de euros).

Diversidade e inclusão

Estamos empenhados numa cultura inclusiva que respeite e aceite a diversidade de colaboradores, clientes e comunidades, tal como é demonstrado por um foco contínuo em:

- Construir equipas talentosas e diversas para fomentar os resultados do negócio;
- Criar um ambiente respeitoso e inclusivo onde as pessoas possam prosperar;
- Fortalecer as nossas relações com clientes, parceiros, entidades reguladoras, comunidades e potenciais colaboradores.

Procuramos atrair, desenvolver e reter os melhores colaboradores de todas as culturas, países, raças, etnias, géneros, orientações sexuais, capacidades, crenças, proveniências e experiências. Para este fim, e para e para nos prepararmos para os desafios e oportunidades decorrentes da mudança demográfica, da digitalização e do futuro do trabalho, o banco segue uma abordagem integrada e multidimensional à diversidade e inclusão.

Ao longo de 2019, o Deutsche Bank continuou os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres no local de trabalho. Com sete mulheres no Conselho de Fiscalização, o número situou-se em 35% no final do ano de 2019 (2018: 30 %). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para empresas alemãs codeterminadas e cotadas em bolsa ao abrigo da legislação de quotas de género introduzida em 2015.

O mais recente objetivo do Conselho de Fiscalização para o Conselho de Administração foi definido em 2017, estabelecendo que este deveria ter no mínimo 20% de membros do sexo feminino até 30 de junho de 2022. Tendo em conta um Conselho de Administração constituído por oito a doze membros, tal traduz-se em duas mulheres. No final de 2019, não havia mulheres no Conselho de Administração. Em 1 de janeiro de 2020, juntou-se ao Conselho de Administração uma mulher responsável pelos negócios do banco nas Américas. No âmbito dos Princípios de diversidade das orientações de adequação para a seleção de membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização está a trabalhar para a meta de 2022.

No fim do exercício de 2019, 19,7% dos cargos executivos no primeiro nível de gestão a seguir ao Conselho de Administração eram detidos por mulheres (2018: 20,8 %). No segundo nível a seguir ao Conselho de Administração, o número era de 19,5% (2018: 20,9 %). Em conformidade com o requisito legal na Alemanha, o banco fixou metas de 20% (no primeiro nível de gestão) e de 25% (no segundo nível de gestão) para 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração permanece empenhado em aumentar a representação das mulheres em posições de liderança. Em março de 2019, o Conselho de Administração decidiu reafirmar os objetivos aspiracionais voluntários ao nível do Grupo para a representação das mulheres. Uma vez que a transparência facilita a mudança, os objetivos para dezembro de 2021 foram desagregados para um enfoque nos três principais cargos corporativos (em termos de número de colaboradores): Diretor Executivo (21%), Diretor (28%) e Vice-Presidente (35%, excluindo o Postbank). Isto irá também reforçar o canal interno para os dois níveis abaixo do Conselho de Administração. O Deutsche Bank acredita firmemente que um melhor equilíbrio de género em funções de liderança irá contribuir de forma significativa para o seu sucesso futuro.

No final do exercício de 2019, as mulheres constituíam 18,3% dos Diretores Executivos, 25,1% dos Diretores e 31,4% dos Vice-Presidentes. O acompanhamento dos objetivos de Diversidade inclui também as promoções com início em 2020. Incluindo as promoções, alcançámos 18,9% para Diretores Executivos, 25,9% para Diretores e 32,6% para Vice-Presidentes (excluindo o Postbank).

Em quase 20 anos de experiência em diversidade e inclusão, foram construídas diversas parcerias externas fundamentais em todo o mundo. Estas parcerias não ajudam apenas o Deutsche Bank a impulsionar a sua agenda interna. Também permitem partilhar boas práticas e aumentar o impacto positivo do banco nas sociedades onde opera. O Deutsche Bank está convencido de que isto ajuda a fortalecer as relações com os clientes, os parceiros e as comunidades.

- Na Alemanha, o banco é membro fundador e atualmente membro do conselho de administração da Charta der Vielfalt (Carta da Diversidade), uma associação sob o patrocínio da Chanceler Angela Merkel que promove ativamente a diversidade no local de trabalho.
- Noutros locais, o Deutsche Bank é signatário fundador da Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, promovendo uma indústria de serviços financeiros mais equilibrada em termos de género. É também parceiro da Open for Business, uma coligação de empresas globais que apresenta e promove os direitos LGBTQI na atividade empresarial e económica.

Digitalização

Os desenvolvimentos tecnológicos oferecem aos bancos oportunidades sem precedentes. No seu modelo de negócio tradicional, deparam-se com cada vez mais desafios por parte dos fornecedores de modelos de negócio disruptivos. Os bancos enfrentam a tarefa de tornar o seu negócio existente eficiente e rentável, ao mesmo tempo que desenvolvem novas oportunidades de negócio. A finalidade do Deutsche Bank é posicionar-se como uma empresa tecnológica, ser líder na banca digital com novas ideias e estabelecer investigação e desenvolvimento sistemáticos para inovações através da combinação de tecnologia de última geração com o know-how de analistas, por ex., ROBIN, Asset Management digital do Deutsche Bank. A necessidade contínua de tomar decisões nesta área exige não só o conhecimento e a experiência dos colaboradores, como também um alto nível de disponibilidade e capacidade de desenvolver áreas completamente novas e desconhecidas até agora.

Conceber trabalho de RH eficaz e orientado para o futuro significa explicar aos colaboradores atuais e futuros o sentido, a direção e a orientação do caminho e da estratégia do Deutsche Bank na nossa conjuntura de negócios em rápida mudança e dinâmica. Como este aspeto é caracterizado pela imprevisibilidade e por uma complexidade cada vez maior que dificultam a tomada de decisões, a questão da rapidez com que reconhecemos as mudanças internas e externas e da eficácia da nossa reação às mesmas para oferecer mais valor aos nossos clientes será crucial no futuro.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informação sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório de recursos humanos de 2019 do Banco.

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Colaboradoras (em %, número de colaboradores)[1]			
Diretoras Executivas	18,3%	18,1%	17,1%
Diretoras	25,1%	24,5%	23,9%
Vice-Presidentes do sexo feminino	31,4%	31,2%	31,4%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	40,6%	40,2%	40,3%
Não Diretoras	59,6%	59,8%	57,5%
Total de colaboradoras	**46,3%**	46,2%	46,3%
Idade (em %, total)			
até 29 anos	15,1%	15,5%	16,2%
30 – 39 anos	28,6%	29,3%	30,1%
40 – 49 anos	27,1%	27,6%	27,7%
Mais de 49 anos	29,2%	27,6%	26,0%
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)			
Alemanha	24,1%	23,9%	24,4%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	6,1%	6,4%	6,5%
Américas	0,3%	0,5%	0,4%
Ásia e Pacífico	0,2%	0,2%	0,2%
Total de trabalho a tempo parcial	**13,3%**	13,1%	13,0%
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,6%	3,4%	3,6%

	2019	2018	2017
Índice de compromisso[2]	58%	57%	57%
Índice de envolvimento[2]	66%	63%	62%
Taxa de rotação de voluntários			
Alemanha	2,5%	2,0%	2,0%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	7,7%	9,2%	8,5%
Américas	14,4%	14,1%	13,0%
Ásia e Pacífico	17,0%	18,0%	16,8%
Total da taxa de rotação de voluntários	**8,0%**	8,4%	7,8%
Taxa de saúde (em %)[3]	92,2%	92,3%	92,8%

[1] Divulgação ajustada de FTE para o número de colaboradores, tendo em conta a nova abordagem dos objetivos aspiracionais voluntários a nível do Grupo, fixado em março de 2019. Postbank incluído em 2018 e 2019; período anterior não reajustado; os cargos corporativos declarados do Postbank (incl. subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados.
[2] Postbank incluído em 2019; períodos anteriores não reajustados.
[3] Taxa de saúde: 100 - ((total de dias de ausência por doença x 100)/total de dias de trabalho normais); Alemanha, Postbank incluído em 2019, períodos anteriores reajustados.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre o relato financeiro é um processo desenvolvido sob a supervisão do presidente e do Diretor Financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
- Direitos, obrigações e propriedade - os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
- Apresentação e divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a direção tem de avaliar para determinar se o ICOFR estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da direção no que diz respeito à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2019 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2019 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 18 de maio de 2017 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2022, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2019 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2024, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência às ações na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do § 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2019 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (forward). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2024.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no nosso sítio Web, através da hiperligação https://www.db.com/ir/en/reports.htm, bem como no capítulo “3 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade”.

Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e é o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nas IFRS e nas divisões do Grupo e não em empresas individuais do grupo. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre as questões financeiras do HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

Desempenho do Deutsche Bank AG

Devido às circunstâncias indicadas na introdução supra, os resultados HGB do Deutsche Bank AG não são, em geral, relevantes para avaliar ou orientar o desempenho financeiro. Um indicador essencial adicional para o DB AG seria o lucro distribuível, que se mantém após a afetação ou a retirada de reservas do balanço. Esta medida determina, em grande medida, a capacidade de distribuir lucros como dividendos aos nossos acionistas.

Em 2019, o Deutsche Bank AG registou perdas líquidas de 19,7 mil milhões de euros em comparação com um resultado líquido de 514 milhões de euros em 2018. Esta diminuição deveu-se principalmente a ajustamentos de avaliação relacionados com investimentos em empresas afiliadas no valor de 13,7 mil milhões de euros. Estes incluem acréscimos à provisão para perdas de crédito em empréstimos internos do Grupo na sequência da estratégia de transformação do banco. Os resultados correntes, que decorrem sobretudo de investimentos em empresas afiliadas, diminuíram 5 mil milhões de euros, parcialmente compensados por um fundo inalterado para os riscos bancários gerais após acréscimos de 2 mil milhões de euros no ano anterior. Foram registados impostos no valor de 556 milhões de euros após os encargos de 6 milhões de euros no ano anterior.

Os ajustamentos de avaliação no valor de 13,7 mil milhões de euros decorrentes de investimentos em empresas afiliadas (2018: 297 milhões de euros) foram motivados por alterações no valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados, refletindo o impacto da estratégia de transformação e uma perspetiva económica mais fraca. 2,7 mil milhões de euros destes encargos foram apresentados como provisões para perdas de crédito sobre financiamento interno, que foi garantido por um investimento numa subsidiária que estava em situação de imparidade.

O total do rendimento corrente, incluindo a agregação de lucros, ascendeu a 2 mil milhões de euros, (2018: 7 mil milhões de euros). Esta diminuição deveu-se sobretudo à não recorrência dos lucros efetivos e retidos das subsidiárias que se refletiram no ano anterior como rendimentos de dividendos ou agregação de lucros. Em particular, uma rubrica única no montante de 2,1 mil milhões de euros contribuiu para o rendimento corrente em 2018.

O resultado extraordinário líquido relacionado com a reestruturação ascendeu a 446 milhões de euros negativos (2018: 211 milhões de euros negativos).

O fundo para riscos bancários gerais em conformidade com a secção 340 g do HGB permaneceu inalterado (2018: acréscimo de 2 mil milhões de euros).

O total de despesas com impostos ascendeu a 556 milhões de euros em 2019 (2018: 6 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2019, o total de ativos tinha diminuído 111 mil milhões para 777 mil milhões de euros, principalmente devido a diminuições nos inventários de títulos na carteira de negociação e a saldos inferiores junto de bancos centrais.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Em 2019, o capital próprio dos acionistas (excluindo lucros distribuíveis) diminuiu 19,9 mil milhões de euros para 34,7 mil milhões de euros, principalmente devido à libertação parcial de reservas de capital no valor de 19,4 mil milhões de euros, a fim de compensar a perda líquida deste ano, o que conduziu a um lucro distribuível de zero.

A situação global de rendimento do Deutsche Bank agravou-se significativamente em comparação com o ano anterior, sobretudo motivada por elevados ajustamentos de avaliação de investimentos em empresas afiliadas. Por conseguinte, em consonância com os anúncios públicos efetuados no contexto da estratégia de transformação durante o período de 2019, o Deutsche Bank AG não pagará dividendos relativos ao exercício de 2019.

Demonstração de resultados

Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros	2019	2018	Alterar em milhões de euros	Alterar em %
Rendimento de juros[1]	16.525	13.566	2.959	22
Rendimento corrente[2]	1.997	6.962	(4.965)	(71)
Rendimento de juros total	**18.522**	20.529	(2.006)	(10)
Gastos de juros	12.852	11.503	1.348	12
Rendimento de juros líquido	**5.671**	9.026	(3.355)	(37)
Rendimento de comissões	7.538	7.411	126	2
Gastos com comissões	1.892	1.411	481	34
Rendimento de comissões líquido	**5.646**	6.001	(355)	(6)
Resultado de negociação líquido	**710**	1.629	(919)	(56)
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
Total de receitas	**12.027**	16.656	(4.629)	(28)
Salários e vencimentos	3.623	3.768	(145)	(4)
Contribuições obrigatórias para a segurança social[3]	949	860	89	10
Gastos com pessoal	**4.572**	4.629	(56)	(1)
Outras despesas administrativas[4]	8.725	8.532	193	2
Gastos administrativos	**13.297**	13.161	136	1
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	**(1.497)**	(611)	(886)	145
Provisionamento de risco	**3.684**	(91)	3.775	N/S
Lucros operacionais	**(6.452)**	2.975	(9.427)	N/S
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	**(12.231)**	(244)	(11.987)	N/S
Resultado extraordinário	**(446)**	(211)	(235)	111
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	0	(2.000)	2.000	N/S
Resultados antes de impostos	**(19.129)**	520	(19.649)	N/S
Impostos	556	6	550	N/S
Resultado líquido	**(19.685)**	514	(20.199)	N/S
Lucros transitados do ano anterior	259	172	87	51
	(19.426)	686	(20.112)	N/S
Retirada de reservas de capital	**19.426**	0	19.426	N/S
Alocações a reservas de receitas	**0**	200	(200)	N/S
– a outras reservas de receitas	0	200	(200)	N/S
Lucros distribuíveis	**0**	486	(486)	N/S

N/S – Não significativo
[1] De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo, créditos inscritos no registo da dívida pública e setor de leasing.
[2] De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros).
[3] Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores.
[4] Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis.

A margem financeira diminuiu 3,3 mil milhões de euros para 5,7 mil milhões de euros. No rendimento corrente, com uma quebra de 5 mil milhões de euros, o rendimento proveniente de agregação de lucros diminuiu 2,7 mil milhões de euros e o rendimento de investimentos em subsidiárias diminuiu 1,6 mil milhões de euros. Além disso, o rendimento de ações e outros títulos de rendimento não fixo diminuiu 662 milhões de euros, principalmente devido a estratégias de redução do risco na CRU. A compensar parcialmente, o resultado de juros líquidos de empréstimos e títulos menos custos de juros aumentou 1,6 mil milhões de euros.

A diminuição da agregação de lucros de 2,7 mil milhões de euros deveu-se principalmente a um efeito único de 2,1 mil milhões de euros devido à libertação do fundo local para riscos bancários gerais no ano anterior.

O rendimento de comissões líquido de 5,6 mil milhões de euros desceu 355 milhões de euros face ao ano anterior. Este desenvolvimento foi impulsionado pela maioria das componentes do rendimento de comissões, incluindo 161 milhões de euros de comissões inferiores no negócio de títulos, 432 milhões de euros de rendimentos para serviços diversos. O rendimento de serviços prestados por empresas do grupo aumentou 202 milhões de euros, o que compensou parcialmente.

O Deutsche Bank AG apresentou um resultado de negociação líquido de 710 milhões de euros em 2019, o que representa uma descida de 919 milhões de euros face ao ano anterior. Esta diminuição foi sobretudo impulsionada por perdas em derivados, parcialmente compensadas por títulos e conversão cambial em moeda funcional não local.

Os gastos com pessoal diminuíram 56 milhões de euros para 4,6 mil milhões de euros. Isto deveu-se principalmente a uma redução dos salários de 145 milhões de euros, sobretudo motivada por uma remuneração fixa e variável inferior, que reflete a acessibilidade e o desempenho geral do Grupo, e por uma redução do número de colaboradores.

Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[1]	31.12.2019	31.12.2018	Alterar
Alemanha[2]	11.133	11.406	(273)
Europa (excl. Alemanha)	8.149	8.923	(774)
Américas	645	774	(129)
África/Ásia/Austrália	5.400	5.625	(225)
Total	**25.326**	26.728	(1.402)

[1] Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes.
[2] Em 2019, a companhia de seguros de saúde do Deutsche Bank alinhou a sua definição de FTE, o que implicou uma diminuição de 81 colaboradores no Grupo a 31 de dezembro de 2019
(período anterior não reajustado)

O número de colaboradores na Alemanha diminuiu principalmente devido à implementação de medidas de reestruturação, sobretudo em Private Bank (PB) e nas funções de Infraestrutura. O número de colaboradores nas Américas diminuiu principalmente devido a reduções em Investment Bank (IB), Capital Release Unit (CRU) e funções de Infraestrutura. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores diminuiu principalmente devido aos desenvolvimentos no Reino Unido, relacionados com a Capital Release Unit (CRU) e com as funções de Infraestrutura; além disso, uma redução em Portugal deveu-se sobretudo à alienação da atividade de banca privada e comercial. Na região da África/Ásia/Austrália, o número de colaboradores diminuiu principalmente em Hong Kong.

Outras despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis) aumentaram 23 milhões de euros para 7,4 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi motivado por despesas superiores de encargos interempresas, com uma subida de 213 milhões de euros, e despesas superiores com a supervisão bancária e encargos similares, com uma subida de 30 milhões de euros. A compensar parcialmente, todas as outras categorias de custos diminuíram, em especial as despesas operacionais gerais, que diminuíram 127 milhões de euros.

A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascendeu a 1,3 mil milhões de euros em 2019 (2018: 1,2 mil milhões de euros). O aumento deve-se sobretudo a níveis superiores de software de desenvolvimento próprio.

O saldo de outros rendimentos/despesas operacionais aumentou de 611 milhões de euros negativos em 2018 para 1,5 mil milhões de euros negativos em 2019. Isto deveu-se sobretudo a uma diminuição de 617 milhões de euros no resultado líquido de instrumentos financeiros na carteira bancária e na conversão cambial. As despesas mais elevadas com indemnizações por danos civis, que aumentaram 257 milhões de euros, e as receitas mais baixas provenientes da libertação de provisões para sanções, que diminuíram 144 milhões de euros, somaram-se a este desenvolvimento. Os custos líquidos de juros nas provisões relacionadas com o pessoal diminuíram 210 milhões de euros, o que compensou parcialmente.

Em 2019, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, subiu 3,8 mil milhões, de um valor líquido positivo de 91 milhões de euros para uma despesa de 3,7 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se a um provisionamento de risco superior no negócio de empréstimos, com uma subida de 3,7 mil milhões de euros, e a resultados líquidos de títulos detidos na reserva de liquidez, com uma descida de 148 milhões de euros. O aumento do provisionamento de risco na atividade de empréstimos foi principalmente motivado por uma provisão para perdas de crédito para um financiamento interno do Grupo, que foi sobretudo garantido por um investimento numa subsidiária que estava em situação de imparidade.

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 12,2 mil milhões de euros negativos (2018: 244 milhões de euros). Esta diminuição em comparação com 2018 foi sobretudo motivada por gastos significativamente superiores para ajustamentos de valor de investimentos em empresas afiliadas, que subiram 10,8 mil milhões de euros. Esta evolução foi motivada por alterações no valor atual dos fluxos de caixa esperados futuros, refletindo o impacto da estratégia de transformação e uma perspetiva económica mais fraca. Os maiores impactos foram registados no que diz respeito ao nosso franchise nos EUA e na banca de retalho na Alemanha.

Os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 787 milhões de euros em 2019 (2018: 45 milhões de euros), causados por imparidades no software autodesenvolvido, o que reflete a nossa transição estratégica.

Os resultados e gastos líquidos extraordinários foram de 446 milhões de euros negativos (2018: 211 milhões de euros negativos). Esta alteração foi principalmente motivada por um aumento das despesas de reestruturação.

Em 2019, foi registada uma despesa com impostos de 556 milhões de euros, face a um encargo de 6 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva do ano atual foi principalmente afetada por ajustamentos de valor não dedutíveis dos investimentos em empresas afiliadas e alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

O Deutsche Bank AG registou em 2019 uma perda líquida de 19,7 mil milhões após um lucro líquido de 514 milhões de euros no ano anterior.

Após uma libertação parcial de reservas de capital de 19,4 mil milhões de euros, o lucro distribuível ascendeu a 0 milhões de euros negativos em 31 de dezembro de 2019.

Balanço

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 777,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. A diminuição de 111,5 mil milhões de euros ou 12,5%, em comparação com 2018, deveu-se principalmente a volumes de títulos para negociação e a saldos reduzidos junto de bancos centrais.

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) aumentou 20,3 mil milhões de euros (8%) para 278,8 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a crédito adicional concedido a clientes corporativos e institucionais, que aumentou 18,7 mil milhões de euros (10%) para 210,3 mil milhões de euros, enquanto os empréstimos a Private & Business Clients e ao setor público foram reduzidos para 17,2 mil milhões de euros(-1,2 mil milhões de euros). Os empréstimos a bancos, relatados no total de crédito concedido, subiram ligeiramente 2,8 mil milhões de euros para 51,3 mil milhões de euros.

Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Créditos sobre clientes	**227,5**	210,1	17,5	8
com um período residual de				
até 5 anos[1]	205,9	182,3	23,6	13
mais de 5 anos	21,6	27,8	(6,2)	(22,2)
Empréstimos a bancos	**51,3**	48,5	2,8	6
com um período residual de				
até 5 anos[1]	37,9	30,4	7,5	25
mais de 5 anos	13,4	18,1	(4,7)	(25,8)
Total	**278,8**	258,6	20,3	8

[1] Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido.

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 16,7 mil milhões de euros para 43,8 mil milhões de euros face ao ano anterior.

A nossa carteira de títulos (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou significativamente, sobretudo devido a um aumento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, que subiram 15,8 mil milhões de euros, ou 40%, para 55,6 mil milhões de euros.

Os ativos detidos para negociação totalizaram 248,1 mil milhões de euros, uma descida de 55,6 mil milhões de euros. Esta descida foi significativamente motivada por títulos elegíveis como negociação, que desceram 39,9 mil milhões de euros, ou 32%, para 83,5 mil milhões de euros, resultantes principalmente da nossa contínua transformação empresarial. Além disso, os valores de mercado positivos de derivados de negociação diminuíram 7,8 mil milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 11,3 mil milhões de euros para 34,3 mil milhões de euros. Esta evolução é principalmente atribuível a encargos com imparidades no valor de 11 mil milhões de euros registados em 2019.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Dívidas a bancos	**158,1**	172,5	(14,3)	(8,3)
reembolsáveis à vista	71,0	71,4	(0,4)	(0,6)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	87,2	101,1	(13,9)	(13,8)
Responsabilidades para com clientes	**270,4**	292,0	(21,6)	(7,4)
depósitos de poupança	3,1	3,3	(0,1)	(4,3)
outros passivos				
reembolsáveis à vista	171,9	183,3	(11,4)	(6,2)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	95,3	105,5	(10,2)	(9,6)
Passivo na forma de certificados	**91,4**	98,9	(7,4)	(7,5)
obrigações emitidas	87,6	94,0	(6,4)	(6,8)
outros passivos na forma de certificados	3,9	4,9	(1,1)	(21,7)
dos quais: instrumentos do mercado monetário	3,2	4,1	(0,8)	(20,7)

As dívidas a bancos diminuíram 14,3 mil milhões de euros para 158,1 mil milhões de euros. Este desenvolvimento foi atribuível a uma diminuição nos depósitos internos de 10,1 mil milhões de euros e uma diminuição nos depósitos estrangeiros de 5,1 mil milhões de euros.

Os depósitos de clientes diminuíram 21,6 mil milhões de euros para 270,4 mil milhões de euros. O principal impulsionador deste desenvolvimento foi a diminuição dos depósitos de clientes corporativos e institucionais, que desceram 16,1 mil milhões de euros.

Os passivos sob a forma de certificado diminuíram 7,4 mil milhões de euros para 91,4 mil milhões de euros, principalmente devido a reembolsos de obrigações emitidas, enquanto os passivos subordinados diminuíram 1,1 mil milhões para 8,4 mil milhões de euros.

Os passivos detidos para negociação totalizaram 192,7 mil milhões de euros, uma descida de 43,5 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se a inventários de posições curtas sobre títulos e outros passivos detidos para negociação que diminuíram 27 mil milhões de euros e 17,5 mil milhões de euros, respetivamente.

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional permaneceram praticamente inalterados em 5 mil milhões de euros, em comparação com 4,9 mil milhões de euros no ano anterior. O movimento em termos homólogos está relacionado com os efeitos de conversão cambial.

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 34,7 mil milhões de euros. A redução de 19,9 mil milhões de euros é atribuível à perda líquida incorrida em 2019 e a libertações subsequentes de reservas de capital, bem como a pagamentos de dividendos para o exercício de 2018.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta-a apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Risco e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas separadas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as Divisões do Grupo, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura interna. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados, e em alguns casos são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo a conformidade ao nível do Grupo, o DB AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR), que é calculado separadamente para assegurar um nível adequado de liquidez no Deutsche Bank AG, situa-se em 128% em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 121% em 31 de dezembro de 2018.

Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

Riscos e oportunidades

Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo com base nas IFRS, no qual determinadas transações num determinado ano conduzem a perdas mais elevadas ou lucros mais baixos do que nas demonstrações financeiras do Grupo. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, restruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º 2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.
- Se os cupões AT1 não puderem ser pagos devido a itens distribuíveis disponíveis insuficientes, ao abrigo do HGB num determinado ano, isto poderá resultar em custos de financiamento mais elevados para o Deutsche Bank AG.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos das empresas afiliadas podem não permitir pagamentos de dividendos suficientes para cobrir completamente as perdas reconhecidas no Deutsche Bank AG.

Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao plano do Grupo baseado nas IFRS em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que foram reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de que o Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe apresente lucros mais altos num determinado ano em comparação com o seu contributo para o resultado líquido do Grupo, que resultam do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as Demonstrações Anuais do Grupo ao abrigo das IFRS e os aplicam-se às nossas demonstrações financeiras ao abrigo do HGB em conformidade. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB.
- Revisões analíticas de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

Demonstração não financeira para o Deutsche Bank AG

Os pormenores nos termos do parágrafo 340a (1a) do Código Comercial alemão (HGB), em conjugação com o parágrafo 289b (3) do HGB, podem ser encontrados como um relatório não financeiro separado combinado em https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm.

2- Demonstrações financeiras consolidadas

233 Demonstração consolidada dos resultados
234 Demonstração consolidada do rendimento integral
235 Balanço consolidado
236 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
243 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
245 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 245
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 273
3 – Aquisições e alienações – 277
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 278
286 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
5 – Margem financeira e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 286
6 – Rendimentos de serviços e comissões – 288
7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 290
8 – Outros resultados – 290
9 – Despesas gerais e administrativas – 290
10 – Reestruturação – 291
11 – Resultados por ação – 292
293 Notas ao balanço consolidado
12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 293
13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 294
14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 312
15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 314
16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 314
17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 316
18 – Empréstimos – 319
19 – Provisão para perdas de crédito – 320
20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia – 322
21 – Ativos fixos tangíveis – 324
22 – Locações – 325
23 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 327
24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 333
25 – Outros ativos e outros passivos – 336
26 – Depósitos – 336
27 – Provisões – 336
28 – Compromissos de crédito – 351
29 – Outros empréstimos a curto prazo – 352
30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 352
31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 353
32 – Ações ordinárias – 355
33 – Benefícios dos empregados – 356
355 Notas adicionais
34 – Impostos sobre o rendimento – 371
35 – Derivados – 374
36 – Operações com partes relacionadas – 378
37 – Informações sobre subsidiárias – 379
38 – Entidades estruturadas – 380
39 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 387
40 – Acontecimentos após o período de relato – 389
41 – Informação de capital regulamentar – 389
42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB – 393
43 – Relatórios por país – 395
44 – Participações acionistas – 397
45 – Impacto da transformação no Deutsche Bank – 397
418 Confirmações

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2019	2018	2017
Juros e rendimentos similares[1]	5	25.149	24.793	23.542
Gasto de juros	5	11.400	11.601	11.164
Rendimento de juros líquido	5	**13.749**	13.192	12.378
Provisão para perdas de crédito	19	723	525	525
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		**13.026**	12.667	11.853
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.520	10.039	11.002
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	193	1.332	2.926
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado		0	2	N/A
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		260	317	N/A
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	N/A	N/A	479
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	110	219	137
Outro resultado	8	(669)	215	(475)
Rendimento total excluindo juros		**9.416**	12.124	14.070
Remunerações e benefícios	33	11.142	11.814	12.253
Despesas gerais e administrativas	9	12.253	11.286	11.973
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	1.037	0	21
Atividades de reestruturação	10	644	360	447
Despesas totais (excluindo juros)		**25.076**	23.461	24.695
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		**(2.634)**	1.330	1.228
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	2.630	989	1.963
Lucros (prejuízos)		**(5.265)**	341	(735)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		125	75	15
Ganhos (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		(5.390)	267	(751)

[1] Os juros e rendimentos similares incluíram 18 mil milhões de euros e 16,8 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

Resultados por ação

em milhões de euros	Notas	2019	2018	2017
Resultados por ação:[1,2]	11			
Básicos		(2,71 €)	(0,01 €)	(0,53 €)
Diluído		(2,71 €)	(0,01 €)	(0,53 €)
Número de ações em milhões:[1]				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2.110,0	2.102,2	1.967,7
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas[3]		2.110,0	2.102,2	1.967,7

[1] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de abril de 2017 por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.
[2] Os lucros foram ajustados em 330 milhões de euros antes de impostos e 292 milhões de euros e 298 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2019, abril de 2018 e abril de 2017. Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018.
[3] Devido à situação de perda líquida para 2019, 2018 e 2017, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 60 milhões de ações para 2019, 53 milhões de ações para 2018 e 62 milhões de ações para 2017.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2019	2018	2017
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	**(5.265)**	341	(735)
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(1.396)	(216)	(69)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(3)	52	N/A
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	403	10	(23)
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	N/A	N/A	197
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	N/A	N/A	(523)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	309	(245)	N/A
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(260)	(317)	N/A
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(2)	(3)	(34)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(2)	0	(137)
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	2	(162)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	(2)	162
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(20)	457	(2.699)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(9)	0	20
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(22)	(10)	(36)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	193	228	146
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	**(809)**	(43)	(3.157)
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	**(6.073)**	298	(3.892)
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	136	116	(20)
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(6.209)	182	(3.872)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		137.592	188.731
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		9.636	8.881
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	13.801	8.222
Títulos obtidos por empréstimo	20	428	3.396
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		110.875	152.738
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		332.931	320.058
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		86.901	100.444
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		7	104
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	530.713	573.344
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	45.503	51.182
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	929	879
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	429.841	400.297
Ativos fixos tangíveis	21	4.930	2.421
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	7.029	9.141
Outros ativos [1]	24, 25	110.359	93.444
Ativos por impostos correntes	34	926	970
Ativos por impostos diferidos	34	5.986	7.230
Total do ativo		**1.297.674**	1.348.137
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	26	572.208	564.405
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	3.115	4.867
Títulos cedidos por empréstimo	20	259	3.359
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		37.065	59.924
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		316.506	301.487
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		50.332	53.757
Passivos por contratos de investimento		544	512
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 35	404.448	415.680
Outros empréstimos a curto prazo	29	5.218	14.158
Outros passivos [1]	24, 25	107.964	117.513
Provisões	19, 27	2.622	2.711
Passivos por impostos correntes	34	651	944
Deferred tax liabilities	34	545	512
Dívida a longo prazo	30	136.473	152.083
Títulos fiduciários preferenciais	30	2.013	3.168
Total do passivo		**1.235.515**	1.279.400
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de 2,56 €	32	5.291	5.291
Capital realizado adicional		40.505	40.252
Lucros não distribuídos		9.644	16.714
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(4)	(15)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		421	253
Total do capital acionista		**55.857**	62.495
Componentes de capital adicionais		4.665	4.675
Participações minoritárias		1.638	1.568
Total do capital próprio		**62.160**	68.737
Total do passivo e do capital próprio		**1.297.674**	1.348.137

[1] No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.291	40.252	16.714	(15)
Impacto da transição para a IFRS 16	0	0	(136)	0
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (IFRS 16)	**5.291**	**40.252**	**16.578**	**(15)**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	(5.390)	0
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(330)[2]	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(987)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	118	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	185
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(1.359)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	1.185
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	3	0	0
Outros	0	133	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.291**	**40.505**	**9.644**	**(4)**

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Em 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

	Resultados líquidos não realizados							
em milhões de euros	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos[2]	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos[2]	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos[2]	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos[2]	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos[2]	Conversão cambial, líquida de impostos[2]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0	(34)	28	17	0	228	15	253
Impacto da transição para a IFRS 16	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (IFRS 16)	0	(34)	28	17	0	228	15	253
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	79	(2)	(3)	0	108	(15)	168
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2019	0	45	25	14	0	336	0	421

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais[2]	Participações minoritárias	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**62.495**	4.675	1.568	**68.737**
Impacto da transição para a IFRS 16	(136)	0	(0)	(137)
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (IFRS 16)	**62.358**	4.675	1.568	**68.601**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	(5.222)	0	142	(5.079)
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	(227)	0	(59)	(286)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(330)[4]	0	0	(330)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(987)	0	(7)	(994)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	118	0	2	119
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	185	0	0	185
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(1.359)	0	0	(1.359)
Venda de ações próprias (tesouraria)	1.185	0	0	1.185
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	3	0	0	3
Outros	133	(10)[3]	(9)	114
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**55.857**	4.665	1.638	**62.160**

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.
[3] Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.
[4] Em 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.531	33.765	18.987	0
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	(751)	0
Ações ordinárias emitidas	1.760	6.277	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(392)	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(298)	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(91)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(51)	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	424
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	3	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(104)	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(7.912)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	7.479
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	6	0	0
Outros	0	22	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	5.291	39.918	17.454	(9)
Impacto da introdução das IFRS 9	0	(2)	(301)	0
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)	5.291	39.916	17.153	(9)
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	267	0
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados pelo justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(227)	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(292)	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(186)	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	90	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	199
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(5)	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(4.119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	3.914
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(2)	0	0
Outros	0	253[2]	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.291	40.252	16.714	(15)

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Inclui o impacto da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

	Resultados líquidos não realizados							
em milhões de euros	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos[2]	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos[2]	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos[2]	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos[2]	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos[2]	Conversão cambial, líquida de impostos[2]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**912**	**0**	**0**	**143**	**0**	**2.418**	**77**	**3.550**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	(223)	0	0	(125)	0	(2.646)	(36)	(3.030)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	**689**	**0**	**0**	**18**	**0**	**(227)**	**40**	**520**
Impacto da introdução das IFRS 9	(689)	394	(16)	0	0	(45)	(12)	(368)
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)	**0**	**394**	**(16)**	**18**	**0**	**(272)**	**28**	**152**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	(428)	44	(1)	0	500	(14)	101
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	0	0

	Resultados líquidos não realizados							
em milhões de euros	De ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos[2]	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos[2]	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos[2]	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos[2]	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos[2]	Conversão cambial, líquida de impostos[2]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0	(34)	28	17	0	228	15	253

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais[2]	Participações minoritárias	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**59.833**	4.669	316	**64.819**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	(3.781)	0	(20)	(3.800)
Ações ordinárias emitidas	8.037	0	0	8.037
Dividendos pagos em numerário	(392)	0	(11)	(403)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(298)	0	0	(298)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(91)	0	0	(91)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	(51)	0	0	(51)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	424	0	0	424
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	3	0	0	3
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	(104)	0	0	(104)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(7.912)	0	0	(7.912)
Venda de ações próprias (tesouraria)	7.479	0	0	7.479
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	6	0	0	6
Outros	22	6[3]	(36)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (IAS 30)	**63.174**	4.675	250	**68.099**
Impacto da introdução das IFRS 9	**(671)**	0	(1)	**(672)**
Saldo em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9)	**62.503**	4.675	249	**67.427**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	368	0	122	490
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	(227)	0	(8)	(235)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	(292)	0	0	(292)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	(186)	0	(12)	(198)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	90	0	23	112
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	199	0	0	199
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	(5)	0	1	(4)
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(4.119)	0	0	(4.119)
Venda de ações próprias (tesouraria)	3.914	0	0	3.914
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	(2)	0	0	(2)
Outros	253[4]	0	1.193[4]	1.446
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**62.495**	4.675	1.568	**68.737**

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.
[3] Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.
[4] Inclui o impacto da oferta pública inicial da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2019	2018	2017
Resultados líquidos	**(5.265)**	341	(735)
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	723	525	525
Atividades de reestruturação	644	360	447
Ganho na venda de ativos financeiros disponíveis para venda e títulos detidos até à maturidade.	N/A	N/A	(516)
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(277)	(619)	(59)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	1.868	276	1.234
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3.993	2.391	2.159
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(104)	(129)	(141)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	**1.582**	3.145	2.914
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(1.203)	(10.954)	966
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(2.529)	15.004	8.560
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	11.403	(98.560)	N/A
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	101	91.176	(6.721)
Empréstimos pelo custo amortizado	(27.335)	302	2.759
Outros ativos	7.464	6.284	21.970
Depósitos	6.432	(16.763)	34.601
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento[1]	(3.766)	(10.549)	5.461
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(4.871)	(16.716)	(3.355)
Outros empréstimos a curto prazo	(8.954)	(4.266)	1.148
Outros passivos	(16.563)	(19.119)	(23.107)
Dívida sénior a longo prazo[2]	(16.112)	(6.840)	(12.728)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	22.559	20.542	1.596
Outros, líquido	(8.657)	(6.858)	5.512
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	**(40.449)**	(54.172)	39.576
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	23.721	22.126	N/A
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	40.806	26.001	N/A
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	390	94	N/A
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	964	1.904	N/A
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	10.657
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	6.798
Maturidades de títulos detidos até à maturidade	N/A	N/A	0
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	9	30	80
Venda de ativos fixos tangíveis	92	356	113
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(56.568)	(41.031)	N/A
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(20.134)	(309)	N/A
Ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	(13.472)
Títulos detidos até à maturidade	N/A	N/A	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(17)	(1)	(12)
Ativos fixos tangíveis	(327)	(465)	(485)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	1.762	220	82
Outros, líquido	(978)	(1.291)	(1.328)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	**(10.280)**	7.634	2.433

em milhões de euros	2019	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	47[3]	68	881
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(152)[3]	(1.171)	(176)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0[4]	4	266
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(1.235)[4]	(2.733)	(666)
Parte de capital dos pagamentos de locação	(659)	N/A	N/A
Ações ordinárias emitidas	0	0	8.037
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(1.359)	(4.119)	(7.912)
Venda de ações próprias (tesouraria)	1.191	3.912	7.471
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	0	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(131)	(236)	(205)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	121	234	217
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(330)	(315)	(335)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(59)	(8)	(11)
Variação líquida em participações minoritárias	(9)	1.205	(37)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(227)	(227)	(392)
Outros, líquido	0	52	0
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	**(2.802)**	(3.334)	7.138
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	**1.578**	1.668	(5.772)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(51.953)	(48.203)	43.376
Caixa e seus equivalentes no início do período	180.822	229.025	185.649
Caixa e seus equivalentes no fim do período	128.869	180.822	229.025
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	945	468	689
Juros pagos	11.493	11.743	11.784
Juros recebidos	23.748	22.408	21.095
Dividendos recebidos	1.309	2.186	3.006
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central (não inclui: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais)	121.412	174.059	222.451
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 18,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, 16,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2017)	7.457	6.763	6.574
Total	**128.869**	180.822	229.025

[1] Inclui emissões de dívida sénior a longo prazo de 3,1 mil milhões de euros e 5,3 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 4,4 mil milhões de euros e 5,2 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.
[2] Inclui emissões de 23,4 mil milhões de euros e 27,4 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 42,7 mil milhões de euros e 32,8 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.
[3] As alterações não monetárias para dívida subordinada a longo prazo são de 228 milhões de euros no total e sobretudo impulsionadas por alterações de justo valor de 185 milhões de euros e variações cambiais de 67 milhões de euros.
[4] As alterações não monetárias para títulos fiduciários preferenciais são de 79 milhões de euros no total e impulsionadas por variações cambiais de 35 milhões de euros e alterações de justo valor de 28 milhões de euros.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de risco do Relatório de gestão e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do Relatório de risco.

Ajustamento dos pressupostos de mortalidade

Em 2019, o Grupo decidiu aplicar os pressupostos de mortalidade específicos do DB utilizados para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. Neste contexto, com base em cálculos atuariais para a população específica do DB, o banco ajustou as expectativas de mortalidade da "Richtta Feln Heubeck 2018G" utilizada até agora para a experiência de mortalidade específica do DB relativamente aos trabalhadores e pensionistas. Esta alteração nos pressupostos atuariais conduziu a uma perda atuarial de 125 milhões de euros antes de impostos em 31 de dezembro de 2019 e é relatada na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica de resultados de remensuração.

Ajustamento da metodologia de imparidades

No terceiro trimestre de 2019, o grupo introduziu aperfeiçoamentos no seu modelo de perdas de crédito esperadas (ECL) nos termos da IFRS 9. Em particular, o Grupo ajustou a sua abordagem no que se refere à forma como as informações prospetivas são incluídas no seu modelo de ECL com base na experiência adquirida durante o primeiro ano de aplicação. Em resultado do processo de validação anual, o Grupo alterou as informações prospetivas e analisou a eficácia das variáveis, ajustando-as em conformidade. Além disso, o Grupo aperfeiçoou a abordagem para incorporar previsões trimestrais nas suas variáveis macroeconómicas utilizadas no período de projeção de informações prospetivas. Os aperfeiçoamentos supramencionadas resultaram numa redução 167 milhões de euros das Provisões para Perdas de Crédito do Grupo, que mais do que compensaram o impacto negativo de 63 milhões de euros da atualização das variáveis macroeconómicas. No quarto trimestre de 2019, o Grupo substituiu as previsões macroeconómicas internas utilizadas como um contributo para as informações prospetivas por uma visão consensual dos analistas e participantes no mercado. A alteração das previsões consensuais resultou numa redução de 16 milhões de euros nas Provisões para Perdas de Crédito do Grupo. Para mais informações sobre o modelo ECL, consulte a "abordagem sobre imparidades da IFRS 9" na secção "Relatório de Risco" do Relatório de Gestão.

Alterações ao modelo dos planos de remuneração diferida

Em 2019, o Grupo implementou alterações e aperfeiçoamentos de sistemas aos seus processos e ferramentas utilizados para o relato financeiro dos seus planos de remuneração diferida. Como parte deste projeto, os dados de cálculo, os pressupostos e os modelos de avaliação foram revistos, o que resultou em correções, bem como em alterações de alguns parâmetros de contributo que afetam o reconhecimento e a medição dos planos de remuneração diferida do Grupo. Estas alterações afetaram o modelo e os parâmetros utilizados para calcular as caducidades esperadas, conduzindo a ajustamentos das caducidades esperadas e a um aumento das despesas de remuneração. Além disso, para prémios de ações com um período de retenção, o Grupo atualizou o cálculo do justo valor mensurado à data de concessão para incluir

um desconto, de modo a ter em conta a restrição de transferência de ações após o período de aquisição de direitos. De um modo geral, as alterações supramencionadas resultaram num efeito imaterial e foram aplicadas numa base prospetiva em 2019.

As estimativas contabilísticas fundamentais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em “Principais políticas contabilísticas”.

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

– a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
– a imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (ver abaixo “Ativos financeiros (IFRS 9) – Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral”)
– a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros (IAS 39 - apenas 2017) – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
– a determinação do justo valor (ver abaixo “Determinação do justo valor”)
– o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Reconhecimento de lucros à data da operação”)
– a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”)
– a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
– o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
– a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contabilísticas e as alterações nas estimativas contabilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

– a finalidade e organização da entidade
– as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
– se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
– se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis

– se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento. Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo

valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração positiva das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado. A quantia escriturada aumentada do investimento em entidades associadas atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não excederá a quantia escriturada que teria sido determinada se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade para o investimento em anos anteriores.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

As estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer. O Grupo considera que se trata de uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças na conversão em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados em que o item não monetário é vendido como parte do ganho ou perda geral sobre a venda do item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários (IFRS 9 e IFRS 15)

Margem financeira – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como margem financeira utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo

amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor contabilístico bruto. O valor escriturado bruto de um ativo financeiro é o custo amortizado de um ativo financeiro bruto de qualquer dedução para imparidade. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais que estão associados a ativos e passivos remunerados em rendimento de juros líquido quando existe garantia razoável de que receberá os subsídios e irá cumprir as condições subjacentes aos subsídios.

O Grupo apresenta os rendimento e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração de resultados.

Rendimentos de serviços e comissões – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificada tiver sido cumprida.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Os rendimentos de serviços e comissões seguintes são predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

Juros, comissões e honorários (IAS 18 - apenas 2017)

O Grupo aplicou os requisitos de reconhecimento de proveitos da IAS 18, "Proveitos" (IAS 18) em 2017. Os proveitos são reconhecidos quando o valor dos proveitos e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito foi aplicado às principais atividades geradoras de proveitos do Grupo como se segue.

Margem financeira – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como margem financeira utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ter sido reconhecida num crédito, investimento detido até à maturidade ou em instrumentos de dívida disponíveis para venda, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito e investimento detido até à maturidade, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva foi estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade foi avaliada ao justo valor e baseia-se numa taxa de mercado atual.

O Grupo reconheceu rendimentos de subsídios governamentais que estão associados a ativos e passivos remunerados em rendimento de juros líquido quando existia garantia razoável de que receberá os subsídios e irá cumprir as condições subjacentes aos subsídios.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões foi determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existisse um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (yield). No entanto, se o instrumento financeiro fosse escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento fosse inicialmente reconhecido, desde que não existissem dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico foram reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo foram reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente foram reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se fosse provável que o Grupo celebrasse um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito eram diferidas até à constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com desempenho foram reconhecidas quando os critérios de desempenho são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão foram predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões.

Ativos financeiros (IFRS 9)

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou "SPPI"). Estão disponíveis três modelos de negócio:

– Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
– Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
– Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de "Deter para recolher" ou de "Deter para recolher e vender". São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio requer um juízo de valor com base em factos e circunstâncias à data da adoção de 1 de janeiro de 2018 e após o reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher o vender ou Outro. Espera-se que a reclassificação de ativos financeiros após o reconhecimento inicial seja muito pouco frequente e resulte apenas de uma alteração no modelo de negócio para a gestão desses ativos financeiros. Estas alterações no modelo de negócio são determinadas pela direção em resultado de alterações externas ou internas que sejam significativas para as operações do Grupo e demonstráveis a partes externas através de anúncios públicos.

Consulte a nota 45 "Impacto da transformação do Deutsche Bank" para obter informações sobre a reclassificação do modelo de negócio de instrumentos financeiros devido à estratégia de transformação do Grupo anunciada em 7 de julho de 2019.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida aquando do reconhecimento inicial para determinar a classificação. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos

detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são classificados como derivados detidos para negociação.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação pelo justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados pelo justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. A utilização da opção de justo valor ao abrigo da IFRS 9 é limitada. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

Ao abrigo do FVOCI, um ativo financeiro é medido ao seu justo valor com quaisquer alterações que sejam reconhecidas em Outro rendimento integral (“OCI”) e é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são registadas através de resultados e reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O efeito de conversão cambial dos ativos FVOCI é reconhecido nos resultados, tal como o componente de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

Os ativos financeiros classificados como FVOCI são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. Os ativos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

Modificação de ativos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos

de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses em cada data de relato. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)” abaixo).

Ativos financeiros (IAS 39 – apenas 2017)

O Grupo aplicou os requisitos de classificação e medição da IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição" em 2017.

O Grupo classificou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda (“AFS”). A classificação adequada dos ativos financeiros foi determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no Balanço consolidado.

Os ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda foram reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação se existir um período convencional para o instrumento. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro. Os instrumentos financeiros medidos a custo amortizado foram reconhecidos à data de liquidação.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classificou certos ativos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. Foram escriturados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, foram apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros foram classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou adquiridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de ativos financeiros identificados que foram geridos em conjunto e em relação aos quais existia evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluíam títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos financeiros que não correspondiam à definição de ativos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos financeiros tinham de satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação eliminava ou reduzia significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos era gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os

fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permitiu a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos financeiros que foram designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito e títulos de dívida e de capital.

Empréstimos

Os créditos incluíam ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estavam admitidos à cotação num mercado ativo e que não estavam classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, detidos até à maturidade ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos foram reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao mutuário. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais foram incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos foram subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos foram inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fizeram parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integrou os fluxos de caixa esperados que tiveram em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, tornou-se a nova base do custo amortizado. O rendimento de juros foi reconhecido com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avaliou se havia provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas 2017)”. Se os empréstimos fossem determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos era reconhecida com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial foram contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas foram reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, tendo o correspondente ganho sido reconhecido em rendimento de juros.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade eram ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e uma maturidade fixa que o Grupo tinha a intenção positiva e capacidade de deter até à maturidade e que não foram classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, créditos ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade foram registados inicialmente ao justo valor, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis e foram subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avaliou se havia provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas 2017)”. Se um investimento detido até à maturidade fosse considerado em imparidade, era reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que foram classificados como disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que foram diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos foram registados na rubrica “Rendimento de juros líquido”. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda foram escriturados ao justo valor, tendo as alterações de justo valor sido reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo tivesse sido objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto eram registadas em outros resultados. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio foram reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados foram reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que eram itens não monetários (instrumentos de capital), os

ganhos ou perdas de justo valor que foram reconhecidos em outro rendimento integral, que também inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

Os investimentos em ações classificados como disponíveis para venda foram avaliados quanto à imparidade se evidências objetivas demonstrarem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade foi avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existissem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral eram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período correspondia à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor foram reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque foram consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo deixasse de ser considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recuperou para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considerava como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor foram reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos em ações classificados como disponíveis para venda não foi revertida através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade foram reconhecidos em outro rendimento integral.

Os resultados realizados foram reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, foi utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral foram transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas contabilísticas críticas – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requereu substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que poderiam ou não ocorrer, o Grupo considerou a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

Compromissos de crédito (IFRS 9 e IAS 39 – apenas 2017)

Os compromissos de crédito permanecem como extrapatrimoniais, exceto se tiverem sido classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor (apenas IAS 39). O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, conforme especificado nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)” e “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas 2017)” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são avaliados quanto à imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Passivos financeiros (IFRS 9 e IAS 39 – apenas 2017)

No âmbito da IFRS 9 e da IAS 39, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9 e da IAS 39, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. No entanto, ao abrigo da IFRS 9, para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em outro rendimento integral em vez de na demonstração, como ao abrigo da IAS 39.

Os passivos financeiros classificados ao justo valor através de resultados são reconhecidos ou desreconhecidos à data de negociação. A data de negociação é a data na qual o Grupo se compromete a emitir ou recomprar o passivo financeiro.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos detidos para negociação - Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento – Todos os contratos de investimento do Grupo são ligados a fundos de investimento e não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado são reconhecidos à data de liquidação.

Nos termos da IFRS 9, se a troca ou modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como uma extinção, o custo amortizado do passivo é recalculado e os resultados resultantes são reconhecidos nas demonstrações de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva

original. Em contrapartida, nos termos da IAS 39, qualquer diferença era reconhecida como um ajustamento à taxa de juro efetiva e amortizada ao longo da nova vida remanescente do passivo financeiro.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são compensados por agências de compensação central. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

– O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
– Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
– Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a

avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo não aplicava a contabilidade de cobertura de justo valor para as coberturas de carteira do risco de taxa de juro (macro-cobertura) para os principais depósitos ao abrigo das regras de "separação" da IAS 39 da UE.

O Grupo adotou antecipadamente a "Reforma dos referenciais de taxa de juro: alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7", que prevê a isenção de requisitos de contabilidade de cobertura específicos para fazer face às incertezas no período decorrente da eliminação gradual dos referenciais de taxa de juro. Para mais informações, ver a Nota 2, "Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas" e a Nota 35 "Derivados".

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos de capital disponíveis para venda em 2017 ao abrigo da IAS 39, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título foram igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida

remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por (“Ativos financeiros”).

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 introduz uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer o cálculo de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem (“POCI”) é analisado mais adiante.

Aumento significativo no risco de crédito

Nos termos da IFRS 9, ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo no risco de crédito está em conformidade com o processo de gestão do risco de crédito (“CRM”) interno e abrange indicadores relacionados com a notação e com os processos, que são analisados mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9” no Relatório de risco.

Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação sobre se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e por isso na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

– O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
– Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogéneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogéneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogéneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

– Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
– Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
– Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

– Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
– Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
– Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS” no Relatório de risco.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários económicos futuros em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogéneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas fases 1 e 2 e dos créditos homogéneos na fase 3 é calculada utilizando modelos estatísticos de perda esperada. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 18, “Créditos” e na Nota 19, “Provisão para perdas de crédito”.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IAS 39 - apenas 2017)

O Grupo aplicou os requisitos de imparidades da IAS 39, “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição” e da IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” em 2017.

O Grupo começou por avaliar, numa base individual, se existiam evidências objetivas de imparidade em cada crédito que fosse individualmente significativo. Em seguida, avaliou coletivamente os créditos que não eram individualmente significativos e os créditos que eram significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção pudesse determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes foram revistas periodicamente. Esta avaliação teve em conta informações e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existissem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda correspondeu à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos foi reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda foi reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serviu para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que fossem individualmente significativos mas para os quais não existiam evidências objetivas de imparidade, ou que não fossem individualmente significativos mas para os quais existia, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pudesse ser razoavelmente estimado. O montante da perda teve três componentes. A primeira componente foi o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existiam grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante foi calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente foi um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogéneos de menor valor, que eram créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos foram agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo foi determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representou uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não tinham sido inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogéneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual foram incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo foi identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento estivesse interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo foi reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade foram revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida foi reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considerou que não existiam perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já tinha sido realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada foram abatidos (o crédito e a provisão relacionada foram retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existiam provisões de perdas de crédito específicas foram avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora foi um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só teria lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impedisse de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixassem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que eram maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo, bem como das exigências legais na jurisdição onde teve origem o empréstimo.

As recuperações subsequentes, se existissem, foram creditadas na conta de dedução e foram registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda foram reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuísse e a diminuição decorresse de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade seria revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão foi reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituíram uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nas avaliações de imparidade individuais e coletivas podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 18, “Créditos” e na Nota 19, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda (“acordos de recompra inversos”) e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos

nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 “Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia”.

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de recompra inversa que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como “Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados”. Nos termos da IAS 39, o Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de recompra e de recompra inversas que eram geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Gasto de juros”.

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

Nos termos da IFRS 9 e da IAS 39, o Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 “Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia”.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes

são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indiciarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso, o que inclui situações em que o valor recuperável da unidade geradora de caixa com a qual o software está relacionado é inferior ao valor contabilístico da unidade. Se a unidade ou unidades geradoras de caixa que o software suporta revelar uma perda por imparidade, o valor contabilístico do ativo de software individual é comparado com o seu valor recuperável para determinar se existe uma imparidade. O valor recuperável baseia-se no justo valor menos o custo de venda do software (ou seja, os seus custos de substituição), uma vez que o valor em utilização não pode, geralmente, ser determinado. Se o valor recuperável for inferior ao valor contabilístico do software, é reconhecida uma perda por imparidade.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "*Goodwill* e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como “Juros e encargos similares”.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 27, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda nos termos da IAS 39 e como FVTOCI nos termos da IFRS 9, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível,

para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um historial de perdas recentes à data de relato e baseia-se, geralmente, nos resultados antes de impostos, ajustados para ter em conta as diferenças permanentes para o exercício em curso e os dois exercícios fiscais anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, “Impostos sobre o rendimento” contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente

publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação (IFRS 16 - 2019 apenas)

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

O Grupo avalia, no início do contrato, se um contrato constitui, ou contém, uma locação. Isto é, se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contrapartida.

O Grupo aplica uma abordagem de reconhecimento e medição única para todas as locações com um prazo superior a 12 meses, a menos que o ativo subjacente seja de baixo valor. Enquanto locatário, na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo, deduzidas quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas, e ajustado para qualquer remensuração dos passivos por locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante dos passivos por locação, ajustados em relação a quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de início ou antes, acrescidos de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o ativo subjacente ou para restabelecer o local em que está localizado, deduzidos quaisquer incentivos à locação recebidos. Os ativos sob direito de uso são amortizados numa base linear ao longo do prazo da locação.

O passivo por locação é medido ao valor atual dos pagamentos da locação a efetuar ao longo do prazo da locação. Os pagamentos de locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) deduzidos de quaisquer incentivos à locação e pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou de uma taxa. Os pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

Transações de locação (IAS 17 - apenas períodos anteriores)

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático. Os termos e condições destes contratos eram avaliados e as operações de locação eram classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras eram inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador era incluído no balanço consolidado do Grupo como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor atual dos pagamentos mínimos de locação era a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação fosse viável, ou a taxa de financiamento incremental. As rendas contingentes eram reconhecidas como custos nos períodos em que ocorriam.

As rendas a pagar em locações operacionais eram reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tinha início quando o locatário passava a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação eram tratados como uma redução do custo das rendas e eram igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais eram reconhecidas como custos no período em que ocorriam.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma

percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de comprar ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como “Juros e encargos similares”. Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rendibilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

02 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contabilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2019 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Reforma dos referenciais de taxas de juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em setembro de 2019, o IASB emitiu a "Reforma dos referenciais de taxa de juro: alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7", que prevê a isenção de requisitos de contabilidade de cobertura específicos para fazer face a incertezas no período decorrente da eliminação gradual dos referenciais de taxa de juro (por exemplo, taxas interbancárias – IBOR) e fornece requisitos de divulgação específicos para as relações de contabilidade de cobertura afetadas. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. A UE aprovou as alterações em janeiro de 2020 e a aprovação significa que a adoção antecipada da norma é possível para o Grupo. O Grupo adotou as alterações a partir de 1 de janeiro de 2019.

O Grupo estabeleceu um programa abrangente ao nível do Grupo, com o objetivo de assegurar uma transição harmoniosa da LIBOR e de outras IBOR para as RFR. O programa foi criado em 2018 e é patrocinado pelo Diretor financeiro do Grupo e tem uma representação sénior de cada divisão, região e função de infraestrutura. O programa tem-se concentrado na identificação e quantificação das exposições do Grupo a vários índices de referência de taxa de juro, fornecendo a capacidade de negociar produtos que referenciam RFR alternativas e avaliando os contratos existentes do Grupo que referenciam IBOR. A abordagem do Grupo contempla os riscos de transição no âmbito de um programa abrangente de alterações, a fim de garantir que os sistemas, processos e estratégias proporcionam uma transição harmoniosa da utilização de taxas de juro anteriores e apoia a negociação com taxas de referência alternativas.

IFRS 16, Locações

Em 1 de janeiro de 2019, o Grupo adotou a IFRS 16, “Locações”, que introduz um modelo de contabilização de locatário único e que requer que um locatário reconheça os ativos e os passivos para todas as locações com um termo que não seja superior a 12 meses, a não ser que os ativos subjacentes tenham um valor reduzido. É exigido que um locatário reconheça um ativo com direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação. Haverá apenas pequenas alterações na contabilização atual dos locadores. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras.

O Grupo implementou a IFRS 16 através de um programa de implementação a nível do Grupo. A maioria das locações destina-se a terrenos e edifícios; outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/de TI.

O Grupo aplicou o expediente prático na IFRS 16 aos contratos que foram identificados como locações que aplicam a IAS 17, “Locações” e a IFRIC 4, “Determinar se um acordo contém uma locação”, em transição.

O Grupo optou por aplicar a abordagem de transição retrospetiva modificada, sem reajuste dos números de comparação. De acordo com a abordagem retrospetiva modificada, o Grupo pode optar por uma base locação a locação para (i) medir o ativo sob direito de uso ao mesmo montante que o passivo da locação ou (ii) medir o ativo sob direito de uso retrospetivamente utilizando a taxa de desconto de transição. Para a abordagem (ii), a diferença resultante entre o ativo sob direito de uso e o passivo da locação foi reconhecida como um ajuste ao saldo inicial de lucros não distribuídos em transição.

Na aplicação inicial, o Grupo aplicou a abordagem (i) a locações classificadas como locações operacionais nos termos da IAS 17, exceto no caso de locações imobiliárias de maiores dimensões, nas quais o Grupo optou por aplicar a abordagem (ii) que resultou num ajuste ao total do capital próprio em transição de 137 milhões de euros, após impostos.

Além disso, as provisões anteriormente reconhecidas de locações operacionais onerosas, bem como os passivos operacionais acumulados, foram desreconhecidas após a transição e o valor dos ativos com direito de uso foi reduzido no mesmo montante.

O impacto aquando da adoção resultou num aumento de 3,2 mil milhões de euros e €3,6 mil milhões de euros no balanço consolidado relativamente ao reconhecimento dos ativos com direito de uso e passivos correspondentes, respetivamente. Isto levou a uma redução geral nos lucros não distribuídos de 136 milhões de euros, após impostos.

em milhões de euros	
Compromissos de locação operacional em 31 de dezembro de 2018	6.264
Isenções de reconhecimento adotadas para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor	(35)
Ajustamentos em resultado de um tratamento diferente das opções de prorrogação e cessação	376
Compromissos de locação operacional relativos a contratos ainda não iniciados	(2.819)
Outros[1]	97
Passivos por locação não descontados a 1 de janeiro de 2019	3.884
Desconto (taxa de financiamento incremental média ponderada de 2,18%)	(310)
Passivos por locação devidos à aplicação inicial da IFRS 16, reconhecidos a 1 de janeiro de 2019	3.575
Passivos por locação de locações financeiras a 1 de janeiro de 2019	27
Total de passivos por locação reconhecidos em 1 de janeiro de 2019	3.601

[1] Locações essencialmente fora do âmbito ou cessados, gastos operacionais, custos de serviços de utilidade pública, IVA, transações de venda e locação concomitante.

Melhorias para os ciclos das IFRS 2015-2017

Em 1 de janeiro de 2019, o Grupo adotou as alterações emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade nos ciclos 2015-2017. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com a IFRS 3 “Concentrações de atividades empresariais”, IAS 12 “Impostos sobre o rendimento” e IAS 23 “Custos de empréstimo”. A IAS 12 foi alterada para clarificar o tratamento contabilístico do imposto sobre o rendimento relativo aos pagamentos de dividendos relacionados com instrumentos financeiros classificados como capital próprio nos termos da IAS 32 e em que esses dividendos são considerados uma distribuição de lucros. O imposto sobre o rendimento relacionado com esses dividendos é inscrito na demonstração de resultados como despesa ou lucro de imposto sobre o rendimento. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRIC 23 "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento"

Em 1 de janeiro de 2019, o Grupo adotou a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento", que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e medição na IAS 12 quando existe incerteza quanto ao tratamento dos impostos sobre o rendimento e se aplica aos ativos ou passivos por impostos correntes e diferidos. De acordo com a IFRIC 23, os tratamentos fiscais incertos devem ser considerados separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos, consoante a abordagem que melhor preveja a resolução da incerteza. Para a avaliação, deve presumir-se que uma autoridade tributária examinará os montantes que tem o direito de examinar e terá pleno conhecimento de todas as informações conexas aquando da realização dessas avaliações. Se a aceitação de um tratamento fiscal pelas autoridades tributárias não for considerada provável, é necessário refletir essa incerteza utilizando o montante mais provável ou um valor esperado, consoante o método que preveja melhor a resolução do tratamento fiscal incerto. A IFRIC 23 não teve impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

Em outubro de 2018, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IFRS 3 “Concentrações de atividades empresariais”. Estas alterações clarificam a determinação de se uma aquisição efetuada é um negócio ou grupo de ativos. A definição alterada de um negócio realça que o resultado de um negócio é fornecer bens e serviços aos clientes, enquanto a definição anterior se centrava em rentabilidades sob a forma de dividendos, custos inferiores ou outros benefícios económicos para os investidores e outros. A distinção entre um negócio e um grupo de ativos é importante porque um adquirente reconhece o goodwill apenas quando adquire um negócio. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IFRS 17 Contratos de seguros

Em maio de 2017, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu a IFRS 17 “Contratos de seguros”, que estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do âmbito da norma. A IFRS 17 substitui a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam

contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 17 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, é expectável que a IFRS 17 não tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

Durante 2019, 2018 e 2017, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Alienações

Em 2019, 2018 e 2017, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações são maioritariamente constituídas por negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. Por conseguinte, as alienações em 2019 incluíram sobretudo a venda do negócio de Private & Commercial Clients em Portugal, enquanto as alienações em 2018 incluíram a venda parcial do negócio de Private & Commercial Bank na Polónia. As alienações em 2017 incluíram a subsidiária argentina Deutsche Bank S.A. do Grupo e a administração de fundos e serviços de custódia sediada no Luxemburgo Sal. Oppenheim. Para mais informações sobre estas transações, consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”. A contrapartida total recebida por estas alienações (das quais em numerário), em 2019, 2018 e 2017, foi de 1,8 mil milhões de euros, (1,8 mil milhões em numerário), 398 milhões de euros (270 milhões de euros em numerário) e 129 milhões de euros (numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2019	2018	2017
Caixa e seus equivalentes	0	50	47
Todos os restantes ativos	2.713	4.619	848
Total do ativo alienado	**2.714**	4.669	895
Total do passivo alienado	**1.003**	6.035	814

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

Segmentos de negócio

O reporte por segmentos segue a estrutura organizacional tal como refletido nos respetivos sistemas de relatório de gestão interno, que são a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a alocação de recursos aos segmentos de negócio. As reajustes devidos a alterações na estrutura organizacional foram implementados na apresentação de comparações com o período anterior.

De acordo com o anúncio da nossa estratégia em 7 de julho de 2019, as nossas operações de negócio foram reorganizadas no terceiro trimestre de 2019 no âmbito da estrutura de divisões, compreendendo os seguintes segmentos:

– Corporate Bank (CB)
– Investment Bank (IB)
– Private Bank (PB)
– Asset Management (AM)
– Capital Release Unit (CRU)
– Corporate & Other (C&O)

As principais alterações face à informação por segmentos apresentada anteriormente pelo Deutsche Bank são indicadas abaixo.

O segmento Corporate Bank inclui o Global Transaction Bank que fazia anteriormente parte do antigo Corporate & Investment Bank, bem como da divisão de Clientes Comerciais alemã, anteriormente parte do Private & Commercial Business (Alemanha). No quarto trimestre de 2019, foram incorporados novos aperfeiçoamentos nas afetações entre o Corporate Bank e o Private Bank e o negócio para clientes comerciais de menor dimensão na Alemanha, anteriormente reportado no segmento Private Bank, é agora reportado no segmento Corporate Bank.

O segmento Investment Bank, anteriormente parte do antigo Corporate & Investment Bank, inclui as atividades de Origination & Advisory do Deutsche Bank. O Investment Bank inclui também Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading, que inclui os nossos negócios de Global Credit Trading, Foreign Exchange, Rates e Emerging Markets.

O Private Bank é constituído por três unidades de negócio. O Private Bank Germany serve clientes particulares na Alemanha. O Private and Commercial Business International serve clientes privados e pequenos clientes empresariais, bem como clientes comerciais e empresariais em Itália, Espanha, Bélgica e Índia. Além disso, o Private Bank abrange globalmente os clientes de Wealth Management. Os negócios incluídos no segmento Private Bank eram anteriormente divulgados como parte da divisão Private & Commercial Bank. No quarto trimestre de 2019, foram incorporados novos aperfeiçoamentos nas afetações entre o Private Bank e o Corporate Bank e o negócio para clientes comerciais de menor dimensão na Alemanha, anteriormente reportado no segmento Private Bank, é agora reportado no segmento Corporate Bank.

O segmento Asset Management opera no âmbito da marca DWS. O segmento Asset Management não se altera relativamente à segmentação anterior do Deutsche Bank e fornece soluções de investimento a investidores e instituições individuais com uma gama diversificada de produtos e serviços de Active, Passive e Asset Management.

Ao estabelecer a nossa nova Capital Release Unit (CRU), planeamos libertar o capital atualmente consumido por ativos de baixo retorno, negócios com baixa rentabilidade e negócios que já não são considerados estratégicos. Isto inclui substancialmente todos os nossos negócios de Equities Sales & Trading, posições de rendimento fixo de menor rendimento, particularmente em Rates, a nossa antiga carteira não estratégica do CIB, bem como os negócios abandonados do nosso Private & Commercial Bank que incluem as nossas operações de retalho em Portugal e na Polónia. O BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas.

O segmento Corporate & Other inclui os proveitos , os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais.

A apresentação dos períodos comparativos foi ajustada em conformidade.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada nos "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (em IB) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&O) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira exterao do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o nosso quadro interno de preços de transferência de fundos ("FTP"). Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

No terceiro trimestre de 2019, o quadro FTP foi alterado a fim de aumentar a sua eficácia como instrumento de gestão, bem como para melhor apoiar a otimização dos custos de financiamento. O novo quadro FTP visa atribuir mais fielmente os custos e benefícios de financiamento às divisões da empresa de forma ajustada ao risco e uniforme em todo o Grupo. As alterações na metodologia não afetam os custos globais de financiamento do Grupo para 2019. No entanto, o quadro resulta numa reafetação de custos e benefícios entre segmentos. Esta reafetação resulta num benefício para o IB e a CRU, parcialmente compensado por uma redução dos benefícios de financiamento para o PB e o BC em relação à metodologia anterior. Os custos relacionados com a introdução do novo quadro foram realizados na área de C&O enquanto a nova estrutura é introduzida gradualmente. Estes custos serão amortizados ao longo do tempo, refletindo a natureza de longo prazo do nosso passivo.

O impacto do novo quadro FTP para o primeiro semestre de 2019 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 140 milhões de euros e 30 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 20 milhões de euros, 30 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente.

O impacto do novo quadro FTP para todo o ano de 2018 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 200 milhões de euros e 40 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 60 milhões de euros, 60 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente.

O impacto do novo quadro FTP para todo o ano de 2017 teria sido um impacto positivo sobre os resultados do IB e da CRU de aproximadamente 230 milhões de euros e 40 milhões de euros, respetivamente, ao mesmo tempo que os resultados do BC, PB e C&O teriam sido inferiores em cerca de 60 milhões de euros, 60 milhões de euros e 150 milhões de euros, respetivamente.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

A afetação de capital próprio médio dos acionistas - capital próprio dos acionistas é totalmente atribuída aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de capital Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são

ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de capital Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem, assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 35 milhões de euros no exercício de 2019 (42 milhões de euros no exercício de 2018 e 114 milhões de euros no exercício de 2017). Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&O. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável da margem financeira, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2019 e 2018 35% em 2017.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

							2019
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	5.264	6.961	8.245	2.332	208	155	23.165
Provisão para perdas de crédito	286	109	342	1	(14)	0	723
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.044	2.468	3.519	832	443	2.836	11.142
Despesas gerais e administrativas	3.169	3.763	3.978	851	2.811	(2.320)	12.253
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Atividades de reestruturação	137	169	126	29	143	40	644
Despesas totais (excluindo juros)	4.842	6.401	8.168	1.711	3.397	556	25.076
Participações minoritárias	0	20	(0)	152	1	(173)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	137	433	(265)	468	(3.177)	(229)	(2.634)
Rácio custo/rendimento	92%	92%	99%	73%	N/S	N/S	108%
Ativos[2]	227.703	502.821	282.773	9.936	259.224	15.217	1.297.674
Adições a ativos não correntes	9	497	405	27	2	381	1.322
Ativos ponderados pelo risco	56.522	118.622	75.442	9.527	45.874	18.029	324.015
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	262.505	439.354	292.028	4.643	126.905	42.605	1.168.040
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.280	23.639	12.241	4.836	10.174	0	60.170
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[3]	0%	1%	(2) %	7%	(23) %	N/S	(10) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[3]	0%	1%	(2) %	18%	(23) %	N/S	(11) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.579	2.685	5.133	(39)	76	3.315	13.749
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	32	14	49	12	1	110
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	66	412	82	276	90	4	929

N/S – Não significativo

[3] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (100)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
							2018
Receitas líquidas[1]	5.263	7.467	8.641	2.187	1.878	(120)	25.316
Provisão para perdas de crédito	145	70	347	(1)	(36)	1	525
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.035	2.666	3.613	787	635	3.079	11.814
Despesas gerais e administrativas	2.780	3.650	3.932	929	2.652	(2.656)	11.286
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	31	200	49	19	62	(1)	360
Despesas totais (excluindo juros)	3.846	6.517	7.593	1.735	3.349	421	23.461
Participações minoritárias	0	24	(0)	85	1	(109)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.273	856	701	368	(1.435)	(433)	1.330
Rácio custo/rendimento	73%	87%	88%	79%	N/S	N/S	93%
Ativos[2]	215.177	458.191	288.513	10.030	370.363	5.864	1.348.137
Adições a ativos não correntes	13	500	584	43	1	506	1.647
Ativos ponderados pelo risco	58.162	124.410	69.308	10.365	72.144	16.045	350.432
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	247.137	419.313	299.577	5.044	281.109	20.746	1.272.926
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.987	23.155	12.231	4.659	12.577	0	62.610
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[3]	9%	2%	4%	6%	(9) %	N/S	(0) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[3]	9%	2%	4%	17%	(9) %	N/S	(0) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.327	2.138	5.217	(51)	259	3.302	13.192
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	157	2	41	10	6	219
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	63	406	78	240	87	5	879

N/S – Não significativo

[3] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Capital Release Unit	Corporate & Other	Total consolidado
							2017
Receitas líquidas[1]	5.376	8.303	8.732	2.532	2.044	(539)	26.447
Provisão para perdas de crédito	41	51	325	(1)	110	(0)	525
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.104	2.866	3.635	812	758	3.078	12.253
Despesas gerais e administrativas	2.746	3.821	4.138	978	2.788	(2.497)	11.973
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	0	12	3	0	0	21
Atividades de reestruturação	20	40	358	6	21	1	447
Despesas totais (excluindo juros)	3.876	6.727	8.143	1.799	3.567	582	24.695
Participações minoritárias	0	26	(12)	1	0	(16)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.459	1.498	275	732	(1.633)	(1.105)	1.228
Rácio custo/rendimento	72%	81%	93%	71%	N/S	N/S	93%
Ativos[2]	248.335	471.539	278.014	8.050	462.212	6.582	1.474.732
Adições a ativos não correntes	2	124	655	60	3	960	1.803
Ativos ponderados pelo risco[3]	57.760	120.316	70.138	8.432	72.243	15.322	344.212
Exposição da alavancagem (fully-loaded)	275.580	426.311	289.314	2.870	384.435	16.378	1.394.886
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.143	22.553	11.886	4.505	14.087	752	63.926
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4]	9%	4%	1%	11%	(8) %	N/S	(2) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4]	10%	4%	1%	59%	(9) %	N/S	(2) %
[1] inclui:							
Rendimento de juros líquido	2.433	2.122	5.120	(19)	667	2.055	12.378
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	6	70	3	44	5	9	137
[2] inclui:							
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	62	409	91	211	82	10	866

N/S – Não significativo

[3] Os ativos ponderados pelo risco têm por base o quadro CRR/CRD IV fully loaded.

[4] A rentabilidade do capital próprio médio tangível dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 160% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para a rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas e o capital

próprio médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 33% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Global Transaction Banking	3.842	3.901	4.030	(59)	(2)	(129)	(3)
Commercial Banking	1.422	1.362	1.346	60	4	16	1
Total de receitas líquidas	**5.264**	5.263	5.376	1	0	(113)	(2)
Provisão para perdas de crédito	**286**	145	41	141	97	104	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.044	1.035	1.104	9	1	(69)	(6)
Despesas gerais e administrativas	3.169	2.780	2.746	389	14	34	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	6	492	N/S	(6)	N/S
Atividades de reestruturação	137	31	20	106	N/S	11	53
Despesas totais (excluindo juros)	**4.842**	3.846	3.876	996	26	(30)	(1)
Participações minoritárias	**0**	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**137**	1.273	1.459	(1.136)	(89)	(186)	(13)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	228	215	248	13	6	(33)	(13)
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	118	113	112	5	5	1	1
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	7.428	7.353	7.649	75	1	(296)	(4)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	5.534	5.646	6.679	(111)	(2)	(1.033)	(15)
Geração de ações	123	184	178	(61)	(33)	6	3
Geração de dívida	1.117	1.145	1.407	(27)	(2)	(262)	(19)
Consultoria	366	456	477	(90)	(20)	(21)	(4)
Geração e consultoria	1.606	1.784	2.061	(178)	(10)	(277)	(13)
Outros	(179)	37	(438)	(217)	N/S	475	N/S
Total de receitas líquidas	**6.961**	7.467	8.303	(506)	(7)	(836)	(10)
Provisão para perdas de crédito	**109**	70	51	38	54	19	37
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.468	2.666	2.866	(199)	(7)	(200)	(7)
Despesas gerais e administrativas	3.763	3.650	3.821	113	3	(171)	(4)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	169	200	40	(31)	(15)	160	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**6.401**	6.517	6.727	(116)	(2)	(210)	(3)
Participações minoritárias	**20**	24	26	(4)	(18)	(2)	(8)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**433**	856	1.498	(423)	(49)	(642)	(43)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	503	458	472	45	10	(13)	(3)
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	75	65	53	10	16	12	23
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	10.095	9.960	10.674	135	1	(714)	(7)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	5.116	5.453	5.253	(337)	(6)	200	4
Private & Commercial Business International[1]	1.442	1.441	1.457	1	0	(16)	(1)
Wealth Management	1.687	1.748	2.022	(61)	(3)	(274)	(14)
Total de receitas líquidas	**8.245**	8.641	8.732	(396)	(5)	(91)	(1)
Of which:							
Rendimento de juros líquido	5.133	5.217	5.120	(84)	(2)	97	2
Rendimentos de serviços e comissões	2.925	2.826	2.994	99	4	(169)	(6)
Rendimentos restantes	187	598	617	(411)	(69)	(19)	(3)
Provisão para perdas de crédito	**342**	347	325	(5)	(1)	22	7
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	3.519	3.613	3.635	(93)	(3)	(23)	(1)
Despesas gerais e administrativas	3.978	3.932	4.138	46	1	(206)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	545	0	12	545	N/S	(12)	N/S
Atividades de reestruturação	126	49	358	77	155	(309)	(86)
Despesas totais (excluindo juros)	**8.168**	7.593	8.143	575	8	(550)	(7)
Participações minoritárias	**(0)**	(0)	(12)	(0)	N/S	12	(100)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(265)**	701	275	(966)	N/S	426	155
Total de ativos (em mil milhões de euros)[2]	283	289	278	(6)	(2)	10	4
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	230	221	215	9	4	6	3
Ativos sob Gestão (em mil milhões de euros)[3]	487	451	480	36	8	(29)	(6)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	4	(2)	3	7	N/S	(5)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	37.266	38.415	39.272	(1.149)	(3)	(857)	(2)

N/S – Não significativo
[1] Cobre operações na Itália, Espanha, Bélgica e Índia.
[2] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[3] Definimos ativos sob gestão como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós.. Gerimos ativos sob gestão de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós. Os depósitos são considerados ativos sob gestão caso sirvam fins de investimento. Nas nossas áreas de negócio Private Bank (Alemanha) e Private and Commercial Business (Internacional), isso inclui todos os depósitos a prazo e depósitos de poupança. Na Wealth Management, assumimos que todos os depósitos de clientes são detidos por nós principalmente para fins de investimento.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.141	2.115	2.247	26	1	(132)	(6)
Comissões de desempenho e transação	201	91	199	111	122	(109)	(55)
Outros	(10)	(19)	86	9	(48)	(104)	N/S
Total de receitas líquidas	**2.332**	2.187	2.532	146	7	(346)	(14)
Provisão para perdas de crédito	**1**	(1)	(1)	2	N/S	(0)	67
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	832	787	812	45	6	(25)	(3)
Despesas gerais e administrativas	851	929	978	(78)	(8)	(49)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	3	0	N/S	(3)	N/S
Atividades de reestruturação	29	19	6	10	51	13	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**1.711**	1.735	1.799	(23)	(1)	(64)	(4)
Participações minoritárias	**152**	85	1	68	80	83	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**468**	368	732	99	27	(364)	(50)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	10	10	8	(0)	(1)	2	25
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)	768	664	702	103	16	(37)	(5)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	25	(23)	16	48	N/S	(38)	N/S
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	3.924	4.013	4.002	(88)	(2)	11	0

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Capital Release Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas	208	1.878	2.044	(1.670)	(89)	(166)	(8)
Provisão para perdas de crédito	**(14)**	(36)	110	22	(61)	(146)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	443	635	758	(192)	(30)	(123)	(16)
Despesas gerais e administrativas	2.811	2.652	2.788	159	6	(135)	(5)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	143	62	21	81	132	40	189
Despesas totais (excluindo juros)	**3.397**	3.349	3.567	49	1	(218)	(6)
Participações minoritárias	**1**	1	0	1	136	0	58
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(3.177)**	(1.435)	(1.633)	(1.742)	121	198	(12)
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1]	259	370	462	(111)	(30)	(92)	(20)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	1.205	2.534	4.348	(1.329)	(52)	(1.814)	(42)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

Corporate & Other (C&O)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Receitas líquidas	**155**	(120)	(539)	274	N/S	420	(78)
Provisão para perdas de crédito	**0**	1	(0)	(0)	(84)	1	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.836	3.079	3.078	(242)	(8)	1	0
Despesas gerais e administrativas	(2.320)	(2.656)	(2.497)	336	(13)	(159)	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	40	(1)	1	41	N/S	(2)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**556**	421	582	135	32	(161)	(28)
Participações minoritárias	**(173)**	(109)	(16)	(64)	58	(93)	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(229)**	(433)	(1.105)	204	(47)	672	(61)
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	27.679	29.463	31.590	(1.784)	(6)	(2.127)	(7)

N/S – Não significativo

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o “Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisões para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CB, IB, PB, AM e CRU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde os proveitos são registados. As informações para C&O são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&O é detida centralmente.

em milhões de euros	2019	2018	2017
Alemanha:			
Corporate Bank	2.450	2.351	2.492
Investment Bank	326	336	200
Private Bank	5.577	6.022	6.073
Asset Management	1.054	985	1.009
Capital Release Unit	70	52	(14)
Total da Alemanha[1]	**9.478**	9.746	9.758
Reino Unido:			
Corporate Bank	208	241	138
Investment Bank	2.250	2.624	2.985
Private Bank	29	26	34
Asset Management	345	295	434
Capital Release Unit	(181)	484	706
Total do Reino Unido	**2.651**	3.670	4.297
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
Corporate Bank	857	832	929
Investment Bank	281	250	343
Private Bank	1.670	1.704	1.763
Asset Management	380	379	465
Capital Release Unit	99	243	291
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	**3.288**	3.409	3.791
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate Bank	952	1.023	1.077
Investment Bank	2.684	2.943	3.336
Private Bank	375	362	370
Asset Management	437	413	492
Capital Release Unit	88	712	599
Total das Américas	**4.536**	5.453	5.873
Ásia e Pacífico:			
Corporate Bank	797	816	741
Investment Bank	1.420	1.313	1.439
Private Bank	593	527	492
Asset Management	116	114	133
Capital Release Unit	130	387	462
Total de Ásia e Pacífico	**3.057**	3.158	3.267
Corporativo e outros	**155**	(120)	(539)
Proveitos líquidos consolidados[2]	**23.165**	25.316	26.447

[1] Todas as operações do Postbank são divulgadas como operações alemãs sujeitas a integração de sistemas adicionais.
[2] Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Margem financeira e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2019	2018	2017
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	1.762	1.860	1.070
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	293	223	245
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	340	221	292
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	1.083
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	N/A	N/A	88
Empréstimos	13.760	12.992	12.004
Rendimento de juros em títulos detidos até à maturidade	N/A	N/A	68
Outros	844	497	1.406
Total de juros e rendimentos similares de ativos ao custo amortizado	**16.999**	15.793	16.256
Rendimento de juros sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.023	1.014	N/A
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	**18.022**	16.807	16.256
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7.127	7.985	7.286
Total de juros e rendimentos similares	**25.149**	24.793	23.542
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	3.643	3.122	2.833
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	367	379	431
Outros empréstimos a curto prazo	163	139	135
Dívida a longo prazo	2.002	1.981	1.795
Títulos fiduciários preferenciais	187	234	413
Outros	1.667	1.923	1.500
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	**8.029**	7.778	7.107
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.370	3.822	4.058
Total de gasto de juros	**11.400**	11.601	11.164
Rendimento de juros líquido	**13.749**	13.192	12.378

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 61 milhões de euros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2017.

Outro rendimento de juros para o exercício findo a 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 incluiu 93 milhões de euros, 93 milhões de euros e 116 milhões de euros, respetivamente, relacionados com subsídios governamentais no âmbito do programa de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas II (TLTRO II).

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2019	2018	2017
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	87	493	805
Sales & Trading (FIC)	2.595	2.734	4.227
Total Sales & Trading	2.682	3.227	5.032
Outros rendimentos de negociação	(2.486)	(3.175)	(1.659)
Total de rendimentos de negociação	**197**	52	3.374
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	**43**	(77)	N/A
Títulos de capital	**300**	159	N/A
Créditos e compromissos de crédito	**28**	77	N/A
Depósitos	**(19)**	27	N/A
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	**25**	26	N/A
Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:	**377**	212	N/A
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	3	4	3
Créditos e compromissos de crédito	(9)	7	(32)
Depósitos	(0)	19	(30)
Dívida a longo prazo	(386)	1.118	(398)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	12	(79)	9
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**(381)**	1.069	(448)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**193**	1.332	2.926

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2019	2018	2017
Rendimento de juros líquido	13.749	13.192	12.378
Rendimentos de negociação[1]	197	52	3.374
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	377	212	N/A
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(381)	1.069	(448)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	193	1.332	2.926
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**13.943**	14.524	15.304
Commercial Banking	1.047	987	948
Global Transaction Banking	1.614	1.493	1.550
Corporate Bank	2.660	2.480	2.498
FIC Sales & Trading	5.718	5.256	6.469
Restantes produtos	(297)	(54)	(583)
Investment Bank	5.421	5.202	5.886
Private Bank	4.094	4.859	5.422
Asset Management	87	(88)	31
Capital Release Unit	146	1.409	1.405
Corporate & Other	1.535	662	63
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**13.943**	14.524	15.304

[1] Os rendimentos de negociação incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Investment Bank.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2019	2018	2017
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	12.283	12.921	14.102
Encargos com serviços e comissões	2.763	2.882	3.100
Resultado líquido de serviços e comissões	**9.520**	10.039	11.002

Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

	31 dez 2019						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:							
Comissões de administração	249	8	235	23	5	(0)	521
Comissões de ativos geridos	22	1	304	3.219	1	2	3.547
Comissões de outros títulos	330	(0)	28	1	1	0	359
Comissões de subscrição e consultoria	29	1.568	15	0	61	(17)	1.656
Comissões de corretagem	11	253	932	81	470	5	1.751
Comissões de pagamentos locais	457	0	1.015	(0)	1	0	1.474
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	454	26	107	0	0	(1)	586
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	0	7	0	0	0	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	494	189	284	0	16	5	989
Comissões intermediárias	26	2	494	0	1	11	535
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	303	349	48	127	23	0	850
Rendimento total de serviços e comissões	2.382	2.397	3.470	3.451	578	6	12.283
Despesa bruta							(2.763)
Serviços e comissões líquidas							9.520

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							31 dez 2018
Principal tipo de serviços:							
Comissões de administração	274	10	250	22	15	(3)	568
Comissões de ativos geridos	23	16	260	3.131	6	(0)	3.436
Comissões de outros títulos	301	0	29	2	2	0	335
Comissões de subscrição e consultoria	38	1.479	15	(1)	193	(28)	1.696
Comissões de corretagem	10	260	886	82	999	0	2.238
Comissões de pagamentos locais	470	(1)	980	(0)	12	(2)	1.460
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	469	32	118	0	2	(1)	621
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	7	0	7	0	1	(0)	15
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	519	187	248	0	26	1	981
Comissões intermediárias	20	1	446	0	13	12	493
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	287	578	63	117	31	0	1.076
Rendimento total de serviços e comissões	2.420	2.564	3.303	3.352	1.300	(19)	12.921
Despesa bruta							(2.898)
Serviços e comissões líquidas							10.039

O Grupo aplicou a IFRS 15 aos períodos de relato com início a ou após 1 de janeiro de 2018 (como permitido ao abrigo do método do efeito cumulativo no âmbito da IFRS 15). Antes da adoção da IFRS 15, o Grupo divulgou as despesas e o rendimento total de serviços e comissões numa base bruta anualmente. A desagregação dos serviços e comissões foi reportada anualmente numa base líquida. Para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017, os serviços e comissões anuais foram de 4,3 mil milhões de euros para atividades fiduciárias, 3,0 mil milhões de euros para comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários, e 3,7 mil milhões de euros para comissões por outros serviços ao cliente.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 861 milhões de euros e 839 milhões de euros, respetivamente. À data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 195 milhões de euros e 74 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2019	2018	2017
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	N/A	N/A	114
Resultados líquidos na alienação	N/A	N/A	115
Imparidades	N/A	N/A	(1)
Resultados líquidos em títulos de capital:	N/A	N/A	219
Resultados líquidos na alienação/remedição	N/A	N/A	219
Imparidades	N/A	N/A	(1)
Resultados líquidos em empréstimos:	N/A	N/A	37
Resultados líquidos na alienação	N/A	N/A	45
Imparidades	N/A	N/A	(8)
Reversão de imparidades	N/A	N/A	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	N/A	N/A	110
Resultados líquidos na alienação	N/A	N/A	137
Imparidades	N/A	N/A	(27)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	**N/A**	N/A	479

08 – Outros resultados

em milhões de euros	2019	2018	2017
Outros resultados:			
Resultados líquidos na alienação de créditos	3	(4)	19
Prémios de seguros	3	3	4
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(635)	(497)	(609)
Outros rendimentos (perdas) restantes[1]	(40)	712	112
Total de outro resultado	**(669)**	215	(475)

[1] Inclui resultados líquidos de 4 milhões de euros, 141 milhões de euros e (81) milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2019	2018	2017
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	4.814	3.822	3.816
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.720	1.723	1.849
Regulamentares, impostos e seguros[1]	1.413	1.545	1.489
Taxas de serviços profissionais	1.324	1.530	1.750
Encargos bancários e de transações	786	753	744
Comunicações e serviços de dados	619	636	686
Despesas de deslocação[2]	256	288	334
Despesas de marketing[2]	251	299	329
Outras despesas[2,3]	1.071	690	975
Despesas totais gerais e administrativas	**12.253**	11.286	11.973

[1] Inclui taxas bancárias de 622 milhões de euros em 2019, 690 milhões de euros em 2018 e 596 milhões de euros em 2017.
[2] Os números do exercício anterior foram reajustados para refletir um desvio das despesas de representação de despesas de viagem para despesas de marketing e outras despesas.
[3] Inclui despesas relacionadas com litígios de 473 milhões de euros em 2019, 88 milhões de euros em 2018 e 213 milhões de euros em 2017. Para mais informações sobre litígios ver Nota 27, "Provisões".

10 – Reestruturação

A reestruturação é motivada principalmente pela implementação das mudanças estratégicas do Grupo, tal como anunciadas no terceiro trimestre de 2019. Definimos medidas que visam reforçar o banco, posicioná-lo para o crescimento e simplificar a sua configuração organizacional. As medidas também visam reduzir os custos ajustados através de uma maior eficiência, otimizando e simplificando os processos e explorando sinergias.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2019	2018	2017
Corporate Bank	137	31	20
Investment Bank	169	200	40
Private Bank	126	49	358
Asset Management	29	19	6
Capital Release Unit	143	62	21
Corporate & Other	40	(1)	1
Total de encargos líquidos de reestruturação	**644**	360	447

Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2019	2018	2017
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	641	367	430
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	476	248	402
Aceleração de retenção	156	113	26
Segurança social	9	6	2
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	2	(6)	17
Total de encargos líquidos de reestruturação	**644**	360	447

As provisões para reestruturação ascenderam a 684 milhões de euros, 585 milhões de euros e 696 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2019, 2.247 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2018: 3.000 e 2017: 2.045).

Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2019	2018	2017
Corporate Bank	137	222	332
Investment Bank	626	670	233
Private Bank	440	717	946
Asset Management	136	92	47
Capital Release Unit	514	243	162
Infraestrutura	394	1.056	325
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	**2.247**	3.000	2.045

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2019	2018	2017
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**(5.390)**	267	(751)
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais[1]	**(330)**	(292)	(298)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	**(5.719)**	(26)	(1.049)
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	**(5.719)**	(26)	(1.049)
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	**2.110,0**	2.102,2	1.967,7
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	0,0	0,0
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	**2.110,0**	2.102,2	1.967,7

[1] Em 2019, o impacto fiscal é reconhecido nos resultados diretamente, o que não teve um impacto significativo, como indicado na Nota 2.

Resultados por ação

em euros	2019	2018	2017
Resultados por ação básicos	(2,71)	(0,01)	(0,53)
Resultados por ação diluídos	(2,71)	(0,01)	(0,53)

Em 7 de abril de 2017, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bónus. De acordo com a IAS 33, o bónus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospetivamente.

Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo. Este ajuste criou uma situação de perda líquida para resultados por ação ordinária em 2018. Devido à situação de perda líquida para 2019, 2018 e 2017, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos resultados por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos[1]

Número de ações em milhões	2019	2018	2017
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	117,6	108,8	104,4

[1] Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	97.986	140.720
Outros ativos detidos para negociação[1]	12.889	12.017
Total de ativos detidos para negociação	110.875	152.738
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	332.931	320.058
Total de ativos financeiros detidos para negociação	**443.805**	472.796
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	53.366	44.543
Títulos obtidos por empréstimo	17.918	24.210
Empréstimos	3.174	12.741
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	12.443	18.951
Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	**86.901**	100.444
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Empréstimos	7	0
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	104
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**7**	104
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**530.713**	573.344

[1] Inclui empréstimos negociados no valor de 12,3 mil milhões de euros e 11,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	36.692	59.629
Outros passivos detidos para negociação	373	295
Total de passivos detidos para negociação	37.065	59.924
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	316.506	301.487
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação	**353.571**	361.411
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	42.723	46.254
Compromissos de crédito	1	0
Dívida a longo prazo	4.761	5.607
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.847	1.895
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**50.332**	53.757
Passivos por contratos de investimento	544	512
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**404.448**	415.680

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 7 milhões de euros e de 0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Valor nocional de ativos financeiros expostos a risco de crédito	0	0
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	0	0
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo[1]

em milhões de euros	31.12.2019	31 dez 2018[2]
Apresentado em Outro rendimento integral		
Variação cumulativa do justo valor	(34)	(49)
Apresentado na Demonstração de resultados		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0

[1] O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

Montantes realizados no desreconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desreconhecimento	0	(3)

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros[1]

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Incluindo compromissos de crédito não utilizados[2]	873	2.545
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	357	2.536

[1] Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.
[2] Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments* – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para notas estruturadas]. Para passivos derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias constituídas pelo Grupo, o efeito de acordos-quadro de compensação relevantes, a probabilidade de incumprimento do Grupo, com base no nível de mercado de CDS do Grupo e na perda esperada em caso de incumprimento, tendo em conta a senioridade dos pedidos de derivados sob resolução (subordinação estatutária). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam emitidos ou recomprados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. Este spread é adicionalmente parametrizado para um nível de mercado de componente de financiamento e um componente de crédito próprio idiossincrático. Ao abrigo da IFRS 9, a mudança no componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments* – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor[1]

em milhões de euros	31.12.2019 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	31.12.2018 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	44.595	56.713	9.567	75.415	67.560	9.763
Títulos para negociação	44.427	50.128	3.430	75.210	61.424	4.086
Outros ativos detidos para negociação	168	6.584	6.137	205	6.136	5.676
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	2.682	322.082	8.167	10.140	301.609	8.309
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	3.806	77.818	5.278	8.288	86.090	6.066
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	7	104	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	30.924	13.529	1.050	32.517	18.397	268
Outros ativos financeiros ao justo valor	2	7.366[2]	363	42	2.779[2]	207
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**82.009**	**477.507**	**24.431**	126.505	476.435	24.614
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	23.873	13.152	41	42.548	17.361	15
Títulos para negociação	23.862	12.828	2	42.547	17.082	0
Outros passivos detidos para negociação	11	324	38	1	279	15
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	2.841	307.013	6.652	9.638	285.561	6.289
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	48.378	1.954	119	51.617	2.021
Passivos por contratos de investimento	0	544	0	0	512	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	527	4.609[2]	(34)[3]	201	2.658[2]	(611)[3]
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**27.241**	**373.697**	**8.612**	52.505	357.709	7.714

[1] Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".
[2] Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.
[3] Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Em 2019, não existiram transferências significativas entre o nível 1 e o nível 2 com base em mudanças em procedimentos de teste de liquidez.

No segundo trimestre de 2019, o Grupo aplicou revisões ao quadro de classificação da hierarquia de justo valor aplicável a instrumentos financeiros escriturados ao justo valor nos termos da IFRS 13. Ao abrigo do quadro revisto, os dados de avaliação são considerados observáveis quando são diretamente apoiados pelas transações de mercado atuais ou por níveis cotados. A importância das entradas de dados de mercado inobserváveis para a avaliação de uma negociação é determinada através de testes de sensibilidade. Anteriormente, a abordagem para a avaliação da observabilidade incluía a utilização de dados de fixação de preços consensuais que eram submetidos a uma análise a posteriori das transações de mercado, e o âmbito dos testes de sensibilidade era menos granular do que o aplicado ao abrigo da abordagem revista. O impacto destas alterações foi o movimento líquido de aproximadamente 1,2 mil milhões de euros de ativos financeiros detidos ao justo valor do nível 3 para o nível 2 e o movimento líquido de aproximadamente 0,7 mil milhões de passivos financeiros detidos ao justo valor do nível 2 para o nível 3.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread, yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de empréstimo ou outros mercados de crédito, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas, liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensada por compras e ganhos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

A diminuição de ativos deveu-se a liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelos ganhos. O aumento dos passivos deveu-se a perdas e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas liquidações.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O aumento de saldo no exercício deveu-se a compras, emissões, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensado pelas vendas e liquidações e devido à desconsolidação.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor são compostos por qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. A diminuição no período deveu-se a vendas, liquidações, desconsolidação e transferências entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, compensada por compras, emissões e ganhos.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Os ativos aumentaram marginalmente durante o exercício devido a emissões,

ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensados pelas liquidações. Os passivos diminuíram no exercício devido a liquidações e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensados pelas emissões e ganhos.

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento dos ativos deveu-se a compras, ganhos e transferências entre o nível 2 e o nível 3, compensado pelas vendas e liquidações.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

										31.12.2019
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados [1]	Compras	Vendas	Emissões [2]	Liquidações [3]	Transferências para o Nível 3 [4]	Transferências para fora do Nível 3 [4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	4.086	(0)	76	2.122	(2.242)	0	(408)	537	(742)	3.430
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.309	0	1.547	0	0	0	(1.420)	1.571	(1.840)	8.167
Outros ativos detidos para negociação	5.676	(75)	176	1.031	(2.493)	2.615	(1.186)	729	(337)	6.137
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	6.066	(12)	401	1.448	(473)	592	(1.822)	727	(1.649)	5.278
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	2	0	0	8	(16)	12	0	7
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	268	0	2[5]	536	(35)	0	(19)	300	(2)	1.050
Outros ativos financeiros ao justo valor	207	0	0	0	0	0	(6)	176	(14)	363
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	24.614	(86)	2.204[6,7]	5.136	(5.243)	3.215	(4.877)	4.052	(4.584)	24.431
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	6.289	0	1.337	0	0	0	(1.175)	1.904	(1.702)	6.652
Outros passivos detidos para negociação	15	0	(8)	0	0	0	(4)	34	0	38
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.021	(77)	290	0	0	385	(489)	681	(856)	1.954
Outros passivos financeiros ao justo valor	(611)	0	304	0	0	0	100	56	117	(34)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	7.714	(77)	1.925[6,7]	0	0	385	(1.568)	2.674	(2.441)	8.612

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

[5] O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 3 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos.

[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 157 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 25 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

											31.12.2018
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados [1]	Compras	Vendas	Emis-sões[2]	Liqui-dações[3]	Transferências para o Nível 3[4]	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	4.148	6	105	2.146	(1.908)	0	(481)	897	(826)	4.086
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	7.340	0	718	0	0	0	(137)	1.940	(1.551)	8.309
Outros ativos detidos para negociação	4.426	0	233	981	(2.027)	3.055	(1.241)	506	(257)	5.676
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	4.573	3	426	3.627	(567)	1.013	(3.128)	411	(292)	6.066
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	91	0	4	0	0	0	(22)	0	(72)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	231	3	(4)[5]	260	(162)	0	(6)	2	(55)	268
Outros ativos financeiros ao justo valor	47	0	0	0	0	0	0	207	(47)	207
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	20.855	12	1.481[6,7]	7.014	(4.664)	4.068	(5.015)	3.963	(3.100)	24.614
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2	(0)	(1)	0	0	0	(0)	0	(1)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	5.992	0	531	0	0	0	(522)	1.319	(1.031)	6.289
Outros passivos detidos para negociação	0	0	(1)	0	0	0	16	0	0	15
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.444	0	(121)	0	0	692	(270)	408	(134)	2.021
Outros passivos financeiros ao justo valor	(298)	0	(299)	0	0	0	38	(29)	(23)	(611)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	7.139	0	110[6,7]	0	0	692	(738)	1.699	(1.189)	7.714

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.
[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.
[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.
[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
[5] O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de 8 milhões de euros reconhecida em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 4 milhões de euros reconhecida na rubrica "Resultados líquidos" da demonstração de resultados.
[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 136 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 33 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes

com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2019 poderia ter aumentado o justo valor em 1,7 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,2 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2018, poderia ter aumentado o justo valor em, no máximo, 1,6 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em, no máximo, 1,0 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 foram um aumento no movimento de justo valor positivo de 26 milhões de euros e um aumento no movimento de justo valor negativo de 105 milhões de euros.

Os aumentos em movimentos de justo valor positivos e negativos foram alinhados com o aumento nos ativos e passivos de nível 3 brutos no período. Os ativos e passivos de nível 3 brutos aumentaram de 32,3 mil milhões a 31 de dezembro de 2018 para 33 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2019, um aumento percentual de 2%, e a alteração nos movimentos de justo valor positivos de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 representou um aumento de 2% em termos comparativos. A alteração nos movimentos de justo valor negativos no mesmo período foi proporcionalmente maior, devido a uma série de fatores idiossincráticos de menor dimensão.

O nosso cálculo de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis para o nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos ao justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza da avaliação nos termos do regulamento delegado da Comissão Europeia (UE) n.º 2016/101, que complementa o artigo 34.º do regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), obrigando as instituições a aplicar como uma dedução do CET 1 ao montante de quaisquer ajustes de avaliações adicionais em todos os ativos medidos pelo justo valor, calculado em conformidade com o artigo 105.º, n.º 14. Esta utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente. A sensibilidade negativa pode estar limitada em alguns casos onde o justo valor é já comprovadamente prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento[1]

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	256	108	179	118
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	4	1	5	4
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	37	20	38	37
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	215	86	136	77
Títulos de capital	62	85	84	67
Derivados:				
Crédito	189	123	151	116
Ações	168	128	257	207
Relacionados com os juros	312	303	346	206
Divisas	44	39	49	26
Outros	116	101	106	89
Empréstimos:				
Empréstimos	525	264	475	219
Outros	**0**	**0**	0	0
Total	**1.673**	**1.151**	1.647	1.046

[1] Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetro, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prémio ou retornos de rendibilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao titular ou mutuante pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as

referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2019

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor Ativos	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	33	0	Baseado no preço	Preço	0%	3623%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	102	1.899
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	225	0	Baseado no preço	Preço	0%	101%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	54	2.460
				Taxa de recuperação	25%	75%
				Taxa de incumprimento constante	1%	4%
				Taxa de pré-pagamento constante	3%	24%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	**258**	**0**				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.698	1.679	Baseado no preço	Preço	0%	203%
Detido para negociação	3.090	2	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	15	460
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3.090					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.552					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1.676				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	56					
Títulos de capital	996	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0%	101%
Detido para negociação	82	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	17
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	914		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	0%	20%
Empréstimos	8.302	38	Baseado no preço	Preço	0%	341%
Detido para negociação	6.110	38	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	11	1.209
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.193			Taxa de incumprimento constante	0	0
Designados ao justo valor através de resultados	6	0		Taxa de recuperação	35%	90%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	993					
Compromissos de crédito	0	1	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	8	979
				Taxa de recuperação	25%	95%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	84%
Outros instrumentos financeiros	1.654[2]	278[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	7%	46%
				Taxa de recompra (pontos base)	5	271
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	**15.908**	**1.996**				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

[2] Outros ativos financeiros incluem 28 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 1,6 mil milhões de euros de outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor.
[3] Outros passivos financeiros incluem 186 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados pelo justo valor e 92 milhões de euros de outros passivos financeiros designados pelo justo valor.

					31.12.2019	
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.941	3.387	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	(69)	668
				Taxa de swap sobre a inflação	0%	3%
				Taxa de incumprimento constante	0%	13%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	59%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	5%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	33%
				Correlação IR - IR	(25) %	99%
				Correlação híbrida	(70) %	100%
Derivados de crédito	618	822	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	18.812
				Taxa de recuperação	0%	75%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	33%	84%
Derivados de ações	834	1.132	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4%	93%
				Volatilidade de índice	4%	69%
				Índice - correlação de índice	1	1
				Ação - correlação de ação	18%	93%
				Ações - contratos a prazo	0%	18%
				Índice - contratos a prazo	0%	5%
Derivados FX	1.320	1.158	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(12) %	27%
Outros derivados	810	117[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7%	67%
				Correlação de matérias-primas	5%	86%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	8.524	6.616				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

						31.12.2018
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	66	0	Baseado no preço	Preço	0%	120%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	97	1.444
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	745	0	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	26	2.203
				Taxa de recuperação	0%	90%
				Taxa de incumprimento constante	0%	16%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	42%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	**811**	**0**				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	3.876	1.764	Baseado no preço	Preço	0%	148%
Detido para negociação	3.037	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	5	582
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3.037					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	726					
Designados ao justo valor através de resultados	0	1.764				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	114					
Títulos de capital	1.244	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	70%	100%
Detido para negociação	239	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	6	17
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.005		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	7%	20%
Empréstimos	7.167	15	Baseado no preço	Preço	0%	341%
Detido para negociação	5.651	15	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	40	930
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	1.362			Taxa de incumprimento constante	0	0
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	35%	40%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	154					
Compromissos de crédito	0	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	30	2.864
				Taxa de recuperação	25%	75%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.999[2]	257[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	3%	46%
				Taxa de recompra (pontos base)	65	387
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	**16.097**	**2.037**				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Outros ativos financeiros incluem 26 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação e 3,0 mil milhões de euros de outros ativos financeiros obrigatórios pelo justo valor.
[3] Outros passivos financeiros incluem 185 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados pelo justo valor e 72 milhões de euros de outros passivos financeiros designados pelo justo valor.

	31.12.2018					
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.264	2.568	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	(124)	2.316
				Taxa de swap sobre a inflação	1%	6%
				Taxa de incumprimento constante	0%	35%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	43%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	5%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	31%
				Correlação IR - IR	(30) %	90%
				Correlação híbrida	(59) %	75%
Derivados de crédito	638	964	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	0	1.541
				Taxa de recuperação	0%	80%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	25%	85%
Derivados de ações	1.583	1.498	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	4%	96%
				Volatilidade de índice	11%	79%
				Índice - correlação de índice	1	1
				Ação - correlação de ação	2%	89%
				Ações - contratos a prazo	0%	63%
				Índice - contratos a prazo	0%	5%
Derivados FX	1.034	1.005	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6) %	34%
Outros derivados	997	(357)[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	5%	92%
				Correlação de matérias-primas	0%	0%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	8.516	5.677				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os ganhos e perdas relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos na margem financeira e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	60	46
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.906	1.152
Outros ativos detidos para negociação	35	136
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	387	354
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	2
Outros ativos financeiros ao justo valor	6	2
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**2.397**	1.692
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(2)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(1.660)	(849)
Outros passivos detidos para negociação	6	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(259)	124
Outros passivos financeiros ao justo valor	(308)	294
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**(2.223)**	(431)
Total	**174**	1.261

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2019	2018
Saldo, início do exercício	**531**	596
Novas operações durante o período	170	226
Amortização	(106)	(126)
Operações vencidas	(95)	(126)
Transição subsequente para observabilidade	(60)	(42)
Alterações das taxas de câmbio	1	2
Saldo, fim do exercício	**441**	531

14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados pelo justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	**Passivo**
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogéneos (p. ex. hipotecas residenciais), o justo valor é calculado para cada segmento de produtos, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro do Grupo para empréstimo a emitentes de qualidade creditícia semelhante. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico também se consideram como sendo ao justo valor.

O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado descontando o empréstimo até ao seu vencimento com spreads de crédito específicos do empréstimo e custos de financiamento para o Grupo.

Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço[1]

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
					31.12.2019
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	137.592	137.592	137.592	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9.636	9.636	116	9.520	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	13.801	13.801	0	13.801	0
Títulos obtidos por empréstimo	428	428	0	428	0
Empréstimos	429.841	436.997	0	11.376	425.620
Outros ativos financeiros	94.157	94.423	15.960	78.463	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	572.208	572.596	120	572.476	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.115	3.114	0	3.114	0
Títulos cedidos por empréstimo	259	259	0	259	0
Outros empréstimos a curto prazo	5.218	5.221	0	5.219	2
Outros passivos financeiros	87.669	87.669	1.898	85.771	0
Dívida a longo prazo	136.473	136.494	0	125.344	11.150
Títulos fiduciários preferenciais	2.013	2.236	0	2.236	0

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
					31.12.2018
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	188.731	188.731	188.731	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8.881	8.881	78	8.804	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.222	8.223	0	8.223	0
Títulos obtidos por empréstimo	3.396	3.396	0	3.396	0
Empréstimos	400.297	395.900	0	10.870	385.029
Outros ativos financeiros	80.089	80.193	850	79.343	1
Passivos financeiros:					
Depósitos	564.405	564.637	516	563.850	272
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4.867	4.867	0	4.867	0
Títulos cedidos por empréstimo	3.359	3.359	0	3.359	0
Outros empréstimos a curto prazo	14.158	14.159	0	14.159	0
Outros passivos financeiros	100.683	100.683	1.816	98.866	1
Dívida a longo prazo	152.083	149.128	0	140.961	8.167
Títulos fiduciários preferenciais	3.168	3.114	0	3.114	0

[1] Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

No que respeita aos empréstimos, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico deve-se ao efeito dos movimentos da margem de produto desde o reconhecimento inicial.

No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Títulos comprados com acordos de revenda	**1.415**	1.097
Títulos de dívida:		
Governo alemão	6.243	7.705
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	7.703	13.118
Governos locais (municipais) dos EUA	0	101
Outros governos estrangeiros	21.020	18.152
Empresas	3.423	5.606
Outros títulos garantidos por ativos	36	27
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	457	103
Outros títulos de dívida	332	181
Total de títulos de dívida	**39.214**	44.993
Empréstimos	**4.874**	5.092
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	**45.503**	51.182

16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 65 (2018: 65) associadas e 13 (2018: 13) entidades conjuntamente controladas. Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2019[1]

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7%
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai, China	Investimento estratégico	30,0%

[1] O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho.

Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited[1]

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Total de receitas líquidas	118	197
Resultado líquido	74	157
Outro rendimento integral	(55)	(19)
Total do rendimento integral[2]	**19**	138

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Total do ativo	5.667	7.058
Total do passivo	4.532	5.579
Participação minoritária	417	739
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**718**	740

[1] Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2019 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2018 e para dezembro de 2018 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2017.
[2] O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited de 7 milhões de euros durante o período de reporte de 2019 (2018: 17 milhões de euros)

Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o montante contabilístico do Grupo[1]

em milhões de euros	31.12.2018	31.12.2017
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	718	740
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7%	40,7%
Quota do Grupo de ativos líquidos	292	301
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos	(7)	(17)
Montante contabilístico[2]	**286**	284

[1] Devido a diferenças nos intervalos de datas dos relatórios do Grupo e da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, foi utilizado o método de equivalência patrimonial para contabilidade para dezembro de 2019 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2018 e para dezembro de 2018 com base nos valores financeiros auditados PRC GAAP de dezembro de 2017.
[2] Não há perda por imparidade em 2018 e 2017

Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 de dez. de 2019[1]	31 dez 2018[2]
Total de receitas líquidas	590	564
Resultado líquido	144	148
Outro rendimento integral	0	4
Total do rendimento integral[3]	**144**	152

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Total do ativo	1.651	1.319
Total do passivo	863	612
Participação minoritária	19	21
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**770**	685

[1] Os números de dezembro de 2019 são baseados em valores financeiros não auditados de 2019
[2] Os números de dezembro de 2018 são baseados em valores financeiros auditados de 2018
[3] O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. de 21 milhões de euros durante o período de reporte de 2019 (2018: 12 milhões de euros)

Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 de dez. de 2019[1]	31 dez 2018[2]
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	770	685
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30%	30%
Quota do Grupo de ativos líquidos	231	206
Goodwill	17	17
Ativos intangíveis	14	14
Outros ajustamentos	(1)	(1)
Montante contabilístico[3]	**261**	236

[1] Os números de dezembro de 2019 são baseados em valores financeiros não auditados de 2019
[2] Os números de dezembro de 2018 são baseados em valores financeiros auditados de 2018
[3] Não há perda por imparidade em 2019 (0 milhões de euros em 2018)

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	**383**	359
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	39	30
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(1)	(8)
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	**38**	22

17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

31.12.2019

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros[1]	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	14.174	(2.985)	11.189	0	0	(11.186)	3
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2.612	0	2.612	0	0	(2.464)	148
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	424	0	424	0	0	(299)	124
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	4	0	4	0	0	(4)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	476.371	(96.171)	380.200	(263.180)	(41.115)	(65.075)	10.830
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	337.117	(17.479)	319.638	(262.326)	(41.115)	(5.535)	10.661
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	150.513	0	150.513	0	(1.119)	(12.424)	136.971
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	13.293	0	13.293	0	(1.062)	(896)	11.335
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	626.884	(96.171)	530.713	(263.180)	(42.234)	(77.498)	147.801
Empréstimos pelo custo amortizado	429.841	0	429.841	0	(11.819)	(55.458)	362.563
Outros ativos	116.259	(5.900)	110.359	(37.267)	(570)	(138)	72.384
Of which: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.004	(224)	2.780	(2.149)	(443)	(94)	94
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.415	0	1.415	0	0	(1.361)	54
Restantes ativos não sujeitos a compensação	211.117	0	211.117	0	(745)	(1.276)	209.096
Total do ativo	1.402.730	(105.056)	1.297.674	(300.447)	(55.368)	(149.685)	792.174

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31.12.2019

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	572.208	0	572.208	0	0	0	572.208
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	5.452	(2.985)	2.467	0	0	(2.467)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	648	0	648	0	0	(400)	248
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	191	0	191	0	0	(191)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	68	0	68	0	0	(61)	7
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	476.677	(96.316)	380.361	(264.392)	(29.755)	(42.121)	44.093
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	324.374	(18.125)	306.249	(263.358)	(29.755)	(6.108)	7.028
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	24.087	0	24.087	0	(1.535)	(7.982)	14.570
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	10.257	0	10.257	0	(1.286)	(401)	8.571
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	(96.316)	404.448	(264.392)	(31.290)	(50.103)	58.663
Outros passivos	113.719	(5.754)	107.964	(45.985)	(418)	(15)	61.546
Of which: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.539	(1.109)	1.431	(1.118)	(269)	(15)	28
Restantes passivos não sujeitos a compensação	147.521	0	147.521	0	0	(4)	147.517
Total do passivo	1.340.571	(105.056)	1.235.515	(310.376)	(31.708)	(53.240)	840.190

Outros ativos incluem 1,8 mil milhões de euros de valores de mercado positivos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como ativos detidos para venda, associados à plataforma Prime Finance transferida para o BNP Paribas, juntamente com o impacto correspondente dos acordos de compensação e da garantia. Pelo mesmo motivo, outros passivos incluem 2,5 mil milhões de euros de valores de mercado negativos para instrumentos financeiros derivados que foram reclassificados como passivos detidos para venda, juntamente com o impacto correspondente dos acordos de compensação e da garantia. Para mais informações, consulte a Nota 24, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" das demonstrações financeiras consolidadas.

Em vigor desde 30 de dezembro de 2019, o Grupo escolheu converter os seus *swaps* de taxa de juro (IRS) transacionados com a Sociedade de Compensação de Títulos do Japão (JSCC) do anterior modelo de garantia para um modelo de liquidação. Os *swaps* de taxa de juro são agora legalmente liquidados de forma diária, resultando em desreconhecimento dos ativos e passivos associados. Anteriormente, o Grupo aplicava os princípios de compensação da IAS 32 para apresentação líquida dos valores contabilísticos positivos (negativos) dos *swaps* de taxa de juro e valores a pagar (a receber) de margem de variação associados. Consequentemente, os valores brutos de ativos financeiros e passivos financeiros e os montantes brutos compensados no balanço correspondentes diminuíram em 5 mil milhões de euros e 3,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2019, respetivamente, sem qualquer alteração nos montantes líquidos de ativos financeiros e passivos financeiros apresentados no balanço.

Ativos

31.12.2018

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros[1]	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	8.194	(2.629)	5.565	0	0	(5.565)	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	2.656	0	2.656	0	0	(2.169)	488
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	3.157	0	3.157	0	0	(3.055)	102
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	239	0	239	0	0	(239)	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	435.306	(73.286)	362.020	(250.476)	(39.006)	(63.733)	8.805
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	324.348	(19.269)	305.080	(250.231)	(38.731)	(6.682)	9.436
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	211.323	0	211.323	0	(1.858)	(12.013)	197.452
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	14.978	0	14.978	0	(1.858)	(1.277)	11.843
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	646.629	(73.286)	573.344	(250.476)	(40.864)	(75.746)	206.257
Empréstimos pelo custo amortizado	400.297	0	400.297	0	(13.505)	(39.048)	347.743
Outros ativos	107.633	(14.189)	93.444	(29.073)	(522)	(92)	63.757
Of which: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.451	(423)	3.028	(2.347)	(520)	(92)	69
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.097	0	1.097	0	0	(621)	475
Restantes ativos não sujeitos a compensação	268.338	0	268.338	0	(227)	(1.540)	266.571
Total do ativo	1.438.241	(90.104)	1.348.137	(279.550)	(55.118)	(128.075)	885.394

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31.12.2018

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	564.405	0	564.405	0	0	0	564.405
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	7.145	(3.677)	3.468	0	0	(3.468)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	1.399	0	1.399	0	0	(1.140)	259
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3.164	0	3.164	0	0	(3.164)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	195	0	195	0	0	(164)	31
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	399.625	(71.469)	328.156	(251.495)	(25.232)	(40.935)	10.493
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	309.401	(18.978)	290.423	(250.908)	(25.232)	(4.805)	9.478
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	87.524	0	87.524	0	(2.301)	(11.268)	73.955
Of which: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	11.064	0	11.064	0	(1.494)	(573)	8.996
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	487.149	(71.469)	415.680	(251.495)	(27.533)	(52.204)	84.448
Outros passivos	132.470	(14.957)	117.513	(42.260)	(73)	(158)	75.022
Of which: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	2.537	(615)	1.922	(1.670)	(71)	(158)	23
Restantes passivos não sujeitos a compensação	173.577	0	173.577	0	0	0	173.577
Total do passivo	1.369.503	(90.104)	1.279.400	(293.755)	(27.606)	(60.297)	897.742

A coluna “Montantes brutos compensados no balanço” demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica “Outros passivos” e “Outros ativos”, respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos obrigatórios pelo justo valor através dos resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O quadro abaixo fornece uma visão geral da nossa exposição ao empréstimo por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Agricultura, exploração florestal e pesca	676	655
Indústria mineira e de extração de minérios	3.027	3.699
Indústria	30.199	30.966
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.577	3.555
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	843	895
Construção	4.110	4.421
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.568	21.871
Transporte e armazenamento	5.610	6.548
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.633	2.094
Informação e comunicação	6.575	5.281
Atividades financeiras e de seguros	98.434	93.886
Atividades imobiliárias	45.153	35.153
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.430	7.020
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.063	7.921
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8.012	10.752
Educação	327	698
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.631	3.618
Artes, entretenimento e atividades de lazer	867	951
Outras atividades de serviços	5.766	5.328
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	196.732	188.494
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	3	25
Créditos brutos	**454.235**	433.832
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	340	254
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	**453.895**	433.578
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	4.018	4.247
Total de créditos	**449.876**	429.331

19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

	31.12.2019				
	Provisão para perdas de crédito[3]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**509**	**501**	**3.247**	**3**	**4.259**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(57)	102	550	40	636
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	120	(106)	(14)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[2]	0	0	(872)	(26)	(898)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	96	0	96
Taxas de câmbio e outras alterações	(22)	(4)	8	18	0
Saldo, fim do período de relato	**549**	**492**	**3.015**	**36**	**4.093**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	62	(4)	536	40	636

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.
[2] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

	31.12.2018				
	Provisão para perdas de crédito[3]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**462**	**494**	**3.638**	**3**	**4.596**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios	(132)	215	440	(17)	507
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	199	(137)	(62)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[2]	(6)	(17)	(972)	0	(995)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	172	0	172
Taxas de câmbio e outras alterações	(14)	(54)	30	17	(21)
Saldo, fim do período de relato	**509**	**501**	**3.247**	**3**	**4.259**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	66	78	379	(17)	507

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país.
[2] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito.
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI[1]

	31.12.2019				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	16	9	10	0	35

[1] A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros pelo justo valor através de OCI permaneceu em níveis muito baixos (13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018 e 35 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

	31.12.2018				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	11	1	0	(0)	13

[1] A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros pelo justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (12 milhões de euros no início do exercício de 2018 e 13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

	31.12.2019				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	132	73	84	0	289
Movimentos incluindo novos negócios	(13)	(5)	88	0	70
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	9	(12)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(1)	(7)	(9)	0	(17)
Saldo, fim do período de relato	128	48	166	0	342
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(4)	(17)	90	0	70

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

	31.12.2018				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	117	36	119	0	272
Movimentos incluindo novos negócios	(0)	31	(13)	0	18
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	2	(0)	(2)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	14	6	(20)	0	(0)
Saldo, fim do período de relato	132	73	84	0	289
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	1	31	(15)	0	18

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos.
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo (como reportado previamente no âmbito da IAS 39)

	2017		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	2.071	2.475	4.546
Provisão para perdas de crédito	299	253	552
Reconhecimento de perdas líquidas:	(487)	(532)	(1.019)
Reconhecimento de perdas	(541)	(605)	(1.146)
Recuperações	54	73	127
Outras alterações	(117)	(41)	(158)
Provisão, fim do exercício	1.766	2.155	3.921

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito) (como reportado previamente no âmbito da IAS 39)

	2017		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Provisão, início do exercício	162	183	346
Provisão para posições extrapatrimoniais	(23)	(4)	(27)
Utilização	0	0	0
Outras alterações	(18)	(16)	(34)
Provisão, fim do exercício	122	163	285

20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	31329	33980
Acordos para empréstimo de títulos	13001	41621
Swaps de retorno total	1615	1835
Outros	2341	6589
Total de títulos para negociação	**48285**	84025
Outros ativos detidos para negociação	90	69
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	439	1289
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2537	4286
Empréstimos pelo custo amortizado[1]	310	408
Outras	236	0
Total	**51897**	90076
Montante escriturado de passivos associados	**37790**	46218

[1] Os empréstimos em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor nulo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Montante contabilístico dos ativos originais transferidos		
Títulos para negociação	1101	759
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	306
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	698	386
Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos		
Títulos para negociação	109	35
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	15
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	23	43
Montante escriturado de passivos associados	**185**	117

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

	31 dez 2019			31 dez 2018		
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]
Empréstimos pelo custo amortizado						
Notas de titularização	325	334	334	372	372	372
Outros	10	10	10	14	14	14
Total de empréstimos pelo custo amortizado	**336**	**344**	**344**	385	385	385
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Notas de titularização	36	36	36	22	22	22
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	5	5	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	**36**	**36**	**36**	27	27	27
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:						
Notas de titularização	457	465	465	112	112	112
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	**457**	**465**	**465**	112	112	112
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	**828**	**845**	**845**	524	524	524
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	11	11	0	61	61	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	**11**	**11**	**0**	61	61	0

[1] A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

	31 dez 2019			31 dez 2018		
em milhões de euros	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	15	27	100	9	13	11
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	(0)	(0)	0	21	268	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	**15**	**27**	**100**	30	281	11

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes[1]

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	36686	41816
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2943	4274
Empréstimos	70323	75641
Outros	1617	1364
Total	**111570**	123095

[1] Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora[1]

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	34503	45640
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1303	3201
Empréstimos	132	11
Outros	236	0
Total	**36174**	48851

[1] Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	251757	292474
Of which:		
Garantia vendida ou repenhorada	200378	240365

21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Custo da aquisição:							
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1387	2473	2743	139	6743	N/A	**6743**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	141	(2)	0	139	N/A	139
Adições	11	150	155	150	465	N/A	465
Transferências	(8)	(4)	106	(147)	(53)	N/A	(53)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(478)	(30)	(27)	(2)	(538)	N/A	(538)
Alienações	134	291	144	0	569	N/A	569
Alterações das taxas de câmbio	1	164	29	1	195	N/A	195
Saldo em 31 de dezembro de 2018	778	2602	2860	142	6382	N/A	**6382**
Impacto da implementação da IFRS 16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3185	3185
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(165)	0	(0)	(165)	0	(165)
Adições	8	111	49	160	327	413	740
Transferências	(56)	15	116	(147)	(72)	32	(40)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	(11)	0	(0)	(11)	0	(11)
Alienações	75	190	82	0	347	115	462
Alterações das taxas de câmbio	1	19	19	1	39	19	58
Saldo em 31 de dezembro de 2019	656	2380	2961	155	6153	3533	**9686**
Depreciação e imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2018	579	1800	1702	0	4080	N/A	**4080**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	28	(1)	0	27	N/A	27
Depreciação	28	206	197	0	430	N/A	430
Perdas por imparidade	3	3	3	0	9	N/A	9
Reversão de perdas por imparidade	37	0	0	0	37	N/A	37
Transferências	(13)	48	(5)	0	30	N/A	30
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(215)	(40)	(22)	0	(277)	N/A	(277)
Alienações	17	281	128	0	426	N/A	426
Alterações das taxas de câmbio	1	99	24	0	125	N/A	125
Saldo em 31 de dezembro de 2018	328	1862	1770	0	3960	N/A	**3960**
Impacto da implementação da IFRS 16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	5	(49)	0	0	(44)	1	(43)
Depreciação	18	199	217	0	434	615	1049
Perdas por imparidade	20	2	5	0	27	85	112
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	(31)	(4)	(16)	0	(51)	41	(10)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	(4)	0	0	(5)	0	(5)
Alienações	16	180	66	0	262	79	341
Alterações das taxas de câmbio	0	15	16	0	32	0	32
Saldo em 31 de dezembro de 2019	325	1841	1927	0	4093	663	**4756**
Valor escriturado:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	450	740	1090	142	2421	0	**2421**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	331	540	1034	155	2060	2870	**4930**

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 24 milhões de euros e de 42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 46 milhões de euros no fim de 2019 e de 273 milhões de euros no fim de 2018.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. Com a implementação da IFRS 16 e a partir de 1 de janeiro de 2019, o grupo, enquanto locatário, registou um saldo de abertura para o direito de utilização destes ativos arrendados de 3,2 mil milhões de euros, que representavam principalmente propriedades arrendadas de 3,2 mil milhões de euros e locações de veículos de 23 milhões de euros. Os acréscimos aos ativos sob direito de uso, de 413 milhões de euros, capitalizados durante 2019, refletiam em grande medida as novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização de 615 milhões de euros reconhecidos em 2019 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso de 2,9 mil milhões de euros incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2019 representava predominantemente propriedades arrendadas de 2,8 mil milhões de euros e locações de veículos de 19 milhões de euros. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 02 "Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas" e a nota 22 "Locações".

22 – Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, o grupo aplicou a IFRS 16, "Locações", utilizando a abordagem retrospetiva modificada e, por conseguinte, a informação comparativa não foi reajustada e continua a ser relatada segundo a norma anterior da IAS 17, "Locações". Por conseguinte, a estrutura da Nota contém secções separadas para as informações relativas ao período em curso nos termos da IFRS 16, bem como informações sobre o período anterior nos termos da IAS 17. O efeito cumulativo no balanço do Grupo de aplicar inicialmente a IFRS 16 na data de transição (1 de janeiro de 2019) é apresentado na Nota 2, "Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas".

Divulgações de locatário relativas ao período orçamental findo a 31 de dezembro de 2019, nos termos da IFRS 16, "Locações"

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de 2,9 mil milhões de euros, os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas de 2,8 mil milhões de euros e locações de veículos de 19 milhões de euros. Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2019, o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de 3,3 mil milhões de euros, os quais estão incluídos em outros passivos. Em 31 de dezembro de 2019, o os passivos por locação incluía o valor de futuros pagamentos de rendas incluía de 407 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação, que incluía a opção de prolongar a locação por um período de mais 5 exercícios até 2031.

Durante 2019, o gasto de juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a 80 milhões de euros. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2019 relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a 44 milhões e 1 milhão, respetivamente.

As receitas registadas em 2019 provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram 21 milhões de euros.

A saída de caixa total para as locações foi de 738 milhões de euros para 2019 e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias (724 milhões de euros). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de 659 milhões de euros para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de 79 milhões de euros foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na contabilização dos passivos por locação, incluem principalmente as exposições resultantes de opções de prorrogação e futuros pagamentos de locações ainda não iniciadas, mas com as quais o grupo está comprometido. As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31.12.2019
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:	
Até um ano	17
Entre um ano e cinco anos	816
Após cinco anos	4797
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação	**5629**

Divulgações de locatário relativas ao período orçamental findo a 31 de dezembro de 2018, nos termos da IAS 17, "Locações"

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Terrenos e edifícios	N/A	28
Mobiliário e equipamento	N/A	0
Outros	N/A	0
Valor escriturado líquido	**N/A**	28

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	N/A	19
Entre um ano e cinco anos	N/A	34
Após cinco anos	N/A	65
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	**N/A**	118
Menos: Futuros encargos com juros	N/A	91
Valor presente dos compromissos de locação financeira	**N/A**	27
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	**N/A**	5
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados[1]	**N/A**	0

[1] A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	N/A	707
Entre um ano e cinco anos	N/A	2077
Após cinco anos	N/A	3480
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	**N/A**	6264
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	**N/A**	20
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	**N/A**	6244

Em 31 de dezembro de 2018, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 441 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação, que incluía a opção de prolongar a locação por um período de mais 5 exercícios até 2031.

Em 2018, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 747 milhões de euros. Isto incluiu 769 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 20 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

23 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de *goodwill*

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

No terceiro trimestre de 2019, e em conformidade com o anúncio de estratégia feito em 7 de julho de 2019, as operações do grupo foram reorganizadas ao abrigo de uma nova estrutura de divisões: as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que inclui o Corporate Bank ("CB"), o Investment Bank ("IB"), o Private Bank ("PB") e as divisões corporativas de gestão de ativos ("AM") e a Unidade de Libertação de Capital ("CRU"). As divisões corporativas CB, IB e AM, bem como a CRU, são consideradas unidades geradoras de caixa (UGC). A divisão corporativa PB é constituída por duas UGCs separadas – Wealth Management ("WM") e Private Bank excluindo Wealth Management ("PB excl. WM"). A UGC PB excl. WM UGC é constituída por três subunidades: o Private Bank Germany, o PCB International e Digital Ventures, que faziam parte das antigas UGC Private and Commercial Clients ("PCC") e Postbank. O CB é constituído pelo Global Transaction Bank ("GTB", anteriormente incluído na antiga Global Transaction Banking & Corporate Finance ("GTB & CF") UGC) e o negócio do German Commercial Banking (anteriormente parte da UGC PCC). O IB é constituído pelas empresas de financiamento, consultoria, rendimento fixo e divisas do Deutsche Bank, que estavam anteriormente incluídas na Sales & Trading e nas UGC GTB e CF. A WM e a AM prosseguem na sua antiga estrutura da UGC. A UGC "CRU" inclui as empresas globais de Prime Finance sujeitas a transição para o BNP Paribas S.A. (ver nota 24 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda"), bem como os ativos relacionados com atividades comerciais que estão a ser abandonados ou reduzidos.

Consulte também a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Manage-ment	Wealth Manage-ment	Private Bank (excl. WM)	Outras	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	0	471	2768	541	0	1	**3782**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	(4)	0	0	(4)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade[1]	0	0	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	18	74	5	0	0	98
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0	489	2843	543	0	1	**3876**
Montante bruto do *goodwill*	3833	595	3314	543	3162	1	**11449**
Perdas por imparidade acumuladas	(3.833)	(106)	(471)	0	(3.162)	0	**(7.573)**
Saldo em 1 de janeiro de 2019	0	489	2843	543	0	1	**3876**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0	(1)	(1)
Perdas por imparidade[1]	0	(491)	0	(545)	0	0	(1.035)
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	2	38	2	0	0	42
Saldo em 31 de dezembro de 2019	0	0	2881	0	0	0	**2881**
Montante bruto do *goodwill*	3915	603	3371	555	3162	0	**11607**
Perdas por imparidade acumuladas	(3.915)	(603)	(490)	(555)	(3.162)	0	**(8.726)**

[1] As perdas por imparidade de *goodwill* são registadas como imparidade de *goodwill* e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das unidades geradoras de caixa principais, o segmento IB incluía *goodwill* resultante da aquisição de um investimento não integrado que não está afetado à unidade geradora de caixa principal do respetivo segmento. Esse *goodwill* é sintetizado em “Outros” no quadro acima.

As alterações do goodwill em 2019 foram principalmente impulsionadas pelas medidas transformadoras mencionadas acima, relacionadas com os negócios do Grupo e a sua reorganização. Desencadeado pelo impacto de uma perspetiva reduzida sobre os planos de negócios, e impulsionado tanto por ajustamentos a fatores macroeconómicos como pelo impacto das decisões estratégicas na preparação do anúncio de transformação acima referido, no segundo trimestre de 2019 o Grupo analisou os montantes recuperáveis das suas UGC na estrutura então existente. Esta revisão resultou numa ligeira queda dos montantes recuperáveis em relação aos respetivos valores contabilísticos para a WM no âmbito da antiga divisão corporativa do Private & Commercial Bank ("PCB") e da GTB e CF na antiga divisão corporativa Corporate & Investment Bank ("CIB").

Com um valor recuperável de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros para a WM, o goodwill na WM (545 milhões de euros) foi prejudicado e teve de ser totalmente amortizado, principalmente em resultado do agravamento de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro, bem como correções do crescimento do mercado específicas do setor para o negócio da WM a nível global. Para a GTB e CF, o valor recuperável de aproximadamente 10,2 mil milhões de euros levou à total imparidade de goodwill atribuído (491 milhões de euros). Isto deveu-se principalmente a tendências desfavoráveis da indústria no financiamento das empresas, bem como a ajustamentos de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro. Os encargos com imparidades totais de mil milhões de euros foram registados em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis dos resultados do segmento respetivo Private Bank (neste caso: UGC WM; 545 milhões de euros) e Corporate Bank (491 milhões de euros) no segundo trimestre de 2019.

As taxas de desconto aplicadas na estimativa dos valores recuperáveis das respetivas UGC em 30 de junho de 2019 (e em 31 de dezembro de 2018, para comparação) foram as seguintes:

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2019	2018
Global Transaction Banking & Corporate Finance	8,6%	8,8%
Wealth Management	8,4%	9,0%

As alterações em goodwill em 2017 e 2018 refletiram principalmente as flutuações de taxa de câmbio, predominantemente relacionadas com a conversão de goodwill detido em dólares dos Estados Unidos.

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

Na sequência da supramencionada anulação de goodwill nas antigas UGC GTB CF no segundo trimestre de 2019 e do -desreconhecimento de goodwill circunscrito a uma subsidiária registada no terceiro trimestre de 2019, a UGC do AM foi a única UGC com goodwill a ser testada quanto à imparidade. Os testes anuais de imparidade de *goodwill* levados a cabo em 2019 e 2018 não tiveram como resultado uma perda por imparidade nas principais unidades geradoras de caixa com *goodwill* do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas unidades geradoras de caixa foram superiores aos dos respetivos valores escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão, bem como um abrandamento do crescimento do PIB, podem afetar negativamente as previsões de desempenho da UGC AM e, por conseguinte, podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas”, para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas *Tier 1* adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expetativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento a longo prazo constante de até 2,8 % (2018: 3,1 %). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são

captadas pelo valor terminal. No que respeita à AM, a taxa foi reduzida para 1,2% para 2019 e é relativamente baixa comparativamente às perspetivas dos analistas, além de refletir uma abordagem conservadora.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à GCU AM, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2019 e 2018 foram de 9,6% e 9,7%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	—Fornecer um forte desempenho de produtos de investimento —Expandir o conjunto de produtos em áreas de crescimento (por ex., esquemas de investimento SAG, alternativas, multiativos, passivos), consolidando ao mesmo tempo estratégias não essenciais —Fluxos líquidos consistentes potencializando a liderança da quota de mercado na Alemanha e no resto da Europa, ao mesmo tempo que se expande a cobertura na Ásia e Pacífico e se foca no crescimento nas Américas —Diversificação da cobertura intermediária relativamente a canais de elevado crescimento e implementação de soluções digitais para servir novos canais —Maior eficiência através de processos operacionais essenciais melhorados, otimização de plataformas e racionalização de produtos —Antecipação de mais obstáculos no setor de Asset Management como resultado do ambiente regulamentar em mutação	—Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às nossas estratégias de investimento —Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos —Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado —Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A direção acredita que eventuais alterações em pressupostos-chave razoavelmente possíveis podem causar perda por imparidade na AM. Atualmente, na AM, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 1%, ou 0,1 mil milhões de euros.

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	AM
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	9,6%
para	9,7%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	(1,3)%
Taxa de crescimento a longo prazo	
de	1,2%
para	1,0%

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018

				Ativos intangíveis adquiridos				Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado					Amortizado		Amortizado	
em milhões de euros	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/ fabrico:									
Saldo em 1 de janeiro de 2018	963	440	1402	1364	70	901	2335	7024	10761
Adições	0	0	0	12	0	44	56	1242	1298
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	(0)	(0)
Alienações	0	0	0	0	0	126	126	725	851
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(7)	(7)	(20)	(27)
Transferências	0	2	2	(3)	0	(213)	(215)	190	(24)
Alterações das taxas de câmbio	48	0	48	10	0	5	15	102	165
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1010	441	1451	1384	70	603	2058	7814	11322
Adições	0	0	0	9	0	34	43	997	1040
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	0	(0)
Alienações	0	0	0	0	0	40	40	1295	1335
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(0)	(0)	(21)	(22)
Transferências	0	0	0	(1)	0	28	27	(29)	(2)
Alterações das taxas de câmbio	20	0	20	11	0	(0)	11	47	79
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1030	441	1472	1403	70	625	2098	7512	11082
Amortização e imparidade acumulada:									
Saldo em 1 de janeiro de 2018	243	439	682	1321	69	718	2108	2914	5704
Amortização do exercício	0	0	0	21	1	40	61	1034	1.095[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	0	(0)
Alienações	0	0	0	0	0	125	125	724	850
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(7)	(7)	(20)	(27)
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	42	42[2]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	6	0	(136)	(129)	139	10
Alterações das taxas de câmbio	12	0	12	10	0	5	14	57	83
Saldo em 31 de dezembro de 2018	255	439	694	1358	70	494	1922	3442	6057
Amortização do exercício	0	0	0	13	0	38	51	1205	1.256[3]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(0)	(0)	0	(0)
Alienações	0	0	0	0	0	40	40	1291	1330
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	(0)	(0)	(15)	(16)
Perdas por imparidade	0	0	0	2	0	6	8	931	939[4]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	1	1	0	0	29	29	(38)	(8)
Alterações das taxas de câmbio	5	(0)	5	11	0	1	12	20	37
Saldo em 31 de dezembro de 2019	260	440	700	1384	70	528	1982	4254	6935
Valor escriturado:									
Em 31 de dezembro de 2018	755	2	757	26	0	109	136	4372	5265
Em 31 de dezembro de 2019	770	1	772	20	0	97	116	3259	4147

[1] 1,1 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas..
[2] 42 milhões de euros estavam relacionados com imparidade de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.
[3] 1,3 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[4] 939 milhões eram compostos por imparidades de software adquirido (6 milhões de euros) e de desenvolvimento próprio (931 milhões de euros), ambos registados em despesas gerais e administrativas, e 2 milhões de euros relativos à imparidade de um ativo intangível relacionado com clientes de amortização, o qual está incluído em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2019, a amortização de outros ativos intangíveis diminuiu num valor líquido de 1,1 mil milhões de euros. Isto foi principalmente impulsionado por despesas de amortização de 1,3 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,2 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (937 milhões de euros). Mais informações relativas ao impacto relacionado com a estratégia de transformação estão incluídas na Nota 45 "Impacto da transformação do Deutsche Bank". Isto foi compensado por adições aos ativos intangíveis gerados internamente de mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 26 milhões de euros.

Em 2018, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 171 milhões de euros. Tal deveu-se em particular a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,2 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo. Compensadas foram as despesas de amortização de 1,1 mil milhões de euros, maioritariamente para o consumo agendado de software capitalizado (1,1 mil milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a desvalorização do euro em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 46 milhões de euros, aumentando o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Em 2017, a amortização de outros ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 291 milhões de euros. Tal deveu-se principalmente a adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,4 mil milhões de euros, compensados pelas despesas de amortização de 935 milhões de euros, em particular para o consumo agendado de software capitalizado (897 milhões de euros). A reavaliação do software atual da plataforma, assim como o software em desenvolvimento, levou à imparidade do software de desenvolvimento próprio (42 milhões de euros). Adicionalmente, a valorização do euro correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de 113 milhões de euros, reduzindo o valor contabilístico líquido de amortização de ativos intangíveis.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 770 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da AM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Group Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor e é essencialmente estável, comparativamente ao valor contabilístico. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo

foram de 9,8 % em 2019 e 10,2 % em 2018. A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2019 é de 4,1% (em comparação com 4,1% em 2018). As análises da valorização para os anos 2019 e 2018 não resultaram em nenhuma imparidade nem na reversão das imparidades anteriores.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à antiga unidade geradora de caixa do Postbank) e Sal. Oppenheim (atribuídas à unidade geradora de caixa WM), que foram ambas adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 410 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se previa que ambas as marcas registadas criassem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, foram classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Refletindo na alteração da intenção estratégica e da desconsolidação esperada do Postbank, a marca registada Postbank (410 milhões de euros) foi totalmente abatida no terceiro trimestre de 2015. Em seguimento de uma análise do modelo de valorização da marca registada Sal. Oppenheim, foi registada uma depreciação de 6 milhões de euros no quarto trimestre de 2015. A descontinuidade do seu uso fora do mercado alemão conduziu a uma outra depreciação de 6 milhões de euros registados no quarto trimestre de 2016. Como o Grupo anunciou a 26 de outubro de 2017 a sua intenção de integrar a franquia, Sal. Oppenheim no Deutsche Bank durante o ano de 2018 e de descontinuar a marca Sal. Oppenheim, o valor contabilístico da marca registada (15 milhões de euros) foi considerado em imparidade e totalmente abatido no quarto trimestre de 2017.

24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e saldos do banco central	0	8
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4951	3
Empréstimos	0	2564
Ativos fixos tangíveis	15	62
Outros ativos	10	42
Total de ativos classificados como detidos para venda	**4976**	2679
Depósitos	0	874
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2671	4
Outros passivos	6978	364
Total de passivos classificados como detidos para venda	**9650**	1242

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

Transferência da plataforma global Prime Finance e Electronic Equities para o BNP Paribas S.A.

Como parte dos planos estratégicos de transformação e reestruturação do Grupo anunciados em 7 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ("Deutsche Bank") anunciou também a saída da atividade de Equity Sales & Trading, mantendo simultaneamente uma operação focada nos de mercados de capitais. Neste contexto, o Deutsche Bank celebrou um acordo preliminar com o BNP Paribas S.A. ("BNP Paribas") para assegurar a continuidade do serviço aos seus clientes de capital de primeira linha e de ações eletrónicas, com vista a transferir a tecnologia e o pessoal para o BNP Paribas na devida altura. Nos termos do acordo, o Grupo continuaria a operar a plataforma até que os clientes fossem migrados para o BNP Paribas, com as receitas transferidas para o BNP Paribas e certos custos a serem reembolsados ao Deutsche Bank.

Na sequência do acordo preliminar, e tal como comunicado em 23 de setembro de 2019, o Deutsche Bank celebrou um acordo de transação principal com o BNP Paribas, nos termos do qual alguns clientes do negócio global Prime Finance do Deutsche Bank (exceto para as atividades de empréstimo de títulos de agências) ("GPF") e Electronic Equities ("EE") são reencaminhados para o BNP Paribas. Nos casos em que tal seja aplicável, os clientes reencaminhados estabeleceriam novas contas junto do BNP Paribas. Alguns ativos e passivos definidos relacionados com estes clientes reencaminhados seriam transferidos pelos clientes reencaminhados para as suas contas existentes ou, consoante o caso, para novas contas no BNP Paribas. Além disso, o acordo incluía algumas aplicações informáticas, direitos de PI e ativos informáticos (incluindo

hardware) utilizados para processar transações para os clientes reencaminhados e outros direitos de PI relacionados com as empresas GPF e EE a serem licenciados, vendidos ou transferidos de outro modo para o BNP Paribas.

Em 14 de novembro de 2019, o BNP Paribas e o Deutsche Bank anunciaram que o acordo de reencaminhamento de clientes e de transferência de tecnologia e de pessoal-chave das empresas GPF e EE para o BNP Paribas tinha recebido as aprovações necessárias e, por conseguinte, foi considerado incondicional. O acordo de transferência de receitas e de reembolso de custos teve início em 1 de dezembro de 2019. Por conseguinte, no quarto trimestre de 2019, os ativos (5 mil milhões de euros) e passivos (9,6 mil milhões de euros) que constituem o perímetro da transação foram classificados como ativos e passivos detidos para venda da Unidade de Libertação de Capital (CRU). Os ativos e passivos incluídos no grupo para alienação são predominantemente instrumentos financeiros que serão renovados ao BNP Paribas, ou os saldos serão encerrados entre o Deutsche Bank e as contrapartes e, simultaneamente, os clientes entrarão nas transações equivalentes com o BNP Paribas. A medição dos instrumentos financeiros não é afetada pela sua classificação como detidos para venda. No terceiro trimestre de 2019, o software informático e os ativos de hardware foram inicialmente medidos e reconhecidos em conformidade com as regras contabilísticas aplicáveis. Uma comparação entre o justo valor menos os custos de venda e os ativos líquidos do grupo de alienação resultou numa perda de imparidade inicial de 28 milhões de euros registada em despesas gerais e administrativas incluídas na CRU. No quarto trimestre de 2019, e na sequência da sua reclassificação à categoria de detidos para venda, os ativos foram medidos pelo valor mais baixo do seu valor contabilístico e pelo justo valor menos o custo de venda, o que resultou numa nova perda por imparidade de 3 milhões de euros registada na CRU. Espera-se que a operação se desenrole até ao final de 2021, com transações com clientes, hardware informático e software e colaboradores transferidos ao longo deste período.

Alienações em 2019

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Capital Release Unit	Em 9 de junho de 2019 e conforme previsto, o Deutsche Bank concluiu a venda do seu negócio Private & Commercial Bank ("PCB") em Portugal à ABANCA Corporación Bancaria S.A. ("ABANCA"). A unidade foi anteriormente classificada como um grupo de alienação detido para venda no primeiro trimestre de 2018. Após o encerramento, o Grupo transferiu os ativos sob gestão de aproximadamente 3 mil milhões de euros, depósitos de mil milhões de euros e empréstimos de 3 mil milhões de euros , bem como cerca de 330 FTE para a ABANCA.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2019

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2018

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro [1]	Informações adicionais
Capital Release Unit	Em 27 de março de 2018, o Grupo anunciou ter celebrado um acordo para vender o negócio local PCB em Portugal à ABANCA. Em conformidade com isto e no final do primeiro trimestre de 2018, o negócio foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. Com a transação, o Deutsche Bank continua a executar a sua estratégia de aumentar o seu enfoque e reduzir a complexidade. A transação continuou sujeita a aprovações regulamentares e outras condições.	A avaliação da unidade resultou no reconhecimento de uma perda antes dos impostos de (53) milhões de euros que foi registada em outros resultados [(40) milhões de euros] e despesas gerais e administrativas [(13) milhões de euros] do PCB no primeiro trimestre de 2018.	Alienado no segundo trimestre de 2019

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

Alienações em 2018

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Capital Release Unit	Após o anúncio feito em 14 de dezembro de 2017 de que o Deutsche Bank tinha celebrado um acordo para vender o seu negócio de PCB polaco do Deutsche Bank Polska S.A. ("DB Polska"), excluindo a sua divisa estrangeira denominada carteira de hipoteca de retalho, em conjunto com a DB Securities S.A., ao Santander Bank Polska S.A. ("Santander Bank Polska", anteriormente Bank Zachodni WBK S.A.), o Grupo obteve todas as aprovações regulamentares materiais pendentes em 17 de julho de 2018 para avançar com a transação designada. Por conseguinte, no terceiro trimestre de 2018, o negócio relacionado foi classificado como um grupo de alienação detido para venda. A venda está em linha com o esforço do Grupo de continuar a reforçar o enfoque e reduzir a complexidade. O Santander Bank Polska faz parte do Grupo Santander, com o Banco Santander S.A. a ser a empresa-mãe. A transação foi sujeita a aprovações da FSA polaca, outras aprovações regulamentares, autorizações corporativas e outras condições, tendo sido fechada no quarto trimestre de 2018. Ao fechar a transação, a declaração de aval emitida pelo Deutsche Bank AG a favor do DB Polska foi concluída no que diz respeito aos passivos incluídos no negócio alienado. A declaração de aval emitida a favor do DB Polska continua para o resto do negócio.	Antes da sua classificação como um grupo de alienação detido para venda, o Grupo tinha reavaliado a unidade de alienação designada e registado uma perda antes de impostos de (157) milhões de euros incluída em outros resultados do PCB no quarto trimestre de 2017. A atualização da reavaliação da unidade antes da sua alienação em 2018 levou a alterações adicionais antes dos impostos desde o início do exercício até à data de (17) milhões de euros registados nas receitas líquidas do PCB de 2018.	Quarto trimestre de 2018

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em Outros resultados.

25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	49147	42827
Valores a receber de corretagem prime	15	3
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1687	3654
Valores a receber de operações *regular way* não liquidadas	12552	20191
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	63401	66.675
Títulos de dívida detidos para recolher	24292	5184
Juros acumulados a receber	2614	2536
Ativos detidos para venda	4976	2679
Outros	15075	16371
Total de outros ativos	**110358**	93444

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	59291	55475
Valores a pagar de corretagem prime	6	15495
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1588	2228
Valores a pagar de operações *regular way* não liquidadas	10402	17510
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	71287	90.708
Juros acumulados a pagar	2420	2486
Passivos detidos para venda	9650	1242
Outros	24607	23078
Total de outros passivos	**107964**	117.513

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

26 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à ordem não remunerados	228731	221746
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	135276	126280
Depósitos a prazo	121120	130039
Depósitos de poupança	87081	86340
Total de depósitos remunerados	343477	342659
Total de depósitos	**572208**	564.405

27 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total[1]
Saldo em 1 de janeiro de 2018	275	1115	897	696	889	**3873**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	1	(2)	(2)
Novas provisões	27	334	125	427	765	1677
Montantes utilizados	54	673	364	344	862	2296
Montantes não utilizados revertidos	41	160	206	185	364	956
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	5	42	41	(1)	(1)	87
Transferências	2	25	6	(9)	9	33
Saldo em 31 de dezembro de 2018	215	684	499	585	433	**2416**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	0	0	(0)	(2)	(2)
Novas provisões	43	533	74	603	593	1846
Montantes utilizados	22	591	34	395	546	1589
Montantes não utilizados revertidos	116	128	3	125	87	459
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(0)	8	9	(10)	2	8
Transferências	(0)	39	(1)	27	(9)	56
Saldo em 31 de dezembro de 2019	119	544	543	684	384	**2276**

[1] Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, “Reservas para perdas de crédito”, onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

Classes de provisões

As provisões de risco operacional surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, “Reestruturação”.

Outras provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis. Esta tendência aumentou acentuadamente no seguimento da crise financeira global.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2019, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota, mas menos do que provável era de cerca de 1,8 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2018: 2,5 mil milhões de euros) e 0,2 mil milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2018: 0,2 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incursa quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. Os conjuntos de matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

Investigações e litígios Cum-ex. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo, em especial, estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (Staatsanwaltschaft Köln, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do Banco. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30 o da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos

lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP. No final de maio e início de junho de 2019, o CPP iniciou investigações penais contra outros atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e cinco antigos membros do Conselho de Administração. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ser alargado.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (Elektronisches Datenträgerverfahren) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (Bundeszentralamt für Steuern, "FTO") um pedido de cerca de 49 milhões de euros para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em 20 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO solicitando o pagamento de 2,1 milhões de euros até 20 de janeiro de 2020 relativamente aos pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro cliente de custódia anterior. Em 20 de janeiro de 2020, o Deutsche Bank efetuou o pagamento pedido e apresentou uma objeção contra a notificação de incumprimento. O FTO fixou o prazo para a apresentação pelo Deutsche Bank da fundamentação da objeção em 31 de março de 2020.

Por carta datada de 26 de fevereiro de 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados Cum-ex incorridos pelo BHF Asset Service GmbH ("BAS") e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no mesmo ano. O BNY estima que a potencial dívida fiscal ascenda a 120 milhões de euros (excluindo juros de 6% p.a.). Em 19 de agosto de 2019, o Tribunal Regional de Bona emitiu um despacho visando o Service KAG, enquanto administrador de determinados fundos de investimento potencialmente envolvidos em operações Cum-ex em 2009/2010, uma terceira parte sujeita a confiscação ao abrigo do código penal alemão no âmbito de um processo penal contra determinadas outras pessoas. Esta confiscação em relação ao Service KAG poderia dizer respeito a uma parte significativa da dívida fiscal potencial supramencionada (acrescido de um juro de 6% p.a.). O julgamento criminal teve início em setembro de 4, 2019 e encontra-se em curso. Em 10 de dezembro de 2019, a assessoria à BNY reenviou ao Deutsche Bank duas cartas de audição do FTO que foram endereçadas ao BAS no que diz respeito à sua função de banco de depósito para determinados outros fundos de investimento. Nestas cartas, o FTO declarou que existe um eventual incumprimento do BAS e que o BAS deveria esperar uma notificação de incumprimento a este respeito. O BNY respondeu às cartas de audição em 30 de dezembro de 2019.

Em 6 de fevereiro de 2019, o Tribunal Regional (Landgericht) de Frankfurt am Main notificou o Deutsche Bank acerca de uma queixa da M.M.Warburg & CO Gruppe GmbH e M.M.Warburg & CO (AG & Co.) KGaA (conjuntamente "Warburg") em relação às transações Cum-ex da Warburg com um cliente de custódia do Deutsche Bank entre 2007 a 2011. A Warburg queixa-se de ter direito a uma indemnização do Deutsche Bank face aos impostos alemães referentes a operações realizadas nos anos de 2010 e 2011. Além disso, a Warburg queixa-se que o Deutsche Bank deverá indemnizar a Warburg por danos não especificados respeitantes a estas operações e à sua isenção declarativa, contra quaisquer potenciais avaliações fiscais futuras de operações Cum-ex realizadas nos anos 2007 a 2009. De acordo com a ação da Warburg, a Administração Fiscal de Hamburgo reclamou impostos alemães da Warburg de aproximadamente 42,7 milhões de euros, acrescidos de juros de cerca de 14,6 milhões de euros, para 2010, e de aproximadamente 4 milhões de euros, acrescidos de juros de cerca de 1,6 milhões de euros, para 2011. De acordo com a ação, nem os impostos nem os juros foram ainda avaliados em relação à Warburg para os anos 2007 a 2009. O Deutsche Bank calcula que, para os anos 2007 a 2009, o montante agregado dos impostos e juros alemães poderá ascender a 88,9 milhões de euros e cerca de 45,9 milhões de euros, respetivamente. Em 15 de maio de 2019, o Deutsche Bank apresentou a sua contestação junto do Tribunal Regional de Frankfurt am Main, rejeitando qualquer responsabilidade perante a Warburg. A 22 de julho de 2019, o Deutsche Bank recebeu a declaração de resposta da Warburg. O Deutsche Bank respondeu a 21 de outubro de 2019. Em 20 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu a comunicação do Tribunal Regional de Frankfurt am Main de que a data de audiência está agendada para 20 de abril de 2020.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações do Danske Bank da Estónia. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informações de agências reguladoras e de aplicação da lei relativamente à relação bancária correspondente do Banco com o Danske Bank, incluindo o historial de processamento do Banco de transações bancárias correspondentes em nome de clientes da agência estónia do Danske Bank antes do término da relação bancária correspondente com essa agência em 2015. O Deutsche Bank encontra-se a fornecer informações e a cooperar com as agências que estão a investigar. O Banco concluiu também uma investigação interna destes assuntos, incluindo se ocorreu a violação de alguma lei, regulamento ou política e a eficácia do ambiente de controlo interno relacionado. Adicionalmente, em 23 e 24 de setembro de 2019, com base num mandado de busca emitido pelo Tribunal Local (Amtsgericht) de Frankfurt, o gabinete do Ministério Público de Frankfurt conduziu investigações ao

Deutsche Bank. Estas investigações estão relacionadas com relatórios de atividades suspeitas relacionadas com o branqueamento de capitais no Danske Bank. O Banco está a cooperar com a investigação.

O Grupo ainda não estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a este assunto.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank colaborou nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank realizou a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

Em 19 de outubro de 2016, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities (CFTC) dos EUA, Divisão de Execução emitiu uma carta ("Carta da CFTC") a notificar o Deutsche Bank de que a Divisão de Execução da CFTC "não levará a cabo qualquer outra ação, de momento, e encerrou a investigação ao Deutsche Bank" relativamente a divisas. Como é hábito, a Carta da CFTC afirma que a Divisão de Execução da CFTC "mantém a discricionariedade para decidir reabrir a investigação a qualquer momento no futuro". A Carta do CFTC não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

Em 7 de dezembro de 2016, foi anunciado que o Deutsche Bank celebrou um acordo com a CADE, a agência brasileira de execuções antitrust, para resolver uma investigação de conduta por um operador de mercado do Deutsche Bank sedeado no Brasil. Como parte desse acordo, o Deutsche Bank pagou uma multa de 51 milhões de reais e concordou continuar a cumprir o processo administrativo da CADE até à sua conclusão. Isto resolve o processo administrativo da CADE na medida em que está relacionado com o Deutsche Bank, desde que o Deutsche Bank continue a cumprir os termos do acordo.

Em 13 de fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”), Divisão Criminal, Secção de Fraude, emitiu uma carta (“Carta do DOJ”) a notificar o Deutsche Bank de que o DOJ encerrou o seu inquérito criminal “respeitante a possíveis violações da legislação criminal federal em ligação com os mercados cambiais”. Como é hábito, a Carta do DOJ afirma que o DOJ poderá reabrir o seu inquérito caso obtenha informações adicionais ou provas referentes ao inquérito. A Carta do DOJ não tem qualquer impacto vinculativo sobre outras investigações das agências reguladoras e de aplicação da lei referentes às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank.

A 20 de abril de 2017, foi anunciado que o Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a uma decisão para fazer cessar e proibir e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 137 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, a Reserva Federal ordenou ao Deutsche Bank que “continuasse a implementar melhorias adicionais na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria” no negócio cambial e outros produtos semelhantes e relatar periodicamente o seu progresso à Reserva Federal.

Em 20 de junho de 2018, foi anunciado que o Deutsche Bank AG e a agência de Nova Iorque do Deutsche Bank AG chegaram a um acordo com o Departamento de Serviços Financeiros (DFS) do Estado de Nova Iorque para resolver uma investigação às práticas e negociações cambiais do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank foi sujeito a medidas preventivas e concordou pagar uma penalização monetária civil no valor de 205 milhões de dólares dos Estados Unidos. Adicionalmente, o DFS ordenou ao Deutsche Bank que continuasse a implementar melhorias na supervisão, controlos internos, conformidade, gestão do risco e programas de auditoria no negócio cambial e relatar periodicamente o seu progresso ao DFS.

As investigações levadas a cabo por determinadas outras agências reguladoras continuam a decorrer e o Deutsche Bank cooperou com estas investigações.

Existem atualmente duas ações nos EUA pendentes contra o Deutsche Bank. Em 25 de fevereiro de 2020, os queixosos da ação "Compradores Indiretos" pendente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque (*Contant, et al*. v. *Bank of America Corp., et al.*) informaram o Tribunal de um acordo global com todos os réus restantes nessa ação, incluindo o Deutsche Bank. Face à pendência de ordens de aprovação preliminares e de liquidação final que aprovem a liquidação do Deutsche Bank, os queixosos irão anular de forma permanente todas as queixas alegadas contra o Deutsche Bank nessa ação. Apresentada em 7 de novembro de 2018, *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*, foi apresentada numa base individual por um grupo de gestores de ativos que recusaram o acordo na ação consolidada (*Em Contencioso antitrust das taxas cambiais de referência*). Os queixosos apresentaram uma segunda alteração à queixa em 11 de junho de 2019. A moção de anulação da segunda queixa alterada está pendente. A instrução foi iniciada, pendente da resolução de deferimento da moção dos réus.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebeque. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às

feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação. Os queixosos na ação de Ontário apresentaram moções para classificação coletiva. O Deutsche Bank opôs-se a esta classificação coletiva e está agenda uma audiência sobre a moção de classificação coletiva para o dia 24 de fevereiro de 2020.

O Deutsche Bank também foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação afirma alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procura indemnizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Esta ação encontra-se em fase preliminar e o Deutsche Bank ainda não foi formalmente notificado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

Tal como reportado anteriormente, o Deutsche Bank pagou 725 milhões de euros à Comissão Europeia na sequência de um acordo de liquidação com data de 4 de dezembro de 2013 relacionado com conduta anticoncorrencial na negociação de derivados de taxa de juros.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o DOJ, a CFTC, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank pagou penalizações de 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e DFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Como parte da resolução com o DOJ, o DB Group Services (UK) Limited (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) confessou-se culpado do delito de fraude em transferências no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito do Connecticut e o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três exercícios em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a lei Sherman. Em 23 de abril de 2018, venceu-se o acordo de adiamento da acusação e o tribunal distrital dos EUA do distrito do Connecticut indeferiu subsequentemente as informações criminais contra o Deutsche Bank.

Adicionalmente, tal como reportado anteriormente em 20 de março de 2017, o Deutsche Bank pagou 5,4 milhões de francos suíços à Comissão da Concorrência suíça, (WEKO) em cumprimento de um acordo de liquidação relacionados com a LIBOR em ienes.

A 25 de outubro de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo com um grupo de trabalho dos procuradores-gerais dos EUA para a resolução da sua investigação de taxas interbancárias. Entre outras condições, o Deutsche Bank efetuou um pagamento de acordo no valor de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é uma parte de 42 ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como uma ação pendente no Reino Unido, uma em Israel e uma na Argentina. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas salvo três das ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As três ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também foram apresentadas no distrito sul de Nova Iorque e incluem uma ação consolidada relativa à LIBOR em libra esterlina (GBP), uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF) e uma ação relativa a duas taxas de referência em dólares de Singapura (SGD), a taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e a taxa de swap (SOR).

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 42 ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com duas exceções, todas as ações judiciais nos EUA relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (multidistrict litigation – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no SDNY. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações judiciais incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 20 de dezembro de 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas *antitrust* e a permitir que outras avancem. Vários queixosos interpuseram recursos do parecer de 20 de dezembro de 2016 do tribunal distrital perante o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a Segunda Circunscrição e esses recursos estão a decorrer paralelamente aos processos em curso no tribunal distrital. As informações dos recursos estão completas e a argumentação oral foi ouvida em 24 de maio de 2019.

Em 13 de julho de 2017, o Deutsche Bank celebrou um acordo no valor de 80 milhões de dólares dos Estados Unidos com os queixosos para resolver a ação coletiva putativa pendente como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, reivindicando queixas com base em alegadas transações nos futuros e opções do euro/dólar negociados na bolsa de mercadorias de Chicago (Chicago Mercantile Exchange) (*Metzler Investment GmbH* v. *Credit Suisse Group AG*). O acordo foi submetido ao tribunal para aprovação preliminar a 11 de outubro de 2017 e o tribunal concedeu a aprovação preliminar em 2 de março de 2020. O montante do acordo já está totalmente refletido nas provisões para litígio existentes e não foram instaurados processos adicionais para este acordo. O acordo está sujeito a futura análise e aprovação por parte do tribunal.

O queixoso num dos processos não-MDL no SDNY prosseguiu para a alteração da sua queixa, no seguimento de um indeferimento das suas queixas. Em 20 de março de 2018, o tribunal indeferiu a moção do queixoso para ser autorizada a alteração e pronunciou a decisão sobre a ação, fechando o processo. O queixoso recorreu da decisão do Tribunal e, em 30 de abril de 2019, o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito confirmou a decisão do Tribunal Distrital. Em 29 de julho de 2019, o queixoso solicitou uma nova revisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, que foi recusada em 7 de outubro de 2019. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima.

Em janeiro e março de 2019, os queixosos apresentaram três queixas de ação coletiva putativa no SDNY contra diversas instituições financeiras, alegando que os réus, os membros do painel de bancos que forneceram submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, a organização que administra a LIBOR e respetivas afiliadas, conspiraram para eliminar as submissões da LIBOR em dólares dos Estados Unidos de 1 de fevereiro de 2014 até ao presente. Estas ações foram posteriormente consolidadas no âmbito do *Em contencioso antitrust contencioso antitrust ICE da LIBOR* e, em 1 de julho de 2019, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada. A ação consolidada é objeto de uma moção totalmente informada para indeferir e foi ouvida uma argumentação oral em 30 de janeiro de 2020. Esta ação não faz parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Existem outras ações judiciais no Reino Unido relativas a LIBOR em dólares dos Estados Unidos, interpostas pela Federal Deposit Insurance Corporation dos EUA, nas quais foi apresentado um pedido de indemnização nos termos do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Secção 2 do Capítulo 1 da lei da concorrência do Reino Unido de 1998 e de leis estatais dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

Foi apresentada outra ação coletiva relativa à LIBOR, EURIBOR e TIBOR em Israel reclamando danos por perdas incorridas por indivíduos e entidades israelitas. O Deutsche Bank está a contestar a citação e a jurisdição.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas que calcularam as taxas de juro com base na LIBOR. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

SIBOR e SOR. Continua pendente uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa interbancária de Singapura (SIBOR) e da taxa de swap (SOR). Em 26 de julho de 2019, o SDNY concedeu a moção dos réus para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank, e negou a moção do queixoso de autorização para apresentar uma quarta queixa alterada. O queixoso recorreu da decisão ao Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito.

LIBOR em libras esterlinas. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em libra esterlina (GBP) continua pendente. Em 21 de dezembro de 2018, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Em 16 de agosto de 2019, o Tribunal negou a moção dos queixosos para reapreciação parcial da decisão do Tribunal de 21 de dezembro de 2018. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR.

LIBOR em francos suíços. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF) continua pendente. Em 16 de setembro de 2019, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu parcialmente a moção para indeferir a ação, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. Os queixosos apresentaram um recurso; o Tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para o segundo circuito ordenou que o recurso fosse suspenso na pendência da decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do recurso à ação coletiva SIBOR e SOR.

CDOR. Uma ação coletiva putativa alegando manipulação da taxa de negociante do Canadá (CDOR) foi apresentada no tribunal do distrito sul de Nova Iorque. Em 14 de março de 2019, o tribunal concedeu a moção para indeferir a queixa corrigida, indeferindo todas as queixas contra o Deutsche Bank. O queixoso apresentou um pedido de recurso. Em 25 de julho de 2019, o queixoso estipulava a retirada do seu recurso. Em conformidade, a ação não está incluída no número total de ações acima.

Investigações sobre as práticas de contratação designada e determinadas relações empresariais. Em 22 de agosto de 2019, o Deutsche Bank alcançou um acordo com a Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (SEC, Securities and Exchange Commission) para resolver a sua investigação sobre as práticas de contratação do banco relacionadas com candidatos referidos por clientes, potenciais clientes e funcionários do governo. O banco aceitou pagar 16 milhões de dólares dos Estados Unidos no âmbito do acordo. O Ministério da Justiça dos Estados Unidos (DOJ) encerrou a sua investigação sobre o banco, no que diz respeito às suas práticas de contratação. Determinados órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições, incluindo a SEC e o DOJ, estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei Foreign Corrupt Practices Act dos EUA (lei norte-americana sobre práticas de corrupção no estrangeiro) e com outras leis, no que diz respeito ao envolvimento de localizadores e consultores. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações. Determinados órgãos reguladores noutras jurisdições também foram informados sobre estas investigações. O Grupo registou uma provisão relativa a algumas destas investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares.

Kirch. O Ministério Público em Munique (*Staatsanwaltschaft München I*) levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito, entre outros, aos antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

As alegações do Ministério Público são as de que os antigos membros relevantes do Conselho de Administração não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas num caso civil entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas e/ou terem feito declarações incorretas em tais processos, respetivamente.

Em 25 de abril de 2016, após o julgamento perante o tribunal regional de Munique relativo à investigação principal que envolveu Jürgen Fitschen e quatro outros antigos membros do Conselho de Administração, o tribunal regional absolveu todos os acusados, bem como o Banco, que foi um participante secundário em tais processos. Em 26 de abril de 2016, o Ministério Público apresentou um recurso. Um recurso está limitado a uma revisão de erros jurídicos e não de factos. Em 18 de outubro de 2016, algumas semanas após a redação da sentença, o Ministério Público notificou que irá dar provimento apenas ao recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Jürgen Fitschen, Dr. Rolf Breuer e Dr. Josef Ackermann e que irá retirar o recurso relativo aos antigos membros do Conselho de Administração Dr. Clemens Börsig e Dr. Tessen von Heydebreck para quem a absolvição se torna vinculativa. A 24 de janeiro de 2018, o Gabinete do Procurador-Geral solicitou uma audiência oral perante o Supremo Tribunal Federal para decidir sobre o recurso do Ministério Público de Munique. Esta

audiência oral teve lugar em 22 de outubro de 2019. Em 31 de outubro de 2019, o Supremo Tribunal Federal confirmou as absolvições no processo penal Kirch.

Após o acórdão do Supremo Tribunal Federal de 31 de outubro de 2019, foram cessadas as outras investigações realizadas pelo procurador-geral (que também tratam de tentativas de fraude no processo civil de Kirch).

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. *Assuntos regulamentares e governamentais.* O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam intimações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda, avaliação e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (residential mortgage-backed securities – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real (CDO), outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

Em 23 de dezembro de 2016, o Deutsche Bank anunciou que chegou a acordo em princípio com o DOJ para resolver potenciais queixas relacionadas com os seus negócios de RMBS realizados de 2005 a 2007. O acordo tornou-se final e foi anunciado pelo DOJ em 17 de janeiro de 2017. Ao abrigo do acordo, o Deutsche Bank pagou uma penalização monetária de 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos e aceitou fornecer 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor.

Em setembro de 2016, o Deutsche Bank recebeu intimações administrativas do Procurador-Geral de Maryland para obtenção de informações relativas aos negócios de RMBS e CDO do Deutsche Bank de 2002 a 2009. Em 1 de junho de 2017, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral de Maryland chegaram a acordo para resolver o assunto num valor de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos em numerário e 80 milhões de dólares dos Estados Unidos em deduções do consumidor (a serem atribuídos a partir da obrigação de dedução do consumidor global de 4,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos acordado como parte da liquidação do Deutsche Bank junto do DOJ).

O Grupo registou provisões relativas a algumas investigações regulamentares pendentes, mas não a outras, uma parte das quais está relacionada com as deduções do consumidor fornecidas nos termos do acordo com o DOJ. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva respeitante à sua função como um dos tomadores de seis ofertas de RMBS emitidas pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O processo judicial foi iniciado pelos queixosos que representam uma classe de investidores que adquiriram certificados nestas ofertas. As partes chegaram a acordo para resolver o assunto por um total de 165 milhões de dólares dos Estados Unidos, do qual parte foi paga pelo Banco. Em 30 de agosto de 2017, a FHFA/Freddie Mac apresentou uma objeção ao acordo e pouco depois recorreu da decisão de recusa do tribunal distrital ao seu pedido de suspensão dos processos de aprovação do acordo, cujo recurso foi resolvido contra a FHFA/Freddie Mac. O tribunal aprovou o acordo em 7 de março de 2019 contra as objeções da FHFA/Freddie Mac. A FHFA apresentou o seu recurso em 28 de junho de 2019.

O Deutsche Bank foi constituído réu em três ações relacionadas com as ofertas de RMBS interpostas pela EUA Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) na qualidade de recetor para: (a) Colonial Bank (alegando um mínimo de 213 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização contra todos os réus), (b) Guaranty Bank (alegando um mínimo de 901 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus) e (c) Citizens National Bank e Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado de indemnização contra todos os réus). Em cada uma destas ações, os tribunais de recurso readmitiram queixas anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. No caso relativo ao Colonial Bank, a 2 de julho de 2019, as partes executaram um acordo de liquidação para resolver os créditos relacionados com a oferta de RMBS para a qual o Deutsche Bank é réu enquanto tomador. O Deutsche Bank não efetuou qualquer contribuição monetária para a liquidação. No caso relativo ao Guaranty Bank, a 5 de novembro de 2019, as partes executaram um acordo

de liquidação para resolver os créditos contra o Deutsche Bank, e o Tribunal indeferiu a ação em 21 de novembro de 2019. No caso relativo ao Citizens National Bank e Strategic Capital Bank, em 31 de julho de 2017, a FDIC apresentou uma segunda queixa corrigida, que os réus passaram para anulação em 14 de setembro de 2017. Em 18 de outubro de 2019, foi recusada a moção de indeferimento dos réus.

Em junho de 2014, a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação no tribunal estatal de Nova Iorque contra o Deutsche Bank para reativar uma ação anterior, alegando que o Deutsche Bank falhou a reaquisição dos créditos hipotecários na oferta de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-SL2. A ação de reativação encontra-se paralisada durante a pendência de um recurso de anulação de uma ação separada na qual a HSBC, na qualidade de mandatária, apresentou uma ação contra o Deutsche Bank alegando violações de representações e garantias estabelecidas pelo Deutsche Bank relativas a créditos hipotecários na mesma oferta. Em 29 de março de 2016, o tribunal anulou a ação de reativação e, em 29 de abril de 2016, o queixoso apresentou uma notificação de interposição de recurso. Em 8 de julho de 2019, o queixoso apresentou as suas alegações iniciais de recurso. Em 19 de novembro de 2019, o Tribunal de recurso confirmou o indeferimento. Em 19 de dezembro de 2019, o queixos apresentou uma moção de recurso para o Tribunal de segunda instância de Nova Iorque, que foi recusada em 13 de fevereiro de 2020.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os casos alegam violações de garantias e representações ao nível dos empréstimos nas ofertas de RMBS da ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1 RMBS, respetivamente. Ambos os casos foram anulados com base em prazos de prescrição pelo tribunal em 28 de março de 2018. O queixoso recorreu das anulações. Em 25 de abril de 2019, o primeiro departamento confirmou as anulações das queixas por incumprimento de representações e garantias e por violação do Pacto implícito de boa-fé e de negociação leal, mas inverteu a anulação das ações de autorização para apresentar queixas alteradas, alegando a não notificação do administrador acerca de alegadas declarações e violações de garantias. O HSBC apresentou queixas alteradas em 30 de abril de 2019 e o Deutsche Bank apresentou as suas respostas em 3 de junho de 2019. A fase de instrução está a decorrer. A 25 de outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas, procurando reativar, nos termos da secção 205(a) da lei e das regras relativas à prática civil de Nova Iorque, a violação de declarações e garantias sobre o que foi afirmado no processo relativo ao ACE 2006-FM1. Em 16 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank passou para a anulação destas ações.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Processos civis do mandatário. O Deutsche Bank foi constituído réu em processos civis interpostos por vários grupos de investidores relativos à sua função como mandatário de determinados trusts RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte dos mandatários de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Duas ações coletivas putativas interpostas por um grupo de investidores, incluindo fundos geridos pelo BlackRock Advisors, LLC, PIMCO-Advisors, L.P. e outros foram resolvidas. Uma destas ações coletivas putativas estava pendente no tribunal superior da Califórnia até o tribunal ter anulado a ação com extinção em 11 de janeiro de 2019. A segunda ação coletiva putativa estava pendente no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque e foi anulada com extinção em 6 de dezembro de 2018. Foram também resolvidas duas outras ações coletivas putativas, apresentadas pela Royal Park Investments SA/NV no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, e o Tribunal rejeitou ambas as ações sem hipótese de recurso a 10 de junho de 2019.

O Deutsche Bank é atualmente réu em quatro processos civis separados, todos eles envolvendo créditos diretos.

Os quatro processos judiciais individuais incluem ações apresentadas (a) pelo Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 37 trusts, que alegadamente sofreu perdas colaterais realizadas totais no valor de 8,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos; (b) algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light") que detêm certificados de RMBS emitidos por 43 trusts RMBS e que pretendem obter "centenas de milhões de dólares de indemnização"; (c) o Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 trusts RMBS, pretendendo recuperar alegadamente "centenas de milhões de dólares em perdas"; e (d) o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank AG (coletivamente, o "IKB"), na qualidade de investidor de 30 trusts RMBS, pretendendo obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização. No caso da NCUA, a NCUA notificou o tribunal em 31 de agosto de 2018 que estava a indeferir queixas relacionadas com 60 dos 97 trusts originalmente em questão; em 15 de outubro de 2019, a moção da NCUA de autorização de alteração da sua queixa foi concedida, e a moção do Deutsche Bank para deferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. No caso Phoenix Light e no caso do

Commerzbank, em 7 de dezembro de 2018, as partes apresentaram moções para julgamento sumário, que foram plenamente informadas em 9 de março de 2019. No caso do IKB, o tribunal ouviu a argumentação oral sobre a moção do mandatário para anulação a 3 de maio de 2017, mas ainda não se pronunciou. A fase de instrução está a decorrer.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o Banco publicou o documento oficial relativo à oferta. Na sua oferta de aquisição, o Deutsche Bank ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. A oferta de aquisição foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação aplicável da República Federal da Alemanha. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009. A queixosa afirma que, o mais tardar, em 2009, os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos à Deutsche Bank AG nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para 57,25 euros por ação.

O tribunal regional de Colónia *(Landgericht)* indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anulou a decisão do Tribunal da Relação de Colónia e remeteu o processo para o Tribunal da Relação. Na sua decisão, o Tribunal Federal afirmou que o Tribunal da Relação não tinha tido em suficiente consideração a alegação da queixosa de que o Deutsche Bank AG e o Deutsche Post AG realizaram uma "ação concertada" em 2009.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estão pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de 57,25 euros por ação. Tendo em conta a contrapartida paga, a contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de 32,25 euros. O Deutsche Bank recorreu desta decisão e o recurso foi atribuído ao 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia, onde está em curso também o recurso de Effecten-Spiegel AG.

A 8 de novembro de 2017, teve lugar uma audiência perante o Tribunal Regional Superior de Colónia no âmbito do caso Effecten-Spiegel. Nessa audiência, o tribunal regional superior indicou que discordava das conclusões do tribunal regional de Colónia e considerou preliminarmente que o Deutsche Bank não era obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória em 2008 ou 2009. Inicialmente, o Tribunal Regional Superior decidiu pronunciar uma decisão a 13 de dezembro de 2017. No entanto, esta foi adiada para fevereiro de 2018, porque o queixoso contestou os três membros do 13.º Senado do Tribunal Regional Superior de Colónia por alegada parcialidade. A contestação foi indeferida pelo Tribunal Regional Superior de Colónia no final de janeiro de 2018. Em fevereiro de 2018, o tribunal deferiu uma moção da Effecten-Spiegel AG para reabrir a audiência.

O tribunal regional superior informou as partes com aviso de 19 de fevereiro de 2019 que tinha dúvidas de que uma ação concertada possa ser baseada nas cláusulas contratuais que o tribunal regional de Colónia considerara suficientes para assumir uma ação concertada (e para autorizar as ações dos queixosos em outubro de 2017). Perante este cenário, o tribunal regional superior resolver obter mais provas e chamou várias testemunhas em ambos os casos, as quais foram ouvidas em várias audiências, entre 30 de outubro de 2019 e, pelo menos, abril de 2020. Os indivíduos ouvidos incluem membros atuais e anteriores da administração do Deutsche Bank, do Deutsche Post AG e do Postbank, bem como outras pessoas envolvidas na transação do Postbank. Adicionalmente, o tribunal informou ainda as partes que estava a considerar solicitar ao Deutsche Bank a produção de documentos de transação relevantes. Posteriormente, em 15 de abril de 2019, o tribunal regional superior de Colónia emitiu ordens não passíveis de recurso para a produção de documentos de transação pertinentes até 6 de maio de 2019. Os documentos produzidos pelo Deutsche Bank, em conformidade com estas ordens, incluem o contrato de compra e venda original relacionado com a aquisição de ações do Postbank entre o Deutsche Bank e a Deutsche Post AG, datado de 12 de setembro de 2008, o contrato de adiamento relacionado datado de 22 de dezembro de 2008 e o contrato de alteração associado datado de 14 de janeiro de 2009. Adicionalmente, o Deutsche Bank apresentou a escritura para uma obrigação obrigatoriamente convertível em ações datada de 25 de fevereiro de 2009, bem como um contrato de penhor datado de 30 de dezembro de 2008. As ordens do Tribunal referem-se apenas aos órgãos principais dos respetivos contratos, mas o tribunal poderá alargar as suas ordens à produção desses contratos num momento posterior. Por despacho datado de 17 de setembro de 2019, o tribunal regional superior ordenou que os documentos de transação apresentados ao tribunal em maio de 2019 sejam igualmente apresentados ao tribunal, nos respetivos originais, até 7 de outubro de 2019. Por conseguinte, o Deutsche Bank depositou os originais dos documentos de transação acima mencionada junto do Tribunal em 2 de outubro de 2019.

Stefan Krause, antigo membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank (que vai testemunhar a pedido dos queixosos), invocou o direito de recusar-se a prestar testemunho porque em fevereiro de 2018, uma sociedade de advogados em representação de alguns queixos nas ações civis acima mencionados tinha apresentado uma queixa criminal junto do Ministério Público em Frankfurt am Main contra algum pessoal do Deutsche Bank alegando que este pessoal tinha tudo uma conduta fraudulenta no que diz respeito à oferta de aquisição. No entanto, o Ministério Público competente rejeitou a abertura dos processos. Em 10 de abril de 2019, o tribunal regional superior de Colónia emitiu uma decisão não passível de recurso, reconhecendo o direito de o Sr. Krause recusar prestar depoimento.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank, Dr. Josef Ackermann, Rainer Neske e Frank Strauss informaram também o tribunal regional superior de Colónia, em agosto, setembro e outubro de 2019, respetivamente, que cada um deles invocava o direito de não prestar depoimento devido à denúncia penal acima referida. Em novembro de 2019 e de janeiro de 2020, respetivamente, o tribunal regional superior de Colónia confirmou em processos intercalares separados (*Zwischenverfahren*) – dos quais o Deutsche Bank não fazia parte – por decisão não passível de recurso, o direito de recusar prestar depoimento em cada um destes casos.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank AG pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para 64,25 € por ação.

Os pedidos de indemnização ao Deutsche Bank relativos a estas questões ascendem a um total de aproximadamente 700 milhões de euros (excluindo juros).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Outros processos relacionados com a aquisição do Postbank. Em setembro de 2015, antigos acionistas do Postbank apresentaram no tribunal regional de Colónia ações de acionistas contra o Postbank para anular a resolução de afastamento tomada na reunião de acionistas do Postbank, em agosto de 2015. Entre outras questões, os queixosos alegam que o Deutsche Bank esteve sujeito a uma suspensão de direitos de voto relativamente às suas ações no Postbank com base na alegação de que o Deutsche Bank não apresentou uma oferta de aquisição obrigatória a um preço superior em 2009. O afastamento é final e o processo não tem qualquer efeito reversível, mas pode resultar no pagamento de indemnizações. Os requerentes neste processo referem argumentos jurídicos semelhantes aos afirmados no processo Effecten-Spiegel descrito acima. Numa decisão de 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia declarou nula a resolução de afastamento. No entanto, o tribunal não se baseou numa suspensão de direitos de voto devido a uma alegada falha por parte do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória, mas argumentou que o Postbank violou direitos de informação dos acionistas do Postbank na reunião de acionistas do Postbank em agosto de 2015. O Postbank recorreu desta decisão. O tribunal regional superior de Colónia agendou uma audiência oral para 7 de maio de 2020.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode também influenciar dois processos de avaliação pendentes (Spruchverfahren). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e o dividendo garantido anual pago no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de 2019 de junho, o tribunal regional de Colónia afastou-se expressamente desta resolução jurídica no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colónia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido. O Deutsche Bank investigou as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se compensam uma à outra. O volume total de transações analisadas é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e políticas e do ambiente de controlo interno relacionado foi concluída e o Deutsche Bank avaliou as conclusões identificadas durante a investigação; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank, bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank adotou medidas disciplinares relativamente a determinados indivíduos nesta matéria.

A 30 e 31 de janeiro de 2017, o DFS e a FCA anunciaram acordos com o Banco relacionados com as suas investigações desta matéria. Os acordos concluem as investigações do DFS e da FCA da função de controlo antibranqueamento de capitais (AML) do Banco na sua divisão de banca de investimento, incluindo em relação à negociação de ações descrita acima. Nos termos do acordo com o DFS, o Deutsche Bank adotou medidas preventivas e aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de 425 milhões de dólares dos Estados Unidos e atribuir um monitor independente, por um prazo de até dois exercícios. Nos termos do acordo com a FCA, o Deutsche Bank aceitou pagar penalizações monetárias civis no valor de, aproximadamente, 163 milhões de libras esterlinas. A 30 de maio de 2017, a Reserva Federal anunciou o seu acordo com o Banco, resolvendo esta questão, bem como questões de AML adicionais identificadas pela Reserva Federal. O Deutsche Bank pagou uma multa de 41 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank também acordou reter terceiros independentes para avaliar o seu programa AML/Lei do sigilo bancário e analisar determinadas atividades bancárias correspondentes estrangeiras da sua subsidiária Deutsche Bank Trust Company Americas. O Banco também tem de submeter programas e planos de correção escritos.

O Deutsche Bank continua a cooperar com órgãos reguladores e autoridades de aplicação da lei, incluindo o DOJ, que tem a sua própria investigação em curso relativa a estas negociações de títulos. O Grupo registou uma provisão relativa à investigação restante. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 20 de dezembro de 2018, a Comissão Europeia enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação de regras antitrust da UE em relação ao mercado de negociação secundário de obrigações de SSA denominado em dólares dos Estados Unidos. O envio da comunicação de objeções é um passo na investigação da Comissão Europeia e não prejudica o resultado da investigação. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade. Em conformidade com as orientações da Comissão Europeia, o Deutsche Bank não espera uma penalização financeira.

O Deutsche Bank foi constituído arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, por alegados participantes direitos e indiretos no mercado alegando violações da lei antitrust e lei comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações de SSA. O Deutsche Bank chegou a um acordo para liquidar as ações dos participantes diretos no mercado pelo montante de 48,5 milhões de dólares dos Estados Unidos e registou uma provisão no mesmo montante. O acordo está sujeito a aprovação do tribunal. A ação apresentada em nome dos alegados participantes indiretos no mercado está na fase inicial.

O Deutsche Bank é também arguido em ações coletivas putativas apresentadas em 7 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2017 no tribunal superior de Ontário e no tribunal federal do Canadá, alegando violações da lei antitrust e da lei comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações de SSA. As queixas assentam em alegações semelhantes às das ações coletivas nos EUA envolvendo a negociação de obrigações de SSA e solicitam indemnização punitiva. Os casos encontram-se na sua fase inicial.

O Deutsche Bank foi constituído em uma ação coletiva putativa consolidada apresentada no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. Em outubro de 2019, o tribunal concedeu a moção dos réus para indeferir a queixa alterada consolidada dos queixosos sem prejuízo. Em dezembro de 2019, os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, que os réus passaram para anulação em 21 de fevereiro de 2020.

O Deutsche Bank é também arguido em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas no Tribunal Distrital dos EUA do Distrito Sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" e da lei comum dos EUA relacionadas com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações governamentais dos EUA; em 3 de setembro de 2019 o tribunal rejeitou uma moção para indeferir a queixa. O Deutsche Bank chegou a acordo para resolver as ações de classe para o montante de 15 milhões de dólares, que já estava totalmente refletido nas reservas de litígios existentes, pelo que não foi necessária qualquer disposição adicional para este montante de liquidação. O tribunal concedeu a aprovação preliminar da liquidação em 29 de outubro de 2019, apoiada por um parecer emitido em 8 de novembro de 2019. A liquidação continua sujeita à aprovação definitiva do Tribunal e o Tribunal agendou uma audiência final de equidade para 9 de junho de 2020. Em 16 de dezembro de 2019, todos os outros réus também alcançaram liquidações com os queixosos da ação coletiva, que, caso sejam aprovadas pelo Tribunal, resultarão num total de 386,5 milhões de dólares pagos na liquidação coletiva. Foi apresentada uma ação separada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito intermédio da Louisiana a 23 de setembro de 2019, a qual foi rejeitada sem passibilidade de recurso do Deutsche Bank, por estipulação das partes, em 30 de outubro de 2019.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígio relativo a títulos fiduciários preferenciais. O Deutsche Bank, algumas das suas afiliadas e alguns dos seus diretores antigos são alvo de uma ação coletiva putativa consolidada, apresentada no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, envolvendo alegações ao abrigo das leis federais relativas a valores mobiliários, em nome de pessoas que compraram determinados títulos fiduciários preferenciais emitidos pelo Deutsche Bank e suas afiliadas entre outubro de 2006 e maio de 2008. Num conjunto de opiniões, o tribunal revogou todas as queixas referentes a quatro das seis ofertas em questão, mas permitiu que determinadas queixas de omissões alegadas relativas às ofertas de novembro de 2007 e fevereiro de 2008 prosseguissem. O tribunal distrital limitou as queixas relacionadas com as duas ofertas restantes no caso a alegadas falhas (i) para divulgar "quaisquer tendências conhecidas ou incertezas que tenham tido ou que o registante espere razoavelmente tenha um impacto material favorável ou desfavorável nas vendas líquidas ou proveitos ou resultado de operações contínuas" e (ii) para divulgar "os fatores significativos que tornam a oferta especulativa ou arriscada" em conformidade com as rubricas 303 e 503 do regulamento S-K. Os arguidos apresentaram respostas negando todas as acusações. Em 2 de outubro de 2018, o tribunal distrital certificou um coletivo queixoso para ambas as ofertas. Todas as investigações foram concluídas e os réus apresentaram um pedido de julgamento Sumário. Em 24 de setembro de 2019, os queixosos informaram o Tribunal de que as partes tinham chegado a um acordo de princípio para resolver o litígio, sob reserva da aprovação do Tribunal e da documentação final. Por conseguinte, o Tribunal manteve todos os processos pendentes de resolução. Em 15 de novembro de 2019, o acordo de liquidação foi executado e os queixosos avançaram para aprovação preliminar do acordo. Em 27 de fevereiro de 2020, o tribunal concedeu a aprovação preliminar do acordo e estabeleceu a audiência final de aprovação para o dia 11 de junho de 2020. Este montante do acordo já se encontra totalmente refletido nas provisões dos litígios existentes.

Investigações e litígios de títulos de tesouraria dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

A subsidiária do Deutsche Bank, Deutsche Bank Securities Inc. (DBSI) foi constituída ré em várias ações coletivas, alegando violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no distrito sul de Nova Iorque. A 16 de novembro de 2017, os queixosos apresentaram uma queixa alterada consolidada, que não indicada a DBSI como ré. A 11 de novembro de 2017, o tribunal dispensou a DBSI da ação coletiva sem prejuízo.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de *fronting*, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Compromissos de crédito irrevogáveis	167788	167722
Compromissos de crédito revogáveis	43652	44327
Passivos contingentes	49232	51605
Total	**260672**	263654

Outros compromissos e outros passivos contingentes

O quadro seguinte apresenta os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Outros compromissos e outros passivos contingentes

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Outros compromissos	143	130
Outros passivos contingentes	78	74
Total	**220**	204

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha, pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia ou pela Export Credit Agency da China (China Export & Insurance Corporation (Sinosure)) atuando em nome da República Popular da China.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), o Fundo Único de Resolução (SRF) e os sistemas estatutários de proteção de depósitos alemães atingiram um valor de 767,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 595,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	1585	2752
Outros	3633	11406
Total de outros empréstimos a curto prazo	**5218**	14.158

30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2020	Vencimento em 2021	Vencimento em 2022	Vencimento em 2023	Vencimento em 2024	Vencimento após 2024	Total 31 de dez. 2019	Total 31 de dez. 2018
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14317	19966	9885	7896	7954	17224	77243	77894
Taxa variável	4429	7212	3421	1704	1356	5823	23944	30495
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	1884	0	0	30	15	3588	5517	5297
Taxa variável	167	0	0	1226	24	0	1417	1420
Outros	17291	1546	773	1213	1732	5797	**28352**	36977
Total de dívida a longo prazo	38088	28724	14079	12069	11080	32433	**136.473**	152.083

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2019 e 2018.

Títulos fiduciários preferenciais[1]

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Taxa fixa	976	2194
Taxa variável	1037	975
Total de títulos fiduciários preferenciais	**2013**	3.168

[1] Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

					31.12.2019
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	228731	0	0	0	0
Depósitos remunerados	135330	113449	68955	16258	10468
Passivos detidos para negociação[1]	37065	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	316506	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	11705	29680	17986	1815	4941
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	544	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	288	245	555	343
Recursos de bancos centrais adquiridos	218	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	1494	1130	238	50	7
Títulos cedidos por empréstimo	258	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1893	2435	1368	0	0
Dívida a longo prazo	2	17670	24046	73086	36177
Títulos fiduciários preferenciais	0	12	2073	0	0
Passivos de locações[4]	53	144	533	1922	957
Outros passivos financeiros	78555	2624	293	607	8
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	167281	0	0	0	0
Garantias financeiras	21645	0	0	0	0
Total[5]	1000736	167431	116280	94294	52901

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[4] Passivos recentemente reconhecidos, juntamente com a adoção da IFRS 16 em 2019, pelo que não existem dados comparativos disponíveis.
[5] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

					31.12.2018
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	221746	0	0	0	0
Depósitos remunerados	126416	137089	47258	21683	12059
Passivos detidos para negociação[1]	59922	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	301487	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	16438	25838	7895	2760	5724
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	512	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	609	502	505	306
Recursos de bancos centrais adquiridos	252	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.151	963	508	1	0
Títulos cedidos por empréstimo	3358	3	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	11067	2258	1622	0	0
Dívida a longo prazo	3	34449	16268	80028	36085
Títulos fiduciários preferenciais	0	36	3306	0	0
Outros passivos financeiros	96573	2762	1201	369	60
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	167722	0	0	0	0
Garantias financeiras	22502	0	0	0	0
Total[4]	1030639	204008	79073	105346	54234

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

32 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2018	2066773131	(371.090)	2066402041
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(372.179.750)	(372.179.750)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	371206696	371206696
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018	2066773131	(1.344.144)	2065428987
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(193.666.155)	(193.666.155)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	194338942	194338942
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019	2066773131	(671.357)	2066101774

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

Ações compradas para tesouraria consistem principalmente em ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo, bem como detidas pelo Grupo durante um período de tempo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Reservas de capital

As reservas de capital do Grupo ascendem a 40,5 mil milhões de euros (ano anterior: 40,2 mil milhões de euros). As reservas de capital apresentadas nas demonstrações financeiras da nossa empresa-mãe, Deutsche Bank AG, de acordo com o ponto 272 (2) do HGB, ascendem a 22,7 mil milhões de euros (ano anterior: 42 mil milhões de euros) de acordo com os PCGA alemães. A redução deve-se principalmente a uma retirada parcial para compensar as perdas líquidas, de acordo com os PCGA alemães.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 2 560 000 000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2022. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2022
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2022

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital condicional	Finalidade do capital condicional	Data de expiração
512.000.000 €	Pode ser utilizado se os titulares de direitos de opção ou conversão que estão associados a obrigações participativas ou obrigações convertíveis ou obrigações com títulos de subscrição fizerem uso dos seus direitos de opção ou conversão ou titulares com obrigações convertíveis de obrigações participativas convertíveis ou obrigações convertíveis cumprirem a sua obrigação de conversão.	30.4.2022
51.200.000 €	Pode ser utilizado para cumprir opções que são concedidas em ou antes da data de expiração e serão usadas apenas na medida em que os titulares das opções emitidas façam uso do seu direito de receber ações e as ações não sejam entregues fora de ações em tesouraria	30.4.2022

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respetivamente.

	2019 (proposto)	2018	2017
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	0	227000000	227000000
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,00	0,11	0,11

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2018-2019	Prémio anual (CB/IB/CRU)[1]	1/4: 12 meses[2] 1/4: 24 meses[2] 1/4: 36 meses[2] 1/4: 48 meses[2]	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Prémio anual (Não BC/IB/CRU)[1]	1/3: 12 meses[2] 1/3: 24 meses[2] 1/3: 36 meses[2]	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
	Prémio anual (Direção)[1]	1/5: 12 meses[2] 1/5: 24 meses[2] 1/5: 36 meses[2] 1/5: 48 meses[2] 1/5: 60 meses[2]	Membros do Conselho de Administração ou da direção
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores regulamentados
2017	Prémio anual[1]	1/4: 12 meses[4] 1/4: 24 meses[4] 1/4: 36 meses[4] 1/4: 48 meses[4]	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses[4]	Membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores regulamentados
	Plano de retenção essencial (KRP)[5]	1/2: 50 meses[6] 1/2: 62 meses[6]	Colaboradores que correm riscos materiais (MRT)
		Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 43 meses	Colaboradores que não correm riscos materiais (não-MRT)
2016	Prémio anual	1/4: 12 meses[4] 1/4: 24 meses[4] 1/4: 36 meses[4] 1/4: 48 meses[4]	Colaboradores selecionados como baseada no desempenho anual remuneração
		Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses[4]	Membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores regulamentados
	Prémio de posição-chave (Key Position Award - KPA)[7]	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 4 exercícios[3]	Colaboradores selecionados como retenção anual

[1] Para colaboradores de determinadas entidades jurídicas, as ações diferidas são substituídas com ações restritas devido a requisitos regulamentares locais. No que respeita ao ano de subvenção 2019, válido para as divisões CB/IB/CRU; no que respeita ao ano de subvenção 2018, as divisões eram denominadas CIB.
[2] Para os membros do Conselho de Administração ou da direção e todos os restantes colaboradores regulamentados pelo InstVV, aplica-se um período de retenção adicional de doze meses (seis meses para prémios concedidos em 2018).
[3] Para todos os colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses. Para prémios atribuídos a partir de 2018, isto aplica-se apenas a MRT InstVV.
[4] Para os membros do Conselho de Administração ou do Quadro de Liderança Sénior e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.
[5] Os prémios baseados em ações concedidos ao abrigo deste plano em janeiro de 2017 estão sujeitos a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.
[6] Para colaboradores que correm riscos materiais (MRT), a entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses.
[7] Uma proporção predefinida do KPA do indivíduo está sujeita a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação antes da aquisição de direitos.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, cerca de 11.180 colaboradores de 18 países inscreveram-se no décimo primeiro ciclo, que começou em novembro de 2019.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela seguinte mostra as unidades de atribuição de ações pendentes nas datas respetivas, que representam um direito contingente de receber ações comuns do Deutsche Bank após um período específico de tempo. Também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137541	14,78 €
Saldo em 31 de dezembro de 2018	153117	11,15 €
Saldo em 31 de dezembro de 2019	168332	8,96 €

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 6 milhões de euros, 12 milhões de euros e 23 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,4 mil milhões de euros. Desses, aproximadamente 1,2 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a aproximadamente 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019.

Foram emitidas cerca de 4,1 e 14,1 milhões de ações para participantes no plano, em fevereiro e março de 2020, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,1 milhões de unidades para fevereiro e 0,2 milhões de unidades para março de 2020 dos ciclos de aquisição de direitos ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Planos de remuneração baseados em ações da DWS

Há duas categorias de planos de remuneração baseados em ações, descritos a seguir: Planos baseados em ações da DWS (liquidados em numerário) e plano de capital do DB (capital próprio liquidado).

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO (PSU). No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano SAR da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2019 Plano de equidade da DWS	Prémios anuais	1/3: 12 meses[3] 1/3: 24 meses[3] 1/3: 36 meses[3]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[3] 1/5: 24 meses[3] 1/5: 36 meses[3] 1/5: 48 meses[3] 1/5: 60 meses[3]	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores regulamentados
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com o IPO)[1]	1/3: Março de 2022[3] 1/3: Março de 2023[3] 1/3: Março de 2024[3]	Membros do Conselho Executivo
2018 Plano de equidade da DWS	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio de ações de desempenho (PSU) (prémio único relacionado com o IPO)[1]	1/3: Março de 2022[3] 1/3: Março de 2023[3] 1/3: Março de 2024[3]	Selecionar diretores
2018 Plano SAR da DWS	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)[2]	Para não MRT: 1 de junho de 2021[5] Para MRT: 1 de março de 2023[3]	Todos os colaboradores da DWS[4]

[1] O prémio e o número de unidades está sujeito ao cumprimento de objetivos predefinidos [Fluxos líquidos médios (NNA) 2019-2020 e CIR (Rácio custo/rendimento) ajustado no exercício de 2020] medidos em dezembro de 2020.
[2] O prémio está sujeito a um IBIT positivo do Grupo DWS em dezembro de 2019.
[3] Dependendo do estado regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de 6 meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de 12 meses (MRT InstVV) após a aquisição de direitos.
[4] Exceto se o colaborador tiver recebido o prémio PSU.
[5] Após a aquisição de direitos/período de retenção, aplica-se um período de exercício de 4 exercícios.

Em 31 de dezembro de 2019, o justo valor dos prémios baseados em ações concedidos em 2018 e 2019 era de aproximadamente 59 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2018: 23 milhões de euros para os prémios concedidos em 2018). Dos prémios concedidos em 2018 e 2019, cerca de 32 milhões de euros foram reconhecidos em 2019 ou antes na demonstração de resultados (31 de dezembro de 2018: 4 milhões de euros reconhecidos em 2018). O total dos custos não reconhecidos relacionados com planos baseados em ações é de aproximadamente 27 milhões de euros (31 de dezembro de 2018: 19 milhões de euros), dependente da evolução futura dos preços das ações.

O justo valor dos prémios foi medido utilizando a fórmula de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo DWS e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição dos prémios foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2019	Data de medição 31 de dezembro de 2018	Data de medição 31 de dezembro de 2019	Data de medição 31 de dezembro de 2018
	PSU	PSU	SAR	SAR
Unidades (em milhares)	1421	1248	2041	2192
Justo valor	24,30 €	14,18 €	8,19 €	3,35 €
Cotação da ação	31,70 €	23,37 €	31,70 €	23,37 €
Cotação do exercício	N/A	N/A	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	34%	35%	34%	35%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	4	5	6	6
Dividendos esperados (% do rendimento)	65%	65%	65%	65%

Dado o curto período desde a IPO do Grupo DWS, a volatilidade esperada da cotação das ações da DWS tem sido baseado numa avaliação da volatilidade histórica para um grupo de pares comparável durante o período de 5 exercícios anterior. O nível de dividendos esperado está relacionado com as mais recentes comunicações do Grupo DWS.

Além disso, o Prémio da PSU tem condições de desempenho que irão determinar o montante nominal que pode, em última instância, adquirir direitos no âmbito do prémio. Estas condições de desempenho estão associadas à estratégia do Grupo DWS, especificamente no que diz respeito ao objetivo de influxos líquidos e ao rácio custo/rendimento ajustado, o qual será testado antes da aquisição de direitos em março de 2021.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

					31.12.2019
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	5031	680	282	650	6643
Participantes em estado diferido	2483	2569	593	119	5764
Participantes em estado de pagamento	5756	1438	543	274	8011
Total da obrigação com benefícios definidos	13270	4687	1418	1043	20418
Justo valor dos ativos dos planos	11915	5615	1143	982	19655
Rácio de financiamento (em %)	90%	120%	81%[1]	94%	96%

[1] A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (181 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 92%.

					31.12.2018
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4599	593	337	623	6152
Participantes em estado diferido	2210	2286	500	97	5093
Participantes em estado de pagamento	5144	989	500	242	6875
Total da obrigação com benefícios definidos	11953	3868	1337	962	18120
Justo valor dos ativos dos planos	10877	4884	1074	892	17727
Rácio de financiamento (em %)	91%	126%	80%[1]	93%	98%

[1] A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (163 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 92%.

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. Alterações recentes à legislação de pensões e fiscalidade no Reino Unido continuaram a causar a adesão às opções em numerário e a transferência de valores dos planos de planos de benefícios definidos.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 220 milhões de euros e 192 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego de 220 milhões de euros face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2019.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2019	446	154	109	73	782
Benefícios que deverão ser pagos 2020	453	129	76	62	720
Benefícios que deverão ser pagos 2021	456	101	78	60	695
Benefícios que deverão ser pagos 2022	473	109	79	60	721
Benefícios que deverão ser pagos 2023	486	122	82	60	750
Benefícios que deverão ser pagos 2024	498	131	82	64	775
Benefícios que deverão ser pagos 2025 - 2029	2708	800	433	310	4251
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	21	11	13	15

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, quaisquer excedentes do plano resultantes no futuro serão distribuídos aos membros do plano e, como tal, não podem reduzir as futuras contribuições do Grupo. Desde 2017, o grupo paga contribuições acrescidas para o BVV, para compensar os níveis de benefícios reduzidos que foram aprovados pela Assembleia-Geral Anual da BVV em 2016.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do DB Privat- und Firmenkundenbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governação e risco

O Grupo mantém um Comité de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Operações de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2019				31.12.2018			
	Alemanha	UK	EUA[1]	Outros	Alemanha	UK	EUA[1]	Outros
Taxa de desconto (em %)	0,93%	1,91%	3,16%	1,92%	1,70%	2,70%	4,20%	2,60%
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,40%	3,29%	2,20%	1,70%	1,60%	3,50%	2,20%	1,90%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	1,90%	3,79%	2,30%	2,71%	2,10%	4,00%	2,30%	2,90%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,30%	3,19%	2,20%	0,91%	1,50%	3,30%	2,20%	1,00%
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	21,1	23,4	22,0	21,9	20,0	23,5	22,2	21,8
Mulher com 65 anos à data de medição	23,4	24,9	23,4	24,1	23,6	25,4	23,7	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,5	24,4	23,5	23,3	22,8	24,8	23,7	23,3
Mulher com 45 anos à data de medição	24,5	26,2	24,9	25,5	25,8	26,8	25,2	25,6
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Very Light com projeções CMI 2018	PRI-2012 com projeções MP-2019	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2018G	SAPS (S2) Light com projeções CMI 2017	RP2014 White-collar com projeções MP2018	Tabelas específicas do país

[1] Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Em 2019, o grupo alterou os seus princípios de arredondamento de modo a que, para todos os pressupostos financeiros significativos, a taxa anual derivada seja arredondada por excesso ou por defeito para os 0,01% mais próximos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos mais longos em que se disponha de informações limitadas sobre as obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimento razoável. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração completamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Em 2019, o Grupo decidiu aplicar os pressupostos de mortalidade específicos do DB utilizados para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. Neste contexto, com base em cálculos atuariais para a população específica do DB, o banco ajustou as expectativas de mortalidade da "Richtta Feln Heubeck 2018G" utilizada até agora para a experiência de mortalidade específica do DB relativamente aos trabalhadores e pensionistas. Esta alteração nos pressupostos atuariais conduziu a uma perda atuarial de 125 milhões de euros antes de impostos em 31 de dezembro de 2019 e é relatada na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica de resultados de remensuração.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

					2019
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	11953	3868	1337	962	18120
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	192	26	14	44	276
Custos com juros	201	106	56	26	389
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	19	3	0	(12)	10
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1179	582	112	67	1940
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	125[1]	(105)	(11)	(1)	8
Resultados atuariais decorrentes da experiência	43	113	(8)	(5)	143
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	17	21
Benefícios pagos	(446)	(154)	(109)	(73)	(782)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(11)	(11)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	248	27	24	299
Outros	0	0	0	5	5
Saldo, fim do exercício	13270	4687	1418	1043	20418
dos quais:					
Não financiadas	0	16	210	121	347
Financiadas	13270	4671	1208	922	20071
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10877	4884	1074	892	17727
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	185	134	44	23	386
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	137	448	80	54	719
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	18	22
Contribuições pagas pelo empregador	1158	0	22	25	1205
Benefícios pagos[2]	(446)	(153)	(96)	(56)	(751)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	304	22	27	353
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(2)	(3)	(1)	(6)
Saldo, fim do exercício	11915	5615	1143	982	19655
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1.355)	928	(275)	(61)	(763)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(25)	(25)
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(14)	(14)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(1)	(1)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(40)	(40)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1.355)	928	(275)	(101)	(803)[3]

[1] Resultados predominantemente de pressupostos de mortalidade atualizados (Heubeck 2018G modificado em vez de Heubeck 2018G).
[2] Apenas para planos com fundos constituídos.
[3] Da qual 1011 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1814 milhões de euros em Outros passivos.

em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	2018 Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	12090	4176	1401	979	18646
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	204	30	17	45	296
Custos com juros	203	104	49	23	379
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	(33)	18	0	(1)	(16)
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(135)	(187)	(89)	(23)	(434)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	98	(48)	(3)	(2)	45
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(38)	(7)	11	4	(30)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	16	19
Benefícios pagos	(437)	(176)	(114)	(76)	(803)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(11)	(11)
Aquisições/alienações	(2)	0	0	0	(2)
Alterações das taxas de câmbio	0	(42)	65	8	31
Outros	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	11953	3868	1337	962	18120
dos quais:					
Não financiadas	0	10	193	112	315
Financiadas	11953	3858	1144	850	17805
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	11003	5202	1091	915	18211
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	187	130	38	20	375
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(351)	(218)	(53)	(33)	(655)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	16	19
Contribuições pagas pelo empregador	473	0	52	33	558
Benefícios pagos[1]	(437)	(175)	(102)	(53)	(767)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(12)	(12)
Aquisições/alienações	(1)	0	0	(1)	(2)
Alterações das taxas de câmbio	0	(53)	52	7	6
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(2)	(4)	0	(6)
Saldo, fim do exercício	10877	4884	1074	892	17727
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1.076)	1016	(263)	(70)	(393)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(44)	(44)
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	20	20
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(1)	(1)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(25)	(25)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1.076)	1016	(263)	(95)	(418)[2]

[1] Apenas para planos com fundos constituídos.
[2] Da qual 1097 milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 1515 milhões de euros em Outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. No passado, o enfoque principal foi colocado na proteção do estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Embora tenha existido uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as principais métricas financeiras concorrentes, o grupo reverteu para a estratégia de investimento orientada para as IFRS em 2019. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Banco pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo (LDI). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de inflação de taxas de juro e *swaps* de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como "outros" (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

	31.12.2019					31.12.2018				
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	340	292	57	64	753	1138	715	(12)	77	1918
Instrumentos de capital[1]	875	643	116	53	1687	1148	571	107	60	1886
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	2508	1633	432	202	4775	1975	699	428	153	3255
Obrigações não governamentais	5921	2847	425	216	9409	5196	2805	405	217	8623
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	125	7	1	16	149	175	0	1	19	195
Obrigações não governamentais	259	124	17	17	417	166	80	14	22	282
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	157	67	1	226	39	6	52	16	113
Seguros	0	0	0	15	15	0	0	0	16	16
Alternativos										
Imobiliário	361	42	0	67	470	285	52	0	58	395
Matérias-primas	0	0	0	0	0	53	0	0	0	53
Capital privado	63	0	0	25	88	54	0	0	11	65
Outros[3]	1579	0	0	284	1863	1419	22	0	243	1684
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(263)	35	10	7	(211)	(192)	129	13	(6)	(56)
Crédito	110	1	19	1	131	13	0	82	0	95
Inflação	26	(126)	0	11	(89)	(608)	(194)	0	5	(797)
Divisas	6	4	0	3	13	14	(1)	0	1	14
Outros	4	(44)	(1)	0	(41)	2	0	(16)	0	(14)
Total do justo valor dos ativos dos planos	**11915**	**5615**	**1143**	**982**	**19655**	10877	4884	1074	892	17727

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.

[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.
[3] Entre outros, esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos. Em particular, o aumento de 2018 para 2019 é causado por essas posições.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

	31.12.2019					31.12.2018				
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total	Alemanha	UK	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	339	292	54	30	715	1162	30	(16)	40	1216
Instrumentos de capital[1]	758	643	116	42	1559	1015	571	107	49	1742
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	1115	1618	426	36	3195	1013	695	423	52	2183
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	0	0	0	3	3	0	0	0	2	2
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	34	(19)	8	23	0	0	(17)	0	(17)
Crédito	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Inflação	0	(125)	0	10	(115)	0	0	0	0	0
Divisas	0	4	0	0	4	0	(1)	0	0	(1)
Outros	4	0	0	0	4	2	0	0	0	2
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	**2216**	**2467**	**577**	**129**	**5389**	3192	1295	497	143	5127

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de "outros" definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

							31.12.2019
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	5	224	122	342	27	33	753
Instrumentos de capital	186	101	703	285	291	121	1687
Obrigações governamentais (*investment-grade* e superior)	868	1477	550	1003	329	548	4775
Obrigações governamentais (*non-investment-grade*)	0	6	1	7	13	122	149
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	738	2110	2662	3.201[1]	612	86	9409
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	4	45	24	297	41	6	417
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	1	98	104	14	6	3	226
Subtotal	1802	4061	4166	5149	1319	919	17416
Ação (em %)	10%	23%	24%	30%	8%	5%	100%
Outras categorias de ativos							2239
Justo valor dos ativos dos planos							19655

[1] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

							31.12.2018
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	141	701	65	953	29	29	1918
Instrumentos de capital	252	108	708	360	363	95	1886
Obrigações governamentais (*investment-grade* e superior)	870	574	474	650	249	438	3255
Obrigações governamentais (*non-investment-grade*)	0	0	0	4	24	167	195
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	718	2129	2023	2.984[1]	657	112	8623
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	4	65	13	186	5	9	282
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	38	21	52	2	0	0	113
Subtotal	2023	3598	3335	5139	1327	850	16272
Ação (em %)	12%	22%	20%	32%	8%	5%	100%
Outras categorias de ativos							1455
Justo valor dos ativos dos planos							17727

[1] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Países Baixos e Itália.

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de cerca de 252 milhões de euros e 692 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, o Grupo estima e permite posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade líquida final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de juros e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, a exposição global a alterações do Banco é reduzida. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações

apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

	31.12.2019				31.12.2018			
em milhões de euros	Alemanha	UK	EUA	Outros	Alemanha	UK	EUA	Outros
Taxa de juros (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(970)	(500)	(45)	(60)	(840)	(430)	(40)	(50)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	875	530	30	25	235	435	35	20
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(95)**	**30**	**(15)**	**(35)**	(605)	5	(5)	(30)
Taxa de juros (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	905	450	30	55	785	385	25	50
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(875)	(530)	(30)	(25)	(235)	(435)	(35)	(20)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**30**	**(80)**	**0**	**30**	550	(50)	(10)	30
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(970)	(500)	(80)	(65)	(840)	(430)	(75)	(55)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	620	145	15	10	220	125	20	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(350)**	**(355)**	**(65)**	**(55)**	(620)	(305)	(55)	(45)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	905	450	75	60	785	385	70	50
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(620)	(145)	(15)	(10)	(220)	(125)	(20)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**285**	**305**	**60**	**50**	565	260	50	40
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):[2]								
Diminuição em DBO	335	360	0	20	335	325	0	20
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(185)	(305)	0	(10)	(190)	(270)	0	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**150**	**55**	**0**	**10**	145	55	0	10
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):[2]								
(Aumento) em DBO	(345)	(385)	0	(20)	(345)	(360)	0	(20)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	185	305	0	10	190	270	0	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(160)**	**(80)**	**0**	**(10)**	(155)	(90)	0	(10)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	60	15	0	10	60	10	0	10
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(60)	(15)	0	(15)	(60)	(10)	0	(15)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:[3]								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(320)	(145)	(30)	(15)	(295)	(110)	(25)	(10)

[1] As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.
[2] Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.
[3] Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2020, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2020 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	285
BVV	65
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	85
Outros planos de contribuições definidas	275
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	740

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2019	2018	2017
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço[1]	272	259	304
Custos líquidos com juros (rendimento)	2	4	9
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	**274**	263	311
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	63	62	66
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	85	88	93
Outros planos de contribuições definidas	269	271	281
Total dos encargos com planos de contribuição definida	**417**	421	440
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	**691**	684	751
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	**231**	236	243
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio[2]	549	560	535
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário[2]	39	1	22
Encargos com planos de retenção de numerário[2]	516	481	363
Encargos com indemnizações por cessação de funções[3]	108	158	137

[1] Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções. Por conseguinte, os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.
[2] Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.
[3] Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções. Por conseguinte, os períodos anteriores foram ajustados em conformidade.

34 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2019	2018	2017
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	757	733	874
Ajustamentos de anos anteriores	5	(20)	(145)
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	**762**	713	729
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	(71)	316	(113)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(9)	(6)	1437
Ajustamentos de anos anteriores	1948	(34)	(90)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	**1868**	276	1.234
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	**2630**	989	1.963

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 5 milhões de euros em 2017.

A despesa total com impostos diferidos inclui encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos, os quais, no total, fizeram aumentar as despesas com impostos diferidos em 2785 milhões de euros em 2019, 253 milhões de euros em 2018 e 163 milhões de euros em 2017.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2019	2018	2017
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2018 e 31,3% em 2017)	**(825)**	416	384
Diferenças cambiais	170	8	(37)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(191)	(209)	(431)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(19)	(19)	(21)
Custos não dedutíveis	326	340	540
Imparidades de *goodwill*	269	0	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos[1]	2785	253	159
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(9)	(6)	1437
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	54	133	14
Outros[1]	70	73	(82)
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	**2630**	989	1.963

[1] Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas “Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos” e “Outros”.

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3 % para 2019, 2018 e 2017.

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2019	2018	2017
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	**402**	18	(23)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**1**	(8)	0
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	0	0	4
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	0	99
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(42)	48	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	71	86	0
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	1	1	4
Resultados líquidos reclassificados em resultados	1	0	42
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	162	91	2
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	2	(5)
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	**596**	238	123
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	**(11)**	1	73

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2019[1]	31 dez 2018[1]
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	1307	2934
Créditos fiscais não utilizados	1	160
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	4321	2986
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	2507	2140
Gasto de juros acumulados	1148	1133
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	878	795
Locações	614	14
Ativos intangíveis	236	119
OCI de justo valor (IFRS 9)	21	33
Outros ativos	879	886
Outras provisões	126	180
Outros passivos	6	7
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	**12044**	11387
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	3937	3038
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	265	312
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	785	345
Locações	537	0
Ativos intangíveis	554	453
OCI de justo valor (IFRS 9)	51	52
Outros ativos	347	344
Outras provisões	87	85
Outros passivos	40	40
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	**6603**	4669

[1] Na sequência da introdução de locações IFRS 16, foi acrescentada uma linha suplementar de Locações. Os valores de comparação foram ajustados em conformidade.

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Apresentados como ativos por impostos diferidos	5986	7.230
Apresentados como passivos por impostos diferidos	545	512
Ativos líquidos por impostos diferidos	**5441**	6718

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 de dez. de 2019[1]	31 de dezembro de 2018[1]
Diferenças temporárias dedutíveis	**(3.046)**	(9)
Não a expirar	(9.629)	(5.738)
A expirar no período subsequente	(192)	(52)
A expirar após o período subsequente	(4.214)	(289)
Perdas fiscais não utilizadas	**(14.035)**	(6.079)
A expirar após o período subsequente	(95)	0
Créditos fiscais não utilizados	**(96)**	(1)

[1] Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 3,2 mil milhões de euros e 6,5 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 20 milhões de euros e 27 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

35 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer)* a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", incluindo a adoção antecipada da "Reforma dos referenciais de taxa de juro: Alterações a IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7”.

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma combinação de contratos a prazo e swaps cambiais como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nocional do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras.

Descrição de pressupostos e juízos significativos sobre a aplicação da contabilidade da reforma do índice de referência das taxas de juro

O principal juízo a tomar relativamente à aplicação da reforma do índice de referência da fase 1 do IASB baseou-se na evolução da Euribor. O grupo espera que a Euribor continue a existir na sua forma atual como taxa de referência para o futuro imediato. Por estas razões, o grupo não considera que a sua contabilidade de cobertura, com a Euribor como o risco coberto, seja diretamente afetada pela reforma do índice de referência das taxas de juro em 31 de dezembro de 2019.

Contabilidade de cobertura e índices de referência de taxas de juro

A tabela abaixo mostra as relações de contabilidade de cobertura do grupo afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB, os índices de referência de taxas de juro significativos a que o grupo está exposto e que estão sujeitos à futura reforma esperada e os montantes nominais dos instrumentos de cobertura de derivados em 31 de dezembro de 2019. Os instrumentos de cobertura de derivados proporcionam uma estreita aproximação à dimensão da exposição ao risco que o grupo gere através de relações de contabilidade de cobertura.

em milhões de euros	31.12.2019 Nocional
Coberturas de justo valor	
LIBOR em francos suíços	1202
LIBOR em libras esterlinas	1437
LIBOR em ienes	1189
LIBOR em dólares dos Estados Unidos	31992

Contabilidade de cobertura de justo valor

Derivados detidos como cobertura de justo valor

	31.12.2019			2019	31 dez 2018 [1]			2018 [1]
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de justo valor	5385	878	118125	811	5462	906	148559	(424)

em milhões de euros	2019 Ineficácia da cobertura	2018 [1] Ineficácia da cobertura
Resultado das coberturas de justo valor	(343)	52

[1] Os resultados de períodos anteriores foram reajustados.

Instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor

	31.12.2019						2019
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11496	0	327	0	58	0	481
Empréstimos pelo custo amortizado	3185	0	82	0	(1)	0	100
Dívida a longo prazo	0	80078	0	3822	0	417	(1.734)
Outros ativos/passivos	0	0	0	0	0	0	0

	31 dez 2018 [1]						2018
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16900	0	326	0	(35)	0	(31)
Empréstimos pelo custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0
Dívida a longo prazo	0	87356	0	2292	0	369	506
Outros ativos/passivos	0	0	0	0	0	0	0

[1] Os resultados de períodos anteriores foram reajustados.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

	31.12.2019			2019	31.12.2018			2018
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	25	0	2714	(2)	29	1	3689	0

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Reportados em capital[1]	21	25	28
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(2)	(3)	(34)
Resultados retirados do capital no exercício findo	(2)	0	136
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	0	0	0
Ineficácia registada nos resultados	0	0	0

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2022.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

	31.12.2019			2019	31.12.2018			2018
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	556	957	43546	(413)	718	1710	43457	(1.379)

	2019		2018	
em milhões de euros	Alterações no justo valor reconhecidas no capital[1]	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital[1]	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	795	(386)	1742	(345)

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	32702	78	0	0
Montante nominal dos swaps cambiais	3337	3820	579	3030
Total	36039	3898	579	3030
Em 31 de dezembro de 2018				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	28808	110	13	0
Montante nominal dos swaps cambiais	3972	5601	1982	2970
Total	32780	5711	1995	2970

O Grupo utiliza uma combinação de uma estratégia de contratos a prazo cambiais móveis e uma estratégia de cobertura de swaps cambiais estáticos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a taxa cambial média para a carteira de swaps cambiais euro/USD foi de 0,85 e de 0,82 em 31 de dezembro de 2018.

36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

– pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
– subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
– planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2019	2018	2017
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	32	41	39
Benefícios pós-emprego	6	10	10
Outros benefícios de longo prazo	6	2	7
Benefícios por cessação do vínculo laboral	34	32	3
Pagamento baseado em ações	21	2	22
Total	**99**	87	81

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,0 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019, a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2018 e a 1,1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2017.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2019, contam-se créditos e compromissos de 10 milhões de euros e depósitos de 38 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2018, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 45 milhões de euros e depósitos de 34 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respetivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2019	2018
Créditos pendentes, início do ano	**228**	256
Movimento em empréstimos durante o período[1]	(3)	(21)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	4	(7)
Créditos pendentes, fim do ano[2]	**228**	228
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	0	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	7	3

[1] O impacto líquido de empréstimos emitidos e reembolsos de empréstimos durante o exercício é apresentado como "Movimento em empréstimos durante o período".

[2] O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 5 milhões de euros e de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2019	2018
Depósitos pendentes, início do ano	**68**	67
Movimento em depósitos durante o período[1]	(11)	2
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	1	(0)
Depósitos pendentes, fim do ano	**58**	68

[1] O impacto líquido de depósitos recebidos e depósitos reembolsados durante o ano é apresentado como "Movimento em depósitos durante o período".

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2019 e a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2019	2018
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	1	1
Outros ativos	0	0
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	23	24
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(252)	(692)
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	9223	7325

37 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 666 (2018: 707) entidades consolidadas, das quais 249 (2018: 251) entidades estruturadas consolidadas. 459 (2018: 506) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 207 (2018: 201) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31.12.2019	31.12.2018
DWS Group GmbH & Co. KGaA		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial

em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	105	58
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1420	1355
Dividendos pagos a participações minoritárias	56	0
Resumo das informações financeiras:		
Total do ativo	10952	10694
Total do passivo	4100	4155
Total de receitas líquidas	2389	2259
Resultado líquido	512	391
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	583	589

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
- Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

	31.12.2019		31.12.2018	
em milhões de euros	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	104327	159	176022	188
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	530.713	43190	573344	48320
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	45.503	2943	51182	4375
Empréstimos pelo custo amortizado	429.841	71369	400297	76573
Outros	187290	3017	147293	1991
Total	**1297674**	**120678**	1348137	131447

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 31,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018: 34,9 mil milhões de euros).

38 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;

– Um objetivo estreito e bem definido;
– Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
– Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor nocional dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 1,8 mil milhões de euros e 3,0 mil milhões de euros, respetivamente.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimentos do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos

financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nocionais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 136 mil milhões de euros, 506 mil milhões de euros e 16 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2018, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 372 mil milhões de euros, 1311 mil milhões de euros e 17 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nocional de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
- Titularizações – Valor nocional de notas em emissão (tendo em conta apenas os juros e o excesso de títulos) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nocional de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
- Entidades de financiamento de terceiros –Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nocional da exposição que o Grupo tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de 2091 mil milhões de euros, dos quais a maioria de 1617 mil milhões de euros provém de fundos. Em 2018, eram 3318 mil milhões de euros e de 2971 mil milhões de euros, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

					31.12.2019
em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	6	0	35	42
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	603	8	2613	3224
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	3	3
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	262	6035	6257	54853	67408
Ativos detidos para negociação	199	4033	4371	5361	13964
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	63	176	32	2777	3049
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	0	1820	1854	46715	50389
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	6	0	0	6
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	221	491	106	818
Empréstimos pelo custo amortizado	151	44284	36183	9842	90460
Outros ativos	0	332	3894	17863	22089
Total do ativo	414	51481	46834	85316	184044
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	44	27	5	8865	8941
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	44	27	5	8865	8941
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	2.257	2257
Total do passivo	44	27	5	11122	11197
Exposições extrapatrimoniais	1	4793	9358	2245	16396
Total	371	56247	56187	76439	189243

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
					31.12.2018
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	14	0	28	43
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	508	8	1397	1913
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	461	461
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	342	4578	5956	77166	88041
Ativos detidos para negociação	244	3480	4567	9297	17587
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	98	571	122	6516	7308
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados[1]	0	516	1266	61353	63135
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados[1]	0	10	0	0	10
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	286	240	832	1358
Empréstimos pelo custo amortizado	220	40552	27322	8370	76464
Outros ativos	5	519	216	10464	11203
Total do ativo	568	46456	33741	98719	179483
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	102	56	3	15482	15644
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	102	56	3	15482	15644
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	6596	6596
Outros passivos	0	0	0	0	0
Total do passivo	102	56	3	22078	22240
Exposições extrapatrimoniais	0	4363	9524	3028	16915
Total	466	50762	43262	79668	174158

[1] Números do ano anterior reajustados.

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, no valor de 14,0 mil milhões de euros e de 17,6 mil milhões de euros são principalmente compostos por 4,4 mil milhões de euros e 4,6 mil milhões de euros em titularizações e por 5,4 mil milhões de euros e 9,3 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 consistem num investimento de 90,5 mil milhões de euros e 76,5 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 no valor de 22,1 mil milhões de euros e de 11,2 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

– transferindo ativos para as entidades
– disponibilizando capital inicial às entidades
– fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
– fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

Os proveitos brutos de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram de 145 milhões de euros e (220) milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2019 de 0,3 mil milhões de euros para titularização e 2,2 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2018, existiam 4,1 mil milhões de euros para titularização e 2,4 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2019

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2019
Caixa e saldos do banco central	137370	222	137592
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9613	22	9.636
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	9591	4210	13801
Títulos obtidos por empréstimo	428	0	428
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	517138	13576	530713
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12183	33320	45503
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	929	929
Empréstimos pelo custo amortizado	115669	314172	429841
Ativos fixos tangíveis	0	4930	4930
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7029	7029
Outros ativos	82355	28004	110359
Ativos por impostos correntes	405	521	926
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	884752	406936	1291688
Ativos por impostos diferidos			5986
Total do ativo			1.297.674

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2019

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2019
Depósitos	546077	26131	572208
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3057	58	3115
Títulos cedidos por empréstimo	259	0	259
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	399943	4505	404448
Outros empréstimos a curto prazo	5.218	0	5.218
Outros passivos	105978	1986	107964
Provisões	2622	0	2622
Passivos por impostos correntes	502	149	651
Dívida a longo prazo	38088	98384	136473
Títulos fiduciários preferenciais	2.013	0	2.013
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1103756	131214	1234970
Deferred tax liabilities			545
Total do passivo			1.235.515

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2018

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2018
Caixa e saldos do banco central	188691	40	188732
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	8282	599	8.881
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	5861	2361	8222
Títulos obtidos por empréstimo	3.396	0	3.396
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	536367	36977	573344
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16725	34457	51182
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	879	879
Empréstimos pelo custo amortizado	110828	289468	400297
Ativos fixos tangíveis	0	2421	2421
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	9141	9141
Outros ativos	82588	10856	93444
Ativos por impostos correntes	396	574	970
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	953134	387774	1340907
Ativos por impostos diferidos			7230
Total do ativo			1348137

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2018

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2018
Depósitos	531700	32705	564405
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4866	1	4867
Títulos cedidos por empréstimo	3.359	0	3.359
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	410409	5271	415680
Outros empréstimos a curto prazo	14.158	0	14.158
Outros passivos	115511	2002	117513
Provisões	2711	0	2711
Passivos por impostos correntes	286	658	944
Dívida a longo prazo	47317	104766	152083
Títulos fiduciários preferenciais	3.168	0	3.168
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1133485	145403	1278887
Deferred tax liabilities			512
Total do passivo			1279400

40 – Acontecimentos após o período de relato

A evolução em torno da doença COVID-19, em 2020, sugere que, no primeiro semestre de 2020, se espera que o crescimento económico global seja afetado negativamente pela disseminação da doença e pela consequente perturbação da atividade económica, e que a mesma possa afetar a nossa capacidade de gerar receitas e impactar negativamente carteiras específicas através de migrações de notação negativas, perdas de crédito mais elevadas do que o esperado e potenciais imparidades de ativos. A atual pandemia da COVID 19 e seu potencial impacto na economia global podem afetar a nossa capacidade de atingir as nossas metas financeiras. Embora seja demasiado cedo para prevermos os impactos que a pandemia em expansão e as respostas governamentais à mesma podem ter sobre o nosso negócio ou sobre as nossas metas financeiras, podemos ser afetados de forma adversa por uma recessão prolongada nas condições económicas locais, regionais ou globais.

41 – Informação de capital regulamentar

Definições gerais

O cálculo dos nossos fundos próprios inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de capital ou "CRD"), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2019, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganhos de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito. Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV fully loaded estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018, 30% em 2019 sendo que este limite desce 10% em cada exercício.

Apresentamos alguns números neste relatório com base na nossa definição de fundos próprios numa base "fully loaded". Isto está relacionado com o nosso capital Tier 1 adicional e capital Tier 2 e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1 e o rácio de alavancagem. O termo "fully loaded" é definido como excluindo as disposições transitórias para fundos próprios introduzidas pela CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019. Reflete, no entanto, as últimas disposições transitórias introduzidas pelas alterações à CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019. Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Instrumentos de capital

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2018 para recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2023. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2018 e a Assembleia-Geral Anual de 2019 (23 de maio de 2019), foram adquiridas 24,3 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período ou destinam-se a ser utilizadas no período seguinte, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 1,7 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2019.

A Assembleia-Geral Anual de 2019 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 206,7 milhões de ações até ao final de abril de 2024. Deste total, 103,3 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados, incluindo 41,3 milhões de derivados com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2019 e 31 de dezembro de 2019, foram adquiridos 8,3 milhões de ações. As ações compradas serão utilizadas no próximo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 0,7 milhões a 31 de dezembro de 2098.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, e em 31 de dezembro de 2019, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2019, o capital condicional face a contribuições mantém-se nos 512 milhões de euros (200 milhões de ações). Um capital condicional adicional para efeitos de remuneração em capital ascende a 51,2 milhões de euros (20 milhões de ações). Adicionalmente, a Assembleia-Geral Anual de 2018 autorizou a emissão de obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumprem os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente de 8,0 mil milhões de euros.

Os nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) não são reconhecidos pelas regras do CRR/CRD fully loaded como capital Tier 1 adicional, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são reconhecidos como capital Tier 1 adicional nas provisões transitórias do CRR/CRD, podendo ainda ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD fully loaded. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos Tier 1 adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10 % ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2019, tal resultou em 6,4 mil milhões de euros de instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas notas AT1 emitidas, mais 1,8 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes, reconhecidos durante o período de transição). 1,8 mil milhões de euros dos instrumentos híbridos Tier 1 já existentes ainda podem ser reconhecidos como capital Tier 2 pelas regras do CRR/CRD fully loaded. Os instrumentos de Tier 1 adicionais reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD fully loaded ascendiam a 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, o banco resgatou um instrumento híbrido Tier 1 já existente com um valor nocional de 1,4 mil milhões de USD e um valor equivalente elegível de 1,2 mil milhões de USD.

A 31 de dezembro de 2019, o total dos nossos instrumentos de capital Tier 2, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD, era de 6,0 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2019, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor nocional bruto dos instrumentos de capital Tier 2 foi de 7,4 mil milhões de euros. Os instrumentos Tier 2 reconhecidos ao abrigo das regras do quadro CRR/CRD ascendiam a 7,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (incluindo os instrumentos híbridos de capital Tier 1 existentes de 1,8 mil milhões de euros apenas reconhecíveis como capital Tier 1 adicional durante o período de transição).

Requisitos de capital mínimos

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2019.

Detalhes sobre capital regulamentar

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31.12.2019 CRR/CRD	31.12.2018 CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	45.780	45.515
Lucros não distribuídos	14.814	16.297
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	537	382
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[1]	(5.390)	0
Outros	837	846
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**56.579**	63.041
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.738)	(1.504)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(150)	(329)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(6.515)	(8.566)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.126)	(2.758)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(259)	(367)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(892)	(1.111)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(15)	(25)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%) (montante negativo)	(319)	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.417)	(895)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**(12.430)**	(15.555)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**44.148**	47.486
Capital *Tier 1* adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4.676	4.676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	1813	3009
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**6489**	7685
Capital *Tier 1* adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(91)	(80)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital *Tier 1* adicional (AT1)	**(91)**	(80)
Capital *Tier 1* adicional (AT1)	**6397**	7.604
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**50546**	55.091
Capital *Tier 2* (T2)	**5957**	6.202
Total do capital (TC = T1 + T2)	**56503**	61.292
Total dos ativos ponderados pelo risco	**324.015**	350.432
Rácios de capital		
Rácio de capital *Common Equity Tier* 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,6	13,6
Rácio de capital *Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,6	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,4	17,5

N/S – Não significativo

[1] Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

[2] Inclui 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de Outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, e 0,8 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE relativas aos compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, com efeitos a partir de janeiro de 2018.

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

		CRR/CRD
em milhões de euros	31.12.2019	31.12.2018
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**55.857**	62.495
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(116)	(33)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	(12)	(12)
Lucros não distribuídos	(220)	(150)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	116	130
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**55.741**	62.462
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	837	846
Acumulação para cupões de dividendos e AT1[1]	0	(267)
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	0	0
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**56.579**	63.041
Ajustamentos de valor adicionais	(1.738)	(1.504)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(150)	(329)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	0	0
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(6.515)	(8.566)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1.445)	(2.758)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(892)	(1.111)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.692)	(1.287)
Fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*)	**44.148**	47.486

[1] Não serão reconhecidos lucros intercalares, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) N.º 575/2013 (ECB/2015/4).

[2] 0,4 mil milhões de euros de dedução de capital com efeitos a partir de abril de 2019 e 0,3 mil milhões de euros com efeitos a partir de outubro de 2016, com base na revisão regular do BCE, 0,8 mil milhões de euros de dedução de capital com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos com efeitos a partir de janeiro de 2018, 0,3 mil milhões de euros de montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas e 15 milhões de euros de participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição de instrumentos próprios da CET 1.

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de risco do grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, o qual foi estabelecido em 2018, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo adequado das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital *Common Equity Tier* 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos, o renminbi chinês e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no nosso plano estratégico anual com as nossas ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de gestão de ativos e passivos do grupo, o qual, na medida em que substituiu o Comité de risco do grupo enquanto órgão de decisão, aprova limites de recursos para divisões, bem como o total de procura de capital e a exposição a alavancagem que têm por base o plano estratégico, mas são ajustados às condições de mercado e às perspetivas a curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos nossos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem), consoante o que seja a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e da exposição a rácio de alavancagem (LRE), assumindo a implementação completa das regras do CRR/CRD IV. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno. Na nossa medição do desempenho, esta metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as orientações de investimento para este fundo. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2019	2018
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	9184	9828
Encargos de segurança social	1958	1986
dos quais: relacionados com pensões	689	681
Total	**11142**	11.814

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2019 era de 90.584 (2018: 95.566) dos quais 39.756 (2018: 41.967) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 49.290 (2018: 53.401) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2019, uma remuneração no total de 34 835 009 euros (2018: 52.181.136 euros). Dos quais, 20 950 000 euros (2018: 25 711 111 euros) se destinavam à remuneração fixa, 1 750 000 euros (2018: 4.200.000 euros) para provisões funcionais, 2.275.594 euros (2018: 2.123.102 euros) para benefícios marginais e 9.859.415 euros (2018: 20.146.923 €) para componentes relacionados com o desempenho.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 18.093.988 euros e 22.943.159 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respetivamente.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivos totalizavam 206.400.923 euros e 193.452.137 euros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As provisões de remuneração, que foram criadas em 2013, foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual em 18 de maio de 2017 e entraram em vigor em 5 de outubro de 2017. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100 000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2019 uma remuneração total de 6.112.499 euros (2018: 5.766.669 euros), dos quais 4.692.708 euros serão pagos na primavera de 2020 (2019: 4.676.041 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 8.106.465 euros e a 11.180.396 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 1.620.722 euros e a 33.425.239 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 4.911.200 euros em 2019.

Rentabilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rendibilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de (0,38%) e 0,02% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2019	2018
Honorários por serviços de auditoria	60	60
dos quais à KPMG AG	35	33
Honorários relacionados com auditoria	13	12
dos quais à KPMG AG	7	5
Honorários por serviços de consultoria fiscal	4	5
dos quais à KPMG AG	1	2
Todas as outras comissões	0	1
dos quais à KPMG AG	0	1
Total de comissões	**77**	78

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 44 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2019 Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes do imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Austrália	190	322	(38)	17
Áustria	11	83	(3)	(0)
Bélgica	173	549	(0)	(0)
Brasil	53	128	24	(1)
Canadá	9	13	2	(3)
Ilhas Caimão	4	5	2	0
Chile	1	0	1	0
China	195	506	106	(26)
República Checa	14	44	7	(1)
França	89	208	(5)	(2)
Alemanha	10720	40496	949	(234)
Grã-Bretanha	2529	7559	(2.418)	(262)
Grécia	0	9	1	(0)
Guernsey	0	3	0	0
Hong Kong	750	1035	(100)	(19)
Hungria	16	55	3	(1)
Índia	634	12052	392	(173)
Indonésia	143	224	82	(27)
Irlanda	15	409	2	(1)
Israel	(1)	8	2	(1)
Itália	885	3541	(85)	(13)
Japão	270	468	(23)	(48)
Jersey	2	23	(11)	(0)
Luxemburgo	983	506	520	(76)
Malásia	99	198	62	(15)
Malta	7	0	5	(1)
Maurícia	23	0	21	(0)
México	20	34	(3)	(0)
Países Baixos	302	613	137	1
Paquistão	14	67	7	(3)
Filipinas	42	1537	24	(5)
Polónia	82	383	13	(3)
Portugal	28	45	(22)	(10)
Catar	(0)	3	(1)	(0)
Roménia	0	700	10	(1)
Federação da Rússia	56	1424	39	(9)
Arábia Saudita	22	57	(7)	(2)
Singapura	768	1921	102	(24)
África do Sul	18	57	(6)	(3)
Coreia do Sul	101	216	27	(8)
Espanha	506	2301	39	(12)
Sri Lanca	15	62	5	1
Suécia	1	29	1	(0)
Suíça	250	645	(79)	19
Taiwan	48	155	12	(1)
Tailândia	40	113	4	(1)
Turquia	47	115	29	(6)
UAE	13	198	3	(0)
Ucrânia	6	35	1	(0)
USA	4487	8381	(944)	(1.684)
Vietname	21	65	10	(2)

44 – Participações acionistas

398 Subsidiárias
405 Entidades estruturadas consolidadas
409 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
411 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
415 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código Comercial alemão (“HGB”), bem como das Orientações sobre requisitos de divulgação de acordo com a Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Modelo UE LI3).

Notas de rodapé:

1 Entidade plenamente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
2 Entidade não consolidada nem deduzida nos termos do âmbito regulamentar.
3 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
4 Entidade ao abrigo do âmbito regulamentar deduzida a partir de fundos próprios nos termos dos artigos 36.º e 48.º do CRR.
5 Controlada.
6 Parceria geral.
7 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
8 Não controlada.
9 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
10 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
11 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
12 Fundos próprios preliminares no valor de 7637,8 milhões de euros/Resultado no valor de 49,7 milhões de euros (Exercício de 2019).
13 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
14 Fundos próprios preliminares no valor de 8823,1 milhões de euros/Resultado no valor de (1008,1) milhões de euros (Exercício de 2019).
15 Entidade proporcionalmente consolidada nos termos do âmbito regulamentar.
16 Fundos próprios no valor de 36,2 milhões de euros/Resultado no valor de 26,3 milhões de euros (Exercício de 2018).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main	1	Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
3	ABS MB Ltd.	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
4	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
5	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
6	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
7	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim	2	Outra empresa	100,0
8	Ambidexter GmbH	Frankfurt	1	Instituição de pagamento	100,0
9	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
10	Baincor Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
11	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
12	Baldur Mortgages Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
13	Bankers Trust Investments Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
14	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati	1	Instituição financeira	100,0
15	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
16	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln	1	Instituição financeira	100,0
17	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln	1	Instituição de crédito	100,0
18	BHW Holding GmbH	Hameln	1	Empresa de participação financeira	100,0
19	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
20	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
21	Blue Cork, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
22	BNA Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
23	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo	2	Outra empresa	100,0
24	Breaking Wave DB Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
25	BT Globenet Nominees Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
26	BTAS Cayman GP	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
27	BTD Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
28	Cape Acquisition Corp.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
29	CapeSuccess Inc.	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
30	CapeSuccess LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	82,6
31	Cardales UK Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
32	Career Blazers LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
33	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany	2	Outra empresa	100,0
34	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany	4	Instituição financeira	100,0
35	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
36	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim	2	Outra empresa	100,0
37	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène	1	Instituição financeira	100,0
38	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène	1	Instituição financeira	67,6
39	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
40	Centennial River 2 Inc.	Austin	2	Outra empresa	100,0
41	Centennial River Corporation	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
42	China Recovery Fund, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	85,0
43	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	10,0
44	Consumo Srl in Liquidazione	Milão	1	Instituição financeira	100,0
45	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
46	D B Investments (GB) Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
47	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
48	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
49	DB (Barbados) SRL	Christ Church	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
50	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
51	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
52	DB (Pacific) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
53	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
54	DB Abalone LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
55	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
56	DB Alps Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
57	DB Aotearoa Investments Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
58	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
59	DB Boracay LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
60	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
61	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	Empresa de participação financeira	100,0
62	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
63	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
64	DB Chestnut Holdings Limited	George Town	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
65	DB Commodity Services LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
66	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur	1	Instituição financeira	100,0
67	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
68	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
69	DB Elara LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
70	DB Energy Trading LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
71	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier	1	Instituição financeira	100,0
72	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
73	DB Equity Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
74	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
75	DB Global Technology SRL	Bucareste	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
76	DB Global Technology, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
77	DB Group Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
78	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
79	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
80	DB HR Solutions GmbH	Eschborn	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
81	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
82	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	1, 3	Instituição financeira	100,0
83	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen	1	Instituição financeira	100,0
84	DB Intermezzo LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
85	DB International (Asia) Limited	Singapura	1	Instituição de crédito	100,0
86	DB International Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
87	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura	2	Outra empresa	100,0
88	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
89	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
90	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
91	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
92	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
93	DB Io LP	Wilmington	1, 3	Instituição financeira	100,0
94	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
95	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
96	DB Management Support GmbH	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
97	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
98	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura	2	Outra empresa	100,0
99	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
100	DB Omega Holdings LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
101	DB Omega Ltd.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
102	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo	1, 3	Instituição financeira	100,0
103	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Pozuelo de Alarcón	1	Empresa de serviços auxiliares	99,9
104	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
105	DB Overseas Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
106	DB Print GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
107	DB Privat- und Firmenkundenbank AG	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
108	DB Private Clients Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
109	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
110	DB Re S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de resseguros	100,0
111	DB Service Centre Limited	Dublin	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
112	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo	1	Instituição financeira	100,0
113	DB Services Americas, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
114	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
115	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
116	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
117	DB Structured Products, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
118	DB Trustee Services Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
119	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
120	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
121	DB UK Bank Limited	Londres	1	Instituição de crédito	100,0
122	DB UK Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
123	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
124	DB USA Core Corporation	West Trenton	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
125	DB USA Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
126	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
127	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
128	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
129	DB Vita S.A.	Luxemburgo	4	Empresa de seguros	75,0
130	DBAH Capital, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
131	DBCIBZ1	George Town	1	Instituição financeira	100,0
132	DBCIBZ2	George Town	1	Instituição financeira	100,0
133	DBFIC, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
134	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
135	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
136	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
137	DBR Investments Co. Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
138	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
139	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
140	DBRMS4	George Town	1, 3, 6	Instituição financeira	100,0
141	DBRMSGP1	George Town	1, 3	Instituição financeira	100,0
142	DBUK PCAM Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
143	DBUKH No. 2 Limited	Londres	1, 5	Instituição financeira	0,0
144	DBUSBZ1, LLC	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
145	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
146	DBX Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
147	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
148	DBÖ Vermögensverwertung GmbH in Liqu.	Viena	2	Outra empresa	100,0
149	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
150	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	100,0
151	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
152	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México	1	Instituição financeira	100,0
153	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
154	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
155	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
156	Deutsche (Mauritius) Limited	Port Louis	2	Outra empresa	100,0
157	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
158	Deutsche Access Investments Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
159	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Atenas	2	Outra empresa	95,6
160	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
161	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
162	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura	1	Empresa de participação financeira	100,0
163	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
164	Deutsche Australia Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
165	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
166	Deutsche Bank (Chile)	Santiago	2	Outra empresa	100,0
167	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim	1	Instituição de crédito	100,0
168	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur	1	Instituição de crédito	100,0
169	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra	1	Instituição de crédito	100,0
170	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo	1	Instituição de crédito	100,0
171	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul	1	Instituição de crédito	100,0
172	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
173	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	Instituição de crédito	100,0
174	Deutsche Bank Financial Company	George Town	1	Instituição financeira	100,0
175	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
176	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Lutherville-Timonium	2	Outra empresa	100,0
177	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
178	Deutsche Bank International Limited	St. Helier	1	Instituição de crédito	100,0
179	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro	2	Outra empresa	100,0
180	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo	1	Instituição de crédito	100,0
181	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão	1	Instituição financeira	100,0
182	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México	1	Instituição de crédito	100,0
183	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles	1	Instituição financeira	100,0
184	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
185	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia	1	Instituição de crédito	100,0
186	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
187	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo	1	Instituição de crédito	100,0
188	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
189	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto	1	Empresa de investimento	100,0
190	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
191	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão	1	Instituição de crédito	99,9
192	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque	1	Instituição de crédito	100,0
193	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington	1	Instituição de crédito	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
194	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
195	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque	1	Empresa de participação financeira	100,0
196	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid	1	Instituição de crédito	99,8
197	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
198	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Instituição financeira	100,0
199	Deutsche Capital Management Limited	Dublin	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
200	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
201	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
202	Deutsche Cayman Ltd.	George Town	2	Outra empresa	100,0
203	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
204	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão	4	Instituição financeira	100,0
205	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
206	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai	1	Firma de transação de títulos	100,0
207	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
208	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
209	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
210	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney	1	Instituição financeira	100,0
211	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town	1	Instituição financeira	100,0
212	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
213	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf	4	Instituição financeira	100,0
214	Deutsche Global Markets Limited	Telavive	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
215	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
216	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
217	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn	4	Instituição financeira	100,0
218	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	2	Outra empresa	99,8
219	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
220	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
221	Deutsche Holdings (Malta)	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
222	Deutsche Holdings Limited	Londres	1	Empresa de participação financeira	100,0
223	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
224	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
225	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
226	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
227	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai	1	Empresa de participação financeira	100,0
228	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
229	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
230	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier	2	Outra empresa	100,0
231	Deutsche Inversiones Dos S.A. (en Liquidación)	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
232	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
233	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão	1	Instituição financeira	100,0
234	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai	1	Instituição financeira	100,0
235	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
236	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
237	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
238	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires	1	Instituição financeira	100,0
239	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
240	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Empresa de participação financeira	100,0
241	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres	1	Instituição financeira	100,0
242	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
243	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
244	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
245	Deutsche New Zealand Limited	Auckland	1	Instituição financeira	100,0
246	Deutsche Nominees Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
247	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia	1	Instituição de crédito	100,0
248	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
249	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
250	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres	2	Outra empresa	100,0
251	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli	1	Firma de transação de títulos	100,0
252	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Empresa de investimento	100,0
253	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo	1	Instituição financeira	100,0
254	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
255	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
256	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
257	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive	1	Instituição financeira	100,0
258	Deutsche Securities Korea Co.	Seul	1	Empresa de investimento	100,0
259	Deutsche Securities Mauritius Limited	Ebène	1	Firma de transação de títulos	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
260	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul	1	Firma de transação de títulos	100,0
261	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires	1	Firma de transação de títulos	100,0
262	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade	1	Empresa de investimento	100,0
263	Deutsche Securities SpA	Santiago	1	Instituição financeira	100,0
264	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas	1	Instituição financeira	100,0
265	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México	1	Empresa de investimento	100,0
266	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
267	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
268	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
269	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio	2	Outra empresa	100,0
270	Deutsche Trustee Company Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
271	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
272	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur	2	Outra empresa	100,0
273	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
274	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	78,0
275	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
276	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
277	DNU Nominees Pty Limited	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
278	DTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
279	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
280	DWS Alternatives France	Paris	2	Outra empresa	100,0
281	DWS Alternatives Global Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
282	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
283	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
284	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,0
285	DWS CH AG	Zurique	1	Empresa de investimento	100,0
286	DWS Distributors, Inc.	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
287	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei	1	Firma de transação de títulos	60,0
288	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	1, 3	Empresa de participação financeira	79,5
289	DWS Group Services UK Limited	Londres	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
290	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	99,9
291	DWS International GmbH	Frankfurt	1	Empresa de investimento	100,0
292	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
293	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
294	DWS Investment S.A.	Luxemburgo	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
295	DWS Investments Australia Limited	Sydney	1	Empresa de investimento	100,0
296	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong	1	Empresa de investimento	100,0
297	DWS Investments Japan Limited	Tóquio	1	Empresa de investimento	100,0
298	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai	1	Empresa de investimento	100,0
299	DWS Investments Singapore Limited	Singapura	1	Empresa de investimento	100,0
300	DWS Investments UK Limited	Londres	1	Empresa de gestão de ativos	100,0
301	DWS Management GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
302	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	99,9
303	DWS Service Company	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
304	DWS Trust Company	Salem	1	Empresa de investimento	100,0
305	DWS USA Corporation	Wilmington	1	Empresa de participação financeira	100,0
306	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.I.	Hamburgo	2	Outra empresa	65,2
307	Elizabethan Holdings Limited	George Town	4	Instituição financeira	100,0
308	Elizabethan Management Limited	George Town	2	Outra empresa	100,0
309	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres	1	Instituição financeira	100,0
310	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
311	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão	2	Outra empresa	100,0
312	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
313	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
314	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl “Rimbachzentrum” KG	Bad Homburg	2	Outra empresa	74,9
315	G Finance Holding Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
316	G918 Corp.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
317	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium	1	Instituição financeira	100,0
318	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1, 5	Instituição financeira	0,0
319	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2, 3	Outra empresa	94,9
320	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
321	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	36,1
322	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2, 3	Outra empresa	64,7

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
323	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia	3, 4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
324	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
325	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf	2, 3, 5	Outra empresa	50,0
326	Immobilienfonds Mietwohnhäuser Quadrath-Ichendorf GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
327	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
328	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
329	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
330	J R Nominees (Pty) Ltd	Joanesburgo	2	Outra empresa	100,0
331	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev	1	Instituição de crédito	100,0
332	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio	1	Instituição financeira	100,0
333	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
334	Kidson Pte Ltd	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
335	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
336	LA Water Holdings Limited	George Town	1	Instituição financeira	75,0
337	LAWL Pte. Ltd.	Singapura	1	Instituição financeira	100,0
338	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
339	Leonardo III Initial GP Limited	Londres	4	Instituição financeira	100,0
340	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
341	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
342	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington	4	Empresa de resseguros	100,0
343	MIT Holdings, Inc.	Baltimore	1	Instituição financeira	100,0
344	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
345	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	100,0
346	norisbank GmbH	Bona	1	Instituição de crédito	100,0
347	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
348	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo	1	Instituição de crédito	100,0
349	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company (em dissolução)	Dublin	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
350	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
351	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
352	OPB-Nona GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
353	OPB-Oktava GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
354	OPB-Quarta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
355	OPB-Quinta GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
356	OPB-Septima GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
357	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
358	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia	1, 3	Instituição financeira	100,0
359	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
360	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
361	OPS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
362	OVT Trust 1 GmbH	Colónia	2	Outra empresa	100,0
363	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia	4	Instituição financeira	100,0
364	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
365	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
366	PB Factoring GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
367	PB Firmenkunden AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
368	PB International S.A.	Schuettringen	1	Instituição financeira	100,0
369	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	97,9
370	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
371	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	100,0
372	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
373	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
374	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
375	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	Instituição financeira	100,0
376	Postbank Finanzberatung AG	Hameln	2	Outra empresa	100,0
377	Postbank Immobilien GmbH	Hameln	2	Outra empresa	100,0
378	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
379	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	Instituição financeira	100,0
380	Postbank Systems AG	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
381	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jacarta	1	Empresa de investimento	99,0
382	PT. Deutsche Verdhana Sekuritas Indonesia	Jacarta	4, 5	Empresa de investimento	40,0
383	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
384	REO Properties Corporation	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
385	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
386	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
387	RREEF America L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
388	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
389	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
390	RREEF Fund Holding Co.	George Town	1	Instituição financeira	100,0
391	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai	2	Outra empresa	100,0
392	RREEF Management L.L.C.	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
393	RTS Nominees Pty Limited	Sydney	2	Outra empresa	100,0
394	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln	4	Instituição financeira	100,0
395	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
396	Sal. Oppenheim AG	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
397	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia	1	Instituição financeira	100,0
398	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Instituição financeira	100,0
399	Sechste Salomon Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia	1, 5	Instituição financeira	0,0
400	Service Company Four Limited	Hong Kong	2	Outra empresa	100,0
401	Sharps SP I LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
402	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano	2	Outra empresa	100,0
403	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington	1	Empresa de investimento	100,0
404	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
405	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	1	Instituição financeira	100,0
406	Tempurrite Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
407	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque	1	Instituição financeira	100,0
408	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt	2	Outra empresa	100,0
409	Triplereason Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
410	Ullmann - Esch Grundstücksgesellschaft Kirchnerstraße GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
411	Ullmann - Esch Grundstücksverwaltungsgesellschaft Disternich GbR	Troisdorf	2, 5	Outra empresa	0,0
412	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
413	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	Instituição de pagamento	100,0
414	Wealthspur Investment Ltd.	Labuan	4	Instituição financeira	100,0
415	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
416	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
417	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
418	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
419	Alixville Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
420	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
421	Amber Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
422	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amesterdão	2, 7	Instituição financeira	
423	Atena SPV S.r.l	Conegliano	1	Instituição financeira	60,0
424	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
425	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
426	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
427	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
428	Atlas Portfolio Select SPC	George Town	4	Instituição financeira	0,0
429	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
430	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	2, 7	Outra empresa	
431	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan	2	Outra empresa	
432	Cathay Capital Company Limited	Ebène	4	Instituição financeira	9,5
433	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong	2	Instituição financeira	
434	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town	2	Instituição financeira	
435	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
436	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
437	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
438	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
439	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
440	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
441	City Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
442	CLASS Limited	St. Helier	2, 7	Outra empresa	
443	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town	2	Instituição financeira	
444	Crofton Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
445	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
446	Dariconic Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
447	DB Apex Management Limited (em dissolução voluntária)	George Town	1	Instituição financeira	100,0
448	DB Aster II, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
449	DB Aster III, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
450	DB Aster, Inc.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
451	DB Aster, LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
452	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	90,0
453	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	1	Instituição financeira	100,0
454	DB Finance International GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
455	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town	2	Instituição financeira	
456	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town	2	Instituição financeira	0,0
457	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado Longo Prazo	São Paulo	2	Instituição financeira	0,0
458	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	
459	DB Immobilienfonds 2 KG i.L.	Frankfurt	1	Instituição financeira	74,0
460	DB Immobilienfonds 4 KG i.L.	Frankfurt	2	Outra empresa	0,2
461	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt	2	Outra empresa	92,0
462	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
463	DB Litigation Fee LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
464	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
465	db PBC	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
466	DB PWM	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
467	DB RC Holdings, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
468	DB Safe Harbour Investment Projects Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	1	Instituição financeira	100,0
469	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8015 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
470	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8017 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
471	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8018 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
472	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8019 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
473	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8020 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
474	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8021 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
475	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8023 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
476	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8024 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,1
477	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8025 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
478	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8026 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
479	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8028 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
480	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8029 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
481	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8030 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,1
482	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8031 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,1
483	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8033 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
484	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8036 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,1
485	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8040 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
486	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8041 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
487	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8013 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
488	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8014 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
489	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8016 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
490	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8022 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
491	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8027 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
492	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8032 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,1
493	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8034 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
494	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8037 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
495	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8038 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
496	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8039 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
497	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
498	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
499	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
500	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
501	DB Structured Finance 1 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
502	DB Structured Finance 2 Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
503	dbInvestor Solutions 2 Public Limited Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
504	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
505	DBX ETF Trust	Wilmington	2, 7	Outra empresa	
506	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim	2	Instituição financeira	
507	Deloraine Spain SL	Madrid	2	Instituição financeira	
508	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
509	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
510	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
511	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
512	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
513	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
514	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
515	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
516	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-7007 Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
517	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8002 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	14,2
518	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8011 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
519	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs, Series DBE-8012 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	0,0
520	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá	1	Firma de transação de títulos	100,0
521	Deutsche DWS Income Trust - DWS Short Duration High Income Fund	Boston	2	Outra empresa	94,8
522	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
523	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
524	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
525	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
526	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
527	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1, 5	Instituição financeira	0,0
528	DWS Access S.A.	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
529	DWS FlexPension	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
530	DWS Garant	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
531	DWS Invest	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
532	DWS World Protect 90	Luxemburgo	2	Outra empresa	
533	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo	2	Outra empresa	
534	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington	2	Instituição financeira	
535	Earls Four Limited	George Town	2, 7	Outra empresa	
536	EARLS Trading Limited	George Town	2	Instituição financeira	
537	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG i.I.	Colónia	2	Outra empresa	
538	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
539	Eirles Two Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
540	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin	1	Instituição financeira	100,0
541	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	2, 7	Outra empresa	
542	Emeris	George Town	2	Firma de transação de títulos	
543	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
544	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
545	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
546	European Strategic Real Estate Fund ICAV	Dublin	2	Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
547	Fondo Privado de Titulizacion Activos Reales 1 B.V.	Amesterdão	2	Outra empresa	
548	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
549	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
550	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
551	GAC-HEL, Inc.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
552	Galene S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	
553	Generations - Società di Investimento per Azioni a Capitale Fisso S.p.A.	Milão	2	Outra empresa	100,0
554	Gladyr Spain, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
555	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
556	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro	4	Instituição financeira	100,0
557	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington	2	Instituição financeira	
558	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town	2	Instituição financeira	
559	Groton Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
560	GWC-GAC Corp.	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
561	Hamildak Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
562	Havbell Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
563	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
564	Iberia Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
565	Iberia Inversiones II Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
566	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town	2	Instituição financeira	
567	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
568	Investor Solutions Limited	St. Helier	2, 7	Outra empresa	
569	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
570	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier	2	Empresa de serviços auxiliares	
571	Kelona Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
572	Kelsey Street LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
573	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
574	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	96,1
575	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	97,0
576	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
577	Ledyard, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
578	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
579	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano	1	Instituição financeira	70,0
580	87 Leonard Development LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
581	Leonardo Charitable 1 Limited	George Town	2	Empresa de serviços auxiliares	
582	Lerma Investments 2018, Sociedad Limitada	Madrid	2	Instituição financeira	
583	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano	2	Instituição financeira	
584	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
585	Lockwood Invest, S.L.	Madrid	2	Instituição financeira	
586	London Industrial Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
587	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
588	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier	2	Firma de transação de títulos	
589	Merlin I	George Town	2	Firma de transação de títulos	
590	Merlin XI	George Town	2	Firma de transação de títulos	
591	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
592	Micro-E Finance S.r.l.	Roma	2	Instituição financeira	
593	Midsel Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	Outra empresa	100,0
594	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	1, 3	Instituição financeira	100,0
595	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt	1	Instituição financeira	100,0
596	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
597	NCW Holding Inc.	Vancouver	1	Instituição financeira	100,0
598	New 87 Leonard, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
599	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1, 5	Instituição financeira	0,0
600	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
601	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	2, 7	Outra empresa	
602	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia	2	Instituição financeira	
603	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	2, 7	Instituição financeira	
604	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
605	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	2, 7	Instituição financeira	
606	PARTS Funding, LLC	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
607	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo	4	Instituição financeira	0,7
608	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg	2	Instituição financeira	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
609	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg	2, 3	Outra empresa	58,5
610	Peruda Leasing Limited	Londres	1	Instituição financeira	100,0
611	PERUS 1 S.à r.l.	Luxemburgo	2	Instituição financeira	
612	PES Carry and Employee Co-Investment Feeder SCSp	Munsbach	4	Instituição financeira	1,3
613	PES Carry and Employee Co-Investment GP S.à r.l.	Munsbach	2	Instituição financeira	
614	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati	1	Instituição financeira	95,0
615	Pinehurst Securities SA	Luxemburgo	2, 7	Instituição financeira	
616	Pinnacle aShares Dynamic Cash Fund (Managed Fund)	Brisbane	2	Outra empresa	54,3
617	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	1, 5	Instituição financeira	0,0
618	Reference Capital Investments Limited	Londres	1	Instituição financeira	99,9
619	REO Properties Corporation II	Wilmington	1, 5	Empresa de serviços auxiliares	0,0
620	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto	2	Instituição financeira	
621	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
622	Riviera Real Estate	Paris	2	Outra empresa	100,0
623	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
624	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington	1	Instituição financeira	100,0
625	Samburg Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
626	SCB Alpspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
627	Seaconview Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
628	Select Access Investments Limited	Sydney	2, 7	Outra empresa	
629	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
630	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	Empresa de participação financeira	100,0
631	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano	2	Outra empresa	100,0
632	SP Mortgage Trust	Wilmington	2	Outra empresa	100,0
633	Strategic Global Opportunities Limited - Class A Main USD	Nassau	2	Instituição financeira	
634	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin	2	Instituição financeira	
635	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn	1	Instituição financeira	100,0
636	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa	1	Instituição financeira	100,0
637	Tender Option Bond Series 2019-BAML3001 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	19,9
638	Tender Option Bond Series 2019-BAML3002 Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	20,0
639	Tender Option Bond Series 2019-BAML3501AB Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	15,0
640	Tender Option Bond Series 2019-BAML3502AB Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	15,0
641	Tender Option Bond Series 2019-BAML3503AB Trust	Wilmington	4	Empresa de serviços auxiliares	15,0
642	The Canary Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
643	The Emperor Star Trust	George Town	4	Empresa de serviços auxiliares	100,0
644	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo	2	Outra empresa	25,0
645	TRS Aria LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
646	TRS Elm II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
647	TRS Leda LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
648	TRS Maple II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
649	TRS Oak II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
650	TRS Scorpio LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
651	TRS SVCO LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
652	TRS Tupelo II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
653	TRS Venor LLC	Wilmington	4	Instituição financeira	100,0
654	TRS Walnut II LTD	George Town	1	Instituição financeira	100,0
655	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	2	Outra empresa	100,0
656	Vermögensfondmandat Flexible (80% teilgeschützt)	Luxemburgo	2	Outra empresa	
657	Wedverville Spain, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
658	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt	2	Instituição financeira	
659	Wibaux Invest, S.L.	Madrid	2	Outra empresa	
660	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
661	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
662	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben II KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,1
663	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0
664	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG i.L.	Düsseldorf	1, 3	Empresa de serviços auxiliares	98,2
665	Zumirez Drive LLC	Wilmington	1	Empresa de serviços auxiliares	100,0
666	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	4	Instituição financeira	50,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
667	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
668	Arabesque AI Ltd	Londres		Instituição financeira	24,9
669	Argantis GmbH i.L.	Colónia		Outra empresa	50,0
670	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Outra empresa	49,8
671	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
672	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
673	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	8	Outra empresa	99,9
674	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
675	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Firma de transação de títulos	49,9
676	Cyber Defence Alliance Limited	Londres	9	Outra empresa	0,0
677	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		Instituição financeira	25,9
678	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
679	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição financeira	29,1
680	Deutsche Regis Partners, Inc.	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
681	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
682	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
683	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Empresa de participação financeira	50,0
684	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
685	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	21,3
686	Elbe Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
687	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
688	equiNotes Management GmbH i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
689	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas		Outra empresa	40,0
690	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. “Leipzig-Magdeburg” KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
691	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden “Louisenstraße” KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
692	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
693	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		Instituição financeira	50,0
694	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
695	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
696	Grundstücksgesellschaft Bürohäuser Köln Rheinhallen GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	15,6
697	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	3,4
698	Grundstücksgesellschaft Köln Messe 15-18 GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,5
699	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
700	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
701	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	44,9
702	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
703	Grundstücksgesellschaft Schillingsrotter Weg GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
704	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Empresa de investimento	30,0
705	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
706	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
707	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	10,0
708	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colónia	3	Outra empresa	7,0
709	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	7,7
710	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	3	Outra empresa	9,7
711	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
712	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	22,9
713	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	22,9
714	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	30,1
715	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	17,4
716	Neo Strategic Holding Limited	Abu Dhabi		Instituição financeira	15,0
717	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	8	Outra empresa	96,7
718	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
719	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
720	Prestipay S.p.A.	Udine		Instituição financeira	40,0
721	Private Equity Gesellschaft bürgerlichen Rechts	Colónia	9	Instituição financeira	0,0
722	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
723	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
724	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
725	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
726	Robuterra AG	Zurique	9	Instituição financeira	0,0
727	Sakaras Holding Limited (em dissolução)	Naxxar	9	Instituição financeira	0,0
728	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
729	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
730	Strategic Fintech Investments S.A.	Luxemburgo		Instituição financeira	8,6
731	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	48,0
732	Trade Information Network Limited	Londres		Outra empresa	16,7
733	Triton Beteiligungs GmbH i.L.	Frankfurt		Outra empresa	33,1
734	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	8	Outra empresa	99,9
735	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
736	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
737	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	9	Outra empresa	0,0
738	Volbroker.com Limited	Londres		Instituição financeira	22,5
739	Weser Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
740	zeitinvest-Service GmbH	Eschborn		Outra empresa	25,0
741	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Firma de transação de títulos	33,3
742	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
743	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0
744	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
745	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
746	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
747	Acamar Holding S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
748	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
749	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
750	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
751	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
752	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
753	Adara S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
754	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
755	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
756	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
757	Agena S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
758	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
759	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
760	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
761	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
762	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
763	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
764	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
765	Asia Core Real Estate Fund SCA SICAV-RAIF	Luxemburgo	10	Outra empresa	29,9
766	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
767	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
768	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
769	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
770	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	10	Instituição financeira	50,0
771	Benefit Trust GmbH	Luetzen	1, 11, 12	Instituição financeira	100,0
772	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
773	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	33,2
774	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	32,0
775	BrisConnections Holding Trust	Kedron	13	Outra empresa	35,6
776	BrisConnections Investment Trust	Kedron	13	Outra empresa	35,6
777	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	11, 14	Outra empresa	95,6
778	DB Placement, LLC	Wilmington	8, 10	Outra empresa	100,0
779	DB RC Investments II, LLC	Wilmington	8, 10	Outra empresa	99,9
780	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	10	Instituição financeira	34,3
781	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôture	Luxemburgo	10	Instituição financeira	49,0
782	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
783	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
784	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
785	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
786	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
787	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
788	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
789	Eisler Capital (TA) Ltd	Londres	13	Outra empresa	34,7
790	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	10	Instituição financeira	50,0
791	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
792	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
793	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
794	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
795	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
796	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Tegernsee	13	Outra empresa	28,1
797	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Tegernsee	13	Outra empresa	28,2
798	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH i.L.	Gruenwald	11	Outra empresa	100,0
799	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.I.	Jork	13	Outra empresa	24,3
800	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim	10	Instituição financeira	20,5
801	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	10	Outra empresa	49,0
802	IOG Denali Upton, LLC	Dover	13	Outra empresa	23,0
803	IOG NOD I, LLC	Dover	13	Outra empresa	22,5
804	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
805	Kinneil Leasing Company	Londres	10	Instituição financeira	35,0
806	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	8. 13. 15. 16	Instituição financeira	77,1
807	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	13	Instituição financeira	50,0
808	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	10	Instituição financeira	49,7
809	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.I.	Hamburgo	13	Outra empresa	38,5
810	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	40,0
811	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.I.	Hamburgo	13	Outra empresa	34,0
812	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	33,0
813	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	33,0
814	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	13	Outra empresa	35,3
815	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.I.	Hamburgo	13	Outra empresa	34,5
816	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
817	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
818	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
819	New Energy Biomasse Hellas GmbH i.L.	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
820	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
821	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
822	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	3, 5, 11	Instituição financeira	27,7
823	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
824	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
825	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
826	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.I.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
827	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
828	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
829	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
830	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
831	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
832	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
833	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
834	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
835	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
836	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
837	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
838	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
839	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
840	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
841	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
842	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
843	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
844	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
845	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
846	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
847	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
848	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
849	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
850	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
851	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
852	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
853	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
854	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
855	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
856	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	11	Instituição financeira	58,5
857	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
858	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
859	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
860	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
861	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
862	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
863	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
864	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	33,2
865	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
866	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	71,1

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
867	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
868	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
869	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
870	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
871	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
872	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
873	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
874	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
875	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
876	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	94,7
877	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	8, 10	Instituição financeira	100,0
878	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
879	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
880	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
881	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
882	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
883	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
884	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
885	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG i.L.	Düsseldorf	1, 11	Instituição financeira	83,8
886	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
887	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
888	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
889	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
890	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
891	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	10	Outra empresa	30,5
892	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
893	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
894	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
895	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
896	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	100,0
897	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
898	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
899	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
900	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	11	Instituição financeira	100,0
901	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
902	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
903	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
904	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
905	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
906	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
907	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
908	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
909	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
910	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
911	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
912	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
913	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
914	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
915	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
916	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
917	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf	1, 11	Instituição financeira	100,0
918	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf	1, 11	Instituição financeira	100,0
919	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
920	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	10	Instituição financeira	25,0
921	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
922	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
923	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	10	Instituição financeira	50,0
924	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
925	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
926	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
927	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
928	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
929	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
930	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
931	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	8, 10	Outra empresa	95,0
932	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
933	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
934	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
935	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
936	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
937	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH i.L.	Darmstadt	10	Instituição financeira	50,0
938	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
939	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
940	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
941	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
942	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
943	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
944	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
945	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	25,0
946	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
947	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
948	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
949	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
950	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
951	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
952	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
953	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
954	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
955	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
956	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	50,0
957	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
958	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
959	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
960	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Instituição financeira	50,0
961	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
962	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
963	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	Outra empresa	50,0
964	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	Instituição financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
965	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	George Town		Instituição financeira	8,8
966	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição financeira	5,6
967	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
968	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
969	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
970	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
971	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
972	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
973	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
974	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
975	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
976	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
977	PT Trikomsel OKE Tbk	Jacarta		Outra empresa	12,0
978	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		Instituição de crédito	11,8
979	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Empresa de investimento	7,1

45 – Impacto da transformação no Deutsche Bank

Em 7 de julho de 2019, o Deutsche Bank anunciou várias medidas transformadoras relativas aos negócios do Grupo e à sua organização. Os impactos imediatos e secundários que estas medidas tiveram sobre os resultados operacionais e a posição financeira do Grupo são divulgados em seguida.

Imparidade de *goodwill*

O Grupo avalia periodicamente se existe alguma indicação de que o *goodwill* afetado às suas unidades geradoras de caixa (CGU) pode não sofrer perdas por imparidade, situação em que seria necessário estimar o valor recuperável da respetiva CGU. Desencadeado pelo impacto de uma perspetiva reduzida sobre os planos de negócios, e impulsionado tanto por ajustamentos a fatores macroeconómicos como pelo impacto das decisões estratégicas na preparação do anúncio de transformação acima referido, no segundo trimestre de 2019 o Grupo analisou os montantes recuperáveis das suas CGU. Esta revisão resultou numa ligeira queda dos montantes recuperáveis em relação aos respetivos valores contabilísticos de CGU para as CGU Wealth Management (WM), no âmbito da antiga divisão corporativa do Private & Commercial Bank (PCB), e Global Transaction Banking & Corporate Finance (GTB & CF), no âmbito da antiga divisão corporativa do Corporate & Investment Bank.

Com um valor recuperável de aproximadamente 1,9 mil milhões de euros para a WM, o goodwill na WM (545 milhões de euros) foi prejudicado e teve de ser totalmente amortizado, principalmente em resultado do agravamento de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro, bem como correções do crescimento do mercado específicas do setor para o negócio da WM a nível global. Para a GTB e CF, o valor recuperável de aproximadamente 10,2 mil milhões de euros levou à total imparidade de goodwill atribuído (491 milhões de euros). Isto deveu-se principalmente a tendências desfavoráveis da indústria no financiamento das empresas, bem como a ajustamentos de pressupostos macroeconómicos, incluindo curvas de taxas de juro. Os encargos com imparidades totais de mil milhões de euros foram registados em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis dos respetivos resultados dos segmentos Private Bank (PB, 545 milhões de euros) e Corporate Bank (CP, 491 milhões de euros) no segundo trimestre de 2019.

As taxas de desconto aplicadas na estimativa dos valores recuperáveis das respetivas CGU foram as seguintes:

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2019	2018
Global Transaction Banking & Corporate Finance	8,6%	8,8%
Wealth Management	8,4%	9,0%

Imparidades e amortizações de software de desenvolvimento próprio

Em consonância com o anúncio de transformação, o Grupo também reviu o software da plataforma atual e o software em desenvolvimento atribuídos a empresas sujeitas à estratégia de transformação. Por conseguinte, a reavaliação dos respetivos montantes recuperáveis conduziu a uma imparidade de software de desenvolvimento próprio de 855 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, do qual, no CB 148 milhões de euros, no IB 201 milhões de euros, no PB 149 milhões de euros e na CRU 358 milhões de euros.

Além disso, o Grupo incluía a amortização em software de títulos de capital sujeito à estratégia de transformação de 114 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na CRU. A redução da imparidade, bem como a amortização do software, estão incluídas nas despesas gerais e administrativas dos resultados do Grupo em 2019.

Imparidade dos ativos com direito de uso e outros impactos conexos

Como parte do anúncio da estratégia em 7 de julho de 2019 para reduzir ainda mais os custos, o Grupo reconheceu imparidades, uma depreciação acelerada ou mais elevada dos ativos com direito de uso (RoU), abatimentos de ativos e uma depreciação acelerada das beneficiações em propriedades arrendadas e mobiliário, provisões para contratos onerosos para custos que não sejam de locação, depreciação dos custos de reintegração capitalizados e outros custos únicos de relocalização de 137 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dos quais no CB 12 milhões de euros, no IB 13 milhões de euros, no PB 38 milhões de euros, na AM 30 milhões de euros, na CRU 5 milhões de euros, e em Corporate & Other 38 milhões de euros.

Contratos de serviços

As alterações esperadas no âmbito dos contratos de serviços existentes com fornecedores externos resultaram na criação de provisões com uma taxa de despesas no valor de 23 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na CRU.

Ajustamentos de avaliação de ativos por impostos diferidos

Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade. Na atualização do plano estratégico relacionado com a transformação, o Grupo ajustou o valor dos seus ativos por impostos diferidos nas jurisdições afetadas. Tal resultou em ajustamentos de avaliação totais de 2,8 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que se referem principalmente aos EUA e ao Reino Unido.

Encargos de reestruturação

A partir do anúncio da transformação do Deutsche Bank, em 7 de julho de 2019, designámos todas as despesas de reestruturação relacionadas com o anúncio da transformação e a subsequente reorganização do negócio e as alterações de perímetro que resultaram em 611 milhões de euros de despesas de reestruturação para o Grupo em 31 de dezembro de 2019. Estas despesas incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. Aproximadamente 1.600 colaboradores equivalentes a tempo inteiro (FTE) foram afetados pela reorganização e as alterações no exercício de 2019.

Para além destas despesas de reestruturação, em 31 de dezembro de 2019 foram registados 97 milhões de euros de indemnizações relacionadas com o anúncio da transformação.

Reclassificação do modelo de negócio de instrumentos financeiros

O anúncio da estratégia de transformação em 7 de julho de 2019 resultou numa reavaliação dos modelos de negócio para os ativos financeiros transferidos para o recém-criado segmento Unidade de Libertação de Capital (CRU). A CRU tem os seus próprios objetivos e a sua equipa de gestão, e acelerará a diminuição de risco de determinadas posições. Da reavaliação do modelo de negócio resultou que determinadas carteiras que se situavam anteriormente em modelos de negócio Deter para recolher (HTC) estão a ser reclassificadas como modelos de negócio Deter para recolher e vender (HTC&S) ou Negociação/Outros. A data de reclassificação foi 1 de outubro de 2019.

À data de reclassificação, 128 milhões de euros de valor contabilístico, sem provisões para perdas de crédito (LLP), os ativos financeiros em modelos de negócio Deter para recolher classificados como empréstimos ao custo amortizado foram reclassificados como modelos de negócio Deter para recolher e vender e reclassificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, com um justo valor de 126 milhões de euros. A redução de 2 milhões de euros do valor contabilístico é registada em Outro rendimento integral acumulado.

À data de reclassificação, 278 milhões de euros de valor contabilístico, sem LLP, os ativos financeiros em modelos de negócio Deter para recolher classificados como empréstimos ao custo amortizado foram reclassificados como modelos de negociação/outros e reclassificados como ativos financeiros pelo justo valor através de resultados, com um justo valor de 266 milhões de euros. A redução de 12 milhões de euros do valor contabilístico é registada em Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados.

Outras despesas relacionadas com a transformação

Em resultado da transformação estratégica, o Grupo reconheceu outras despesas relacionadas com a transformação, incluindo custas judiciais, honorários de consultoria e honorários de consultoria de TI de 15 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dos quais no PB 5 milhões de euros e na CRU 11 milhões de euros.

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão combinado

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respetivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2019 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas. Além disso, auditámos o relatório de gestão combinado do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019. Em conformidade com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo das componentes do relatório de gestão combinado especificadas na secção "Outras informações" do nosso relatório do auditor.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB [Handelsgesetzbuch – Código Comercial alemão] e, em conformidade com estes requisitos, dar uma imagem fiel dos ativos, passivos e da posição financeira do Grupo da 31 de dezembro de 2019 e do respetivo desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e
- o relatório de gestão combinado na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão combinado está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. O nosso parecer sobre o relatório de gestão combinado não abrange o conteúdo das componentes do relatório de gestão combinado especificadas na secção "Outras informações" do relatório do auditor.

Nos termos do artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão combinado.

Fundamentação do parecer

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão combinado em conformidade com a secção 317 do HGB e com o Regulamento n.º 537/2014 da UE relativo a auditorias (doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de gestão combinado” do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão combinado.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Questões de auditoria essenciais são as questões que, na nossa opinião profissional, foram da maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

Dados não observáveis utilizadas para a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3

No que se refere às principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas (secções "Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral"). Para informações sobre instrumentos financeiros de nível 3, consultar a Nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

Instrumentos financeiros de nível 3 consistem em ativos e passivos financeiros. À data de comunicação de informações, o Grupo relata ativos financeiros detidos pelo justo valor de nível 3 no valor de 24,4 mil milhões de euros, representando 4,2% dos ativos financeiros pelo justo valor e 1,9% do total dos ativos. Os passivos financeiros de nível 3 ascendem a 8,6 mil milhões de euros, representando 2,1% dos passivos financeiros pelo justo valor e 0,7% do total do passivo, respetivamente.

Por definição, os preços de mercado não são observáveis para a avaliação destes instrumentos financeiros. Os justos valores devem, por isso, ser determinados com base nos métodos de avaliação aceites. Estes métodos de avaliação podem consistir em modelos complexos e podem incluir pressupostos e estimativas de dados não observáveis que requerem pareceres.

O risco de demonstração financeira decorre principalmente de modelos de avaliação complexos ou de parâmetros de avaliação inobserváveis, como fluxos de caixa descontados, níveis de volatilidade, correlações e spreads de crédito que são utilizados inadequadamente para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros de nível 3.

A nossa abordagem de auditoria

Para determinar a nossa abordagem de auditoria, inicialmente avaliámos a adequabilidade geral e o potencial para declarações inexatas em modelos e parâmetros que incluem dados não observáveis e, quando aplicável, ajustamentos de avaliação associados utilizados para a avaliação dos instrumentos financeiros de nível 3.

Com base na nossa avaliação de risco, determinámos uma abordagem de auditoria, incluindo controlo e testes substantivos.

Para avaliar a adequabilidade dos controlos internos do Grupo relativamente à avaliação de instrumentos financeiros e determinação de dados não observáveis dos mesmos, avaliámos a conceção e a implementação e testámos a eficácia operacional de controlos-chave. Também recorremos a especialistas de avaliação internos da KPMG conforme necessário. Os procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a, controlos sobre:

- procedimentos de verificação independente de preços efetuados pelo Grupo para avaliar a adequabilidade dos principais parâmetros inobserváveis introduzidos utilizados para instrumentos financeiros de nível 3,
- validação de modelos de avaliação utilizados pelo Grupo, incluindo a avaliação do impacto das limitações e pressupostos do modelo e
- cálculo e registo de ajustamentos de avaliação para determinar o justo valor.

Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de compensação adicionais. Tivemos em conta os resultados da nossa auditoria ao conceber a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais.

Efetuámos procedimentos substantivos, entre outros, numa seleção baseada no risco de instrumentos financeiros de nível 3. Estes incluem em particular:

- desempenho de verificação independente de preços, com recurso a especialistas de avaliação internos da KPMG em transações individuais selecionadas de instrumentos financeiros,
- realização de procedimentos para determinar a adequação dos processos de elaboração de estimativas, incluindo modelos e metodologias significativos utilizados no cálculo dos justos valores e dos ajustamentos da avaliação de financiamento, avaliando os pressupostos significativos, comparando os pressupostos com os dados obtidos a partir de fontes internas e externas, e avaliando os pressupostos à luz da informação histórica e do mercado, e
- inspeção de uma seleção de informações sobre preços de terceiros de transações recentes e potenciais e avaliação se estes dados indicam elementos de justo valor que exigiram a incorporação nas metodologias de avaliação da empresa.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimento de auditoria substantivos, consideramos apropriados os modelos e parâmetros relacionados utilizados para avaliar instrumentos financeiros de nível 3.

Avaliação da Provisão para perdas de crédito

Para uma descrição qualitativa e quantitativa das principais políticas contabilísticas e estimativas, incluindo as implicações da adoção pela primeira vez das IFRS 9, consultar a Nota 2 nas demonstrações financeiras consolidadas (secção "Normas contabilísticas novas e recentemente adotadas"). Para informações sobre a provisão no âmbito das IFRS 9, consultar a Nota 21 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

Em 31 de dezembro de 2019, o Deutsche Bank relatou uma provisão para perdas de crédito de ativos financeiros no valor de 4,1 mil milhões de euros no seu balanço consolidado.

O Deutsche Bank aplica uma abordagem em três fases para mensurar a previsão, utilizando um modelo ECL conforme exigido pela norma contabilística IFRS 9 “Instrumentos financeiros”. A provisão na fase 1 representa as perdas de crédito esperadas de 12 meses. A provisão na fase 2 está relacionada com instrumentos financeiros com um risco de crédito significativamente maior desde o reconhecimento inicial e a provisão na fase 3 está relacionada com ativos financeiros em incumprimento. As provisões na fase 2 e na fase 3 representam as perdas de crédito esperadas na duração.

A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros nas fases 1 e 2, bem como na fase 3 da carteira homogénea, envolve a utilização de modelos, dados, pressupostos e juízos complexos. A provisão é determinada em função dos seguintes parâmetros associados ao instrumento financeiro: probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD).

O risco da demonstração financeira decorre da determinação imprecisa das provisões para perdas de crédito esperadas devido ao elevado grau de incerteza das estimativas. Estas incertezas de estimativa baseiam-se na complexidade e no juízo relativos aos modelos para determinar os parâmetros acima mencionados, bem como às notações internas, aos critérios para identificar um aumento significativo do risco de crédito (SICR) e à seleção das variáveis macroeconómicas.

A nossa abordagem de auditoria

Com base na nossa avaliação do risco e na nossa avaliação do risco de erro, determinamos uma abordagem de auditoria, incluindo controlos e testes substantivos, como base do nosso parecer de auditoria. Por conseguinte, com o envolvimento dos nossos profissionais das tecnologias da informação e da gestão do risco financeiro com competências especializadas, conhecimento do setor e experiência relevante, avaliámos a conceção, implementação e eficácia operacional de determinados controlos ao longo do processo do banco para estimar a provisão para perdas de crédito, e executámos determinados procedimentos substantivos.

Os controlos testados foram incluídos, mas não se limitaram aos controlos relacionados com:

- os pressupostos e juízos de valor significativos utilizados pela administração para estimar as notações internas;
- a validação dos modelos que determinam a PD, a LGD e a EAD,
- a avaliação dos critérios SICR, e
- a revisão das variáveis macroeconómicas.

Para os sistemas de TI e sistemas de processamento de dados individuais utilizados neste contexto, verificámos a eficácia da aplicação dos controlos com o envolvimento dos nossos especialistas em TI.

Além disso, com o envolvimento dos nossos profissionais de gestão do risco financeiro, executámos, entre outros, os seguintes procedimentos substantivos:

- avaliámos as metodologias de provisão para perdas de crédito do banco para o cumprimento da IFRS 9,
- recalculámos, para uma amostra de carteiras, a PD, a LGD, a EAD e a ECL correspondentes,
- avaliámos, para uma amostra de modelos significativos, a validação dos modelos por parte do banco,
- testámos, para uma seleção de contrapartes, as notações de risco internas atribuídas, incluindo a capacidade de pagamento da contraparte, e avaliámos os critérios utilizados para identificar se houve um aumento significativo do risco de crédito; e
- avaliámos as principais previsões macroeconómicas, comparando as previsões históricas da empresa com os resultados efetivos e com outros dados publicamente disponíveis.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, concluímos que o juízo relativo aos modelos para determinar a probabilidade de incumprimento, a perda por incumprimento e a exposição em caso de incumprimento, bem como as notações internas, os critérios para identificar um aumento significativo do risco de crédito (SICR) e a seleção das variáveis macroeconómicas foram adequadamente aplicados.

Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Para uma descrição das principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas, bem como dos pressupostos subjacentes para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” (secção “Impostos sobre o rendimento”). Para informações sobre ativos por impostos diferidos, consultar a Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas.

O risco de demonstração financeira

As demonstrações financeiras consolidadas contêm ativos por impostos diferidos de 5,4 mil milhões de euros líquidos.

O reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos contém pareceres e além de fatores objetivos, também várias estimativas relativas ao lucro tributável futuro e à utilidade de perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais.

O risco da demonstração financeira decorre principalmente da utilidade futura dos ativos por impostos diferidos ser estimada de forma inadequada. A estimativa da utilização futura depende do potencial tributável futuro baseado no plano de negócios, o qual está sujeito a incertezas, e tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos. Estes incluem em particular pressupostos sobre o desenvolvimento de resultados antes de impostos, a análise de rubricas não recorrentes e os efeitos permanentes que determinam o lucro tributável disponível no futuro. Estas estimativas devem ainda considerar os desenvolvimentos políticos e económicos atuais e as considerações fiscais específicas sobre a jurisdição e as estratégias de planeamento fiscal, bem como a transformação estratégica do Grupo.

A nossa abordagem de auditoria

Realizámos uma avaliação de risco para compreender os regulamentos e a legislação fiscal aplicáveis ao Grupo. Com base nisso, realizámos ambos os testes de controlos-chave internos e procedimentos de auditoria substantivos com o auxílio de especialistas fiscais e de avaliação internos da KPMG. Como parte da nossa auditoria, examinamos, entre outros, o teste da conceção, implementação e eficácia operacional de controlos internos relativamente ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos no Grupo, incluindo o desenvolvimento dos pressupostos que foram utilizados para determinar o futuro lucro tributável estimado.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de auditoria substantivos, entre outros, para uma seleção baseada no risco de ativos por impostos diferidos em diferentes países. Isto incluiu, entre outros:

- a avaliação da metodologia do Grupo utilizada para o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em conformidade com a IAS 12,
- a avaliação da adequação dos parâmetros aplicados aos planos de negócios e a realização de análises de sensibilidade sobre a expectativa da empresa de lucros tributáveis futuros; e
- a avaliação da interpretação das diversas legislações e regulamentações fiscais e da proveniência e natureza do lucro tributável futuro, bem como da prudência e viabilidade das estratégias de planeamento fiscal.

As nossas observações

A utilização dos ativos por impostos diferidos é avaliada como sendo adequada com base no potencial de rendimento tributável futuro com base no plano de negócios, tendo em conta o desenvolvimento esperado de pressupostos e parâmetros determinantes de valor essenciais aqui incluídos.

Gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro

Para uma descrição dos controlos internos sobre o processo de relato financeiro, incluindo controlos de gestão de acesso de TI, consultar o relatório combinado de gestão na secção “Controlo interno sobre o relato financeiro”.

O risco de demonstração financeira

O processo de relato financeiro é extremamente dependente das tecnologias da informação e da disponibilidade de dados eletrónicos completos e exatos devido à dimensão e à complexidade do Grupo. Por isso, a concessão inapropriada ou monitorização ineficaz de direitos de acesso a sistemas de TI representa um risco para a exatidão do relato financeiro. Este risco aplica-se principalmente a sistemas com direitos de acesso que não correspondem a um princípio “necessidade de saber” ou “necessidade de ter”, ou seja, o acesso é concedido apenas com base nos requisitos da função e não existe qualquer outro requisito de autorização, ou ao princípio de segregação de funções, ou seja entre os departamentos de especialistas e TI, bem como entre as operações de aplicação e desenvolvimento.

Direitos de acesso não autorizados ou extensivos e uma falta de segregação de funções resultam num risco de manipulação de dados intencional ou não intencional, que poderia ter uma incidência significativa na exaustividade e exatidão das demonstrações financeiras. Por conseguinte, a conceção e a conformidade com as respetivas precauções são uma questão significativa para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria

Conseguimos compreender o ambiente de controlo relacionado com TI do negócio do Grupo. Adicionalmente, realizámos uma avaliação do risco e identificámos aplicações de TI, bases de dados e sistemas operativos que são relevantes para a nossa auditoria.

Para controlos dependentes de TI relevantes no processo de relato financeiro (denominados por controlos de aplicação de TI) identificámos os controlos de TI gerais auxiliares e avaliámos a sua conceção, implementação e eficácia operacional. Testámos controlos-chave, principalmente na área da proteção de acesso e ligação desses controlos à exaustividade e exatidão do relato financeiro. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Teste dos controlos relativos ao acesso inicial concedido aos sistemas de TI para novos colaboradores ou colaboradores que estão a mudar de função, se esse acesso esteve sujeito a análise apropriada e se foi aprovado por uma pessoa autorizada em consonância com o conceito de autorização baseada na função.
- Teste dos controlos relativos à remoção do acesso de um colaborador ou de um antigo colaborador num período de tempo apropriado após estes terem mudado de função ou terem saído da empresa.
- Teste dos controlos relativos à adequabilidade dos direitos de acesso do sistema para autorizações privilegiadas ou administrativas (superutilizador) sujeitos a um procedimento de atribuição de autorização restritiva e à análise regular dos mesmos.

Adicionalmente, efetuámos procedimentos de teste específicos na área da proteção de palavras-passe, definições de segurança relativas a modificações para aplicações, bases de dados e sistemas operativos, a segregação dos utilizadores de TI e do departamento de especialistas e a segregação dos colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de programas e dos responsáveis pelas operações do sistema. Nos casos em que obtivemos resultados sobre a conceção ou eficácia dos controlos, testámos controlos de remuneração complementar para outras provas de remuneração.

Considerando os resultados dos nossos testes de controlos, decidimos sobre a natureza e o âmbito de procedimentos de auditoria substantivos adicionais a efetuar. Nomeadamente, onde identificámos autorizações de utilizador que não estavam a ser retiradas atempadamente após sair do Banco, efetuámos uma inspeção do registo de atividade de utilizadores individuais para determinar se ocorreram atividades não autorizadas que afetariam substancialmente a exaustividade e exatidão da informação financeira processada.

Adicionalmente, através de testes de detalhe, avaliámos se os desenvolvedores de programas tinham direitos de aprovação no processo de modificação e se conseguiam efetuar quaisquer modificações nas versões produtivas das aplicações, bases de dados e sistemas operativos para avaliar se estas responsabilidades estavam segregadas funcionalmente. Também analisámos a segregação de funções em sistemas de negociação e de pagamento críticos a fim de avaliar se a segregação de funções entre a negociação e o processamento administrativo foi cumprida.

As nossas observações

Com base nos resultados dos nossos testes de controlos-chave e procedimentos de auditoria substantivos, consideramos que a gestão de acesso de TI no processo de relato financeiro respeita de uma forma geral os requisitos de exaustividade e exatidão dos dados relevantes do relato financeiro.

Outra informação

Os órgãos de gestão são responsáveis pela outra informação. As outras informações incluem as seguintes componentes do relatório de gestão combinado, cujo conteúdo não foi auditado:

– o relatório não financeiro combinado da sociedade e do Grupo, que é referenciado no relatório de gestão combinado, e
– a declaração combinada de governo da sociedade e do Grupo, que é referenciada no relatório de gestão combinado.

As outras informações incluem também as restantes partes do relatório anual.

As outras informações não incluem as demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de gestão combinado e o relatório do nosso auditor.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão combinado não abrangem a outra informação e, consequentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

– é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, com o relatório de gestão combinado, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
– se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Responsabilidade do Conselho de Fiscalização e da Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas e pelo Relatório de Gestão Combinado

Os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, conferem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessário para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os órgãos de gestão são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o Grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os órgãos de gestão são responsáveis pela preparação do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição combinada e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os órgãos de gestão são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a preparação do relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão combinado.

O conselho de fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão combinado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas pela Auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas e do Relatório de Gestão Combinado

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição combinada e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a secção 317 do HGB e com o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as Normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detete sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão combinado.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão combinado, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao de uma resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão combinado a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas pelos órgãos de gestão e a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos órgãos de gestão e divulgações relacionadas.
- Tirar conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos órgãos de gestão da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo para manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão combinado ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do Grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos da secção 315e, n.º 1 do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do Grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão combinado. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão combinado com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação alemã, e a perspetiva que proporciona da posição do Grupo.
- Efetuar procedimentos de auditoria sobre a informação prospetiva apresentada pelos órgãos de gestão no relatório de gestão combinado. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos como auditor do grupo pela assembleia-geral anual realizada a 23 de maio de 2019. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização a 10 de dezembro de 2019. Nós ou as nossas sociedades antecessoras somos revisores de contas da Deutsche Bank Aktiengesellschaft e respetivas empresas antecessoras desde 1952.

Declaramos que os pareceres expressados no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Fornecemos os serviços seguintes adicionalmente à auditoria financeira, conforme divulgado na Nota 42 – “Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 315.º-A do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã”.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Burkhard Böth.

Frankfurt am Main, March 13, 2020

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer
[auditor público alemão]

Böth
Wirtschaftsprüfer
[auditor público alemão]

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, March 12, 2020

Christian Sewing

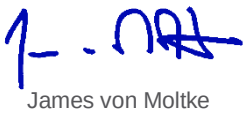
Karl von Rohr

Fabrizio Campelli

Frank Kuhnke

Bernd Leukert

Stuart Lewis


James von Moltke

Christiana Riley

Werner Steinmüller

3-

Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade

428	**Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização**
443	**Relato e Transparência**
443	**Operações com partes relacionadas**
444	**Auditoria e controlo**
447	**Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão**

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas em 14 de fevereiro de 2020.

Em 11 de março de 2020, Sigmar Gabriel tornou-se, com efeitos imediatos, membro do Conselho de Fiscalização, a título de nomeação pelo Tribunal Distrital de Frankfurt. Ao mesmo tempo, sucedeu a Katherine Garrett-Cox como membro do Comité de Integridade.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos do Deutsche Bank AG e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, particularmente, a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como um controlo acionista e uma organização de negócios corretos. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por obter uma representação adequada das mulheres (informação mais pormenorizada na secção "Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género" nesta declaração de governo da sociedade/relatório de governo da Sociedade).

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

Foram nomeados, por um período de três anos, os seguintes membros do Conselho de Administração:

- Frank Kuhnke, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019
- Fabrizio Campelli, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2019
- Christiana Riley e Bernd Leukert, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020
- Professor Dr. Stefan Simon, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2020.

No exercício de 2019, os seguintes membros do Conselho de Administração saíram do Conselho de Administração:

- Em 31 de julho de 2019: Sylvie Matherat, Garth Ritchie e Frank Strauß.

Em seguida, são apresentadas informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Grupo Deutsche Bank.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2022

Christian Sewing tornou-se membro do nosso Conselho de Administração a 1 de janeiro de 2015 e foi nomeado Presidente do Conselho de Administração com efeitos a partir de 8 de abril de 2018. É responsável pelo Conselho de Administração de acordo com o plano de afetação de negócios para as áreas de Communications & Corporate Social Responsibility (CSR), Investigação e Auditoria do Grupo. Desde julho de 2019, é responsável pelos recém-criados Corporate Bank e Investment Bank. Até julho de 2019, foi responsável pela área de Asset Management (AM) e pela região do banco Europa, Médio Oriente, África (EMEA) e pelo negócio do banco na região das Américas até dezembro de 2019.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Até 31 de julho de 2019, foi Presidente do Conselho de Fiscalização do DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2023

Karl von Rohr tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015 e foi nomeado Presidente em 8 de abril de 2018. Em julho de 2019, assumiu a responsabilidade pelo Private Bank e a área de Asset Management (AM) no Conselho de Administração. É igualmente responsável pelo Departamento Administrativo (CAO) para os assuntos jurídicos, de governação do Grupo e de Government & Regulatory Affairs no Conselho de Administração. É também o diretor regional para a Alemanha. Até outubro de 2019, foi diretor de relações laborais (Arbeitsdirektor) do Deutsche Bank AG.

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1997. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos Humanos do Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

O Sr. von Rohr é presidente do Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA e, desde 1 de agosto de 2019, Presidente do Conselho de Fiscalização do DB Privat-und Firmenkundenbank AG.

Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973
Data da primeira nomeação: 2019
Data de termo do mandato: 2022

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. Ele é o nosso Diretor de Transformação e é responsável por Assuntos de transformação e Recursos Humanos.

Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Diretor-Adjunto de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank (Suisse) SA.

Frank Kuhnke

Ano de nascimento: 1967
Data da primeira nomeação: 2019
Data de termo do mandato: 2021

Frank Kuhnke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2019. É o nosso Diretor de Operações e é responsável pelos serviços corporativos e pelas operações do Corporate Bank/Investment Bank/Capital Release Unit (CB/IB/CRU) (excluindo as operações de liquidação) e pelas operações de Know-Your-Customer (KYC) do BC/IB/CRU (anteriormente operações do CIB, incluindo a gestão do ciclo de vida do cliente). Em julho de 2019, Frank Kuhnke também assumiu a responsabilidade pela Capital Release Unit e pela região da Europa, Médio Oriente e África (EMEA). Até dezembro de 2019, foi responsável pelas áreas de segurança da informação, gestão de dados e estratégia digital e inovação.

Ingressou no Deutsche Bank em 1986 e foi nomeado diretor de operações do Deutsche Bank em abril de 2018. Entre janeiro de 2016 e abril de 2018 foi diretor de controlo de divisão, diretor administrativo e diretor de operações do Private & Commercial Bank. Antes disso, Kuhnke foi diretor de controlo de divisão do Deutsche Asset & Wealth Management. Entre 2012 e 2015, trabalhou na Non-Core Operations Unit do Deutsche Bank, primeiro como diretor de risco e depois como diretor de operações (COO). Entre 2008 e 2012, ocupou posições de direção de risco, sedeado em Londres. Durante a sua carreira, trabalhou em várias divisões e funções de infraestruturas em Tóquio, Nova Iorque e na Alemanha e liderou organizações globais no seio do Grupo Deutsche Bank.

Antes de se graduar com o diploma da Bank Akademie Lüneburg, Kuhnke terminou um estágio em banca no Deutsche Bank.

Kuhnke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni.

Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2022

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o nosso diretor de tecnologia, dados e inovação e é responsável pelos departamentos de informações, tecnologia, dados e segurança, bem como pelas operações de liquidação do BC/IB/CRU.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: Bertelsmann SE & co. KGaA e TomTom N.V..

Stuart Lewis

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2023

Stuart Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. É o diretor de risco responsável pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco não financeiro, Risco de mercado e Risco de liquidez, bem como por outras entidades de infraestruturas de risco. Além disso, desde julho de 2019 assumiu a responsabilidade pelas áreas de Conformidade, Combate ao crime financeiro (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pela região do Reino Unido e Irlanda.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres.

Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É Presidente do Conselho Consultivo da DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH e Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Società per Azioni.

James von Moltke

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2023

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017. É o nosso Diretor financeiro e nesta função é responsável, entre outras coisas, por Finanças, Fiscalidade do Grupo, Tesouraria, Relações com os investidores, bem como Fusões e aquisições corporativas e Corporate Investments.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira na Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos me Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de fusões e aquisições corporativas em 2009. Três anos mais tarde tornou-se Diretor global de planeamento financeiro do US.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

Christiana Riley

Ano de nascimento: 1978
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2022

Christiana Riley tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É a nossa Diretora Regional das Américas.

A Sra. Riley ingressou no Deutsche Bank em 2006, onde foi a mais recente Diretora Financeira do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, tinha passado nove anos na área Group Strategy & Planning, que geriu entre 2011 e 2015. Anteriormente, a Sra. Riley trabalhou na consultora de gestão McKinsey & Company e no banco de investimento Greenhill & Co.

Licenciou-se em 2000 na Universidade de Princeton, na América, onde estudou Línguas Românticas, Literatura e Linguística. Estudou também na London Business School, no Reino Unido, onde concluiu um mestrado em administração de empresas em 2005.

A Sra. Riley é membro do Conselho de Fiscalização da Clearing House Payments Company LLC.

A Sra. Riley é a Diretora Geral da DB USA Corporation.

Werner Steinmüller

Ano de nascimento: 1954
Data da primeira nomeação: 2016
Data de termo do mandato: 2020

Werner Steinmüller tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016. É o nosso diretor regional para a Ásia e Pacífico.

O Sr. Steinmüller ingressou no Deutsche Bank em 1991. Foi diretor da Global Transaction Banking de 2004 a 2016, diretor de operações da Global Transaction Banking de 2003 a 2004, diretor da Global Banking Division Europe de 1998 a 2003, e codiretor da Corporate Finance Germany de 1996 a 1998.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, trabalhou no Citibank de 1979 a 1990.

Tem um Diploma em Gestão de Empresas e Engenharia mecânica da TU Darmstadt.

O Sr. Steinmüller não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

É membro do Conselho de Fiscalização do DB Privat- und Firmenkundenbank AG.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. Trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da empresa. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas propostas do Comité do Presidente, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente.

Em conformidade com a secção 9 (1) dos estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Aqui, o exercício em que o mandato começa não é considerado. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes.

A organização internacional do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, bem como as tarefas e perfis dos membros individuais estão sujeitos a requisitos regulamentares e estatutários específicos que detalham e complementam os regulamentos das leis para empresas relativos ao governo da sociedade. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), na portaria relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão. Em casos individuais, estas contradizem as recomendações do código de governo das sociedades alemão ("Código") e, nesses casos, isto pode resultar numa declaração de exceções na nossa Declaração de Conformidade.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Adicionalmente, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria regularmente e, em caso de deficiências graves sem demora injustificada, de quaisquer deficiências sérias identificadas e de quaisquer deficiências que ainda não foram retificadas. O presidente do Conselho de Fiscalização é informado em conformidade sobre quaisquer conclusões graves contra os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um regime de informação que além de especificar o relato ao Conselho de Fiscalização, também regulamenta o relato de consultas e pedidos de informação dos funcionários da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização entra em diálogo com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na secção 13 dos estatutos do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização reúne-se regularmente sem o Conselho de Administração. Após a devida consideração e na medida materialmente apropriada, o Conselho de Fiscalização, ou qualquer um dos respetivos comités, pode, para o desempenho das suas funções, consultar auditores, consultores jurídicos e outros consultores internos ou externos. No desempenho das suas funções, o presidente do Conselho de Fiscalização, os presidentes das comissões especializadas permanentes e os membros do Conselho de Fiscalização são apoiados pelo Gabinete do Conselho de Fiscalização, que é independente do Conselho de Administração.

Em 2019, tiveram lugar 56 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Além disso, houve uma presença e participação conjuntas para abordar rubricas da ordem do dia com relevância para vários comités.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é constituído por 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

A adequação de cada membro individual para desempenhar o seu mandato é avaliada tanto internamente como externamente pelas autoridades reguladoras, determinada e monitorizada continuamente. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo de cada membro individual. Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência do Conselho de Fiscalização na sua totalidade que são necessários para o desempenho da sua função de controlo. A aprovação na avaliação de adequação e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato com o Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das suas tarefas.

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral realizada a 24 de maio de 2018. À parte disto, o Dr. Paul Achleitner foi eleito pela primeira vez na Assembleia-Geral realizada a 31 de maio de 2012, o Dr. Gerhard Eschelbeck foi eleito na Assembleia-Geral realizada a 18 de maio de 2017, e Katherine Garrett-Cox foi eleita na Assembleia-Geral a 19 de maio de 2016. A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 26 de abril de 2018.

Entre os membros que representam os acionistas, o professor Dr. Stefan Simon e Richard Meddings abandonaram o Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 31 de julho de 2019. O Dr. Dagmar Valcárcel tornou-se membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 1 de agosto de 2019, até ao final da Assembleia-Geral Ordinária. O Comité de Nomeações nomeou Sigmar Gabriel para se tornar um novo membro do Conselho de Fiscalização. Foi apresentado o pedido de nomeação do Tribunal; contudo, a nomeação do Tribunal não tinha ainda sido efetuada à data desta declaração. O Sr. Zeltner tinha sido nomeado membro do Conselho de Fiscalização por ordem judicial em 20 de agosto de 2019. Demitiu-se do Conselho de Fiscalização a 15 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargo s de direção não executiva e outras posições. Os representantes dos funcionários são indicados com um asterisco (*).

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2022	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Bayer AG; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité dos Acionistas)
Ludwig Blomeyer-Bartenstein* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Porta-voz da direção e Diretor de Mercado da região de Bremen, Deutsche Bank AG	Frowein & Co. Beteiligungs AG; Bürgschaftsbank Bremen GmbH (membro do Conselho de Administração)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023		RWE AG (Vice-Presidente); DB Privat-und Firmen-kundenbank AG; Innogy SE (Vice-Presidente)
Mayree Carroll Clark Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Sócio-Gerente, Eachwin Capital LP	Ally Financial, Inc.; Regulatory Data Corp., Inc. (até fevereiro de 2020); Taubman Centers, Inc.
Jan Duscheck* Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2016 Data de termo do mandato: 2023	Diretor do grupo de trabalho nacional Banking, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Dr. Gerhard Eschelbeck Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2022		Onapsis Inc. (membro do conselho de Administração); WootCloud Inc. (membro do Conselho de Administração) (desde fevereiro de 2020)
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2021	Diretor executivo e diretor-geral, Gulf International Bank (UK) Ltd.	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação

Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do BHW Bausparkasse AG/Postbank Finanzberatung AG, Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do PCC Services GmbH do Deutsche Bank; Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank AG	BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank (Vice-Presidente) (desde dezembro de 2019); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG (Vice-Presidente)
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2023	Vice-Presidente da Comissão de Trabalhadores do PWCC Center Frankfurt, Deutsche Bank AG	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2023	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada do sul da Baviera; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral e membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2023	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Niedersachsen Ost, Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Detlef Polaschek* Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank AG e do DB Privat-und Firmenkundenbank AG;	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2023	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral do Postbank Filialvertrieb AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo e da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	DB Privat-und Firmenkunden AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver. di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. (Vice-Presidente)
Gerd Alexander Schütz Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2017 Data de termo do mandato: 2023	Membro do Conselho de Administração, C-QUADRAT Investment AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Stephan Szukalski* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013** Reeleito: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Presidente Federal Associação alemã de colaboradores do banco [Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV)]	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
John Alexander Thain Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023		Uber Technologies, Inc. (membro do Conselho de Administração); Enjoy Technology Inc. (membro do Conselho de Administração) (até maio de 2019); Aperture Investors LLC (membro do Conselho de Administração) (desde abril de 2019)
Michele Trogni Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Parceiro operacional da Eldridge Industries LLC	Morneau Shepell Inc. (membro do Conselho de Administração); Capital Markets Gateway Inc. (Presidente do Conselho de Administração); Global Atlantic Financial Group Ltd. (Diretor Não Executivo) (até fevereiro de 2020; SE2 LLC (Presidente do Conselho de Administração) (desde janeiro de 2020)
Dr. Dagmar Valcárcel Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 2019 Data de termo do mandato: 2020		amedes Holding GmbH
Professor Dr. Norbert Winkeljohann Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2018 Data de termo do mandato: 2023	Consultor corporativo com empresa própria, Norbert Winkeljohann Advisory & Investments	Bayer AG; Heristo AG (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert AG (Presidente)

* Representantes dos colaboradores.
** Szukalski foi membro do Conselho de Fiscalização entre 23 de maio de 2013 e 30 de novembro de 2015.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos e estado de implementação

O Conselho de Fiscalização determinou objetivos para a sua composição em outubro de 2010 e estes foram revistos conforme especificado de seguida em fevereiro de 2018. Além disso, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de requisitos na sua reunião de 26 de outubro de 2017 e confirmou-o na sua reunião de 26 de julho de 2018.

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das funções que lhes competem e os membros do Conselho de Fiscalização e do Comité de Auditoria têm de estar familiarizados com o setor bancário. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

O Conselho de Fiscalização, como um todo, tem de deter os conhecimentos especializados necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank – também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

Tal como definido no perfil de requisitos, cada membro do Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento das áreas de especialização especificadas abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Os peritos devem ter um vasto conhecimento especializado nas áreas individuais.

As áreas de especialização incluem, em particular, os campos listados abaixo:

- Conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros e setor financeiro, incluindo o mercado nacional e os mercados-chave do banco fora da Europa
- Conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expetativas de mercado e do ambiente operacional
- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Contabilidade [de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o código comercial alemão (HGB)] e auditorias de demonstrações financeiras anuais [especialistas financeiros: estes membros do Conselho de Fiscalização têm de cumprir os requisitos para "especialistas financeiros" tal como definidos pelas regras de implementação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) emitidas nos termos da secção 407 da lei Sarbanes-Oxley de 2002 e da secção 100 da lei alemã relativa às sociedades por ações]
- Responsabilidade corporativa e social, incluindo relato
- Tributação
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos
- Planeamento estratégico, estratégias de negócio e de risco, bem como a sua implementação
- Digitalização
- Tecnologias da informação (TI), sistemas de TI e segurança de TI
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expetativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa e governação
- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração (especialista em remuneração)
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco

Adicionalmente, é necessário ter em atenção as alterações à versão atual do plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como aos requisitos e expetativas das autoridades reguladoras.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência; o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes. Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização permitidos de acordo com o artigo 25.º-D da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes.

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em outubro de 2015 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 15 anos. Caso contrário, o respetivo membro do Conselho de Fiscalização não será considerado independente.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de oito membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Há muitos anos que o Conselho de Fiscalização é constituído por, pelo menos, 30% de mulheres e, desde 2013, 30% dos representantes de acionistas têm sido mulheres. Atualmente, sete membros do Conselho de Fiscalização são mulheres, ou seja, 35% de todos os membros. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral.

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções. A diversidade é devidamente tida em conta. Outros detalhes neste contexto são facultados em “Conceito de diversidade”, que também faz parte desta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade.

O Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes entre os representantes dos acionistas. São estes: Dr. Paul Achleitner, Mayree Carroll Clark, Dr. Gerhard Eschelbeck, Katherine Garrett-Cox, Gerd Alexander Schütz, John Alexander Thain, Michele Trogni, Dr. Dagmar Valcárcel e Professor Dr. Norbert Winkeljohann. O Conselho de Fiscalização considera todos os seus membros representantes de colaboradores independentes à luz do significado do Código, exceto Henriette Mark e Gabriele Platscher, uma vez que a sua duração como membro do Conselho de Fiscalização, em cada um dos casos, excede o limite normal de 15 anos.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes. Na medida necessária, os comités coordenam o seu trabalho e consultam-se uns aos outros numa base ad hoc. Os presidentes dos comités reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2019 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: É responsável por, nomeadamente: preparar as reuniões do Conselho de Fiscalização e lidar com o negócio atual entre reuniões do Conselho de Fiscalização; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações; celebrar, alterar e cessar contratos de emprego e relativos a pensões, tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações; tomar nota e, quando necessário, expressar uma opinião sobre contratos e/ou alterações a contratos para um Gestor Geral (Generalbevollmächtigter) do Deutsche Bank AG designado como membro previsto do Conselho de Administração; lidar com outras atividades contratuais com membros ativos e anteriores do Conselho de Administração nos termos da secção 112 da lei alemã relativa às sociedades por ações; e aprovar mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. O Comité do Presidente é também responsável por: aprovar o fornecimento de dados internos comerciais relativos a um membro do Conselho de Administração, consultando o presidente do Conselho de Administração e/ou o diretor-adjunto de risco, exceto se existir conflito de interesses; aprovar contratos celebrados com os membros do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo 114.º da lei alemã relativa às sociedades por ações; preparar a tomada de decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade, decidir sobre os lugares do Conselho de Fiscalização num ajuste da Declaração de Conformidade anual quanto a circunstâncias efetivas alteradas e verificar a conformidade com a Declaração de Conformidade. As suas tarefas também incluem: tomar notas e, quando necessário, exprimir uma opinião sobre os custos do Conselho de Fiscalização e respetivos comités de consultas com auditores, especialistas, consultores jurídicos e outros consultores externos; bem como preparar recomendações para decisões do Conselho de Fiscalização sobre levar a cabo queixas por danos ou tomar outras medidas contra membros antigos ou em funções do Conselho de Administração. Conforme e quando necessário, o Comité do Presidente beneficia dos conhecimentos do Presidente do Comité de Integridade.

O Comité do Presidente realizou oito reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité do Presidente são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comité de Nomeações: É responsável por, em particular, apoiar o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao executar esta tarefa, o Comité de Nomeações tem em conta o equilíbrio e a diversidade de conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração, prepara uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indica o compromisso de tempo. O Comité de Nomeações e/ou o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre o planeamento interno e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Além disso, o Comité de Nomeações é responsável, em particular, por elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir este objetivo e a avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações sobre esta questão ao Conselho de Fiscalização. Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho de Fiscalização em sessão plenária, o Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, que é exigida pela lei bancária alemã. Os resultados foram discutidos e concluídos em 29 de janeiro de 2020, e registados num relatório final. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na criação de orientações para a avaliação individual e coletiva das habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização ("orientação de adequação"), bem como na monitorização da eficácia da orientação de adequação. Adicionalmente, o Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação regular, a ser realizada, pelo menos, uma vez por ano, dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente na avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização em todos os outros casos em conformidade com os requisitos da orientação de adequação; e na análise dos princípios para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, têm em conta o perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização, os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição, bem como o equilíbrio e diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Fiscalização, preparar uma descrição do cargo com um perfil de candidato e indicar o compromisso de tempo associado às tarefas.

O Comité de Nomeações realizou oito reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Mayree Carroll Clark, Detlef Polaschek e Gerd Alexander Schütz.

Comité de Auditoria: Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na monitorização de processos de relato financeiro e enviar recomendações ou sugestões ao Conselho de Fiscalização para garantir a integridade do processo de relato financeiro. Além disso, o Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interno, a auditoria de demonstrações financeiras, especialmente quanto à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor e à correção imediata do Conselho de Administração – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor e funções de controlo interno do banco com base em auditorias internas e externas, particularmente quanto a debilidades nos controlos de riscos, bem como não conformidade com políticas, leis e requisitos regulamentares. O Comité pode inspecionar todos os documentos de negócios do banco, incluindo as informações de negócios armazenadas em vetores de dados. O Comité de Auditoria pré-analisa as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e os relatórios de gestão, bem com o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado, caso tenham sido elaborados. Aborda os relatórios de auditoria com o auditor e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização sobre o estabelecimento das demonstrações financeiras anuais e a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a proposta de resolução sobre a apropriação de lucro distribuível. O Comité de Auditoria submete recomendações correspondentes para o Conselho de Fiscalização. Também faculta apoio ao Conselho de Fiscalização relativamente ao envolvimento de garantias externas para a demonstração não-financeira e para a demonstração não-financeira consolidada ou para o relatório não-financeiro separado e o relatório não-financeiro consolidado separado. Aborda alterações importantes aos métodos de auditoria e contabilísticos. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria auxilia o Conselho de Fiscalização na emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito na Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e pode especificar áreas prioritárias de auditoria. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. Avalia regularmente a qualidade da auditoria das demonstrações financeiras. Os mandatos para serviços não relacionados com auditoria fornecidos ao auditor ou a empresas com as quais o auditor está relacionado em termos legais, económicos ou de pessoal necessitam do consentimento prévio do Comité de Auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo da presente Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comité de Auditoria publica orientações de trabalho do pessoal – incluindo antigos trabalhadores – do auditor pela empresa. Providencia os meios necessários para ser informado regularmente sobre o trabalho realizado pela Auditoria de Grupo, sobre a eficácia do sistema de auditoria interno e, particularmente, sobre o plano de auditoria anual das áreas de foco da sua atividade de auditoria e os resultados das suas auditorias. O Comité de Auditoria é responsável, em particular, por receber e processar os relatórios trimestrais, anuais e ad hoc de Auditoria do Grupo. O Conselho de Administração informa o Comité de Auditoria sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca alemãs e estrangeiras. O Comité obtém regularmente relatórios sobre a receção e processamento de queixas dos funcionários do banco e respetivas subsidiárias, acionistas do Deutsche Bank AG e terceiros. Particularmente, as queixas relativas a contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria e outras questões sobre relatórios financeiros têm de ser enviadas ao Comité sem demora injustificada. Os relatórios relacionados com questões de conformidade e a prevenção de branqueamento de capitais são apresentados regularmente nas reuniões do Comité. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade e do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer as comunicações acerca de reduções significativas nos orçamentos da auditoria do Grupo, bem como nas áreas de infraestrutura de Conformidade e Combate ao Branqueamento de Capitais, e por receber e tratar o relatório de Compliance do Diretor de Compliance, bem como o relatório do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais, que são emitidos pelo menos uma vez por ano. Além disso, o Comité tem direito a receber, junto do presidente, informações relacionadas com as suas funções do auditor, do Conselho de Administração, do Diretor de auditoria do grupo e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração.

O Comité de Auditoria realizou oito reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Auditoria são o Professor Dr. Norbert Winkeljohann (Presidente), o Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Detlef Polaschek, Bernd Rose e o Dr. Dagmar Valcárcel.

Comité de Risco: Aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à futura apetência para o risco global e estratégia de risco global e monitoriza a implementação da apetência para o risco e estratégia de risco afirmada pelo nível sénior de direção. O Comité de Risco monitoriza os aspetos materiais dos processos de classificação e avaliação. Ao assumir esta responsabilidade, recebe relatórios do Conselho de Administração sobre as operações dos sistemas de notação de crédito do banco e sobre exceções ou alterações significativas às políticas estabelecidas que irão afetar significativamente as operações dos sistemas de notação de crédito do banco. O Comité de Risco recebe relatórios do Conselho de Administração que são adequados para monitorizar se os produtos e serviços financeiros importantes oferecidos pelo banco, bem como as condições do negócio baseadas no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comité de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os produtos e serviços financeiras e as condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. Com base nos relatórios recebidos do Conselho de Administração, o Comité de Risco avalia os riscos associados aos produtos e serviços financeiros e tem em conta o alinhamento entre os preços atribuídos e os lucros ganhos com estes produtos e serviços. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de remuneração tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. Neste contexto, aprova, entre outras coisas, a aquisição dos participantes como definido pela secção 13, n.º 1, alínea d) dos Estatutos do Deutsche Bank AG, na medida em que o valor da participação não exceda os 1,5 mil milhões de euros e a participação não permaneça na posse do banco, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Se este período de tempo for excedido, o presidente do Comité informa o Conselho de Fiscalização de forma atempada e obtém a sua aprovação. O Comité de Risco determina a natureza, o âmbito, o formato e a frequência da informação que o Conselho de Administração tem de enviar relativamente à estratégia e aos riscos. O Presidente do Comité de Risco tem direito a obter, com relação às suas atividades, informações diretamente do Conselho de Administração e do Diretor de Auditoria do Grupo. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco do Relatório Anual).

O Comité de Risco realizou seis reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Risco são Mayree Carroll Clark (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Jan Duscheck, Stephan Szukalski, Michele Trogni e Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Comité de Integridade: Aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão assegura o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (SAG)], e se a gestão empresarial está em linha com estes valores com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que asseguram a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa (controlo preventivo de conformidade). Analisa regularmente o Código de Conduta e o Código de Ética para responsáveis financeiros seniores do Banco a fim de promover uma conduta por parte dos colaboradores da empresa totalmente exemplar, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Apoia, a pedido, o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre o modo de promover sensibilidade para a importância de tais riscos. Apoia, a pedido, a preparação das recomendações do Comité do Presidente para as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais, que são apresentados pelo presidente ao Comité do Presidente. Adicionalmente, o Comité de Integridade apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização dos casos de litígio com o risco mais elevado e outros casos importantes.

O Comité de Integridade realizou seis reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Integridade são o Dagmar Valcárcel (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Ludwig Blomeyer-Bartenstein, Katherine Garrett-Cox, Timo Heider e Gabriele Platscher.

Comité de Controlo de Remunerações: Apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Monitoriza também a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para os membros do Conselho de Administração e funcionários, em particular, a estrutura adequada de remuneração do Diretor de Compliance, do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo para identificar os colaboradores que correm riscos em conformidade com a secção 18, n.º 2 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e os colaboradores que correm riscos do Grupo em conformidade com a secção 27, n.º 2, primeira frase da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV), bem como a estrutura apropriada dos sistemas de remuneração para os colaboradores da empresa. O Comité avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. Este prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara também as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 45.º (2), frase 1, n.º 5a da Lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração o artigo 7.º da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a secção 45, n.º 2, frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a secção 7 da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité está autorizado a obter, através do Presidente, informações relacionadas com as tarefas do Comité do Diretor de Auditoria Grupo e dos responsáveis pelas unidades organizacionais que lidam com a estruturação dos sistemas de remuneração.

O Comité de Controlo de Remunerações realizou seis reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske e Detlef Polaschek.

Comité de Estratégia: Apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com a estratégia do banco. Aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que diz respeito à definição de estratégias de negócio orientadas para o desenvolvimento sustentável do banco e o estabelecimento de processos para o planeamento, a implementação, a avaliação e o ajustamento da estratégia de negócio. Supervisiona o trabalho do Conselho de Administração da perspetiva estratégica, na direção e desenvolvimento a estratégia do Grupo Deutsche Bank e respetivas divisões, a implementação pelo Conselho de Administração do plano estratégico e o progresso de execução comparativamente a marcos e objetivos estratégicos, bem como a implementação pelo Conselho de Administração de projetos importantes de transformação do negócio e respetiva execução. Aconselha o Conselho de Administração relativamente à governação, apetência pelo risco, planeamento financeiro e de capital, gestão da liquidez e financiamento, ambiente de controlo e recursos que podem apoiar os objetivos estratégicos do banco, e aconselha relativamente à estratégia de alienações, fusões e aquisições, incluindo o acompanhamento do desempenho após a transação, bem como do impacto das alterações no ambiente competitivo. Além disso, o Comité de Estratégia aconselha o Conselho de Administração na preparação para as reuniões do Conselho de Fiscalização nas quais o plenário do Conselho de Administração aborda a estratégia da empresa e prepara as decisões do Conselho de Fiscalização relativamente a transações sujeitas à sua aprovação em conformidade com a secção 13, n.º 1, alínea b) e n.º 1, alínea d) dos estatutos.

O Comité de Estratégia realizou três reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Estratégia são John Alexander Thain (Presidente), o Dr. Paul Achleitner, Frank Bsirske, Mayree Carroll Clark, Timo Heider, Henriette Mark, Detlef Polaschek e Michele Trogni.

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: Apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com o ambiente de inovação, dados e tecnologia do banco. Aconselha e monitoriza continuamente o Conselho de Administração no que diz respeito aos recursos técnicos e organizacionais adequados e à definição de um plano adequado para sistemas de TI, incluindo a sua aplicação com normas estabelecidas a nível geral ao providenciamento dos sistemas de TI e aos processos de TI relacionados. Isto inclui, em particular, a supervisão do trabalho do Conselho de Administração na estratégia de TI e na sua sustentabilidade delineando os objetivos e medidas a adotar para alcançar estes objetivos, a governação de TI, a gestão de segurança da informação, a gestão do acesso de utilizadores, a implementação de projetos de TI importantes e o desenvolvimento de aplicações, o funcionamento de TI, incluindo cópias de segurança dos dados, subcontratação e aquisição de outros serviços de TI externos, governação dos dados e estratégia dos dados, incluindo a sua implementação e quaisquer outros problemas materiais que possam surgir relacionados com os sistemas e serviços de TI ou a qualidade dos dados.

O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação realizou quatro reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação são Michele Trogni (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Jan Duscheck, Dr. Gerhard Eschelbeck, Martina Klee e Bernd Rose.

Comité de Mediação: Para além destas oito comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

O Comité de Mediação não realizou quaisquer reuniões em 2019.

Os atuais membros do Comité de Mediação são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Detlef Polaschek e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, do Comité de Nomeações, do Comité de Auditoria, do Comité de Risco, do Comité de Integridade, do Comité de Controlo de Remunerações, do Comité de Estratégia e do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: www.db.com/ir/en/documents.htm).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 33 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Dr. Paul Achleitner	145.000	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	3.521	5.259[1]
Frank Bsirske	0	0
Mayree Carroll Clark	67.776	0
Jan Duscheck	0	0
Dr. Gerhard Eschelbeck	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Martina Klee	2.452	0
Henriette Mark	1.524	0
Gabriele Platscher	1.460	10
Detlef Polaschek	602	10
Bernd Rose	0	0
Gerd Alexander Schütz	17.360.894	0
Stephan Szukalski	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	0	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
Jürg Zeltner	0	0
Total	17.698.229	5.279

[1] Prémio restrito em ações. Blomeyer-Bartenstein tem um direito relacionado com 5.259 ações através de prémios restritos em ações como parte da sua remuneração variável. Estes vencem em 2020.

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 17.698.229 ações, ascendendo a menos de 0,86% das nossas ações em 14 de fevereiro de 2020.

Conforme listado na coluna "Número de prémios em ações" no quadro, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prémios correspondentes concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan, que está programado para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2020, bem como prémios restritos em ações (prémios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Estes últimos estão marcados separadamente no quadro e todos os detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração são apresentados na secção "Relatório de remuneração dos colaboradores".

Conforme descrito no “Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização”, 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em numerário, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank AG em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do exercício seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que serão creditadas na primavera de 2020 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2019.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e controlo

Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do seu Comité de Auditoria são “especialistas financeiros do Comité de Auditoria”, conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Paul Achleitner, Katherine Garrett-Cox, Dr. Dagmar Valcárcel e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann. Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos. Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Presidente do Comité de Controlo de Remunerações, preenche os requisitos da secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, tem a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos nos dois parágrafos acima, consulte o "Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização" do Relatório Anual de 2019.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O código de conduta do Grupo Deutsche Bank determina a finalidade, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como os padrões mínimos de conduta que esperamos que todos os membros do nosso Conselho de Administração e colaboradores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. Além disso, o Código é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os presidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2019.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governação do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governo da sociedade do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governação do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2018 e 2019.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2019	2018
Honorários por serviços de auditoria	60	60
Honorários relacionados com auditoria	13	12
Honorários por serviços de consultoria fiscal	4	5
Todas as outras comissões	0	1
Total de comissões [1]	**77**	78

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentados da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 62 milhões de euros em 2019, em comparação com 62 milhões de euros em 2018, os honorários relacionados com auditoria foram de 11 milhões de euros em 2019, em comparação com 10 milhões de euros em 2018, as comissões com impostos foram de 4 milhões de euros em 2019, em comparação com 5 milhões de euros em 2018, e todas as outras comissões foram de 0 milhões euros em 2019, em comparação com 1 milhão de euros em 2018.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2018 e 2019, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2019)

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovaram a seguinte declaração de conformidade emitida pela última vez em 25 de outubro de 2018, nos termos da secção 161 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), em 30 de outubro de 2019.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

A última declaração de conformidade foi publicada em 25 de outubro de 2018. Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido e continuará a cumprir no futuro as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 7 de maio de 2017, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 24 de abril de 2017, com as exceções que se seguem:

- Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização deve formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. A secção 25 (d) da lei bancária alemã estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem de assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por este motivo, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG também inclui representantes dos colaboradores. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão elaboradas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.
- Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG desviou-se da recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

Frankfurt am Main, 30 de outubro de 2019

Conselho de Administração
do Deutsche Bank AG

Conselho de Fiscalização
do Deutsche Bank AG”

Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas no Código, com as exceções que se seguem:

- Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet. Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.
- A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet tem início com a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e abrange o relatório do Conselho de Fiscalização e o relatório do Conselho de Administração. Os acionistas têm nesse momento a oportunidade de debater com a administração. Estes debates ocorrem sem transmissão pública através da Internet.
- Os nossos acordos de denúncia de irregularidades não são acessíveis a todos os terceiros (embora os contratos estejam à disposição dos contratantes). Por exemplo, não incluímos pormenores sobre o modo de acesso à linha direta de integridade no sítio Web do Deutsche Bank. No entanto, se recebermos uma notificação de denúncia de irregularidades por parte de um terceiro externo, iremos registar este facto como uma questão de denúncia se contiver uma alegação de má conduta contra um membro do pessoal do Deutsche Bank.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 35%. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

Em 27 de julho de 2017, o Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, 20% de membros do sexo feminino no Conselho de Administração até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração com entre oito e 12 membros, isto corresponde a duas mulheres. Quando a decisão foi tomada, duas mulheres eram membros do Conselho de Administração. No final do exercício, não havia mulheres no Conselho de Administração. À data desta declaração, há uma mulher membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, Christiana Riley.

A 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 20% para o primeiro nível de gestão e de 25% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 31 de dezembro de 2020 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão).

A população do primeiro nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e aos gestores com responsabilidades comparáveis. A população do segundo nível de gestão abrange os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

em % (exceto se indicado em contrário)	Estado em 31 dez. 2018	Estado em 31 dez. 2019	Objetivo para 31 dez. 2020	Objetivo para 30 jun. 2022
Mulheres no Conselho de Fiscalização	30%	35%	30%[1]	-
Mulheres no Conselho de Administração	11,1%	0	-	20%[2]
Primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	20,8%	19,7%	20%	-
Segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração	20,9%	19,5%	25%	-

[1] Requisito legal.
[2] Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

As condições-chave mudaram desde que o objetivo foi definido em setembro de 2015 para a percentagem de mulheres nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração. Estas alterações incluem o programa de transformação aprovado em julho de 2019, bem como as nossas decisões relativas à IPO da DWS e à fusão do nosso Private & Commercial Bank e Postbank. Adicionalmente, o nosso programa de redução de custos extensivo impôs restrições à contratação e nomeações nestes dois níveis. Na verdade, o número de colaboradores já relativamente reduzido nos dois níveis a seguir ao Conselho de Administração diminuiu ainda mais no período desde setembro de 2015, cerca de 52%. Pequenas variações nos números absolutos conduziram a flutuações relativamente elevadas em termos de percentagens. Não obstante, mantivemos o nosso objetivo e continuamos focados em aumentar a percentagem de mulheres em posições de gestão. No âmbito deste enquadramento, as nossas decisões sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro.

Os valores-alvo para a percentagem de mulheres nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração serão renovados antes de expirarem no final de 2020.

Em consonância com o nosso conceito de diversidade básica, também levamos em conta os conhecimentos e as competências necessárias para o correto desempenho das tarefas e a experiência necessária dos colaboradores para a composição dos dois níveis abaixo do Conselho de administração.

Conceito de diversidade

Enquanto parte integral da nossa estratégia como banco líder na Europa com um alcance global e um sólido mercado nacional na Alemanha, a Diversidade é um fator decisivo para o nosso sucesso. A Diversidade e inclusão ajudam o Deutsche Bank a formar relações sustentáveis com os nossos clientes e parceiros e a participar nas sociedades onde praticamos a nossa atividade.

A idade, o género e o histórico educativo e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do nosso entendimento mais abrangente de Diversidade no Deutsche Bank.

Estamos convictos de que a Diversidade e inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e nos ajudam a tomar decisões mais equilibradas e, assim, desempenham um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade e inclusão. Em conformidade com os nossos valores e convicções especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos termos de referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de Diversidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

No seguimento da sua reunião de 25 de julho de 2019, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG atualizou a orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem de ser composto de forma a que todos os seus membros tenham os conhecimentos especializados, as competências e a experiência profissional necessários para monitorizar e aconselhar com eficácia o Conselho de Administração na sua gestão do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank também no que se refere ao cumprimento dos regulamentos de fiscalização bancária relevantes.

À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, é necessário garantir, nomeadamente, que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com muitos anos de experiência internacional.

Também à luz dos requisitos legais a observar, o Conselho de Fiscalização deve ser constituído por, no mínimo, 30% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens.

Existe um limite de idade de 70 anos, em princípio, para membros do Conselho de Fiscalização e a duração máxima de cada participação individual no Conselho de Fiscalização não deverá exceder, habitualmente, 15 anos.

Implementação

Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes de acionistas.

Com base numa proposta do Comité de Nomeações, foi emitido um perfil de requisitos para o Conselho de Fiscalização e foram emitidos perfis de candidatos para o Presidente do Conselho de Fiscalização, os membros do Conselho de Fiscalização e os presidentes de cada comité. Os perfis resumem o conhecimento, as competências e a experiência necessários para realizar adequadamente as tarefas do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (adequação coletiva).

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração os requisitos legais referentes à composição do Conselho de Fiscalização, de, no mínimo, 30% de mulheres e, no mínimo, 30% de homens (preenchimento conjunto por representantes dos colaboradores e dos acionistas).

O Comité de Nomeações também apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Fiscalização, bem como do Conselho de Fiscalização coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2019

No final do exercício, 13 homens e sete mulheres (35%) eram membros do Conselho de Fiscalização. A quota mínima estatutária de 30% foi, assim, cumprida. O aumento de uma mulher face à data de relato do ano anterior resultou da nomeação pelo Tribunal do Dr. Dagmar Valcárcel como sucessor do professor Dr. Stefan Simon, agora diretor de grupo sénior (Generalbevollmächtigter) e membro designado do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 35 e 67 anos no final do exercício e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

No final do exercício, a duração da experiência enquanto membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de 16 anos. Dois dos 20 membros ingressaram no Conselho de Fiscalização no exercício de 2019.

De acordo com os nossos objetivos especificados acima, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional em várias empresas e funções.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito, história e informática.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Fiscalização adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” bem como no sítio Web do banco: www.db.com (título “Relações com os investidores”, “Governo da sociedade”, “Conselho de Fiscalização”).

Conceito de diversidade para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que coletivamente têm conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos nossos objetivos acima indicados.

Por resolução do Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração deve ser composto por, pelo menos, 20% de mulheres até 30 de junho de 2022. Para um Conselho de Administração constituído por oito a 12 membros, tal corresponde a duas mulheres.

De um modo geral, um membro do Conselho de Administração não deve ter mais idade no final do seu período de nomeação do que a idade normal de reforma aplicável na Alemanha de 65 anos de idade.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou perfis de candidatos para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Estes perfis têm em consideração uma “Matriz de conhecimentos especializados e competências” que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2019

No final do exercício, o Conselho de Administração era composto por sete homens. O objetivo de 20% dos membros ou duas mulheres adotado para 30 de junho de 2022 para o Conselho de Administração não foi ainda cumprido, após a saída de Sylvie Matherat durante o exercício de 2019. A partir da data desta Declaração de Governo da Sociedade , o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG incluía uma mulher e oito homens.

A estrutura etária é diversa, oscilando entre 41 e 65 anos à data da Declaração de Governo da Sociedade e abrangendo duas gerações, de acordo com a definição geral do termo.

À data da Declaração de Governo da Sociedade , a duração da experiência enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank oscilava entre um ano e cerca de sete anos.

Também tendo em mente a nossa estratégia de sermos um banco líder na Europa com um alcance global e um mercado nacional sólido na Alemanha, seis dos nove membros do Conselho de Administração têm um histórico alemão, à data da presente Declaração de Governo da Sociedade . Os outros membros do Conselho de Administração provêm da Itália, do Reino Unido e dos EUA. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração, atualmente, não reflete toda a diversidade dos mercados onde praticamos a nossa atividade ou a diversidade dos nossos colaboradores.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, direito e engenharia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade/Declaração de Governo da Sociedade na secção “Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: www.db.com (Título "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

4- Informações adicionais (não-auditadas)

453 Medidas financeiras não-GAAP

463 Declaração de aval
464 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
1 Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rendibilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após acumulações assumidas de cupões AT1 como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

Os lucros (perdas) atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank após acumulações assumidas de cupões AT1 para os segmentos são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como lucros (perdas) excluindo os lucros (perdas) após impostos atribuíveis a participações minoritárias e após acumulações assumidas de cupões AT1, que são atribuídos a segmentos com base no capital próprio médio tangível atribuível dos acionistas. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de (100)% no exercício de 2019, 74% para 2018 e 160% para 2017. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para todos os períodos relatados em 2019, de 28% para todos os períodos relatados em 2018 e de 33% para todos os períodos relatados em 2017.

A nível do Grupo, o capital próprio tangível dos acionistas é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo o goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rendibilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

							2019
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	137	433	(265)	468	(3.177)	(229)	(2.634)
Lucros (prejuízos)	98	312	(191)	337	(2.287)	(3.533)	(5.265)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	125	125
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**98**	**312**	**(191)**	**337**	**(2.287)**	**(3.658)**	**(5.390)**
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	55	133	65	11	64	0	328
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	43	178	(256)	326	(2.351)	(3.658)	(5.718)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.280	23.639	12.241	4.836	10.174	0	60.170
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis[1]	385	2.199	1.787	3.038	119	0	7.528
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	**8.895**	**21.440**	**10.454**	**1.798**	**10.055**	**0**	**52.643**
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	0%	1%	(2) %	7%	(23) %	N/S	(10) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	0%	1%	(2) %	18%	(23) %	N/S	(11) %

[1] Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

							2018
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.273	856	701	368	(1.435)	(433)	1.330
Lucros (prejuízos)	916	616	505	265	(1.033)	(928)	341
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	75	75
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**916**	**616**	**505**	**265**	**(1.033)**	**(1.003)**	**267**
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	54	124	60	9	73	0	319
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	863	492	445	257	(1.106)	(1.003)	(52)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	9.987	23.155	12.231	4.659	12.577	0	62.610
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis[1]	826	2.062	2.063	3.181	254	0	8.386
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	**9.161**	**21.093**	**10.168**	**1.478**	**12.323**	**0**	**54.224**
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	9%	2%	4%	6%	(9) %	N/S	(0) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	9%	2%	4%	17%	(9) %	N/S	(0) %

[1] Goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a ação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	2017 Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.459	1.498	275	732	(1.633)	(1.105)	1.228
Lucros (prejuízos)	978	1.004	184	491	(1.094)	(2.298)	(735)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	15	15
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	978	1.004	184	491	(1.094)	(2.313)	(751)
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	59	127	60	5	75	0	325
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	919	877	124	486	(1.169)	(2.313)	(1.076)
Capital próprio médio dos acionistas alocado	10.143	22.553	11.886	4.505	14.087	752	63.926
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis	1.053	1.392	2.124	3.680	591	42	8.881
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	9.090	21.161	9.762	825	13.497	710	55.045
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	9%	4%	1%	11%	(8) %	N/S	(2) %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	10%	4%	1%	59%	(9) %	N/S	(2) %

Core Bank

O Core Bank representa o Grupo, excluindo a Capital Release Unit (CRU).

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	543	2.765	2.860
Lucros (prejuízos)	(2.977)	1.375	358
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	125	75	15
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**(3.102)**	1.300	343
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	265	246	251
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	(3.367)	1.054	93
Capital próprio médio dos acionistas alocado	49.997	50.032	49.839
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis	7.409	8.132	8.291
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	**42.588**	41.900	41.548
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(7)%	2%	0%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(8)%	3%	0%

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Grupo	**(2.634)**	1.330	1.228
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - CRU	(3.177)	(1.435)	(1.633)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos - Core Bank	**543**	2.765	2.860
Rubricas de receitas específicas	108	691	(89)
Encargos de transformação	635	0	0
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	1.037	0	21
Reestruturação e indemnizações	649	494	537
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos – Core Bank	**2.756**	2.568	3.508

Encargos de transformação

Os encargos de transformação são custos, incluídos nos custos ajustados, que estão diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da nova estratégia anunciada em 7 de julho de 2019. Tais encargos incluem a imparidade relacionada com a transformação de software e bens imóveis, honorários jurídicos relacionados com alienações de ativos, bem como a amortização trimestral em software relacionada com o negócio de Equities Sales & Trading e provisões contratuais onerosas. Quaisquer outros custos relacionados com o negócio em curso do Deutsche Bank, mesmo que estejam relacionados com a Capital Release Unit (CRU), não podem ser considerados como encargos de transformação.

em milhões de euros	2019
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	137
Despesas de TI	977
Taxas de serviços profissionais	12
Outros	18
Encargos de transformação	1.145

Custos ajustados

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais (excl. juros) Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e indemnizações de gastos operacionais (excl. juros) nos termos das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais. Para mostrar o desenvolvimento das nossas iniciativas de custos, excluindo os custos que estão diretamente relacionados com a transformação do Deutsche Bank em resultado da nova estratégia anunciada em 7 de julho de 2019, o Grupo também apresenta, para 2019 e como objetivo para 2020, os custos ajustados excluindo os encargos de transformação, em que os encargos de transformação acima descritos são deduzidos dos custos ajustados.

Além disso, o BNP Paribas e o Deutsche Bank assinaram um acordo-quadro de transação para dar continuidade ao serviço aos clientes de Prime Finance e Electronic Equities do Deutsche Bank. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank continuará a operar a plataforma até que os clientes possam migrar para o BNP Paribas, e o BNP Paribas reembolsa o Deutsche Bank pelas despesas com a atividade transferida. Para mostrar o desenvolvimento das nossas iniciativas de custos, excluindo não só os encargos de transformação mas também estas despesas reembolsáveis, o Grupo também apresenta, para 2019 e como objetivo para 2020, os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação e as despesas associadas à transferência da nossa plataforma Prime Finance para o BNP Paribas. Os custos ajustados, excluindo os encargos de transformação, de 21,6 mil milhões de euros em 2019, incluem as despesas de 102 milhões de euros incorridas no quarto trimestre de 2019 que são compatíveis com as elegíveis para reembolso nos termos do contrato de transferência estão excluídas. O reembolso produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2019 e, como resultado, cerca de um terço do custo do quarto trimestre acima referido foi registado como reembolsável em receitas do mês de dezembro de 2019.

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							2019
Gastos operacionais (excl. juros)	4.842	6.401	8.168	1.711	3.397	556	25.076
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Encargos com litígios, valor líquido	(4)	135	(20)	(5)	129	238	473
Reestruturação e indemnização	150	219	158	41	157	82	805
Custos ajustados	4.204	6.047	7.486	1.675	3.112	237	22.761
Encargos de transformação	160	214	191	30	510	39	1.145
Custos ajustados ex. encargos de transformação	4.044	5.833	7.295	1.644	2.602	198	21.616
Despesas associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							102
Custos ajustados ex. encargos e despesas de transformação associados à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							21.514

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							2018
Gastos operacionais (excl. juros)	3.846	6.517	7.593	1.735	3.349	421	23.461
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	34	96	(79)	33	(47)	51	88
Reestruturação e indemnização	44	233	112	45	69	60	563
Custos ajustados	3.767	6.188	7.560	1.657	3.327	311	22.810
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
Custos ajustados ex. encargos de transformação	3.767	6.188	7.560	1.657	3.327	311	22.810
Despesas associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							0
Custos ajustados ex. encargos e despesas de transformação associados à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							22.810

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							2017
Gastos operacionais (excl. juros)	3.876	6.727	8.143	1.799	3.567	582	24.695
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	6	0	12	3	0	0	21
Encargos com litígios, valor líquido	(142)	169	52	5	18	112	213
Reestruturação e indemnização	31	91	395	18	33	2	570
Custos ajustados	3.981	6.467	7.684	1.774	3.516	468	23.891
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
Custos ajustados ex. encargos de transformação	3.981	6.467	7.684	1.774	3.516	468	23.891
Despesas associadas à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							0
Custos ajustados ex. encargos e despesas de transformação associados à transferência da plataforma Prime Finance para o BNP Paribas							23.891

Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. As rubricas excluídas são os efeitos de avaliação relacionados com o risco de crédito próprio da dívida própria do Grupo mensurada pelo justo valor (2017 apenas, embora, com a introdução da IFRS 9 em 2018, a componente de risco de crédito próprio seja registada em Outro rendimento integral), o ajustamento da avaliação de dívida (DVA) e as transações ou eventos materiais que sejam pontuais ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos conexos em que o impacto nos resultados é limitado a um período de tempo específico. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos nossos negócios.

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	5.264	6.961	8.245	2.332	208	155	23.165
DVA	0	(140)	0	0	(35)	0	(175)
Spread de crédito próprio	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento - FIC S&T	0	143	0	0	0	0	143
Ganho na venda - Global Transaction Banking	0	0	0	0	0	0	0
Ganho com a venda de bens imóveis - Private Bank Alemanha	0	0	0	0	0	0	0
Ganho com a venda de bens imóveis - Wealth Management	0	0	0	0	0	0	0
Sal. Oppenheim workout - Wealth Management	0	0	105	0	0	0	105
Recuperação de seguros relacionada com um fundo imobiliário - AM	0	0	0	0	0	0	0
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	(81)	0	(81)
Realização/perda de CTA na venda - C&O	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamento da cobertura de fluxos de caixa - C&O	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	3	105	0	(116)	0	(8)
Receitas excluindo rubricas específicas	5.264	6.959	8.140	2.332	323	155	23.173

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							2018
Proveitos	5.263	7.467	8.641	2.187	1.878	(120)	25.316
DVA	0	126	0	0	0	0	126
Spread de crédito próprio	0	0	0	0	0	0	0
Alteração da avaliação de um investimento - FIC S&T	0	140	0	0	0	0	140
Ganho na venda - Global Transaction Banking	57	0	0	0	0	0	57
Ganho com a venda de bens imóveis - Private Bank Alemanha	0	0	156	0	0	0	156
Ganho com a venda de bens imóveis - Wealth Management	0	0	40	0	0	0	40
Sal. Oppenheim workout - Wealth Management	0	0	172	0	0	0	172
Recuperação de seguros relacionada com um fundo imobiliário - AM	0	0	0	0	0	0	0
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	0	0	0
Realização/perda de CTA na venda - C&O	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamento da cobertura de fluxos de caixa - C&O	0	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	57	266	368	0	0	0	691
Receitas excluindo rubricas específicas	5.206	7.201	8.273	2.187	1.878	(120)	24.625

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
							2017
Proveitos	5.376	8.303	8.732	2.532	2.044	(539)	26.447
DVA	0	(348)	0	0	0	0	(348)
Spread de crédito próprio	0	0	0	0	0	(164)	(164)
Alteração da avaliação de um investimento - FIC S&T	0	0	0	0	0	0	0
Ganho na venda - Global Transaction Banking	0	0	0	0	0	0	0
Cessação do título fiduciário preferencial antigo - Private Bank Alemanha	0	0	(118)	0	0	0	(118)
Ganhos com a venda de ativos - Private Bank Alemanha	0	0	108	0	0	0	108
Ganho com a venda de bens imóveis - Wealth Management	0	0	0	0	0	0	0
Sal. Oppenheim workout - Wealth Management	0	0	409	0	0	0	409
Recuperação de seguros relacionada com um fundo imobiliário - AM	0	0	0	52	0	0	52
Atualização na metodologia de avaliação – CRU	0	0	0	0	3	0	3
Realização/perda de CTA na venda - C&O	0	0	0	0	0	(164)	(164)
Ajustamento da cobertura de fluxos de caixa - C&O	0	0	0	0	0	137	137
Total de rubricas de receitas específicas	0	(348)	398	52	3	(191)	(86)
Receitas excluindo rubricas específicas	5.376	8.651	8.333	2.480	2.041	(348)	26.533

Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos

Os lucros (perdas) ajustados antes dos impostos são calculados ajustando os lucros (prejuízos) antes dos impostos nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas, encargos de transformação, imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis, bem como as despesas de reestruturação e de indemnizações. O Grupo acredita que a apresentação de lucros

(perdas) antes dos impostos, excluindo o impacto das rubricas acima proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

							2019
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	137	433	(265)	468	(3.177)	(229)	(2.634)
Rubricas de receitas específicas	0	(3)	(105)	0	116	0	8
Encargos de transformação	160	214	191	30	510	39	1.145
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	492	0	545	0	0	0	1.037
Reestruturação e indemnizações	150	219	158	41	157	82	805
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	939	863	524	539	(2.395)	(109)	361

							2018
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.273	856	701	368	(1.435)	(433)	1.330
Rubricas de receitas específicas	(57)	(266)	(368)	0	0	0	(691)
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e indemnizações	44	233	112	45	69	60	563
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	1.260	823	445	413	(1.366)	(373)	1.202

							2017
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Unidade de Libertação de Capital	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.459	1.498	275	732	(1.633)	(1.105)	1.228
Rubricas de receitas específicas	0	348	(398)	(52)	(3)	191	86
Encargos de transformação	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill / outros ativos intangíveis	6	0	12	3	0	0	21
Reestruturação e indemnizações	31	91	395	18	33	2	570
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	1.497	1.938	285	700	(1.603)	(911)	1.905

Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017
Total do ativo	**1.298**	1.348	1.475
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	266	253	288
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida / paga	74	68	72
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	1	1	1
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	10	18	20
Ativos líquidos (ajustados)	**946**	1.010	1.095

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	**55.857**	62.495	63.174	(6.638)	(11)	(680)	(1)
Goodwill e outros ativos intangíveis	(6.254)	(8.372)[1]	(8.839)	2.119	(25)	467	(5)
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	**49.603**	54.122	54.335	(4.519)	(8)	(213)	(0)

[1] Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2019	2018	2017	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2019 relativamente a 2018 em %	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2018 relativamente a 2017 em %
Número de ações	**2.066,8**	2.066,8	2.066,8	0	0	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(0,7)	(1,3)	(0,4)	0,7	(50,1)	(0,9)	N/S
Prémios em ações com direitos adquiridos	52,4	39,8	28,5	12,6	31,7	11,3	39,5
Ações básicas em circulação[1]	**2.118,5**	2.105,2	2.094,9	13,3	0,6	10,3	0,5
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	**26,37**	29,69	30,16	(3,32)	(11,2)	(0,47)	(1,6)
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	**23,41**	25,71	25,94	(2,30)	(8,9)	(0,23)	(0,9)

[1] As ações básicas em circulação foram ajustadas para os períodos de comparação, de modo a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em abril de 2017 relativa ao aumento de capital.

Medidas regulamentares fully loaded

Os nossos ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, incluindo alterações recentes.

O requisito de capital mínimo CET 1 aplicável ao Grupo é de 4,5% de ativos ponderados pelo risco. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as regras transitórias do CRR/CRD, conforme aplicável até 26 de junho de 2019, ao abrigo das quais os ajustamentos regulamentares de Common Equity Tier 1 (CET 1) foram integrados progressivamente, alcançaram uma taxa de 100%, juntamente com a taxa de descontinuação progressiva de 100% das participações minoritárias, apenas reconhecíveis ao abrigo das regras transitórias. Para os ativos ponderados pelo risco (RWA), a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100% expirou até ao fim de 2017. Em vez disso, é aplicada uma ponderação de risco entre 190% e 370%, determinada com base no artigo 155.º do CRR ao abrigo das regras do CRR/CRD, conforme aplicável até 26 de junho de 2019. Como tal, a partir de 2018 os valores de RWA e de capital CET 1 não mostram qualquer diferença entre o CRR/CRD, conforme aplicável, até 26 de junho de 2019, e o CRR/CRD fully loaded, conforme definido mais adiante, isto é, excluindo os regimes transitórios introduzidos pelo CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019, mas refletindo os mais recentes regimes transitórios introduzidos pelas alterações ao CRR/CRD, aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019.

Para além deste requisito de capital mínimo, foram implementados vários requisitos de amortecedor de capital com início em 2016 e que estão integralmente em vigor a partir de 2019. Os regimes transitórios continuam a ser aplicáveis para capital Tier 1 (AT1) e Tier 2 (T2) adicional. Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras

do CRR/CRD fully loaded aplicáveis até 26 de junho de 2019, estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 40% em 2018 e 30% em 2019, sendo que este limite desce 10% em cada exercício posterior.

Apresentamos neste relatório determinados valores com base na nossa definição de fundos próprios (aplicável ao capital AT1 e T2 e em números baseados nos mesmos, incluindo capital Tier 1 e o rácio de alavancagem) numa base "fully loaded". Calculamos esses valores "fully loaded", excluindo os regimes transitórios para os fundos próprios introduzidos pelo CRR/CRD aplicáveis até 26 de junho de 2019, mas refletindo os mais recentes regimes transitórios introduzidos pelas alterações ao CRR/CRD aplicáveis a partir de 27 de junho de 2019.

Apresentamos também o nosso objetivo para o nosso rácio de alavancagem (fully loaded) para 2020, excluindo saldos detidos para o BNP Paribas na Prime Finance.

Acreditamos que estes cálculos fully loaded fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face às normas de capital regulamentar e porque muitos dos nossos concorrentes têm descrito os cálculos numa base fully loaded. Uma vez que os pressupostos e estimativas dos nossos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar, as nossas medidas "fully loaded" poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante, utilizadas pela concorrência.

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir
as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London

DB International (Asia) Limited, Singapura

DB Privat- und Firmenkundenbank AG, Frankfurt am Main

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Holdings (Malta) S. à r.l., Luxemburgo, (anteriormente Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians)

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade

norisbank GmbH, Bona

Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev

OOO “Deutsche Bank”, Moscovo

Deutsche Oppenheim Family Office AG (anteriormente Sal. Oppenheim jr. Cie. AG & Co. KGaA), Colónia

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2019	2018	2017	2016	2015
Rendimento de juros líquido	**13.749**	13.192	12.378	14.707	15.881
Provisão para perdas de crédito	723	525	525	1.383	956
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**13.026**	12.667	11.853	13.324	14.925
Rendimentos de serviços e comissões	9.520	10.039	11.002	11.744	12.765
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	193	1.332	2.926	1.401	3.842
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	(298)	753	142	2.161	1.037
Total de receitas líquidas	**23.165**	25.316	26.447	30.014	33.525
Remunerações e benefícios	11.142	11.814	12.253	11.874	13.293
Despesas gerais e administrativas	12.253	11.286	11.973	15.454	18.632
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	374	256
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	1.037	0	21	1.256	5.776
Atividades de reestruturação	644	360	447	484	710
Despesas totais (excluindo juros)	**25.076**	23.461	24.695	29.442	38.667
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	**(2.634)**	1.330	1.228	(810)	(6.097)
Despesa de imposto sobre o rendimento	2.630	989	1.963	546	675
Resultado líquido	**(5.265)**	341	(735)	(1.356)	(6.772)
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	125	75	15	45	21
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(5.390)	267	(751)	(1.402)	(6.794)
em € (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos[1,2]	(2,71)	(0,01)	(0,53)	(1,08)	(4,52)
Resultados por ação diluídos[1,3]	(2,71)	(0,01)	(0,53)	(1,08)	(4,52)
Dividendos pagos por ação[4]	0,11	0,11	0,19[6]	0,00	0,75
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos[5]	0,13	0,13	0,21	0,00	0,84

[1] O número médio de ações básicas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a abril de 2017 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital em abril de 2017.
[2] Calculamos os resultados por ação básicos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação. Os lucros foram ajustados em 330 milhões de euros antes dos impostos, 292 milhões de euros, 298 milhões de euros, 276 milhões de euros e 228 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2019, abril de 2018, abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente. Desde 2019, o impacto fiscal é reconhecido diretamente nos resultados líquidos.
[3] Calculamos os resultados por ação diluídos para cada período dividindo o nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas. Os lucros foram ajustados em 330 milhões de euros antes dos impostos, 292 milhões de euros, 298 milhões de euros, 276 milhões de euros e 228 milhões de euros após os impostos para os cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1 em abril de 2019, abril de 2018, abril de 2017, abril de 2016 e abril de 2015, respetivamente. Para 2019, 2017, 2016 e 2015, não existe qualquer efeito de diluição, pois o Grupo relatou uma perda líquida. Não ocorreu qualquer efeito de diluição para 2018, pois o resultado líquido foi compensado por cupões pagos nas Notas Adicionais de Tier 1.
[4] Dividendos declarados e pagos no exercício.
[5] Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram traduzidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.
[6] O dividendo pago em 2017 consistia em 0,11 euros para 2016 e 0,08 euros para 2015 que foram pagos simultaneamente em 2017 após a concordância da assembleia-geral anual em 2017.

	2019 em milhões de euros	2018 em milhões de euros	2017 em milhões de euros	2016 em milhões de euros	2015 em milhões de euros
Total do ativo	1.297.674	1.348.137	1.474.732	1.590.546	1.629.130
Empréstimos pelo custo amortizado	429.841	400.297	401.699	408.909	427.749
Depósitos	572.208	564.405	581.873	550.204	566.974
Dívida a longo prazo	136.473	152.083	159.715	172.316	160.016
Ações ordinárias[1]	5.291	5.291	5.291	3.531	3.531
Total do capital acionista	55.857	62.495	63.174	59.833	62.678
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV)[2]	44.148	47.486	50.808	47.782	52.429
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	44.148	47.486	48.300	42.279	44.101
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV)[2]	50.546	55.091	57.631	55.486	58.222
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	48.733	52.082	52.921	46.829	48.651
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV)[2]	56.503	61.292	64.016	62.158	64.522
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[2]	56.503	61.292	63.250	59.502	60.976

[1] O capital aumentou do capital autorizado em troca de entradas em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição em abril de 2017.
[2] Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 910-00
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas
+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Hotline AGM
+49 6196 8870704

Online
Todas as publicações relativas aos nossos relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/annual-reports

Publicação
Publicado em 20 de março de 2020

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expetativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 20 de março de 2020, sob o título “Fatores de risco”. Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.